

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

GUSTAVO VALDUGA

**Para além do coronelismo: italianos e descendentes na administração dos poderes
executivos da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945)**

Porto Alegre

2012

GUSTAVO VALDUGA

Para além do coronelismo: italianos e descendentes na administração dos poderes executivos da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945)

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

Porto Alegre

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V148p Valduga, Gustavo
 Para além do coronelismo : italianos e descendentes na
 administração dos poderes executivos da região colonial italiana do
 Rio Grande do Sul (1924-1945) / Gustavo Valduga. – Porto Alegre,
 2012.
 295 f. : il.

 Tese (Doutorado em História) – Fac. de Filosofia e Ciências
 Humanas.

 Orientação: Prof. Dr. René Ernaini Gertz.

 1. Rio Grande do Sul - História. 2. Rio Grande do Sul - História
 Política. 3. Imigração Italiana - Rio Grande do Sul. 4. Imigrantes
 Italianos - Rio Grande do Sul. 5. Colonização Italiana - Rio Grande
 do Sul. I. Gertz, René Ernaini. II. Título.

CDD 981.65

**Ficha Catalográfica elaborada por
Vanessa Pinent
CRB 10/1297**

GUSTAVO VALDUGA

Para além do coronelismo: italianos e descendentes na administração dos poderes executivos da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945)

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. René Ernaini Gertz-PPGH – PUCRS

Profa. Dra. Núncia Santoro de Constantino – PPGH – PUCRS

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PPGH – PUCRS

Profa. Dra. Luiza Horn Iotti – CCH – UCS

Prof. Dr. Paulo Possamai – PPGH – UFPEL

Agradecimentos

À CAPES, pela bolsa concedida, o que possibilitou a realização da Tese.

Agradeço especialmente ao professor Dr. René Ernaini Gertz, orientador desta Tese, pela confiança depositada em meu trabalho, pelas sugestões pontuais e pelos caminhos apontados quanto aos rumos da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, aos secretários Adilson Mueller e Carla Helena Carvalho Pereira, sempre prestativos no auxílio para resolver dúvidas e problemas, assim como aos professores, especificamente à Dra. Núncia Santoro de Constantino, que primeiro acompanhou e orientou a elaboração do projeto de pesquisa, e ao Dr. Flávio Madureira Heinz, pelas observações e apontamentos teóricos quando da qualificação do presente trabalho.

Aos funcionários de todos os arquivos pesquisados, principalmente à Elenita Girondi do Arquivo Histórico de Garibaldi, pela liberdade e acesso irrestrito à documentação, e à Márcia Lorenzini, pela receptividade em sua residência, possibilitando a consulta dos exemplares do jornal *Il Corriere d'Itali*.

Aos meus pais, Valdir e Nelci, que há muito tempo acompanham minha caminhada. Aos meus irmãos (Denise, Flávio e Luciano) e parentes próximos, como o primo Vander, por compartilhar textos, ideias e vinhos. A todos, meu muito obrigado!

RESUMO

A visão historiográfica tradicional sobre a participação política dos imigrantes italianos do Rio Grande do Sul aponta uma direção de desinteresse, recusa ou mesmo submissão às classes dirigentes estaduais. Contudo, essa população sempre esteve presente e ativa nos processos políticos regionais. A presente Tese procura analisar quais eram os modos de ação, os meios utilizados e a capacidade de influência no âmbito do poder institucional que possuíam esses imigrantes ou descendentes, de maneira a demonstrar que não eram isentos e desprovidos de objetivos políticos, o que os levaria à chefia dos executivos regionais a partir de 1924. Centrado nos municípios que hoje compreendem Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi, o estudo aborda o contexto de desenvolvimento local e as forças institucionais que possibilitaram a subida ao poder nos postos principais da política na região. Entender esse processo, no entanto, requer a demonstração de que essas populações imigrantes não eram simples instrumentos de manipulações políticas, as quais eram utilizadas em favor da manutenção do poder nas mãos de um grupo dirigente apenas. A política regional, durante as primeiras décadas do século XX, não foi uma mera variação do que a historiografia política sobre o período costuma identificar como coronelismo burocrático. Formas diferentes de entender, praticar e participar da política compôs o mosaico que envolveu elementos econômicos, sociais e culturais no jogo do poder local.

Palavras-chave: Relações de poder, imigração italiana, História Regional, História Política.

ABSTRACT

The traditional historiographical view on the political participation of the Italian immigrants in Rio Grande do Sul shows a lack of interest, refusal or even submission to the state ruling class. However, this population has always been present and active in regional political processes. This thesis aims to analyze the course of action taken by these immigrants and their descendants, the means they used and their ability to influence within the institutional power, in order to show that they did not lack neither were devoid of political purposes, which lead them to take over the leadership of the regional executive branches as of 1924. Based on the municipalities which today comprise Caxias do Sul, Bento Goncalves and Garibaldi, this study addresses the context of local development and the institutional forces that enabled them to come to power in key political positions in the region. Understanding this process, however, requires the demonstration that these immigrant populations were not only instruments whose political manipulations were used in favor of concentrating the power in the hands of a leading group only. Regional politics during the early decades of the twentieth century was not only a mere change in the political historiography of the period often identified as bureaucratic *coronelismo*. Different ways to understand, practice and participate in politics made up the mosaic that included economic, social and cultural elements in the local power game

Key words: Power relations, Italian immigration, Regional History, Political History.

Lista de siglas

ACM – Arquivo da Cúria Metropolitana (Porto Alegre)

AHBG – Arquivo Histórico de Bento Gonçalves (Bento Gonçalves)

AHG – Arquivo Histórico de Garibaldi (Garibaldi)

AHMJSA – Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (Caxias do Sul)

AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)

CPML – Coleção Particular Márcia Lorenzini (Bento Gonçalves)

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)

MCI – Museu Casa do Imigrante (Bento Gonçalves)

MCSJHC – Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa (Porto Alegre)

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1. TEMPOS E ESPAÇOS DA POLÍTICA NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL | 27 |
| 1.1 A história clericalizada | 34 |
| 1.2 Relações políticas e poder institucional | 47 |
| 1.3 Estado, poder, política | 70 |
| 2. OS CAMINHOS DA POLÍTICA | 80 |
| 2.1 Conselhos municipais, intendentess e facções de poder | 92 |
| 2.2 Laços de dependência, busca de representatividade e organização burocrática: possibilidades e limites | 103 |
| 2.3 As mudanças e seus horizontes: aspectos materiais | 117 |
| 2.4 Transformações culturais: ideias e projetos entre ajustes e conflitos | 141 |
| 3. A DÉCADA DE 1920 E OS “NOVOS” VENTOS DA POLÍTICA REGIONAL | 157 |
| 3.1 Processos e dinâmicas internas no pós-Pedras Altas (1): Garibaldi | 170 |
| 3.2 Processos e dinâmicas internas no pós-Pedras Altas (2): Bento Gonçalves | 200 |
| 3.3 Processos e dinâmicas internas no pós-Pedras Altas (3): Caxias | 231 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 263 |
| REFERÊNCIAS | 273 |
| ARQUIVOS E FONTES CONSULTADAS..... | 284 |

INTRODUÇÃO

Uma das versões mais comumente utilizadas para caracterizar a sociedade da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul é sua alienação referente aos assuntos políticos. A historiografia, em especial a acadêmica, por muito tempo se esforçou em dar provas desta marca, utilizando e mesmo lendo fontes sem a necessária atenção ou crítica devida. Até mesmo em momentos cruciais, onde a presença e as ações políticas desses elementos foram mais evidentes, o estigma de uma sociedade despolitizada prevaleceu. Contudo, entre os anos de 1924 e 1945, imigrantes e descendentes chegaram à chefia dos executivos nas cidades da região, inaugurando um novo processo político na área. Ainda que esse fato novamente tenha sido considerado mais como uma concessão das elites políticas estaduais do que uma conquista da sociedade local, a historiografia tradicional sobre o assunto teria de explicar como e por que isso pôde ocorrer, já que o âmbito político nunca fizera parte das preocupações e intenções desses sujeitos. Os exemplos de Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi,¹ municípios analisados neste trabalho, demonstram que há, no mínimo, uma incoerência na maneira como comumente se trata do tema.

Teria sido a sociedade colonial italiana do Rio Grande do Sul assim tão homogênea? Segundo Arendt, “a pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha existir” (1981, p. 16). Em um universo de diferenças, não apenas individuais, mas coletivas, interesses e jogos de força precisam ser articulados pelos grupos que formam o conjunto social. As diferenças são, assim, o primeiro motor da engrenagem política. É a partir delas que resultam os processos de atritos e consequentes ajustamentos, próprios da dinâmica em que os grupos de interesses estão envolvidos. Em termos gerais, toda formação social engendra a pluralidade, aspecto fundamental da condição humana.

Assim, a convivência coletiva resulta de uma capacidade de articulação entre grupos, sendo que depende da posição e, por decorrência, da força que cada um detém no meio social. A questão, aqui, se torna eminentemente política, no sentido de que a viabilização da vida em comum resulta da forma como cada indivíduo ou grupo fará para que suas crenças, seus valores e interesses valham na vida coletiva. O fato de existirem sempre grupos hegemônicos

¹ Inicialmente, o projeto desta tese incluía o município de Alfredo Chaves (Veranópolis), porém, por diversos motivos relativos ao processo de coleta e seleção de material, tempo de pesquisa entre outros, houve a necessidade de se restringir o estudo a apenas os três locais acima citados.

que exercem maior força em um determinado contexto liga diretamente a questão política à outra: a do poder.² A conformação de grupos minoritários a uma ordem estabelecida impõe a compreensão de que no jogo de inclusão e exclusão a validade destes serem reconhecidos como iguais implica um processo de enquadramento que os normatize ao mundo social em que tentam inserir-se. É novamente Arendt quem observa este aspecto, quando afirma que “a sociedade espera de cada um de seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada” (1981, p. 50).

Certamente o problema da incorporação de elementos não hegemônicos em uma dada sociedade não é uma via de mão única no sentido de que haveria uma perda das características que identificam e os representam, em favor dos segmentos dominantes. Assumir certos aspectos destes últimos caracteriza não necessariamente um fato de simples submissão, mas capacidade de barganha via relações econômicas – entre outras. Negociar posições é parte da política, o que determina o campo de mobilidade, segundo o espaço desejado por cada grupo.³

As questões que envolvem a inserção social e a chegada ao poder político nos executivos municipais da chamada Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul estão intimamente relacionadas ao acima exposto. Imigrantes oriundos da Europa, deslocados de seu ambiente cultural, econômico, político e social, foram obrigados a reordenar seu mundo em condições diferentes, buscando, por meio de uma lenta adaptação, construir e ocupar um espaço dentro da nova nação. A peculiaridade de sua condição imigrante, em termos gerais⁴, e as dificuldades específicas aqui encontradas⁵ fizeram com que os mesmos desenvolvessem

² Tomar-se-á de forma mais genérica, neste momento, a definição de poder referida por Bobbio, para, posteriormente, ampliar a questão. Segundo o autor, “a palavra poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos ou a grupos humanos [...] seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até a capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: poder do homem sobre o homem. O homem não é o sujeito mas também o objeto do poder social” (1992, p. 933).

³ Jeffrey Lesser exemplifica muito bem este fato quando analisa a inserção de grupos não europeus no Brasil, durante o final do século XIX e a primeira metade do XX, abordando as estratégias usadas por estes imigrantes para ocupar um espaço reconhecido na sociedade nacional, assim como as reações, marchas e contramarchas no que diz respeito ao discurso nacionalista brasileiro.

⁴ Abdemalik Sayad resume a condição do imigrante nos seguintes termos: “A imigração pode ser definida como a presença no seio da ordem nacional [...] de indivíduos não nacionais (isto é, de estrangeiros, de nacionais de outras nações, de outra ordem nacional ou de outra nacionalidade) e a emigração, por simetria, como a ausência de ordem nacional (isto é, da nação, e se durar demais da nacionalidade) de nacionais pertencentes a essa ordem; o imigrante é aquele que realiza essa presença estrangeira e corretivamente; o emigrante é aquele ausente que se encontra no estrangeiro” (1998, p. 57).

⁵ Expulsos da pátria de origem, não foram incorporados pela de adoção; sem direitos políticos, tornaram-se cidadãos de segunda classe “subordinados às autoridades governamentais, que no nível mais imediato eram os administradores das colônias” (SEYFERT, 1990, p. 80).

atitudes contraditórias, na medida em que, a princípio, sua condição econômica e cultural impedia à ascensão ao poder regional, levando-os a negar a validade da política institucional, refugiando-se em organizações religiosas como as capelas. (GIRON, 1997). Muitas vezes discriminados pelas autoridades brasileiras e vistos com desprezo pela elite dos grandes proprietários, percebiam que seu horizonte social compreendia seus próprios compatriotas, e que o estreito limite era complementado ao espaço econômico e geográfico, periférico dentro da província, sendo seu lote a “colônia”, sua única pátria possível. (GIRON; BERGAMASCHI, 1996, p. 23).

Os instrumentos usados por tal grupo social, na tentativa de coesão e manutenção de certa ordem, giraram, como já apontado acima, em torno do sentimento religioso, elemento sócio-cultural de reconhecimento mútuo, sentimento aos poucos instrumentalizado pela Igreja, que impôs sua própria disciplina e hierarquia institucional segundo os padrões defendidos pelo clero que atuava no local.⁶ Organizada a coesão interna, sua conformação política e cultural à sociedade rio-grandense comporia a nova etapa de adaptação deste colono no novo mundo, e este processo parece estar indelevelmente ligado ao progresso material alcançado por esta sociedade. Algumas décadas após o início da colonização, a prosperidade econômica e a formação de uma ainda incipiente burguesia regional colocariam a sociedade local em uma posição mais harmônica com os novos rumos adotados pelos políticos dirigentes estaduais. Isso se devia às mudanças ocorridas pela Proclamação da República e da subida ao poder de uma fração da elite estadual ligada ao Partido Republicano Riograndense (PRR) de inspiração positivista. A condição específica da subida ao poder do PRR, partido que não dominava as relações coronelistas vinculadas às elites pecuaristas tradicionais do Estado, obrigou este a buscar apoio em outros segmentos sociais, a fim de legitimar seu poder político. (PINTO, 1986, p. 15-23).⁷ Um destes segmentos seria a sociedade colonial italiana.

⁶ Sobre a importância da religião para os colonos italianos e o processo de domínio da Igreja na sociedade local, é importante citar algumas obras clássicas, embora algumas com aspectos já revisados e criticados pela recente historiografia. Neste sentido, ver: (MANFROI, 1975; DE BONI, 1980; COSTA, 1996). Entre os estudos mais recentes, já acessível por meio de publicação e que procura problematizar a questão, ver: (POSSAMAI, 2005).

⁷ Ainda sobre as características em que se deu o movimento republicano no Rio Grande do Sul, Pinto afirma: “O PRR foi um grupo marginal, formado por jovens advogados, médicos, engenheiros fortemente influenciados pelo pensamento positivista que, ao redor dos anos 80, voltavam ao Estado depois de haverem estudado nas universidades de centro do país. Não foram os estudantes gaúchos os únicos a se tornarem republicanos e positivistas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Entretanto, nos outros estados, estes grupos encontraram partidos republicanos já organizados e foram por eles assimilados. No Rio Grande do Sul os positivistas assumiram praticamente sozinhos a propaganda” (1986, p. 15-23). A deficiência de uma organização do movimento republicano no Rio Grande do Sul pode ser explicada pelo domínio exercido pelo Partido Liberal desde a década de 1870 que, assumindo um discurso radical, de oposição, fez com que os republicanos que desejassem atuar politicamente o fizessem dentro deste partido, impedindo que um movimento contestatório surgisse de forma desvinculada ao poder dirigente estadual. (PICCOLO, 1998, p. 62-69).

Já é bastante conhecido o fato de que a inserção política destes imigrantes se deu, a princípio, pela forma de cooptação de seus membros através de um controle que funcionava como reserva eleitoral para as sucessivas reeleições dos dirigentes do PRR. Chamados ao jogo político como coadjuvantes, forneciam uma base de sustentação eleitoral em troca dos benefícios econômicos que provinham do orçamento público estadual e que, aos poucos, denotaria as áreas coloniais como símbolo da modernidade estadual, plenamente justificada no desenvolvimento econômico por que passava o Rio Grande. “No Censo Industrial Brasileiro de 1907, o Rio Grande do Sul aparecia como a terceira força do país, atrás de São Paulo e Rio de Janeiro” (WASSERMAN, 2004, p. 279). Entre os setores econômicos mais destacados, encontravam-se vários pertencentes à indústria imigrante, não apenas italiana, mas também alemã, como cerveja, vinho, tecidos e banha, embora as principais atividades ainda estivessem ligadas à pecuária.

O processo de desenvolvimento econômico-colonial, ainda que ocupasse uma posição secundária, já mostrava sinais de uma dinâmica que atendia aos interesses do governo positivista. Na cidade de Caxias, por exemplo, no ano de 1915, o setor industrial correspondia a 43% da economia local, crescendo ainda mais durante o período de conflito europeu, como resultado do esforço de guerra, desenvolvendo indústrias ligadas à metalurgia, química, madeireira e vinícola. (GIRON, BERGAMASCHI, 2001, p. 85-86, 97).⁸ No contexto político-administrativo, por sua vez, permaneciam os intendentess que controlavam os poderes executivos locais pertencentes a setores sociais tradicionais do Estado, ligados à máquina partidária do PRR, alguns destes administradores perpetuavam-se no cargo graças às manipulações e fraudes eleitorais, cujo caso mais emblemático foi o do coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, que permaneceu na intendência de Bento Gonçalves por 32 anos (1892-1924). (FRANCO, ano, p. 135).

Porém, se esta inclusão não se efetivava na prática do campo político-administrativo, o elemento “italiano” passou a ser incorporado através de um discurso político oficial em que se destacava sua índole trabalhadora, ordeira e respeitosa, absorvida no lema “Ordem e Progresso”, o que vinha ao encontro dos anseios de imigrantes que trabalhavam duro para ascender e integrarem-se à nova sociedade. (CONSTANTINO, 2002, p. 83). Por fim, se a estrutura econômica, já nas primeiras décadas do século XX, apontava para uma importância

⁸ É preciso lembrar que, embora estes dados sejam apenas da cidade de Caxias, esta era a mais desenvolvida da região. Referente ao processo de desenvolvimento econômico geral da área colonial, é possível indicar, de forma mais específica, com ênfase, principalmente, no primeiro capítulo, as obras de Herédia (1997) e Giron (1994).

cada vez maior do setor colonial,⁹ se no âmbito do discurso esse imigrante se via incluído pelos seus aspectos morais, no aspecto do exercício de fato do poder político a sociedade colonial terá de esperar até a crise dos anos 1920 para, lentamente, ir ocupando os cargos de chefia dos poderes executivos locais, e consolidar sua posição na sociedade rio-grandense e nacional. Esse processo não será fácil e envolverá uma afirmação do elemento étnico italiano, com a construção de uma identidade local na qual influirão diversos aspectos, perfazendo um quadro não homogêneo, com diferentes fatores determinando a tomada deste poder, nas cidades da região.

Este é, portanto, o objetivo do presente estudo, isto é, analisar o processo de chegada ao poder político nas intendências da Região Colonial Italiana, procurando abordar os fatores envolvidos, tanto interna, quanto externamente, à sociedade colonial, percebendo as forças atuantes dentro de cada município e como os mesmos se articulavam, no contexto maior do estado e do país.

Os estudos sobre imigração italiana no Rio Grande do Sul já contam, há algumas décadas, com uma considerável produção acadêmica que envolve aspectos diversos do tema. Os trabalhos mais consistentes podem ser datados a partir da década de 1970, período marcado pelas comemorações do centenário da imigração italiana para o Brasil. Em termos gerais, a forma de enfocar o movimento imigratório já foi analisada por historiadoras, como Loraine Slomp Giron e Núncia Santoro de Constantino¹⁰ em artigos e seminários em que ambas procuram fazer um balanço da historiografia e apontar os caminhos mais recentes desta produção.¹¹

Entre os vários pontos em comum expostos pelas autoras, vale a pena ressaltar que ambas apontam para a influência da história cultural na produção historiográfica atual sobre a imigração, e, aqui, Constantino detalha melhor, sob orientação da chamada *Nova História*, cujos temas envolvem o cotidiano, a sexualidade, as representações, os conceitos de memória e identidade. (CONSTANTINO, 2007, p. 69). Essa nova tendência indica uma ruptura com o chamado paradigma tradicional, que privilegiava a narrativa centrada nos acontecimentos políticos baseados nos feitos de grandes personagens (BURKE, 1992, p. 7-16), adequada àquilo que Giron identifica com a visão da imigração como produto do Estado. Essa tendência

⁹ Giron observa que, em 1925, a burguesia regional, composta por italianos natos ou descendentes, já estava plenamente integrada ao capitalismo nacional. (1994, p. 41).

¹⁰ Especificamente, essas autoras tratam da imigração italiana para o Rio Grande do Sul.

¹¹ Giron analisa a imigração segundo um aspecto temático envolvendo a historiografia nacional, enquanto Constantino se atém à historiografia do Rio Grande do Sul e à forma de inserção do italiano na sociedade regional.

não tem, portanto, sua essência centrada no político, sendo mais uma reação, não no sentido de excluir, mas de repensar tal abordagem.

Contudo, mesmo que não mais ocupando um lugar central na historiografia atual, a história política ainda acompanha boa parte da produção acadêmica hoje, em dia.¹² Exemplos disso são os trabalhos clássicos, como o de Luiza Horn Iotti, *O olhar do poder*, baseado nos relatórios consulares produzidos pelas autoridades italianas, durante o período de 1875 a 1914, analisando, segundo uma perspectiva sócio-econômica, a visão do Estado italiano sobre seus emigrados (2001). Outro trabalho fundamental é o de Loraine Slomp Giron, *As sombras do Littorio*, estudo igualmente clássico sobre o fascismo na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul¹³ compreendendo o período de 1928 a 1938, movimento politicamente específico, cuja influência na região marcou a década de 1930, no sentido social, econômico e cultural.

Mais recentes são os trabalhos de Terciane Ângela Luchese (2002), *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde D'Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves – 1875 a 1889*, e Eliane Rela Alves (2004), *Nossa fé, nossa história: Igreja Católica, Maçonaria e poder político na formação de Caxias do Sul*. Luchese se detém nas relações estabelecidas entre o poder constituído e os imigrantes italianos, procurando descrever os atritos entre ambos, na tentativa de demonstrar que o imigrante não foi um sujeito pacífico e ordeiro, tal qual a historiografia tradicional procurou construir. Já Alves, abordando temporalmente o período aqui proposto e mais vinculado à problemática em questão, busca analisar o processo de chegada ao poder por parte de Celeste Gobbato, italiano nato, na intendência de Caxias, em 1924, inaugurando a mais significativa experiência de um italiano nos executivos locais daquele momento.

Essas referências remetem à presença da política nos estudos sobre imigração. Como observa Francisco Falcon, todavia, o diálogo da história com outros campos do saber dirigiu a análise política em associação com a antropologia, sociologia, ciência política, redefinindo sua abordagem. Isso quer dizer que a política e o poder não mais estão centrados no Estado, mas, sim, ligados

ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais; coloca-se como prioritária a prática do simbólico – simbolismo, formas simbólicas, mas sobretudo o *poder simbólico*, como em Bourdieu. O estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória

¹² As questões mais teóricas referentes a este problema serão tratadas mais adiante, quando da definição do referencial teórico do presente projeto.

¹³ O termo Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul será designado, de ora em diante, apenas como RCI.

ou as memórias coletivas, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder (1997, p. 76).

Dessa forma, é o próprio autor quem alerta para o fato de que vários trabalhos, embora não sejam explicitamente políticos, tratam de maneira transversal sobre o tema, e isso pode ser identificado na recente produção acadêmica sobre imigração.¹⁴ Tendo em vista a importância destes trabalhos, há de se destacar que nenhum deles trata especificamente sobre a forma como os italianos ou descendentes conseguiram ascender ao poder local e ocupar os postos-chave da política regional. Existe, sem dúvida, uma lacuna sobre a questão que ainda não foi preenchida, constituindo um foco de estudo até agora pouco explorado sobre a imigração. A pesquisa mais próxima é a de Eliane Rela Alves,¹⁵ que, no entanto, se atém apenas à cidade de Caxias, não fazendo referência ao contexto maior em que as mudanças políticas eram sentidas.¹⁶

Sendo assim, faz-se necessário uma abordagem rápida do período aqui estudado. O momento de crise econômica aberto após a Primeira Guerra Mundial se traduziria em um retraimento do mercado europeu aos produtos de exportação gaúchos, principalmente os relativos à pecuária. A crise no setor, irresolvida até o ano de 1922, juntar-se-ia à insatisfação da provável quinta reeleição de Borges de Medeiros, facilitando a união das oposições gaúchas lideradas por Assis Brasil, traduzida em luta armada no início de 1923, depois da

¹⁴ Um destes trabalhos, aqui já citado, é o de Paulo Possamai, (*“Dall’Italia siamo partiti”*: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul [1875-1945]), que trata da afirmação da Igreja Católica entre os imigrantes italianos e de suas estratégias de poder, seus conflitos internos e de sua imposição nas regiões de colonização, aqui não apenas na região da Serra Gaúcha, mas também da Quarta colônia, Silveira Martins, no centro do estado. Neste mesmo sentido, Maíra Inês Vendrame, em (*“Lá nós éramos servos, aqui somos patrão”*: a organização social dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins: 1877-1914), também analisa as estratégias de poder da ordem dos Palotinos no meio colonial, envolvendo sempre os diversos aspectos em conflito ali existentes. Poder-se-ia, ainda, aumentar a lista com outros trabalhos, como o de Luiz Eugênio Vescio, *O crime do Padre Sório*, novamente envolvendo a temática da religiosidade e as disputas de poder na quarta colônia. Outros, que abrangem movimentos políticos específicos, como o integralismo, de Daniela Pistorello, intitulado *“Os homens somos nós”*: o integralismo na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, abordam a problemática política já na década de 1930 e suas implicações, como o regime autoritário de Vargas; da mesma forma, Marcos Antônio Pagani, em *O nacionalismo na Região Colonial Italiana*, estuda os centros culturais no período da campanha de nacionalização, em especial o Centro Cultural Tobias Barreto de Meneses, na cidade de Caxias. Ficar-se-á apenas nestas referências, muito embora estejam longe de esgotar a lista de bons trabalhos em que se debruçam as pesquisas atuais.

¹⁵ Outro texto que trata sobre o tema e que, embora seja muito geral, analisa a atuação política dos imigrantes como um todo, abrangendo alemães e italianos, é *O imigrante na política rio-grandense*, de autoria de Sandra Pesavento (p. 156-194, in LANDO, 1980).

¹⁶ Os trabalhos de Iotti e Luchese não chegam até a década de 1920, e seus estudos não incluem uma análise mais detalhada em relação aos interesses e às estratégias dos imigrantes no intuito de inserção nas relações de poder do estado e, em alguns momentos, especialmente em Luchese, nem os próprios atritos descritos recebem uma análise mais cuidadosa. Obviamente que aqui se leva em conta o objetivo de cada pesquisa e suas delimitações teóricas, temporais e metodológicas, não se fazendo a exigência de que tais pesquisas mostrassem o que por elas não havia sido proposto. No caso de Giron, a política gira em torno de um movimento específico, entretanto já trate do período de afirmação do imigrante na sociedade estadual e nacional e que a própria elite tivesse usado o prestígio do fascismo para afirmar-se no poder ou mesmo influir nas decisões da política regional.

confirmação do resultado do pleito, fator que resultou na cisão das elites gaúchas e no enfraquecimento do poder de Borges de Medeiros no domínio estadual e, inclusive, de sua posição política em nível nacional. (VIZENTINI, 1992, p. 24).¹⁷ O fim da Revolução de 1923 marcou uma reordenação no cenário político estadual, quando o Pacto de Pedras Altas proibia a reeleição aos cargos executivos, bem como obrigou à nomeação do vice-governador do Estado e das representações das minorias em nível estadual e nacional. (VIZENTINI, 1992, p. 29).

Na esteira destas cláusulas, a proibição da reeleição aos cargos executivos abriria espaço para que novos elementos assumissem os postos nas intendências municipais, de forma que, se a redistribuição do poder dentro do estado exigia mais espaço para os liberais, a sociedade imigrante aproveitaria tal espaço para, a reboque, ver elementos étnicos seus na chefia das intendências.¹⁸ O ano de 1924 marca, portanto, as primeiras experiências duradouras de italianos e descendentes nestes postos,¹⁹ com Celeste Gobbato, em Caxias, e João Baptista Pianca, em Bento Gonçalves,²⁰ quebrando o domínio dos coronéis burocratas, subalternos hierárquicos do presidente do estado, nos dizeres de Franco. (2002, p. 130).

Mais do que esta experiência política, os anos 1920 marcarão a lenta afirmação de uma identidade étnica-italiana, cuja valorização apontará para uma integração cada vez maior dos imigrantes na sociedade gaúcha, amparados e moldados pela força institucional da Igreja Católica, que jogará um papel fundamental na adequação política e cultural destes.²¹ No mesmo sentido – em alguns momentos isto fica claro –, percebe-se a conotação de atritos étnicos como resquícios das rivalidades sempre presentes entre luso-brasileiros e italianos nas lutas políticas envolvendo o poder local, em alguns casos, inclusive, ganhando conotação de violência aberta, como o ocorrido em Antônio Prado, em 1936, quando o confronto entre

¹⁷ Em relação ao enfraquecimento da posição de Borges de Medeiros no contexto nacional, ver (LOVE, 1975, p. 197-232).

¹⁸ Esse fato ocorre não apenas entre italianos, mas também entre alemães. Neste sentido, ver (GERTZ, 2002, p. 51-89).

¹⁹ É preciso lembrar que outros elementos ligados etnicamente às comunidades imigrantes já haviam exercido tais funções, porém por um curto período, como no caso de Pelegrino Guzzo, em Alfredo Chaves (1906), e Hércules Galo, em Caxias (1914-1915), sendo este vice-intendente, assumindo o posto interinamente durante a ausência do Cel. Pena de Moraes (FRANCO, 2002, p. 134; PESAVENTO, 1980, p. 180).

²⁰ Embora, até então não residentes nas localidades, ambos moravam em Porto Alegre, eram indivíduos ao menos com alguma identificação em relação aos seus governados; Gobbato era italiano nato e Pianca descendente de imigrantes.

²¹ Fundamental é observar que, no próprio pacto de Pedras Altas, a participação de D. João Becker nas negociações, conclamando as partes em litígio para o entendimento, valeu para a Igreja um enorme prestígio, fazendo do arcebispo uma figura neutra com trânsito livre entre borgistas e maragatos, reforçando ainda mais o papel aglutinador da Igreja junto aos imigrantes e ao poder constituído (VESCIO, 2001, p. 195).

autoridades e colonos na praça central da cidade resultou na morte do delegado local e de três agricultores.²²

Durante a década de 1930, a presença de governantes com origens locais será ainda mais incisiva: em Caxias, Miguel Muratore (1930-1935) assumiria o poder quando da morte de Beltrão de Queiroz, e seria sucedido por Dante Marcucci (1935-1947); em Bento Gonçalves, Augusto Pasquali (1935-1938); por fim, em Garibaldi, Davide Sartori (1931-1932) e Vicente Dal Bó (1935-1942). Nota-se certa continuidade em alguns municípios, e descontinuidade em outros, o que indica que fatores internos determinaram a presença ou não de imigrantes e descendentes nos cargos dos executivos. É certo, porém, que nenhum deles era figura totalmente nova nos quadros dirigentes locais, muitos tendo ocupado cargos de conselheiros municipais em outras legislaturas e quase todos compondo a elite econômica local.

Os diferentes fatores que influenciaram a tomada do poder dentro de cada município precisam ser devidamente analisados. Assim, se em Caxias a articulação da Igreja Católica procurou romper com o domínio dos luso-brasileiros ligados à maçonaria, explicitando seu projeto de poder na região, a tônica deste processo não parece ter sido a mesma em Bento Gonçalves, onde tanto Pianca quanto Pasqualli eram maçons, e mantinham boas relações com a Igreja.²³ O processo mais complexo, no entanto, se deu em Garibaldi, onde, entre 1928 e 1935, ocuparam o cargo sete diferentes intendentes, fruto de atritos internos envolvendo libertadores e republicanos. (VALDUGA, 2007, p. 146-149).

Nota-se, portanto, que embora existam alguns fatores gerais que levaram imigrantes e descendentes aos postos-chave da política regional, não houve homogeneidade no processo, o que pode ter determinado a continuidade ou não da presença deles nos referidos cargos. Além disso, é necessário ter em vista os diferentes momentos políticos por que passavam o país e o estado, pois o intervalo de 1924 a 1938 marca um período de redefinições e redistribuição de poderes no país, com o golpe de 1930 e o Estado Novo, em 1937, o que pode ser notado nas articulações partidárias dentro de cada município, exemplificadas na renúncia de Augusto Pasqualli, em 1938, na prefeitura de Bento Gonçalves, quando do rompimento de Flores da Cunha com Getúlio Vargas. É dentro deste cenário complexo que o presente estudo se moveu.

Desta forma, as questões propostas a nortear a pesquisa são as seguintes:

²² Sobre este acontecimento, ver (GUZZO, 1998).

²³ Em Bento Gonçalves, os atritos entre a Igreja e a maçonaria só se fariam presentes a partir de 1943, quando o padre Luiz Mascarello chega à cidade. Sobre esta questão, ver (CUNHA, 2002).

- Como se deu a participação política do imigrante durante o processo de organização e adaptação social à nova terra?

- Quais foram os fatores gerais que proporcionaram aos imigrantes e descendentes de italianos a ascender aos cargos de chefia dos executivos regionais?

- Quais os fatores que atuaram dentro de cada município aqui estudado para a efetivação deste poder e como eles se articulavam no contexto maior do Estado e do país?

Quanto às fontes utilizadas, foi pesquisado o material disponível nos arquivos públicos das cidades abrangidas – Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi. Analisou-se a documentação oficial referente à administração dos municípios, correspondências entre intendentes e autoridades políticas estaduais, composição dos cargos eletivos, como os conselhos municipais, filiações partidárias, origem e posição social de tais elementos, entre outros. Da mesma forma, foi consultada a documentação disponível nos Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Borges de Medeiros, localizado no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa.

Material importante são, ainda, as edições de jornais da época, como os que circulavam na região colonial, disponíveis principalmente no Arquivo Histórico de Caxias do Sul e Museu Casa do Imigrante, em Bento Gonçalves. A complementação da pesquisa necessitou, também, de consulta a acervos particulares, como o de Márcia Lorenzini, em Bento Gonçalves, referentes à coleção do jornal *Il Corriere d'Itália*. A organização do material deu-se através da utilização da metodologia da análise de conteúdo, seguindo os seguintes critérios:

- Posição ocupada e argumentação utilizada por quem participa do processo em questão;

- Identificação dos diferentes contextos em que se inserem os acontecimentos e atores históricos;

- Caracterização dos contextos.

A análise de conteúdo é entendida, aqui, como um conjunto de técnicas e procedimentos capazes de fornecer ao pesquisador instrumentos a fim de interpretar os seus documentos. O uso dessas técnicas será adequado aos propósitos do historiador, desde que permita um olhar crítico e a produção de uma síntese original quanto ao tema. Segundo as sugestões de Núncia Santoro de Constantino e seguindo os passos dessa metodologia, será organizado um corpus documental, para, posteriormente, ser desconstruído em unidades de

análise e, finalmente, ordenado em categorias com a finalidade de construir um metatexto. (CONSTANTINO, 2002, p. 186).

Em relação, especificamente, ao documento, sua interpretação, acima de tudo, volta-se à percepção das relações de poder e ao contexto político em que este foi produzido. Lembrando Le Goff,

o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de força de quem aí detinha o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (1996, p. 545).

Assim, como forma de melhor sistematizar, e já estabelecendo um roteiro com diretrizes básicas dos tópicos a serem analisados, será necessário:

- Compreender o contexto político, social, econômico e cultural em que os imigrantes da Região Colonial se viram inseridos nas primeiras décadas no Rio Grande do Sul;
- Analisar as forças e os resultantes atritos de sua condição no jogo político estadual;
- Analisar a forma de afirmação da comunidade étnica-imigrante italiana e sua inserção na sociedade regional gaúcha e nacional brasileira;
- Estudar o processo de transformações políticas no estado e no país, desde a década de 1920, e suas implicações na comunidade local;
- Analisar a composição e organização das alianças e forças políticas atuantes em cada cidade pesquisada;
- Estabelecer as semelhanças e as especificidades de cada caso.

Seguindo a proposta e procurando organizar tais itens, foram elaborados três capítulos, cujos conteúdos assim foram organizados:

No primeiro capítulo, fez-se uma revisão bibliográfica sobre as principais obras de cunho político da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Essa análise procurou agregar e comparar a produção historiográfica com documentação primária referente aos temas estudados nas obras. Foi incluído, ainda, um item que procura especificar e esclarecer algumas questões teóricas, não suficientemente abordadas no decorrer do texto.

O segundo capítulo tratou dos meios e das formas de ações políticas dos imigrantes, isto é, os caminhos que levavam à participação, como podiam atuar ou influir no campo do poder. Da mesma forma, essas possibilidades foram se modificando conforme houve mudanças nas condições históricas, como as transformações urbanas, econômicas e culturais, aspectos também observados no capítulo.

Por fim, o terceiro e último capítulo estuda os processos internos referentes a cada município (Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi) durante as décadas de 1920, 1930 e 1940, os quais levaram imigrantes ou descendentes à chefia dos executivos.

Já foi possível fazer referência, aqui, aos rumos historiográficos envolvendo a questão da história política e ao descrédito do modelo tradicional deste fazer histórico centrado na visão de Estado,²⁴ o que não pode ser confundido com o fim da história política, uma vez que a própria categoria hoje é entendida permeando de forma mais incisiva toda a ação humana. De qualquer maneira, a continuação e a persistência do político são denotadas pelo peso do poder do Estado nas sociedades contemporâneas (CARDOSO, 1997, p. 133), malgrado as críticas e mazelas daí originadas, e a tão propalada crise do mesmo. Não foi em vão que Julliard afirmou que “só há história contemporânea quando *política*, quer dizer, que coloque problemas de decisão. A ilusão de uma história sem política repousa num material morto e sem interesse” (1976, p. 186). Se tal história é necessária, começar-se-á por definir o lugar do político nela. Nesse sentido, para René Rémond,

nada seria mais contrário à compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios. Consequentemente os historiadores do político não poderiam acantonar-se nele e cultivar seu jardim secreto à margem das grandes correntes que atravessam a história. A história política exige ser inscrita numa perspectiva global em que o político é um ponto de condensação (1996, p. 444-445).

Inscrita, portanto, no domínio geral do político, coloca-se a perspectiva de uma história regional e local, entendida aqui como um processo que

não trata de sacrificar o geral ao particular, mas trazer o que aparentemente é insignificante no contexto das experiências humanas como revelador de um fenômeno mais geral. Esta análise do particular não deve estar isolada de um contexto maior onde as relações são constituídas [...] não podemos esquecer que uma análise histórica construída a partir de um pequeno fato pode estabelecer vínculos importantes entre o passado e o presente e, sobretudo, entre a História Nacional e Local (RODRIGUES, 1997, p. 160-161).

No contexto específico em que se insere o presente trabalho, será adotada uma linha de abordagem que privilegie os aspectos político-culturais no âmbito da imigração italiana, mas que não reduzam a análise a determinações puramente “*particularistas*”, como observa René Gertz, mas que procure entender a lógica e dinâmica deste processo a partir de

²⁴ É interessante notar que se esta história serviu para justificar o personalismo e o domínio de classe, não são menos verdadeiros os descaminhos por que ela passou quando tentou traçar a via oposta, fazendo uma espécie de história-denúncia dos oprimidos, desqualificando a “história oficial” e ainda reduzindo a dinâmica histórica a dualismos simplistas, esquecendo os diversos matizes do processo. (BORGES, 1996, p. 155).

elementos “*universais*”, como a busca pela cidadania ou o respeito pela diversidade. (2007, p. 80).

Em toda organização social, a luta pelo poder se traduz em grupos de interesses que atuam estrategicamente para influir na vida política. Estes grupos são identificados por Weber como os partidos: “o controle da política pelos partidos significa, simplesmente, o controle pelos grupos de interesse” (1983, p. 66). São eles os responsáveis pela distribuição do poder dentro de uma sociedade, o que não significa que devam pertencer exclusivamente a uma classe, pois os grupos de interesses podem compor frações de classes e usar de diversos métodos para chegar ao poder, possuindo estruturas efêmeras ou duradouras não confinadas em fronteiras políticas rígidas. (WEBER, 1983, p. 127, 136-137). É neste sentido que, novamente Carlos Vasconcelos Rocha, utilizando Pizzorno, identifica dois momentos inter-relacionados nos processos políticos:

o momento da ‘construção do poder’ – no sentido de busca de consenso – que envolve a capacidade de criação de ‘áreas de igualdade’ para a formação do sistema de solidariedade, e o momento da ‘distribuição do poder’ em que indivíduos ou grupos entram em disputa para fazer valer seus interesses (1999, p. 14).

A construção do poder, portanto, embora inclua a força, a violência e a dominação,²⁵ inclui também espaço de negociação instrumentalizado pelos partidos. Conforme Serge Bernstein, “o partido aparece fundamentalmente como o lugar onde se opera a mediação política” (BERSTEIN, 1996, p. 60). Mas, se no sentido prático de uma vivência cotidiana da atuação política a organização partidária concentra as aspirações dos diferentes grupos – este o problema central da política –, estas precisam ser traduzidas e organizadas por meio de um discurso. Para Hannah Arendt, “sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político” (1981, p. 11). Retomando Bernstein, ainda,

é no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações (1996, p. 61).

Na medida em que este discurso tem por pressuposto ser universal, tentando traduzir visões de mundo conflitantes, a questão do poder como medida de controle novamente se

²⁵ Robert Dahl identifica estes elementos (poder, força, violência, dominação) como formas de influências presentes em todas as relações políticas, que podem variar segundo alguns fatores fundamentais, expostos resumidamente: 1) diferenças na distribuição dos recursos políticos; 2) variação na eficácia com que os indivíduos usam seus recursos políticos; 3) variação na amplitude de uso de recursos com objetivos políticos. (1981, p. 23, 31).

torna problemática. O uso de tal expediente, como analisa Norberto Bobbio, pode não funcionar no seu intuito de intermediação, quando um determinado comportamento ou discurso ocasiona reações diversas, segundo contextos específicos. (BOBBIO, 1992, p. 935). Neste caso, a atuação política tem que articular o local e o global, o que remete às formações dos regionalismos e às formas como o poder político ali circula.

Analisar uma região é algo complexo, pois implica considerar fatores característicos a ela, ao mesmo tempo em que incorpora elementos do todo que ela ajuda a constituir. Nos dizeres de Milton Santos, “quanto mais pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do mais pequeno” (SANTOS, 2008, p. 3). Iná Elias de Castro, ao abordar a questão do regionalismo, percebe sua construção como “espaço das sociedades locais em interação com a sociedade global, porém configurando-se de forma diferenciada. A região é justamente a expressão das diferenciações do processo de produção do espaço; as diferenças se combinam, mas permanecem como diferenças” (1989, p. 390-391). De qualquer forma, o problema sempre reside na diferença, já que a região é, primeiramente, um espaço vivido, concreto, que se confronta e ao mesmo tempo é plasmado “pela territorialização das relações sociais” que implica a administração política do espaço (CASTRO, 1989, p. 391).

Naquilo que se refere aos territórios constituídos pelos Estados nacionais, os instrumentos de intervenção política do poder central se articulam, na forma de conflito ou associação, com os interesses regionais sustentados por grupos dominantes ali estabelecidos: “o regionalismo, portanto, é um conceito eminentemente político, vinculado, porém, aos interesses territoriais” (CASTRO, 1989, p. 192).

Contudo, como produto social, o espaço da região também é simbólico, construído pelo tempo e pela história, o que denota também o uso do poder. No sentido dado por Pierre Bourdieu, “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)” (BOURDIEU, 2001, p. 9). O domínio e a afirmação em torno das representações ligadas “à *origem* através do *lugar* de origem” são usados para definir a legitimidade das divisões do mundo social, realizando “o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e unidade do grupo” (BOURDIEU, 2001, p. 113).

Validar a construção de uma identidade, então, diz respeito não apenas ao fato de “ser diferente, mas também de ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença” (BOURDIEU, 2001, p. 129).

Por fim, a região, por sua característica particular de fronteira, é o local primordial para a produção de identidades²⁶, e onde a ação da política se torna aguda, justamente pela pluralidade que ela engendra.

É inevitável construir uma análise política sobre a sociedade imigrante italiana sem referência à sua condição de grupo marginal, marcado pelo estigma da diferença, inserido em um estado onde a própria condição de uma identidade regionalista em relação ao restante do país se fez sentir muito cedo e sempre fora historicamente problemática.²⁷ Para Newton L. G. Carneiro,

o regionalismo é um traço marcante no Rio Grande do Sul devido à história da sociedade local em relação ao centro de poder nacional. Se há novas e constantes reposições durante o século XIX (sem esquecer-se que as mesmas prolongaram-se século XX afora), estas devem ser consideradas pelas necessidades locais de opor-se aos processos de homogeneização que colocam em constante crise a região como unidade local de poder (1998, p. 332-333).

Com a Proclamação da República, a questão política no Rio Grande do Sul ganhará contornos ainda mais específicos quando, após a vitória dos republicanos, na Revolução de 1893, o líder do PRR, Júlio de Castilhos, seguido por Borges de Medeiros, direcionará sua atuação com o objetivo de fortalecer sua posição regional, mantendo-se equidistante das questões relativas ao poder central do Brasil, mais preocupado em sustentar uma autonomia do Estado entre as forças políticas nacionais. Castilhos havia montado uma organização capaz de controlar o poder segundo certos expedientes²⁸, cujo ponto nevrálgico era o domínio dos

²⁶ Cabe agora fazer algumas considerações sobre a identidade. No presente trabalho, este conceito será tomado a partir de dois planos: a identidade nacional (ligada ao Estado) e a identidade étnica (vinculada aos grupos sociais mais específicos). No primeiro caso, o nacionalismo é entendido por muitos teóricos como produto do capitalismo moderno que, por necessidade de mercado, havia rompido as fronteiras comunais, unificando aldeias e submetendo um território ao mando de um governo soberano, o Estado-Nação. A comunidade nacional é produto de uma política de Estado que se impõe no domínio público, padronizando o material simbólico em que esta comunidade se identifica, e cuja existência civil é dada pelo próprio Estado através da noção de cidadão. (BAUER, 2000, p. 52; BREUILLY, 2000, p. 171-175; HOBBSAWN, 2003, p. 214). Sobre a etnicidade entende-se a invenção de uma identidade de grupos no intuito de adaptar-se ao outro, produzida em contextos históricos específicos, especialmente os de crise, em que aparecem sempre as definições dicotômicas nós/eles, cuja origem é buscada em um passado comum, baseado na tradição e sustentado sobre traços culturais diacríticos, como religião, dialeto. Tal identidade pressupõe o uso da memória coletiva no sentido de fornecer uma estabilidade e um sentido histórico para a existência do grupo, fornecendo um quadro natural e permanente do mesmo. No entanto, isso não significa falta de mobilidade social, pois as fronteiras são sempre móveis e características culturais de um grupo podem mudar segundo as circunstâncias em que estes se colocam em contato. No fundo é essa a condição de existência da identidade. (CONZEN, 1990, p. 6-12; BARTH, 1998, p. 187; POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998, p. 152-153; CONSTANTINO, 1990, p. 324; CATROGA, 2001, p. 46; HALBWACHS, 1990, p. 88).

²⁷ Segundo Love, “na primeira década da independência, o Rio Grande era a única área do Brasil com autêntica fronteira cultural, isto é, aquela em que uma população brasileira bem estabelecida se defrontava em pé de igualdade com populações bem enraizadas e distintas logo adiante da linha divisória” (1975, p. 13-14).

²⁸ “O poder da máquina republicana dependia, em larga escala, de seu controle ininterrupto sobre o governo estadual. Pela Constituição de 14 de julho, o governador tinha uma autoridade legal equivalente a um poder ditatorial. Mesmo assim, era importante a cobertura de um partido disciplinado e, para ter esta disciplina, seu

municípios. Esse expediente foi comum em todas as regiões do Brasil durante a República Velha, e sua política específica ficou conhecida como o Coronelismo, definido, aqui, de forma geral, segundo a perspectiva de Victor Nunes Leal, como “um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (1948, p. 8).²⁹

As condições específicas da Região Colonial Italiana fizeram com que Sérgio da Costa Franco, tomando o conceito de Raymundo Faoro, identificasse ali a presença dos coronéis burocratas “inteiramente submissos ao chefe unipessoal do partido, que, a partir da morte de Castilhos, em 1903, confundia-se com a pessoa do presidente do Estado, Borges de Medeiros” (2002, p. 130). Dessa forma, o exercício do poder político aí se dava pelo controle administrativo de políticos de carreira, modelo que, de certa forma, como já apontado anteriormente, também representava uma área de convergência entre os interesses da sociedade colonial e o poder dominante do Estado.³⁰ Para o autor, não havia um interesse das elites locais em exercer o poder político, até a metade dos anos 1920, sendo que “os colonos mais abastados, os industriais e comerciantes das vilas, estavam antes de tudo preocupados com o desenvolvimento de seus negócios e com a acumulação de bens” (FRANCO, 2002, p. 132). Essa afirmação, contudo, é problemática, pois a questão não parece ser o interesse em exercer o poder, mas as condições específicas que possibilitassem seu exercício, o que só irá ocorrer a partir da crise dos anos 1920, com o abalo do modelo borgista, rompendo com a política tradicional e forçando uma redistribuição do poder, agora mais vinculado à política nacional, processo acentuado após 1930. Segundo Trindade,

levada, pelo movimento revolucionário, a uma participação ativa no âmbito nacional, a elite política republicana e libertadora rompe as fronteiras do regionalismo tradicional da República Velha e provoca uma redefinição do espaço político e das novas diretrizes a serem seguidas, tanto ao nível interno quanto ao nível externo. A postura dos grupos políticos frente a esta nova concepção – o reconhecimento da

chefe dispunha de quatro elementos: o poder do Governador de cancelar eleições municipais ou de interferir na política local por outras vias e mediante decreto; o controle dos assuntos partidários em nível local, através de coronéis leais exclusivamente a ele; a capacidade dos coronéis de mobilização dos votos em seus distritos, empregando a violência e a fraude quando necessárias; e a eficiência da poderosa Brigada Militar estadual, que podia ser empregada para fins políticos” (LOVE, 1975, p. 82-83).

²⁹ Houve variações na forma de aplicação desta política segundo as unidades federativas do país e, mesmo dentro delas, as variantes locais também ganharam contornos próprios. No caso do Rio Grande, consultar a obra de referência básica: (FÉLIX, 1996).

³⁰ Isso não significa que a aceitação desse poder dominante fosse completa e que nem mesmo os mecanismos de controle funcionassem perfeitamente. Exemplos disso foram a vitória, em 1922, de Assis Brasil, em Antônio Prado e na mesma cidade, a vitória da oposição para deputado federal, em 1924, assim como a transferência da Comarca de Caxias para Bento Gonçalves, em 1907, devido aos intensos atritos políticos e insubordinações de conselheiros municipais em relação à intendência do Município. Ver: (GUZZO, 1998; ALMEIDA, 2003, p. 337).

política nacional – leva a sucessivas crises internas que moldarão um novo grupo para atuar na vida político-partidária regional (1981, p. 226).

Embora, segundo Aspásia Camargo, esse novo grupo ainda representasse a permanência de uma “teia de relações pessoais, lealdades e compromissos” (1983, p. 388-389), não há dúvidas de que significaram alterações políticas e sociais importantes, em seus locais de atuação. A crise da República Velha, ponto de partida deste processo, encontra seu desfecho na revolução de 1930 que, para Simon Schwartzman, “é um marco decisivo entre o período de maior descentralização política da história do Brasil independente, que é o período da República Velha, e o período de maior concentração política da história brasileira, que começa com o Estado Novo, em 1937” (1983, p. 369). Essa centralização política foi acompanhada também por uma discussão a respeito da identidade nacional. Para Oliven,

nas décadas de vinte e trinta do século XX, vários intelectuais estão interessados na organização social e política brasileira, especificamente no que diz respeito a como pensar as regiões num país de dimensões continentais como o Brasil. A preocupação é em geral com a possibilidade de separatismo e a consequente fragmentação da nação (2006, p. 43).

A ideia de uma nação moderna exigia a integração do país num momento no qual os regionalismos eram reordenados na tentativa de adequá-los a um modelo do que é nacional e do que é estrangeiro, sendo que a identidade gaúcha entrava nesta discussão. Mais agudo, porém, era o caso das comunidades imigrantes que, ainda integrando-se à sociedade gaúcha, percebiam sua identidade dicotomizada entre a fidelidade ao Estado brasileiro no sentido político-econômico e a identificação cultural com seus países de origem (SEYFERT, 2000, p. 152), o que não podia ser aceito pelos ideólogos do nacionalismo que “partiam do pressuposto realista de que havia alguns elementos que caracterizavam a maioria da população brasileira – falar português, por exemplo – e que não era possível tolerar a coexistência de ‘desafiadores dessa realidade’” (GERTZ, 1994, p. 22-23).

Por fim, desde os anos 1920, a consolidação da Igreja Católica como instituição dominante na RCI fará com que esta assuma o papel de orientadora dos rumos políticos a serem tomados pelos imigrantes e seus descendentes. Reforçada pela reaproximação com o Estado após 1930, passará a atuar indiretamente na vida político-partidária, erigindo o símbolo do catolicismo como via de acesso à cidadania brasileira enquanto construía uma identidade amparada no modelo civilizacional europeu, agora sob influência do fascismo.

Esses são os elementos que atuaram como forças políticas na posse dos postos dirigentes regionais. O estudo deste processo compõe a organização de todos estes fatores que interagem e constroem as especificidades históricas do período.

1. TEMPOS E ESPAÇOS DA POLÍTICA NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL

Pensar a política é pensar a própria diversidade social, no contexto de suas lutas, forças, violências, de seus acordos, e de todas as possibilidades que as ações humanas em conjunto são capazes de criar. Tentar fazer uma história política é, talvez, procurar encontrar e percorrer os caminhos que os grupos sociais construíram ao longo do tempo, e que possibilitaram sua existência como organismo coletivo, organizado, com capacidade de atuar sobre essas mesmas possibilidades.

Por mais que essas afirmativas pareçam um lugar comum, elas não são assim tão evidentes. O mesmo se poderia dizer sobre os velhos preconceitos contra a política e, por decorrência, contra a história política. A produção historiográfica em geral já reviu e criticou esse antigo modelo de escrita,³¹ no entanto, no presente caso da historiografia política da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, a persistência de certas lacunas ainda dá margem à sobrevivência de visões estereotipadas sobre o assunto, e que se reproduzem, seja na fala acadêmica, seja no senso comum.

É inegável que a produção historiográfica das últimas décadas desfez diversos desses preconceitos, redirecionando os estudos da sociedade colonial, abrindo espaço para que se pudesse abordar efetivamente a região como um campo de lutas propriamente políticas. É difícil imaginar uma sociedade sem política, o que não quer dizer que sua existência seja impossível. A menos que essa seja uma utópica construção histórica, caso muitas vezes evidente na historiografia imigrante, o efetivo aniquilamento do espaço público e a eliminação da diversidade social são menos irrealistas do que pavorosos, segundo Arendt (1998, p. 85).

Negar a possibilidade de ação política é atestar a mísera condição humana de quem apenas reage ao mundo, tirando-lhe a capacidade da ação que conduz à liberdade. Sustentar historicamente, a noção de descaso político por parte do imigrante, quando se refere ao universo colonial, é a essência daquilo que se chama de preconceito. Aceitá-lo é simplesmente o sintoma mais evidente de que não mais podemos nos proteger de tais ideias, mesmo porque a falta de qualquer função social dessas concepções é o que as torna perigosas. (ARENDR, 1998, p. 84).

³¹ Não se trata de rever toda a discussão a respeito do fenômeno, fato já abordado na introdução desse trabalho, mas apenas de apresentar alguns elementos que caibam na discussão sobre a historiografia política referente ao tema estudado pela presente tese.

A questão, aqui, portanto, parece ser a de descobrir o fundamento deste preconceito, em virtude do que e em nome de quem ele foi reproduzido. O intuito desse capítulo é o de percorrer esse caminho, procurar entender, através de fontes e da própria produção historiográfica, como foi construída a imagem de uma sociedade desinteressada pela política ou mesmo de sua condição submissa no jogo de poder regional.³²

Em junho de 1945, já no processo chamado de redemocratização do país, Adamastor Greca, correligionário de Borges de Medeiros, relata, a partir de Veranópolis, seus esforços em prol da montagem de uma comissão executiva do Partido Republicano no sentido de intensificar a campanha para a eleição do futuro presidente da nação. Não obstante seu empenho, a iniciativa esbarrava, segundo sua queixa, no argumento de que “o eleitorado deste município é amorfo e tímido e aqueles que têm algum esclarecimento estão indecisos” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 10479, carta de Adamastor Greca, Fundo Veranópolis, 9 de junho de 1945).³³ Em 1937, Albigerto A. Maia, prefeito de Guaporé, informava ao Gal. Manoel de Cerqueira Daltro Filho, interventor federal no Rio Grande do Sul, que “a colônia e os colonos não tem partido político, acompanham sistematicamente o governo” (FÉLIX; SCHMIDT; KLEBER, 1992, p. 230). Em 1922, Virgílio da Silva, intendente de Encantado, em carta a Borges de Medeiros ao relatar problemas ocorridos nas eleições daquele ano, observa que “compreendi desde logo o embaraço e a indecisão em que iríamos colocar os colonos, dada a sua timidez e o nenhum amor pela política” (FÉLIX; SCHMIDT; KLEBER, 1992, p. 230).

Em 1914, Afonso Aurélio Porto, então intendente de Garibaldi, lembrava a Borges de Medeiros que “dentro da ordem e da paz, ninguém jamais se preocupa senão do trabalho” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 0227, carta de Afonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 20 de maio de 1914), sendo os interesses políticos fruto de iniciativas ambiciosas e pontuais de particulares. Antônio Casagrande, descendente de imigrantes nascido em Caxias, recusa, em 1915, a indicação para concorrer a intendente da cidade, alegando que “seria um sacrifício demasiadamente grande aceitar o cargo de intendente de um município” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00426, carta de Antônio Casagrande, Fundo Bento Gonçalves, 26 de março de 1915).

³² É inevitável, num primeiro momento, fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema. No entanto, a proposta para o presente capítulo é pontuar essa revisão e analisá-la, na medida do possível, sob a ótica de fontes que possam melhor elucidar o problema. Serão abordadas algumas obras fundamentais, sem a intenção de se realizar maçantes digressões sobre visões cristalizadas da historiografia. Os problemas e os conceitos teóricos serão necessariamente incluídos no corpo desse capítulo, na medida em que se desenvolver a questão central à qual se propõe.

³³ Todos os trechos de documentos e cartas transcritos literalmente neste trabalho respeitam a estrutura da Língua Portuguesa vigente à época de produção.

Hércules Galló, em 1914, ao ter de assumir a intendência de Caxias devido à licença de Penna de Moraes, então intendente, alertava ao presidente do Estado de que poderia permanecer no cargo somente até o final daquele ano, em virtude do “prejuízo para o estabelecimento industrial que administro na qualidade de co-proprietário e diretor técnico, tendo sob minha responsabilidade um capital de 1.400\$000\$000” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01351, carta de Hércules Galló, Fundo Caxias do Sul, 6 de dezembro de 1914). Já são bastante conhecidas as cartas de Paulo Rossato e de sua posição ao relatar a vida na América, a vantagem de estar distante dos patrões, das autoridades constituídas, a valorização do esforço e do trabalho como fator de progresso.³⁴

Os exemplos poderiam se multiplicar, e talvez demonstrassem o quanto a tese do desinteresse pela política poderia estar correta. A própria historiografia apresenta esse aspecto como um dos pontos fundamentais no processo de incorporação do imigrante na política regional. Tornou-se quase ponto de consenso a versão de que a preocupação central dos colonos era o de fazer progredir seus negócios, sendo que até mesmo os mais abastados não se dedicavam à política, o que tornava a sociedade colonial um “instrumento dócil do governo do Estado em todos os pleitos” (FRANCO, ano, p. 132). Sandra Pesavento observa que, mesmo após a naturalização maciça de 1891,

o resultado não foi a integração da população colonial no processo político como um dos participantes do exercício do poder. Os descendentes de imigrantes foram utilizados como massa de manobra eleitoral dentro de uma estrutura oligárquica de mando (1980, p. 172).

Loraine Slomp Giron afirma que os colonos, “desiludidos com os administradores, passam a encarar os políticos como inimigos perigosos” (1996, p. 63), o que teria resultado em uma negação da política institucional e seu refúgio em organizações religiosas como as capelas (1997). Em todas as passagens, percebem-se referências à indiferença, à negação, à fuga ou simplesmente à aceitação passiva da condição de submissão, ante uma estrutura dominadora e opressora exercida pelo Estado em nome de uma classe social. Certamente, há que se observar os devidos referenciais de quem produziu tais ideias, o que será feito em momento oportuno, mas é inegável que nem todas as políticas institucionais são um horizonte palpável ao colono.

O espaço da política é sempre um espaço de mediação; se existe a possibilidade de uma inter-relação, o isolamento é rompido e os vínculos fundados constituem o elemento-chave para se entender o jogo de forças em que cada grupo atua. Quaisquer que sejam as

³⁴ Existem inúmeras passagens nas quase 20 cartas publicadas, cujas referências remetem ao modo típico do pensar do colono, tal como foi cristalizado pela historiografia oficial. (DE BONI, 1971, p. 27-72).

posições dos atores, seus atos não partem do nada e não se movem no vazio. Há intenções, interesses, e ninguém é tão vítima para posar sempre de oprimido nem tão inerte para ser indiferente. Como lembra Arendt, “o alheamento sem política indica a falta do menor interesse do opressor pelo oprimido” (2007, p. 25), o que evidentemente não corresponde ao presente caso; o mesmo se poderia afirmar do seu contrário.

A omissão e o silêncio podem indicar sintomas de uma presença incômoda até o momento em que as evidências não possam mais ser disfarçadas. Nesse momento, se poderia pensar no artifício mais comum e autorizado que justifique a invisibilidade de um grupo numa sociedade, isto é, sua presença ou não nos atos que a fundam e que lhe emprestam sentido.³⁵ Esse é o primeiro grande problema que envolve a sociedade imigrante. No já clássico trabalho sobre a historiografia rio-grandense, Ieda Gutfreind aponta para duas matrizes básicas que construíram o fundamento da identidade gaúcha: a matriz platina e a matriz lusitana. Segundo a autora, ambas apresentam a “preocupação de definir a ‘natureza’ e as ‘origens’ da sociedade gaúcha” (GUTFREIND, 1998, p. 14), buscando, ou na expansão espanhola da fronteira no Prata, ou na conquista portuguesa da mesma região, o caráter de definição do homem rio-grandense.³⁶ Desnecessário uma análise detalhada para perceber-se que o fator imigrante não aparece na composição originária da sociedade sulina. Suas práticas políticas, culturais e sociais não podiam se adequar a um modelo produzido através de penosas guerras e disputas fronteiriças, cujos limites haviam sido definidos pelo sacrifício daqueles que antes constituíram e criaram a parte sul do Brasil.

O imigrante é um termo fora da tradição e que não participa da história. Mais do que isso, no momento em que se constituem tais matrizes, nas primeiras décadas do século XX, a sociedade imigrante já apresentava sinais evidentes de progresso e ensaiava seus primeiros passos no sentido de uma participação efetiva no poder institucional. Se em alguns momentos sua omissão foi impossível, restava sua detração. Como nota Giron, Alfredo Varela foi um dos maiores críticos da imigração, considerando-a “perniciosa aos interesses e à cultura

³⁵ Aqui se pode usar novamente Hannah Arendt, quando lembra o sentido clássico da palavra autoridade, compreendida desde a tradição romana até as portas da modernidade. “A palavra *auctoritas* é derivada do verbo *augere*, ‘aumentar’, e aquilo que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é a fundação. [...] a autoridade dos vivos era sempre derivativa [...] da autoridade dos fundadores que não mais se contavam no mundo dos vivos. A autoridade, em contraposição ao poder (*potestas*), tinha suas raízes no passado, mas esse passado não era menos presente na vida real da cidade que o poder e a força dos vivos”. Embora a autoridade dê fundamento ao poder, este se ancora no presente graças à refundação da história e da identidade que ela permite. A crise da autoridade na modernidade é produto da perda das tradições e, por decorrência, dos fundamentos que a sustentavam. Ao identificar o impasse, evidentemente Arendt não propõe uma volta ao passado, mas sim a possibilidade de um novo começo e de uma nova fundação. (AVRITZER, 2006).

³⁶ Entre os autores classificados na matriz platina, Gutfreind cita: Alfredo Varela, João Pinto da Silva, Rubens de Barcellos, Aurélio Porto. Os autores da matriz lusitana são: Souza Docca, Othelo Rosa, Moysés Vellinho e Manoelito de Ornellas. (1998, p. 13).

nacionais” (GIRON, 1999, p. 120). Moysés Vellinho afirmava que “como se não bastasse o longo contato litigioso com os povos vizinhos, vieram depois, em grossas levas sucessivas, as imigrações alemã e italiana, que foram enquistadas em áreas incultas e segregadas da comunidade castiça” (VELLINHO, 1970, p. 231). Sua presença fomentava “novas fronteiras corruptíveis do idioma, e desta vez portas adentro, agravavam potencialmente os riscos que ameaçavam de fora” (VELLINHO, 1970, p. 231).

O problema então era o da fronteira interna, já que o intuito desses intelectuais era o de formar uma identidade homogênea, aplainando os espaços segundo as feições constituintes dos seus fundadores. José Honório Rodrigues, na década de 1950, em seu trabalho intitulado *O continente do Rio Grande*, usando o conceito de Turner, afirma que “a significação da fronteira é a existência de uma terra livre, em contínuo movimento, recebendo o avanço da colonização que enfrenta todas as condições adversas e efetua a incorporação desses trechos ao tipo de cultura que ela representa” (1954, p. 30). Com certeza, as feições dessa terra livre não eram do imigrante, tanto que o autor não chega a abordar o tema. Assim, por ser imprópria e inadequada, a temática seria ponto delicado na visão constitutiva da sociedade rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. Qual a possibilidade então para o imigrante? O historiador diletante e barbeiro por profissão, João Spadari Adami, escrevendo sobre a história de Caxias do Sul, afirmou ser a região “um pedaço do Paraíso Terrestre enfim, que Deus na Sua bondade, conservou para a morada eterna dos entes que o amam realmente” (GIRON, 1999, p. 128). Dir-se-ia que se o imigrante não pôde entrar para a história pela mão humana, acabou entrando pela de Deus.

Mas essa referência é, evidentemente, exagerada. Mesmo historiadores filiados às matrizes já expostas fizeram algumas referências à imigração. Guilhermino César coloca italianos e alemães entre os povos europeus que formaram o Rio Grande. Em sua obra *História do Rio Grande do Sul*, salienta os marcados aspectos da pujança e o pioneirismo industrial na Encosta da Serra. (1979, p. 28-29). Embora essa obra tenha sido escrita no início da década de 1970, não restam muitas referências à influência dos imigrantes no universo cultural do tipo gaúcho, os costumes e as tradições são marcadamente frutos da visão clássica estabelecida sobre a formação do estado, sem falar, certamente, dos caracteres políticos.

Jorge Salis Goulart, usando de teorias eugênicas, reserva aos imigrantes a superioridade racial dos “branquicéfalos” e a sua vitalidade necessária ao progresso. Seus argumentos vão além de fundamentos morais que pudessem ligar os estrangeiros ao solo sulino, e se ancoram em dados técnicos e pressupostos científicos em que a integração do imigrante é mais do que sócio-econômica, mas biológica. A mistura de raças no Brasil e a

fusão dos imigrantes com os povos nativos seguiriam a lógica dos países de origens dos mesmos:

A história tem mostrado o fato de raças idênticas terem se exterminado em lutas sangrentas, enquanto raças diferentes, dentro da mesma pátria, como na Alemanha, na França e na Itália, constituem um bloco homogêneo de costumes e pensamentos comuns, formando, por assim dizer, verdadeiras raças espirituais, por mais que seja a diferença somática que mostrem os grupos populosos (GOULART, 1985, p. 188).

Emílio Fernandes de Souza Docca adota uma posição semelhante à de Jorge Goulart, a qual postula que o princípio racial é o que tem maior destaque quando fala dos italianos no Sul. Dados estatísticos sobre matrimônios e natalidade masculina mostravam o vigor da estirpe. Sob outros aspectos, frisava: “entre os 563 reclusos, somente 41 provinham de municípios onde predomina a colonização italiana e entre as 496 contravenções por mendicância nenhuma foi praticada nesses municípios” (1954, p. 89). Moralidade e ordem, bordões clássicos da identidade italiana, além da sutil sugestão de inexistência de mendicância, o que pressupunha uma sociedade materialmente bem constituída graças ao trabalho, não eram nada incomuns naquele momento.³⁷

Na década de 1950, em uma série de cinco volumes intitulados *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*, diversos aspectos da vida gaúcha são tratados e, novamente, a questão imigrante, embora já bem mais evidente, aparece tratada com certa distância e certo cuidado, devido, seguramente, aos resquícios das perseguições e dos atritos ainda bem vivos na época. Balduino Rambo, ao tratar da fisionomia do Rio Grande do Sul, afirma que, embora a entrada de imigrantes e o surgimento de um ambiente urbano nivelador, não tinha sido destruído é fato “que o berço da cultura rio-grandense está na grandiosa paisagem da campanha, e que jamais poderá perder por completo as feições de sua juventude” (RAMBO, 1954, p. 28).

É evidente que, sem a presença humana efetiva como base para a inclusão no dado cultural, nem mesmo a paisagem física em que habita o imigrante é capaz de aparecer como um fator integrante do Rio Grande. Essa visão se complementa na ideia de que o imigrante “se manteve à margem da vida pública, ainda hoje mostra forte tendência de afirmar os valores próprios da sua tradição” (RAMBO, 1954, p. 29). Seria o imigrante, portanto, arredo e avesso à política por não querer abandonar sua cultura, optando por uma integração lenta e evitando os perigos de nacionalização precipitada e superficial.

³⁷ É preciso lembrar que a referida obra é póstuma, sendo publicada em 1954. Esses escritos fazem parte, portanto, do período em que a constituição da identidade imigrante marcava os caracteres morais e laboriosos da etnia, típica das primeiras décadas do século XX.

Referências esparsas e indiretas podem ser encontradas, como as influências de movimentos estrangeiros nos ideais republicanos às vésperas de 1835, nesse caso, o da “Jovem Itália”, no texto de Carlos Dante de Moraes (1954, p. 59). A necessidade de afastamento no tempo é outro fator que dificulta olhar a sociedade imigrante como parte do universo político. Darcy Azambuja chega somente até 1922, e encerra seu texto dizendo que “depois, é história contemporânea, que já não é mais propriamente história” (1954, p. 69), justamente quando a sociedade imigrante passa a reivindicar maior espaço e participação política. Na terceira série da coleção, editada em 1958, já aparecem textos com referências a personalidades como Carlos von Koseritz, em artigo redigido por Guilhermino César, focando principalmente suas habilidades cultural-literárias e, mau grado, sua atuação político-partidária. (1958, p. 187). Na quinta série, publicada em 1962, nomes como o de Mansueto Bernardi tratam de temas mais específicos, como “A bibliografia italiana referente ao Rio Grande do Sul” (1962, p. 159-175). No conjunto, são poucas as linhas que denotam a sociedade colonial imigrante nos fundamentos do Rio Grande do Sul. O fechamento do texto de Moisés Vellinho, na quinta série da coleção, pode resumir o assunto.

Aos operosos colonos que acudiram ao Rio Grande oferecíamos não apenas a terra que havíamos conquistado, mas a oportunidade de viverem conosco, debaixo do signo dos mesmos valores culturais, representados pelas instituições sociais e políticas, pelos costumes, pela língua e pela tradição (1954, p. 190).

Talvez os imigrantes pudessem, naquele momento, agradecer pela cordialidade da hospedagem e, mais ainda, pela gentileza de lhes fornecerem uma nova cultura, mas, definitivamente, as coisas não foram tão simples. Primeiro, porque a própria cultura é uma questão de política, e tentar imaginar que os problemas de atritos e diferenças pudessem ser resolvidos num âmbito imaginário fora da ação do Estado é evitar, a todo custo, a própria política. De fato, essa visão foi e é a que subsistiu na fala sobre o imigrante, pois sendo tratado como um fato cultural, acabou por compor um mundo à parte, longe dos grandes objetivos da política, mais versada na estratégia da conquista, da guerra, da força do Estado.

Assim, se aos recém chegados era “proclamada a necessidade de um período de incubação ética para preparar homens e mulheres para a cidadania” (EAGLETON, 2005, p. 17-18), isso nada mais demonstra que “são os interesses políticos que, geralmente, governam os culturais, e ao fazer isso definem uma versão particular de humanidade” (EAGLETON, 2005, p. 17-18).

1.1 A história clericalizada

Da historiografia oficial gaúcha à produção historiográfica específica voltada ao imigrante, algumas características se modificam, mas a base do raciocínio sobre a política é muito semelhante. Nesse sentido, é fundamental iniciar pelo aspecto religioso que, como ponto de partida, marca profundamente a narrativa sobre a sociedade colonial. Dessa forma, nenhum exemplo pode ser melhor para ilustrar a visão sobre esse universo do que uma das obras de referência sobre a imigração italiana, cujo autor é Olívio Manfrói, *Colonização Italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*, publicada em 1975, em pleno ano das comemorações do centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1975). A obra é uma síntese-chave da visão construída pela Igreja Católica sobre o imigrante, com o estatuto de estudo científico-acadêmico. Manfrói pesquisou, além de arquivos nacionais,³⁸ em material internacional, como o da Província dos Capuchinhos, de Savoie-França, Cúria Geral dos Carlistas em Roma e do Centro Studi Emigrazione, em Roma. O argumento central da obra é o de que o isolamento dos colonos só pode ser superado graças ao apego à religião católica, fato que os impediu de acaboclar-se, mantendo a coesão social e cultural, e construindo uma ordem social quase autônoma em relação ao governo nacional.

As capelas, como o centro da vida social, foram o elemento de amparo nos primeiros tempos, tornando-se, posteriormente, propulsoras de um processo de desenvolvimento que havia levado a sociedade colonial ao momento histórico em que se encontravam. Segundo Manfrói,

a Religião Católica foi, sem dúvida, a força que permitiu aos imigrantes italianos se integrarem no novo ambiente e formar aquela solidariedade indispensável para enfrentar todas as dificuldades materiais e psicológicas dos primeiros tempos. [...]. Foi em torno da religião e da expressão de seus sentimentos religiosos que eles encontraram a própria identidade cultural, único meio capaz de evitar o desajustamento social (1975, p. 193).

O rompimento do papado com o Estado Liberal na Itália e a condição de isolamento encontrada no Brasil seriam argumentos suficientes para a negação da política, seguida pela visão heróica do imigrante ao sobrepujar todas as dificuldades da nova vida. Nesse sentido, recorrer a Deus e à religião seria aquilo que lhes restava. Interessa notar que o autor trata as colônias como italianas, porém, marca claramente a isenção política desse conceito com

³⁸ Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul (Relatórios e falas dos presidentes das províncias; Mensagens do Presidente do Estado 1894-1929; Relatório da secretaria dos Negócios e das Obras Públicas, 1894-1928). Arquivo Nacional (Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1860-1900). Arquivo e Museu da Colonização Italiana de Nova Palma – RS. Arquivo da província dos Capuchinhos do RS.

qualquer tentativa de impor uma italianidade por parte do governo italiano, ao mesmo tempo em que distancia os colonos das interferências da política estatal brasileira. Assim, os colonos estariam em uma espécie de limbo, num estágio zero de organização em que a religiosidade e a catolicidade os haveriam de salvar.³⁹ Enfim, não é a política que une e constrói o mundo, mas o fator cultural-religioso.

É a mesma forma pela qual os intelectuais que pensaram a sociedade gaúcha haviam analisado a questão, afirmando que o problema do imigrante não era político. A única diferença era a de que se eles podiam se arrogar o direito de dar uma cultura já estabelecida e definida aos estrangeiros, Manfrói prefere acreditar que os últimos conseguiram construir algo original e independente, pelas suas próprias forças e, após, se integrarem à sociedade nacional.

A interpretação de uma história clericalizada não é gratuita, haja vista a grande ascendência da Igreja Católica na região de colonização italiana. O domínio dessa instituição, consolidado na década de 1930, possibilitou a construção de um discurso enquadrado nos moldes idealizados pelo clero romanizador e ultramontano, sendo a história narrada a partir desses princípios.⁴⁰ Elite intelectual e porta-voz dos imigrantes, seu projeto de poder era o de formar núcleos em defesa de uma ordem pontifical. Os colonos, subordinados à sua influência, não encontravam formas mais concretas de ascensão social a não ser entregarem seus filhos às ordens religiosas para serem educados nos seus seminários nas suas e escolas. (GIRON, 1994, p. 55). Responsáveis, pelo que pressupunha Manfrói, pela manutenção de uma unidade cultural e sobrevivência social em ambiente estranho, contribuíram também para “prolongar a agonia da cultura antiga e retardar a adaptação à nova Terra” (GIRON, BERGAMASCHI, 1996, p. 45). É inegável, portanto, o peso que exercera na formação de uma estrutura concreta de poder, seja material ou espiritual. Seria difícil pensar a historiografia imigrante italiana sem recorrer à imagem formatada pelo clero, e muito menos sem os estudos por ele produzidos.

O nome mais importante a ser lembrado aqui é o de Rovílio Costa, frei capuchinho, e um dos principais historiadores da imigração no sul do Brasil. Suas obras, individuais ou em

³⁹ Manfrói parece, em certos momentos, reeditar uma certa história providencialista, embora trate das políticas imigratórias brasileira e dos problemas e atritos na constituição e organização das capelas, sendo que a religiosidade é uma força que se sobrepõe a tudo, produzindo uma ordem harmônica e progressiva.

⁴⁰ Como romanizadora, essa história buscava, na liderança do papado, na hierarquia e nos preceitos ditados pela Igreja, a forma ideal de conduta; como ultramontana, condenava a influência secular, laica e de todos os valores liberais da vida moderna na organização social, produto gerado pela crise da constituição do Estado italiano e da tomada de Roma pelos liberais, em 20 de setembro de 1870. A orientação de abstenção dos católicos, quanto à vida política institucional, foi um fator-chave responsável pela construção de um imigrante sem pretensões ou interesses pela mesma. (SOUZA, 2000, p. 76);(VIEIRA, 1980, p. 32).

parceria, são importantes fontes de consulta, e fundamentais para o conhecimento do processo migratório.⁴¹ Seja pelo levantamento de dados, tradução e publicação de documentos oficiais, ou pelo trabalho antropológico desenvolvido, Rovílio Costa pode ser considerado a síntese e o nome máximo daquilo que a Igreja Católica representa e representou, independente de seus vínculos ideológicos e da visão historiográfica daí resultante. Por fim, o ponto-chave dessa concepção religiosa é o de uma comunidade unida e moralmente virtuosa, cujo centro é a Igreja e seus valores. Esse argumento serviu e serve como ponto de sustentação no processo de inclusão do imigrante na sociedade brasileira e gaúcha, mas essa inclusão vem precedida, obviamente, de uma reclusão. Como afirma o próprio Rovílio Costa, o colono “percebe com clareza a distância existente entre ele e os detentores do poder, mas atém-se à recusa sistemática do governo, sem elaborar um projeto alternativo. Essa recusa não se exprime por atos de violência – salvo em alguns casos locais” (COSTA, DE BONI, 1979, p. 194). Em seguida, argumenta:

Os imigrantes, embora se tenham integrado com relativa facilidade e rapidez na vida econômica do Estado – à qual deveram boa parte de sua prosperidade –, permaneceram contudo culturalmente isolados (o que lhes facilitou a vida na nova terra). Conservaram a língua, a mentalidade, os costumes de suas religiões europeias. Ingressando agora nos noviciados e escolasticados não iam abrir-se à mentalidade latifundiário-pastoril sul-rio-grandense, refratária aos movimentos eclesiais reformistas. Estas casas de formação, pelo contrário, eram centros de preservação e aprimoramento cultural importados da Europa: os filhos de agricultores europeus aprendiam como religiosos europeus a formular em termos científicos e teológicos seu *modus vivendi*. Passados poucos anos, estes mesmos filhos de agricultores haveriam de dispersar-se pelo Estado todo para, com uma disposição invejável, promover uma revolução cultural no solo gaúcho (COSTA, DE BONI, 1979, p. 198).

Mais recentemente, porém, estudos têm revelado as contradições e falhas produzidas por esse clássico modelo de narrativa. Isso possui relação, evidentemente, com o próprio recuo e a perda de influência da Igreja nas últimas décadas, assim como o desenvolvimento de centros de estudos acadêmicos em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) e Universidade de Passo Fundo (UPF) – voltados à área, juntamente com um processo de organização de arquivos regionais. Nesse sentido, a pesquisa de Paulo Possamai, “*Dall’Italia siamo partiti*”: a questão da identidade entre imigrantes italianos e seus descendentes no Rio grande do Sul (1875–1945), é uma importante referência em se tratando da forma como a Igreja estruturou-se e passou a exercer sua força entre os imigrantes.

⁴¹ Sobre algumas referências do autor, ver: (COSTA, BATTISTEL, 1982); (COSTA, 1992); (DE BONI, COSTA, 1996); (COSTA, DE BONI, 1979); (COSTA, GARDELIN, 1993).

Possamai analisa os atritos internos do clero e a resistência dos colonos à imposição disciplinar do projeto romanizador e ultramontano, as implicações étnicas, políticas e sociais do fato, de forma a demonstrar que a consolidação de uma hegemonia religioso-católica foi produto não de uma homogeneidade, nem de um sentimento religioso genuíno e unânime, como afirmava Manfrói, mas de um longo processo de lutas internas da própria Igreja e de um “enquadramento comportamental” aos imigrantes, levado a cabo pelas ordens religiosas comprometidas com o projeto.⁴²

Isso demonstra, por si só, as intenções da Igreja, seu objetivo de poder e sua interferência no âmbito político, fato facilmente verificado pelos seguidos atritos entre autoridades constituídas e clero, imigrantes ligados à maçonaria ou mesmo que professassem a fé protestante, e, ainda, os que pretendiam maior autonomia ou maior moralidade clerical em suas práticas religiosas. Como lembra Giron, “o papel de mediação da Igreja parecia não se limitar apenas a unir os imigrantes ao Senhor” (1994, p. 52). Mais do que isso, por vezes, os desunia. São constantes as reclamações de padres e colonos na difícil situação de uma deficiente ordem em construção.

Em setembro de 1884, o administrador da colônia Dona Isabel recorre ao bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira para interferir nos atritos entre o vigário recém empossado, João Menegotto, e o padre Augusto Finotti, segundo a queixa de que este último “promove a discórdia entre os agricultores da localidade. Rogo a Ex^a Reverendíssima se digne a tomar providências necessárias para garantir a tranquilidade pública da paróquia” (ACM, Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 19 de setembro de 1884). É difícil saber efetivamente quais discórdias semeava Finotti.⁴³ O fato é que, alguns meses depois, João Menegotto, em carta ao bispo, volta a pedir a intervenção, afirmando que “Augusto Finotti vai continuando a

⁴² “Os imigrantes italianos não se enquadravam perfeitamente no modelo desejado pelos ultramontanos. Diante do imigrante idealizado pela Igreja e pelo governo brasileiro, insurgia-se o imigrante real que muitas vezes se dava ao benzimento, curandeirismo, blasfêmia, alcoolismo e violência. Aos bispos coube a tarefa de submeter à autoridade episcopal os padres liberais e enquadrar os imigrantes na vertente ultramontana do catolicismo. Seria essa a tarefa das ordens religiosas chamada para cuidarem dessa tarefa, os capuchinhos e os palotinos, sobretudo” (POSSAMAI, 2005, p. 125). O autor procura, através de uma ampla revisão bibliográfica, pontuar as discrepâncias entre as práticas religiosas sociais dos imigrantes e as pretensões do clero ultramontano, exemplos que não interessa aqui repisar e repetir. Outros livros de referência a respeito dessa problemática são: (VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do Padre Sório: maçonaria e igreja católica no Rio Grande do Sul [1893-1928]*. Porto Alegre: UFRGS; Santa Maria: UFSM, 2001); (VENDRAME, Maíra Inês. *“Lá éramos servos, aqui somos senhores”*: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins: 1877-1914. Porto Alegre: Universidade Federal de Santa Maria, 2007). Os exemplos de atritos e discordâncias que serão citados a seguir, de certa forma, seguem a mesma linha de argumentação, porém, possuem a razão de observar, na medida do possível, como os colonos viam esse clero e suas práticas, as contradições originadas desse processo e o que, enfim, as pode ter determinado.

⁴³ Uma possível explicação talvez seja a origem étnica dos padres pois, Finotti era trentino enquanto Menegotto, nascido na província de Pádua, mantinha boas relações com o governo italiano tendo sido o primeiro agente consular na colônia Dona Isabel.

perturbar sem licença a jurisdição da sobredita freguesia sujeita à cura do escrevente, promovendo a discórdia e fazendo abusos na povoação” (ACM, Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 19 de novembro de 1884).

Seguem, novamente, denúncias de desordens e pedidos de proibição de Finotti em frequentar a dita colônia. Em outro comunicado, há a acusação de já possuir precedentes por ter sido expulso da freguesia de Caxias pelos mesmos atos de abusos e “más pretensões” (assinam Antônio Valduga e Francisco, ambos paroquianos). (ACM, Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, documento sem data).

O vigário João Menegotto, no entanto, não era unanimidade. Em dezembro de 1884, o paroquiano Leopoldo Redotti denuncia ao bispo as artimanhas de poder do padre, acusando-o da morte do antigo capelão, Domingos Munari, obrigado a se retirar para uma linha lateral, aí falecendo;⁴⁴ de mancomunar-se e ganhar a simpatia, tanto de D. Sebastião, quanto da diretoria da colônia;⁴⁵ de fomentar intrigas para retirar padres benquistos pelas comunidades interioranas, como o padre Davi Fontini, na Linha Leopoldina – primeiro, tentando jogar os moradores mais abastados contra Fontini. Não tendo efeito esse expediente, recorreu à influência da diretoria da colônia – e o já conhecido Augusto Finotti. Denuncia, ainda, que Menegotto proclamava a todos que não havia bispo algum que mandasse na colônia e que deveriam agradecer e recorrer a ele, na necessidade de um sacerdote. Redotti conclui que o vigário pretendia apoderar-se da riqueza dos colonos, por isso desejava ficar como único padre, mas os próprios paroquianos sabiam distinguir e viver segundo “as regras de Deus e não do diabo”.⁴⁶

Da mesma opinião era Luís Valduga, denunciando que Menegotto havia acumulado uma grande fortuna igual a outros cristãos não muito fervorosos, se negando a benzer casas de desafetos e fazendo denúncias desastrosos do altar contra os mesmos. (ACM, Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 11 de janeiro de 1886). Aqueles que não pagassem suas obrigações com a paróquia não seriam confessados, caso de Maria Gurgel, moribunda da Linha Palmeiro, que não havia recebido os sacramentos por ser sua família miserável. (ACM, Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 15 de abril de 1888). Outros casos de negação em ministrar sacramentos a moribundos eram denunciados, como o acontecido com José Tagliaro. A

⁴⁴ Munari havia falecido em 27/03/1878, no interior da colônia, ao levar um coice da mula que montava. (RUBERT, 1998, p. 286).

⁴⁵ Possamai lembra as boas relações de Menegotto com a administração e os representantes políticos liberais sendo, inclusive, o primeiro agente consular italiano na vila de Dona Isabel. (POSSAMAI, 2005, p. 121).

⁴⁶ Os abusos que Menegotto cometia eram escandalosos, afirmava Redotti, como na ocasião em que havia fraturado algumas costelas, sendo que se mobilizou grande multidão para visitá-lo, entre os quais os grandes da colônia, recebidos, inclusive, por um magnífico almoço. (ACM, Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 20 de dezembro de 1884).

defesa do pároco consistia em que “não recebeu os sacramentos, porque eu fui chamado no último momento, e não era mais tempo, fui chamado à meia noite por um moço bêbado; o morto era contagioso e o doente morreu de varíola” (ACM, Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 11 de junho de 1888). Gaetano Faez acusava-o de se adonar da casa canônica e da igreja, bem como dos melhores terrenos da vila, reclamava que os colonos já haviam recorrido às autoridades, denunciando os abusos, mas que nunca tinham recebido nenhuma satisfação. Até mesmo os padres recém-chegados na paróquia não encontravam local para residirem devido à situação criada pelo vigário. (ACM, Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 19 de janeiro de 1891).

Lutas por criação de freguesias, como a da Linha Zamith, e de capelanias, como a Linha Palmeiro, que acarretavam o desmembramento da Igreja Matriz de Santo Antônio, também serviam para indispor Menegotto com os colonos.⁴⁷ Na verdade, o problema residia também em neutralizar os padres que aí atuavam, pois, em carta dirigida ao bispo, acusava Pe. Mateus Pasquali e Davi Fortini de insubordinação, sendo que o segundo atuava nas linhas próximas a Zamith, inclusive tendo residido por um período na localidade, e não há especificações acerca das linhas onde atuava o segundo deles. Os principais motivos se referiam ao fato de que celebravam e cobravam pelos sacramentos ministrados sem prestar contas ao vigário, não repassavam informações sobre batismos, nem casamentos, e enterros realizados em desrespeito ao próprio diretor da colônia. Assim sendo, solicitava a proibição da licença concedida pelo bispo aos referidos padres e de suas expulsões da região, questionando a jurisdição em que atuavam. (ACM, Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 02 de maio de 1883).

De fato, os fatores aqui postos podem nos fornecer algumas pistas. A necessidade de centralização e de organização de um poder institucional da Igreja jogava com a força de divisão do próprio clero e os anseios dos colonos. Era evidente que padres como Mateus Pasquali e Antônio Fontini exerciam influência nas localidades onde atuavam, procurando

⁴⁷ No primeiro caso, Menegotto argumentava que “em primeiro lugar é um ângulo, não é centro para formar um país; em segundo lugar porque a Linha Zamith é próxima à Igreja Matriz de Santo Antônio de Dona Isabel. A distância da Linha Zamith da sede de D. Isabel tem duas léguas, em terceiro lugar não tem igreja, mas unicamente uma capelinha de madeira provisória construída há cinco anos sem licença, tem somente paramentos para celebração da santa missa e nada mais, não tem água, não tem população suficiente naquela localidade”. É verdade, porém, que Menegotto sugeria outra localidade como sede de nova paróquia, Linha Armênia, atribuindo todos os elementos faltantes na primeira a esta segunda. Mesmo assim, as implicações pareciam serem outras. (ACM. Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 22 de setembro de 1888). No segundo caso, os próprios moradores sustentavam que a localidade era bastante grande para ser atendida por um padre residente na Vila Dona Isabel; que o local onde seria erigida a capela era o ponto de contato com as comunidades vizinhas e que, no porvir, poderia esta a vir se tornar freguesia; que a população da comunidade tinha condições de sustentar um padre sem dificuldades; por fim, que possuía fontes de água. (ACM. Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 28 de outubro de 1890).

fomentar a autonomia delas através de pedidos para elevação de freguesias e capelarias com padres residindo aí fixamente, descentralizando e enfraquecendo o poder de Menegotto. Certamente, as dificuldades financeiras enfrentadas pelo clero pesavam consideravelmente nessa luta. Em uma sociedade materialmente pobre, a sobrevivência de um sacerdote teria de vir da possibilidade de administrar e arrecadar fundos das capelas, freguesias ou paróquias, daí as acusações de Menegotto sobre as discórdias, divisões e os abusos que os padres provocavam no interior da colônia. Os próprios colonos, por sua vez, sabiam distinguir as possibilidades que suas ações podiam alcançar. Viam como imoralidade as pretensões descabidas do vigário em acumular dinheiro, agravada pelas ligações que possuía com os administradores da colônia. Sabiam da importância que um padre próximo representava e usavam isso como suporte para criar um espaço de ação política frente aos interesses de grupos aos quais não se identificavam plenamente. Mas o fato é que suas reivindicações chegavam ao bispado, o que colocava Menegotto na obrigação de responder às críticas medindo forças com os próprios colonos. Enfim, a recorrência ao poder institucional prova que não havia uma efetiva negação do mesmo pelos imigrantes, e que eles sabiam de sua importância, e como poderiam usá-lo.

Por sua vez, a posição do vigário também não era simples. O dever pelo cumprimento de determinadas obrigações – é preciso lembrar que ainda se vivia sob a vigência do padroado – tornava difícil o exercício das diretrizes legais num contexto em que limites jurídicos ou mesmo espaciais eram bastante indefinidos. Os vínculos e as ações políticas naquela dada situação colocavam – e sempre haveriam de colocar – em contradição o mais fervoroso e disciplinado clero quando os problemas mundanos exigiam práticas concretas, num âmbito de relações sociais minimamente objetivas. Talvez Menegotto, e o resto do clero com o qual mantinha atritos,⁴⁸ se deparassem com a difícil questão de

quem busca a salvação da alma, sua e dos outros, não deve buscá-la no caminho da política, pois as tarefas totalmente diferentes da política só podem ser resolvidas pela violência. O gênio ou o demônio da política vive numa tensão interna com o deus do amor, e com o Deus cristão expresso pela igreja. Essa tensão pode, a qualquer momento, levar a um conflito inconciliável (WEBER, 1983, p. 87).

Mais preciso e sensato ao relatar esse dilema era o colono Luís Valduga, que observava ser opinião corrente entre os homens mais sábios e católicos da colônia nunca terem “visto na vila nenhum sacerdote com sentimentos religiosos e que jamais se viu na

⁴⁸ Os conflitos apresentados acima são produtos de disputas de poder. O fato de que o vigário tivesse o apoio das autoridades institucionais do Estado não significa que os outros padres não usassem de seus próprios meios para alcançar o mesmo objetivo. Não se trata aqui de apontar opressores e oprimidos, mas de, simplesmente, determinar a relação de forças em jogo.

nossa Santa Religião sacerdotes tão vis” Chamava os padres de “negociantes de sacramentos” e comentava que nenhum outro comerciante da área colonial havia acumulado tanto como os párocos. Para Valduga, o evangelho se tornava apenas uma representação teatral, cujo palco era o templo, tão gritante era a contradição entre prática e discurso dos religiosos. (ACM, Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 22 de setembro de 1885). Importa lembrar que Luís Valduga não cita nenhum nome, embora faça referência ao “pároco de Dona Isabel”, muito provavelmente o vigário João Menegotto. Sua carta usa, na maior parte do tempo, termos generalizantes ao indicar que o clero em geral sofria do “conflito inconciliável”.

É certo que não era necessária grande erudição teórica para dar-se conta da incoerência entre fala e fato, mais ainda quando a fala era enigmática, e exigia dos “pobres colonos mais do que as forças da razão podem permitir. Outro dia falou do altar de modo muito prolixo, com muitas explicações” (ACM, Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 11 de junho de 1886), reclamava um abaixo-assinado da ex-colônia Dona Isabel, novamente se referindo ao vigário Menegotto.

É visível e sabido aos colonos que ninguém passa incólume e impune pelas forças diabólicas do poder e da política, e que nenhum bem divino é capaz de permanecer purificado de relações tão mundanas e humanas. Nos dizeres de Weber, a ética cristã baseada em “fins absolutos não pode resistir sob a irracionalidade ética do mundo” (1983, p. 85). De qualquer forma, e o próprio autor reconhece isso, a mesma ética, embora se refira a um outro mundo, acaba sempre por exercer influência nele, e era isso que incomodava mais o clero do que os colonos. Domingos Grecca, vigário de Conde d’Eu, reclama das dificuldades em cobrar pelos sacramentos ministrados segundo a tabela estabelecida pela Diocese. De acordo com Grecca, os colonos não pagavam pelos batismos, casamentos e missas, devendo ele “prover as exigências do culto quanto ao necessário para as celebrações dos santos sacramentos sem que o rebanho desta paróquia concorra com seu óbolo, eu serei obrigado a sacrificar a maior parte de meus vencimentos” (ACM, Paróquia São Pedro de Conde d’Eu, 16 de maio de 1883).

Não se pode duvidar das intenções de Grecca e de sua boa vontade, ainda mais quando são inconstantes, múltiplas e contraditórias as vontades coletivas. Em 1881, as comunidades de Linha Jansen e Palmeiro solicitam a nomeação e permanência do padre nas localidades; (ACM, Paróquia São Pedro de Conde d’Eu, 27 de abril de 1881). Em setembro do mesmo ano, um abaixo-assinado, partindo da sede da colônia Conde d’Eu, pede também a nomeação de Grecca sob as velhas acusações de que o atual vigário se negava a ministrar sacramentos (ACM, Paróquia São Pedro de Conde d’Eu, 23 de setembro de 1881), o que de fato ocorreria, quando sua nomeação como capelão provisionado se concretizaria, no dia 27

de setembro de 1881. (RUBERT, 1998, p. 289). A partir daí, as solicitações são para que se substitua o padre, e os atritos são constantes: em dezembro de 1882, foi realizado um abaixo-assinado reputado falso, e cujos poucos nomes reais que aí constavam eram dados por indivíduos sem importância social e sem benesses para garantir a proposta feita e negada pelo capelão Domingos Grecca, no sentido de transferir da sede da colônia para o interior o centro religioso da capelania.⁴⁹ Pelos comentários feitos na declaração contra os proponentes, sabe-se que acusavam o padre de se beneficiar das contribuições em favor apenas da capela da sede. Aqui se pode pensar em outra nuance de conflito, isto é, o dinheiro arrecadado nas Linhas não era revertido em seu benefício, mas ficava concentrado na sede da colônia, centro administrativo e político-institucional em que as ligações legais com os diretores coloniais eram inevitáveis, o que gerava a desconfiança e o sentimento de injustiça por parte dos habitantes do interior.

Não demoraria muito e as divisões apareceriam. Um dos casos mais rumorosos ocorreu em relação ao padre Alberto Biagiotti, na linha Figueira de Mello, declarado surdo por Grecca e amparado por um abaixo-assinado de paroquianos que se negavam a confessar-se com ele, além do descumprimento de ordens como a de se negar a visitar Linhas no interior e residir em capelas mais próximas da sede.⁵⁰ Biagiotti defendia-se afirmando que Grecca sempre o havia tratado mal. Quando sob suas ordens, era impedido de sair para qualquer Linha, nem para buscar roupas para si, devido à ganância do vigário, e que resolvera retirar-se para a Linha Figueira de Mello onde vivia em paz e em harmonia com a população. Afirmava provar todas as acusações que fazia, muito ao contrário de seu superior, que nada podia comprovar. (ACM, Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 20 de abril de 1885). Domingos Grecca volta à carga em outras cartas remetidas ao bispo, nas quais diz estar sendo ameaçado pelo irmão de Biagiotti, sujeito de influência na Linha Figueira de Mello, que intimidava o vigário e apoiava seu irmão padre na função de desprestigiá-lo perante os fiéis. (ACM, Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 17 de maio de 1885).

O fato é que a posição de vigário era delicada, e mais do que uma comunidade interiorana protestava contra a tentativa de centralidade das sedes. Grecca era chamado de

⁴⁹ O documento não deixa claro qual seria a linha interiorana proposta para a transferência. (ACM. Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 17 de maio de 1882).

⁵⁰ (ACM. Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 14 de novembro de 1884). Um pouco antes dessa comunicação, Domingos Grecca relatava que já havia conversado pessoalmente com o padre Biagiotti e constatado sua surdez. Porém, mais grave que sua deficiência física eram suas deficiências morais como sacerdote, informando que “estou na obrigação de cientificar a V^a Ex^a. como que o Reverendo padre D. Biagiotti recusou-se não somente de fornecer-me os lançamentos por ele feitos dos batismos administrados, mas também de ter-se permitido de cobrar um matrimônio sem me pedir autorização e mandar-me os dados para lançar as exigidas publicações”. (ACM. Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 10 de setembro de 1884).

“maldito pároco”, “ignorante e incapaz de rezar a própria missa” (ACM, Paróquia São Pedro de Conde d’Eu, 20 de fevereiro de 1885), e de “não ter preparado para o preceito da Palavra aos fiéis devotos, nem procura educar aos nossos filhos para serem admitidos à primeira comunhão” (ACM, Paróquia São Pedro de Conde d’Eu, dezembro de 1884). Nesse último abaixo-assinado, encontram-se os seguintes dizeres ao final: “Uma cópia foi remetida ao arcebispado na Bahia, e uma terceira à Santa Sé em Roma”. A recorrência a instâncias superiores da hierarquia religiosa demonstra qual a noção e o alcance que as disputas locais poderiam chegar.

No entanto, Domingos Grecca não era um privilegiado, pois quase todos os vigários passavam por situações semelhantes, senão mais complicadas. Bartholomeu Tiecher, sucessor de Grecca à testa da paróquia de Conde d’Eu, reclamava que havia sido ameaçado por moradores da Linha Azevedo Castro “que queriam nada menos que matar-me. Por quê? Diziam que era eu que não lhes deixava o padre Otávio Caetano. Nada de verdade, mas o pior é que não queriam ouvir razões, pois estavam bêbados” (ACM, Paróquia São Pedro de Conde d’Eu, 14 de novembro de 1888). Segue, entre as inúmeras ofensas, o fato de ter que ouvir dos agressores “que melhor seria se não houvesse por aqui nenhum padre secular”. Outras vezes Tiecher é ameaçado pelos moradores da mesma Linha, é acusado de ocultar ordens do bispo em favor da construção de uma Igreja de pedra na comunidade, tendo o padre, Otávio Caetano, excitado os ânimos dos “malvados do dito lugar”. Pesavam sobre Pe. Caetano as velhas acusações de insubordinação: não prestar satisfações sobre sacramentos ministrados e se negar a retornar para a sede da capelania após longo tempo de permanência nas linhas interioranas. (ACM, Paróquia São Pedro de Conde d’Eu, documento sem data precisa). A questão parecia não ser apenas a influência do padre Caetano, mas também as intenções do morador Domingos Tasca, que “me tem feito toda a sorte de calúnias, por causa de querer ter o mando geral daquela Linha contra os preceitos da Sagrada Igreja Católica Romana”.⁵¹ O colono Tasca há tempos que enfrentava o poder do capelão Grecca e de seu subordinado

⁵¹ (ACM. Paróquia São Pedro de Conde d’Eu, documento sem data). Outros problemas entre colonos e vigário também apareciam, contudo, o local dos atritos agora era a própria sede na vila de Conde d’Eu. O colono Gressi Gaetano reclamava por ter sido retirado de presidente da comissão responsável pela construção da nova Igreja. O motivo alegado pelo vigário era o de que Gaetano era um simples tijoleiro, que não gozava de grande simpatia pela sua língua maldita que provocava todas as discórdias e falsidades. Ainda, como fora eleito por um número pequeno de pessoas, não representava a vontade da maioria local, sendo então o padre o novo eleito. Tiecher acusava Gaetano de querer se aproveitar para vender tijolos para a construção, enquanto os demais eleitos, junto com o mesmo, eram pessoas honestas, mas sem expressão social, e carregavam o vício da bebida (Antônio Bonete, Giacomo Canini e Antônio Santini). Caetano acusa o padre de ambicioso, assim como os demais membros da nova comissão eleita. (ACM. Paróquia São Pedro de Conde d’Eu, 7 de dezembro de 1885).

Biagiotti. Fora ainda Domingos Grecca que reclamara da invasão em sua paróquia do “vigário de Estrela”, padre Eugênio Freinhart, levantando intrigas contra ele e seu padre adjunto:

O Vigário de Estrela que conhece qual e quanto grande seja a responsabilidade que eu tenho para com o governo Imperial da rigorosa e exata escrituração dos livros de batismo, casamentos e óbitos, com suas violações constantes de minha jurisdição, batizando e casando, continua a criar-me embaraços e dificuldades que é necessário acabar. [...]. Tudo isso tem origem de uma mesa organizada pelo colono Domingos Tasca na linha Azevedo Castro. Os tais mesários, pouco a pouco, induziram as linhas vizinhas a não obedecer mais nem a mim nem ao reverendo Biagiotti (ACM, Paróquia São Pedro de Conde d’Eu, 10 de março de 1884).⁵²

Alguns meses antes, o vigário de Estrela justificava sua atitude nos seguintes termos:

Em execução dessa intimação, me acho com os mais sérios embaraços, caso que sou procurado pelos colonos de Conde d’Eu – sendo estes de diversas nacionalidades e idiomas, alemães, franceses, polacos e italianos – para ouvir as confissões que não podem ou não querem fazer aos sacerdotes aí residentes (ACM, Paróquia São Pedro de Conde d’Eu, 18 de setembro de 1883).

Um elemento que se insinua aqui diz respeito a algum nível de atrito étnico,⁵³ aparentemente desencadeado por uma simples questão de comunicabilidade, mas que pode ter resultado em algo mais complexo. Sabe-se, também, através de outra reclamação, que padre Eugênio era jesuíta, isto é, havia, sem dúvida, algum tipo de desconfiança entre clero secular e regular, fato já evidenciado acima, quando dos desentendimentos entre o padre Bartholomeu Tiecher e moradores da linha Azevedo Castro.

É preciso notar que esse episódio ocorreu um pouco antes das divergências entre Domingos Grecca e Alberto Biagiotti, quando o primeiro declara que, por influência do padre Freinhart, temia que os moradores da localidade despedissem “o padre Don Alberto Biagiotti, verdadeiro modelo de sacerdote, seja por sua caridade evangélica, seja pelas suas boas qualidades de conduta social, posto que já é sabido quanta dedicação tem sempre demonstrado ao culto de Deus” (ACM, Paróquia São Pedro de Conde d’Eu, 10 de março de 1884). Poucos meses depois, novamente volta a reclamar, mas admite terem sido os próprios colonos alemães e católicos a chamarem o religioso jesuíta e a pagarem a esse pela execução dos sacramentos religiosos, já que o padre Alberto Biagiotti não dominava o idioma dos

⁵² Em outras oportunidades, o vigário de Conde d’Eu reclamaria da invasão sem licença do mesmo padre de Estrela, como no caso da comunidade de Boa Vista e a comunidade de São Roque, na linha Figueira de Mello. Seus argumentos eram sempre de ordem burocrática, pois a intervenção determinava a desorganização dos registros civis e, por consequência, a falta nas obrigações de Grecca com o governo. (ACM, Paróquia São Pedro de Conde d’Eu, 26 de março de 1884).

⁵³ Atritos étnicos não diziam respeito, apenas, a imigrantes de diferentes nacionalidades, mas ocorriam entre os imigrantes de diversas regiões da própria Itália. Daí que sacerdotes de regiões diferentes da dos fiéis podiam ser vistos com reservas, como no caso do padre T. Michele, de Alfredo Chaves, quando era acusado pelos colonos de se considerar dono das capelas cuja justificativa autoritária usada por ele era a de que “sou calabrés e já basta”. (ACM, Paróquia São Luiz Gonzaga, 2 de março de 1901).

colonos, o que criava embaraços para as comunidades (ACM, Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 08 de maio de 1884).

O rosário de casos pode ser ampliado quando se analisa a documentação referente à paróquia de Santa Tereza de Caxias, casos de falsos abaixo-assinados pedindo a expulsão de clérigos e a nomeação de outros;⁵⁴ permissão para o exercício do sacerdócio e o reconhecimento da legalidade ministerial de padres, como tanto insistia Luís Contin, sob pena de ser expulso, ou de se usar o argumento da ilegalidade de sua condição para lhe retirar os meios de sobrevivência. (ACM, Paróquia Santa Tereza de Caxias, 15 de fevereiro de 1882/2 de maio de 1882). No fundo, esse era um problema bem presente que só uma ordem institucional e uma melhor organização burocrática poderiam minimizar. Os temores de padre Contin não eram em vão, pois, ainda em 1886, o vigário da paróquia de Santo Antônio de Dona Isabel, João Menegotto, reclamava que um

certo Júlio Scardovelli da Província de Mântova, Itália, 22 anos de idade que se tem despachado como clérigo, mas não tem nenhuma carta, nenhum atestado, nenhuma licença [...] vai por linhas pertencentes a esta freguesia metendo desordens, fazendo sermões, fomentando superstições e celebrando cada dia missas fictícias, recebendo esmolas do sacrifício. Foi também três vezes para a ex-colônia Conde d'Eu, e com sua política, tirou a gente a nutrir ódio contra o vigário Domingos Grecca. Isso me parece um abuso manifesto e por isso me tenho em dever de participar a V^a. Ex^a. Revna. os fatos clamorosos de vários colonos judiciosos, e por amor de Deus rogo humildemente que V^a. Ex^a. Revna. se digne quanto antes a ordenar que seja removido este indivíduo e chamado ao dever para o bem espiritual dos fiéis a minha cura sujeitos (ACM, Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 26 de janeiro de 1886).

A Proclamação da República, o fim do padroado e a conseqüente separação entre Igreja e Estado parecem ter criado um certo aspecto de desvinculação entre o poder religioso e civil, sem contar, evidentemente, com a sucessiva instalação do clero regular, capuchinhos e carlistas, principalmente. Contudo, essa desvinculação foi apenas aparente, no sentido de que agora, livre de certos compromissos com o Estado, o clero poderia elaborar seu próprio projeto de poder, assumindo estratégias específicas. Não foi por pura coincidência que a ordem dos capuchinhos, por exemplo, ao instalar sua missão em Conde d'Eu, em 1896, dedicou-se às missões populares interioranas não cabendo a esses, a princípio, a

⁵⁴ As disputas aqui se referem aos padres Agostinho Mangon e Augusto Finotti. Os partidários do primeiro acusavam o segundo de indisciplina, com o agravante de já ter sido expulso da paróquia de Conde d'Eu pelo diretor da ex-colônia e da 1^a légua de Caxias, por ter causado discórdias e desavenças. (ACM. Paróquia Santa Tereza de Caxias, 1 de junho de 1888). Já sabendo do documento, a parte contrária, com antecedência, denuncia ao bispo que os signatários dos que pediam a remoção de Finotti eram duvidosos: alguns residiam em Rio Grande e Porto Alegre, outros pertenciam à Sociedade Filarmônica, sendo pagos para terem assinado, uma vez que algumas são simplesmente firmas falsas, outras são de meninos de apenas dois anos de idade e, por fim, os demais são pessoas da mais baixa classe da freguesia. (ACM. Paróquia Santa Tereza de Caxias, 31 de maio de 1888).

administração de nenhuma paróquia. Num primeiro momento, isentavam-se das disputas de poder entre as sedes e comunidades subordinadas, mas na medida em que a urgência da sobrevivência falou mais alto, a luta interna entre as ordens religiosas e o clero secular foi inevitável.⁵⁵

A vitória do projeto romanizador e ultramontano encabeçado pelas congregações religiosas suplantou os antigos vícios do clero secular e abriu caminho para a atuação nos bastidores, não menos decisiva e importante, da nova ordem católica. Conciliar partidos e interferir na vida política local era prática comum, como demonstra a correspondência enviada ao Arcebispo Metropolitano, D. João Becker, pelo padre Thiago Bombardelli. “Recebi a conta de Monsenhor Vigário na qual me comunica o plano que tem a Venerável Cúria. V. Excia. sabe que se me mandar a Nova Vicenza hei de ser obediente e também hei de procurar a paz e concórdia entre os dois partidos” (ACM, Paróquia São Pedro de Conde d’Eu. Documento sem data precisa). Compor comissões eleitorais e atuar como mandatários locais em que podiam eleger ou não políticos não era atitude incomum; menos ainda pregar dos púlpitos e desmoralizar administradores. Fornecer atestados de catolicidade denotando a confiança ou não em profissionais das mais diversas áreas ou administradores públicos foram constantes no período de afirmação da Igreja na região.

A Igreja, enfim, não serviu para retirar o imigrante do universo político, mas foi um fator decisivo para sua inclusão e percepção dos problemas que esse universo criava: as contradições morais, os mecanismos de pressões, o estabelecimento de áreas de influência e poder. A religião e a Igreja foram instrumentos de fé e de política que nunca perderam de vista o âmbito institucional, canalizando os interesses e as aspirações da população colonial. Ao contrário daquilo que versa a historiografia religiosa tradicional, homogeneidade, obediência, pacificidade, fervor religioso e apoliticismo não combinavam tão bem com o imigrante.

Até o momento, tentou-se mostrar um contraponto breve, e até já conhecido, sobre a visão da história clericalizada da colonização italiana. Se o foco central era demonstrar a ação do imigrante, não se pode perder de vista a situação inicial do clero regional, normalmente demonizado por algumas linhas historiográficas. É preciso notar que o uso de recursos como força e violência não era exclusividade daqueles que ocupavam postos administrativos, mas, sim, elementos normais nas disputas pelo poder local, e isso não excluía os próprios imigrantes. No entanto, não era apenas em relação ao clero que esses se voltavam e

⁵⁵ Ver: (D’APREMONT, GILLONNAY, 1976, p. 81\142\205); (ZAGONEL, 1975, p. 161); (GARDELIN, STAWINSKI, 1986, p. 31-36).

afrontavam o poder, mas também contra os próprios administradores públicos, representantes do Estado e da ordem jurídica. É sobre essa questão que o próximo item tratará.⁵⁶

1.2 Relações políticas e poder institucional

Nem sempre é fácil encontrar vínculos entre as ações cotidianas dos homens e a política no campo institucional. Desde que a política foi entendida como parte essencial da ação do Estado, junto com seu caráter de autonomia em relação às práticas diárias dos indivíduos, a separação ganhou mais força e nitidez, dando a impressão de que a contraposição desses mundos levou à opressão daqueles que não possuem os meios políticos nas mãos, acarretando aí em sua submissão ou mesmo desinteresse pela área, enquanto aqueles que detêm influência no aparato político do Estado exercem a função de opressores, pela condição que ocupam.

Se, por muito tempo, a História foi a visão oficial do Estado acerca de seu âmbito de poder, através da legitimação política de suas ações e da classe que o dirigia, a escrita historiográfica posterior a essa postura clássica tratou de fazer o inverso, isto é, olhar o Estado por baixo, a partir de quem sofre seus efeitos nefastos. Poder e política aparecem mais como fatores negativos, de maneira que precisam ser desqualificados como instrumentos construtores de uma ordem dada, sendo o Estado e a classe dominante o centro das observações e da crítica histórica. Se o dedo inquisitório fora apontado para os estrangeiros pela historiografia tradicional gaúcha, esse dedo inverte sua direção quando os imigrantes começam a produzir e a escrever sua história, fato que fica bastante evidente em obras de cunho marxista.

Em seu trabalho *O olhar do poder*, Luiza Horn Iotti deixa claro esse pressuposto. Poder é, acima de tudo, o poder do Estado ou de seus representantes.⁵⁷ Obra de referência na História política da imigração, o estudo procura analisar a visão dos cônsules, representantes oficiais do governo italiano, em relação aos emigrantes no Brasil, ou como a própria autora define: “como o estado italiano via a emigração e o emigrante” (2001, p. 19). O olhar da elite sobre as massas pobres, cujo objetivo era acompanhar e controlar seus súditos, tornou o processo emigratório uma empresa lucrativa ao nascente Estado liberal italiano. Procurando

⁵⁶ A constituição de uma ordem religiosa com raízes profundas na formação do poder regional durante o século XX será abordada no próximo capítulo.

⁵⁷ A definição de Estado usada pela autora é de Gramsci: “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com que a classe dominante justifica e mantém o seu domínio e ainda consegue obter consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 1992, p. 19 apud IOTTI, 2001, p. 19).

retirar o aspecto autônomo e isolacionista da empreitada emigratória, Iotti marca claramente que esse foi um projeto de Estado dirigido, legal e burocraticamente, pelas instâncias de poder nacionais, tanto brasileiras quanto italianas, embora seu foco esteja direcionado para a segunda.

Para tanto, é determinada a estrutura consular da Itália, a origem social de seu quadro diplomático e sua distribuição, assim como as fases da política estatal italiana no trato do fenômeno emigratório e seus reflexos no *Ministero Degli Affari Esteri*. Após, são analisados os relatórios produzidos pelos cônsules ou representantes consulares italianos no Brasil, o que possibilita ver os interesses e a posição do governo peninsular naquilo que diz respeito ao fenômeno. Sobre esse item, a conclusão reforça a ideia do grupo social dominante em ver os emigrantes como “cidadãos de segunda classe”, que precisavam ser acompanhados e tutelados, pois serviam aos interesses comerciais italianos, por serem consumidores “em potencial dos produtos fabricados e comercializados na Itália” (IOTTI, 2001, p. 119). Os interesses econômicos estão no centro da análise, e sua concretização só poderia vir através de uma política específica, que criasse o sentimento de pertencimento dos emigrantes à antiga pátria, isso é, a italianidade.

O contraste com a obra de Manfrói é evidente: nele, a italianidade é produto mais de uma alteridade ou de um sentimento genuíno e necessário de identificação cultural canalizado pelo sentimento religioso que permitiu a sobrevivência do grupo na nova terra; em Iotti, a italianidade não passa de um projeto de Estado voltado para os interesses de um capitalismo em desenvolvimento. A autora quebra a aura dos indivíduos heróicos e a substitui pelas estruturas dominadoras produzidas pelo novo sistema econômico e dirigidas pelo grupo social no controle do Estado.⁵⁸ Assim, o dado político é fruto das manobras institucionais que, por sua vez, são determinadas conforme o desenvolvimento do processo econômico. Em última instância, a política é função estatal e os meios para influir nela estão nas mãos da classe dominante.

Certamente que não se pode ignorar o objetivo principal do estudo que remete diretamente às fontes oficiais produzidas pelo governo italiano, mas interessa notar também que o emigrante não possui vontade nem rosto, é transformado em classe e em massa pobre de manobra. Em sua conclusão, Iotti observa que “os emigrantes desempenharam um duplo papel. Por um lado, foram objeto e, por outro, atuaram como sujeitos deste processo” (2001, p. 117). Mas esse sujeito não se dá a conhecer, nem parece atuar como sujeito, a não ser como

⁵⁸ Lembra-se que a primeira parte da obra trata exclusivamente das mudanças políticas, sociais e econômicas por que a Itália passou durante o século XIX.

fator a ser controlado, o que é mais um sinônimo de destruição do que de inclusão no universo político.

A escolha dessa obra como mote inicial para tratar do tema a que este item se propõe se deve mais à forma explícita como trata do assunto e menos a um ordenamento cronológico. Marcadamente de orientação marxista, os trabalhos produzidos por Iotti seguem a linha já estabelecida por Loraine Slomp Giron, quando busca na expansão do capitalismo, no final do século XIX as razões do fenômeno migratório. Em diferentes trabalhos, não somente de Iotti, mas de diversos outros autores, parece ecoar a clássica passagem da autora ao afirmar que

o fenômeno migratório, que caracteriza o final do século XIX e o início do século XX, que vai deslocar apreciável contingente humano da Europa para a América, não é um fato isolado. Está associado às transformações sociais, políticas e econômicas que ocorrem no mundo ocidental, em decorrência da expansão do capitalismo, e às novas formas de produção que então serão adotadas. Nesse contexto, insere-se a imigração italiana (1980, p. 47).

Lembrando Marx, quando trata da condição dos homens na construção da História, a premissa principal da qual se deve partir para a análise dos fenômenos “são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram como as que produziram pela sua própria ação” (1984, p. 14). A historiografia marxista coloca o imigrante num tempo concreto, sujeito às forças impessoais do sistema que o arrasta e o transforma.

Em um dos trabalhos de Giron em conjunto com a professora Heloísa Eberle Bergamaschi, *Colônia, um conceito controverso*, a visão de uma estrutura dominante é ainda mais clara e as determinações surgidas parecem não deixar espaço para a ação política do imigrante, aqui, já na condição de colono. Partindo do estudo conceitual do termo, as autoras estabelecem o sentido histórico de “terra a ser conquistada”. Pode-se usar colônia para designar terras estrangeiras sob o domínio de um país, como no caso do Brasil em relação a Portugal. De igual forma, se aplica o mesmo sentido quando se trata de terras disponíveis no interior do país sujeitas à ocupação e à administração do governo central. Por fim, colônia também se refere ao pequeno lote de terra em que seu ocupante, o colono, toma posse e estabelece aí seu domínio. A posse, em todos os sentidos acima, requer o uso de certos expedientes de violência e controle, sempre no âmbito de um dominador e um dominado. Dentro do objetivo principal da análise, o imigrante, transformado em colono, é elemento de dominação, pois está sujeito ao controle externo das instituições jurídicas, administrativas e políticas do Estado; mas também se transforma em dominador, na medida em que, dentro de seu lote de terras, submete a família a seu mando segundo a lógica produtiva, e aí reina absoluto: “‘trabalhar e obedecer’ eram as palavras de ordem dos colonos, ‘fiscalizar, controlar

e punir’ as dos dirigentes coloniais” (GIRON, BERGAMASCHI, 1996, p. 21). O espaço da colônia se torna uma espécie de purgatório para seus habitantes, o que acaba produzindo, pela condição dos mesmos, atitudes contraditórias.

Duplamente excluídos da pátria onde nasceram, e da que se localizam, os colonos desenvolvem um modo de ser próprio e contraditório. Revoltados contra a injustiça, apresentam uma submissão que não possuíam. Audaciosos ao deixar a pátria, acovardam-se diante das autoridades e dos senhores. Desiludidos com os administradores, passam a encarar os políticos como inimigos perigosos. Mesmo submetidos a um rígido controle sentiam-se livres. [...] Para o colono a colônia é seu feudo, na qual ele reina absoluto, ao qual tudo é permitido. [...] A submissão da família decorre de seu poder de proprietário das terras (GIRON, BERGAMASCHI, 1996, p. 63-64).

Com algumas variantes, essa perspectiva é constante nos escritos de Giron, o que não quer dizer que esteja incorreta. Essa forma de conceber a sociedade colonial pode, entretanto, acarretar em alguns problemas. O primeiro deles se refere, sem dúvidas, à forma como organiza suas escalas temporais e espaciais, quando, dentro de um mundo estruturado, o tempo parece aplainar o espaço e reproduzir suas formas dentro de escalas macro e micro, isso é, desde a possibilidade de se colocar um território como o Brasil e um pequeno lote de terras num mesmo esquema explicativo, onde as relações sociais de poder e domínio sigam a mesma lógica. Pode-se pensar assim quando a generalização nos permite óticas amplas, mas o argumento não se sustenta se o olhar descer das alturas estruturantes e pousar no solo firme dos “indivíduos reais”.

A questão é tentar entender o que levaria um colono como Paulo Rossato a descrever as colônias no sul Brasil como as terras da liberdade, já que “para se encontrar autoridade, são necessárias 6 horas de viagem” (DE BONI, 1977, p. 59), ao mesmo tempo em que os irmãos Antônio, Luigi e Felice Taschetto, estabelecidos na colônia Silveira Martins, rogavam aos antigos patrões na Itália que financiassem seus retornos ao país que “quando voltarmos nos sujeitaremos a qualquer condição e com nossas vidas pagaremos as despesas pelo fato de voltarmos à pátria” (FRANZINA, 1994, p. 123). Da mesma forma, o padre Domenico Munari relata, desde a colônia Dona Isabel, que a maior parte dos colonos “maldizem o dia em que foi descoberta a América, maldizem o descobridor, a imigração, e o dia de sua partida para essas partes, e desejariam serem miseráveis e nus na pátria, antes que verem-se privados de todas as coisas no meio desta selva” (FRANZINA, 1994, p. 70). E, por fim, por que Felice Sartor, ao chegar na colônia Caxias, em 1885, louvava o novo Moisés, Dom Pedro II, que havia libertado os colonos da miséria da Itália para lhes dar a nova vida no Brasil? (FRANZINA, 1994, p. 114).

Aparentemente, as contradições postas por Giron são evidentes, mas teriam elas as mesmas motivações? Rossato, por exemplo, não parece estar se referindo a nenhuma forma de controle rígido do Estado, aliás, agradece a falta dele, embora sua noção de liberdade esteja ancorada no fato de possuir um lote de terra. No entanto, essa noção de liberdade não é válida para todos, fato evidenciado pela carta dos irmãos Taschetto, para quem a posse da terra não é garantia de liberdade, mas de escravidão, elemento também presente nas impressões de D. Domenico Munari. O conformismo é dado pela impossibilidade de ação política reforçada pelo isolamento imposto. Esse isolamento, entretanto, parece ser desejado por alguns, enquanto a falta de autoridade e de organização institucional é reclamada por outros. Há que se considerar, ainda, a desconfiança, que não recai sobre autoridades administrativas apenas, mas, sim, e com maior intensidade, sobre seus iguais, identificados por Giron como os compatriotas colonos. Por mais de uma vez, Rossato teve de se defender das acusações de estar mentindo ao chamar seus parentes para o Brasil; Antônio Basso, que se dirigira à colônia Silveira Martins, acusava Davanzo Giusto de traição por tê-lo chamado ao país, culpando-o pela condição deplorável em que se encontrava (FRANZINA, 1994, p. 164); as mesmas reclamações faziam os já citados irmãos Taschetto.

De fato, a colônia pode ser um lugar plural, em que as noções significativas se tornam complexas. Citando Doreen Massey, “o espaço é produto de relações sociais [...] que emergem através de práticas materiais ativas. Além disso, este movimento seu não é apenas espacial, é também temporal” (2008, p. 175). Seria melhor, então, tomar o espaço da colônia não como fechado, mas aberto e relacional; não como excludente, dentro de uma estrutura fixa, mas como inclusivo e propenso a dinâmicas múltiplas. Isso, obviamente, não significa isolamento nem limites impermeáveis, e, sim, que, “entrar em relação seria, portanto, estabelecer limites ou se deparar com eles. A inevitabilidade do limite torna-se resultado da inevitabilidade do contato. Qual, portanto, seria a origem do limite – a relação?” (HISSA, 2002, p. 38). Posto dessa forma, a questão nos leva à discussão sobre as identidades produzidas social e historicamente, e da maneira como os esses fenômenos são reconhecidos em diferentes extensões/ordenações do espaço. (HAESBERT, 2002, p. 108). A resposta a essa pergunta é difícil, e se tentará respondê-la no decorrer do trabalho.

Mas, enfim, quando é que a cena política abre espaço para a atuação dos imigrantes? Giron parece dar essa resposta em sua obra mais importante, *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Segundo a autora, a adesão da sociedade local ao movimento

fascista⁵⁹ foi apenas de uma pequena parcela da população, facções da burguesia regional e parte do clero, cujos benefícios econômicos e políticos lhes serviram até determinado momento. Esse grupo também foi utilizado pelo governo italiano, na medida em que formatava uma imagem positiva do regime fascista no exterior.

Beneficiados pelas boas relações comerciais entre Brasil e Itália – não alteradas nem nos momentos em que a política italiana se tornara imperialista e dera visíveis sinais de proximidade com Hitler –, a elite regional expandiu seus negócios e a propaganda fascista foi constante no período entre 1935 e 1938. (GIRON, 1994, p. 139). Não apenas isso, o movimento havia oferecido meios à “ascensão social e uma aproximação com a burguesia italiana”, através de uma política eficiente da diplomacia peninsular. (GIRON, 1994, p. 151). Porém, com o rompimento das relações entre Brasil e Itália, em 1942, e a consequente campanha de nacionalização empreendida pelos que se identificavam com o governo Vargas, essas facções da elite regional que haviam aderido ao fascismo logo trataram de mudar de lado e passaram a apoiar o esforço de guerra brasileiro contra o Eixo. Confirmara-se a velha máxima de Marx de que o capital não tem pátria, recaindo o ônus da repressão sobre a população comum, que pouco sabia ou se interessava pelo regime italiano, enquanto a elite nada sofrera.

Observa-se que as medidas restritivas eram contra os estrangeiros pertencentes às potências que formavam o Eixo, e, não apenas, contra os políticos italianos e brasileiros que tinham posições e atividades políticas claramente nazistas ou fascistas. Se a “culpa” era particular e exclusiva de um restrito grupo da comunidade, as penas passaram a ser aplicadas à comunidade de origem estrangeira como um todo (GIRON, 1994, p. 131).

A adesão e inclusão no dado político é, portanto, calculado segundo os benefícios econômicos e sociais que poderiam vir daí. O interesse pela política fica em segundo plano, sendo um elemento que surge na esteira de outros motivos. Ao menos, como um todo, a obra de Giron se mantém coerente com esse princípio, o das limitações de uma população pobre e oprimida, distante dos meios legais de poder, como a tomada do Estado, resultando em seu afastamento do campo político decisório e institucional. A não ser em momentos específicos, como demonstrado no caso do fascismo, parte da elite dessa comunidade pode chegar ao centro do poder, o que não significa que o desejasse, nem que o tivesse tomado efetivamente. Por fim, a lacuna deixada pelas interpretações marxistas diz respeito precisamente ao espaço vazio de ação traduzido na carência de material cultural, econômico e social para se chegar ao

⁵⁹ Giron toma o fascismo segundo a definição de E. Mendel: “o fascismo é um produto do capitalismo monopolista e imperialista” (1994, p. 18).

poder. Por mais que se aceite essa interpretação, ficam algumas perguntas: Como teria sido isso possível? A organização regional, em seus mais diversos aspectos, fora produto do quê? Excetuando a recorrência às forças metafísicas do ‘sistema’, restam poucas alternativas. Poucas, mas não quer dizer que não existam.

É ainda Luiza Horn Iotti quem busca uma possível saída, dentro dessa visão. Em sua tese de doutorado *Imigração e poder*: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914), ao estudar os relatórios oficiais dos presidentes do estado, além de documentos que permitiram determinar a organização, legislação e mudanças na estrutura burocrático-administrativa do empreendimento colonial no Rio Grande do Sul, aborda, entre outros itens, os conflitos entre colonos e autoridades. A origem dos conflitos seria a insatisfação dos colonos com o não cumprimento de contratos por parte do governo, as más condições de trabalho, os abusos e as desonestidades de funcionários públicos, ou mesmo o desrespeito a certas práticas legais que, certamente, os próprios colonos desconheciam.⁶⁰

Nos episódios arrolados por Iotti, fica evidente que as atitudes dos colonos influem diretamente no campo político e as afrontas colocam em suspenso as autoridades administrativas, embora isso seja amenizado pela autora, devido à presença e ao cuidado jurídico dispensado pelo Estado:

antes das penalidades, era preciso policiar e coibir futuros atos de revolta contra o governo e/ou autoridades e de banditismo. Assim, foi montada nas colônias uma estrutura de modo a evitar tais ocorrências, o que não impediu o surgimento de conflitos entre colonos e autoridades (IOTTI, 2003, p. 162-163).

É preciso observar que os relatos da autora compreendem o período de 1874-1889, fase em que houve um descaso do governo pela colonização, acompanhado por um abandono e um retrocesso na administração e organização do projeto. (IOTTI, 2003, p. 210). É justamente por esse motivo, contudo, que as ações dos colonos não são reconhecidas como propriamente políticas, pois no vácuo institucional não há possibilidade de elas existirem:

durante o período imperial, foi praticamente nula a participação política dos imigrantes. Suas relações com o governo provincial eram mediadas pelos diretores das colônias, o que lhes conferia um poder ainda maior do que o previsto na legislação (IOTTI, 2003, p. 215).

Tratados como fatos isolados, restritos a um espaço de tempo entendido como descaso estatal, os questionamentos e as revoltas são episódicos, faltando-lhes, talvez, o conteúdo de uma consciência coletiva, ou se melhor quisermos, de classe, que dessem sentido

⁶⁰ A seguir serão analisados alguns casos que não constam na tese de Iotti, portanto, não serão aqui descritos os relatos identificados pela autora. (2003, p. 163-175).

ao conjunto de atos, transformando-os então em políticos. Nessa situação, a ordem seria relativamente restabelecida pela força repressiva dos instrumentos de poder do Estado.

De maneira alguma se está invalidando a análise da autora, apenas tentar-se-á buscar, a partir de agora, alguns indícios que estabeleçam vínculos e sentido político para os acontecimentos do período. O primeiro caso refere-se à colônia Caxias, e diz respeito às reclamações do delegado de polícia, Constantino Ramalho, no ano de 1880. Segundo seu ofício, o funcionário público Edmundo Strunk, agrimensor, havia desrespeitado com ofensas homens da força pública, obrigando Ramalho a chamar-lhe atenção.

A resposta agressiva do funcionário obrigou o delegado a dar voz de prisão, provocando uma reação violenta de dois seus companheiros, Estácio Luiz Pereira e Augusto Becker, cunhado e trabalhador de turma de Edmundo, respectivamente. “Armado com um bastão ou uma adaga e outro com uma pistola disseram em altas vozes ‘o homem não vai preso’, e Edmundo por sua vez: ‘me manda matar mas não me entrego’, e assim dizendo mostrou-me o peito” (AHRGS, Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Caxias, maço 53, caixa 29). Pelo fato de encontrar-se desarmado diante de um grupo numeroso do qual não sabia exatamente as intenções, o delegado não reagiu, e ordenou aos dois praças que se encontravam com ele para que se recolhessem à casa da subdelegacia. Logo após, os agressores não paravam de gritar em frente à casa, “queremos sangue! Queremos morrer!”.

Durante a madrugada, Edmundo Strunk e Augusto Becher haviam percorrido toda a sede à procura do delegado, dando “vivas à República! E dirigindo-me as mais baixas injúrias, chegando a audácia de um deles descarregar a arma a uma hora da noite contra a diretoria, do lado onde está colocado o meu leito” (AHRGS, Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Caxias, maço 53, caixa 29). Mesmo dando um prazo de vinte e quatro horas para que os mesmos se retirassem da colônia, a ordem não havia sido cumprida. Para tanto, solicitava o envio de mais dez praças, no sentido de manter a ordem e a autoridade que se encontrava em perigo, pois outras ordens por parte de colonos já estavam sendo descumpridas e era necessário urgência para punir os criminosos “a fim de evitar-se também para o futuro fatos de mais gravidade” (AHRGS, Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Caxias, maço 53, caixa 29).

A insubordinação de alguns é motivo para o desacato de muitos. É evidente que o poder do delegado, como representante político do Estado, cai em descrédito diante dos colonos e que o medo aqui parece estar mais do lado da autoridade e menos daqueles que deveriam submeter-se a ela. Até mesmo a agressão do agrimensor e seus amigos não soam como mera indisciplina, denunciada pelos “Viva a República!”. Provavelmente algum sentido

de luta ou atrito partidário estava presente. É difícil, porém, determinar a intensidade e a intenção empregada pelos agressores, se fora apenas como alguma espécie de provocação ou algo mais sério que dissesse respeito a uma disputa de poder, já que, também, segundo o delegado, corria na região o boato de sua substituição no cargo.⁶¹ Uma outra questão a ser levantada relaciona-se ao grupo que acompanhava Edmundo, pois Constantino Ramalho não identifica quais pessoas compunham o numeroso grupo de intenções suspeitas, mas se pressupunha que todos eles fizessem parte dos trabalhadores sob as ordens do agrimensor e, muito provavelmente, aí constassem colonos. Não é improvável pensar que um fato desses tivesse gerado contestação, e a tomada de partido ao lado de Edmundo Strunk por parte de colonos poderia representar claramente uma afronta ao poder, potencializada por difusos ideais republicanos. O perigo, portanto, poderia não ser apenas de ordem disciplinar ou policial, mas, sim, política.

Essa possibilidade se torna ainda mais concreta quando, após aproximadamente 15 dias – 8 de novembro de 1880 –, o delegado volta a reclamar, em um ofício, declarando que Estácio Luiz Pereira e Augusto Becher, mesmo expulsos, continuam na colônia, agora mancomunados com colonos como, “Afonso Amalete, Ângelo Chitolina, Bartholo Suliani, o último expulso dessa sede, e outros indivíduos semelhantes, formando um grupo cujo único fim, é de opor resistência à autoridade de que me acho investido” (AHRGS, Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício 175 [08.11.1880], Caxias, maço 53, caixa 29). Segue relatando as afrontas, como a de que os insubordinados se colocaram, durante a tarde do dia 6 de novembro, diante da Diretoria a cantar canções ofensivas e a dirigir indiretas às autoridades, até a noite. No dia 20 do mesmo mês, Constantino Carvalho retorna à carga, solicitando reforço de praças para restituir a disciplina na colônia, qualificando de anárquico o estado da mesma. (AHRGS, Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício 183 (20.11.1880), Caxias, maço 53, caixa 29).

Mais do que o uso da força policial, a tentativa de impedir certos vínculos, a fim de evitar o surgimento de problemas mais sérios, era dada pela separação entre nacionais e colonos. Iotti lembra as mudanças de opiniões das autoridades da Província, no início da década de 1870, sobre a necessidade de interpor os colonos com a população nacional, devido ao perigo do isolamento e da formação de um Estado dentro do Estado. (2003, p. 159-160). A tese contrária também era vista com reservas, como demonstra o ofício desde a colônia

⁶¹ O delegado Constantino denuncia, no mesmo ofício, que o agrimensor já havia entrado em conflito com ele e suas forças policiais na cidade de São Sebastião do Caí, sendo expulso da localidade, antes de se dirigir à colônia Caxias.

Caxias, onde seu diretor recebera o pedido de Ramalho Soares, José Francisco da Silva e Elisbão Alves Rodrigues, todos nacionais, pela concessão de lotes na sede e pela inclusão dos mesmos no quadro colonial, sob argumento de que nas colônias Conde d'Eu e Dona Isabel essa prática era comum. O mesmo desaconselha tal medida, contrapondo que “a ordem pública sofreria danos por causa de rivalidade de pátria, que nasceria entre eles e os colonos. Fatos anteriores o atestam” (AHRGS, Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício 151 [29.04.1880], Caxias, maço 53, caixa 29). Seriam aceitos apenas, certamente, os de reconhecida boa conduta e de honestos costumes.

Não há dúvidas de que a intenção do administrador era a de evitar atritos étnicos, já antes ocorridos. É possível, porém, entender que o contato próximo com brasileiros abriria caminho para a inserção dos estrangeiros em certas questões nacionais, o que de modo algum era desejado num momento em que o país passava pela crise final do Império. Os acontecimentos descritos podem bem dar uma ideia de como esse cuidado era preciso. Quem sabe, e aqui fica apenas como uma suposição, a tentativa de isolamento e a perspectiva do apolitismo histórico tenham resultado desse objetivo bem específico: o de não criar áreas de instabilidade política frente a um regime já bastante fragilizado. Seguramente, os administradores coloniais apresentavam alguma preocupação nesse sentido, e essa não era uma possibilidade irreal.⁶²

O cerceamento e à vigilância não combinam com o estatuto de cidadania, mesmo que essa seja de segunda classe, e a lembrança feita por Iotti, mas não apenas ela, de que as autoridades nacionais não reconheciam a condição de homens livres dos colonos, é suficiente para restringir-lhes a participação no mundo do poder. “Livres”, aqui, é tomado apenas como um conceito jurídico, mas a liberdade, efetivamente, representa muito mais do que isso.

⁶² Mesmo que o intuito fosse o de evitar atritos étnicos e desordens na colônia, isso não era garantido, pois os distúrbios podiam vir tanto de disputas com nacionais, como entre os próprios colonos. Em julho de 1880, novamente o diretor da Colônia Caxias, em ofício, declara que o colono João Key (a grafia do sobrenome é bastante incerta) queixava-se de que outro colono, José Arosi, acompanhado de Natal Bonaddi, foi à sua casa “ajustar uma questão que entre eles havia, agarrando assim esse sua garganta e lançando-o no chão, pelo qual o inspetor ordenou que imediatamente se retirassem declarando-lhes que em vista do ocorrido deixaria de atender-lhes naquele dia, e viu-se obrigado pelo estado de alteração do referido Arosi e pela sua insubordinação, a dar mão de seu revólver para ser obedecido. Não desistiu por isso de suas investidas, e querendo por força entrar de novo na casa do inspetor, opondo-se ele, puxou pelo próprio facão e dirigiu-lhe um golpe que felizmente acertou o portal de casa. Também o colono Fiorno Frassini, inspetor da terceira légua, moveu-me queixa contra o colono Emílio Botera, o qual provocando o brasileiro Antônio Fernandes de Lima, com insultos, deu ao inspetor, que tinha intervindo para tranquilizá-lo, uma facada no rosto”. (AHRGS, Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício 160 [1.7.1880], Caxias, maço 53, caixa 29). As desavenças podem, portanto, ser tanto de colonos em relação a colonos e de colonos em relação a brasileiros, mas o que parece é que as agressões partem antes dos próprios colonos e são para eles dirigidas as queixas. Seria indevido negar disputas étnicas, mas a presença de elementos italianos como inspetores de linhas, diretamente ligados aos administradores das colônias, não era sinônimo de ordem e tranquilidade.

Quando o diretor da colônia Caxias reclamava que a falta de punição aos atos criminosos poderia “perverter a índole desta população habitando em meu país a servilidade das leis” (AHRGS, Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício 160 [01.07.1880], Caxias, maço 53, caixa 29), parece entender que a natureza do colono é boa, mas o convívio social o torna mau. Mas, como um “estado de natureza” já não é mais possível, sua inclusão num estado civil teria de vir pela servidão às leis, fundamento da liberdade. Coloca-se novamente outra questão: qual estado civil e qual liberdade?

Essa é uma pergunta cara para toda a historiografia sobre a imigração: a dualidade constante entre as determinações sociais, econômicas e políticas e a abstração da condição de homens livres. Voltar ao que nos diz a documentação é fundamental nesse momento. Em 28 de fevereiro de 1876, o diretor da Colônia Conde d’Eu, João Jacinto Ferreira, pede auxílio ao governo a quatro famílias,⁶³ cuja infelicidade foi a de terem sua casa de palha incendiada, ficando as mesmas reduzidas à última pobreza. Perdendo tudo o quanto tinham, o diretor solicita ajuda para que essas famílias consigam roupas para vestir-se, “visto que se aproxima a estação invernososa e se encontram em tal estado de nudez que não será possível resistir, julgo assim que este seja um ato de caridade” (AHRGS, Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício 225, [28.2.1876], Conde d’Eu, maço 56, caixa 30).

O mesmo diretor reclama das péssimas condições de sobrevivência nesse mesmo ano, quando as chuvas haviam impedido as primeiras plantações, o que resultaria em fome e desordens, em curto prazo de tempo. Para tanto, alertava:

o que será dessa pobre gente se não vier em seu auxílio a mão poderosa do governo! A fome não tem lei e o instinto de conservação fará com que eles abandonem a colônia, por maior que seja o prejuízo de possuírem um canto do qual se tornem proprietários (AHRGS, Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [22.08.1876], Conde d’Eu, maço 56, caixa 30).

No início de 1877, a situação permanecia igual, e, em tom de irritação, o diretor passa a criticar abertamente funcionários e o governo: “toda a minha paciência está esgotada e não posso continuar a dirigir com tal desarranjo completo que se dá na condução e fornecimento aos colonos” (AHRGS, Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [12.02.1877], Conde d’Eu, maço 56, caixa 30). Afirma que os encarregados não forneciam mais do que a metade dos víveres que são devidos, e os colonos destinados a Dona Isabel e Conde d’Eu são deixados no princípio da estrada que levava a essa última colônia. “Agora

⁶³ Simoni Bertolotti, com quatro pessoas maiores, Jacomo Carbonani, com três filhos menores, Francisco Carlo, com quatro filhos maiores, Izidoro Feliz e Frederico Serafim, solteiros. (AHRGS, Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício 225, [28.2.1876], Conde d’Eu, maço 56, caixa 30).

mesmo estão cento e tanto italianos que querem ir para Dona Isabel, largados na estrada com suas bagagens em frente à colônia nº 32 da 1ª seção da colônia Conde d'Eu e a chuva está prestes a cair sobre eles!!” (AHRGS, Inspeção da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [12.02.1877], Conde d'Eu, maço 56, caixa 30). Reclama que os responsáveis pelos transportes, a serviço de João Adams, não cumprem ordem nenhuma, e cobram valores extras para encaminhar os italianos para seus respectivos locais. Ainda, “não tenho recebido uma só lista dos colonos, e suponho até os ofícios que remeti com as listas são subtraídos em São Sebastião do Cai” (AHRGS, Inspeção da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [5.5.1877], Conde d'Eu, maço 56, caixa 30).

Nem sempre, todavia, João Jacinto Ferreira fora tão condescendente com os colonos. Assim a eles aludia em documento, pouco tempo depois:

É de lastimar que uma grande quantidade de estrangeiros, principalmente franceses e italianos chegam ao Brasil a título de colonos para passarem às custas do suor do povo brasileiro, e no dia que o governo não lhes concede mais víveres, eles com todo desembaraço, vendem as ferramentas e alguma coisa que tem, e saem insultando ainda o país onde receberam generosa hospitalidade. Enquanto o governo consentir que sejam remetidos às colônias gente nessas condições, sem um certificado de agricultura, recrutados ou expulsos das grandes capitais européias por vadios e enviados para cá por agentes desejosos de remeter grande número (AHRGS, Inspeção da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [12.02.1877], Conde d'Eu, maço 56, caixa 30).

No dia seguinte, envia outro ofício, qualificando de “bandidos saídos das prisões européias” muitos dos colonos sob sua administração, sendo injustificável o descaso do governo para com seus funcionários, já que o número de praças era insuficiente para garantir até mesmo a integridade física do administrador e seus subordinados.⁶⁴ Na colônia Dona Isabel, o ano de 1877 também é de conturbações: a dificuldade de comunicação com o centro da administração colonial em Porto Alegre, o atraso na entrega de subsídios, juntados ao fato de que a produção nos lotes ainda não se iniciara, colocava em evidência a “desorganização e a desordem que a fome tem produzido nas colônias onde a minha existência e a dos meus empregados corre perigo” (AHRGS, Inspeção da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [21.07.1877], Dona Isabel, maço 57, caixa 31), afirmava seu diretor Ernesto Cartier.

⁶⁴ A reclamação se devia ao fato de que os colonos estavam cobrando subsídios extraordinários em dinheiro. Como esse subsídio havia acabado em dezembro de 1876, os colonos exigiam que o mesmo continuasse durante o mês de janeiro e fevereiro de 1877, momento em que escreve o ofício. Amotinados em frente à diretoria, queriam receber por força os valores que não eram possíveis serem pagos. João Jacinto Ferreira envia dois ofícios com o mesmo conteúdo num mesmo dia. O tom de seu relato é ao mesmo tempo irritante e receoso, de certa maneira, confirmando suas perspectivas anunciadas no mês de agosto de 1876. (AHRGS, Inspeção da Diretoria de Terras e Colonização, Ofícios [13.02.1877], Conde d'Eu, maço 56, caixa 30).

Mesmo quando esses subsídios eram pagos, os atos de violência não eram inexistentes, como em setembro do mesmo ano e na mesma colônia Dona Isabel, após o pagamento do devido, quando alguns colonos (Miguel Capelo, Rolando Carlo, Ângelo Roveta, Agostinho Barrasal e Estefe Bergamo), aproveitando a retirada do tenente Marciano de Almeida com a polícia de seu comando, voltaram para a casa da diretoria reclamando que não lhes haviam pago o mês de agosto, “atirando raivosos tiros sobre os empregados e dois policiais que o referido tenente tinha deixado para me acompanhar” (AHRGS, Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [4.9.1877], Dona Isabel, maço 57, caixa 31). Concluí arrolando os feridos, pedindo a expulsão dos agressores – todos solteiros – e um reforço policial imediato, pois,

a facilidade com que remetem centena de colonos vadios e criminosos sem conhecimento algum de agricultura e que não querem trabalhar, são causas dessas desordens que são apenas as preliminares de desgraças, assassinatos e roubos que logo superado o subsídio tem inevitavelmente de aparecer. Cumpre lembrar que a minha vida e a dos empregados da colônia estão nas mãos dos colonos, pois não temos garantias de segurança alguma (AHRGS, Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [4.9.1877], Dona Isabel, maço 57, caixa 31).

Como salienta Iotti, os subsídios foram cortados pelo governo em agosto de 1877, mas em substituição houve a abertura de frentes de trabalho para os colonos nas obras de viação interna e externas dos núcleos. As frentes, no entanto, foram suspensas pouco tempo depois, ainda em 1877, o que tornara a situação das colônias ainda mais precária. (IOTTI, 2003, p. 106). Em grupos numerosos, os colonos começaram a se dirigir para a capital a fim de cobrar os subsídios, atos qualificados de insubordinação pelo presidente da província, “e o que foi considerado pior pelas autoridades, ‘sem autorização do respectivo diretor’” (IOTTI, 2003, p. 165). Mas esse não parece ser o caso quando da descida de um desses grupos da colônia Dona Isabel. O diretor Cartier comunica a Inspetoria Especial de Terras e Colonização nos seguintes termos:

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. S^a que os colonos nada têm com que possam sustentar-se, e que parte deles aí vem em caminho dessa capital reclamar subsídios. Encontram a V. S^a junto a estes quatro abaixo assinados que ontem recebi das colônias. Eu me acho a quatorze dias à espera para levar dinheiro para poder dar princípio e organizar turmas de trabalhos de estradas ordenado por V. S^a, não podendo eu seguir para a colônia, sem levar meios com que possa acudir a fome desses infelizes (AHRGS, Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [18.9.1877], Dona Isabel, maço 57, caixa 31).

Cartier estava fora da colônia, mas comunica às autoridades sobre o movimento dos colonos, e, ao que tudo indica, não se opunha ao fato, mesmo porque, por diversas vezes, afirmara que não se responsabilizaria por qualquer incidente surgido devido ao estado de

abandono da área colonial. Se as leis e as decisões não estavam na colônia, era preciso encontrá-las em outro lugar. Nitidamente, o comentário exposto por Iotti, e feito pelas autoridades de, que os colonos haviam se dirigido à capital sem autorização dos diretores é, no mínimo, questionável, visto que, primeiramente, a autoridade que existia era mínima – e, no caso da colônia Dona Isabel, o diretor de fato não estava presente. Até pode ser que alguns deles aprovassem as atitudes dos colonos, ou, no mínimo, vissem nela a única alternativa para a situação. É preciso considerar também que as leis eram pouco exequíveis, e nem mesmo quando existia a presença do aparato policial era possível garantir a ordem. Isso resulta, por fim, num estado civil bastante debilitado.

Os diretores sabiam exatamente que, onde não há lei, há instinto, e mesmo que identificassem por algumas vezes os colonos como “bandidos” ou “vagabundos”, propensos a desordens, reconheciam que o estado de miséria dos mesmos os faziam não só abandonarem seus lotes, como os tornavam “ladrões e salteadores, pois a fome a isto os obriga” (AHRGS, Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [22.9.1877], Dona Isabel, maço 57, caixa 31). Um sem número de outros problemas poderia ser aqui arrolado, como abusos de funcionários do governo – agrimensores, engenheiros –, falta de moradias adequadas para os próprios funcionários do Estado, pedidos de ajuda para famílias que, por uma eventualidade ou outra, haviam perdido tudo que possuíam; enfim, continuar relatando seria redundância. O mesmo seria afirmar que numa situação dessas não há uma possibilidade concreta de liberdade, embora isso não exclua o exercício da cidadania nem a possibilidade da política, já que as próprias atitudes dos colonos remetem a algum nível de pressão sobre o poder constituído, mesmo que débil, e a ação coletiva, exigindo um mínimo de garantias à sobrevivência, se refere a algum nível de consciência de direitos.

O que importa perceber é o fato de que todo e qualquer tipo de liberdade estava sendo ameaçada, e por ínfima que fosse, ela ainda representava alguma coisa. Foi com base nessa ameaça, na impossibilidade da reprodução da própria vida e na construção do mundo, que esses homens forçaram a porta da política, para que, enfim, a liberdade fosse garantida. Porém, aqui é preciso, ainda, determinar a condição desses homens, para, ao menos, compreender o sentido de suas ações. Marcos Justo Tramontini, em sua obra, *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*, busca analisar, dentro da imigração alemã, os mesmos problemas que dizem respeito aos imigrantes italianos – segundo o que foi exposto até o momento.

Para Tramontini, os protestos e as reivindicações dos colonos ante um Estado que lhes negava a cidadania era um indício claro de que os mesmos não “recusavam este Estado,

isolando-se, formando um gueto, pelo contrário, mostravam-se dispostos e habilitados a abrir espaços de reconhecimento nesta nova sociedade e participar de seu processo de transformação” (2003, p. 219). Tão nova era não só a sociedade brasileira, mas, igualmente, a específica posição em que os colonos nela se encontravam, que “a falta de modelos prévios, tanto na cultura de origem como na sociedade brasileira, produz um vazio de sentido que só aos poucos vai sendo superado, com a organização social, política e econômica destes imigrantes” (TRAMONTINI, 2003, p. 175).

Construir e dar significado ao mundo como sujeitos livres, vislumbrar essa perspectiva, foi possível na medida em que se diferenciavam dos homens livres nacionais, sujeitos à dominação pessoal dentro da estrutura de mando da sociedade brasileira, isso é, podiam usar “o pequeno espaço aberto por aqueles ensaios de regulamentação liberal dos contratos” (TRAMONTINI, 2003, p. 205-206). A lei, por si só, não garante liberdade a ninguém, mas pode ser um mote para buscá-la. É bem verdade que Giron tinha razão em demonstrar a perplexidade dos colonos ao se depararem com suas novas condições, mas isso não os havia desencorajado ou levado a negá-las, o que seria negar a liberdade, por maior que fosse sua abstração jurídica. O grande problema parece ser aquele exposto e identificado por Tramontini, isso é, o vazio de sentido dos que perderam o próprio mundo.

Para Hannah Arendt, em um mundo no qual os homens não possam aparecer como donos de ações e discursos, estando banidos de qualquer esfera pública, “a liberdade não possui realidade concreta” (1972, p. 195). Quando o já referido diretor da colônia Conde d’Eu, João Jacinto Ferreira, pedia proteção aos “miseráveis sem pátria, essas frágeis mulheres, velhos e inocentes crianças”, quase nus por estarem até com a roupa do corpo apodrecida (AHRGS, Inspeção da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [5.5.1877], Conde d’Eu, maço 56, caixa 30), se entende claramente o nível e o alcance de alheamento atingidos. Pode-se ter um outro exemplo, o de Terry Eagleton, ao relatar as impressões de um judeu alemão emigrado para os Estados Unidos quando declara que “a condição de viver sem uma terra natal é sempre uma maldição” (2005, p. 68).

A perda de vínculos com um mundo de que se possa fazer parte é o primeiro sintoma da falta de liberdade. Era preciso, então, refundar, reatar com esse mundo, sob pena de ser aniquilado, e não restam dúvidas de que muitos assim o foram. Mas nem todos sucumbiram ao primeiro impacto, e esse também não era o objetivo das autoridades brasileiras. No entanto, havia uma contradição, a da impossibilidade de se começar uma nova realidade através de indivíduos atomizados, refugiados na pequenez de seus lotes, preferindo submeter-se a qualquer condição, desde que os deixassem em paz. Se essa tivesse sido a regra, não

haveria sentido em narrar essa história, não haveria sentido em falar de política ou liberdade. No fundo, o perigo de não mais poder reatar com o mundo ou com uma dada realidade que os cercava os impeliu à ação. Novamente recorrendo a Arendt, “ser livre e a capacidade de começar algo de novo coincidem” (1972, p. 214, 220), e essa realização só pode ser feita por “homens que, por terem recebido o dúplice dom da liberdade e da ação, podem estabelecer uma realidade que lhes pertence por direito” (1972, p. 214, 220).

Embora se tenha dado exemplos restritos aos anos iniciais da colonização, evidentemente os mais difíceis, não quer dizer que os problemas dessa natureza tenham desaparecido tempos depois. O mesmo afirma-se das lutas no campo político. Como um processo de conquista, os movimentos ganharam outras dimensões, certamente pela cada vez maior complexidade da sociedade regional. Mas a temática não se encerra apenas na historiografia marxista. Outros trabalhos, com um olhar sobre os mesmos problemas, trouxeram contribuições igualmente importantes ao estudo da imigração.

Uma dessas pesquisas, pouco conhecida porque não publicada e mantida com certas reservas quanto à divulgação, foi produzida sob coordenação da professora Loiva Otero Félix, tendo como bolsistas Benito Bisso Schimidt e Haike Roselena Kleber. O estudo foi apresentado apenas como relatório de pesquisa ao CNPq, no ano de 1992, com o título: *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na 1ª República*. Trabalho extenso, sendo boa parte dele baseado em documentação, até aquele momento, quase inédita, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, isso é, Arquivo Borges de Medeiros, apresenta uma contribuição importante ao demonstrar as estratégias e o peso que a organização dos imigrantes tinha no poder institucional. Acredita-se que, se levado ao público acadêmico no tempo de sua conclusão, poderia ter jogado algumas luzes sobre os processos de lutas no poder envolvendo a sociedade regional. Não que os autores tenham aberto mão de princípios teóricos já aqui debatidos, mas introduzem noções de poder, como a de Michel Foucault, para chamar atenção para a grande diversidade espacial do poder, seus casos particulares, negando a isenção política dos colonos, sendo, por isso, “necessária a análise das relações de poder nestas comunidades políticas, internamente e com o poder do Estado” (FÉLIX, 1992, p. 11).

No fundo, o trabalho se inscreve nos debates sobre a questão do coronelismo no Rio Grande do Sul, naquele momento capitaneados pelos historiadores Sérgio da Costa Franco e a coordenadora da pesquisa citada, autora também de uma obra clássica sobre o tema: *Coronelismo, borgismo e cooptação política*.

Sobre as regiões de colonização, as visões se chocavam quanto à tese de Franco, de que a política na Primeira República havia sido dominada pelos chamados coronéis burocratas, pessoas sem vínculos com as populações locais e que representavam os interesses da política borgista. Assim, os colonos seriam peças de cooptação e instrumentos de legitimação eleitoral nas relações de mando com o governo do Estado. Para Félix, o processo de dominação nessas áreas foi mais complexo e contou, sim, com a participação ativa das comunidades locais, obrigando o governo Borges de Medeiros a fazer arranjos e rever estratégias de poder.

Franco (2002), em sua posição clássica, sustenta que os imigrantes pouco se interessavam pela política, e que mais estavam envolvidos e preocupados em fazer prosperar seus negócios. Pensar dessa forma não é tão incorreto, já que, historicamente, a burguesia foi a primeira classe social a assegurar o poder econômico sem se preocupar com o político, mas sempre que as generalizações tomam conta das análises, algumas ideias acabam por não se sustentarem. O autor não toma como instrumento de poder, por exemplo, instituições fundamentais como a Igreja Católica, descuida da presença de imigrantes nos conselhos municipais e foca sua atenção apenas nos processos eleitorais e na continuidade administrativa de certos indivíduos, cujo caso mais marcante foi o do Coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, em Bento Gonçalves, que administrou o município de 1892 a 1924.⁶⁵ Félix, por sua vez, questiona a ideia dos governantes “de fora” e sem vínculos, primeiro porque muitos deles já residiam há muito tempo nas localidades, estabelecendo relações próximas com seus habitantes; segundo, porque em alguns municípios, sobrenomes italianos aparecem nos executivos em diversos momentos, durante a República Velha, e, por último, demonstra a importância assumida pela Igreja e o papel fundamental de mediação exercido pelos legislativos, locais de presença e atuação dos membros mais representativos do grupo imigrante.

O relatório apresenta, de maneira bastante clara, que havia barganhas, pressões, atritos e sim, a relativa vontade de participar e tomar o controle da vida política regional por alguns grupos imigrantes. Porém, apresenta algumas questões que permanecem em aberto e que poderiam melhor ter sido respondidas. Iniciar-se-á pela afirmação de que havia uma divisão interna da vida política nas colônias:

⁶⁵ Não será detalhada com maior precisão a visão conceitual e historiográfica de Sérgio da Costa Franco, não que não seja importante, mas basicamente porque o interesse aqui é analisar o relatório apontado. A menção a Franco serve como contextualização e entendimento do sentido das afirmações de Félix, já que essa se opunha ao modelo explicativo do historiador.

Cabe salientar um aspecto importante: a vida política dos imigrantes italianos e de seus descendentes concentrou-se sobretudo nas sedes das colônias, envolvendo principalmente os indivíduos que exerciam atividades urbanas: comerciantes, artesãos, profissionais liberais e funcionários públicos. Os colonos pequenos proprietários, por sua vez, pelo seu isolamento e por estarem ocupados sobretudo na luta pela sobrevivência, só participavam das atividades políticas quando estas implicavam em questões relativas às suas condições de vida tais como: a cobrança de impostos, a construção de estradas, o auxílio em períodos de más colheitas, etc. Embora esta situação tenha sofrido algumas alterações com o decorrer do tempo (maior dinamização dos transportes, crescimento econômico dos distritos, etc.), uma realidade perpassou a vida política das colônias italianas durante toda a República Velha: a dificuldade de se integrar os colonos habitantes das léguas rurais com o poder local concentrado nas sedes (FÉLIX, 1992, p. 51-52).

Evidentemente que não só colonos, mas também comerciantes estavam ocupados em ganhar suas vidas, uma vez que a prática da política como uma função exclusiva só viria após a década de 1930, quando uma burocracia administrativa se consolidara aos poucos. Participar pontualmente talvez não fosse exclusividade dos colonos isolados nas linhas, mas dos interesses que se apresentavam em benefício ou prejuízo de certos grupos. É fato que os conselhos municipais se compunham basicamente de indivíduos das áreas urbanas e ligados ao comércio, porém, nem todos pertenciam às sedes e, em diversos casos, residiam e representavam distritos interioranos, onde as ligações com os colonos, provavelmente, eram muito mais próximas, e em caso de oposição ao governo, situações embaraçosas e desfavoráveis sempre colocavam em alerta as autoridades.

Esse é o caso de Bento Gonçalves, onde Antônio Tramontina, residente no distrito de Santa Tereza, era integrante do quadro legislativo do município, durante a década de 1920. Tramontina era identificado como assistente, junto com outros nomes de influência na localidade, nomes esses que não constavam nos quadros políticos institucionais, como José Franceschini, uma espécie de líder político local e patriarca da família, ao qual todos obedeciam. (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00438, carta de Carlos Penafiel, Fundo Bento Gonçalves, 26 de março de 1924).

Eram inúmeras as queixas dos funcionários políticos do governo ligados ao Coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, intendente do município, a respeito da dificuldade de submeter os distritos, devido ao afastamento da sede, o que facilitava o surgimento de lideranças locais com forte ascendência sobre os colonos. Carlos Penafiel, funcionário responsável pela descrição do quadro político no distrito, relata que a propaganda dos Franceschini era feita na saída das missas dominicais, momento de maior concentração de agricultores. José Franceschini podia, evidentemente, determinar sanções aos desacatos às

suas diretrizes, como importante comerciante que era, visto que possuía uma clara influência sobre os habitantes do distrito, e isso não era pouco ao governo da sede.⁶⁶

Ao que parece, os mundos não estavam tão separados assim, e se a participação esporádica dos colonos se restringia à cobrança de impostos, construção de estradas ou auxílios em momentos de dificuldades, elas se tornavam extremamente significativas em outros momentos esporádicos: nas eleições. Problemas de fidelidade envolvendo funcionários, e que diretamente respingavam nos vínculos com a população mais interiorana, também eram comuns. Em Bento Gonçalves, nas eleições para presidente do Estado, em 1907, a vitória de Fernando Abbott – 45 votos – sobre o candidato do PRR, Carlos Barbosa – 13 votos – na Linha Palmeiro (AHBG, Livro Registro de Correspondências, telegrama 26 de novembro de 1907), provocara a reação imediata do Cel. Carvalho Júnior, providenciando o fechamento da escola local, a fim de manter a disciplina partidária, castigando os insubordinados. Acusava o filho da professora local de fazer oposição, tendo a senhora Sílvia Festa declarado ao inspetor escolar “fazer muito bem seu filho trabalhar contra governo e não precisar desse cargo” (AHBG, Livro Registro de Correspondências, telegrama 6 de dezembro de 1907).

Afirmar que a política na sede era uma, e no interior outra, é simplificar demais os processos, é voltar ao velho paradigma do isolacionismo. Se ainda se quiser pensar de outra forma, as sedes podem ser vistas como os núcleos em que as decisões administrativas eram tomadas em última instância, mas não que suas decisões dependessem apenas dela, e o aparecimento de zonas de instabilidades obrigava a expedientes ilícitos, para que se assegurasse a aparência de unanimidade política. Diz-se aparente, pois, nos momentos de crises mais agudas, como a da década de 1920, o esfacelamento do sistema aparecera com maior evidência, e os novos atores políticos, amparados que tivessem sido pelo poder central do Estado, atuavam com muito maior vínculo de legitimidade na região, como em qualquer outro período histórico.

Esse é outro ponto sobre o qual o relatório não presta a devida atenção. Usando argumentos estatísticos e numéricos, os autores demonstram que poucos foram os intendentes – nomeados ou provisórios⁶⁷ –, o suficiente para que se configurasse uma articulação entre as elites locais e o poder intencional. Nessas circunstâncias, contudo, os números são tão pouco

⁶⁶ O contexto em que esses atritos se deram e os detalhes dessas disputas políticas serão abordados nos próximos capítulos, quando se voltará a analisar esse documento.

⁶⁷ Em Caxias, por exemplo, “dos 16 intendentes, 5 foram nomeados perfazendo 6 anos num período total de 38 anos (1892-1930), onde 32 anos foram de mandatos eletivos exercidos por 11 intendentes, tendo ocorrido, entre estes, 2 reeleições (Campos Jr. e Penna de Moraes)” (FÉLIX, 1992, p. 63).

confiáveis quanto os próprios resultados das eleições no período. Resultados eleitorais não refletiam integralmente a composição segura dessas alianças, e as articulações podiam ser tão frágeis e artificiais que a todo o momento precisassem ser renegociadas, até que nas eleições seguintes voltassem a ser mascaradas. Se as nomeações foram poucas nas regiões coloniais, isso mais se deveu a uma cultura política pautada dentro de certas regras legais e formais dos imigrantes – muito embora as práticas de que o governo lançava mão em nada lembrassem isso – do que uma aceitação completa da situação, resultando em uma afinidade bem composta de interesses. As oposições continuavam e vinham a público nos momentos em que o consenso era solicitado. Contraditoriamente, o relatório apresenta inúmeras dessas situações, mas a evidência não parece ser o bastante para retirar a análise de seu intuito principal, qual seja, o de opor a visão de um coronelismo com vínculos e articulações locais, dentro do esquema borgista, a um domínio da mesma origem, mas com base burocrática.

Sempre dentro dessa lógica, as distinções entre os “de dentro” e os “de fora” são, por vezes, confusas. Ser de dentro é possuir algum vínculo com a sociedade regional. No caso de Caxias, Vicente Rovea, Hércules Galló e Celeste Gobbato são apresentados como tais, embora Gobbato não residisse no município, e Hércules Galló assumira a intendência devido ao afastamento de Penna de Moraes; não fora, portanto, eleito como primeira opção, o que altera consideravelmente a argumentação. Os “de fora” eram, evidentemente, os que não possuíam um sobrenome de origem italiana, sendo, dessa forma, não identificados com a comunidade imigrante. É correto supor que a residência por muitos anos em um lugar cria, inevitavelmente, vínculos com o local, o que leva os autores a relativizarem a importância dos “de dentro” e dos “de fora”, e a quase não darem importância aos fatores ligados à etnicidade.

Poder-se-ia dizer, então, que, devido à longa permanência do Cel. Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior à frente da intendência de Bento Gonçalves, e dos vínculos locais que criara, este seria um “de dentro”, e que seu sucessor, o engenheiro João Baptista Pianca, nascido e residente em Porto Alegre, sem vínculos muito fortes com o município, fosse um “de fora”.⁶⁸

É lógico que a questão não é tão simples, e o peso de um vínculo étnico era importante, sim. Em 1924, possuir um sobrenome como Gobbato ou Pianca, independente de

⁶⁸ Embora sem fazer maiores menções, o aparecimento de Pianca indica que o mesmo foi considerado um “de dentro” na ótica dos autores, como sucessor de Carvalho Júnior. Ainda que se aceite esse argumento e que os vínculos existissem, sentimentos de inclusão e pertencimentos são difíceis de serem determinados e, por diversos momentos, Cel. Carvalho Júnior demonstra sua condição de diferente. Outro exemplo pode ser buscado em Affonso Aurélio Porto, quando administrava Garibaldi. Ao se queixar das intrigas e da oposição que sofria, afirmava não “acreditar que no coração desses estrangeiros interesseiros, perturbadores da ordem, acobertados pelo manto de nacionalização, exista patriotismo” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02238, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 21 de abril de 1915).

qualquer outro vínculo, era muito diferente do que ser um Moraes ou Júnior. Nesse momento, entra em cena a força da Igreja, identificada pelos autores como responsável pela pulverização do poder, sendo seu raio de ação, fundamentalmente, as áreas interioranas, já caracterizadas aqui como um mundo isolado. Não reconhecendo o papel que a Igreja exerceu nos processos eleitorais, e os mais importantes foram os da década de 1920, nem seu projeto de poder, baseado em pressupostos étnicos, a abordagem permanece em suspenso e sem a capacidade de ligar os fios que tecem a mesma pulverização no jogo político do período. Bastante sintomático disso é o fato de que, das 246 páginas do relatório, apenas as últimas 16 se ocupassem do universo específico do colono, âmbito onde esse poder parecia estar mais pulverizado, e que mais necessitava ser detalhado, já que uma das propostas iniciais era a de entender a rede de poder, mapeando seus significados, inclusive “poder e etnicidade (germanidade e italianidade) e poder e religiosidade” (FÉLIX, 1992, p. 15).

Como já afirmado, não obstante os problemas aqui postos, o relatório é fundamental no avanço da perspectiva de análise que faz sobre as relações de poder regional, isto é, a atuação efetiva dos conselhos municipais como caixa de ressonância dos interesses dos imigrantes e as estratégias de poder utilizadas por eles. De natureza semelhante a este trabalho, deve-se referir a dissertação de mestrado *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d’Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves – 1875 a 1889*, de Terciane Ângela Luchese. Preocupada em abordar o tratamento dispensado aos imigrantes e as reações dos mesmos frente às autoridades governamentais, Luchese, em alguns momentos, acaba por reproduzir as ideias já bem conhecidas de discriminação dos estrangeiros pela elite nacional e da religião como fator de união e ordem entre os colonos.⁶⁹

A referência ao poder da religião é traduzida pela influência do clero, ponto de unanimidade entre os colonos. Sobre essa questão, já foi transcorrido o suficiente em páginas anteriores; sabe-se que a figura do clero não foi um elemento tão agregador, e que seus componentes nem sempre estiveram ao lado dos colonos. Mesmo assim, são comuns passagens como as de que “os padres foram autoridades respeitadas e atuaram com poder disciplinador na organização sócio-cultural dos imigrantes” (LUCHESE, 2001, p. 129). Alguns poucos casos são arrolados, e os pontos de conflitos dizem mais respeito a intrigas políticas entre grupos de maçons e clero do que grupos de imigrantes católicos com o mesmo clero.

⁶⁹ Essas ideias já aparecem nas hipóteses do trabalho: “Diretores e demais funcionários ‘viam’ os imigrantes, em sua maioria, com preconceito’. A religião foi, predominantemente, fator de união entre os colonos, e o padre, a figura de ordem” (LUCHESE, 2001, p. 15).

De outro lado, são identificados inúmeros atritos entre os próprios colonos, cuja natureza diversa se referia a disputas por terrenos, dívidas, roubos ou acontecimentos mais comuns, como o ataque de animais (cachorros) a vizinhos, o que resultava em ofensas e ameaças entre ambos. No entanto, esses relatos não aparecem como claramente políticos, a não ser na intenção de identificá-los como parte de uma microfísica do poder foucaultinana, exposta como parte referencial-teórico da autora. Nesse momento, aparecem as intervenções dos administradores como reguladores das relações sociais e mediadores dos conflitos internos, fazendo uso, inclusive, de força repressiva policial para pôr termo às desavenças. Luchese ainda trata de atritos entre autoridades x colonos, autoridades x padres, força policial x colonos e das motivações específicas que haviam ocasionado tais problemas (subsídios, impostos). O objetivo da autora é claro: provar que o colono não foi ordeiro e pacífico, nem mesmo dono de uma conduta moral correta, como reza a historiografia clerical.⁷⁰

Mesmo baseada em um quadro documental significativo, a dissertação talvez se detenha demais em descrições de fatos e se preocupe menos em tentar estabelecer as relações de poder que esses fatos poderiam ter com o âmbito institucional. Falta ao trabalho uma análise mais detalhada, enquanto sobram relatos. Raros são os momentos em que os conflitos ganham dimensões políticas, e as autoridades parecem não ser contestadas, ou pouco afetadas no jogo de interesses que envolviam colonos, clero e governo. É evidente que as relações de poder que a autora pretendia identificar não podem ser reduzidas a crônicas de acontecimentos, e mesmo que o poder esteja disseminado em redes e se reproduza nas ações cotidianas, cabe tecer os fios que o una a uma ação política mais efetiva de Estado. De qualquer forma, Luchese apresenta ações concretas de personagens, com nomes e intenções reais; os vê dentro de um mundo mais palpável, sem grandes abstrações teóricas, enfim, os recupera como indivíduos em sua humanidade. É preciso observar que o espaço temporal da obra se estende apenas até 1889, o que impossibilita maiores abordagens sobre o tema central dessa tese.

Cabe lembrar que são raras as obras que se preocuparam com o momento político específico da década de 1920, na região colonial italiana. Dentre elas, pode-se citar *Fides nostra, victorian nostra*: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder políticos da Intendência de Caxias, de Eliana Rela Alves. A obra possui o mérito de analisar o processo político envolvendo as lutas entre a maçonaria e a Igreja Católica, deixando claro o projeto de

⁷⁰ Nos dois primeiros capítulos são tratadas questões como a estrutura econômica e administrativa das colônias, a composição dos quadros dirigentes e a forma como eram administrados. Há um levantamento bem fundamentado de dados que permitem descrever a situação das colônias nos primeiros tempos e sua lenta organização burocrática.

poder desenvolvido pelo clero até suplantar a influência maçônica no município. A cooptação lenta da elite local, agregada à crise da década de 1920, criou uma situação em que os ideais étnicos, políticos e religiosos se conjugaram e permitiram a subida ao poder de Celeste Gobbato, inaugurando um período de presença mais forte e incisiva no executivo municipal de representantes identificados com a comunidade local.

Talvez uma primeira observação que se possa fazer a esse trabalho é a de ter tratado o tema de forma isolada, focando o processo apenas em Caxias, e se esquecendo de que a região toda passava por mudanças na composição de suas administrações executivas. Pode-se concordar que as lutas dentro dos municípios ganharam dimensões diferenciadas, e o estudo específico de Caxias justifique a escolha. Mas de uma forma geral, os acontecimentos da década de 1920 surtiram efeitos em toda a região, e as divisões foram sentidas em todos os executivos, ou seja, Caxias não foi um caso isolado.

Chegar ao poder pelo consenso não quer dizer, ainda, mantê-lo pela concórdia, e a autora não aborda possíveis divisões internas entre o próprio grupo de católicos imigrantes. Além disso, a aura de conciliação que permitiu a Gobbato chegar ao poder não foi mantida posteriormente, sendo muito provável que as divisões já fossem evidentes antes mesmo da eleição. Para a autora,

Gobbato e Monsenhor Meneguzzi desempenharam papel semelhante. Se este era o intelectual que mantinha a disciplina sobre a massa italiana católica, aquele tentou a disciplina entre os intelectuais de outros municípios da região de colonização italiana. Desde sua eleição Celeste Gobbato acumulou os cargos de Intendente, sub-chefe de polícia e diretor político, isto é, possuía nas mãos a função coercitiva partidária, necessária à manutenção da coesão para o Estado. O Partido Republicano Riograndense, com essa administração, vivenciou uma fase de hegemonia entre os grupos locais. O Estado foi, então, concebido como organismo próprio de um grupo (italianos católicos), cuja função foi criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo (ALVES, 1995, p. 111).

Na verdade, a homogeneidade apregoada pela autora não existiu, mesmo porque, naquele momento, o grupo de católicos não conseguiu chegar ao poder em todas as localidades, sem contar o retorno à certa visão maniqueísta do Estado como instrumento de poder nas mãos da classe dominante, nesse caso, os italianos católicos. No entanto, as disputas entre maçons e católicos não ganharam as mesmas nuances em todas as localidades, e a questão fundamental, naquele momento, na maioria dos municípios da região, era mais ser italiano e, após, se possível, ser católico. Ao generalizar suas conclusões, Alves cai nos velhos perigos já apontados antes, não percebendo que as dinâmicas internas de cada município refletiram a composição de forças específicas, impulsionadas, contudo, por acontecimentos semelhantes.

A listagem das obras e autores feita nesse capítulo procurou dar conta das principais referências sobre a historiografia política da Região Colonial Italiana. Estudos monográficos de menor porte poderiam ser analisados, mas, fundamentalmente, as direções dadas pelos trabalhos mencionados são o suficiente para a compreensão do universo aqui pretendido. Não mais se estenderão aqui as referências dessa natureza, porém, serão complementadas no decorrer dos próximos capítulos. Restam, por fim, alguns comentários de ordem teórica, apenas para pontuar os problemas mais significativos levantados até o momento.

1.3 Estado, poder, política ...

Há algumas questões que até então foram tratadas de maneira a ficarem subentendidas na análise documental e bibliográfica, mas que, de forma alguma, se fizeram suficientemente claras. Tentar tornar mais objetivos certos problemas por meio de uma breve discussão teórica é fundamental no momento, seja para complementar o que até aqui se expôs, seja para orientar os passos seguintes.

Em primeiro lugar, a pergunta mais básica a ser feita diz respeito à forma como circularam a autoridade e o poder na Região Colonial Italiana: Como foi possível sua eficácia em um contexto específico de sua formação social e política? Certamente existem fases diferentes que compõem, desde o início da colonização até a década de 1920, a formatação das relações de poder na região, contudo, em linhas gerais, alguns elementos servem de baliza para o debate proposto. Assim, um desses elementos mais importantes é o da escala de análise. Ainda que não seja nova, a discussão permanece controversa. Como lembra Alban Bensa, “a aldeia, a região ou a nação não podem ser apreendidas nas mesmas condições nem dar lugar ao mesmo tipo de raciocínio” (BENSA, 1998, p. 65). Não que exista de fato uma incompatibilidade entre uma escala macro e micro, mas os filtros que se estabelecem na passagem de um campo a outro requerem ajustes, pois, se toda e qualquer grande estratégia política pode ser historicamente produzida, também é limitada “pelo *habitus*”, pela construção e simbolização das ligações sociais mais particulares. (BENSA, 1998, p. 74).

Certamente existe um Estado, um Partido Republicano Riograndense, um Júlio de Castilhos, existem práticas políticas e composições formais de poder, mas isso não significa uniformidade nem identidade de significados; “a escolha de uma ou outra escala de representação não equivale a representar em tamanhos diversos uma realidade constante, e sim transformar o conteúdo da representação mediante a escolha do que é representável” (REVEL, 2010, p. 438). De maneira semelhante, Levi coloca que as estruturas públicas,

simbólicas, são abstrações e que “no contexto de condições sociais diferentes, essas estruturas simbólicas produzem uma multiplicidade de representações fragmentadas e diferenciadas” (LEVI, 1992, p. 149). O centro do debate da grandeza em escalas está relacionado, em última instância, ao indivíduo (micro) e às estruturas coletivas (macro). As generalizações são típicas dessa última: o “colono”, o “imigrante”, os grandes projetos ou a intervenção estatais, etc. Por outro lado, o específico, o particular do micro, abarca a ação inesperada ou até mesmo aparentemente incoerente de um Paolo ou Marco para burlar ou afrontar o ‘sistema’, a demonstrar que o mundo não é perfeitamente linear, coeso e integrado. Mais uma vez, “isso não equivale a dizer que o Estado não tem existência nesse nível, o que seria um absurdo. Mas que ele não existe nas formas que mais lhe agradam e que existe, sim, ao preço de tornar-se outra coisa” (REVEL, 2010, p. 442).

Assim, a incerteza ganha espaço nesse universo, nas ordens dos administradores, nos arcabouços legais e institucionais. De antemão, nada pode ser considerado totalmente estável, o que também determina uma certa redistribuição do poder. A trama de fios que tecia uns aos outros compunha uma rede de influências que, vista de longe, não pode ser percebida, fato que levou muitos autores a pressuporem uma centralização coercitiva desse mesmo poder. Perceber o problema sob este ponto de vista, mais delimitado e reduzido é, sem dúvida, mais complexo. O uso de sistemas de repressão concentrados em uma classe ou alguns mandatários é característico de sistemas políticos simples, quando o poder, enfim, perde sua função e se transformara em pura violência. Para Niklas Luhmann, quanto maiores forem as possibilidades de decisões, maior será o poder: “o poder cresce com liberdades de ambos os lados; ele aumenta, por exemplo, numa sociedade, na medida em que gera alternativas” (LUHMANN, 1985, p. 9).⁷¹ Depreende-se daí que a própria autoridade está relacionada à capacidade de quem administra o mover-se entre múltiplas opções, procurando evitar as sanções drásticas, o que implicaria o esvaziamento e a falência do poder.

Medidas de exceção evidentemente podem ser usadas, e a história regional está repleta desses exemplos, sobretudo nos momentos agudos de crises políticas. Aí, então, o uso da violência é interpretado como fator de restabelecimento do poder e da autoridade. Esses mesmos conceitos, contudo, só são possibilitados pelos acordos posteriores às crises, negociados e renegociados constantemente. Quando Luhmann afirma que o poder aumenta de

⁷¹ Hannah Arendt aponta para uma direção parecida quando trata sobre a definição de poder e sua relação com o mundo político. A autora define o poder, primeiramente, como a “habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto”. É ao grupo que o poder pertence, nunca aos indivíduos. Também observa que o uso da violência nada mais demonstra que a redução do próprio poder ou a capacidade de decidir de forma não isolada. (2009, p. 60).

ambos os lados, ele quer dizer que se distribui mais amplamente entre quem está no topo da hierarquia e quem está na base. Existe uma simbiose, que permite a convivência das partes, o desejo de evitar sanções é recíproco, mas é uma possibilidade sempre em aberto, que conta com o receio de sofrer suas consequências, no caso dos administrados, e com a não menos perigosa decisão, pois abre caminho para a ilegitimidade, em se tratando dos administradores (1985, p. 20-21). Há, portanto, um cálculo que remete à busca pelas já ditas alternativas e, muito embora a política na Região Colonial tenha sido interpretada como área exclusiva de alguns grupos, essa suposta exclusividade só se legitimaria graças à ampliação, ao aumento e à distribuição dos meios de poder.⁷²

Ao tratar desse específico contexto político, não se pode esquecer da composição em rede e verticalização hierárquica. “A rede se expressa através de pontos (nós, polos, vértices) e linhas (ou arestas), incluindo aí os fluxos (que podem ser materiais ou imateriais) e os suportes (materiais)” (HAESBERT, 1997, p. 104).⁷³ De forma mais completa, Bertrand define que as redes, como instrumento de análise,

remetem a um triplo conteúdo ou dimensão. O primeiro é sem dúvida seu aspecto morfológico. Por uma rede deve entender-se inicialmente como uma estrutura constituída por um conjunto de pontos e linhas. Estas materializam as relações mantidas entre um conjunto de indivíduos identificados mediante aqueles. Porém uma rede é muito mais que uma estrutura. Tem também, em um segundo momento, uma dimensão relacional ao constituir um sistema de intercâmbios mediante aos quais os laços reconstituídos como manifestações de relações permitem uma circulação de bens e serviços. Por último, uma rede funciona segundo o que poderia qualificar-se como uma dinâmica relacional. Como todo sistema de relações, seja qual for, a rede está submetida à versatilidade e a variabilidade dos laços. Isto significa que nem em todo momento os laços vigentes podem estar mobilizados em vista de qualquer finalidade porém esses mesmos laços podem conhecer também períodos, mais ou menos longos, de não ativação. E mais, os ditos laços podem até desaparecer, seja temporal ou definitivamente, assim como mudar de conteúdo e variar de intensidade (BERTRAND, 2009).

O ator social é o que está no centro da análise, contudo, a rede, como a própria formação social, não é um todo coeso, residindo aí um dos problemas para os historiadores. Redes extensas ou completas são difíceis de serem apreendidas, sendo preferível, então, a

⁷² Tem-se em mente, ao se tratar de relações e conceituação de poder, que “todas as formas de organização política têm um viés a favor da exploração de alguns tipos de conflito e da supressão de outros”. O importante é poder analisar “os valores dominantes, os mitos, os procedimentos políticos e as regras estabelecidas do jogo [...] fazer uma cuidadosa investigação sobre quais pessoas ou grupos, se algum, ganha com o viés existente e quais, se algum, é prejudicado por ele”. Enfim, é antes a natureza da organização política que precisa ser questionada, para então poder qualificar as formas de poder e mando (BACHRACH, BARATZ, 2011, p. 151, 155-156).

⁷³ Para Haesbaert, ainda, são análises fundamentais na caracterização das redes: dos atores/classes sociais ou grupos culturais nelas envolvidos e das dimensões sociais (econômicas, políticas, culturais) aí privilegiadas; do tipo de relação entre os agentes hegemônicos que definem os polos da rede (instituinto redes hierárquicas e complementares, funcionais e de solidariedade, por exemplo); do tipo de fluxo (circulação ou comunicação) que é por elas veiculado e sua velocidade; do conteúdo técnico que elas incorporam, distinguindo aí a natureza dos fluxos e dos suportes; e da escala geográfica que atingem (redes locais, nacionais, globais...).

concentração em redes parciais ou sub-redes que consigam identificar melhor as relações⁷⁴ e intercâmbios dos atores que a compõem. (BERTRAND, 2009). O processo imigratório foi bastante marcado pela constituição dessa trama, na qual, segundo Truzzi, “os indivíduos compartilham e dispõem de informações limitadas, sempre dependentes de sua rede de relações” (2008, p. 206, 209). Essas estruturas possuem densidades distintas, laços fortes ou fracos, dependentes dos vínculos pessoais mantidos pelos indivíduos.⁷⁵ Os fluxos de informações podem variar muito de uma localidade para outra, sendo justamente estas que auto regulam o sistema. (TRUZZI, 2008, p. 206, 209). Do topo à base, do Presidente do estado ao intendente e deste ao inspetor de linha, passando por outros postos intermediários, importa reconhecer quem, como, de onde e quando fluem as informações, ordens e todo o conjunto de ações pertinentes aos domínios do campo político.

Óbvio que esses indivíduos representam, ou ao menos estão inseridos, em algum tipo de institucionalidade; ninguém está à deriva, da mesma forma que é certo que cada um possui suas próprias intenções. É necessário, portanto, sempre se perguntar de “que tipo de ator se trata; a classe de relação que existe entre os atores; a condição do nexa a respeito do qual está se tratando; como se beneficia e em que tipo de contexto se dá a relação?” (GÓMEZ, HERNÁNDEZ, 2007). Para Jon Elster, “as ações são explicadas por oportunidades e desejos – pelo que as pessoas podem fazer e pelo que querem fazer” (1994, p. 30) e, poder-se-ia acrescentar ainda, pelo que devem fazer. Tudo “depende dos ganhos certos e possíveis perdas associadas com as alternativas”, dos riscos que cada um corre, no curto e no longo prazo, referente às atitudes tomadas. Novamente reaparece a incerteza e a inconstância, assim, por mais que o autor reflita a teoria da escolha racional, observa que:

nem mecanismos subjetivos, nem mecanismos objetivos garantem que as pessoas façam o que está em seu interesse fazer. A escolha racional é com frequência indeterminada [...] mesmo supondo que as pessoas se livram de sua tendência a comportar-se irracionalmente (ELSTER, 1994, p. 100).

Convém acrescentar, sobre a informação, como e onde ela pode circular no campo do poder e da política, num sistema onde relações entre fidelidades pessoais e pertencimentos de

⁷⁴ Sobre uma abordagem relacional “em seus diversos matizes, tem como ponto em comum a ruptura com a epistemologia baseada em unidades pré-construídas, sejam elas o indivíduo, a sociedade ou a cultura. Os atores sociais, suas características e dinâmicas de interação, só existem, efetivamente, como parte de uma teia de interdependência, impossível de ser apartada de seus contextos temporais e espaciais de existência (SCHIMITT, 2011, p. 86). Na mesma direção, Revel salienta que “o social não é nunca objeto de uma conceitualização sistemática articulada; ele é, principalmente, o lugar de um inventário, sempre aberto, das correspondências e das relações que fundam a ‘interdependência dos fenômenos’” (1989, p. 27).

⁷⁵ Aqui a distância geográfica ou a frequência dos contatos pouco importam. Vizinhos podem ter informações diferentes, como também são diferentes os graus de credibilidade. O que importa não é a proximidade física e temporal de quem recebe ou transmite a informação, mas a ligação pessoal, afetiva e de confiança existente.

grupos eram complexas. A rede só pode transmitir informações segundo a composição de suas linhas. Depreende-se daí que a coesão social dos envolvidos determina a qualidade dessas informações e, portanto, a manutenção do poder. Segmentos, frações nas linhas distorcem ou interrompem os circuitos de mensagens e abrem espaço para conchavos, traições, boatos, fofocas. Nada mais comum no jogo político do que o poder de controlar, disseminar, manipular informações, sejam elas verdadeiras ou falsas. Manter os canais de circulação abertos é importante não só aos que dominam, mas também aos excluídos, os quais se utilizam desse mesmo recurso para difundir suas próprias versões dos fatos. Norbert Elias, ao estudar um bairro operário em Londres, observa o quanto a fofoca possuía a capacidade de elogiar e detratar grupos sociais e indivíduos a eles pertencentes, na luta pelo poder. (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 121, 133). Por fim, dir-se-i-a que o “ponto de partida da análise não é a ordem instituída, mas, sim, os processos plurais e incompletos através dos quais a ordem é construída” (SCHIMITT, 2011, p. 93) ou, como coloca Bertrand, olhar o indivíduo imerso nessas redes faz com que se permita “redescobrir a autonomia relativa dos atores sociais capazes de abrir espaços pelos quais tentam escapar, de certa forma, ao determinismo, aqui social, dentro do qual o historiador tenta demasiado frequentemente submeter-lo” (2009).

Cabe, enfim, a pergunta ao presente trabalho: quem são esses atores? Considerando os diversos agentes espalhados pela rede, é imprescindível algum tipo de generalização, de maneira que o primeiro grande grupo social a ser identificado é composto pelos imigrantes. Segundo Abdemalek Sayad,

a imigração pode ser definida como a presença no seio da ordem nacional [...] de indivíduos não nacionais (isto é, de estrangeiros, de nacionais de outras nações, de outra ordem nacional ou de outra nacionalidade) e a emigração, por simetria, como a ausência de ordem nacional (isto é, da nação, ou se durar de mais, da nacionalidade) de nacionais pertencentes a essa ordem; o imigrante é aquele que realiza essa presença estrangeira e corretivamente, o emigrante é aquele ausente que se encontra no estrangeiro (1998, p. 57).

Ainda que essa definição fale mais sobre o fenômeno, remete também à natureza de quem participa e sofre seus efeitos mais diretamente. Uma vez imigrante, há uma dupla natureza a ser compreendida, a de estar presente e ausente ao mesmo tempo. A ausência é o abandono, o rompimento gradual com certa condição social, econômica, cultural e política, enquanto a presença é reconstrução dessas mesmas condições em um novo ambiente.

Independentemente disso, “a imigração, em qualquer contexto que se estude e em qualquer definição que se aplique, remete sempre a trabalhadores livres, enganados às vezes, obrigados pelas circunstâncias em outras, mas que exercem um ato de vontade” (DEVOTO, 2004, p. 26). A escolha por imigrar atingia e era motivada pelos mais diversos contextos e

interesses, abarcando um contingente humano tão diverso quanto as causas da mobilidade, embora a imagem do imigrante tenha sido moldada sobre um certo estereótipo que

considera imigrantes só aqueles que vinham em terceira classe, significa associar estritamente aquela noção de pobreza relativa e a imagem dessas multidões indistintas de camponeses europeus que se deslocavam da Europa para a América. A “tonelada humana”, como alguém ilustrativamente definiu. No entanto, por que separar a esses imigrantes daqueles outros comerciantes, profissionais, técnicos ou pequenos empresários, essa “pequena burguesia” urbana, que também vinha fazer a América, acompanhando como um enxame a imigração de massas? Como disse certa vez um historiador norte-americano da imigração, uma mesma motivação unia o deslocamento de Lorenzo Da Ponte, antigo livreiro de Mozart, aos célebres sonhadores ambulantes napolitanos de instrumentos musicais: a busca por um trabalho melhor (DEVOTO, 2004, p. 32).

A imigração é um fenômeno, antes de tudo, complexo. Dessa forma, esse primeiro grande grupo de atores será apreendido em suas mais diversas configurações. Não será imposta uma fronteira rígida entre quem especificamente se dirigia às áreas rurais (colono) ou quem se estabelecia na cidade e passava a ter ocupações distintas ligadas à indústria ou ao comércio.

Lembra-se, todavia, que diferenças étnicas trazidas do Velho Continente, vinculações políticas e ideológicas, pertencimentos distintos a grupos familiares, religiosos e econômicos já servem de poderosos delimitadores de diferenças internas que vão muito além da difusa designação de imigrantes. Certamente esses elementos determinavam estratificações, e o lugar desses indivíduos ante tais aspectos é um item que precisa ser levado em consideração quando se refere à posição de cada sujeito na hierarquia social ou nas relações de poder que compunham a referida rede.

Por outro lado, e em algum sentido, num polo distinto ao grupo imigrante, encontravam-se os dirigentes políticos nacionais. Esse grupo restrito, que administrara os executivos locais até a década de 1920, é uma peça-chave no entendimento da dinâmica interna daquilo que este trabalho se propõe a esclarecer. Mais precisamente, está se tratando de uma elite política. Nunca é demais lembrar que essa elite não vivia encastelada e nem era ‘dona do poder’, não administrava ao seu bel prazer, estando sujeita a todas as vicissitudes e imprevisibilidades que a política demanda.

O conceito mais usual para identificar esse grupo é o do coronelismo, denominando uma prática usual de poder na República Velha. A primeira obra clássica e referencial que trata do assunto é de autoria de Victor Nunes Leal, cuja passagem, logo ao início, assim define o termo:

“Coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência a nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (1948, p. 8).⁷⁶

José Murilo de Carvalho, ao comentar a obra de Leal, expõe o significa mais claro de sua concepção:

o coronelismo é um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado (1997).

Na Região Colonial Italiana, o coronel, no seu modelo clássico, não existiu. Os homens que administraram os executivos locais, indicados pelo presidente Borges de Medeiros, teriam se tornado uma espécie de mandatários ligados à burocracia do estado borgista (“coronéis burocratas”). Há uma série de inconvenientes nessa definição, que se defronta, uma vez mais, com as generalizações excessivas. Primeiro, faltava, a muitos desses administradores, a própria habilidade política que um líder necessita, sendo que alguns permaneciam a muito contragosto nos cargos, enquanto outros nem conseguiam terminar seus mandatos. O fato de que estavam ligados por laços de confiança a Borges de Medeiros indica, sem dúvidas, a existência de elementos de dominação mais tradicional, o que certamente subsistiu em todo o período e que, em graus maiores ou menores, denota favorecimentos que não são novidades nas organizações políticas.

É necessário lembrar que a autoridade que possuíam não dependia de uma posição social interna à comunidade que administravam – o que é um pressuposto básico para um coronel –, visto que seus negócios, bens ou laços familiares, na maioria das vezes, não estavam aí estabelecidos.⁷⁷ Havia, sim, redutos e esquemas eleitorais, e seu manejo variava de acordo com a habilidade de cada administrador. Uniões matrimoniais podiam estreitar vínculos, é verdade, mas não serviam como moeda de troca no jogo do poder, sendo que diversos intendententes, entre outros funcionários na hierarquia administrativa diretamente ligada ao PRR, foram tratados com frieza, sem a habitual afetuosidade esperada.⁷⁸ Mesmo o Estado,

⁷⁶ Na página 7 da obra de Leal, há uma nota cuja definição conceitual mais detalhada de coronelismo é redigida por Basílio de Magalhães.

⁷⁷ “A primeira observação de quem estuda o coronelismo é, natural e acertadamente, atribuí-lo à hegemonia social do dono da terra” (LEAL, 1948, p. 34).

⁷⁸ Um exemplo claro dessa situação é a de José Joaquim de Carvalho Júnior, intendente de Bento Gonçalves entre 1889 a 1924, a mais longa administração ininterrupta das cidades regionais. Seu nome é praticamente

o partido e líder que representavam e devotam todos seus esforços, não lhes garantiam muito mais que o próprio cargo, sendo comuns as queixas de intendentess por dilapidarem seu patrimônio no exercício de suas funções, ou de se encontrarem em condições de penúria ao final da vida.

Todavia, há aspectos inegáveis da prática política na região que se aproximam, por assim dizer, a um *modus operandi* do coronelismo, como: a manipulação eleitoral, o controle sobre os cargos públicos, favorecimentos e favores particulares baseados em relações pessoais de confiabilidade. Diante disso, mesmo sem negar alguns dos pressupostos que corroboram a dita teoria, seria mais apropriado denominar esse grupo como uma elite político-administrativa. Por questões históricas e sociais, brasileiros natos com vínculos culturais e políticos mais estreitos com a cúpula administrativa do Estado, não é difícil entender a preferência por homens desse perfil para governar áreas onde até então seus habitantes eram tomados como estrangeiros ou ainda não nacionalizados.⁷⁹

É muito difícil, e nem é objetivo desta tese, determinar a extensão da referida elite, como lembra Charle: “mais difícil para resolver que o recorte horizontal das elites é aquele de seu recorte vertical. Onde começam e onde terminam as elites?” (2006, p. 27). Há, entretanto, um ponto de partida que o próprio autor propõe. A ação local e a análise em escala reduzida aparecem como um pressuposto básico para entender a dinâmica da produção e reprodução das mesmas. “A elite política municipal torna-se, então, um revelador das estruturas sociais concretas” (2006, p. 31).

Solidariedade interna, por afinidades e compromissos partidários, ajudava a sustentar o poder do grupo luso. Ocupavam os mais diversos postos, dentro da hierarquia administrativa, intendentess, secretários, diretores de companhias estaduais, entre outros. A permanência desses elementos em todas estas instâncias perfaz seu sucesso, não necessariamente “definido em termos do mais alto posto ocupado [...] o grau de sucesso de

desconhecido da memória coletiva; não há uma rua, praça ou monumento que faça menção à sua personalidade. Mesmo com tantos anos à frente do executivo, permanece como um desconhecido. Seria ariscado afirmar que a ausência de sua memória deve-se ao modelo político que representou e a forma de inserção social que obteve, sendo que muito provavelmente existam questões de construções históricas posteriores que tenham determinado essa amnésia, mas, de qualquer forma, serve de bom indicativo, já que outros nomes “italianos” da época são lembrados e marcados até hoje na cidade.

⁷⁹ Esse perfil, majoritariamente composto por uma elite política originada da região da campanha, permaneceria por longa data na história do Estado. Este fato pode ser comprovado pelo estudo sobre as elites do Rio Grande do Sul entre os anos de 1930 e 1947, feito por Sandra Maria do Amaral. Nele, a autora demonstra que, até 1937, apenas 8,24% dos nomes de expressividade da política gaúcha vinham das áreas coloniais, embora esta já compunha, sozinha, cerca de 30% da população do estado. Já a região da Campanha, abrigando 11,45% da população, era responsável por 27,06% dos nomes da elite política rio-grandense. (AMARAL, 2005, p. 65,69).

uma elite é indicado pelo número de posições ocupadas” (LOVE, BARICKMAN, 2006, p. 90).

Nos anos 1920, esses postos começam a mudar de mãos, passando gradativamente a descendentes ou italianos natos. No âmbito local, formava-se uma nova elite, ligada aos setores comerciais e industriais das áreas de colonização, cujos vínculos importantes eram sustentados por uma identidade étnica cada vez mais institucionalizada. Aos que ascendiam como chefes políticos municipais cabia usar o potencial político destas forças, mesmo que na base da sociedade houvesse contradições e conflitos. Se até a segunda década de 1900 a falta de uma identidade coesa do grupo imigrante – arraigado aos particularismos regionais do Velho Continente, agravado pela sua falta de inclusão nas tradições do solo nacional – havia sido um problema, a emergência de um discurso aglutinador de italianidade fornecia a arma necessária aos fins políticos da elite imigrante.

Tentar traçar a ascendência política desses personagens não é possível, pois ao contrário dos lusos, esses homens não herdavam nenhuma tradição familiar em postos administrativos.⁸⁰ Ainda que fossem figuras conhecidas da esfera do poder, a maioria já exercera funções legislativas e cargos subalternos aos dos intendentess, bem como não possuía nenhum *pedigree* político. Suas posições foram alcançadas a partir de diversos fatores, como a ligação com os partidos dominantes (neste caso o PRR), seus vínculos com instituições locais, como a Igreja, e, muito importante, seu *status* frente à comunidade em questão, pois como imigrantes enriquecidos, personificavam o sucesso à base dos valores caros ao grupo a que pertenciam.

A complexidade com que essa nova elite surgia, por um lado ancorada na antiga ordem de mando, e por outro sustentada pelas mudanças políticas no âmbito nacional e estadual, assim como nas alterações de forças na reduzida escala local, revela o momento de transição e as indefinições referentes ao universo do poder naquele contexto. Recorrendo novamente a Charle,

a história cega dos dominantes, que era a história política clássica, pode atualmente ser reinvestida graças a esse aporte de mediações finas entre posição social, posição ideológica e dinâmica social. Os historiadores começam a se engajar em definir as redes sociais que ligam as diversas elites, em delimitar os grupos de pressão, os movimentos de criação de diversas sociedades de pensamento ou partidos,

⁸⁰ Carine Martiny, ao trabalhar com o processo de emancipação do município de São Sebastião do Caí, consegue, entre descendentes de alemães, traçar toda a herança política da elite responsável pelos acontecimentos políticos analisados. Certamente, isso é possível entre esse grupo de imigrantes, pois já estavam estabelecidos no Brasil há um tempo maior que os italianos. No caso destes últimos, a presença mais recente e a falta de um passado com maiores vínculos políticos locais determinaram ser a geração de 1920 e 1930 a primeira a realmente exercer e inaugurar essa presença no poder administrativo. Ver: (MARTINY, 2010).

colocando-os em relação com as divisões do espaço social da classe dominante nas diferentes épocas (2006, p. 32).

Quando se pretende a produção do conhecimento histórico, assim como em qualquer ciência, as opções sobre qual caminho seguir necessariamente deixarão em aberto uma série de outras direções que, possivelmente, poderiam ser trilhadas. De qualquer forma, sob pena de ficarmos estagnados, precisamos escolher e seguir por entre cenários mais amplos ou restritos, pessoais ou impessoais, abstratos ou mais concretos. O que não se pode esquecer é que a História só se realiza a partir da ação humana, “é a decodificação da experiência individual que pode nos introduzir nas características das agregações sociais. Indivíduos e instituições são feitos, em suma, da mesma matéria” (CERUTI, 1998, p. 201). Complementando,

as grandes transformações que alteram profundamente a face da Terra não existem em nenhuma parte a não ser pela ação dos atores que, na lógica dos contextos peculiares da sua experiência social, se esforçam em garantir para si um lugar, isoladamente e/ou com outros. Cabe à História e às ciências sociais reconhecer esses lugares e as lógicas de ações que deles fazem parte (REVEL, 2010, p. 444).

Fernad Braudel falava de uma história lenta, quase imóvel, e de uma história cuja agitação da superfície, devido ao turbilhão de acontecimentos, era cheia de humanidade, apaixonante, mas também perigosa, onde era preciso sempre desconfiar, pois formulada na brevidade das vidas humanas. (1994, p. 25). Talvez, questionando o autor, a grande história estrutural⁸¹ não seja um porto tão mais seguro do que a breve história dos acontecimentos, e as incertezas oscilam entre perdas e ganhos de ambas as partes, este o ônus a pagar.

⁸¹ Segundo a própria definição do autor, “por estrutura, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, articulação, arquitetura, porém, mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente” (BRAUDEL, 1978, p. 49).

2. OS CAMINHOS DA POLÍTICA

A discussão encetada ao final do capítulo anterior conduz ao início deste, isto é, por quais e por quantas vias pode passar o universo político em contextos históricos e sociais em que estruturas burocráticas e administrativas ainda não se encontram formalmente desenvolvidas e as relações de poder se dão em escalas reduzidas, conforme se pode observar na Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul até, ao menos, a década de 1930?⁸² Mesmo que conceitos anteriormente expostos⁸³, e o conseqüente corolário de elementos teóricos que daí se desdobra, possam servir parcialmente para explicar os fenômenos, as dificuldades de se pensar processos específicos podem ser facilitadas mediante o uso dessas mesmas ideias, cuja segurança de análise se transforma na chave explicativa dos acontecimentos.

Como observa Rogers Brubaker, contudo, ao citar George Orwell, “a pior coisa que se pode fazer com as palavras, é capitular a elas” (2001, p. 66). Encontrar fórmulas capazes de nos orientar pelos comportamentos humanos, individuais ou coletivos, no passado, pode ser tão ariscado quanto tentar prever o futuro, mas essa é uma tarefa que um historiador dificilmente pode se furtar a enfrentar.

José Murilo de Carvalho lembra que, diante de práticas políticas tais quais referidas acima, o importante não é discutir se há ou não dominação, mas, sim, qual a natureza da mesma. (1997). Nesse sentido, o que mais importa agora é determinar como se desenrolavam as práticas cotidianas dessas relações de poder no espaço de vida dos sujeitos envolvidos, e verificar de que forma a percepção e os limites desse espaço se manifestavam dentro de uma lógica verticalizada de poder. Um bom indício da percepção política, tanto de seu alcance espacial quanto simbólico, pode ser dado pelo artigo publicado no jornal *Il Corriere d'Italia*, em 18 de abril de 1924:

Ouça, eu o Dr. Borges de Medeiros, se pode dizer, não o conheço; diversos me contam que ele é assim, que é assado mas, para nossa e minha desventura, conhecemos apenas seus administradores, e sabemos o quanto bem eles nos fazem e quão bem empregam o dinheiro público. E se querem que eu diga que nós, colonos, nunca ficamos contra o governo, sempre favorecemos e respeitamos pontualmente o pagamento de taxas e impostos e respeitamos as suas justas ou injustas leis, ao contrário dos nossos administradores, seus

⁸² Esse item procurará tratar das diferentes ramificações do poder político na Região de Colonização Italiana, seus contornos e os meios de influência. As referências e análises dizem respeito, principalmente, às décadas de 1900 a meados dos anos 1930, porém, não há um ordenamento cronológico específico dentro desse período temporal. As diferenças de contextos entre as décadas serão dadas pontualmente, segundo a necessidade de cada caso. O objetivo central é traçar um painel amplo das práticas e formas de se exercer o poder na região.

⁸³ “Coronelismo”, “coronelismo burocrático”, “clientelismo”, “política borgista”.

representantes, sempre foram contra o povo (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 18 de abril de 1924).⁸⁴

De fato, o que não pode ser visto, é difícil de ser avaliado. Mesmo que se esperasse de um jornal católico a crença no invisível, um dos princípios da fé, a distância e a falta de uma imagem presente e nítida do governante máximo do Estado abria espaço para o pecado da dúvida e da desconfiança. Lembra-se apenas que o artigo fora escrito por “um colono de um distrito de Alfredo Chaves”, na sessão livre do jornal,⁸⁵ do qual talvez se possa deduzir que os responsáveis superiores da linha editorial tivessem convicções mais firmes na sua crença republicana, e de fato o tinham.

A questão é apenas o de corrigir o foco, republicanos todos eram, o problema, contudo, dizia respeito a quais republicanos? Até mesmo o incógnito colono de Alfredo Chaves, ao contestar o poder político e administrativo, mira sua arma para os intendentes locais. Mesmo que seus ataques respinguem em Borges de Medeiros, esse permanece como algo pouco palpável. Para todo ser há um ente, para todo o criador uma criatura, entes e criaturas são sempre imperfeitos, inacabados, sujeitos à corrupção mundana e à decadência do tempo. Os intendentes borgistas eram, preferencialmente, cópias mal acabadas do supremo chefe, sempre contra o povo, enquanto esse se mantinha fiel e disciplinado, cumprindo pontualmente suas obrigações. Por maior que fosse a desventura de não conhecer o líder do executivo estadual e do PRR, restava, no nível local, a possibilidade de substituir republicanos dos outros por “nossos” republicanos, que, no contexto das eleições de 1924, seriam muito mais representantes dos colonos do que os primeiros.⁸⁶

Nos momentos mais agudos de crise e de atritos, o limite da atuação política parecia ser esse. O ônus maior ficava com as autoridades municipais, constantemente sujeitas a ataques e dificuldades administrativas. Ante o longínquo e desconhecido Dr. Borges de Medeiros, sobrava o peso das decisões e as responsabilidades da política às presentes figuras intencionais. Acordos, negociações, expurgos, nomeações cabiam a eles. Os laços que

⁸⁴ O jornal defendia os interesses dos colonos italianos. De propriedade da ordem dos Carlistas, era editado em Bento Gonçalves, em língua italiana. O artigo ora citado vai ser analisado apenas parcialmente, o contexto geral de sua publicação será abordado e explicado posteriormente.

⁸⁵ O mesmo artigo, na sessão livre, aparecia em todas as edições daquele ano, quase sempre vindo de Alfredo Chaves e tecendo críticas irônicas à administração intencional do município. Em diversos casos, a autoria dos artigos era atribuída a apelidos como “*mastica polenta*” (comedor de polenta), num certo sentido irônico e pejorativo ao inverso, mas que também servia para identificar todos os colonos da região.

⁸⁶ É preciso ainda mais um cuidado: nem todos os municípios da região apresentavam críticas tão abertas como o exemplo de Alfredo Chaves. As queixas sobre a má gestão dos recursos públicos eram constantes nesse município, ainda que a crise financeira da década de 1920 tenha agravado a situação em todas as intencências; o problema crônico de Alfredo Chaves tornava a posição dos intendentes ainda mais vulnerável, como se verá no desenrolar desse trabalho.

ligavam o poder central do Estado ao local dos municípios passavam por uma série de avaliações desses administradores, desde a colocação de funcionários confiáveis da estrutura burocrática partidária, até a efetivação de nomes por exigências das comunidades interioranas.

Suas tarefas não eram simples, e nem poderiam ser. Na falta de uma ordem institucional capaz de gerir burocraticamente a estrutura estatal, tal qual a conhecemos contemporaneamente, cabiam aos líderes executivos municipais tarefas das mais simples, como solicitar aumento de salários a funcionários, encaminhar doentes para hospitais na capital, fornecer atestados de pobreza, até as mais complexas, como organizar eleições, costurar alianças atendendo aos pedidos de eleitores ou determinar punições a desafetos.

Qualquer contrariedade, por vezes insignificante, despertava a fúria e a oposição de indivíduos capazes de agregar em torno de si grupos maiores de pessoas, deixando em maus lençóis os representantes borgistas. Quando os desmandos ocorriam ou as violências eram sentidas, as reclamações eram dirigidas a Borges de Medeiros, sempre remetidas na confiança insuspeita e justa dos altos desígnios do chefe republicano, figura que aparecia equidistante entre as partes em conflito nos municípios.

Borges era o apaziguador, o mediador. Como se referia um correspondente do presidente do Estado desde Caxias, Ildelfonso B. T. da Fontoura, em uma das constantes crises locais no ano de 1904, muitos eleitores “não são contra o governo, mas sim ao estado em que se encontra a administração municipal” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01295, carta de Ildelfonso Borges Toledo da Fontoura, Fundo Caxias, 9 abril de 1906).

Para evitar possíveis desacordos, era necessário uma rede de relações que se estendia desde as linhas do interior, quando os moradores escolhiam os inspetores de seção, passando pelos subintendentes, responsáveis maiores pela ordem e pela administração dos distritos, chegando então até aos cargos burocráticos mais expressivos da administração da sede dos municípios. A política se desenvolvia no conjunto de ações cujas atribuições determinadas pelas leis orgânicas municipais caracterizavam, ao menos, algum aspecto democrático ou, se quiser melhor entender, de barganha, a fim de melhor controlar e garantir o apoio da população em geral.

Uma das atribuições dos inspetores de seção de Bento Gonçalves, por exemplo, era a de “remeter ao subintendente as emendas ou observações que aos projetos de leis estaduais ou municipais lhes apresente qualquer munícipe, incorrendo em responsabilidade pela falta de remessa em tempo, ou extravio dos documentos” (AHBG, Livro de Atas do Conselho Municipal de Bento Gonçalves, 1892-1903, p. 7. Lei Orgânica Municipal, Artigo 40, parágrafo 6º).

Filtrar descontentamentos ou atender a reivindicações era formalmente uma das responsabilidades desses inspetores. Certamente que se deve avaliar a relativa eficácia de tal prática, uma vez que colonos localizados no interior não possuíam conhecimento nem acesso às formalidades da lei. Nem mesmo os inspetores, moradores das próprias linhas, tinham o cabedal de conhecimentos para transitar facilmente por tais vias. No entanto, isso não significa que reclamações não existissem, e que as resistências nos níveis restritos das linhas interioranas não surtiram efeito no poder intencional.

Os inspetores eram o último tentáculo na hierarquia administrativa, pagos pelo Estado, e submetidos às ordens imediatas dos subintendentes. Acumulavam diversas funções que diziam respeito a interesses imediatos e práticos dos cidadãos do interior. Entre algumas de suas tarefas, estavam as de “velar pela conservação de estradas públicas, caminhos, pontes e ruas”, “manter a ordem e a segurança pública”, “impor multas aos contraventores das posturas”, “admoestar e aconselhar convenientemente os habitantes das respectivas seções, indicando ao subintendente quais as que por vício ou maus costumes notórios careçam de especial correção”, “comunicar ao subintendente a abertura de novas casas de negócios ou oficinas de qualquer natureza, sujeitos a impostos”, “relacionar tanto as pessoas que de novo forem residir em suas seções, como a que delas se mudarem, apresentando relação ao subintendente no fim de cada trimestre” (AHBG, Livro de Atas do Conselho Municipal de Bento Gonçalves, 1892-1903, p. 7. Lei Orgânica Municipal, Artigo 40, parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 8º).

Atribuições policiais, fiscais e, principalmente, políticas faziam dos inspetores de seção o ponto mais frágil da rede de poder nessas áreas. É de se supor que as constantes divergências e desencontro de interesses, sejam particulares ou pelo próprio cargo, cujos benefícios podiam ser daí aferidos, colocassem esses sujeitos na linha de frente, no sentido mais elementar dos embates políticos. Remoções por conveniência podiam jogar antigos aliados na oposição e, perturbação na base dos esquemas eleitorais, era tudo que um intendente não desejava, mesmo que isso pudesse ser resolvido pela fraude ou por outro expediente extraordinário.

O artigo 41 da Lei Orgânica rezava que “os inspetores serão dispensados sob proposta dos subintendentes, quando cometerem abusos ou falhas no exercício de seus cargos, ou quando a maioria dos moradores de suas seções contra eles representar, ouvindo-se em ambos os casos o acusado” (AHBG, Livro de Atas do Conselho Municipal de Bento Gonçalves, 1892-1903, p. 7. Lei Orgânica Municipal, Artigo 41).

As falhas e os abusos podem ser identificados em circunstâncias como a do inspetor Pedro Roman, do distrito de Monte Belo, em Bento Gonçalves, quando cobrara do colono David De Bacco o valor de 36 mil réis pelos seis dias de trabalhos mensais devidos pela conservação das estradas. De Bacco, alegando estar doente, não pôde cumprir seus deveres, sendo substituído pelo inspetor que, além de receber a quantia do tesoureiro municipal, em posse do recibo de pagamento, cobrou mais 36 mil réis de De Bacco, ameaçando-o, ainda, de que “sem o dito recibo não poderia pagar o imposto do fogão” (AHBG, Documentos diversos [Inquérito policial, 20 de outubro de 1925]).⁸⁷ É necessário salientar que práticas como essas podiam ser até incentivadas, pois segundo a Lei Orgânica Municipal, artigos 43 e 44:

Art. 43. – os moradores ou proprietários de lotes rurais são obrigados a consertar a frente de seus lotes sob pena de multas.

Art. 44. – os inspetores de seção, ou qualquer munícipe, que denunciarem a infração de qualquer disposição da presente lei, terão direito à metade das multas estabelecidas (AHBG, Livro Registro de Atos, nº 3, 1909-1913).

No acontecimento referido, a ameaça havia sido feita na casa de negócio de Adolpho Brun, na época também conselheiro municipal. Conforme depoimento de Pedro Roman, há a confirmação, em linhas gerais, da versão dada por De Bacco, porém acrescenta, ao final, que sua atitude somente fora tomada sob orientação do “conselheiro Adolpho Brun, pois este na sua ida a Bento Gonçalves se entendera com o respectivo tesoureiro e com o próprio intendente” (AHBG, Documentos Diversos [inquérito policial, 22 de outubro de 1925]). Aqui aparece algum tipo de aval ou cobertura dada ao inspetor por parte de instâncias superiores do poder, o que talvez sugira esquemas de corrupção que chegassem até o colono, morador interiorano, distante, mas não isolado do universo político.⁸⁸

Muitas vezes comprimidos entre as exigências dos colonos e diretamente submetidos às ordens dos subintendentes, os inspetores de seção eram os mais propensos a perderem seus cargos e, portanto, a um equilíbrio difícil na corda bamba da micropolítica das áreas interioranas. Em Alfredo Chaves, por exemplo, devido à demissão de diversos inspetores após eleições municipais, dera margem a suspeitas de perseguição política sobre as quais o governo logo procurava se esclarecer:

Telegrama estampado ontem pelo “Diário de Notícias” e daqui transmitido pelo seu correspondente sobre a demissão de muitos inspetores em consequência da última eleição municipal, não exprime, absolutamente a verdade dos fatos e merece formal

⁸⁷ Há outro depoimento em que o mesmo Pedro Roman é acusado de cobrar duplamente os valores dos colonos que não executavam os seis dias de trabalho nas estradas com que suas terras faziam divisas.

⁸⁸ É impossível afirmar categoricamente que esses esquemas existissem, pois a documentação encontrada não passa desses inquéritos, não havendo nenhum documento conclusivo sobre o caso. A suspeita de envolvimento, contudo, parece bastante evidente.

contradicta pelos fins tendenciosos que com ele tiveram em vista, os libertadores locais, sempre prontos em tecer torpes explicações. Para boa marcha do serviço e como medida econômica, foram extintos por decreto de 15 do corrente, quatro seções tão somente e dispensados por tal motivo os respectivos inspetores que tinham a seu cargo diminuta extensão territorial e pequeno número de famílias que facilmente podem ser atendidos pelas autoridades vizinhas (MCSJHC, *A Federação*, 23 de julho de 1926).

Poder-se-ia pensar que, possivelmente, um inspetor dispensado se aliaria diretamente às fileiras oposicionistas, mas, de forma geral, essa não era a regra. Normalmente, o que ocorria era o seu engajamento em grupos republicanos os quais disputavam os favores do poder dos intendentes ou mesmo lhe faziam oposição nos municípios. É certo que, em momentos de crise um pouco mais abrangentes, essas pessoas ou grupos facilmente aderiam à oposição, e acabavam por complicar o desequilíbrio da balança eleitoral que sempre estivera a favor do PRR.

Não eram raros os pedidos de substituição de inspetores de seção. Os abaixo-assinados quase sempre invocavam os mesmos motivos. Em 1925, a comunidade da 3ª seção do Rio das Antas, em Bento Gonçalves, requeria a substituição do inspetor Carlos Favaretto, por “não estar ele de acordo com a mesma, sempre um espírito de contradição para com a nossa seção, pois que interesse nenhum toma a favor desta” (AHBG, Ofício de 4 de dezembro de 1925). No presente documento, nenhum nome é indicado para substituir Favaretto. Essa, no entanto, não era a prática, pois em quase todas as solicitações havia já um nome de preferência para o posto. A unanimidade dos moradores da 2ª seção da linha Boa Vista, do município de Garibaldi, em 1931, pedia a nomeação de Luiz Pagliarini para ocupar o cargo de José Malabarba, que, mesmo sem indicação de motivos claros, fora exonerado do cargo no dia seguinte à solicitação do pedido, sob o argumento único do intendente Davide Sartori de que eram diversos os que subscreviam. (AHG, Caixa 38, 21 de julho de 1931).

No mesmo ano, ainda em Garibaldi, em comunidade não especificada no abaixo-assinado, Bertrando Tasca era declarado “incompetente em suas funções como inspetor, e pedimos nomear Luiz Bonamigo para o referido cargo” (AHG, Caixa 38, 22 de setembro de 1931). Seguindo em Garibaldi, a seção estabelecida no nº 19 da Estrada Geral Buarque de Macedo, no distrito de Carlos Barbosa, apenas solicitava a efetivação do inspetor João Toffoli, “já que há muitos anos está exercendo este cargo” (AHG, Caixa 38, 20 de março de 1931). O mais comum eram, realmente, as substituições por solicitação dos moradores e, invariavelmente, como nos exemplos acima, os pedidos eram deferidos pelo intendente, o que indica o poder de barganha que essas comunidades exerciam no jogo político local.

Contudo, as exonerações não eram fruto apenas de vontades unânimes. Em 1907, o intendente de Bento Gonçalves comunicava a destituição ao Sr. Antônio Lovat do posto “por tido falhado ao cumprimento de vossos deveres” (AHBG, Livro de Protocolos, 1907, p. 18). Provavelmente, alguma falha administrativa ou descuido com informações relevantes de qualquer natureza era já motivo suficiente para demissões sumárias. As garantias de um inspetor de seção eram extremamente frágeis e nem mesmo o apoio de parte das comunidades serviam para os manterem em seus postos. Novamente em Garibaldi, no ano de 1931, um abaixo-assinado,

representando a maioria dos eleitores e da população das linhas São Silvestre (nº 12 da Estrada Geral) e Jacob N. Ely (sobras), vem solicitar a V. S. se digne nomear o Sr. Anselmo Bertollo para servir de inspetor de seção nas referidas linhas em substituição aos atuais inspetores das mesmas, os quais pedimos seja por V. S. exonerados (AHG, Caixa 38, 18 de agosto de 1931).

Parece bastante claro que o uso do termo “eleitores” indicava um recado ao intendente, haja vista que em nenhum outro requerimento essa referência aparecia. Pouco mais de um mês depois, entretanto, outros moradores das mesmas seções remetem solicitação pedindo a volta do antigo inspetor Aurélio Cichelero, já que não havia nenhuma queixa dos abaixo-assinados em relação a ele, reclamando ainda não ter o intendente procedido “como procedeu nas outras seções para a escolha de seus inspetores que, auscultou a vontade de seus moradores, julgando-se com o mesmo direito dos outros”. Evidentemente, a lista dos que subscreviam era menor da que solicitava a retirada de Cichelero, portanto, o peso eleitoral dele podia ser menor, sendo que o intendente Davide Sartori indefere o pedido, “visto já ter nomeado os Inspetores nas citadas Seções e estar, a petição, redigida em termos impróprios” (AHG, Caixa 38, 18 de agosto de 1931).

De fato, a insolência de uma minoria – que se declarava apenas moradores – a exigir tratamento mais justo, e cobrando a volta de seu antigo inspetor era bastante imprópria, porém, mais inoportuno seria afrontar a vontade de uma maioria. Ante o óbvio no cálculo eleitoral, preferia-se correr o risco menor. Assim, favorecendo grupos de aliados em postos ou seções mais afastadas, procurava-se garantir a posição na sede.⁸⁹ No ano de 1915, o inspetor Ricardo Guarnieri fora demitido pelo intendente Aurélio Porto, de Garibaldi, por ser signatário de um memorial que os próprios moradores de sua linha haviam feito, contendo reclamações contra a administração municipal. Mesmo tendo apresentado argumentos de boa

⁸⁹ Lembra-se apenas que, o início da década de 1930, em Garibaldi, foi bastante conturbado, havendo a alternância de diversos intendentes em espaço curto de tempo, o que possivelmente obrigava o chefe do executivo a recompor alianças constantemente. Daí os inúmeros pedidos de exonerações e nomeações de Inspetores de Seções. O processo político do contexto será tratado no próximo capítulo.

conduta e sem reclamação nenhuma da população da seção em que atuava, fora “sumária e humilhanamente demitido”. Em sua defesa, publicada no jornal *Il Colono Italiano*, afirmava que os “que me conhecem saberão dar volta a esta estouvada demissão, mas para os que não me conhecem, qual o juízo que farão a meu respeito?” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02239, carta de Ricardo Guarnieri, Fundo Garibaldi, 16 de maio de 1915). É provável que Aurélio Porto o conhecesse pouco, e mesmo a despeito da confiança que a população da localidade depositava no inspetor, uma traição política não poderia ser perdoada, embora o ato de Guarnieri fosse moralmente justo ou juridicamente garantido pela lei orgânica. De fato, os inspetores tinham poucos portos firmes em que atracarem.

Um pouco mais estável que os inspetores de seção, o cargo de subintendente estava diretamente ligado ao intendente, sendo ainda subordinado ao governo do Estado. Não eram tão comuns os pedidos de substituição dos que ocupavam esse cargo. Talvez por representarem diretamente o executivo, fossem homens de maior confiança dos intendentes e seus meios de ação política estavam mais próximos dos chefes republicanos locais. Pelo que determinava a Lei Orgânica de Bento Gonçalves no ano de 1924, em seu artigo 7º, “os subintendentes são obrigados a residirem em seus distritos. Sempre que for possível, deverão instalar-se no centro dos respectivos distritos e, em qualquer caso, a escolha do local ficará dependente de aprovação superior” (AHBG, Livro de Atas do Conselho Municipal, 1924-1927, p. 88).

O fato de que era necessário residir no distrito não significava ser do distrito. Essa distância ou maior impessoalidade do subintendente lhe dava uma margem de manobra maior quanto a medidas mais impopulares, já que, escorado pelo poder do executivo municipal e estadual, estava um pouco menos sujeito aos intempestivos ataques dos moradores locais. O exercício de seu poder contava ainda com outra prerrogativa, segundo a qual o Artigo 6º da Lei Orgânica determinava que

os subintendentes exercerão habitualmente, nos distritos a que pertencerem, as funções de guarda administrativa que lhe serão conferidas pelas leis e regulamentos. Em caso de necessidade, poderão ultrapassar os limites de seus distritos. O encargo que lhes é feito de um distrito determinado não limita nem circunscreve seus poderes, mas indica somente, de conformidade com a Lei Orgânica, os termos em que cada um deles está mais especialmente adstrito a um exercício constante e regular de suas funções (AHBG, Livro de Atas do Conselho Municipal, 1924-1927, p. 88).

Enquanto os inspetores de seção exerciam um poder restrito em suas linhas, os subintendentes podiam ultrapassar, inclusive, os limites de seus distritos, dando mesmo um aspecto de interventores externos e estranhos às comunidades locais. Era-lhes atribuída ainda

a autoridade de “propor ao intendente a divisão dos distritos em seções” (AHBG, Livro de Atas do Conselho Municipal, 1892-1903, Lei Orgânica Municipal, Artigo 6º, p. 7), o que permitia à secção a quebra de resistências de possíveis grupos indesejados. Contudo, sua conduta entre os habitantes era regulamentada pela correção moral, sendo-lhes proibido o recebimento e qualquer gratificação no desempenho de suas funções sem autorização prévia do intendente. A satisfação em poder ajudar os semelhantes era sua maior recompensa. (AHBG, Livro de Atas do Conselho Municipal, 1924-1927, Lei Orgânica Municipal, Artigo 84).

O uso de armas e violência era autorizado somente em casos extremos, quando da busca estritamente necessária para estabelecer o respeito à autoridade. (AHBG, Livro de Atas do Conselho Municipal, 1924-1927, Lei Orgânica Municipal, Artigo 83). Devia “ser sempre prudente sem fraqueza, firme e enérgico sem violência, cortês e amável sem baixeza, para inspirar confiança aos bons e infundir receio aos maus” (AHBG, Livro de Atas do Conselho Municipal, 1924-1927, Lei Orgânica Municipal, Artigo 88). A veracidade de suas informações e lealdade em seus procedimentos deviam ser as qualidades fundamentais em suas práticas de vigilância. Sobre isso, o Artigo 85º dizia:

Se abster de aproximar-se para ouvir a conversa de pessoas que estejam falando nas ruas, praças ou casas de negócios ou particulares, sem que, por isto, deixe de adquirir informações necessárias sobre fatos de que deva ter conhecimento para o bom desempenho de suas funções, principalmente dos que tenham por objeto a perturbação da ordem das quais dará conta imediatamente ao superior (AHBG, Livro de Atas do Conselho Municipal, 1924-1927, Lei Orgânica Municipal, Artigo 10º).⁹⁰

Não há dúvidas de que a ordem pública se referia, aqui, à ordem política. Qualquer boato era passível de investigação, filiações ou preferências partidárias podiam ser detectadas na informalidade das conversas públicas. O fato de que não deveriam se aproximar sem, no entanto, abrir mão de se saber o que estava acontecendo, pressupõe algum sistema de delação, conchavos, boicotes. Embora mais estáveis em seus cargos, é claro que os subintendentes contavam com maior desconfiança dos habitantes coloniais, sua autoridade “vinha de cima”, já que não havia nenhum artigo que se referisse à sua destituição por vontade da população e sua escolha também não passava pelo crivo da mesma. Sua importância na administração

⁹⁰ Sua função de vigilância entre os moradores era fundamental para o controle do processo político. Eram comuns ofícios como o dirigido pelo intendente de Taquari ao intendente de Garibaldi, solicitando informações sobre um tal José Rottoli, que dizia ser ex-habitante da linha Figueira de Mello, nº 69, e que indicava como fonte de referências suas o subintendente do distrito onde habitava, o Sr. Jacob Steffenon. A confiança e lealdade dos subintendentes, portanto, era fundamental, inclusive, para a inserção social de novos sujeitos nas comunidades de destino, dependendo do aval de confiável ou não confiável fornecido por esses funcionários. (AHG, Ofício nº 14, 6 de agosto de 1921. Caixa 21).

política o colocava em postos-chave, sendo o substituto direto do intendente, em caso de impedimento ou ausência dos mesmos.⁹¹

Excetuando essas atribuições específicas, era de responsabilidade dos subintendentes “a manutenção da moralidade e ordem pública”, “a execução das posturas municipais”, “registrar em livro próprio as queixas apresentadas”, “organizar o inventário do material”, “registrar multas impostas”, “organizar folha de pagamento de sua jurisdição” (AHBG, Livro de Atas do Conselho Municipal, 1924-1927, Lei Orgânica Municipal, Artigo 10º, parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, p. 88). Exerciam, de forma mais abrangente, as mesmas determinações que os inspetores de seção quanto à vigilância de obras, zelo pelos bens públicos como estradas, pontes, ruas ou caminhos vicinais, além das funções policiais, fiscais e administrativas comuns ao cargo.⁹²

Não se pode pensar, no entanto, que solicitações de remoções não existissem. Em julho de 1938, um pequeno grupo de moradores de Nova Pompéia, 3º distrito de Bento Gonçalves, solicitava a nomeação de “Isidoro Menegatt, por julgarmos ser ele portador de um caráter reto e confiarmos na sua imparcialíssima atuação” (AHBG, Abaixo assinado, 15 de julho de 1938). Assinado por um grupo cujos membros diziam ser a comissão responsável para a indicação do nome,⁹³ teriam seu pedido atendido pelo prefeito interino, Orestes João Tregnago. Contudo, no mês de agosto do mesmo ano, um novo abaixo-assinado solicitava a nomeação de um sub-prefeito escolhido pelos próprios moradores, já que Isidoro Menegatt havia sido suspenso⁹⁴ e colocara-se em seu lugar João Candeia. Pediam para que, dentre os signatários, se escolhesse uma nova comissão,⁹⁵ por julgarem ser de direito ter “uma pessoa a direção deste distrito, que seja aqui ramificada e bem quista pelo povo, a mais que tenha

⁹¹ “Art. 10º - Durante impedimentos temporários do Intendente, será ele substituído pelos subintendentes na ordem da numeração dos respectivos distritos, a começar pelo da cidade” (AHBG, Livro de Atas do Conselho Municipal, 1892-1903, Lei Orgânica Municipal, p. 4).

⁹² A necessidade de manutenção da ordem pública dependia muito mais das formas de controle indireto dos subintendentes do que da coação policial direta. Em 1925, a guarda municipal de Bento Gonçalves, por exemplo, era composta por apenas seis membros: “1 Sargento comandante; 1 Cabo auxiliar e 6 soldados”. O resto das atribuições administrativas e políticas recaíam de forma a torná-los diretamente submetidos ao governador do estado, não havendo ainda, nos distritos, nenhuma outra autoridade pública institucional, já que os conselheiros municipais eram, em sua grande maioria, residentes na Sede. (AHBG, Livro de Atas do Conselho Municipal, 1924-1927. p. 41). Segundo Almeida, “os delegados, sub-delegados e subintendentes constituíam-se em peças-chave na conquista de votos e na coação da população naqueles distritos em que apresentavam um eleitorado flutuante. Para estes cargos não existiam quaisquer restrições em relação a diplomas ou concursos, sendo diretamente nomeados com o consentimento dos mandões locais” (ALMEIDA, 2003, p. 333).

⁹³ Armando Firmino Dartora, Marcos Patorello, Ângelo José Longho, João Giusti, João Zandoná (Ibid.).

⁹⁴ Não foi possível encontrar os motivos da suspensão de Menegatt. A referência feita no documento é apenas de que sua remoção havia sido feita por “motivos já conhecidos”, e não foi localizado nenhum outro documento que esclarecesse o acontecimento.

⁹⁵ Apenas os nomes de Antônio Dartora e João Zandona apareciam entre os abaixo-assinados, e que faziam parte da primeira comissão.

qualidades de sã moral, a fim de fazer justiça com imparcialidade” (AHBG, Abaixo assinado, 30 de agosto de 1938). Embora seja necessário observar que o período do documento se referira ao contexto dos anos 1930, onde os intendentes de descendência italiana já ocupavam o poder e que todo um discurso sobre a italianidade se estruturara com forte apelo à identidade local, casos de desentendimentos entre moradores dos distritos e subintendentes aconteceram em períodos anteriores, criando inconveniências políticas, o que os submetia a mesma sorte dos seus subalternos, os inspetores de seção.

Os casos envolvendo o subintendente do distrito de Faria Lemos, em Bento Gonçalves, Neffre Teixeira, já há algum tempo criavam inconvenientes para a administração intencional do município. Neffre era acusado de cobrar taxas indevidas dos colonos, abusando do poder de que estava investido. Em um dos casos, era denunciado por cobrar indevidamente por curativos feitos ao colono Ângelo Titton, devido a um ferimento na cabeça, cuja motivação havia sido uma discussão entre esse e um vizinho, Eduardo De Conto. O subintendente sugerira a ambos que resolvessem o problema sem acionarem a justiça, mediante o pagamento de uma indenização no valor de 250 mil réis, feita por De Conto a Titton. Com relutância por parte de Ângelo Titton, que desejava ver o caso resolvido na justiça, a sugestão fora aceita e, no dia 1º de setembro de 1925, na casa do sub-intendente, foi efetuado o pagamento, sendo que, no mesmo momento, Neffre aplicou um curativo ao ferimento na cabeça de Titton, cobrando 100 mil réis no ato, e exigindo o adiantamento da mesma quantia em função do curativo que lhe iria fazer no dia seguinte.⁹⁶

Em outras situações, Neffre Teixeira recolhia as cadernetas de controle sobre os serviços devidos na conservação das estradas, apresentava ao tesoureiro municipal, recebia pelos serviços e não repassava o pagamento aos colonos. Esses abusos de poder não eram incomuns. Em Garibaldi, um comerciante da Linha Floriano Peixoto reclamava que, tendo de

⁹⁶ Evidentemente que o pacto sugerido por Neffre Teixeira era ilegal. Nos autos do processo aparecem depoimentos que declaram terem sido coagidos os envolvidos a agirem dessa forma, sob a ameaça de processo público, entre outras consequências. Os envolvidos reclamaram das quantias cobradas, tanto De Conto, que pagara 250 mil réis, quanto Titton, pelo valor abusivo dos curativos – na verdade, apenas um artifício para Neffre embolsar quase toda a quantia da indenização que ele mesmo havia sugerido. Indignados pela atitude do subintendente, acabaram por procurar o delegado municipal, Amadeo Vettorelli, e denunciar Neffre. Essa parece ter sido uma prática comum do subintendente. Em outro caso, chegara a cobrar 500 mil réis de Marco Passaia, pelo fato de ter sua filha agredido Florinda Titton, filha do mesmo Ângelo. O expediente de cobrar a taxa e, após, pelos curativos do ferimento, nesse caso, 200 mil réis, foram idênticos ao episódio anterior. (AHBG, Documentos Diversos [Inquérito policial, 9 e 11 de setembro de 1925]). Não havia sido o primeiro distrito em que Neffre Teixeira se complicara. No ano anterior (1924), a população do 5º Distrito – Santa Tereza – já solicitará sua remoção por condutas não apropriadas e rivalidades políticas locais. Segundo carta de Carlos Panifiel a Borges de Medeiros, a população exigia a retirada do sub-intendente, mas não garantia que a população local votasse nos candidatos republicanos. Neffre não era uma figura com boa aceitação popular, e mesmo entre os membros do PRR, era objeto de repreensão pelas ações ilícitas e indisposições criadas entre as comunidades distritais e os líderes políticos do município. (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00438, carta de Carlos Panifiel, Fundo Bento Gonçalves, 26 de março de 1924).

se ocupar de afazeres de sua profissão, ausentou-se durante o dia 20 de maio de 1925 de sua venda. Justamente nesse dia, o subintendente do segundo distrito, Eolino Fava, aproveitando sua ausência, “foi em sua casa e aí proferiu ofensas por palavras à mãe, derrubando copos e garrafas e injuriando aos presentes com ameaças de vingança tanto a mim quanto a Ângelo Camini e Francisco Barafi” (AHG, Caixa 26, 23 de maio de 1925). Com receio de agressões do subintendente, o comerciante voltara à Vila pedindo providências, já que também havia sido desarmado por Eolino dias antes do ocorrido. Complementava, ainda, que “junto ao subintendente Eolino Fava também se achava o Sr. Luiz Nicola o qual há mais de quatro meses não frequentava a casa não tendo, entretanto, faltado na ocasião com o respeito aos que se achavam presentes” (AHG, Caixa 26, 23 de maio de 1925).

No mesmo documento aparece uma observação do subintendente Eolino, afirmando ser falsa a queixa e que provaria isso mais tarde, assinando o documento com data de 25.5.1925. Logo ao lado, com data de 6.6.1925, os dizeres: “Arquive-se em vista da informação”. Não há mais nenhum esclarecimento registrado, intuindo-se que o caso fora resolvido apenas com o depoimento do subintendente. É preciso notar que as vendas no interior se tornavam pontos de circulação de ideias, locais onde se encontravam os moradores para beber e conversar. Boatos e comentários sobre a vida política acabavam, portanto, sendo comuns. Isso gerava a insatisfação dos administradores e a coação dos proprietários dessas casas.

É certo que a garantia mais concreta de emprego eram os laços de confiança ou, melhor especificando, o lucro político que poderiam vir das relações entre as partes. Assim, esses laços de confiança se constituem menos por vínculos afetivos e mais por cálculo de poder. Sem reeditar a discussão entre os chamados ‘coronelismos’, as trocas de favores podiam estabelecer os laços de poder na maioria das vezes, mas nem sempre eram garantias de sustentação desse mesmo poder. Em determinados momentos, os intendentes dependiam muito mais das populações locais do que o oposto, e era nos embates entre poder executivo e legislativo que afloravam as contradições e a quebra de braço entre os interesses de grupos locais e as diretrizes da política republicana estadual. Talvez esteja aí um indício importante da razão pela qual, sendo impedido o intendente, seu lugar seria ocupado pelo subintendente do primeiro distrito – Sede – isso é, o chefe de polícia local e não o presidente do Conselho Municipal, já que, o primeiro, era homem de confiança direto do PRR.

2.1 Conselhos municipais, intendentess e facções de poder

A princípio, os Conselhos mais pareciam existir para ratificar as decisões dos intendentess. Como estabelecia a Lei Orgânica de Bento Gonçalves, “o conselho reunir-se-á anualmente na Sede do Município, independentemente de convocação, no dia 15 de outubro” (AHBG, Livro de Atas do Conselho Municipal, 1892-1903. Lei Orgânica Municipal, Art. 23º). Nesses primórdios, as reuniões realmente ocorriam de ano em ano, sem grandes pautas ou decisões, sancionavam temas ordinários previstos em lei, como: prestação de contas, aprovação de orçamentos ou pedidos de empréstimos apresentado pelo executivo. Contudo, já na primeira década de 1900, as reuniões são mais frequentes, e o caráter político de enfrentamento entre os dois poderes se torna mais nítido. Não há mais clima tão amistoso e submisso, e as retaliações à administração intendencial não raramente ocorriam. Muitas vezes, os embaraços que os Conselhos criavam implicavam penalidades previstas em lei, que atingiam diretamente o executivo, sob o peso de atentar contra o funcionamento do legislativo ou a probidade da administração pública.⁹⁷

Em sua grande maioria, os que compunham os Conselhos residiam ou tinham negócios na própria sede do município. Diversos podiam ser os motivos dessa característica. O mais evidente e utilizado como argumento a comprovar o poder dos comerciantes e a divisão entre sede e interior dos municípios é o de que as personalidades mais destacadas da sociedade local eram cooptadas pelo PRR, o que estabelecia um pacto entre os republicanos e as áreas coloniais. A elite comercial, devido à sua riqueza e posição, teria acesso então às benesses do poder institucional. Impossível descartar esse fato, porém lembra-se que nem só de comerciantes eram compostos os conselhos. Funcionários públicos que faziam parte da burocracia local apareciam entre os nomes do legislativo, até mesmo clérigos aí se encontravam.⁹⁸ Muito provavelmente havia também um imperativo geográfico que determinava essa composição, isto é, a condição e possibilidade de deslocamento e comunicação entre os membros do Conselho. A falta de quorum nas reuniões resultava no

⁹⁷ Tais responsabilidades estavam previstas pelas Leis Orgânicas Municipais. Boicotes a votações de orçamentos, atrasando os processos legais e dificultando ações administrativas, foram usados para pressionar os intendentess. A falta de cumprimento nos trâmites burocráticos serviria, ainda na década de 1920, para anular eleições, atingindo em cheio o coração da política republicana na região. Os legislativos foram o ponto de inflexão entre as forças do governo estadual e os interesses de facções locais.

⁹⁸ Na primeira e segunda legislaturas de Garibaldi (1901-1909), aparece o nome de D. João Franchetti, pároco local. Ainda, funcionários públicos com sobrenomes bem conhecidos compuseram posteriormente o Conselho Municipal, como: Francisco Estevão de Mattos Miller, Plínio de Oliveira Freitas e Camilo Leindecker. (GIRONDI, SANT’ANA, 2007, p. 30).

adiamento e atraso das rotinas administrativas. Dificuldades de deslocamento do interior à sede, entre outros motivos, bem possivelmente contribuíram para esse quadro.⁹⁹

Após 1915, no período em que já há tempos se percebe uma frequência da atuação dos Conselhos, há uma dispersão um pouco maior de seus quadros. Essa redistribuição espacial do poder parece acompanhar a reforma eleitoral estadual de 1913, cuja maior representação das minorias era garantida na Assembleia do Estado. Em 1924, por exemplo, a lista dos novos administradores políticos de Bento Gonçalves era composta por: Amadeo Arioli, Attilio Pompermayer e Augusto Pasquali, do 1º distrito; Adolpho Brun, do 2º distrito; Henrique Venzon, do 3º distrito; João Sartor, do 4º distrito. No posto reservado para as minorias, sabemos que é apresentado José Franceschini, do 5º distrito. (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 18 de setembro de 1924, n. 38).

O jornal *Corriere d'Italia*, que publicara a notícia, louvava a presença de um colono na lista, João Sartor, do 4º distrito, o que pode demonstrar que minorias precisam ser entendidas de diversas formas.¹⁰⁰ Nas tensões entre os dois poderes políticos municipais, as situações mais delicadas exigiam medidas de urgência. Embora as renúncias de intendentess não fossem assim tão comuns, os limites impostos ao controle dessas áreas exigiam alterações na legislação, e podiam variar de município para município. Em Garibaldi, a vida difícil nas relações entre facções política que se refletiam diretamente no âmbito de atritos entre conselhos e intendentess havia levado a duas renúncias: Júlio Azambuja, em 1911, e Manoel Marques da Silva Acauan, em janeiro de 1924. A vacância do cargo precisava ser preenchida por novas eleições, mas exigências na Lei Orgânica Municipal, em seu artigo nº 47, diziam

⁹⁹ Em 1910, o conselheiro eleito, Roberto Geier, do 3º Distrito (Linha Azevedo Castro), renuncia ao cargo segundo a alegação de que morava “longe dessa Villa de Garibaldi e como não sabe a língua vernácula nem poderia estudar o seu dever neste cargo, e assim apresenta sua renúncia e pede dar-lhe a concessão de sua retirada como conselheiro deste município”. (AHG, Caixa Documentos Câmara Municipal, 28 de abril de 1910). Da mesma forma, na mesma legislatura, em Garibaldi, Bartholomeu Amadori também renuncia ao cargo de conselheiro sem explícitos motivos. (AHG, Caixa Documentos Câmara Municipal, 21 de fevereiro de 1910). José Biasiori, residente no 3º distrito (Carlos Barbosa), renuncia ao posto de Conselheiro municipal de Garibaldi em 1921 “devido às suas ocupações”. (AHG, Caixa Documentos Câmara Municipal, 15 de julho 1921). De fato, as renúncias evidenciam que as listas com a nominata dos conselheiros podiam ser impostas, sem muitos acordos prévios.

¹⁰⁰ A lei nº 153, de 14/07/1913, acabava com o sistema de lista completa, a qual impedia a representação da oposição na Assembleia do Estado. O artigo 81 da lei pregava que “todas as opiniões políticas terão direito à representação proporcional de suas forças eleitorais” (ROUSTON, 2010). A adequação da lei pelos municípios também garantia a representação das minorias nas Câmaras Municipais. Nesse sentido, as minorias podiam ser entendidas também como as populações distritais do interior, o que criava a ideia de proporcionalidade de poder dos diferentes espaços locais. Em algum sentido, os intendentess podem ter tirado vantagens de tal reforma, pois, dessa forma, era permitido diminuir as pressões que sofriam dos comerciantes da sede. Contudo, os distritos também possuíam suas lideranças e criaram problemas para as administrações executivas que, agora, mais distantes do controle e vigilância, abriam espaço para a formação de núcleos de poder que atuavam na contra mão do poder central e, em alguns casos, reivindicavam a própria autonomia administrativa dos distritos, procurando emancipar-se da sede. No caso da lista apresentada pelo jornal e dos comentários aí feitos, serão mais bem contextualizados quando se tratará das mudanças políticas da década de 1920.

que, para o cargo de intendente, era condição essencial de elegibilidade a residência por quatro anos no município.¹⁰¹

Em 1909, o então chefe do executivo, Jacob Nicolau Ely, em seu último ano de mandato, para evitar possíveis inconveniências legais futuras, altera o artigo com a seguinte redação: “ter residência dois meses e quatro se possível no Município”. O projeto de alteração fora aprovado pelo Conselho em seção do dia 5 de janeiro de 1909. (AHG, Livro Ata do Conselho Municipal, 13 de março de 1909, p. 29).

A considerável diminuição do tempo de residência indicava que, em eventual problema de impedimento, elementos de fora podiam constituir substitutos rápidos, sem que o posto máximo da política local caísse em mãos indesejáveis. O prazo de dois meses fora adequado, mais tarde, à resolução segundo a qual, em caso de eleições extraordinárias, essas deveriam ser realizadas em no máximo “sessenta dias contados daquele em que se der a vaga e só serão admitidos a votar os eleitores alistados de conformidade com a lei eleitoral do município que for oportunamente elaborada e promulgada” (AHG, Livro Ata do Conselho Municipal, nº 2, Art. 1º da reforma da Lei Eleitoral, 2 de dezembro de 1910, p. 82).

Os dois intendentes que abandonaram os cargos – Azambuja e Acauan – o fizeram já em fim de mandato, não havendo maiores detalhamentos sobre os motivos de tais atos. No caso de Júlio Azambuja, a alusão é a um pacto político feito diretamente com Borges de Medeiros, cuja decisão seria a de que, tanto o intendente, quanto o vice-intendente, renunciassem simultaneamente. A carta de Azambuja é bastante simples, direta, e não alega maiores motivos ou causas do pacto.¹⁰² Porém, como não se registrara a simultaneidade das renúncias, o Conselho não as aceitara, mesmo sob pedidos insistentes do vice-intendente, João Carlos Rodrigues da Cunha, a princípio o responsável pelo atraso na comunicação.¹⁰³ O Conselho assim se manifestara:

¹⁰¹ Essa determinação era padrão em quase todos os municípios, mas não unânime.

¹⁰² “Em cumprimento de um dever de lisura política e partidária que assumi com solene compromisso como o Ex. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Chefe do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, venho perante essa egrégia Corporação renunciar, como de fato renuncio ao cargo de intendente desse município”. (AHG, 2 de setembro de 1911, Caixa Documentos Históricos). A sequência de intendentes no município até o final da década de 1920 é: Jacob Nicolau Ely (1900 a 1909), Júlio Azambuja (1909 a 1911), Affonso Aurélio Porto (1912 a 1917), Manoel Marques da Silva Acauan (1917 a 1924), Jacob Nicolau Ely (1924 a 1929).

¹⁰³ No primeiro ofício, datado de 2 de setembro de 1911, assim se referia Rodrigues da Cunha: “Tendo chegado ao meu conhecimento que acabou de renunciar ao cargo de intendente o cidadão Júlio Azambuja, em ofício dirigido a essa ilustre Corporação, resolvo também, em virtude do pacto político assinado na Capital, em 4 de julho, renunciar ao cargo de vice-intendente deste município, cumprindo, assim, um dever de submissão ao chefe do Partido Republicano, Ex. Sr. Antônio Augusto Borges de Medeiros”. (AHG, Caixa Documentos Históricos, ofício de 2 de setembro de 1911). Em 5 do mesmo mês, novamente remetia Rodrigues da Cunha: “Renovo minha renúncia ao cargo de vice-intendente deste município, apresentado em 2 do corrente a essa Ilustre Corporação” (Ibid., 5 de setembro 1911).

Conselho reunido resolveu não tomar conhecimento renúncias Intendentes e Vice-intendentes visto como aquele estabeleceu seu primeiro ofício condição Vice-intendente apresentar mesmo dia simultaneamente sua renúncia o que não foi feito naquela data e sim somente no dia posterior à noite. Nestas condições Conselho para deliberar resolve pedir intervenção Vossa Ex. junto partes para resolver o assunto (AHG, Caixa Documentos Históricos, ofício de 03 de setembro de 1911).

Dias depois, ao que parece, realmente sob a intervenção de Borges de Medeiros, Júlio Azambuja escreve sua carta de despedida nos seguintes termos:

A situação de sentimentos que atravessamos não guardeis paixões nem rancores, fazendo votos para que essa solução de hoje, em que todos nós devemos colocar consideração moral, seja a aurora auspiciosa de uma felicidade completa para o município e o primeiro sinal para uma reintegração partidária que louve a República, o Rio Grande do Sul e o nosso Glorioso partido (AHG, Caixa Documentos Históricos. Documento sem data específica).

No ano de 1952, por ocasião do aniversário de Azambuja, quando a Câmara Municipal lhe envia uma mensagem de congratulações, sua resposta de agradecimento, além de fazer alusão às obras que realizara em seu mandato, não poupa críticas às “lamentáveis divergências partidárias, perturbadoras e injustificáveis que se armaram contra minha ação administrativa”, fruto dos “maus costumes do velho passado de paixões malévolas, próprias do agitado clima partidário de então”.

O ressentimento de Azambuja parece claro no último parágrafo de seu comunicado, jogando acusações contra as tramoias dos “chefetes planejadores de meu afastamento, que tão necessário lhes era a volta das conhecidas negociatas que praticavam anteriormente”. Qualifica seus adversários de “falcatruosos”, de terem subtraído seus relatórios de defesa da administração municipal e que, por fim, o documento que redigia agora o vingava contra seus adversários na restituição pública de sua imagem.¹⁰⁴ O tempo, de certo, amainara os sentimentos, mas não os eliminara. Os líderes locais sempre reclamariam seu quinhão no poder político, seja com Júlio Azambuja ou outros intendentes do período.

A renúncia de Acauan, no início de 1924, alguns meses antes do fim do mandato, não parece ter sido menos estrepitosa e será analisada junto ao processo de mudanças políticas

¹⁰⁴ O último parágrafo da declaração é o mais explícito, sendo aqui transcrito: “Pois, Srs. Presidente e secretário, todo esse bem intencionado trabalho, é triste recordar, serviu para se mover a mais inconfessável oposição ao meu governo, pelos chefetes planejadores de meu afastamento, que tão necessário lhes era a volta das conhecidas negociatas que praticavam anteriormente. Como era de meu dever, enfrentei-os com energia e venci-os, com franco apoio do governo do Estado e da boa maioria da popular que não se deixara iludir com a trama dos falcatruosos de minha administração. Tudo quanto venho referindo tenho-o consignado em meu último Relatório, apresentado a esse egrégio Conselho e que mereceu da imprensa em geral, em particular da antiga “A Federação”, os mais rasgados elogios. A propósito, consta-me que os exemplares que deixei arquivados na Secretaria da Intendência foram subtraídos, de certo para não recordarem a minha atuação governamental. Se é verdade essa baixa moral, estou vingado, porque ela bem dirá da qualidade dos adversários que eu tinha, podendo Vossas Senhorias disporem desse documento, que pode ser reproduzido, para memória oficial” (AHG, Caixa Documentos Históricos, 6 de setembro de 1952).

da década de 1920. Cabe, somente agora, frisar que, em sua carta de resposta ao Conselho Municipal sobre pedido de prestação de contas de apenas um mês do ano de 1924 – o intendente renunciara em janeiro deste ano –, com profunda irritação, declarava que não ficaria à “mercê de indecorosas e até criminosas manobras, que não vale lembrar” (AHG, Caixa Documentos Históricos, 11 de abril de 1924). Essa curta passagem, por si só, aponta para uma relação difícil entre conselho e intendência, e o desejo de seu antecessor de renúncia, Júlio Azambuja, de uma “aurora auspiciosa de uma felicidade completa para o município” ceder lugar às paixões e aos rancores tão temidos, e que o substituto legal de Azambuja, Affonso Aurélio Porto, iria também sentir na própria carne.

Os atritos que marcaram a administração de Aurélio Porto começaram com indivíduos fora do Conselho, mas com ligações políticas e influência o bastante para que logo se fizessem sentir no legislativo. A figura central, cuja ação detonara os atritos, era Domingos Mincarone.¹⁰⁵ Morador do Distrito de Carlos Barbosa, havia sido homem de confiança do antigo intendente, Jacob Nicolau Ely, integrante de comissões de alistamentos no ano de 1911 (AHG, Livro ata do Conselho Municipal, nº 2, 6 de março de 1911, p. 85), sendo indicado também por Ely para ocupar o cargo de inspetor da linha teleférica no referido distrito. (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02211, carta de Jacob Nicolau Ely, Fundo Garibaldi, 29 de novembro de 1906).

A princípio, as relações entre Mincarone e Aurélio Porto eram amistosas, como demonstra o pedido feito ao presidente do Estado para que interviesse no sentido de “obtenção na escola de agronomia duas matriculas para os menores Leopoldo e Achyles Mincarone, filhos de nosso companheiro Domingos Mincarone que pela sua lealdade e zelo em minha administração tem se mostrado merecedor do apoio de Vossa Excelência” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02222, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 26 de fevereiro de 1913).

Ao que parece, as lealdades políticas no município estavam ligadas ao nome de certos intendentes, e a sorte de Aurélio Porto começa a mudar quando solicita autorização para exercer as funções de delegado de polícia, cargo que era ocupado por Jacob Nicolau Ely, argumentando que as funções do Coronel Ely não eram regulares: “há quase dois anos no cargo com consecutivas licenças visto residir nesta capital e ainda tem um depósito de madeira, essa acefalia de um cargo de responsabilidade trás resultados prejudiciais ao

¹⁰⁵ No caso de Aurélio Porto, a documentação é mais clara e os nomes, por fim, começam a aparecer. Os chefetes locais e suas práticas falcatruosas ganham nomes e se transformam em ações, bem como seus vínculos com personalidades maiores do poder administrativo.

município” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02223, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 27 de fevereiro de 1913).

A afronta a Ely pode ter desencadeado reações em seu reduto, justamente Carlos Barbosa, através de seus aliados, como Mincarone e outros. Ainda se pode agregar a isso a não obtenção das matrículas solicitadas pelo correligionário, o que determinava um ataque pessoal a Aurélio Porto. Desde então, tem início o inferno do intendente. Boa parte das correspondências enviadas a Borges de Medeiros se constitui em reclamações e justificativas de suas ações em relação ao caso. Inicia relatando que fora envolvido em uma série de calúnias junto com seu subintendente, Rudiero Casacurta, fato que haveria de desmascarar junto à justiça. Reclama do telefonista federal de Carlos Barbosa, Osvaldo Cunha, mancomunado com Mincarone, e “que tem por diversas vezes tentado desmoralizar meu subintendente ali, é um elemento nocivo a boa marcha e administração daquele distrito onde reside agora o senhor Mincarone com mais três ou quatro despeitados perturbadores” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02227, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 20 de maio de 1914). A ação na justiça dera ganho de causa a Aurélio Porto e a seus aliados, Rudiero Casacurta e Arthur Nunes, pelas ofensas de terem sido chamados de “bêbados” e “perturbadores da ordem pública”, sendo a sentença baseada no “artigo 319 do Código Penal a três meses de prisão celular e multa de trezentos mil réis, cuja pena será cumprida na casa de correção de Porto Alegre” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02230, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 11 de julho de 1914).

Evidentemente que Borges de Medeiros aconselhara Aurélio Porto a desistir da sentença, assim como os outros ofendidos e vitoriosos na petição judicial. Muito provavelmente, o presidente do estado sabia dos riscos políticos que isso acarretaria, não propriamente por causa de Mincarone, mas por Jacob Nicolau Ely, que governara o município de 1900 a 1909, e voltaria a ser intendente entre os anos de 1924 a 1928. A sustentação republicana em Garibaldi dependia da figura e dos aliados do Coronel e, diante do recuo de Aurélio Porto, Domingos Mincarone, talvez mais instigado do que instigador, passa a ser cada vez mais audaz e provocador. Quando se apresentara diante da justiça para responder a um processo por porte de armas proibidas, o fez em companhia de três pistoleiros, um entre os quais “Ângelo Buoleli, que na casa de correção cumpriu já pena de 5 anos por crime de morte” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02231, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 22 de julho de 1914). Dias mais tarde, denuncia o intendente e o subintendente do terceiro distrito ao juiz da comarca por excesso de autoridade, (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02232, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo

Garibaldi, 7 de agosto de 1914), depois manda uma comunicação ao Presidente do estado relatando incidente no qual seu amigo, o colono Antônio Michelin, fora ameaçado por Aurélio Porto no percurso da estrada Buarque de Macedo,¹⁰⁶ e, por fim, o mesmo Michelin reclama publicamente, achando ilegais todos os impostos cobrados em Garibaldi. Para o intendente, “Michelon não é mais do que um instrumento dócil nas mãos de quem o maneja” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02222, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 26 de fevereiro de 1915). Manipulado pela “mente perversa” de Mincarone, não apenas o pobre colono Michelin, mas uma série de outras personalidades municipais se voltou contra Aurélio Porto, cuja atitude de resignação misturava-se com a indignação de sua situação perante as acomodações que Borges de Medeiros procurava acertar.

Em outro incidente, envolvendo um empréstimo de 150 mil réis para a construção do ramal férreo, fica mais claro quais eram as forças que estavam em conflito: novamente Mincarone, Michelin, juntamente com João Osvaldo, irmão de Jacob Nicolau Ely,

em cujas terras passa o ramal férreo e outros indivíduos de origem alemã residentes todos em Carlos Barbosa, andaram percorrendo os núcleos coloniais italianos e alemães e propagando contra esse empréstimo cuja realização com a construção do ramal irá, segundo sua curta visão de interesseiros, prejudicar Carlos Barbosa (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02238, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 21 de abril de 1915).

Na sequência do relato, denuncia as ambições de facções extintas ligadas a Júlio Azambuja, e que os mesmos que difamam, caluniam e mentem, andavam declarando a todos que o pai de Coronel Ely seria o “intendente quando, dentro em breve, conseguirem da Vossa Excelência minha retirada daqui”. O que mais irritava Aurélio Porto era a credulidade dos colonos, “sua volubilidade de caráter e sua ignorância profunda e um certo gosto de sempre se opor às determinações legais quando guiado por outro [...] mentor”, uma lástima para uma região tão próspera, mas que abrigava “estrangeiros interesseiros, perturbadores, acobertados pelo manto da nacionalização”, onde o patriotismo não fincava raízes em seus corações. (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02238, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 21 de abril de 1915). Evidentemente, para um homem como Aurélio Porto, a

¹⁰⁶ Nesse caso, a defesa de Aurélio Porto é relatada da seguinte forma: “seguia eu no dia 13 pela Estrada Buarque de Macedo a fim de ver pessoalmente o trabalho dos operadores que ali mantinham, quando passou por mim Antônio Michelin, em atitude provocadora e grosseiro desrespeito. Fiz sentir a inconveniência de seu procedimento aconselhando muito calmamente que não continuasse, pois eu saberia me fazer respeitar, custasse o que custasse. Michelin seguiu seu caminho como se nada houvesse ocorrido, quando distava de mim algumas centenas de metros, tendo eu seguido o caminho oposto, ouvi que de longe me injuriava, quando voltei o cavalo em que montava, Michelin fugia apressadamente aos gritos, foi esse o fato que se deu, é essa a pura expressão da verdade” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02236, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 15 de fevereiro de 1915).

mesquinhez da política de salão, seus conchavos, suas pequenas intrigas não estavam à altura de seus grandes ideais. Talvez tudo tivesse sido melhor, se tratasse com verdadeiros patriotas, se entendessem os grandes desígnios políticos republicanos e nacionais, mas, infelizmente, todos seus grandes objetivos pareciam esbarrar num sujeito insignificante chamado Domingos Mincarone, um “embusteiro da pior qualidade”, mas com amigos poderosos.

No entanto, o ponto alto dos atritos desenrolar-se-á entre os anos de 1916 e 1917. Em carta mandada a Borges de Medeiros em 26 de outubro de 1916 por Adalberto Amberger e assinada por diversos moradores de Carlos Barbosa, solicitam a emancipação do distrito, alegando a pujança local, economicamente mais rico do que a sede Garibaldi e por não reinarem aí

preocupações perturbadoras de ordem partidária e competições de postos na Sede Garibaldi, que se mostra, desde a fundação municipal ponto irrequieto de todas as conturbações intestinais de sua vida política, fomentando malevolamente, toda essa vida anárquica desse infeliz município, com preocupações descabidas e imorais de assaltos ao poder, como Vossa Excelência bem deve estar ciente pelas notas sucessivas desde as gestões intencionais de Jacob Ely, Júlio Azambuja e o atual Coronel Affonso de Aurélio Porto (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02238, carta de Alberto Amberger, Fundo Garibaldi, 26 de outubro de 1916).

O texto bem poderia ser uma peça escrita por um comediante. Carlos Barbosa é que sempre fora ponto de dissidência, mesmo na década de 1920. Quando Jacob Ely volta a ser intendente, o distrito novamente vai aparecer como reduto da oposição e de constantes manobras políticas para refrear os interesses locais. É, por fim, no ano de 1917, que o Conselho Municipal passa a se opor, obstruindo as votações para aprovação do orçamento, emperrando ainda outras rotinas administrativas. Aurélio Porto acusa Francisco Estevão de Mattos Miller,¹⁰⁷ presidente do Conselho, de subornar parlamentares acessíveis, e na medida em que as sessões não se realizavam, o intendente envia a Borges de Medeiros cópias das atas do Conselho, comprovando o boicote e as dificuldades que enfrentava (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02243, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 01 de dezembro de 1916; Documento 02244, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 04 de janeiro de 1917). Em fevereiro de 1917, uma comissão, dos quais o único signatário que fazia parte do Conselho era Davide Sartori, mas que era seguido de outras personalidades

¹⁰⁷ O Conselho Municipal era composto por: Luiz Machado Rosa, Antonio Paganelli, Francisco Estevão de Mattos Miller, Vendelino Medina, Davide Sartori, Lourenço Guarnieri e Arthur Renner. Sabe-se que apenas o conselheiro Arthur Renner era de Carlos Barbosa, enquanto os demais pertenciam ou estavam radicados na Sede. Porém, nomes como Domingos Paganelli (filho de Antônio Paganelli) e Menique de Mattos Miller (não foi possível encontrar o grau de parentesco, contudo é muito provável que ele existisse) apareciam nas duas legislaturas anteriores (Jacob Nicolau Ely e Júlio Azambuja), talvez com alguma ligação com esses chefes partidários. Davide Sartori também se sabe que era opositor de Aurélio Porto.

bastante conhecidas, como Domingos Mincarone e Antônio Michelin, expõe as divisões internas sem, infelizmente, nomear de forma explícita os “elementos perniciosos” aos quais Aurélio Porto havia se aliado. Apenas lamenta que seu erro fora o mesmo de Júlio Azambuja, isto é, o de ter se cercado de pessoas erradas, com o agravante de que o atual intendente conseguira a insatisfação das duas facções. (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02245, abaixo-assinado, Fundo Garibaldi, 01 de fevereiro de 1917).

As complicações em conseguir manter estáveis as coesões intrapartidárias não eram exclusividade da administração de Garibaldi. Em Caxias, os conflitos eram ainda mais constantes, envolvendo também líderes do legislativo e do executivo como entre correligionários republicanos. Em trabalho já comentado no primeiro capítulo, Félix analisa os atritos ocorridos na administração de Serafim Terra na intendência de Caxias, quando o Conselho Municipal impedia a aprovação do projeto de lei do orçamento, em 1906, apontando o conselheiro “Hugo Luciano Ronca que conta com o auxílio do juiz de Comarca, do Sr. Olavo Ferreira e de H. Montenegro para saciar sua ambição de mando e propósitos pessoais” (FÉLIX, 1996, p. 87-88).

Os conflitos que teriam como desfecho a renúncia do intendente Serafim Terra, em 16 de maio de 1907, haviam começado muito antes de 1906, e tiveram origem em desentendimentos internos, aliados à aparente inabilidade de Terra em manejar interesses locais. No ano de 1904, o juiz Olavo Ferreira, em carta a Borges de Medeiros, relata os fatos ocorridos na visita do intendente à 1ª légua do 3º distrito do município ao final daquele ano. Segundo Ferreira, Serafim Terra estava tomado por um comportamento inconsciente, o que o jogava em um estado de desequilíbrio mental, promovendo uma perseguição nervosa a antigos amigos, enquanto “os potentados do local, o padre e o juiz distrital, os essenciais deste e o ajudante de correio, abusando hoje da fraqueza de nosso amigo Terra, o exploram excitando-o contra os verdadeiros amigos que o acolheram” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01272, carta de Olavo Ferreira, Fundo Caxias do Sul, 10 de dezembro de 1904).

As impressões tristes deixadas pelo intendente contavam com provocações e desafios públicos, como a de chicotear o professor Bonfanair, e reclamações seguidas de ameaças de demissão do subdelegado do distrito, o Sr. José Generozzi. Olavo Ferreira faz diversas referências ao estado de desequilíbrio de Terra, o que inspirava desconfiança dos partidários, a qual, sem “conciliar os elementos discordantes, separa-os cada vez mais, fazendo revirar ódios já amortecidos e complicando gravemente a situação, tanto que hoje é considerado um homem perigoso, porque em estado de agitação nervosa provoca e quer lutar” (IHGRGS,

Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01272, carta de Olavo Ferreira, Fundo Caxias do Sul, 10 de dezembro de 1904). De fato, o que complicava a situação do intendente eram as afrontas aos líderes do distrito, em especial ao padre Feijó Zamboni, em cuja residência a maior parte dos desagravos havia ocorrido. Obviamente, era bastante arriscado ao poder executivo enfrentar os poderes locais, os ‘essenciais’ colaboradores republicanos, o que logo se refletiria em desavenças com o legislativo municipal e em apoio político em futuras eleições. Esses efeitos se fizeram sentir rapidamente no caso de Serafim Terra.

No início de 1905, por ocasião das eleições para deputados em 28 de fevereiro, o professor Luiz Facchin relata, em carta a Borges de Medeiros, as grosserias e ameaças que sofrera quando se encontrara com o intendente por não ter conseguido votação expressiva em sua localidade no pleito referido. Facchin declara que “o Sr. Intendente estava tão alterado que pouco faltou para me cuspir na face. Disse os maiores impropérios, chamou-me até de bêbado e mais epítetos infamantes...” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01277, carta de Luiz Facchin, Fundo Caxias do Sul, 28 de março de 1905). Seu argumento foi o de que os eleitores não quiseram acompanhá-lo para a votação, e o motivo era simples: não confiavam em Serafim Terra e, muito menos, em Tancredo Ápio Feijó, o responsável pela convocação dos eleitores, e chefe do PRR local. No dia da eleição, Luiz Facchin afirma que

como sempre concorri a urna para competir aos meus deveres, porém, desta vez só, porque os amigos não quiseram me acompanhar. Indagando aos mesmos as causas, disseram-me que era porque tinham sido convidados pelo membro da executiva de Caxias, o Sr. Feijó, que aqui ninguém gosta daquela feia criatura, para não dizer demais [...]. Aqui ninguém é contra V. Ex. e deputados, e isso ficaria provado se os eleitores fossem chamados por gente decente e de confiança (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01277, carta de Luiz Facchin, Fundo Caxias do Sul, 28 de março de 1905).

O apoio do eleitorado interiorano dependia do manejo no trato com lideranças e subalternos, fossem eles clérigos, ajudantes de correio ou professores. Contudo, se com alguns se podia esbravejar e cuspir na cara, com outros, a forma de se portar tinha que ser diferente. No final de 1905, novamente Olavo Ferreira alerta Borges de Medeiros para um possível fracasso nas eleições de janeiro de 1906: “prevejo que será fraquíssima a concorrência do eleitorado às urnas” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01292, carta de Olavo Ferreira, Fundo Caxias do Sul, 12 de dezembro de 1905).

Era fundamental sanar as dissidências internas. Assim, sob orientação do Cel. Avelino Paim, consegue uma audiência com Dante Pazzolini, secretário do conselho, e Hugo Ronca, presidente do legislativo, os quais haviam informado a Paim serem fiéis republicanos e borgistas, estando os dois “afastados dos negócios políticos devido unicamente à questão

local” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01292, carta de Olavo Ferreira, Fundo Caxias do Sul, 12 de dezembro de 1905). Novamente aparece a figura equidistante de Borges, intocável e inquestionável, enquanto os conflitos e descontentamentos aparentam atingir somente seus administradores intencionais. Em 24 de janeiro de 1926, Olavo Ferreira volta a escrever ao presidente do estado, deixando claro que Ronca e Pazzolini não estavam nem um pouco dispostos a colaborar com o partido nas eleições. As condições do acordo não pareciam satisfazer a ambos, já que não haviam sido feitas concessões a alguns de seus amigos indicados ao Major Euclides Moura. Dessa forma, Dante Pazzolini, em reunião na casa do presidente do conselho, retirara-se

maçado e de mau humor, pedindo ao Sr. Ronca que fosse entender-se com o Major Euclides. Mais tarde disse-me o Sr. Ronca que havia estado com o Major, mas que nada ficara combinado por causa da afirmativa que o orçamento seria anulado. Acrescentou-me o Sr. Ronca que esse fato o colocaria em falsa posição perante aos colonos eleitores que ele levasse às urnas (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01293, carta de Olavo Ferreira, Fundo Caxias do Sul, 24 de janeiro de 1906).

Passada a eleição, comprovava-se a frieza da votação. Segundo Ildefonso da Fontoura, a grande abstenção do eleitorado ‘italiano’ deveu-se à manipulação de Hugo Ronca, que mandara “seus emissários, em número de 10 ou 12, percorrer as linhas dizendo aos colonos que não devessem votar, servindo-se de todos os pretextos, de todas as insídias, de todos os embustes e de todas as calúnias” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01295, carta de Ildefonso Borges Toledo da Fontoura, Fundo Caxias do Sul, 9 de fevereiro de 1906). Nessa mesma carta, acusa interesses de comerciantes alemães ligados ao deputado federal Arno Philip, “insaciáveis em seus cálculos de lucro”, que agora, unidos aos elementos italianos, se colocam contrários à política do estado e desejosos da deposição de Serafim Terra em Caxias, “porque o que eles querem é a autonomia política do município, o parlamentarismo renhido e bombástico, perfeito e bem acabado programa dos federalistas” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01295, carta de Ildefonso Borges Toledo da Fontoura, Fundo Caxias do Sul, 9 de fevereiro de 1906).

Impossibilitados os acordos, a situação não seria resolvida somente no grito e na cusparada. Figuras como Ronca e Pazzolini não eram simples aliados, comerciantes importantes, ocupavam postos na política institucional, obrigando Borges de Medeiros a um cuidado maior nas relações com o conselho municipal e a ações mais complexas politicamente. Nesse caso, a resolução para o impasse fora a renúncia do intendente Serafim

Terra e conselheiros municipais, assim como a transferência da Comarca de Caxias para Bento Gonçalves. (ALMEIDA, 2003, p. 338).¹⁰⁸

2.2 Laços de dependência, busca de representatividade e organização burocrática: possibilidades e limites

Se, muitas vezes, a saída para crises era tentada através da imposição de nomes ‘de fora’, intendentess sem vínculos com as facções locais, portanto, capazes de apaziguar os lados em luta, essa medida se mostrava ineficaz, pois sempre haveria a necessidade de negociar com os de ‘dentro’, com os que desejavam a “autonomia política do município”, promovida pela “tumultuada ambição subalterna”, nos dizeres de Ildefonso da Fontoura, ou, como se referia Aurélio Porto, “estrangeiros interesseiros perturbadores da ordem, acobertados pelo manto da nacionalização”. Parece que a historiografia tradicional resolveu adotar as mesmas ideias que os antigos políticos do PRR sustentavam: a de que política é coisa de gente grande e preparada, de uma elite nacional que se coloca acima dos interesses pessoais ou dos pequenos grupos. As referências aos estrangeirismos na política são constantes por parte dos partidários ‘fiéis’ a Borges de Medeiros,¹⁰⁹ o que demonstra a necessidade de barrar tais intenções, fato que fora determinante para o impedimento da ascensão de imigrantes ou descendentes a cargos políticos de maior expressão no período.

Um dos casos mais evidentes desse processo foi aquele que envolveu o juiz Antônio Casagrande, residente em Bento Gonçalves, após a transferência da comarca de Caxias para essa cidade. Em 1911, Casagrande se envolvera em acusações ao vice-intendente de Caxias, Tancredo Áppio Feijó, de desvio de dinheiro público em proveito próprio, como a construção de duas casas para sua mãe, Constância Feijó, e favorecimento do amigo e redator de jornal Antônio Vicente da Fontoura. (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01329, carta de Antônio Casagrande, Fundo Caxias do Sul, 16 de outubro de 1911). Sua atuação na

¹⁰⁸ As relações de poder envolvendo os campos institucionais do executivo e legislativo e da constituição, consolidação e decadência do poder borgista na Região Colonial Italiana já foram estudadas por Márcio Alex Cordeiro Biavaschi. Alguns dos relatos presentes acima, como os que envolveram o intendente de Garibaldi Aurélio Porto e o de Caxias, Serafim Terra, foram analisados mais detalhadamente pelo referido autor, porém, além de alguns matizes diferentes, a referência desses casos aqui parece fundamental sob pena de que se configure uma lacuna dentro do processo. Não se fazem necessários, ao menos nesse momento, maiores descrições sobre os conflitos posteriores que envolveram os intendentess, funcionários, correligionários republicanos e conselheiros municipais até o início da década de 1920. Os elementos em conflito, os interesses e os fios que ligam a dinâmica de poder nesse contexto podem ser encontrados na Tese de Biavaschi.

¹⁰⁹ Ainda a respeito das eleições de 1906 em Caxias, José Cândido do Campos Netto faz referência ao “estrangeirismo consubstanciado na pessoa de um indivíduo”, o que havia atrapalho a boa votação do partido. (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01300, carta de José Cândido de Campos Netto, Fundo Caxias do Sul, 16 de março de 1906).

região o fazia uma figura influente, tanto que Borges de Medeiros chegara até a sondar sua indicação a intendente de algum município, em 1915, e embora Casagrande tivesse declinado do convite por motivos pessoais e públicos,¹¹⁰ não significava que suas intenções políticas fossem nulas. Em 1917, comunica ao presidente do estado sua surpresa, ao ler em um boletim anônimo do *Comércio Italiano* da capital “vinculando meu nome numa lista proibida à deputação na Assembleia dos representantes. Sem falar de minha incompatibilidade como magistrado, cumpre-me como soldado do Partido Republicano informá-lo que esse fato causou para mim, verdadeira surpresa” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00433, carta de Antônio Casagrande, Fundo Bento Gonçalves, 17 de fevereiro de 1917). Posteriormente, o intendente de Bento Gonçalves, Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, observa a Borges de Medeiros que

soube hoje, que por esses poucos dias, para aí segue o sr. Galló levando um memorial, fruto da Confederação das Associações Comerciais da zona colonial italiana, a fim de vos ser apresentado, indicando a candidatura do dr. Antônio Casagrande à futura deputação federal. A pessoa que isso me contou é íntima do dr. Casagrande que, em confiança, isso lhe contara. Disse mais o informante, que o memorial seguiu ontem daqui para Caxias, por mão de um cunhado do mesmo Casagrande, Lino Sassi e, acrescentando mais, que o referido dr. Casagrande, breve, pretende tirar uma licença, com o fim de desincompatibilizar-se para o próximo pleito. Nenhuma surpresa causou-me esses informes, pois há muito que percebo e prevejo os instintos e planos desse dr., em suas pretensiosas ambições. Com fingimento estava, há muito, aplainando o terreno, mostrando desejos de ser presidente de sociedades, como do Club Aliança e Tiro Brasileiro, não faltando já a qualquer festa nas linhas e nos municípios vizinhos, reuniões, e demonstrando, sempre, grande atividade, sendo esse procedimento notado e comentado por todos (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00435, carta de Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, Fundo Bento Gonçalves, 12 de outubro de 1917).

Contudo, Carvalho Júnior não era o único a reclamar das pretensões de Antônio Casagrande. O intendente de Caxias, José Penna de Moraes, um mês antes, reclamava que

o Sr. Casagrande julgando-se com direitos políticos na região colonial por haver pugnado por interesses de ordem econômica e da indústria vinícola desta zona, organizou uma federação das Associações Comerciais daqui e das demais localidades coloniais italianas, num sentido de construir uma comissão para ir a vossa presença solicitar a inclusão dele, Casagrande, na chapa para deputados

¹¹⁰ “Refleti maduramente sobre o assunto; consultei, com toda a reserva, minha família, e cheguei à conclusão de que, para mim, seria um sacrifício demasiadamente grande aceitar o cargo de intendente de um município. O primeiro motivo, e o principal, é de ordem puramente econômica e íntima. A minha família está aumentando, além de que tenho que ajudar meu velho pai e um irmão doente. Não posso pretender – seria mau exemplo de entrada – que o ordenado de um intendente, num município novo, seja igual ao de Juiz de Comarca, além de que os meus gastos seriam maiores, devido à representação. Assim – permita-me V. Ex. que seja muito franco – apesar de ter umas pequenas economias, poderia encontrar-me em embarços futuros. Um outro motivo, e este secundário, é que se trata de um cargo sumamente espinhoso, sujeito a ataques quase sempre de exploradores que procuram ferir os administradores locais, por mais honestos e corretos que sejam” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00426, carta de Antônio Casagrande, Fundo Bento Gonçalves, 26 de março de 1915).

federais da próxima legislatura, na vossa permissão para mediante a franquia de voto cumulativo deslocar um dos candidatos federalistas (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01372, carta de José Penna de Moraes, Fundo Caxias do Sul, 12 de setembro de 1917).

As acusações de Penna de Moraes continuaram no ano seguinte, sempre reforçando a ideia de que Casagrande abusava de suas origens coloniais e da ignorância dos colonos, dando sentenças contrárias a seus inimigos, procurando favorecer-se pessoal e politicamente do cargo. (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01376, carta de José Penna de Moraes, Fundo Caxias do Sul, 15 de junho de 1918). Indiscutivelmente, Antônio Casagrande tornou-se uma figura local proeminente: se a indicação para intendência havia partido de Borges de Medeiros, a possível candidatura a deputado federal havia partido da comunidade colonial, sendo primeiro cogitada pela imprensa católica, e rápido tomado corpo na sociedade local. Em 1924, quando o jornal *Il Corriere d'Italia* lança a ideia de uma homenagem pública a Casagrande, seja praça ou monumento, lembra que

há alguns anos lançamos a idéias de apresentar candidatura à deputação federal do hoje falecido Dr. Antônio Casagrande. Os seus méritos conquistados na colônia italiana foram muito grandes e grandes eram seus feitos, assim que nossa idéia encontrou simpatia e foi acolhida com aplauso pelos jornais da colônia italiana e especialmente a Associação Comercial, a qual mandou uma comissão para tratar de um acordo comum com o Dr. Borges de Medeiros acerca da realização da idéia (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 04 de setembro de 1924).

Evidentemente que não havia motivo nenhum para a surpresa de Casagrande quando da carta que enviara para Borges de Medeiros, esclarecendo que seu nome fora usado sem consulta na lista à deputação. A campanha feita pela imprensa era pública, notória, e parecia unir setores importantes da sociedade colonial, como a Igreja Católica e a classe comercial. Por seu passado, Casagrande não era figura de todo prestigiada entre as elites políticas do PRR. Seus atritos com Tancredo Áppio Feijó e Joaquim Marques Carvalho Júnior, intendentes de Caxias e Bento Gonçalves respectivamente, sempre levantavam desconfiança a seu respeito. Talvez a facilidade maior em se relacionar com a população em geral seja pela sua origem imigrante, como observava Penna de Moraes, seja por uma habilidade pessoal, o credenciava a ser um legítimo representante capaz de se sobrepôr às divisões internas municipais, para almejar cargo político no nível federal. Isso não seria possível sem o mínimo de articulação interna dos grupos dirigentes regionais, agora representados em agremiações, unidos à Igreja, cujo projeto romanizador e ultramontano já se encontrava em fase de consolidação, capaz, portanto, de certa unidade interna, e novamente pronta para atuar na esfera pública do poder temporal. Ao que tudo indica, os intendentes do PRR não perceberam essa dimensão do contexto, pois continuavam a acusar Casagrande, e outros sujeitos, de

“veleidades pessoais” ou de pretensões individuais, sem ter a percepção clara de que as forças em jogo agora não eram mais impulsionadas por desejos privados, e, sim, coletivos.

O mesmo artigo do jornal *Il Corriere D'Italia* afirma que Borges de Medeiros não pudera aceitar a candidatura de Antônio Casagrande por ter outros objetivos naquele momento, mas que certamente o teria feito mais tarde, se a morte não tivesse tolhido o caro Doutor. Reclama, ainda, do silêncio sobre seu cadáver, sendo impreterível o momento de sua homenagem tendo que partir esta, obrigatoriamente, de Bento Gonçalves. (CPML, 04 de setembro de 1924). É evidente que o contexto de 1924 era propício para a lembrança de uma personalidade imigrante injustiçada em vida, por tantas realizações, e em morte pelo seu esquecimento, mas é perfeitamente compreensível que esse silêncio partira das autoridades do PRR ligadas ao antigo modelo borgista de governar, e que naquele momento desmoronava.

Talvez Penna de Moraes, Carvalho Júnior, entre outros, preferissem Antônio Casagrande morto, já que seu exemplo não era propriamente o do imigrante que queriam,¹¹¹ antes desejavam figuras como Júlio Lorenzoni, mais enquadrado no ideal de imigrante correto, modelo moral e fiel partidário republicano.

Lorenzoni é conhecido pelas suas memórias publicadas no contexto das comemorações do centenário da imigração italiana, em 1975. Ocupou cargos na burocracia administrativa, sendo “escrivão do Cível e Crime, oficial do Registro Civil, escrivão da Provedoria e Casamentos e do Cartório de Órfãos” (LORENZONI, 1975, p. 10). Contou sempre com o apoio e a proteção do intendente Carvalho Júnior, inclusive em momentos de apuros, quando era processado por práticas pouco lícitas, como em 1905, por ocasião de ter aplicado multa, resultando em processo e condenação oficial do Sr. Andreola Domênico, por ter registrado com atraso seu filho recém-nascido. Domênico, que movera processo contra Lorenzoni, afirmava que o oficial do cartório exigira pagamento para o registro, fornecendo-lhe uma certidão falsa. As acusações que recaíam sobre Lorenzoni eram:

1º, que o denunciado Júlio Lorenzoni deixou de registrar o nascimento de uma criança que lhe foi dada a registro; 2º, que essa falta foi motivada pelo fato de não ter Andreola Domênico para pagar-lhe os emolumentos; 3º, que exigia 4,500 de emolumentos, quando pelo regimento de contas, só podia cobrar dois mil réis; 4º,

¹¹¹ Em 1926, somente após a saída de Carvalho Júnior do executivo de Bento Gonçalves, e sob os novos ares da política local, a campanha empreendida pelo jornal *Il Corriere d'Italia* tem resultado. Por meio de ato municipal, o intendente João Baptista Pianca “considerando que a construção da estrada Buarque de Macedo, trecho de Carlos Barbosa a esta vila, trouxe, incontestavelmente, o desenvolvimento comercial e industrial que desfruta, hoje, o município de Bento Gonçalves, considerando, finalmente, que para a construção da estrada muito contribuiu o extinto Dr. Antônio Casagrande, tornando-se, dessa forma, credor do reconhecimento do nosso município: Resolve: Art. 1º dar a projetada praça, localizada no planalto desta Vila, próxima à Estação da Viação Férrea, a denominação de Praça Dr. Antônio Casagrande” (AHBG, Ato 83 de 03 de setembro de 1926. Livro de Atos Municipais [1924-1927]).

que exigia emolumentos o que não tinha direito, por ser Andreola materialmente pobre, e 5º finalmente, passou uma certidão falsa, declarando não ter o mesmo Andreola obedecido à intimação do juiz anteriormente feita, e ainda mais instigou o referido juiz a multar, processar e condenar ao referido Andreola Domênico (APERS. Processo Criminal nº 815, juízo da Comarca de Caxias, 1905).¹¹²

Com a finalidade de evitar maiores danos ao apadrinhado, Carvalho Júnior intercede junto a Borges de Medeiros, informando estar a caminho para apelação ao Superior Tribunal do Estado o processo de responsabilidade que envolvia Lorenzoni. Este, conforme Carvalho Júnior, era figura que “muito se recomenda pelo seu devotamento à causa republicana, onde nesta localidade tem sido um poderoso auxiliar sempre pronto e solícito” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 390, carta de Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, Fundo Bento Gonçalves, 16 de julho de 1906).

Sobrevivendo dos cargos públicos a ele concedidos, por mais de uma vez Lorenzoni solicita a Borges de Medeiros melhor colocação e melhores vencimentos,¹¹³ no que aparentemente era atendido, pois ocupara diversos postos como oficial cartorial, permanecendo nesses cargos até o fim de sua vida, sendo, inclusive, conselheiro municipal e coletor estadual. É sabido que Lorenzoni não era bem visto pelos colonos, indivíduo prepotente, em diversos momentos de suas memórias deixa transparecer seus julgamentos em relação a eles, chamando-os de ignorantes, toda vez que afrontavam o poder público, e passíveis de manipulação por parte de sujeitos mal-intencionados. É impressionante a semelhança de seus julgamentos se comparados aos de seus superiores e, é claro, às suas práticas também, a julgar pela carta de Adolfo Amaral Lisboa a Borges de Medeiros:

Estive nessa capital entre os dias 10 e 12 do corrente mês, no dia 10 fui ao palácio com o intuito de ter a honra de cumprimentar V. Ex. e de apresentar-lhe apontamentos que tomei de atos incorretos praticados pelo juiz desta comarca, o Sr. Raul de Freitas Bocanera e das faltas cometidas pelo escrivão da provedoria de Oficial de Registro Civil desta vila, Júlio Lorenzoni (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 436, carta de Adolfo Amaral Lisboa, Fundo Bento Gonçalves, 27 de julho de 1917).

Lisboa acusa os citados de coagirem subalternos do serviço público, e chama a atenção à audácia peculiar dos funcionários, como suas provocações, já conhecidas por todos,

¹¹² Há referência a outros processos contra Lorenzoni, no entanto, não foi possível encontrar os autos desses processos.

¹¹³ “Estou prejudicado com a criação de outro cartório no distrito nesse município, tratará o Sr. mais tarde de me dar melhor colocação, agradecendo-lhe, sinceramente, por mais essa promessa, e espero que não esqueças um antigo e bom companheiro que sempre tem trabalho em prol do ideal político bem como pelo progresso harmonioso do estado” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 412, carta de Júlio Lorenzoni, Fundo Bento Gonçalves, 29 de março de 1913). Ao final do mesmo ano volta a pedir para Borges de Medeiros para que se lembre dele “que durante tantos anos prestei o meu serviço nesta vila e com tanto fervor, para que possas melhorar um pouco minha posição, pois do contrário serei obrigado a abandonar o cargo que atualmente ocupo e ora inferior a 120\$000 por mês” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 414, carta de Júlio Lorenzoni, Fundo Bento Gonçalves, 5 de novembro de 1913).

inclusive do próprio presidente do Estado. Pede abertura de sindicância e sugere que as diligências sejam feitas por alguém estranho ao município, embora, ironicamente, aponte o intendente Carvalho Júnior como homem capaz de passar informações sobre os denunciados. Enfim, Lorenzoni era muito mais afinado com as práticas políticas dos dirigentes do PRR e os embaraços por ele criados podiam ser resolvidos com apelos e intervenções de Borges de Medeiros, sem recorrer ou negociar com segmentos mais organizados da sociedade colonial. Talvez Júlio Lorenzoni tenha sido o exemplo mais bem acabado do imigrante que sobrevivia de funções públicas, em uma época na qual a estrutura burocrática dependia, quase que unicamente, de favores e apadrinhamentos políticos.¹¹⁴

A deficiência estrutural do sistema burocrático atingia a todos, e nem mesmo os que ocupavam os altos postos, como os intendentes, e que, por pressuposto, tinham uma condição de vida financeira particular um pouco mais estável, estavam isentos dos favores do poder público para amenizarem suas dificuldades privadas. Poucos anos após ter abandonado o executivo de Garibaldi, Manoel Marques da Silva Acauan passava por problemas financeiros. Necessitava, também, de auxílio da intendência, na verdade, valores devidos a ele pela municipalidade, no intuito de sair da situação delicada em que se encontrava, a julgar pelo emitente da correspondência confidencial a Jacob Nicolau Ely, Adroaldo Mesquita da Costa:

Tem este o fim precípuo de pedir-lhe, encarecidamente, ainda que a custa de ingentes sacrifícios, que remeta, com máxima urgência, a importância de dois contos de réis, por conta dos juros devidos pela municipalidade, ao Sr. Manoel Acauan. A situação desse amigo é precaríssima, conforme tive a oportunidade de ver pessoalmente e não errarei se lhe afirmo que se acha passando privações, guardando o leito, por se achar enfermo. Faça o máximo de seus esforços, no sentido de corresponder a esse pedido, ditado pela comiseração que me inspirou o seu estado. O cunhado, diretor do Banco, e que poderia auxiliá-lo nesta emergência, não se dá com ele, de modo que não tem ele a quem recorrer e, por isso, é justo que recorra a

¹¹⁴ Observa-se, contudo, que nem todas as atitudes de desvios morais-administrativos eram acobertadas pelos filiados republicanos. Quando o prejuízo de correligionários se fazia sentir, os funcionários recebiam represália. Em 1935, em Garibaldi, encontra-se o seguinte documento redigido pelo intendente Dormelindo de Oliveira: “Bem a contragosto venho trazer ao conhecimento do amigo que o seu cunhado Mário, durante o curto espaço de tempo que exerceu a delegacia de polícia deste município, fez diversas contas na praça, as quais não liquidou. As principais dessas contas, que exigem uma solução imediata, são as seguintes: João A. Carlotto – subprefeito do 1º distrito, de dinheiro emprestado... 240\$000; Ambrósio Toniazzi – alfaiate – de uma fatiota... 195\$000; Luiz R. Casacurta – hotel – onde o mesmo se hospedava... 139\$000. Existem outras contas de menor importância. Essa gente, os credores, estão dispostos a tomar uma providência enérgica para cobrar os seus débitos e qualquer medida judicial que tomem terá reflexo desabonador muito grande, não só nesta localidade, como também aí em Porto Alegre, principalmente junto ao Partido Republicano Liberal, onde o conceito de que goza o seu cunhado será grandemente abalado”. (AHG. Caixa 42, 03 de maio de 1935). Alguns dias depois, uma nova denúncia na Promotoria Pública do município por violência no exercício do cargo de delegado de polícia por ter espancado um menor, agravaria a situação do colega de partido e o então intendente cobrava o pagamento das dívidas que muito podiam depor em desabono do antigo delegado. (AHG, Caixa 42, 17 de maio de 1933). Dormelindo de Oliveira, ao enviar as correspondências informando os acontecimentos, parece menos preocupado com as consequências políticas que seu companheiro de partido sofreria do que tentar consertar, entre seus colaboradores locais, os problemas criados. O prejuízo financeiro das dívidas era mais perigoso politicamente do que o destino particular do referido Mário.

seus devedores. É um apelo de honra que lhe faço e peço acreditar piamente na verdade da situação que ora lhe narro e que se acha muito aquém da realidade palpável (AHG. Caixa 30, 20 de novembro de 1926).

Se a situação de um Acauan era precária, o que dizer dos demais funcionários subalternos das municipalidades? São constantes as solicitações por aumento de vencimentos, alegando acúmulo de funções e responsabilidades, impossibilidade de sustento familiar, zelo e eficiência nas atividades, além, é claro, de relevantes serviços políticos prestados ao Partido Republicano. Reza ainda sobre os funcionários arcar com consequências de erros administrativos, o que onerava ainda mais seus cargos.¹¹⁵ A elaboração ou a existência de garantias legais no exercício das funções públicas era outro problema, o que aumentava a dependência dos favores dos governantes, embora alguns ensaios de organização coletiva pudessem se verificar, como no caso da intendência de Garibaldi, no ano de 1924, quando um abaixo-assinado dos funcionários municipais expunha a situação de precariedade do servidor público.

Em uma lista de 5 pontos, os reclamantes afirmavam a difícil situação dos funcionários, agravada pela elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade, o que os forçava a contraírem dívidas extraordinárias para poderem sobreviver. Recorrem, ainda, às ações dos governos federal e estadual, os quais haviam aumentado os vencimentos dos seus funcionários em até 75% para os que recebessem até 300\$000 mensais, “atendendo a um longo e fundamentado memorial que lhe foi dirigido pelos funcionários do Estado” (AHG, Caixa 26, ofício 12 de dezembro de 1924).

Após os 5 pontos, o grupo de servidores também apresentava um memorial com os valores dos salários ao exemplo do citado no requerimento pelos colegas de classe e profissão. É claro que não se pode descuidar da situação financeira das intendências quando, a partir da década de 1920, a crise econômica passa a atingir, de maneira aguda, o equilíbrio orçamentário das municipalidades. O início da década de 1930 se mostraria ainda mais difícil, com os problemas financeiros internacionais, o que provocaria a quebra de instituições bancárias importantes, resultando em um efeito cascata sobre a economia regional, levando a dificuldades comerciantes cujo dinheiro dos colonos era depositado em suas casas comerciais,

¹¹⁵ Apenas como ilustração, têm-se os seguintes requerimentos feitos ao intendente de Caxias, Penna de Moraes: “Estão atualmente sob minha responsabilidade várias funções, competindo-me a direção do serviço de limpeza pública, a fiscalização do matadouro público e da charqueada, o que me obriga a trabalhar todos os dias durante um horário muito maior do que aquele que estão sujeitos os demais funcionários públicos” (AHMJS.A. Requerimentos, maio de 1924). Em outro pedido, “o suplicante no exercício do seu atual cargo arca com as responsabilidades do dinheiro que fica sob sua guarda enquanto não são entregues ao respectivo tesoureiro. Acontece mesmo, não raras vezes, que nas quantias recebidas verificam-se pequenos enganos que correm por conta do suplicante” (AHMJS.A. Requerimentos, 28 de agosto de 1924).

produzindo uma descapitalização local. Como elemento complicador, a instabilidade política das décadas referidas também surtia efeito sobre o universo econômico, agravando a situação historicamente precária de muitos pequenos comerciantes e proprietários rurais. Em 1924, Antônio Prigol, proprietário de um pequeno bar, residente no 1º Distrito do município de Caxias, pedia a

isenção de imposto de Indústria e Profissão bem como o imposto da estrada, correspondente a este ano de 1924, visto ter que lutar contra muitas dificuldades, primeiro: durante todo este ano teve doenças em casa que adoeceram todas as crianças e, ultimamente ele também, tendo assim de pagar ainda as contas da farmácia e do médico, pois foi suspenso a conservação da estrada onde ele era zelador durante muitos anos, faltando assim, todos os recursos para ganhar, pois devido a situação política também a bodega deixou de dar um lucrozinho (AHMISA, requerimento 24 de outubro de 1924).

São inúmeros os pedidos de isenção fiscal feitos por proprietários rurais, alegando estado de miséria, dificuldades em criar a família, perda de lavoura por fenômenos naturais, idade avançada, entre outros motivos.¹¹⁶ Não apenas pessoas físicas eram as requerentes, mas também jurídicas, embora, neste caso, a isenção podia servir como barganha política entre o poder público e privado. Nesse ponto, eram importantes os vínculos partidários, sendo o apadrinhamento fundamental não só para quem trabalhava na máquina burocrática, como também para comerciantes ou industriais que ajudassem a sustentá-la. A relação aqui pode ser identificada de diversas formas. Em novembro de 1915, Borges de Medeiros envia documento a Garibaldi a fim orientar o intendente Aurélio Porto sobre as eleições próximas:

Remeto-vos, nesta data, 14 nomeações, devidamente assinadas pelos nossos candidatos, para fiscaes na próxima eleição senatorial. Na forma do artigo 77 da lei n. 1269, de 15 de novembro de 1904, deverão taes nomeações servir para o aproveitamento de votos de correligionários nossos que, não estado alistados nesse

¹¹⁶ Alguns desses pedidos revelam o lado de vulnerabilidade social desses colonos que, embora proprietários, padeciam de miséria e abandono. “Antônio Balbinott, morador desta Vila, vem perante a V. Sa. pedir isenção de imposto que está sujeito nesta Intendência, territorial urbano. O suplicante vem a alguns anos gozando desta regalia, visto avançada idade que tem, 82 anos, e não tendo pessoa alguma que com ele resida, a não ser sua esposa que regula a mesma idade” (AHG, Caixa 40, 4 de abril de 1932). Em outro pedido, porém, dez anos depois, “Batista Dafré, abaixo assinado, residente na linha Figueira de Melo, 1º distrito deste município, vem dizer e requerer a V. Sa. o seguinte: que, há cerca de 10 anos adquiriu de Domingos Meneghetti 24 hectares de terras do lote nº 13 situado na cita linha F. de Melo; que, sendo dita tranzação [sic] feita para pagamento em prestações e, embora esteja quase satisfeito tal compromisso, não foi possível, ainda, escriturar o imóvel em nome de requerente por falta absoluta de meios; que a situação de penúria em que se encontra o suplicante é devida, principalmente, a doenças de que sua família vem sendo vitimada continuamente e há muitos anos, sofrendo diversas intervenções cirúrgicas, tendo, a sua mulher, que submeter-se, brevemente, a nova operação. Que o signatário e sua mulher, não gozando de boa saúde, lutam com enorme dificuldade, não só para conseguir recursos para a conclusão do pagamento das últimas prestações da terra adquirida e para lavrar as respectivas escrituras, mas, principalmente, para prover as necessidades de sua numerosa família; 6 filhos, sendo o mais velho com apenas 12 anos, não podendo alimentá-los e vesti-los convenientemente; que além do mais, a terra em referência é de qualidade inferior, velha, completamente esgotada, por isso quase improdutiva” (AHG, Caixa 56, 8 de dezembro de 1942).

município, mas pertencendo ao mesmo distrito eleitoral, aí estejam acidentalmente no dia da eleição (AHG, Caixa Documentos Históricos).

Deslocamentos de pessoas que fortuitamente se encontravam em locais onde não residiam e muito menos onde não estavam lotadas para votar; necessidade de transporte, alimentação e hospedagem. São diversos os recibos pagos pela Intendência de Garibaldi em nome do Partido Republicano com despesas de “comida e hospedagem a eleitores”, ou ao “Comitê Central Republicano” feitos a donos de hospedagens locais como João Carlotto ou a Vicente Faraon, nomes também conhecidos do legislativo municipal.¹¹⁷

Outro exemplo vem do mesmo município, no ano de 1933. Salvador Rocca tentava manter aberta uma fábrica de calçados localizada na vila de Garibaldi, fábrica essa que havia pertencido a seu irmão, André Rocca, mas que fora forçada a pedir falência devido à quebra dos bancos Pelotense e Popular. Em ofício ao então intendente do município, Cel. Dormelindo de Oliveira, pede auxílio junto ao presidente do Estado na liberação de um empréstimo feito no Banco do Rio Grande do Sul, rogando ainda que convença Flores da Cunha a manter a empresa na vila. Indica ainda personalidades da municipalidade que avaliariam positivamente sua pessoa. Dentre estes, estão: Dante Toniazzi, João Carlotto, Antônio Carmello, Davide Sartori, Faraon entre outros, todos, nomes bastante conhecidos do comércio e do legislativo. Contudo, o argumento mais efetivo parece ser apresentado ao final da petição:

Quero crer que não deixará de ser interessante a reabertura da fábrica nessa localidade. Ela, dentro de pouco tempo, trabalhará com 40 operários, quero dizer, com mais 40 votos para o partido que tenho a honra de pertencer, Republicano Liberal, bem como que esses operários (na maioria idos daqui), alugarão casas e farão suas compras de modo a movimentar um pouco mais o comércio varejista dessa vila (AHG, Caixa 41, 14 de setembro de 1933).

Tais solicitações precisavam ser renovadas constantemente, e não dependiam de nenhuma legislação específica, mas sim da palavra e dos acordos diretamente feitos com os intendentes. Mal entendidos, porém, geravam problemas, ou mesmo adversários políticos podiam ser penalizados quando da troca de facções no poder. Em Caxias, por exemplo, a empresa Ferretti, Loss & Cia solicitava prorrogação da isenção de impostos para o ano de 1925, fato já acertado no ano anterior, quando o intendente era Penna de Moraes. O pedido feito a Celeste Gobbato relatava todos os problemas ocorridos: incêndio no prédio da

¹¹⁷ São inúmeros os recibos encontrados nas épocas de eleições, pagos sempre pela tesouraria municipal aos comerciantes e correligionários republicanos. Certamente que os adversários políticos, além de contarem com a desvantagem da ativação de seus negócios nessas datas especiais, sofriam ações mais contundentes do fisco como punição política pelo não alinhamento. (AHG, Diversos recibos de pagamentos. Caixa 26).

empresa, perda de equipamentos, engano na apólice de seguros e hipoteca de todos os bens dos sócios para pagamento de dívidas. Ao fim, é ressaltado que

foi verbalmente pedido ao Cel. José Penna de Moraes, então intendente, para que os perdoasse dos impostos até solucionarem a questão do seguro, tendo este prometido que seriam atendidos. Confiados, pois, na promessa do Cel. José Penna de Moraes, a firma se julgou isenta de qualquer contribuição perante a intendência. Voltando pois, os suplicantes a presença de V. Ex. pedem que tome em consideração as declarações supra, isentando-os dos impostos em que se acham lançados até a presente data e confiados no espírito justiceiro de V. S^a. (AHMJSA, Requerimentos, 17 de março de 1925).

Nem tudo, entretanto, podia ficar apenas na palavra. Quando as práticas fiscais eram suspeitas de favorecimentos políticos, os fatos podiam exigir explicações formais. Em um outro caso, aparentemente mais nebuloso, o intendente Gobbato, não podendo resolver o problema por expedientes extraordinários, submete a avaliação ao Conselho Municipal. A reclamação era dirigida à empresa Conte, Rosito & Cia, que atuava como matadouro na cidade. Uma comissão de “marchantes e retalhistas de carne verde” alegava que a referida firma não tinha licença para atuar como matadouro, em flagrante desobediência às exigências do código administrativo de saúde pública e à lei orçamentária geral do imposto. Os reclamantes pediam o fechamento do estabelecimento, alegando concessão de privilégios, já que o matadouro, além de não ter permissão, não contava com fiscais de higiene pública no estabelecimento. Ainda, enquanto no matadouro público cada cabeça abatida pagava à intendência um valor de 7\$500, a Conte, Rosito & Cia pagava 4\$000, em claro prejuízo aos cofres público e desrespeito à igualdade de concorrência. Por último, observavam que o contrato entre o poder público fora feito com a firma Guerreiro & Cia, mas quem explorava o matadouro era a já referida Conte, Rosito & Cia (AHMJSA, Requerimentos, 13 de dezembro de 1924). Havia, enfim, uma série de irregularidades envolvendo sublocação e privilégios fiscais que, certamente, não diziam respeito apenas a questões burocráticas. Mais de um ano após o encaminhamento do requerimento, o Conselho Municipal dá sua sucinta sentença:

Considerando que o Saladeiro Caxiense de propriedade da firma Conte, Rosito & Cia é um matadouro licenciado de acordo com o artigo 46 do Cap. 8º do Código Administrativo, o Conselho Municipal resolve não atender o pedido feito no presente requerimento mandando arquivar o mesmo (AHMJSA, Requerimentos, parecer Conselho Municipal, 28 de dezembro de 1925).

Se os recursos econômicos podiam ser usados a favor do PRR, o contrário também era possível. Em 1925, Jacob N. Ely, intendente de Garibaldi, reclamava do gerente do Banco da Província na cidade. Segundo Ely, “o referido gerente não perde o ensejo de dificultar as transações bancárias da firma Antônio Paganelli & Filhos que acaba de montar um moderno

moinho de trigo a vapor [...] que muito contribuirá para o desenvolvimento do município” (AHG, Caixa 30, 19 de dezembro de 1925). É preciso lembrar que Antônio Paganelli era vice-intendente de Garibaldi. Na sequência, complementa o intendente:

A ação do Sr. Jacques Rossi está se tornando aqui cada vez mais suspeita, em virtude de só conviver com elementos assistidas, d’onde resultam os entraves, no modo de pensar do Sr. Paganelli, que existem nas negociações bancárias da aludida firma (AHG, Caixa 30, 19 de dezembro de 1925).

Alguns anos depois, em 1933, o intendente Dormelindo de Oliveira cobrava do governo do estado a implantação, na cidade, de uma agência do Banco do Rio Grande do Sul, alegando novamente que o gerente do Banco da Província, única agência bancária do município, era adversário político do partido. Assim, a vinda de uma nova agência faria com que mais da metade do movimento passasse para ela, evidentemente pelo fato de que os partidários republicanos passariam a fazer transações econômicas por seu intermédio, de modo que “o banco lucrará com a criação, pois, forçosamente haverá lucro e, o Partido terá também sua vantagem, portanto, espero que a promessa seja muito em breve uma realidade” (AHG, Caixa 41, 07 de junho de 1933).

Enfim, desde meras solicitações particulares que atingiam colonos desprovidos do básico para a sobrevivência – e esses pedidos se encontram em grande quantidade –, até renúncias fiscais referentes a empresas, os lucros ou prejuízos políticos advindos de respostas negativas ou positivas podiam ser consideráveis. É claro que não apenas a existência de um aparato fiscal sólido contava para a debilidade da estrutura burocrática, mas fica bastante evidente que a renúncia fiscal das intendências¹¹⁸ restringia essa organização; quadros funcionais reduzidos, mal pagos e mal preparados só mesmo poderiam ser amenizados pelos favores e benefícios pessoais.¹¹⁹

Nesse contexto, o tortuoso caminho da política tecia o mundo público ao privado numa soma de sacrifícios e perdas particulares que não podem ser ignoradas. Ainda que isso não seja privilégio das primeiras décadas do século XX, a dependência entre os dois universos era mais estreita e suas consequências, mais desastrosas. Um caso exemplar foi o que

¹¹⁸ Embora a referência e os exemplos sejam dos poderes municipais, o problema era extensivo às outras instâncias administrativas superiores como, por exemplo, os governos estaduais.

¹¹⁹ “Embora o pleno desenvolvimento de uma economia monetária não constitua condição preliminar indispensável à burocratização, a burocracia como estrutura permanente está ligada à pressuposição de uma renda constante para a sua manutenção. Quando tal renda não pode ser baseada nos lucros privados, como ocorre na organização burocrática das grandes empresas modernas, ou nas rendas agrárias fixas, como no caso dos arrendamentos, um sistema estável de *tributação* é a condição para a existência permanente da administração burocrática. Por motivos bem conhecidos e gerais, somente uma economia monetária plenamente desenvolvida oferece uma base segura para esse sistema de tributação” (WEBER, 1983, p. 148).

envolveu Vicente Blancato¹²⁰ em 1921, na época residente em Caxias, cuja vida esteve em perigo devido à ação de sua companheira, Maria Girelli. Em longo pedido de ajuda a Borges de Medeiros, relata seu drama pessoal: a intoxicação, as dores físicas e transtornos mentais provocados pela ingestão de substâncias venenosas que lhe eram dadas em doses homeopáticas de forma secreta junto às refeições pela sua mulher.

Segundo Blancato, Maria Girelli era instigada por três homens (Virgílio Callegari, Roque Gallo, Adriano Favari e, posteriormente, também seu sobrinho, Caetano Blancato). As atitudes violentas da mulher acabaram denunciando o plano de eliminá-lo para que os mesmos repartissem seus bens, depois de sua morte. As práticas de tais atos só podiam vir de mentes doentias e pré-dispostas ao crime, “os processos postos em prática pelos acusados são simples e muito conhecidos da ciência do crime: seduzir, depravar e perverter a mulher até lhe apagar o vestígio nebuloso da consciência que pode existir na mulher ignorante e com tendência ao crime”. Apesar de tudo, estava disposto a perdoar Maria Girelli perante a lei, mas queria reparação dos danos causados a ele, e condenação dos homens que maquinaram a ação. Os mesmos ainda o haviam denunciado às autoridades policiais e políticas, estando a revista da qual era editor, ‘O Progresso’, suspensa já há dois meses. Todos os detalhes do plano lhe foram revelados pela própria mulher. Conforme o relato de Girelli, “o campo onde o crime vinha sendo lentamente elaborado em todos os detalhes foi a casa de Adriano Favari, para onde Maria Girelli era quase que diariamente atirada sob o influxo do poder sugestivo e coletivo dos criminosos, da ação do álcool e das orgias”.

Blancato não deixa claro se os mentores do crime tinham filiação partidária. Faz questão, porém, de enumerar todos os serviços que ele havia prestado ao PRR e ao Estado do Rio Grande do Sul. Insinuava, assim, alguma forma de perseguição política, na medida em que seus perseguidores haviam conseguido jogar a opinião pública contra ele com o apoio de algumas autoridades, desejando, por fim, que se retirasse do Estado. “O ódio implacável, a tenaz, tenebrosa perseguição dos acusados, a campanha sistemática de descrédito contra meu nome durante muitos anos constituem a prova da infernal maquinação que se preparava” (AHRGS, Correspondência dos Governadores, maço 66).

Em todo esse relato, além da promiscuidade que o poder revela, de todos os perigos que os enfrentamentos ideológicos podem gerar, da maneira como possíveis adversários são

¹²⁰ Blancato era homem de letras, imigrante italiano bem relacionado com as altas autoridades do Estado. Jornalista. Colaborara com diversos jornais, entre os quais A Federação. Na época era editor da revista O Progresso, dedicada à agricultura, indústria e comércio. Foi organizador da obra As forças econômicas do estado do Rio Grande do Sul no 1º centenário da independência do Brasil – 1822-1922, editado pela livraria do Globo em 1923. (PESAVENTO, 1986, p. 15).

tratados ou eliminados, quando os interesses privados se misturam ao público, Vicente Blancato poderia ter tirado outras duas grandes lições sobre o universo político - primeira: por ter sido vítima de tão tenebroso plano, talvez tenha intuído a velha máxima maquiaveliana, a de que a política não é o local da bondade; segunda: por ter sido triplamente traído pela mulher, com o agravante de que fora ela a executora do plano, facilmente pode-se perceber que a política também não era o local da fidelidade.

Ações premeditadas como as que atingiram Blancato existiam em todas as instâncias. Forjando atos de maneira oculta eram criadas, como ainda criam, no exercício do poder, a desconfiança, a intriga, o “mar de lama” – inerentes ao mundo político. Calúnias e boatos sempre possuem remetentes incertos. Quando se trata de reputações ou empregos públicos, se tornam estratégias para atingir objetivos, já que a garantia e estabilidade das funções dependiam basicamente da confiança entre as partes. Em 1930, o intendente de Caxias comunicava a Flores da Cunha:

científico Vossencia ter Dr. Olmiro Azevedo iniciado hoje inquérito policial referente a carta a mim atribuída que deu margem a demissão João Oliveira Belo, escrivão Exatoria local. Laudo pericial procedido confirma minha assertiva anterior sobre falsidade citado documento. Por isso que valho-me do ensejo para respeitosamente solicitar-lhe readmissão daquele cidadão (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos).¹²¹

As dificuldades administrativas sempre estiveram presentes junto às autoridades republicanas. Os intendentes da região colonial italiana não navegavam em um mar de calmarias, e nas diversas instâncias da vida política as águas também eram revoltas, o que contradiz, ao menos em parte, a velha visão da zona colonial como curral eleitoral do PRR. Se o horizonte para se pensar a política local diz respeito à dualidade situação/oposição, não se conseguirá compreender a dinâmica dos conflitos e nem mesmo o quanto as práticas cotidianas subvertem a lógica dos grandes ideais. Quase no fim do seu mandato, Aurélio

¹²¹ Ainda em Garibaldi, no ano de 1931, encontra-se a seguinte cópia que circulava pela cidade retirada de um artigo do jornal *O Castilhistas*: “**Um tipo canalha.** Há indivíduos que nascem para servir de vergonha, a família e a sociedade. Há aqui em Garibaldi um desses tipos. O indivíduo a que me refiro é um rábula impertinente e covarde, que infelizmente, veio como elemento indesejável que é parar a esta terra generosa, boa. É advogado, sardento, ignorante e mentiroso; gosta de andar às vezes a dar com a cara na mão dos outros. Tem cometido várias desonestidades, ora arrancando folhas de autos, ora fazendo denúncias graciosas. Em suma: é o tipo mais asqueroso que conheço. O referido rábula assemelha-se ao tipo medíocre descrito por ingenieros. – Sendo desleal, o hipócrita também é ingrato. Inverte as fórmulas do reconhecimento, aspira a divulgação dos favores que faz, sem ser, entretanto, sensível aos que recebe. – O referido indivíduo tem recebido muitos favores, grande consideração (coisa que talvez nunca tenha conhecido em sua vida de coisa apagada e sem méritos) e o resultado de tudo isto é desempenhar sempre o papel de tarturfo. Ainda há pouco o referido crápula procurou envolver-me em um crime que não cometi, como bem ficou provado pela justiça, tão covarde, tão indigno mostrou-se o rábula que não teve escrúpulo de se servir de um reconhecido desordeiro para manejo de sua perseguição mesquinha. Felizmente o povo culto de Garibaldi já está a conhecer, de sobejo, as manhas e canalhismo de tal sujeito que vive a se enfeitar com penas de pavão, quando não passa de uma lesma imunda a causar asco a quantos o conhecem” [sic] (AHG, Caixa cartas e discursos, 15 de abril de 1931).

Porto escreve ao presidente do estado, numa clara indicação das contradições da época, as decepções e a dependente necessidade dos favores público-políticos de sobrevivência.

Chegado aqui, soube das acusações que sobre minha honra, desafetos meus levaram ao conhecimento de Vossa Excelência por intermédio do Sr. Cavalheiro do Amaral. Não quero que V. Ex^a me julgue sem defesa, peço-lhe pois, permissão para lhe apresentar oportunamente firmado documentos indestrutíveis, já que, a perícia de V. Ex^a, impressionaram informações adrede preparadas para desviar da autoridade de um atentado vandálico o verdadeiro culpado. Prezo a minha dignidade, mais do que a minha própria vida, e se a mais tempo não respondi as acusações que me fazem, reeditadas hoje pelos mesmos que dela se defenderam, como consta no documento público, é por que aconselhado por V. Ex^a, impassível arrastei a tempestade de ódios e calúnias que há dois anos vem maculando meu nome. [...]. Desejando sair daqui com a maior brevidade, peço a V. Ex^a não esquecer do pedido que lhe fiz, sou sacrificado pelo bem da minha terra em meio a estrangeiros e exploradores, quando para aqui vim, deixando vencimentos iguais aos que aqui percebo, trouxe de economias 5 contos de réis, gastei tudo e ainda mais 6 contos que atualmente devo. Representação do cargo político, defesa dos processos tão injustos nessa terra, me reduziram a essas condições. Tenho quase vinte anos de serviço público em defesa dos ideais republicanos e amanhã, quando sair daqui com altivez e a dignidade de quem não teme, não terei um pedaço de pão para meus filhos [...]. Só peço a V. Ex^a ter em vista que tenho sobre meus ombros o peso de duas famílias, a minha e a de minha mãe, no qual sou o único arrimo na vida (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02240, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 19 de setembro de 1916).

Da mesma forma, o desgaste da vida pública era apontado pelo intendente Carvalho Júnior, de Bento Gonçalves, em relatório apresentado ao Conselho Municipal, em 15 de outubro de 1914.

Hipotecendo-vos o meu eterno reconhecimento, a solidariedade pessoal na disciplina traçada desde o primeiro dia que assumi esse posto de sacrifícios. Devo, porém, dizer-vos que já bastante exausto pelo correr dos anos que entorpece e ofusca os mais atilados espíritos, sinto-me entibiar o ânimo que há 22 anos passados, se me aparecia por outro prisma de salutareas esperanças (AHBG, Livro protocolo de Ofícios (1906-1918), p. 118-119).

Seja por oposições internas ou externas, pelo manejo de aliados ou adversários declarados, a política tinha diversos caminhos, atalhos, desvios. Sem dúvidas, a área colonial italiana contava mais com a fragmentação interna do que com qualquer outro tipo de dificuldade. Divididos em facções republicanas locais, os métodos políticos para contornar crises pareciam ser mais delicados do que simplesmente calar as oposições pela força ou por meio de qualquer outra maneira extraordinária. As acomodações eram sempre temporárias e a sujeira de casa era varrida para baixo do tapete republicano. Certamente, intendentes como Aurélio Porto, Carvalho Júnior, entre outros, entendiam esse mecanismo e o suportavam até o ponto limite de sua ‘dignidade’.

Quando não há um inimigo externo próximo e à espreita, a falta de unidade interna é muito mais difícil de ser alcançada, e a condição política em tal situação é a de administrar

veleidades, ambições que, a todo o momento, rondam o exercício do poder. Se as votações republicanas na região Colonial Italiana, ao menos até a década de 1920, foram maciças, elas foram feitas à custa de muitos desmandos internos, retirada de autoridade e de um profundo desgaste administrativo. O alheamento político regional, portanto, não é verdadeiro. A política apenas ganha outra dimensão, outros contornos. Uma vez engalfinhada em problemas internos, é mais difícil de ser detectada e esclarecida. Seus protestos e nas palavras de ordem precisavam ser abafados quando, por trás do marasmo, unanimidade e calma, um turbilhão de acontecimentos e interesses tornava instável a situação republicana.

No final do período áureo do borgismo, as lideranças do PRR sentiam que algumas mudanças estavam acarretando numa nova direção da política local. Formas administrativas até então adotadas não mais surtiam os mesmos efeitos e as fissuras na estrutura partidária já não podiam ser concertadas com simples remendos. A sociedade regional se apresentaria sob nova perspectiva, o que se tornaria fator decisivo na futura história política da área de imigração italiana.

2.3 As mudanças e seus horizontes: aspectos materiais

Em 1919, o intendente de Caxias, José Penna de Moraes, relatava a Borges de Medeiros:

Busco na medida das minhas forças e ao bem da nossa coletividade política compenetrar-me dignamente das responsabilidades com que me honrais, eis os meus únicos objetivos. Caxias, devo ainda dizer-vos, não é mais uma simples sede de colônia, mas possui uma qualidade de vida urbana mais ou menos intensa, é já uma vasta oficina industrial tendo, uma grande parte de seus habitantes, conquistado a independência econômica no período da guerra. [...]. Não vos digo novidades, lembrando que a preocupação de ordem política, o de a população votar e acompanhar a situação exige, em troca, serviços em solução do necessário progresso e bem estar. A evolução rápida e admirável de Caxias de 1912 para cá, não obstante as cousas que atuaram no sentido contrário, dá-lhe uma feição toda especial criando também necessidades próprias e, tal fato, acarreta para a administração local grande soma de trabalhos e preocupações de toda ordem desde que procure bem cumprir as funções que estão afectas e as solicitações com que em coro repercute em vosso abono (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01376, carta de José Penna de Moraes, Fundo Caxias do Sul, 23 de julho de 1919).

Essa passagem deixa subentendida uma série de questões referentes às mudanças nas feições urbanas, econômicas, sociais e políticas da região. Caxias não foi um caso isolado onde, após quase cinquenta anos do início da imigração, algumas alterações estruturais obrigatoriamente forçariam a uma mudança nas relações de mando e poder. A inabilidade em lidar com as novas condições, em parte, pela não compreensão das transformações em curso,

selaria o destino do antigo modelo administrativo-político na área colonial italiana, abrindo espaço para um lento processo de transição que irá se concretizar apenas ao final da Segunda Grande Guerra.¹²²

A evolução de alguns dados referentes aos municípios estudados pode dar uma primeira noção de como a situação se transformara desde o início da colonização e as primeiras décadas do século XX. Caxias, cidade com maior desenvolvimento regional, apresentava, entre os anos de 1875-1886, uma entrada de mais de 4.000 imigrantes. (GIRON, 1977, p. 32). Em 1883, a estimativa do Diretor da Colônia, Marcolino Moura, era de que essa população fosse de 10.000 habitantes, somente na Vila, fora os que residiam nas linhas do interior – sem sombra de dúvidas, o número era bem superior aos localizados somente na sede. (GIRON, BERGAMASCHI, 2001, p. 64).

Certamente que o incremento rápido da população gerava, constantemente, necessidades novas de acomodações, já que o processo era sustentado a partir de um fluxo imigratório que contava com uma entrada média de 4.000 colonos ao ano. (GIRON, 2005, p. 244). Na colônia Dona Isabel, segundo o relatório do cônsul italiano Pascoale Corte, até o ano de 1884, a população contava com um total de 8.339 habitantes e Conde d'Eu com 6.036 (COSTA, 1992, p. 26, 31). Já no início da década de 1890, o cônsul Eduardo de Brichanteau relatava ter Bento Gonçalves (antiga Dona Isabel) 20.000 e Conde d'Eu 11.000 habitantes. Comparando esses dados, apenas por uma questão de visualização, em 1883, pelo relatório do Cônsul Enrico Perrod, a população colonial, unindo Caxias, Dona Isabel e Conde d'Eu, somava um total de 20.000 habitantes.¹²³ Sete anos depois, esse era o total de habitantes apenas de uma dessas colônias, agora emancipada e rebatizada com o nome de Bento Gonçalves. Embora os dados sejam desconhecidos e incompletos, é nítida a evolução demográfica da região, evolução que não contava apenas com o incremento de elementos italianos, mas, também, em menor número, de suíços, poloneses, alemães, franceses e brasileiros.

Devido à característica do processo de colonização, a maior parte dos habitantes se encontrava distribuída nas linhas. Em Dona Isabel, por exemplo, no ano de 1884 havia apenas

¹²² Evidentemente que não só os fatores internos à própria sociedade local contribuíram para o fato, mas, fundamentalmente, o desenrolar da crise política e econômica dos anos 1920 no Rio Grande do Sul e o desgaste político do governo Borges de Medeiros foram fatores essenciais para a mudança no contexto da região colonial.

¹²³ Os números apresentados por Brichanteau não são, aparentemente, baseados em dados oficiais. A cifra parece ser bastante elevada para esses locais, nesse período. Contudo, os dados oficiais também são bastante duvidosos, pois nem todos os nascimentos eram registrados e o número de novos imigrantes também podia não ser totalmente correto – o Cônsul relatava que, para essas colônias, afluía um total de 600 imigrantes ao ano. Segundo o agente consular, Luigi Petrocchi, Bento teria 20.000 habitantes em 1899, enquanto Garibaldi possuía, nesse mesmo ano, 11.000 habitantes. (COSTA, 1992, p. 19, 51).

195 habitantes da Sede da Colônia, enquanto as três linhas mais ocupadas (Linha Estrada Geral, Linha Palmeiro e Linha Jansen) computavam um total de 4.241 moradores. (COSTA, 1992, p. 30-31).

Isso também ocorria nas outras colônias. É preciso observar, contudo, que, embora em menor quantidade, as populações das Sedes estavam mais concentradas, o que determinava uma dinâmica sócio-espacial um pouco diferenciada das áreas interioranas. Isso não significa, em hipótese nenhuma, a exclusão das últimas do processo político e econômico regionais.

O problema da distribuição da população implicava também nos fatores de locomoção, ou seja, das vias de trânsito que possibilitassem as ligações internas e externas das colônias. O relatório consular de Pascoale Corte, de 1884, já citado acima, ao iniciar sua descrição, comenta: “da 9ª Léguas da Colônia Caxias, atravessando um mato por um estreito caminho, chega-se, após quatro horas de viagem a cavalo, aos confins da colônia Dona Isabel, exatamente na estrada de uma das linhas mais desmatadas e populosas: a Linha Palmeiro” (COSTA, 1992, p. 25). Chegando à referida linha, encontrava-se, então, uma estrada carroçável, cujo percurso de mais uma hora levaria à Sede da Colônia, e desta para a Sede de Conde d’Eu levava-se mais duas horas. Os dois caminhos principais que ligavam as colônias eram a Estrada Geral, “que liga as sedes de Conde d’Eu e Dona Isabel ao porto de São João de Montenegro, no rio Caí, com uma extensão de 57 km por construir” (COSTA, 1992, p. 22-23) e a “Estrada Silveira Martins, que deve ser de grande utilidade, pois passa por uma das linhas mais importantes de Dona Isabel, chamada Palmeiro, e ligará as duas colônias àquela de Caxias” (COSTA, 1992, p. 22-23).

As vias internas, no entanto, se encontravam em péssimas condições, dificultando a comunicação e o escoamento produtivo, exigindo sacrifícios dos habitantes para qualquer tipo de transporte. Em Conde d’Eu, escrevia o cônsul Enrico Perrod em 1883, o tempo para se atingir a sede da colônia, a partir de alguns distritos, era de 6 ou 7 horas, “e não tem outra via de comunicação com a estrada geral, além de um trilho estreitíssimo, apenas praticável, com árvores a cortá-lo, tendo banhados que atingem até a cintura, por demais perigosos sob todos os aspectos” (COSTA, 1992, p. 16). Até o final da década de 1890, esse parece ter sido o quadro geral das vias coloniais. Essa situação determinava uma organização geral do espaçamento social, econômico e político bastante característico, propiciando o surgimento de casas comerciais nas linhas, assim como uma produção artesanal diversificada levando, por

consequência, ao aparecimento de lideranças locais que intermediarão o processo político com os centros do poder estabelecidos nas sedes.¹²⁴

Dona Isabel apresentava em 1883 cerca de 40 casas de negócio, incluindo alfaiates, ferreiros, açougue, sapateiros, fábricas de licores e cervejas, marcenaria, olaria e 60 moinhos hidráulicos. (COSTA, 1992, p. 20). Nos dois anos seguintes, haveria um incremento significativo na sede quando, em 1884, registrava-se 31 estabelecimentos, entre indústrias e comércio e, em 1885, esse número sobe para 49. Em Conde d'Eu, o fenômeno é semelhante: em 1884 havia 38 estabelecimentos, enquanto, no ano seguinte, o número subia para 46. (CAPRARA, LUCHESE, 2005, p. 190). Em Caxias, só no ano de 1884, eram mais de 62 estabelecimentos. (GIRON, BERGAMASCHI, 2001, p. 64).

Até o momento das emancipações, em 1890, não existiam diferenças muito significativas entre as três colônias, embora, é claro, Caxias já se apresentasse como polo de maior desenvolvimento. No relatório de Pascoale Corte de 1884, este afirmava que a produção de Dona Isabel era “maior que a de Caxias em quase tudo, exceto no que se refere ao milho” (COSTA, 1992, p. 28).

O período posterior a 1890, no entanto, apresentará alterações significativas nesse desenvolvimento regional, com Caxias sendo a cidade de maior crescimento, tornando-se o centro dos acontecimentos com grande influência sobre os demais municípios. No ano de 1893, havia, na vila de Caxias, 153 estabelecimentos, entre casas de comércio e indústrias, e no espaço de tempo de dez anos, sua economia iria crescer 34,15%. Em 1900, já eram 223 estabelecimentos industriais e 168 comerciais, contando com uma população na sede de aproximadamente 16.000 habitantes. (GIRON, BERGAMASCHI, 2001, p. 74-75, 85). Tal progresso leva à fundação, em 1901, da Associação dos Comerciantes,

instituição que teve papel fundamental na luta pelos interesses econômicos dos comerciantes da região. Seu caráter reivindicatório permitiu ampliar sua ação em toda a zona das colônias italianas e sua eficácia e competência serviram de modelo para a criação das demais associações nos municípios vizinhos. A Associação sempre agiu com a finalidade de defender os interesses dos colonos com as autoridades públicas e privadas, e liderou os movimentos econômicos e as iniciativas deles derivadas em busca do desenvolvimento da região (HERÉDIA, 2010, p. 119).

¹²⁴ Um caso específico foi o do distrito de Santa Tereza no município de Bento Gonçalves. Em 1913, no relatório consular de Ranieri Pesciolini Venerosi, aparece o seguinte relato: “Todos os lotes coloniais de Santa Tereza, e os demais situados junto ao rio das Antas, embora pertençam ao município de Bento Gonçalves, não possuem um intercâmbio apreciável com a sede: seu caminho mais conveniente para o comércio é o rio, que neste ponto pode ser navegado por pequenas barcas. Santa Tereza fica a um dia de viagem fluvial de Estrela, florescente município alemão situado mais ao sul” [sic] (COSTA, 1992, p. 105). O distrito será foco de resistência e oposição ao PRR na década de 1920, oposição essa comandada por lideranças locais como a família Todeschini, importantes comerciantes locais.

Com órgão representativo próprio, seria evidente que o jogo político se tornaria mais complexo. A associação foi palco, logo no primeiro ano, de atritos envolvendo o intendente Campos Júnior e os interesses dos comerciantes. O fato foi desencadeado pelo aumento de impostos sobre os produtos produzidos pelos colonos e, por consequência, afetaria também os comerciantes. A quebra de braço teria como desfecho a renúncia de Campos Júnior, e mostraria a força da Associação no jogo político local.

A fisionomia urbana também acompanhava as mudanças econômicas. Exemplo disso fora a praça central de Caxias, Praça Dante, que passara por diversas transformações a fim de abrigar os quiosques dos comerciantes, ao mesmo tempo, visando à conservação e ao embelezamento da cidade. O formato atual da praça só será definido em 1944. (GIRON, BERGAMASCHI, 2001, p. 88, 89, 92).

Bento Gonçalves e Conde d'Eu, nesse mesmo período, apresentam crescimento semelhantes entre si. Até o ano de 1903, Bento atingia uma cifra de pouco mais de 17.000 habitantes, enquanto Garibaldi, nesse ano, já emancipada, contava em torno de 12.000 habitantes. Embora as associações comerciais ainda não tivessem surgido – em Bento Gonçalves ela iria ser fundada apenas em 1914 e em Garibaldi em 1924 –, outras formas de organizações, comuns nas áreas de colonização, já apareciam, como as Sociedades de Mútuo Socorro.

No início de 1890, Bento Gonçalves possuía a Sociedade Regina Margarida, fundada em 1882 e estabelecida na sede do município; em 1889, fora fundada outra sociedade, na Linha Jansen e, por fim, na Linha Santa Eulália, fundada em 1890, havia uma terceira sociedade. A da sede era a mais importante e rica. Contava com 120 sócios, uma casa de alvenaria avaliada e 4 contos de réis. Seus sócios pagavam uma mensalidade de 500 réis. (COSTA, 1992, p. 47). Os laços sociais e os vínculos de solidariedade proporcionados pelas sociedades serviram também para manter a identidade italiana entre os colonos, fato aproveitado pelo governo peninsular para estreitar os laços com a antiga pátria. Em Garibaldi, a Sociedade de Mútuo Socorro Stella D'Italia, que fora fundada em 1884, era presidida por Giacomo Canini, Régio Correspondente Consular do Reino da Itália. (GIRONDI, SANT'ANA, 2007, p. 25). Em sua sede se abrigavam os imigrantes antes de se dirigirem aos lotes. Este espaço servia como salão comunitário onde se realizavam festas e reuniões, proteção de doentes, viúvas e demais desvalidos. (AHG, Relatório Biográfico de Abramo Canini). Na falta de instituições brasileiras que fornecessem um suporte assistencial adequado, as sociedades italianas, com seus vínculos liberais e maçônicos, passaram a ter uma

ascendência importante, com relativa influência política, ao menos nas duas primeiras décadas do século XX.

Economicamente, no início do século XX, Bento apresentava mais de 70 estabelecimentos industriais e 18 grandes casas de comércio, as quais se ocupavam da compra e venda de produtos, interna e externamente ao município. A base da economia era, sem dúvida, agrícola. Essa produção chegava a atingir números como os de 49.000 sacos de trigo, 820.000 sacos de milho, 135.000 sacos de feijão, 148.000.000 litros de vinho. A dificuldade, porém, continuava sendo a de escoamento, feito via porto de São João de Montenegro, cujo acesso se dava pela chamada Estrada Geral, num percurso de 78 km. (COSTA, 1992, p. 58).

Embora a produção agrícola fosse apreciável em termos de quantidade, não o era em qualidade. Faltavam conhecimentos e recursos técnicos, os grãos apresentavam pouca resistência a pragas, e o vinho, mal conservado e produzido, tinha um curto tempo de conservação, fato agravado pelas condições ruins de transporte. Devido à força e ao peso da economia agrícola, será fundado, em 1907, no município, o Sindicato Agrícola, “que tinha como finalidade proteger a agricultura, distribuindo aos colonos boas sementes de cereais” (CAPRARA, LUCHESE, 2005, p. 205). Mesmo que esse tipo de associação fosse incentivado pelos líderes políticos locais, nesse caso pelo intendente Carvalho Júnior, e controlado politicamente, já significava algum tipo de organização que necessitava de um mínimo de articulação interna ao redor de interesses comuns, isto é, dos colonos como classe produtiva.

Mais tarde, em nome de um colono bem mais genérico, será montado todo um discurso e uma ação. Esta balizaria a construção da identidade local e da defesa de interesses regionais, ação e discurso catalizados pela Igreja Católica, que empunhará como bandeira de luta a defesa, não apenas dos princípios econômicos, mas também morais e culturais desse colono.

O município de Garibaldi, na primeira década de 1900, foi o primeiro a ser assistido pelo principal investimento regional, o ramal da estrada de ferro que ligava a área colonial a São João de Montenegro. A Estação Férrea de Santa Luíza, localizada no 2º Distrito, posteriormente rebatizado com o nome de Carlos Barbosa, fora inaugurada em 1908 (MIOTTI, 2009, p. 14-15), chegando, dois anos depois, a Caxias. Esse fato significou um investimento de extrema importância, acelerando o ritmo de desenvolvimento geral, ao mesmo tempo em que desencadeava um progresso mais pontual nos lugares em que se estabeleciam as estações. De Carlos Barbosa, a estrada passava pelos distritos de Forqueta e Nova Vicenza, com suas estações, antes de chegar à sede de Caxias.

Pelos trilhos da estrada chegavam também complicações políticas. Como analisado no item anterior, o distrito de Carlos Barbosa, devido à sua força econômica, irá criar enormes inconvenientes para a intendência de Garibaldi. Comerciantes influentes, aliados a funcionários da própria estação, obrigarão os intendentos do município a manobras e negociações políticas mais complexas a partir de então. Mesmo tendo chegado primeiro em Garibaldi, a estação férrea principal se localizava em Caxias, cujo movimento diário era de dois trens, tanto de passageiros, como de cargas. (GIRON, BERGAMASCHI, 2001, p. 99).

Estação Férrea de Caxias, 1910



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul.

Estrada de Ferro chegando à vila de Garibaldi, 1917



. Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Garibaldi.

No mesmo ano da chegada da estação férrea a Caxias, ocorre a elevação da vila em cidade. Já se concentravam aí 55,50% dos negócios, enquanto a zona rural do município respondia por 44,50% dos mesmos. Distritos como Nova Pádua, Nova Trento e Nova Vicenza eram de grande importância. Este último, lembra-se, possuía uma estação férrea, e era um entreposto comercial importante. Nos anos 1930 se emancipará, adotando o nome de Farroupilha. No início da década de 1910, a cidade de Caxias possuía 914 prédios, havia 232 estabelecimentos industriais e comerciais. Além da ferrovia, possuía aproximadamente 60 km de estradas de rodagem que cortavam o município, “contava com 16 carros de praça, 27 carrinhos de passeio, 267 carretas, 70 carroças e 2 automóveis. [...]. A cidade contava ainda com rede telefônica [...] numa extensão de 75.530 km, servindo o 1º, 2º e o 3º distrito” (GIRON, BERGAMASCHI, 2001, p. 100-102).

Em 1915, a indústria respondia por 43% da riqueza, incluindo ramos como têxteis, indústria moageira, metalúrgico, bebidas, madeireiro, entre outros. (HERÉDIA, 2010, p. 122). O rápido crescimento atraía também o capital financeiro; a energia elétrica, a princípio

fornecida a empresas privadas, passou a ser usada na iluminação pública, e algumas casas comerciais ampliaram seu horário de atendimento. A vida noturna começa a se modificar com teatro, posteriormente cinema, facilitando a saída dos habitantes à noite. (GIRON, BERGAMASCHI, 2001, p. 96). Durante os anos 1910, Caxias ultrapassou a marca dos 20.000 habitantes, sendo que 20% deles viviam na área urbana. Próximo à década de 1930, sua população ultrapassava os 30.000, com cerca de 30% habitando na cidade. O incremento econômico e populacional acabava por criar situações novas. A burguesia industrial – só para citar alguns nomes: Abramo Eberle, Hércules Galló, Aristides Germani, Amadeo Rossi e Evaristo De Antoni – dirigiam empresas que empregavam uma pequena massa de operários.

Grupos étnicos como os lusos¹²⁵ passaram a imigrar para a cidade, provenientes de famílias operárias, ocuparam-se da tanoaria, abastecendo a indústria vinícola com barris. As greves que ocorreram no Rio Grande do Sul em 1917 também atingiram Caxias. Operários ferroviários encabeçavam a paralisação, que agregou outros pequenos grupos locais. O movimento operário, mesmo tibiamente, também chegara à cidade. (TISSOT, 2010, p. 162, 164, 175). Márcia Sanocki Stormowski aponta alguns fatores que propiciaram a Caxias se tornar o centro do desenvolvimento regional. Segundo a autora, a diversidade produtiva permitiu à economia local enfrentar crises ora apoiando-se em um ramo, ora em outro e,

a proximidade de Caxias das ex-colônias alemãs, principalmente do município de São Sebastião do Caí, lhe permitiu inserir-se em um mercado regional já previamente estruturado. Em poucos anos, a localização de Caxias revelou-se privilegiada por ficar a meio caminho entre as ex-colônias alemãs e as colônias italianas novas, criadas à margem direita do rio das Antas, durante as décadas de 90 e primeira de 1900 (STORMOWSKI, 2010, p. 137).

Além dos citados, outros fatores foram fundamentais para que Caxias se tornasse o centro da região de imigração italiana, como a capacidade de mobilização de suas classes dirigentes se sobrepondo às rivalidades políticas internas, permitindo que as autoridades governamentais fossem pressionadas. Esse ato acabou atraindo para aí investimentos importantes, como a Ponte do Korff, em 1904, ligando Caxias aos Campos de Cima da Serra; a já mencionada estrada de ferro, cujo trajeto original previa sua passagem de Carlos Barbosa para Bento Gonçalves, mas que foi desviada diretamente para Caxias em 1910; e, por fim, a estrada de rodagem BR-116, cujo traçado original também não contemplava a passagem pela cidade, mas que, posteriormente, acabou sendo desviada para o local. Enfim, as principais obras de infraestrutura foram atraídas para o município, o que lhe deu condições de uma base

¹²⁵ Sobre o tema ver: KLEIN, Cleci Eulália Favaro. *De Bairro Lusitana a "Zona Tronca": Presença dos Portugueses em Caxias do Sul, 1911-1931*. Dissertação de Mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1984.

mais sólida para o seu futuro desenvolvimento. (GIRON, NASCIMENTO, 2009, p. 37-39, 42-43).

Garibaldi, desde 1911, possuía serviço telefônico com estações em cada sede de distrito. Em 1912, o Banco Pelotense instalou 3 agências: uma na vila, uma no Distrito de Carlos Barbosa e outra na linha Borghetto. A cidade contava com 164 prédios e novos traçados urbanos se faziam necessários. Várias ruas foram abertas, muitas delas macadamizadas, com colaboração de um filho de imigrante, Manoel Peterlongo Filho, engenheiro e agrimensor. Sua família será uma das pioneiras na industrialização da cidade, produzindo um dos primeiros espumantes nacionais. (MIOTTI, 2009, p. 17).

Com uma população de 17.000 habitantes em 1913, havia 200 casas de negócio, porém eram poucos os comerciantes ricos. A indústria, em geral, apresentava os melhores rendimentos e, embora a produção agrícola fosse considerável, a maioria dos colonos vivia com apenas o necessário. (COSTA, 1992, p. 102). A indústria vinícola era a que mais se destacava. Entre as empresas mais importantes, encontravam-se: Fracalanza Companhia, Antônio Paganelli & Cia, Irmãos Maristas (Colégio Santo Antônio), Armando Peterlongo. (GIRONDI, SANT'ANA, 2007, p. 40). Já não se percebe a mesma diversidade de Caxias e as crises cíclicas por que o setor vinícola passava, superprodução aliada à baixa qualidade e baixo preço do produto tendo, nesse período, que concorrer com a falsificação de vinhos feita em São Paulo, sempre colocavam em suspenso a economia local. As saídas eram buscadas na melhoria qualitativa do produto, na introdução de novas castas e técnicas de produção, que pudessem minimizar a defasagem e agregar valor à bebida. Durante a década de 1910, as exposições e os concursos de uvas se tornarão comuns, não apenas em Garibaldi, mas também em Caxias e Bento Gonçalves.

Este último município, no mesmo período, também registra a implantação de infraestrutura capaz de sustentar o crescimento constante. Em 1911 havia mais de 400 estabelecimentos, incluindo indústria, comércio e serviços, além de diversos outros projetos em andamento, segundo o intendente Carvalho Júnior. O mesmo nutria uma certa expectativa, num tom também de lamento, pela vinda da estrada de ferro desviada para Caxias. Em 1912, uma agência do Banco Pelotense se instala na vila, assim como as estações meteorológicas e de sericicultura. Solicitações de investimentos em uma usina hidroelétrica municipal também faziam parte dos projetos de base para a localidade. (CAPRARA, LUCHESE, 2005, p. 210-212).

A indústria vinícola era a mais forte, sendo que entre as principais estavam: Augusto Pasquali e Irmãos, Paolo Salton Irmãos, Allegretti e Companhia, Dal Molin Irmãos, Lorenzo

e Orazio Mônaco. Vale acrescentar que esses estabelecimentos, mesmo que tivessem no vinho seu principal produto, produziam também queijos, salames, entre outros produtos de origem animal. Havia, ainda, destaque para a Fundação e oficina mecânica Farina, setor da metalurgia, Fasolo e Companhia, no couro calçadista, Cogo Irmãos, empresa voltada para a tanoaria. Juntas, empregavam mais de 200 operários. (CAPRARA, LUCHESE, 2005, p. 225-278).

Em 11 de agosto de 1914, é fundada a Associação Comercial, cujo objetivo principal era conseguir a extensão da estrada de ferro até a vila. A burguesia local passa então a empenhar parte de seu capital em auxílio ao governo do estado na empreitada.¹²⁶ Através de Antônio Casagrande, principal porta-voz da Associação, que representava a indústria vinícola principalmente (BIAVASCHI, 2011, p. 282), as pressões junto ao presidente Borges de Medeiros eram cada vez maiores. Em setembro de 1917, os trilhos alcançavam a vila de Garibaldi, e em agosto de 1919, finalmente, o ramal Carlos Barbosa – Bento Gonçalves estava concretizado. (DE PARIS, 2006, p. 173-174).

Encerrava-se um problema, iniciava-se outro – como sempre, o progresso cobrava seu preço. Em 1920, Carvalho Júnior reclamava mais segurança para o município, devido ao grande contingente de trabalhadores que atuavam na construção da estrada. Segundo ele, “tais homens em geral dotados de índole má, rudes, adaptados em outros meios e costumes que profundamente divergem dos desta ordeira e pacífica zona colonial, ameaçam conturbar a ordem pública” (CAPRARA, LUCHESE, 2005, p. 301).

De um modo geral, os anos 1920 iniciariam sob uma promissora perspectiva. Nas comemorações do cinquentenário da imigração, os signos do progresso material eram visíveis nas antigas colônias. O álbum comemorativo é uma compilação de dados a demonstrar todos esses avanços. Figuras de destaque do mundo econômico e político ganham relevo, assim como as empresas, seus estabelecimentos e maquinários, as áreas urbanas e suas construções. Entretanto, a expansão desse espaço – urbano e econômico – haveria de criar, forçosamente, novos problemas para os poderes administrativos. Reformas tributárias e dos códigos de

¹²⁶ Em carta a Borges de Medeiros, o intendente Carvalho Júnior transcreve o teor da reunião ocorrida em Bento Gonçalves para tratar do ramal férreo, registrando o discurso proferido por Antônio Casagrande na ocasião: “O governo chamou a si a construção do ramal de acordo com a ata de 20 de março de 1915. Em vista dos prestamistas de apólices terem o seu capital disponível a mais de um ano, apesar de o governo do estado ter continuado até a presente data os estudos do traçado da futura via férrea, a maioria absoluta dos prestamistas manifestaram desejo de saber quando seriam iniciados os trabalhos de construção, tendo em vista que, em caso de não ser levado efeito a mesma construção, podiam empregar seus capitais de modo mais rendoso. Os prestamistas presentes manifestaram-se de pleno acordo com as considerações feitas e deste modo, se o governo do estado não possa levar a efeito os melhoramentos prometidos, ficassem eles a cargo dos dois municípios mediante concessão já solicitada” [sic] (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00431, carta de Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior. Fundo Bento Gonçalves, 26 de janeiro de 1916).

posturas geravam reclamações, a não adequação às novas regras e as multas daí resultantes passaram a ser constantes desde a década de 1920. Em Caxias, o Código Administrativo de 7.12.1920, além de questões regulamentares comerciais e industriais e funcionamento dos serviços públicos básicos, tratava detalhadamente das construções, regras internas e externas das estruturas dos prédios, organização das vias públicas e penalidades. (AHMJSA, Código Administrativo, 1920, p. 27-44).¹²⁷

O Código Administrativo de 1927, por sua vez, abordava basicamente só as regras de edificações e ordenamento urbano. (AHMJSA, Código Administrativo, 1927).¹²⁸ Da mesma forma isso acontecia com os Códigos de Posturas de Bento Gonçalves e Garibaldi. Em Bento Gonçalves, por exemplo, o intendente João Baptista Pianca, em 1925, redefine os limites urbanos dos suburbanos do município, “entendendo que há necessidade de distinguir a área central da Vila, a qual pela sua importância não pode ser igualada ao resto, a fim de serem melhor aplicadas certas disposições da Lei do Orçamento e do Código de Posturas em elaboração” (AHBG, Livro de Atos Municipais 1924-1927. Ato nº 26 de 29 de abril de 1925, p. 29). Boa parte dos novos limites tinha por referência a Estação Férrea, o que bem demonstra o significado do progresso que a mesma representou.¹²⁹ Um novo ato, decorrente das novas regras, foi o “serviço de remoção de lixo, como medida de higiene imprescindível, principalmente na zona urbana desta Vila. (AHBG, Livro de Atos Municipais 1924-1927. Ato nº 29 de 11 de maio de 1925, p. 31).

As medidas sanitárias, integrantes do discurso político-civilizatório, são comuns e cada vez mais importantes na época. Cabe salientar que saúde pública era também termômetro do progresso. O asseio público, conservação, limpeza, cercamento e recuos dos terrenos e prédios passaram a sofrer um maior rigor da fiscalização. Profissionais da saúde passam a fixar moradia na região e se tornarão figuras importantes no cenário político local. Rômulo Carbone, em Caxias; Bartholomeu Tacchini, em Bento Gonçalves; Júlio Motti, em Garibaldi, entre outros, serão nomes que polarizarão tendências e movimentos. Figuras de

¹²⁷ Disponível em <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=18711&p=0>.

¹²⁸ Disponível em <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=18711&p=0>.

¹²⁹ Os limites estabelecidos eram: “A zona urbana fica limitada: Norte: as propriedades do lado norte da rua Assis Brasil, a partir da rua Fernando Abbott, até entroncar com a Marechal Deodoro e desta até as propriedades do Sr. José Marcon e José Sartori, inclusive. As propriedades da Estrada Buarque de Macedo, do lado norte, até a rua 20 de Setembro e desta, até as propriedades de José Enriconi, dos dois lados, a face norte da Rua Buarque de Macedo, da rua 20 de Setembro até o viaduto da Via Férrea. Sul: Uma parte do leito da Viação Férrea até encontrar o ramo leste do triângulo da reversão. Oeste: A linha da Viação Férrea. Leste: O ramo leste do triângulo de reversão até entroncar com a estrada de Santo Antônio, e desta, pelo lado norte, até a rua Marechal Deodoro; a face leste desta até a rua General Osório; da rua General Osório até a rua Fernando Abbott e desta, pela face leste, até a rua Assis Brasil” (AHBG, Livro de Atos Municipais 1924-1927. Ato nº 26 de 29 de abril de 1925, p. 29).

respeito, capazes de influir socialmente pelas suas vinculações étnicas, estarão incluídos no bojo de reformas urbanísticas que contavam com construções de hospitais ou casas de saúde que, invariavelmente, precisavam da mobilização popular e institucional para a concretização dos projetos. Essas mobilizações geravam disputas, atritos, interesses. Enfim, a nova disciplina urbana seria agora um novo elemento de potenciais conflitos. Além disso, o crescimento das cidades em termos geográficos revelava problemas quanto aos limites de propriedades, traçado das vias públicas, sobras de terrenos urbanos ou apropriação indevida dos mesmos, o que servia para ampliar o rol das novas complicações.

Em Garibaldi, no ano de 1925, Luiz Nicola, morador do Segundo Distrito (Floriano Peixoto), reclama que a intendência havia se apropriado de 300 m² de um terreno seu, localizado na Vila do município, situado na Rua Júlio de Castilhos esquina com Saldanha Marinho. A apropriação, feita ainda na administração de Manuel Marques da Silva Acauan, em 1917, ocupara os fundos do terreno indevida e ilegalmente, “abastecendo-se desde logo da água do poço ali existente, onde construiu uma pequena casa de madeira para resguardar a respectiva bomba que eleva a água para o depósito da Usina Elétrica Municipal” (AHG, Caixa 26, requerimento de 26 de junho de 1925). Nicola, alegando o direito à propriedade, desrespeito ao Código Civil e Comercial, exigia ser indenizado como proprietário que era, observando que, por muito tempo, a intendência explorava livremente não só o terreno, como a água, sem nunca se preocupar em entender-se com o proprietário. Acrescentava, ainda,

que a apropriação indébita das ditas terras tem acarretado enormes, incalculáveis, grandes prejuízos ao seu dono, pois, ocasiões diversas tem perdido de vendê-las em condições vantajosas, por motivo dos pretendentes alegarem que não desejam, na frase vulgar, comprar questões (AHG, Caixa 26, Requerimento de 26 de junho de 1925).

A resposta do intendente Jacob Nicolao Ely foi: “oportunamente será solucionado o assunto, como é de justiça, sem onerar o erário público municipal, visto ter referido, também, a parte pública defender seus interesses”.

Em Caxias, da mesma forma, as novas regras e o ordenamento urbano eram alvos de desentendimentos. Em 1924, encontra-se o seguinte documento:

Os abaixo assinados, vem perante V. S. pedir o obséquio de resolver, como de justiça, o seguinte caso: Que sendo proprietários de um terreno situado no prolongamento da Rua Marechal Floriano Peixoto, e querendo fechar com cerca a frente do dito terreno, foram obstados pelo Sr. Inspetor das Obras Públicas, alegando ele que pelo alinhamento da rua temos que retirar a cerca aproximadamente a três metros para o interior do terreno. Conforme se verifica pela escritura de compra e informações prestadas pelo ex-proprietário do terreno a Rua Marechal Floriano no seu prolongamento só tem 19 metros de largura, parte esta que foi cedida para a rua

gratuitamente pelo então proprietário (AHMJSA, Requerimento de 10 de janeiro de 1924).

Pouco mais de dois meses depois, o Inspetor de Obras Públicas respondia:

Em obediência ao despacho cumpre-me informar o seguinte: quando foi feito o prolongamento da rua Marechal Floriano, o ex-proprietário dessas terras deu gratuitamente uma faixa de 19 metros de largura para ser aberta a rua. A rua Marechal Floriano na parte antiga da cidade tem, porém, 22 metros de largura. O peticionário que comprou as terras que atualmente possui naquela rua com a confrontações pela rua Marechal Floriano e de acordo com a área da escritura, avançou 3 metros sobre o projeto da rua, isto é, ficou no alinhamento de 19 metros. Quando construíram as casas, eu fiz ver aos proprietários que não é conveniente de edificar fora do alinhamento quando a intendência desapropriar a faixa de 3 metros. Eles prontamente atenderam o pedido. Mais tarde eles fizeram os cordões e sarjetas e querendo eles cercar o terreno, eu novamente pedi que não fechassem para evitar reclamações dos transeuntes. Este meu pedido originou o presente requerimento. Eles estão de acordo de deixar aberta a rua, uma vez que a intendência se comprometa a desapropriar o terreno respectivamente indenizando-os (AHMJSA, Declaração de 13 de março de 1924).

Em Bento Gonçalves,¹³⁰ Vicente Crivello reclamava da lotação de diversos impostos, argumentando:

1º Que o prédio desocupado do qual se lhe quer cobrar o imposto da falta de reboque é uma ferraria velha, de material, sita na rua quase deserta como o é a Fernando Abbott, existindo na cidade, muitas ferrarias, de madeira, sem pintura, que não pagam impostos que se lhe quer cobrar e que por isto deve tal tributação ser cancelada. 2º Que as estimativas dadas aos terrenos do requerente é exorbitantemente elevada por serem terrenos sitos na até ontem, pode-se dizer, zona suburbana da cidade, sem cordão em ambas as frentes, pelo que o valor máximo que pode-se dar ao referido terreno, na parte não edificada seria, no máximo de 20 contos e essa prefeitura o avaliou em 65 contos; 3º que é absurdo cobrar a prefeitura a falta de cerca antes de mandar colocar o cordão da calçada, pois o proprietário, aguarda tal melhoramento para levantar os muros e fazer a calçada. Só depois que existirem os cordões referidos é que a prefeitura pode exigir o pagamento do imposto por falta de cerca (AHBG, Requerimento de 5 de junho de 1939).

Nesse caso, as reclamações foram julgadas improcedentes, mantiveram-se as multas e fez-se cumprir o Código de Posturas. No mesmo sentido, o proprietário Henrique Cislighi, dono de um hotel (Hotel Primavera), reclamava da alta taxa cobrada, cujo valor superava o dobro do ano anterior. Segundo Cislighi,

Que dado o fim a que se destina o prédio (hotel), constituindo uma casa pública, e tendo presente a topografia do terreno, não é possível arrumar completamente a frente, sem deixar passagem para veículos, devendo, assim, de metragem sujeita a imposto, ser deduzida não só aquela que se destina à passagem como também aquela outra parte que já está com muro. Que a frente de sua propriedade dá para a rua Saldanha Marinho, lotada como não possuindo cerca de vedação, possui, efetivamente dita cerca, como fácil é verificável. Que, por outro lado, o valor atribuído ao terreno que dá para a predita rua S. Marinho é excessivo, tendo-se

¹³⁰ Embora a maioria dos casos encontrados em Bento Gonçalves datem do final da década de 1930, supõe-se que na década de 1920 eles já existissem. De qualquer forma, ainda assim, fazem parte do contexto aqui estudado.

presente não só as condições da referida rua, como ainda que o fundo do mesmo terreno é insignificante, não comportando construção de vulto ou idênticas mesmo a que serve de moradia para o suplicante (AHBG, Requerimento de 6 de junho de 1939).

Ainda em Bento Gonçalves, um caso bastante complicado fora o da desapropriação, por utilidade pública, de um prédio pertencente a Attilio Perosi e sua mulher, Argentina Frare. Devido à necessidade de alargamento da Rua Marechal Deodoro, principal rua da cidade, e que apresentava um tráfego intenso, o prédio devia ser demolido¹³¹ e, por convenção amigável, a indenização acertada entre a prefeitura e os proprietários era de 15 contos de réis. (AHBG, Projetos de lei nº 6 e 7 de 20 de outubro de 1938). Contudo, os acertos feitos pelo prefeito Orestes Tregnago não foram aceitos pelo prefeito seguinte, Major Menna Barreto, e a questão se arrastara por mais de dois anos antes de ser resolvida. O proprietário então procurara a justiça para uma avaliação judicial a qual, após a vistoria, avaliara o imóvel em 23 contos, agravando a situação da prefeitura. Iniciara, então, uma luta judicial e de interesses. Pela avaliação judicial, o imóvel poderia ser habitado e não havia a necessidade de demolição, apenas algumas reformas que o alinhassem ao traçado da rua e melhorassem suas condições higiênicas eram necessárias. Por seu lado, a prefeitura não liberava as reformas e, ao mesmo tempo, cobrava os impostos referentes à falta de cumprimento das normas estabelecidas pelo Código de Posturas Municipal. No relatório que descrevia as condições da casa, os engenheiros municipais assim se referiam:

No dia 17 do corrente mês procedi, em companhia dos Srs. Edalo Michelin e Octávio Reali, a uma minuciosa vistoria do prédio do Sr. Perosi, sito à rua marechal Deodoro. Desta vistoria resultou o seguinte laudo: na parte externa do prédio nota-se, a primeira vista, a falta de segurança das paredes, destacadamente a dos fundos e lado oeste, que é feita, em grande parte, com pedras irregulares e brutas, juntadas com um simples barro e completamente fora de prumo. A parede dos fundos apresenta grande desaprumo, motivada pelo deslocamento causado por empuxos, aos quaes a argamassa de barro não pode resistir. A escada de comunicação com o primeiro andar oferece sério perigo de desabamento, pondo, portanto, em risco a vida dos inquilinos que lá residem. É tão notório esse perigo que, ao galgá-la, foi-me especialmente chamada atenção, para que eu tomasse as devidas precauções. Deste prédio, que não é somente moradia do proprietário, mas sim habitação coletiva, não satisfaz os mínimos requisitos exigidos para taes casas, quanto a higiene. Além da falta de altura dos compartimentos, que é de dois e meio metros, tem pouco arejamento, tornando as peças abafadíssimas, pela falta de ventilação. O assoalho da parte térrea senta diretamente sobre a terra, não havendo camada de concreto isolante para tornar impermeabilizado. O telhado, de beira saliente para a rua, é de

¹³¹ “Tendo verificado, por vistoria feita no dia 17 do corrente mês, no prédio de vossa propriedade, sita a rua Marechal Deodoro, as péssimas condições em que se encontra a referida habitação, quanto a sua estabilidade de higiene, sendo, de acordo com o laudo, impossível executar obrar com o fito de melhorar as condições do prédio, notifico-vos que, cumprindo disposições do artigo 197 e seus parágrafos, do código de posturas Urbanas, deveis proceder à demolição do mesmo, tendo para isso um prazo de quinze (15) dias, a contar data da presente notificação. Tendes direito a recurso suspensivo para o Prefeito e dentro de três (3) dias, conforme § 6º, artigo do C. P. U., exigindo nova vistoria arbitral” (AHBG, Notificação 24 de maio de 1938).

taboinhas falquejadas e apodrecidas, apresentando um aspecto que é conhecido e furtivamente criticado pelo povo. Não existem calhas para a água pluvial (AHBG, 1940).¹³²

Observa-se que a construção fazia parte do primeiro conjunto arquitetônico da cidade. Seu alinhamento, portanto, estava fora do traçado da rua que se pretendia reformar.¹³³ Ao final, o prédio fora mesmo demolido e o proprietário indenizado em 15 contos e 800 mil réis. Porém, o caso mais interessante envolvendo as novas problemáticas urbanas ocorreu em Caxias no ano do cinquentenário, e foi durante os festejos que uma parte do episódio se desenrolou. A solicitação de indenização encaminhada para o Conselho Municipal no ano de 1929 envolvia o intendente Celeste Gobbato e o cidadão Tarquinio Zambelli.¹³⁴ A origem de tudo se dera quando Zambelli fora solicitar a Gobbato a abertura de um boeiro em frente à sua casa, a fim de evitar alagamento e umidade na residência, segundo as prerrogativas da higiene e saúde pública. Após espera de vários meses, e muitas promessas, o engenheiro municipal aparece para fazer a vistoria e, seguindo orientações do próprio Zambelli, dá ordens para o início do escavo e drenagem do local. Quando a obra estava pela metade, Gobbato ordena o seu cancelamento, e sugere ao proprietário fazer o boeiro na propriedade do vizinho, ao invés da via pública. “A essa insana proposta, fiquei assombrado. Fazer um boeiro que passa por baixo da casa do vizinho, para deixar do trabalho metade feito na rua. Não dá pra ver claro que era uma (trama) cilada que me queriam armar?” (AHMJS. Requerimento de indenização de Tarquínio Zambellari ao Conselho Municipal, 19 de junho de 1929). Mesmo instando aos fiscais sobre a inconveniência da obra, o boeiro fora fechado, a rua levantada até a altura da porta da casa, que agora era constantemente inundada por “água pútrida e enxertada de todas as pestes”.

Inconformado com a situação, Zambelli aproveita os festejos do cinquentenário para publicamente exigir satisfações. A exposição dos fatos é feita da seguinte forma:

Por ocasião dos festejos realizados do Cinquentenário da Imigração Italiana, aproveitei a visita do S. Exllcia. Embaixador Barrone Montagna, nesta cidade, e para dar-me a conhecer, lhe apresentei o livrinho de pensão de guerra; observou e depois disse: mas esse serviço é dos cônsules... E eu respondi que pouco nada se interessam. Mas como não se interessam? Então acrescentei; que como se vê, no livrinho consta que o meu HEROE morreu na retirada de CAPORETTO, e daquela data decorreu oito anos, e tenho recebido somente quatorze meses, e S. Exa. com

¹³² (AHBG, Processo movido pela Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves para demolição do prédio residencial do Sr. ATTILIO PEROSI, 1940).

¹³³ As áreas urbanas da Região Colonial foram determinadas segundo projeto clássico traçado como tabuleiro de xadrez. A implantação desse projeto, muitas vezes, ignorava as condições topográficas dos terrenos, gerando conflitos e problemas. Sobre o tema, ver: (Nascimento, 2009, p. 126-127).

¹³⁴ Tarquínio Zambelli foi um destacado santeiro da região tendo chegado a Caxias por volta de 1883. Realizou obras em igrejas locais e da capital do estado.

mais ressentimento! E os cônsules nada fizeram? Depois disso apenas tive tempo de dizer-lhe que eu fui e continuo a ser o homem perseguido e abandonado de toda autoridade. Neste instante, todas as pessoas que nos circundavam fizeram um sérra, sérra, para fazer confusão. E aí, vejamos um Giulio Bozzano, Vice Cônsul da Itália em Porto Alegre, a levantar a voz, sem saber o que se dizia, pois vejamos um Vincenzo Moro, gerente do Banco Francês & Italiano, de Porto Alegre, descarnando-se e esforçando-se com o dizer, que o Banco Francês & Italiano é autorizado a fazer aquelas operações e que não precisa ordens consulares, e que em qualquer filial no ato de me apresentar teriam me pagado pontualmente; vejamos por fim o intendente Gobbato, também engenheiro a fazer a sua parte de mentiroso dizendo-me: mas Zambelli, crê que lhe quero mal? Um homem como o Sr. que tanto fez pelo progresso desta cidade e conhecido por um homem de alta fama?... E muitas outras belas palavras lisongeiras e eu retirando-me um passo, lhe aponte o dedo, dizendo-lhe: As suas ações desmentem tudo o quanto terminou de dizer. Ficou quieto um instante a essa minha franca resposta e pois me repete: mas Zambelli, se é por isso, aquilo, aquele outro, se pode tudo remediar, verá, qualquer dia irei à sua casa e tudo será combinado em sua vantagem... No entanto S. Exlclcia. o embaixador tinha tido a vantagem de ir-se inscientemente. E o Gobbato, não só deixou de fazer ver para não manter a sua promessa, mas andava pensando a maneira de vingar-se. E assim fui eu imediatamente com o livrinho na mão, apresentar-me a esta filial do Banco Francês & Italiano, mas aquele gerente sorrindo me disse que não era possível sem a ordem do cônsul. Uma verdadeira cena de saltimbancos, ordume de personagens que se exaltam dignos do mais alto respeito, no entanto são dignos do mais vil desprezo (AHMJSA, Requerimento de indenização de Tarquínio Zambellari ao Conselho Municipal, 19 de junho de 1929).

Após esse fato, Zambelli segue discorrendo sobre os infortúnios e o plano de vingança de Gobbato. Em março de 1926, quando se dirigia para casa, foi interceptado por guardas municipais, que o conduziram até a intendência, submetendo-o a um rápido interrogatório. Quando chegara em casa, não encontrara ninguém, estando esposa e filhos recolhidos na casa do vizinho, chorando e apavorados. Fica sabendo então que o subintendente estivera em sua casa para averiguar a denúncia de que seus filhos eram alvo de maus tratos e permaneciam acorrentados. Sua mulher, que havia dado à luz há poucos dias, apresenta os filhos, sendo que o mais velho ficara de tomar conta do recém-nascido, enquanto ela fazia a limpeza da casa. O subintendente arranca dos braços do filho maior de oito anos o bebê e o entrega nos braços da mãe, enquanto observa que o mesmo estava atado frouxamente com uma corrente nos pés. Assim, o leva até a delegacia, fotografando-o. “A fotografia foi colocada na galeria dos delinquentes (para mostrar a sua intenção), com qual crueldade um pai maltrata os próprios filhos. Vergonha escandalosa que mostra a sumidade da perseguição” (AHMJSA, Requerimento de indenização de Tarquínio Zambellari ao Conselho Municipal, 19 de junho de 1929). Naquele mesmo momento, sua esposa seguiu o carro da guarda a pé, e diante de tais atos protestou desesperada contra o subintendente, que a teria ofendido e dado ordem de prisão. Sua libertação só fora conseguida pela intervenção do Dr. Rôulo Carbone, Vice Cônsul da Itália.¹³⁵ Como resultado de tudo isso, sua esposa permaneceu dois anos

¹³⁵ A influência e importância de Carbone serão tratadas no próximo capítulo.

adoecida, sem conseguir alimentar o recém-nascido, o que também acarretou doenças para o bebê. Sua casa se encontrava em péssimo estado, os armários mofados, assim como as roupas, madeirame apodrecido. A família havia ficado privada de rendimentos, a mãe com saúde debilitada, com gastos enormes em medicina, terreno desvalorizado, entre outras dificuldades e prejuízos. Dessa forma, requeria-se uma indenização por danos materiais e morais no valor de (100:000\$000) cem contos. O caso, desencadeado por um simples boeiro, acabou ganhando dimensões bastante significativas.¹³⁶ Zambelli atribui os fatos a um desejo de vingança contra ele, mas não expõe o que teria motivado, por exemplo, o intendente Gobbato a retroceder na construção do boeiro da rua para o terreno vizinho, apenas indica ser esse ato parte de um plano premeditado para prejudicá-lo. No entanto, o que aparece posteriormente vai muito além de uma mera obra pública - a afronta pública ao poder institucional, não apenas de um dirigente local, mas de autoridades italianas num dos momentos mais significativos da história regional até aquele período. A forma como se referia ao intendente, “o Gobbato”, e aos representantes italianos, “saltimbancos”, “dignos do mais vil desprezo”, tanto que imputava também a eles os crimes de perseguição. “Sou pai de um *heroe*, sou coberto de glórias, de honras e benemerências, e afronto impávido a morte...”, bradava Zambelli a Gobbato. Esse é, sem dúvidas, um indício evidente de que havia um certo mal-estar entre todos os discursos das comemorações e as práticas políticas propriamente ditas. Mais do que isso, esse fato fornece subsídios para se colocar outras questões importantes que a década de 1920 terá de absorver no jogo do poder: as questões da identidade e suas políticas com todo o cabedal que lhes pertence – diplomacia italiana, Igreja Católica, sistema educacional, código de valores, etc. Para resumir, os cinquenta primeiros anos de imigração não se deram apenas por mudanças materiais, mas também espirituais.¹³⁷

¹³⁶ Embora o processo credite as desavenças ao problema da obra na via pública, Tarquínio Zambelli certamente era movido pela indecisão ou incapacidade das autoridades em resolver o problema da indenização que deveria ser paga a ele pela morte do filho na referida batalha de Caporetto.

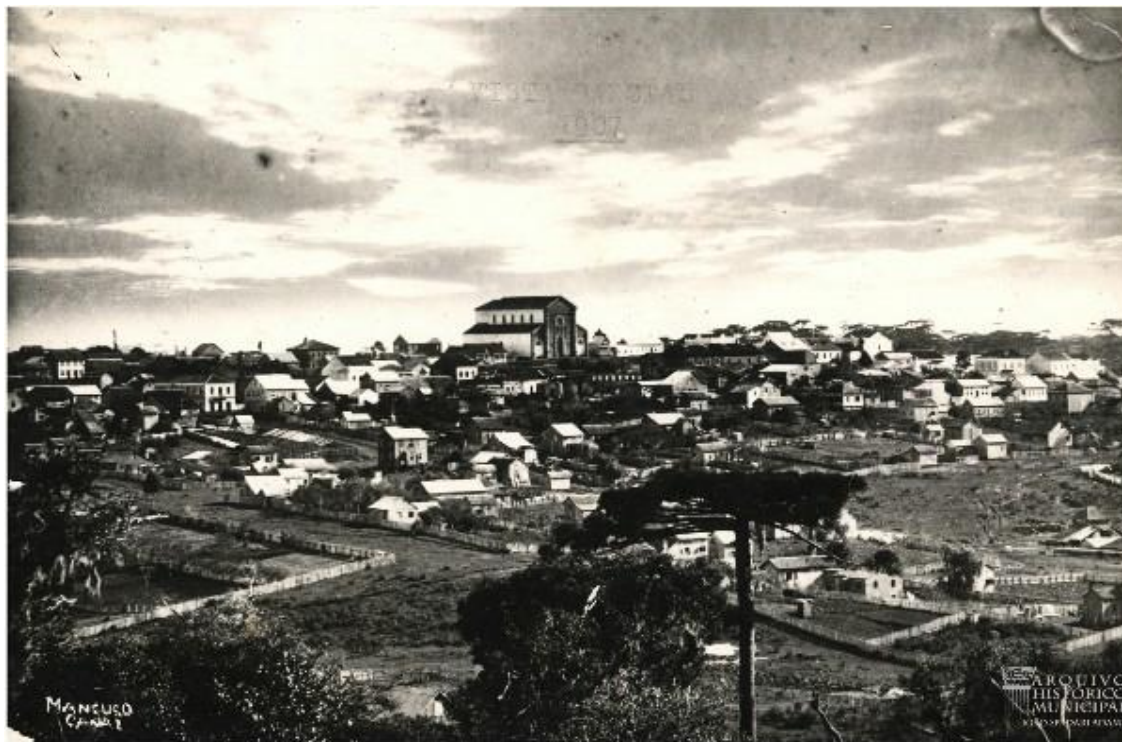
¹³⁷ Nas páginas seguintes serão apresentadas fotografias que procuram demonstrar as modificações urbanas das cidades estudadas. A seleção das imagens foi baseada, em primeiro lugar, no critério de tempo procurando apresentar as transformações do espaço urbano desde o final do século XIX até o início da década de 1940, período compreendido pela análise do atual item. Em segundo lugar, optou-se por ângulos mais panorâmicos das cidades que pudessem mostrar essas alterações em seu conjunto ou mais próxima desse conjunto.

Avenida Júlio de Castilhos, 1891



Fonte: Acervo Arquivo Histórico municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul.

Vista da cidade de Caxias, 1910



Fonte: Acervo Arquivo Histórico municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul.

Avenida Júlio de Castilhos, Caxias, 1930



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul.

Vista aérea da Praça Dante, Caxias, 1937



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul.

Garibaldi, 1878



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Garibaldi.

Garibaldi, 1904



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Garibaldi.

Garibaldi, 1916



Fonte: Acervo do Arquivo Municipal de Garibaldi.

Garibaldi, década de 1920



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Garibaldi.

Garibaldi, 1938



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Garibaldi.

Bento Gonçalves, 1895



Fonte: Acervo do Museu Municipal Casa do Imigrante.

Bento Gonçalves, década de 1910



Fonte: Acervo do Museu Municipal Casa do Imigrante

Bento Gonçalves, início da década de 1920



Fonte: Acervo do Museu Municipal Casa do Imigrante.

Bento Gonçalves, 1941



Fonte: Acervo do Museu Municipal Casa do Imigrante.

2.4 Transformações culturais: ideias e projetos entre ajustes e conflitos

Talvez, a maneira mais precisa de se analisar os aspectos culturais da formação social imigrante seja pelo sistema educacional e pelos organismos que disputaram o espaço de formação intelectual da região. A colônia Caxias, entre os anos de 1875-1886, apresentava um índice de 37% de analfabetos para os homens e 63% para as mulheres. (GIRON, 1977, p. 39). Uma geração depois, esses índices iriam se alterar, e o número de analfabetos aumentaria, tanto entre homens, quanto entre mulheres. Segundo Gardelin, “o nível de instrução e de alfabetização dos colonos em 1875 não era o mesmo de 1900, e muito menos o de 1925, que é o momento que se fixam inúmeros conceitos” (GARDELIN, COSTA, apud LUCHESE, 2007, p. 110).

Isso pode levar a repetir e confirmar a ideia geral de que o imigrante italiano não se preocupava ou valorizava a educação. São diversos, porém, os pedidos de colonos por escolas. A falta delas se deve mais à deficiência estrutural do Estado brasileiro do que ao

desinteresse do colono propriamente. Provenientes de regiões ao norte da Itália, onde desde meados de século XIX havia a preocupação pública com o processo escolar, a instrução primária já era uma realidade para muitos destes imigrantes. Mas, ao chegarem ao Brasil, essa questão se alterava. Segundo Luchese,

a colônia Alfredo Chaves (hoje município de Veranópolis), recebeu 553 imigrantes italianos, maiores de 15 anos. Destes, 398 sabiam ler, isto é, 71,97%. Sem dúvida, um índice bastante elevado se comparado com a realidade nacional da época. Como contraponto, na referida colônia, em 1887, não havia nenhuma escola. Os 671 imigrantes menores de 15 anos que chegaram naquele ano não tiveram escolas para estudar (2007, p. 110).

Essa lacuna de amparo intelectual seria preenchida aos poucos por instituições ligadas a diferentes projetos tutelares e assistenciais aos imigrantes, como a diplomacia italiana e a Igreja Católica. Atingindo de diferentes formas e intensidades a população colonial, seus objetivos políticos e sociais procuraram dirigir a construção da identidade e formação cultural dessa população. Certamente que o Estado brasileiro também participaria desse processo, sendo que suas iniciativas se fariam mais presentes a partir da década de 1890, atuando no ensino primário, mas é preciso lembrar, com significativa deficiência.

Por circunstâncias históricas já bastante conhecidas, as lutas entre maçonaria e catolicismo pautaram as disputas de poder nas primeiras décadas da imigração. As autoridades estaduais, sustentando o ideário positivista, estabeleceram um vínculo mais próximo à diplomacia italiana, principalmente devido às afinidades maçônicas. A Igreja Católica, por sua vez, divorciada do Estado laico desde a Questão Romana e a tomada dos estados papais pelo regime político da recém unificada Itália, permanecia em posição dual e contraditória, com parte de seu clero ligado aos preceitos liberais, e parte engajado no projeto ultramontano e romanizador.¹³⁸

Na busca por espaço, as Sociedades de Mútuo Socorro, utilizadas pela diplomacia italiana, foram um dos importantes órgãos a se ocuparem da assistência e do estabelecimento de laços de solidariedade entre os imigrantes.¹³⁹ Os cônsules, ou agentes consulares,

¹³⁸ Já foram referidos, no primeiro capítulo, os estudos de Luisa Iotti sobre a ação da diplomacia italiana no RCI. Da mesma forma, a ação do clero e da Igreja Católica também foi analisada. Não serão repetidas aqui muitas das análises e citações factuais já tão bem feitas e estudadas por historiadores como Paulo Possamai (2005) e Núncia Santoro de Constantino (2002, 2007, 2011). Tratar-se-á, porém, de estabelecer alguns elementos fundamentais que permitam uma comparação e diferenciação dos projetos envolvidos, ou seja, as influências do positivismo e da política republicana junto à maçonaria, e a posterior supremacia da Igreja Católica, na década de 1920.

¹³⁹ “Em Porto Alegre, evidenciando uma comunidade, os italianos fundaram, em 1º de julho de 1877, a Sociedade ‘Mútuo Soccorso e Benevolenza’, nome que, em março do ano seguinte, foi mudado para ‘Vittorio Emanuele IIº’, em homenagem ao rei unificador recentemente falecido. Dentre os primeiros sócios, encontram-se Azzarini e Obino, antigos companheiros revolucionários de Garibaldi. Os estatutos são redigidos ainda em 1877, sendo aprovados pelo Governo Provincial em 1882. Previam número de sócios ilimitado, desde que fossem italianos, nascidos em solo italiano ou nas províncias ainda não unificadas, ou, ainda, que fossem filhos

promoviam a política da *italianità*, seja por meios de eventos comemorativos, seja através do patrocínio de escolas cuja função era a de passar ensinamentos básicos aos recém-chegados.

Evidentemente que esse ensino, embora rudimentar, cumpria uma função política importante: utilizando membros das próprias comunidades como mestres, imigrantes um pouco mais instruídos que a média geral permitiam uma penetração mais efetiva no tecido social. No entanto, devido às condições financeiras precárias das comunidades, responsáveis pela maior parte dos encargos de manutenção dessas Sociedades, as condições econômicas dos professores eram piores que os demais imigrantes, o que comprometia a eficiência de tais empreendimentos. (COSTA, 1992, p. 22).

As Sociedades de Mútuo Socorro mais abastadas estavam localizadas nas vilas dos municípios, sendo aí, - entre as populações urbanas, onde o capital comercial mais se concentrava – possível, então, um melhor manejo e execução do projeto diplomático. Lembra-se que, mesmo tendo relativo acesso aos meios de comunicação e poder oficiais, a rede diplomática apresentava muitas limitações. Uma delas era a falta de representantes efetivos que estivessem presentes na vida diária dos habitantes, fundamentalmente dos colonos interioranos que, possivelmente, os viam como figuras distantes, da mesma forma como viam a Borges de Medeiros, portanto, sem um apelo mais contundente entre a população em geral. Suas falas e seus discursos ficavam mais restritos ao âmbito da oficialidade institucional do que na vida concreta dos colonos. Talvez tenha de se fazer uma necessária observação aqui, a de que começa a surgir uma distinção clara entre os moradores das áreas urbanas e os localizados nas linhas do interior. Enquanto os primeiros eram mais suscetíveis à influência das autoridades e suas políticas – seja da diplomacia italiana ou do PRR –, os segundos permaneciam sob essa mesma influência apenas pela ramificação de representantes que, no mais das vezes, eram seus semelhantes em condições econômicas, sociais e étnicas.

Mesmo a necessidade dos negócios forçava as populações urbanas, em especial as elites, a adotarem um bilinguismo mais precoce, comungando dos símbolos da nova pátria, produzindo uma aproximação maior com os ideais políticos republicanos. Nesse caso, a influência da maçonaria era muito mais efetiva nas vilas do que nas áreas rurais. É claro que não se pode superdimensionar esse fato, mas um comportamento mais requintado e polido, associado aos signos do poder dominante marcou, indelevelmente, parte da formação identitária das populações urbanas. A distinção social geralmente produzia o fato de que, em

de italianos. Foram objetivos estabelecidos à sociedade: unir todos os italianos radicados em Porto Alegre; promover o bem-estar dos sócios; socorrer os mesmos na doença; pagar despesas de enterros; auxiliar na procura de trabalho” (CONSTANTINO, 2007. p. 91). Sobre a mesma temática, consultar também Constantino (2011, p. 221-231).

um discurso oficial, poder-se-i-a irmanar a todos sob um manto chamado “italianos”, mas no nível de uma consciência mais rasteira, nem todos esses “italianos” eram colonos. Até mesmo a adaptabilidade diplomática peninsular fazia parte desse universo, pois desde a década de 1910 as escolas italianas, subvencionadas por essa diplomacia, foram sendo substituídas por escolas nacionais. Mesmo que esse instrumento de influência estivesse bastante debilitado desde então, não significou o desaparecimento de uma política estatal de aproximação, cujo capital simbólico agora podia ser usado de diversas formas, como a figura de Garibaldi¹⁴⁰ ou mesmo espetáculos teatrais com atores ou peças italianas, ao gosto de uma população mais requintada. Nesse ponto, cabe uma questão: qual a solidez e profundidade dessa influência? É arriscado afirmar que todo esse processo se sustentasse em base sólida. O fato desse discurso e dessa prática estarem infiltrados no poder político institucional fazia com que seus laços se engajassem a cada nova crise enfrentada pelo PRR. Tanto as crises de grande abrangência, quanto às pequenas ninharias inerentes ao exercício do poder - e, diga-se de passagem, que estas, a longo prazo, são tão ou mais destrutivas que as primeiras -, causavam um efeito de desprestígio dos políticos profissionais ante a população colonial.

Muitas vezes, mal vistos por essa mesma população, a diplomacia italiana adotara a orientação de que a emigração era “uma necessidade fisiológica do povo italiano”, vinculando sua expansão colonial à força do trabalho imigrante no mundo. (GIRON, 1994, p. 68). Mesmo que de fato não atingissem diretamente a todos os expatriados, direcionavam suas ações às elites,¹⁴¹ e por meio delas cooptavam o apoio de elementos sociais significativos, embora esses não fossem a maioria. Com intervalos e variações em sua estrutura, a diplomacia seguiu, em linhas gerais, essa prática que, ao restringir e focar sua atuação, conseguia amplificar politicamente seus intentos. Durante os anos do fascismo, essa tática ganharia uma amplitude maior devido à associação com a Igreja Católica, mais próxima e influente entre os colonos que, como demonstrou Giron, talvez nem tivessem conhecido Mussolini e seu regime se não lhes tivessem falado o clero em suas prédicas ou jornais. (1994, p. 87-93). De qualquer forma,

¹⁴⁰ O uso da imagem de Garibaldi irmanando rio-grandenses e italianos contava desde o final da década de 1860, cuja representação do herói republicano era feita com vestes tipicamente gaúchas, como o poncho. (CONSTANTINO, 2007, p. 102).

¹⁴¹ Durante a década de 1920, essas ações se tornaram frequentes, por meio de palestras de personalidades peninsulares, realizadas nos clubes centrais das cidades coloniais e voltadas a um público bastante restrito e selecionado. Eram comuns conferências como a noticiada pelo *Il Corriere d'Italia*: “Na noite de terça da semana passada, o jornalista italiano Erminio Gugliucci teve no salão do cinema sua aplaudida conferência: ‘Literatura e política na alma italiana’. Depois de um rápido aceno sobre os melhores de nossos autores, dos quais citou alguns nomes e versos, falou da guerra e da política moderna italiana, colocando em relevo as suas qualidades. O jovem conferencista recebeu muitas congratulações” (MCI, *Il Corriere d'Italia*, 15 de junho de 1926).

a posição distante dos representantes italianos dificultava e relativizava sua capacidade de influência. Na vida prática da maioria dos imigrantes, esses políticos pouco representavam.

Se a diplomacia italiana tinha seu campo restrito, maior poder de influência possuía o Estado brasileiro, com seus meios políticos legais – pela educação, através da criação de escolas ou por vias de uma jurisdição de cunho cívico. No entanto, as restrições orçamentárias colocavam em segundo plano as prioridades de uma formação cultural voltada para a nova pátria, mesmo reconhecendo a importância e os benefícios que esta poderia trazer. Era indiscutível que do “bom atendimento à instrução pública [...] depende a formação de bons cidadãos” e que essa era uma “exigência dos moradores dessas diferentes localidades”, isto é, “da instrução das crianças, que devido à falta de recursos, criam-se na mais completa ignorância, sendo justa as aspirações dos chefes de famílias, que insistentemente um tão grande benefício reclamam” (AHBG, Livro Protocolo de Ofícios [1906-1918], p. 55, 115).

A maneira mais eficaz de transformar as populações coloniais em brasileiras, de fato, era a instrução pública. Priorizar uma formação cívica era fundamental, fato que parecia ser facilitado pelas aspirações dos pais de família, que queriam ver seus filhos educados, de preferência, no idioma português. Maior relevo ganhava essa formação cívica quando se percebia que as tensões sociais e políticas estavam intimamente ligadas às questões étnicas e nacionais. A importância da nacionalização era mais sentida em momentos de instabilidades internacionais, como na Primeira Guerra Mundial, e passava a chamar mais atenção quando não apenas alguns indivíduos eram afetados, mas, sim, quando o conjunto da sociedade parecia sofrer os efeitos dos acontecimentos.

O intendente Penna de Moraes lembrava ao presidente do Estado, em 1919, que aos republicanos caxienses coube “também aqui escudados pelo vosso apoio desfazer não com pequeno trabalho a atmosfera de simpatias existentes em favor de certos adversários entre a população italiana, por efeito, como sabeis, da atitude do Sr. Rui Barbosa durante a guerra” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01376, carta de José Penna de Moraes, Fundo Caxias do Sul, 23 de julho de 1919). Penna de Moraes deixa claro que a arma política da identidade étnica podia ser usada contra os republicanos e manipulada por seus adversários. Em se tratando de uma base eleitoral importante, como era a da Região Colonial Italiana, o risco de uma insatisfação generalizada necessitava de cuidados especiais e qualquer manifestação anti-italiana – conforme a referência a Rui Barbosa – poderia desencadear situações complicadas. Preocupado com isso, ainda no período da Primeira Guerra, o mesmo intendente comunica a Borges de Medeiros:

Aqui vai inclusa uma carta de Buenos Aires dirigida ao Dr. Carlos Conti, médico residente no povoado de Nova Trento, segundo distrito deste município, a respeito da propagação militar da República Argentina e da distribuição entre os soldados do livro *Nuestra Guerra* por ordem do ministro da guerra do mesmo país. Entretanto, tratando-se da correspondência entre pessoas de consideração social, julgo em poder se dar crédito às informações que contém a referida carta e que fique em poder para posteriores providências que V. Ex. se digne a determinar. Parecia-me conveniente não divulgar o conteúdo respectivo, salvo melhor consideração de V. Ex. para não sujeitar o informante que ainda lá se acha à vingança de nossos falsos amigos, o que seria assaz desagradável e não corresponderia à feição do Dr. Conti ao nosso país. Veio espontaneamente mostrar a carta.

Buenos Aires, 9 de novembro de 1917.

Querido irmão Carlos, respondendo a tua estimada carta em 18/01/17 com respeito da situação aqui, posso informar-te que é gravíssima. Os italianos se encontram reunidos em um grupo e com um só pensamento, todas as sociedade enviaram seus delegados à central da União e Irmandade na Praça 11 de Setembro donde à noite se discutiu resultantemente em exigir do Dr. Irigoyem uma solução definitiva entre a situação atual da guerra que ocupa os continentes. A República argentina deve manifestar-se a favor ou contra os aliados, neutra não pode continuar, sob pena que a colônia italiana, inglesa e francesa, abandonem imediatamente este território. Papai, como delegado de Mar Del Plata, pede que informes quanto antes possível de como são tratados os italianos no Brasil. Há grande número de alemães em toda a República Argentina protegidos pelas autoridades, a eles o governo faz concessões especiais que aos próprios argentinos lhes recusam. Quanto ao exército, em sua maior parte, é germanófilo, os instrutores são alemães, a propósito, ontem me disse nosso companheiro Echegori, que seu cunhado, velho militar alemão, foi nomeado faz poucos dias instrutor de um corpo de artilharia em Limieres. Muitos oficiais e soldados estão desertando diariamente para o Chile. Para os desertores se estabeleceu a pena de morte. O Conselho de Guerra funciona em um antigo colégio de artes e ofício, junto um volume de *Nuestra Guerra* em 3ª edição que o ministro da Guerra mandou distribuir a todo o exército. Me disse Manfredo Bonni que em seu regimento se deu um exemplar para cada soldado, desde a praça 25 de maio até o congresso é opinião geral que o país se abrirá a favor dos impérios centrais. O catedráticos do nacional e os professores austríacos e alemães de todas as faculdades continuam em seus postos. O professor Eduardo Bolchuade apresentou sua renúncia que foi aceita sem dilação pelo decano. Os diários não podem opor-se a nenhum ato do governo, porque esse estabeleceu uma espécie de censura. Aqui a miséria e a fome pululam conforme de costume, 10 mil famintos e sem recursos oferecem o triste espetáculo nessa capital. É possível que iremos uns meses para Montevideu para esquecermos esta crise tão lamentável. Teu irmão que abraça e espera mais notícias, Ramon. Carta dirigida ao Dr. Carlos Conto residente em Nova Trento 2ª distrito de Caxias (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01375, carta de Penna de Moraes. Fundo Caxias do Sul, 25 de novembro de 1917).

Embora não se tenha registros de maiores problemas entre “nacionais e estrangeiros” naquele momento, ficava evidente a importância em transformar culturalmente e integrar de maneira efetiva as populações coloniais ao país. Porém, formar cidadãos nacionais não é algo que possa ser feito por meio de atos esporádicos, como nas comemorações de datas cívicas, mas, sim, através de uma contínua e assídua prática instrutiva. Nesse ponto, se pode afirmar, com margem de erro pequena, que a maioria dos colonos – e seus filhos – frequentava mais os bancos das igrejas do que os escolares. Mesmo quando na escola, ao menos nas primeiras décadas, eram escolas étnicas em que nem sequer os rudimentos da língua nacional lhes eram ministrados. Novamente cabe salientar a importância de uma presença cotidiana de certos

caracteres culturais, pois se os objetivos de uma instrução cívico-patriótica sempre estiveram determinados por lei, eles se tornaram letra morta na prática. As razões que determinaram essa condição eram o pouco preparo dos mestres para exercer tais encargos, além da já mencionada falta de escolas, embora isso fosse de consciência dos administradores municipais. Em 1903, Albano Coelho de Souza escrevia desde Alfredo Chaves para Borges de Medeiros:

se deve derramar a instrução entre o povo colonial, ainda mais quando são eles próprios a fazerem esse apelo [...] só com o derramamento da instrução e ensinando-lhes a língua vernácula é que poderemos, de uma vez para sempre, exterminar esse espírito de nacionalidade e assim, dia a dia, conseguir que se vão familiarizando com os nossos costumes, principalmente nesse município, cuja população atinge a 20 e tantas mil almas e tem apenas 11 escolas em funcionamento (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 10424, carta de Albano Coelho de Souza. Fundo Veranópolis, 12 de dezembro de 1903).

Outro problema enfrentado pela escola pública nesse período era seu uso com fins político-partidários, com suas conveniências – ou inconveniências – na distribuição de cargos pelo PRR. Jacob Nicolau Ely, em sua primeira administração como intendente de Garibaldi, reclamava a Borges de Medeiros ser inconveniente a nomeação do inspetor escolar Iguacir Frederico Stolt. Para Ely, “essa nomeação me trará muitos incômodos futuros, não só por ele ter nos últimos exames realizados nas aulas aqui como examinador, procedido com parcialidade, como também manifestado má vontade com diversos professores” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02205, carta de Jacob Nicolau Ely. Fundo Garibaldi, 21 de maio de 1906). Em outros momentos, reclamava de erros em nomeações de professoras, o que poderia ocasionar prejuízos políticos à administração municipal, pedindo remoção e recolocação dessas pessoas em comunidades por ele determinadas.

Além de cautelar os interesses da instrução pública e política, julgo necessário no quadro escolar deste município a alteração seguinte: na escola mista da linha Garibaldi Nova a nomeação da Dra. Mercedes Coelho para regê-la e bem assim uma do sexo masculino na linha Barão de Cotegipe a nomeação do professor Universino de Araújo Bastos. Para reger a escola do sexo feminino da mesma vila, a dona Optavelina Silveira, [...]. As escolas masculinas da linha Presidente Soares e mista a regente Emilia Menegazzi. Com esta alteração terá a instrução de acordo com os interesses políticos conforme meu telegrama (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02206, carta de Jacob Nicolau Ely. Fundo Garibaldi, 09 de junho de 1906).

Num quadro de instabilidade marcado por mandos e desmandos, favorecimentos de cargos com fins políticos, a insubmissão também contava dentro do processo educacional. Atos que indispunham professores com as comunidades, comunidades com intendentes e, por consequência, que tivessem repercussões em pleitos eleitorais, provavelmente produziam

algum efeito negativo sobre o sistema educacional. Talvez, a mesma desconfiança com que alguns administradores públicos eram vistos, se transferia para os mestres escolares. Em 1925, a professora Amabile Bertotto, morando e lecionando na linha Azevedo Castro, em Garibaldi, informava ao intendente Jacob Nicolau Ely:

Tendo recebido ordem do Dr. Salvador Bordini, que estou removida, sinto muito porque dou-me muito bem aqui, nada tenho com as famílias que mandam as crianças na escola. Acho que meu inimigo é o próprio Ângelo Salvadori [...]. Como tenho provas que ele faz força para me remover, eu desejo saber se o motivo que ele faz isto contra mim. Eu, para dar o gosto ao Ângelo Salvadori não saio daqui, não saio uma vez que a maior parte está contente comigo. Falei com o meu marido e ele disse-me que enquanto tenho aula aqui, estamos prontos a vos servir, mas noutra lugar não nos vamos, porque não me é conveniente. Eu mesma se visse que o povo me quisesse mal, pedia a minha transferência e me ia embora, mas visto amar as crianças, não posso abandoná-las, teria até remorso se fizesse tal coisa. Lembra-se que foram eles que vieram me buscar e me colocaram aqui e vejo que estou muito bem aqui, não posso sair, porque também procuramos nossos interesses que somos pobres (AHG, Caixa 26, ofício 1 de julho de 1925).

Outro mal geral que fazia parte do ensino público era o da qualificação dos professores. Em Caxias, no ano de 1926, o intendente Celeste Gobbato, procurando justificar reclamações feitas por um conselheiro municipal – exercendo a profissão de médico e residindo no distrito de São Marcos – escreve a Borges de Medeiros afirmando que o conselheiro costumava dizer que tem “de mandar um filho estudar em Porto Alegre, pois os professores de aulas municipais só sabem os preliminares e pouco ensinam por falta de preparo” (AHMJSA, Fundo Secretaria do Gabinete [partidos políticos]. Ofício de 13 de julho de 1926).

Nesse ponto, divide a responsabilidade da falta de qualidade com os próprios colonos, ao observar ser “verdade que as professoras municipais sabem o suficiente para a colônia, onde mesmo os alunos não fazem o curso regular, sendo retirados pelos pais logo que aprendem a ler e as quatro operações” (AHMJSA, Fundo Secretaria do Gabinete [partidos políticos]. Ofício de 13 de julho de 1926). Porém, lembra que “entretanto, em São Marcos, existe um ótimo colégio dirigido pelas irmãs da ordem de São José, que como é notório a V. Exia. são boas educadoras, não obstante o excesso de ensino religioso, aliás necessário na segunda idade” (AHMJSA, Fundo Secretaria do Gabinete [partidos políticos]. Ofício de 13 de julho de 1926).

Por fim, o sistema escolar público carecia de uma disciplina e maior organização.¹⁴² Havia falta de fiscalização, com escolas fechadas diversos dias por semana, seja pela falta de

¹⁴² Não havia ainda no Estado sequer um sistema estatístico adequado para o controle e a organização do ensino. Mesmo no ano de 1938, esse processo ainda era deficitário, segundo documento a seguir: “A falta de estatísticas sobre o ensino primário em nosso Estado deve-se a causas múltiplas e conhecidas de quanto se interessam por

"comprometimento" dos professores ou por motivos apresentados por Carvalho Junior, intendente de Bento Gonçalves:

O Colégio Elementar há cerca de 13 anos acha-se, em caráter provisório, na parte térrea do edifício municipal, onde ao saber, além de improvisar pela falta de elementos indispensáveis, ar e luz, não possuem as condições pedagógicas, bem como sinto a falta de comodidade já não comporta o elevado número de alunos, que matricula, visto que o professor da aula tomou como lógica o engrandecimento da população escolar. Além disso, o Colégio acha-se em tal situação que nem sequer possa bater para recreio e formalizar, menor local apropriado para preleção às classes reunidas. Acuso a todos esses fatos a circunstância de estar ele localizado do modo tão desconfortável, que se vê obrigado a suspender seus trabalhos durante as sessões do Tribunal do Júri, que as vezes duram 2 e 3 dias (CAPRARA, LUCHESE, 2005, p. 472).

Conquanto a rede pública fosse mais numerosa, sofria de grandes deficiências em sua base. Não por acaso, durante o período de nacionalização da era Vargas, a educação estará na linha de frente do projeto. Esse espaço aberto, proporcionado pela falta de alcance dos meios políticos oficiais, será ocupado eficientemente pela Igreja Católica. Se os republicanos haviam falhado, ou não prestaram atenção necessária ao aspecto cultural, a Igreja não cometera o mesmo erro: soubera manejar apropriadamente certo sentimento de religiosidade genuíno ao imigrante, mas que fora, acima de tudo, lapidado e transformado em fator fundamental no jogo político da década de 1920 e nas posteriores.

Ainda que enfrentando dissidências internas, o clero e a Igreja Católica marcaram presença importantíssima entre os imigrantes. Mesmo nos momentos quando havia falta de padres, a religiosidade inerente à boa parte dos italianos preparava o terreno para a futura institucionalização do catolicismo. É bem verdade, conforme já foi analisado no primeiro capítulo, que a convivência entre clero e colonos não foi pacífica.¹⁴³ Nenhuma autoridade civil, no entanto, esteve tão próxima e convivera tão assiduamente com os colonos quanto as autoridades religiosas.

Estruturando a vida comunitária, como nas capelas, a Igreja passou a compor lentamente uma rede de poder com um alcance e profundidade muito maiores do que os políticos do PRR ou os agentes e uma cónsules italianos intentavam. A autoridade em

esse assunto básico dos estudos sociais. Parte do convênio administrativo firmado no Rio de Janeiro em 1931 para o levantamento completo dos nossos quadros do ensino, o Rio Grande do Sul se desinteressara do assunto a ponto de só fornecer tardiamente e inteiramente falhas de significado as estatísticas a seu cargo. De um lado carecia até pouco de um órgão especializado nesses trabalhos, de outro descurara inteiramente o problema do registro e da orientação do ensino particular, desconhecendo-lhe até o número dos estabelecimentos concorrentes a formação da mentalidade das novas gerações riograndenses" (AHG, Caixa 48, Comunicado N° 3, 9 de novembro de 1938). Importante perceber, nessa citação, que ao final chama atenção para o conhecimento das instituições particulares e os ideários que as mesmas professavam. As questões das mentalidades e da formação cultural dos cidadãos parecem ganhar importância, fato não observado durante as primeiras décadas do século XX, e que tão grande importância terá para o universo político regional.

¹⁴³ A esse respeito ver, além de outros artigos importantes: (COSTA 1996, p. 497-522).

ministrar sacramentos e dirigir os ritos exigia a presença de sacerdotes que, aos poucos, foram excluindo os leigos dessas atividades. Enquanto os intendentess se faziam representar por subintendentes e inspetores de linhas, sujeitos tão iguais como seus comandados, o clero não delegava sua autoridade a ninguém. Passando a disciplinar seu rebanho, impondo uma ordem monástica aos fiéis, principalmente após 1888,¹⁴⁴ quando as ordens religiosas começam a se instalar nas colônias, a Igreja galgou seu Calvário até a redenção, na década de 1920.

Capazes de maiores sacrifícios, se comparados aos administradores políticos, muitas dessas ordens, como os capuchinhos, começaram atuando no interior das colônias e somente mais tarde passaram a administrar paróquias nas sedes. Assim, a presença visível, concreta e real de uma autoridade reconhecida nos locais mais afastados do interior representava uma segurança e um conforto insubstituível.

Embora, por princípio, esses religiosos não devessem se envolver em política, o que não acabou por acontecer, mantinham uma imagem de distanciamento e alheamento dos problemas que envolviam esse universo. Esse posicionamento lhes garantia escapar aos prejuízos morais que a luta pelo poder produzia. O projeto social dessa Igreja focava o homem da terra, o colono. Não foi por acaso que um dos principais jornais católicos da região foi batizado com o nome de *Il Colono Italiano*, propagandeando a isenção à política partidária, sendo o conselheiro e defensor do colono. (VALDUGA, 2008, p. 123). A base rural de seu projeto social visava a manter o catolicismo romano afastado do perigo maçônico, mais incrustado nas localidades urbanas. A cidade era vista como símbolo da perdição, do progresso desagregador, do laicismo, do pecado corruptor, enquanto o mundo rural era reconhecido como o local da pureza.

A manutenção de uma identidade italiana voltada ao catolicismo romano acabou por retardar a integração dos colonos à nova pátria. Os desejos de se criar “pequenas Itália” mais dificultaram do que facilitaram a vida das populações do interior, prejudicando ainda mais os relacionamentos com a sociedade urbana nascente. (VALDUGA, 2008, p. 87). Contudo, isso não quer dizer que a Igreja não tenha estendido seus objetivos para os centros urbanos. Após os primeiros tempos, em geral marcados pelas ações missionárias junto às populações interioranas, as ordens passaram a fundar escolas, administrar seminários, editar jornais, coordenar associações urbanas de caridade, entre outras iniciativas.

¹⁴⁴ “Com a vinda de religiosos palotinos alemães (1888) na quarta colônia (localizados em Vale Vêneto), de capuchinhos franceses (localizados em Garibaldi, 1896) e carlistas italianos (1896), seguindo-se, depois, outras congregações, o atendimento às colônias se tornou sistemático, com uma organização pastoral sempre mais sólida” (COSTA, 1996, p. 497).

Na área de educação formal, por exemplo, no ano de 1920, o número de instituições de ensino confessionais chegava a 20, entre os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias. Evidentemente, esse número era reduzido, se comparado ao de escolas públicas ou subvencionadas, cujo montante ultrapassava os 160 estabelecimentos. Seu destaque, porém, dizia respeito ao número de alunos atendidos e à qualidade do ensino aí ministrado, haja vista a própria observação que Celeste Gobbato fizera sobre o caso referido acima, quando afirma possuir o distrito de São Marcos uma ótima escola dirigida pelas irmãs da ordem de São José.

Essas escolas, conhecidas também como escolas paroquiais,¹⁴⁵ não se encontravam apenas nas áreas rurais, mas também nas áreas urbanas. O regime de internato, adotado por muitas delas, solucionava o problema de deslocamento dos alunos que moravam em locais mais afastados e tinham dificuldade de locomoção diária. A frequência de funcionamento, o nível de formação superior dos professores e a disciplina religiosa faziam com que essas instituições fossem a primeira opção de educação aos que podiam custear o estudo de seus filhos. Mas não apenas a elite ficava sob a influência da Igreja, como também a comunidade urbana pobre. Em ofício ao intendente Celeste Gobbato, em 1925, Pe. João Meneguzzi solicitava ao poder municipal que

Se digne dispensar do imposto da Décima Urbana, o prédio onde funciona o Colégio N. S. do Carmo, sito nos fundos da igreja Matriz, bem como prédio contíguo, onde funciona uma escola paroquial, e mais outro prédio sito a rua Bento Gonçalves, lote nº 18, quadra nº 9, onde funciona uma escola paroquial para meninos e meninas de cor. O motivo porque pedem isenção por quatro anos do dito imposto, é que as escolas paroquiais são gratuitas para a maioria dos alunos, geralmente pobres, e do Colégio N. S. do Carmo a Igreja tira um aluguel que está muito longe de compensar os gastos que se deparam com a conservação do aludido prédio, e tudo isto a bem da instrução (AHMJSA, Ofício 1 de junho de 1925).

Dessa forma, tanto a elite colonial quanto as camadas mais pobres, passaram a receber uma educação de cunho religioso, enquanto o Estado procurava estruturar uma rede de ensino público que, até a década de 1920, embora numericamente considerável, carecia de organização, disciplina e qualificação profissional. (LUCHESE, 2007, p. 164, 212-253). Por expedientes indiretos, o clero chamava a si o compromisso das futuras gerações. A fundação das Uniões dos Moços Católicos por toda a região colonial a partir de meados da década de 1920 serviria ainda ao propósito de aproximar, pela educação, os princípios religiosos e políticos que defendiam. Quando se deu a criação do primeiro destes núcleos em Porto Alegre, o jornal *Estrella do Sul* saudava maravilhado o acontecimento:

¹⁴⁵ Em Caxias, por exemplo, o número de escolas-paróquias aumentou no período em que o Pe. João Meneguzzi assumira a Paróquia de Santa Tereza. Implementou o ensino noturno das mesmas, fundando ainda a Sociedade Recreio Dante, em 1913, que funcionaria por 20 anos ininterruptos como estabelecimento de ensino elementar e comercial (LUCHESE, 2007, p. 245).

Entusiasta que somos pelas coisas de nossa gente, cuja história nos honra e, até, nos envaidece, - tal a maneira como as idéias mais avançadas circulam, e rapidamente por toda a imensa superfície da Terra de Santa Cruz, saímos, sempre, nessas ocasiões, de nossa humilde obscuridade, para colaborar com os paladinos que sonham e idealizam a grandeza de nosso país. Assim tem sido nosso viver, antes mesmo de atingirmos a maioria: que o digam a caserna militar e a nossa atuação, por vários anos, nos tiros de guerra [...]. Até na política, onde agimos, ontem como hoje, sem outra ambição, sem outro interesse, sem outra aspiração, sem outro ideal – que não o bem coletivo [...] como entendemos ser obra de patriotismo – analisar o nosso caráter, apontando, lealmente, os seus defeitos – para que meditemos e conseqüentemente, nos corrijamos, vimos confessar que a alegria sentida com a fundação da primeira *União dos Moços católicos*, em nosso Rio Grande, é acompanhada de pessimismo, porque os nosso moços em geral, possuem apenas duas condições de vitória indicada no pavilhão de Ruy – o Grande: *coragem e virtude*. [...]. Avante! Moços católicos, pois se agirdes com constância, coragem e virtude, organizareis, entre nós, a coluna invencível do FASCISMO SAGRADO (ACM, *Estrella do Sul*, 10 de fevereiro de 1924).

Em 1928, são fundadas as Uniões em Bento Gonçalves e Garibaldi, sendo que alguns integrantes das primeiras diretorias acabariam por fazer parte dos futuros governos municipais na década de 1930. (ACM, *Estrella do Sul*, 29 de abril/13 de maio de 1928). Esses organismos estendiam ainda mais a influência religiosa no fundamento social. Em Bento Gonçalves, por exemplo, a professora Normelina Lisboa, que dirigia uma aula municipal, e esposa do 1º secretário da União na cidade, o Sr. Lysippo Lisboa, aparecia na capa do jornal católico da capital em uma fotografia comemorativa ao exame final do ano de 1925. (ACM, *Estrella do Sul*, 18 de outubro de 1925). Os princípios cristãos difundidos pelo ensino não estavam necessariamente presentes apenas em escolas confessionais, mas se distribuíam e difundiam pelo amplo tecido coletivo das mais diversas formas.

A transferência da área de influência do clero e foco de atividades para os centros urbanos não dizia respeito somente aos projetos educacionais. Em Caxias, por exemplo, Pe. João Meneguzzi passa a incentivar associações como o Apostolado da Oração, cujos membros dirigentes faziam parte da elite dominante do município, com vínculos íntimos aos líderes do PRR – faziam parte da diretoria a esposa do então intendente Penna de Moraes e a esposa de um dos diretores do jornal *Cidade de Caxias*, de tendências republicanas.

Outras formas de agremiações católicas, como a Associação Damas de Caridade, criada em 1913, servia aos mesmos propósitos de aproximação do poder clerical com o político partidário. Aos poucos, o fundo moralizante da disciplina religiosa se agregou ao ideário positivista no sentido da regeneração social, potencializando seu teor político. (ALVES, 1995, p. 77-80). Constituindo uma rede que permeava boa parte do tecido social, o clero passou a usar sua influência para higienizar moralmente o ambiente urbano e manter sob seu controle, ou vigiar, a saúde do espaço que lhe julgava caber. Nesse sentido, se as obras de

caridade da Igreja necessitavam de absolvição do fisco, a impureza da urbe não podia prescindir da mão pesada da lei federal e da divina. Em 1925, em Garibaldi, padre Camillo,

na qualidade de Pró-Vigário Interino desta Freguesia, para a manutenção da moralidade pública, para o bem, a paz e a honra do lar doméstico, para salvaguardar a mocidade, e da higiene pública, em modo particular para o bem das almas, peço insistentemente a Vossa Senhoria, que consoante o título VIII, artigos 277 e 278 (modic. 13-x-915) do Código Penal da República, providencie no sentido de suprimir a casa de tolerância recentemente aberta nesta Vila. Não resta dúvida, que deste modo se tornará mais uma vez digno da benemerência do povo de Garibaldi (AHG, Caixa 28, 23 de abril de 1925).

A resposta do intendente Jacob Nicolau Ely foi de que não havia nenhuma casa de tolerância no município. Ao mesmo tempo, admitia a existência de mulheres de ‘vida fácil’ nos subúrbios da Vila, afirmava que as mesmas já haviam se retirado do local, e que a fiscalização estava averiguando todas as informações do vigário. Num contexto como o de 1925, não era muito aconselhável divergir frontalmente com a Igreja sob pena das dificuldades econômicas e políticas se agregarem aos problemas morais de ordem religiosa.

Não se trata de fazer uma crônica de pequenos fatos cotidianos, mas é importante lembrar que a amplitude de um poder se constrói atentando para os detalhes, para aquilo que aparentemente não possui importância, mas que, na soma final, pode mudar a direção dos acontecimentos. Agir e influir sobre o social requer um cuidado em relação a quem pode, de uma maneira ou outra, possuir ascendência sobre a população. O clero provavelmente sabia que um padre no confessionário era tão importante quanto um médico em seu consultório, e que a saúde espiritual e a saúde do corpo andavam de braços dados. Já foi mencionada a importância das figuras dos médicos na política e sociedade dos anos 1920, tão importantes que catalisar seu apoio também foi uma das funções exercidas pela Igreja. Ao se tratar de problemas de saúde em Garibaldi, e estando recolhido ao convento dos capuchinhos na cidade, Pe. Cósimo Fiorini, provavelmente em resposta a algum pedido de esclarecimento, envia ao Pe. João Meneguzzi (Caxias do Sul) resposta sobre Dr. Giuseppe Carnessa, dizendo que “quanto à moral, Pe. Bruno pode informar melhor do que eu, que contesto que é católico praticante, tanto que todas as tardes chega ao convento dos capuchinhos para algum tempo de meditação e todos os dias recebe a santa comunhão” (ACM, Paróquia São Pedro de Garibaldi, Ofício 11 de setembro de 1922).¹⁴⁶ A intimidade e proximidade dessas figuras com a população os tornavam peças-chave no processo de poder, mais ainda quando esses substituíam antigos curandeiros e benzedeiros pela legalidade e oficialidade da prática

¹⁴⁶ Lembra-se apenas de que o principal e mais antigo médico da cidade, Dr. Júlio Motti, era protestante e maçom. Após a década de 1920, passará por períodos de instabilidade no cargo de médico público oficial, até ser exonerado, em meados dos anos 1930. Esses fatos serão mais bem analisados no próximo capítulo.

médica, garantida e imposta pelo Estado.¹⁴⁷ Por isso, era preciso estar atento aos novos atores sociais, por cujo intermédio passavam as referências ideológicas e as inclinações políticas.

Do higienismo moral à eugenia étnico-religiosa, bastava apenas um passo. Controle e segregação ajudavam na conformação do rebanho, demarcavam territórios e compunham mais um tentáculo dos pequenos fios desse poder. Em 1919, Pe. Luiz de La Vernaz, em Alfredo Chaves, escreve para D. João Becker:

Peço a V. Excia. Revsa. a licença necessária para celebrar o casamento religioso de Germânio Kriedig e da católica Carolina Zini. Ele é protestante, morador de Nova Bassano, ela católica, paroquiana de Alfredo Chaves. Fiz quanto pude para impedir este matrimônio, mas o moço não quis tornar-se católico, nem faz questão que seu casamento seja religioso ou civil. Espontaneamente me assegurou que deixaria sua esposa plena liberdade de praticar a sua religião e de nela educar os filhos. Confirmou por juramento essa promessa. A moça, apesar de pertencer a boa família católica, ameaçou de afogar-se antes de renunciar ao projetado casamento, dizendo que já tem vinte e um anos. Na minha presença, e como resposta às minhas objeções, ameaçou de casar só pelo civil. Nestas condições, peço as necessárias faculdades para providenciar sobre o lastimoso estado destes infelizes (ACM. Paróquia São Luiz Gonzaga de Alfredo Chaves, Ofício 4 de junho de 1919).

É bem verdade que, se no campo econômico, alemães e italianos conviveram relativamente bem,¹⁴⁸ em se tratando de aspectos culturais e até políticos essas relações não foram totalmente harmônicas. Primeiro, porque o protestantismo foi um dos demônios a ser exorcizado pelo clero regional, cujas acusações ligavam a “seita” à maçonaria internacional; segundo, porque a união entre os dois grupos levaria à perda da identidade italiana e a um enfraquecimento da fé católica. Alguns atritos étnicos dessa natureza ganharam proporções políticas dramáticas, como as ocorrências de Antônio Prado, em 25 de maio de 1936. No ato, um grupo de colonos protestara em frente à prefeitura, cuja administração era a de um descendente de alemães, Oscar Hampe. Houve reação do poder público, resultando em um tiroteio que vitimara 3 colonos e o delegado de polícia da cidade. Em meio a uma atmosfera crítica como a dos anos 1930, os estragos relacionados a um clima de tensão podiam ser graves e o clero, sem sombra de dúvidas, foi um dos motivadores desses incidentes.¹⁴⁹

Enfim, cuidando dos mais diversos aspectos, atuando sorrateiramente, selecionando seus aliados, neutralizando inimigos, ou ao menos sabendo quem eles eram, a Igreja Católica

¹⁴⁷ Em 1933 houve a imposição definitiva que regulamentava o exercício da medicina em território nacional. O decreto nº 20391 determinava também que estabelecimentos farmacêuticos não mais deveriam aceitar receitas que não fossem assinadas por médicos inscritos nas municipalidades. (AHG, Caixa 40, ofício 24 de janeiro de 1933).

¹⁴⁸ Sobre este tema, consultar: (GIRON 2008, p. 105-120).

¹⁴⁹ Ainda que esse episódio vá receber maior atenção no próximo capítulo, convém lembrar que o caso sempre foi tratado como um incidente ligado a questões econômicas vinculadas ao fisco municipal. Em recente artigo, René Gertz aponta as possíveis motivações étnicas dos atritos, latentes no período, merecendo o caso maiores estudos e atenção da historiografia regional. (GERTZ, 2010).

pôde avançar no seu projeto de poder. Lenta, mas solidamente, foi conquistando uma ascendência entre a população, cimentando a base de seu poder a partir das comunidades rurais e, posteriormente, penetrando no tecido social urbano. Seu poder não tinha pés de barro, estava ancorado em uma ampla base, disseminando seus valores e criando uma sociedade a sua imagem e semelhança. Colocava o colono, sua religiosidade católica, moralidade, seu modo de vida simples, mas digno, com seu trabalho e sua abnegação, no centro do perfil identitário regional.

Quando a crise dos anos 1920 tornou-se aguda, a Igreja Católica foi a única instituição local que se encontrava relativamente coesa e organizada para influir nos destinos políticos da região.¹⁵⁰ Não fosse essa solidez construída a partir de baixo, seu poder não teria sido decisivo, e nem teria se mantido por tanto tempo (ao menos até a década de 1960), como fator primordial no jogo político da área de imigração italiana.

Para se discutir questões voltadas a aspectos culturais, como a identidade, seria preciso dar conta de um amplo leque de abordagens,¹⁵¹ o que não é objetivo central no momento. Inegavelmente, qualquer grupo social possui aspectos simbólicos que permitem uma certa solidariedade interna. Esses símbolos podem ser criados ou recriados, adaptados em diversas circunstâncias, portanto, precisam ser entendidos no sentido de quem os manipula. Não se pode duvidar de um sentimento de identidade entre imigrantes italianos, sentimento antes, até, quem sabe, de uma possível alteridade, mas que fora usado de maneira diferente pelos lados em luta na região. Maçonaria e diplomacia italiana, o positivismo do PRR e a Igreja Católica possuíam meios diversos para canalizar essa potencialidade cultural, contudo, o momento, a capacidade de lidar com situações e a profundidade dos laços sociais iria determinar o maior sucesso das partes em disputa.

O conjunto de transformações das duas primeiras décadas de 1900 acabou por alterar o jogo de poder na região de imigração italiana. Mesmo que o PRR ainda não fosse um

¹⁵⁰ A ampliação do poder clerical não dizia respeito apenas aos bens imateriais, mas também sobre os materiais. A Igreja irá se envolver nas disputas pelos espaços patrimoniais urbanos, e passará a acumular poder econômico, processo a ser estudado no próximo capítulo.

¹⁵¹ Essa etnicidade italiana podia estar também ligada aos símbolos da modernidade e do progresso de uma sociedade urbana e insdustrial. “Os do interior que demandam a acrópole gaúcha, passando por aqui, vêem bem, em Caxias, os primeiros incursos de foros de civilização. Aqui substituem as botas pelos sapatos, o lenço pelo colarinho incômodo, o ‘rabo de tatu’ pela bengala e as bombachas pelas calças listradas com frisos. Aqui amanhecem, os do campo, com os ruídos dos apitos das fábricas que constituem o mugir das vacas e vêem rodar os automóveis e possantes caminhões ao invés de carro de boi rangedor e estridente. E pelas caçadas passeia o forasteiro admirado, estasiando-se nas belezas da mulher caxiense em seu ‘footing’ na quadra da praça Dante; olha as construções modernas, as vitrines deslumbrantes; observa o vai e vem que revela o adiantamento civilizador que ingressa a passos largos no antigo ‘Campo dos Bugres’ e isso constitui para o forasteiro campesino, o primeiro banho que lhe facilitará desenvoltura no local de destino” (AHMJSA. Fundo Luís Napolitano, recortes de jornais, sem data precisa).

“cachorro morto”, as antigas relações de mando haviam se transformado. Era necessário, portanto, mudar também os antigos mandatários.

3. A DÉCADA DE 1920 E OS “NOVOS” VENTOS DA POLÍTICA REGIONAL

A década de 1920 iniciaria sob a insígnia da crise e das fissuras políticas entre os grupos no poder. Como não poderia deixar de ser, longos anos de permanência nos executivos acabam por desgastar e corroer as alianças internamente, tornadas mais frágeis ainda quando mudanças sociais, econômicas e culturais pressionam de fora. O início dessa rachadura será tomado aqui quando da eleição para presidente do país, em 1921.

Dentro do velho esquema da chamada política Café-com-Leite, o eixo São Paulo-Minas havia lançado a candidatura do mineiro Arthur Bernardes, para substituir o paraibano Epitácio Pessoa. Borges de Medeiros, opondo-se ao arranjo e compondo a Reação Republicana, juntamente com os estados de Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, apresenta o nome de Nilo Peçanha. A plataforma de governo da oposição apresentava um programa baseado num “plano financeiro de controle da inflação, a favor da conversibilidade da moeda, dos orçamentos equilibrados, em suma, da política inaugurada pelo paulista Campos Sales em um momento muito difícil e depois abandonada” (FAUSTO, 2004, p. 307). De profunda inspiração do governo gaúcho, o programa atacava ainda a excessiva proteção e valorização do café. Segundo Axt,

a intransigência no combate às emissões sem lastro serviu de combustível para a cisão do oficialismo rio-grandense com a burguesia agro-exportadora de Minas e São Paulo na tensa campanha sucessória de 1921/2. Borges de Medeiros, que estava particularmente interessado na estabilização da moeda, viu no candidato Arthur Bernardes o aprofundamento dos esquemas de sustentação do café baseados em emissões sem lastro (2001, p. 305).

Essa indisposição com as elites centrais do país refletia, no entanto, também em choques com o grande capital comercial da capital gaúcha, a qual se beneficiava com tal política. Seguindo os preceitos ortodoxos das diretrizes financeiras castilhistas de “horror ao crédito e equilíbrio orçamentário”, o governo do PRR conseguira manter uma autonomia interna em relação governo federal. Essa autonomia era oriunda dos superávits acumulados, que deixava o governo menos vulnerável “às oscilações do mercado e às variações cambiais, bem como menos dependente dos favores e dos créditos da União”.¹⁵² Porém, se isso foi possível até o início da década de 1920, a situação agora era outra. Com as encampações

¹⁵² “Para um Estado com apenas 16 cadeiras na Câmara Federal, nem todas sendo ocupadas pelo partido dominante, e que não acompanhava o dinamismo da economia agroexportadora paulista, o equilíbrio orçamentário era estratégia fundamental para arrancar à União o compromisso de não intervenção nos assuntos políticos locais, já que o governo gaúcho não se apresentava com o chapéu na mão” (FAUSTO, 2001, p. 382, 386).

(sistema ferroviário, portuário...), custos com a manutenção da máquina pública, entre outros, os gastos e, por consequência, os déficits, foram aumentando. O endividamento provocava descontentamento nas elites e classes que apoiavam o governo republicano, em especial os grupos financeiros e mercantis urbanos, adeptos de um governo enxuto e eficiente ao modelo liberal, capaz de fazer frente aos seus compromissos sem aumentar encargos fiscais. (FAUSTO, 2001, p. 398).

Por outro lado, a crise internacional do pós-guerra também repercutia negativamente no Estado. O retraimento do consumo europeu de carnes atingia os frigoríficos gaúchos, provocando a diminuição dos abates e a baixa dos preços do gado. No Prata, se verificava algo semelhante, quando então fora retomada a produção de charque, restringindo ainda mais o mercado internacional e nacional para os criadores rio-grandenses, que ficaram sem ter onde colocar seu produto. A situação se tornou mais grave quando os empréstimos contraídos por esses mesmos criadores, concedidos em momento de euforia durante a guerra para que melhorassem a criação, começaram a vencer. Sem dinheiro para fazer frente aos compromissos, recorreram a Borges de Medeiros, pedindo uma política de defesa do produto regional.

A negativa do Presidente do Estado, que não abria mão de seu projeto de desenvolvimento diversificado da economia gaúcha (PESAVENTO, 1992, p. 83-85), levaria muitos criadores à falência. (PESAVENTO, 1992, p. 83-85). Assim, o governo republicano enfrentava um problema em duas frentes – interna e externa ao estado – que, hipoteticamente, poderia ser amenizado com a vitória de Nilo Peçanha e a mudança nos rumos da política financeira nacional.

O grande problema, lembrando Joseph Love, era o de que entre os três grandes estados autônomos (Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul), os dois primeiros atuavam em conjunto, excluindo o terceiro. (LOVE, 1975, p. 129). Mesmo quando o contexto parecia favorável a uma ofensiva, como no caso das eleições de 1921, sempre havia o recurso da máquina eleitoral e os esquemas tão bem conhecidos e praticados pelo próprio PRR. O fato foi que a aposta de Borges de Medeiros não deu certo. Arthur Bernardes acabou vitorioso, e a posição do governo positivista do Rio Grande ficava fragilizada, abrindo, mais uma vez, o flanco às ofensivas da oposição federalista, cujo apoio ao candidato das oligarquias paulista e mineira reforçava e dava novo alento para lutar contra o regime borgista.

Após a derrota na revolta de 1893, os federalistas passaram a enfrentar divisões internas, o que dificultou uma maior pressão sobre o governo republicano. Embora 1922, contudo, iniciasse sob perspectivas ruins, logo no ano de eleições para presidente do estado as

dissidências conseguiram ser relativizadas através da figura de Assis Brasil. Este havia sido um nome quase unânime, e, mesmo que os federalistas não tivessem um programa de governo definido, Assis Brasil resolveu aceitar o convite para candidatar-se e tentar impedir o quinto mandato de Borges de Medeiros. (FRANCO, ano, p. 36).

Havia a esperança de que Arthur Bernardes, no exercício da presidência, “ajudasse a Aliança Libertadora a derrotar o situacionismo gaúcho”. Assim sendo, partiram para uma vigorosa campanha e, após o pleito em 15 de novembro daquele ano, “cantaram vitória, sustentando que Borges de Medeiros não alcançara o quorum especial, constitucionalmente exigido para a sua recondução”. Como já era esperado, isso acabou não acontecendo. Ainda queoubessem acusações, denúncias de violências e fraudes, a “Assembleia dos Representantes, a quem incumbia apreciar os recursos e totalizar os resultados, deu o candidato oficial como reeleito” (FRANCO, 1996, p. 7). Derrotados e inconformados, a reação viria no início de 1923 (25 de janeiro), quando um levante em armas pretendia derrubar Borges de Medeiros, ansiando, ainda, por uma intervenção federal no Estado.

Nas áreas coloniais, embora com menor intensidade e frequência do que as regiões de forte reduto federalista como na campanha, os conflitos existiram. Nas regiões de imigração ainda eram frequentes as violências praticadas por grupos militares, de ambas as partes em guerra, quando das requisições de animais ou mesmo saques a propriedades, incluindo agressões e mortes de seus proprietários. Havia certo clima de medo, principalmente nas áreas mais ao interior, menos protegidas e, portanto, mais vulneráveis a esses atos. Institucionalmente, as atividades legislativas foram quase suspensas. Em Garibaldi, por exemplo, não há registros de sessões do Conselho Municipal no período. Em Caxias, antes mesmo de eclodir a revolta, o intendente Penna de Moraes comunicava a Borges de Medeiros, em 8 de janeiro:

o Conselho Municipal, que ordinariamente deveria reunir-se a 15 de novembro do ano próximo transacto, para votar o orçamento destinado a vigorar no presente exercício, deixou de fazê-lo, devido ao não comparecimento dos Conselheiros que se passaram para a oposição. Em face do que preceitua o art. 41 da Lei Orgânica, não cabe mais ao Conselho votar o orçamento para este ano, pois cumpria-lhe fazê-lo nas primeira sessões do ano anterior. Tal omissão, aliás voluntária e culposa por parte dos conselheiros oposicionistas, acarreta séria anormalidade para a administração municipal (AHMJSA, Correspondências recebidas, Prefeitura/Conselho Municipal. 08 de janeiro de 1923).

Somente em 15 de novembro daquele ano os conselheiros voltam às atividades, mesmo assim com diversas ausências.¹⁵³ Em Bento Gonçalves ocorre o mesmo processo de suspensão. Os revolucionários tinham à frente de seu comando, na área serrana, o coronel Felipe Portinho e o deputado Arthur Caetano da Silva. O primeiro participara da revolução de 1893; o segundo era representante federalista na Assembleia. (MONTEIRO, 2001, p. 147).

Embora os atritos mais contundentes tenham ocorrido após o mês de agosto, os meses iniciais foram bastante conturbados. No início de fevereiro, o intendente de Caxias relatava a Borges de Medeiros:

sediciosos apossaram-se distritos rurais donde expulsaram autoridades e companheiros nossos mais valimentos. Urge restabelecer e garanti-los pela força, afirmando ali prestígio situação republicana. Enviei aí secretário município vos exporá situação. (AHMJS, Correspondências recebidas, Prefeitura/Conselho Municipal. 4 de fevereiro de 1923).¹⁵⁴

Acusações recíprocas se tornaram rotineiras através da imprensa partidária. *O Democrata* pertencente aos assististas, e o *Brasil* aos borgistas. O intendente Penna de Moraes era acusado de amedrontar e impressionar a população, encenando prisões de oposicionistas, circulando a cavalo pela vila com tropas. A todo o momento havia boatos de investidas revolucionárias, o que deixava a população intranquila. (MONTEIRO, 2001, p. 142-145).

No entanto, o caso mais rumoroso ocorrido na região nesses primeiros meses foi a morte dos dois irmãos, Pedro e José Biondo, 16 e 18 anos, no distrito de Ana Rech, em Caxias. Ambos voltavam da missa quando guardas da Brigada Estadual lhes solicitaram a entrega das armas que portavam. Os irmãos teriam se recusado a isso, tentando fugir do local, montando rapidamente em seus cavalos, momento em que teriam sido alvejados pelas costas pelos guardas. Tanto Assististas quanto republicanos passaram a explorar o caso de maneira

¹⁵³ Em 8 de novembro, o presidente do Conselho de Caxias informava ao intendente: “Existindo, atualmente, três vagas no Conselho Municipal com a perda dos mandatos dos Conselheiros: João Crysostomo Teixeira Gonçalves, Aristides Germani e Samuel Alovise, nos termos da Lei Orgânica Municipal, isto é, por não terem comparecido à sessão ordinária do ano passado, sem causa justificada, como se vê do ato nº 173 de 23 de janeiro do corrente ano, ato esse do qual tomou conhecimento o Conselho Municipal que funciona com o número legal, de acordo ainda com a referida lei Orgânica, faço-vos ciente de que se torna indispensável o preenchimento das referidas vagas. Outrossim, vos cientifico de que se acham ausentes os Conselheiros Adelino Sassi e Pedro Valentim Ely” (AHMJS, Correspondências Recebidas, Câmara de Vereadores).

¹⁵⁴ As tensões na área colonial italiana se manifestavam antes mesmo da data oficial do início da revolta. No dia 11 de janeiro, o intendente de Guaporé, Agilberto Maia, enviava o seguinte comunicado ao Presidente do Estado: “Esta madrugada um grupo cinqüenta homens vindo município Passo Fundo penetrou este município, distrito Casca e ali prendeu nossos amigos Pedro Amancio Bueno, chefe prestigiado ali e Joaquim Pires, levando-os lugar ignorado. Sigo para lá, providenciar respeito. Rogo providência a fim garantir republicanos”. Esse primeiro comunicado havia sido expedido às 13:30, no mesmo dia, porém, às 20:55, o intendente voltava a fazer contato: “Confirmo meu telegrama hoje. Ainda é ignorado destino prisioneiros. Revolucionários essa tarde mataram três companheiros nossos, alvejando-os dentro do mato. Fato passou-se na linha 21 Abril, segundo distrito este município. Situação tornou-se grave. Rogo V. Exa. remessa urgente de força armada” (AHRGS. Correspondência dos Governadores, maço 67, 11 de janeiro de 1923).

diferente: os primeiros denunciavam o ataque covarde dos republicanos, assassinando os dois rapazes sem lhes permitir defesa; os segundos argumentavam a legítima defesa dos guardas, pois teriam sido atacados primeiro pelos dois irmãos. Nessa versão, os jovens foram encontrados de armas em punho. O jornal católico de Bento Gonçalves *Corriere d'Italia* também descrevia – a seu modo – o fato. Com contornos de dramaticidade e piedade, relatava todo sofrimento da mãe pela perda recente de seu marido: sem condições de ir à missa, pediu aos seus filhos que fossem orar pelo falecido pai. Ao saírem da igreja, teriam sido interpelados pelos guardas, que lhes solicitaram a entrega das armas. Com medo de perdê-las, embora já velhas e mal funcionando, teriam fugido, dando ocasião para o incidente. Na realidade, a prática de portar armas era comum, só que em um contexto revolucionário e diante de leis de exceção, muito provavelmente desconhecidas pelos dois irmãos, isso poderia acarretar em mal-entendidos, ocasionando incidentes desta natureza. O jornal reportava toda essa discussão e colhia ainda o depoimento do Pe. Michele que, aos prantos, dizia:

Por que não me mandaram um aviso? Eu desarmava os meus paroquianos com duas palavras, vocês revistaram cinquenta homens e encontraram três armas [...] os dois garotos se encontravam com o rosário no bolso e nos dias das santas missões, não faltaram em nenhuma prédica se confessaram e comungaram (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 02 de março de 1923).

Para finalizar e corroborar a versão, apresentava o depoimento de uma testemunha ocular, Normelina Lisboa, a qual externava o pesar pela mãe e “à laboriosa colônia, da qual descendiam; em memória a esses dignos patrícios, inofensivos, que haviam acabado de assistir ao santo ofício da missa e que por ocasião do assassinato traziam rosários consigo” (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 2 de março de 1923).¹⁵⁵ Se para alguns (federalistas), portanto, os irmãos Biondo haviam morrido de mãos vazias, apenas fugindo de um ataque covarde, para outros (republicanos), tombaram empunhando as armas que traziam como prova de sua agressão; enquanto, ainda, para terceiros (católicos), teriam sido martirizados com o rosário em punho, conforme versões posteriores que o jornal vincularia.

O acontecimento foi explorado pelo jornal católico ao menos até o mês de abril. Seu discurso colocava a agressão aos jovens, extensiva à colônia, ao trabalho honesto, à população que sempre pagara seus impostos. Acompanhava com atenção o desenrolar das atitudes da mãe, Maria Novello Biondo, em sua busca por justiça, incluindo as repercussões diplomáticas quando o embaixador italiano se reportara ao Ministro Exterior de seu país, denunciando “a morte de dois súditos e reclamando que se tome as providências legais” (CPML, *Il Corriere*

¹⁵⁵ Usando um termo que os republicanos comumente cunhavam para qualificar os revolucionários, isto é, o banditismo, o jornal perguntava: “Vocês querem banditismo maior do que esse?”.

d'Italia, 06 de abril de 1923). Para os federalistas, os irmãos tiveram lugar de destaque no chamado *Álbum dos Bandoleiros: revolução Sul-Rio-Grandense do anno de mil novecentos vintitres*, publicação comemorativa dos assisistas. Havia duas imagens: uma apresentava os cadáveres nos caixões, lado a lado, e noutra aparecia apenas um dos irmãos deitado em uma maca, expondo as marcas dos disparos nas costas. A página trazia o título “O crime de Ana Rech”.



Os republicanos parecem ter se mantido mais em silêncio devido às evidências de agressão e à repercussão negativa que tivera o fato. Todavia, a revolução continuava. No mês de março, desde Alfredo Chaves, seguia o telegrama: “levo conhecimento V. Exa. revoltosos número superior cinqüenta homens, bem armados, acabam entrar vila, trazendo preso, amarrado, um nosso companheiro” (AHRGS, Correspondência dos Governadores, maço 67, 8 de março de 1923). No município de Guaporé, em maio, seguiam os confrontos:

Acompanhando pequena escolta 18 homens, atingi hoje distrito São Domingos, reduto grupo sediciosos aqui se encontravam cometendo toda sorte atentados contra propriedades, vidas, etc. Iniciado ataque, travou-se renhido tiroteio. Eram quarenta os que ofereceram resistência. Grupo foi completamente vencido, sem nenhum prejuízo nossos companheiros. Adversários fugiram debandada, internando-se mato; deixaram um morto, levaram diversos feridos. Deixaram lugar acampamento 15 cavalos, foram por mim restituídos colonos, que os retomaram, cinco rezes estavam atadas para serem carneadas, oito laços, vinte e quatro pares de arreios, duas pistolas, dois revólveres 38, quatro armas de caça, oito bocós munição winchester, revolveres 38 e 32, grande quantidade de chumbo, inúmeros canudos de taquara cheios de pólvora, a espada pertencente a Laureano Pires de Rezende, chefe do grupo (AHRGS, Correspondência dos Governadores, maço 67, 9 de maio de 1923).

Fatos mais drásticos ainda não tinham sido registrados nos centros dos municípios como Caxias, Bento ou Garibaldi, tanto que, em julho, Penna de Moraes faz retornar a Porto Alegre parte do efetivo da Brigada que se encontrava na cidade, desde o mês de novembro de 1922 e que garantia a segurança das autoridades na cidade.¹⁵⁶ A vigilância dependia também não só de um cuidado com assaltos repentinos de grupos armados, mas de um controle de importantes cidadãos municipais, personalidades destacadas e com grande ascendência étnica sobre a população. Os fatos envolvendo os irmãos Biondo pareciam ter deixado claro que o elemento étnico exercia uma função importante naquilo que dizia respeito a ganhar ou perder o apoio das comunidades locais. Mais pelas circunstâncias do que pela importância individual dos sujeitos, o assassinato dos jovens provocara um mal-estar em relação às forças governistas. O que se poderia dizer, então, se um ato de violência republicana atingisse o escol da sociedade imigrante? Nesse sentido, o tratamento era diferenciado e mais delicado. Exemplo disso foi o trato dispensado ao médico Rômulo Carbone, sob orientações do próprio Borges de Medeiros:

Cumprindo vossa determinação em telegrama 30 passado mandei segurar Carbone garantias ordenadas. Apesar conhecido como instigador atitudes sediciosas contra situação, posso afirmar-vos nenhum constrangimento sofreu ou sofrerá. Elemento

¹⁵⁶ “Regressando hoje essa capital força Brigada aqui permaneceu desde novembro. Agradeço terdes sempre atendido pedidos fiz vindo referida força cuja presença poupou momentos amargos autoridades e republicanos em Caxias. Fatos estão ocorrendo todos os dias jamais exagerei ou pedi em vão força governo Estado, pois caso contrário Caxias teria sido assaltada como será dia que ficar desguarnecida” (AHMJSA. Correspondências recebidas, Prefeitura/Conselho Municipal. 23 de junho de 1923).

pernicioso, serve-se prerrogativas consulares a fim imiscuir-se assuntos não lhe dizem respeito (AHMJSA, Correspondências recebidas, Prefeitura/Conselho Municipal, 1 de junho de 1923).

Conforme referido acima, após o mês de agosto a situação mudaria. Quando o inverno amenizara, as tropas federalistas já cruzavam o Rio das Antas, e ameaçavam mais vivamente as três cidades que, até aquele momento, puderam manter-se abrigadas de grandes revezes. Em 6 de setembro, foram registrados combates entre forças assististas e borgistas próximos aos distritos caxienses de Criuva e São Manoel, tendo sido a vitória dos assististas, o que lhes garantiria o acesso ao distrito de São Marcos. No dia 23, os revolucionários entraram em São Marcos, havendo então um grande tiroteio. Seguindo seu avanço, no dia 2 de outubro, após derrotarem as tropas governistas no Passo do Zeferino, entravam em Nova Trento. Dia 31 do mesmo mês se direcionam para Garibaldi e entraram triunfantes na cidade. No dia 3 de novembro, seria a vez de Bento Gonçalves e Caxias. (RIZZON, POSSAMAI, 1987, p. 201-204).¹⁵⁷ Nesta última, os confrontos entre as forças ocasionaram a morte de um dos líderes assististas, o são-marquense Adolfo Fortunatti. (MONTEIRO, 2001, p. 149-150).

Os relatos de assaltos e atos criminosos passaram a ser mais frequentes. A imprensa católica, principalmente através do jornal carlista *Il Corriere d'Italia*, se ocupa de forma mais incisiva com as ocorrências, enquanto o *Staffeta Riograndense*, folha capuchinha, adota uma posição de suposta neutralidade, não publicando ou dando relevância devida aos acontecimentos. Assim, ao final de agosto de 1923, quando se prenunciavam os ataques revolucionários a Caxias, um destacamento governista se dirige a Nova Pádua – 4º distrito –, requerendo cavalos e mulas aos colonos. Não satisfeitos, resolvem então assaltar a casa

¹⁵⁷ Segundo os autores, a adesão aos revolucionários era grande em cada localidade. No entanto, essa resistência não fincava raízes e os borgistas logo retomavam as rédeas da situação. Talvez devido ao caráter mais itinerante dessas tropas ou mesmo ao fato de que faltavam aos federalistas líderes locais de maior expressividade com capacidade de sustentarem por mais tempo o poder que momentaneamente parecia estar em suas mãos. Não foi possível encontrar nenhum relato de confrontos em Bento Gonçalves, mas muito provavelmente eles existiram. No *Álbum dos Bandoleiros*, aparece uma foto das tropas comandadas por Mariano Pedroso de Moraes em frente ao prédio da Intendência Municipal na tomada da Vila, no dia 5 /11/1923. Em Garibaldi, há o seguinte relatório do sub-delegado de polícia, Luiz Ruggero Casacurta: “Na noite do dia trinta e um de outubro, entrou nesta vila uma força revolucionária comandada por Marianinho Pedrozo, tendo havido nesta noite, várias descargas de armas de guerra, tendo sido atingidas pelos projéteis várias casas. Estando eu dormindo fui acordado por gritos que pediam socorro, isto poderia ser uma hora da manhã do dia 1º de novembro. Levantando-me às pressas corri à rua para ver que havia deparando que lavrava grande incêndio na casa pertencente à Intendência Municipal desta vila e uma parte do I. José Valmorbidia. Neste prédio residiam quatro famílias as quaes nada puderam salvar, devido que com o tiroteio havido na mesma noite tinham escapado todos de casa por estar esta exposta às balas. Interrogadas algumas pessoas que por acaso se encontravam perto sobre a origem do fogo, disseram que a seu parecer foram as descargas das forças assististas que iniciaram o incêndio devido morar nela o comandante da Guarda Municipal de nome Francisco Martins Costa, um cabo da mesma guarda de nome Carlos Rezende Caetano, Guilherme José Fagundes com sua família e mais um outro cabo administrativo. Visto tratar-se de um incêndio provocado por força no dia dois de novembro, procedeu-se ao respectivo auto de corpo de delito e nesta ocasião me foi apresentada pelas partes prejudicadas uma relação do que possuíam e perderam no incêndio que vão junto a este” (AHG, Caixa 24, 2 de novembro de 1923).

paroquial, roubando a mula e uma égua pertencentes ao Pe. Scardovelli. Após insistência do subintendente local, os soldados acabaram por devolver a égua, porém a mula não foi restituída. Segundo o argumento das tropas, estavam requisitando tais animais por ser o Revmo. um assistista, já que nas últimas eleições teria favorecido os libertadores, sendo um líder oposicionista local. Para o redator da matéria, o clero era apartidário, e “estava dando um exemplo edificante de imparcialidade, mostrando ao povo que a política de um padre é bem mais sublime daquela do presidente do Estado e dos intendentés” (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 24 de agosto de 1923). Acusava o regime de decadência moral e financeira, e perguntava: “se as forças regulares tem um comportamento assim reprovável, no que podemos criticar os revolucionários?” (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 24 de agosto de 1923). Finalizava alertando ao chefe do Estado que deveria “convencer-se que estes fatos comprometem as autoridades locais, porque os colonos, e com muita lógica, dão a culpa por todos aqueles atos aos intendentés e subintendentés e assim todas as autoridades ficam em uma situação crítica” (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 24 de agosto de 1923).

Na mesma matéria, é arrolada outra arbitrariedade das forças governistas novamente por ocasião das requisições. Sugestivamente, o título da matéria se chamava “Banditismo”, e discorria que

quando as forças penetraram na casa de um parente do Sr. Bellizari Battista, não satisfeitos de se servirem de tudo o que encontravam, todos os objetos que não puderam levar embora, como panelas, vasos, pratos, etc, foram quebrados por desaforo, e se deve notar que aquele parente de Bellizari nunca se meteu em política, é um honesto pai de família e não se ocupa de partidos (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 24 de agosto de 1923).¹⁵⁸

Entre uma e outra história de abusos, reaparecia a questão do patrimônio: “destroem tudo: cereais, animais, vestimentas. Deixam homens, mulheres, crianças na mais completa miséria... aqui não se trata de partidos” (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 28 de junho de 1923). Mas os disparos não eram apenas contra os que pegavam em armas, pois “infelizmente, grande parte do comércio e de outros elementos que se fizeram ricos pelo suor dos colonos

¹⁵⁸ O último caso descrito referia-se a um episódio em Carazinho: “no dia 30 de abril, aí pelas 11 horas da noite compareceram na casa de Nicola Cortese (dito Scanfonaro), uns 60 revolucionários mais ou menos. Cercaram a casa; Nicola encontrava-se deitado com a sua família e sente bater na porta. Rapidamente suspeitou quem era (os gentis-homens caçadores de votos), e disse a sua mulher que abrisse a porta enquanto poderia escapar pela janela de dentro da casa; mas, apenas abriu a janela e foi atingido no peito por duas balas de Winchester e sem proferir palavra alguma a vítima caiu morta. Não contentes, quiseram ainda mutilar-lo jogando-o em uma possa de barro pisando sobre o cadáver. Com todo aquele susto na família, um filho escapava por uma pequena estrada e um dos (libertadores) disse: olha lá onde está descendo um (chimangozinho) e disparou um tiro que atingiu as costas do pobre pequeno deitando-o ao solo”.

estão agora a proteger aqueles que nunca pagaram um vintém de imposto” (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 28 de junho de 1923).

De fato, a revolução havia provocado, ou, ainda, exacerbado um certo sentimento de repulsa ao modelo político-administrativo do estado e a maneira como as coisas públicas eram conduzidas. “Quietos! Quietos! Se diz que o Assis Brasil mandou toda a criação de gado para o estado Oriental e depositou todo seu dinheiro em bancos estrangeiros. Assim fizeram todos os fazendeiros, seus companheiros da Campanha” (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 10 de dezembro de 1923), afirmava um personagem em hipotético diálogo entre colonos. “Pois é, ao invés de serem os primeiros a empenharem seus capitais e darem o exemplo para sustentar a revolução, eles procuram se salvar e nós temos que mantê-los” (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 10 de dezembro de 1923), respondia um segundo. Já um terceiro alfinetava em outro extremo, após recordar o contexto semelhante da revolução de 1893, quando recorriam às autoridades consulares italianas pagando taxas aos cônsules, inclusive depositando e confiando capitais, a fim de buscarem direitos e alguma forma de proteção – nesse caso, o ressarcimento pelos prejuízos das requisições –, exclamava: “O que é que vocês querem... aquela caderneta! Tudo dinheiro posto fora!” (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 10 de dezembro de 1923). E se referindo ao atual momento disparava,

uma noite eles aparecem lá em casa e me levam tudo. O que faço eu agora? Vou ao cônsul do município e lhe conto tudo, fizemos as reclamações, reconhecemos firma no cartório, gasto mais 50\$000 e remeto uma carta ao cônsul de Porto Alegre, se vocês me acreditam: ninguém nunca entrou em contato e nada mais recebi! (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 10 de dezembro de 1923).

A desconfiança e o descrédito das autoridades políticas pareciam aumentar à medida que as vítimas de todo o processo nenhum vínculo tinham com as partes em guerra, não se metiam em política e não tinham partido, o que efetivamente não era toda a verdade. Padres e colonos assumiam, sim, posições; do contrário, de onde viriam as adesões que os libertadores encontravam quando passavam pelos municípios? O histórico de envolvimento do clero nas questões partidárias também depõe contra os relatos apresentados; é certo que os ataques podiam ter alguma relação com predileções partidárias ou simpatias políticas. Um exemplo dessa hipótese é dada por outra matéria do jornal, ao referir-se a Boa Vista do Erechim:

Alguns dias atrás foi escandalosamente praticado o assim dito empréstimo de guerra dos senhor messias da *Liberdade*. É difícil citar o nome de todos inclusos na lista negra, em 500\$; 1:000\$; 2:000\$; 3:000\$; 5:000\$; 10:000\$; 20:000\$, basta dizer que em soma o empréstimo de guerra (roubo de guerra) somou a bela quantia de 100:000\$, somente na Vila, excetuando as requisições em mercadorias, mantimentos, animais, etc., etc. É compungete o afronto ao Sr. Atílio Assaci, negociante desta Vila, homem de ótimos costumes, pai de numerosa família,

trabalhador ativo, sem credo político, já com sessenta anos, sempre doente, que foi preso por três horas o que agravou seu estado de saúde causando o perigo de abreviar sua preciosa existência. Consta que também o Sr. Luiz Loss havia pago a título de contribuição de guerra 2:000\$000. Diversos daqueles senhores, depois da intimação, eram acompanhados de gente armada e sem poder proferir nenhuma palavra. A esposa do Sr. Saulo Pagnocelli foi proibida de visitar a seu filho Ernesto, preso na serra, onde havia passado a noite. Conseguiu vê-lo depois de enorme e enérgica insistência, com o coração transpassado de dor, viu seu filho que pouco depois foi solto. O Sr. Luigi Fossati, por sua bondade septuagenária, homem de excelente conduta e provada honestidade, antigo comerciante das antigas colônias, donde venceu pelo trabalho, amado por todos e reputado no comércio, teve que sujeitar-se a impressionante e desagradável acompanhamento como se fosse um clássico assassino. É de envergonhar-se com certos italianos que, depois de serem testemunhas destas tristes tragédias, ainda tiveram a coragem de aplaudir o gesto daqueles que hoje são os verdadeiros devastadores da colônia, da indústria, do comércio e finalmente do Estado. Considero que a maior parte desses são analfabetos políticos, são nutridos de um coração jacobino, se jubilam da sorte e gozam da desgraça dos outros. No dia 1 de setembro constando que as forças regulares estavam se aproximando, os senhores *libertadores* daqui, incluso o seu administrador, Sr. Uchôa, desapareceram completamente, exceto alguns que, tirando a *fita encarnada* passaram à proteção da Cruz Vermelha, aumentando assim o exército de parasitas que vivem as custas dos pobres e indefesos colonos e comerciantes (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 19 de outubro de 1923).

Pode mesmo ser que boatos, informações adquiridas por pequenos comentários, portanto, sempre imprecisas, levassem republicanos e revolucionários até os agredidos. Há um fato ocorrido no início de 1924 que pode servir para ilustrar a afirmação. Ao comemorar a passagem do carnaval, realizou-se uma festa na casa do Sr. Antônio Mazzocca, em Alfredo Chaves. Em meio ao baile, rompe na sala o subintendente, acompanhado por um soldado que grita: “ninguém se mexe! Ninguém se mexe que vai fogo!” Logo há um disparo seguido de outros numerosos. As pessoas, ao procurar se protegerem, correm de um lado a outro, quando uma das balas fere de morte o filho do Sr. Mazzocca, o jovem Eugênio. E qual teria sido o motivo para tanto?

Disseram que um jovem, festejando o início do carnaval, levava uma fita vermelha no chapéu de palha. Algum zelador da picada, que nunca falta, corre e anuncia às autoridades que na casa do Sr. Mazzocca haviam assistas com fitas vermelhas e que gritavam: Viva Assis Brasil! Rapidamente chega o subintendente com um soldado dando ordens para parar com o festejo. Ao primeiro disparo do soldado, é seguido outro do subintendente dando origem ao tiroteio e a funesta consequência (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 25 de janeiro de 1924).

Nota-se que esse episódio ocorreu após o tratado de paz, tendo origem em uma simples informação, denúncia oculta de um zelador de linha. O que, na verdade, parecia ser apenas uma brincadeira de carnaval, se transformara num trágico ato de violência. Portanto, não é absurda a suposição de que em pleno período revolucionário acontecimentos de natureza semelhante tenham ocorrido. Não se pode excluir, certamente, um fundo de razão nas críticas do periódico religioso. Muitos imigrantes não tinham afinidades com qualquer

ideologia político-partidária, preferiam não se envolver nessas questões, mas acabavam pagando um ônus injusto e, por vezes, pesado, devido à situação política estadual. Daí decorre outro lado da história, isto é, se mesmo tentando manter um afastamento, ainda assim eram prejudicados, tinham seus bens saqueados e vidas tiradas gratuitamente; o melhor era inteirar-se da política, dela participar de uma forma ou outra.

A omissão acabava cobrando seu preço, mesmo a quem nada devesse. Em certo sentido, a revolução de 1923 serviu para alertar muitos sobre esses problemas, abrindo, e não fechando no sentido de uma repulsa ainda maior, as portas da política para a sociedade imigrante. O que passava a estar implícito, e que a suposta isenção dos imigrantes agora não mais resolvia, era que o universo político abarcava a todos, independente de exercerem cargos ou de estarem filiados a agremiações partidárias. Um exemplo eloquente disso é a carta do colono Guilherme Wieck, residente em Garibaldi, enviada a Borges de Medeiros:

Até a pouco não tinha partido nenhum, gostava de trabalhar em paz e respeitar lealmente um governo leal. Embora os assistas me roubaram primeiro o único animal que tinha e que precisava para o meu trabalho. Depois, quando eu tinha me arrumado outro, eles, até o capitão, Mariano Pedroso, vieram e me tiraram aquele também, me insultaram com barbaridades, desrespeitaram a minha casa, me ameaçaram a vida, de maneira que tinha que fugir ao quartel da força federal destacado aqui. Sinto que chegou o momento de me decidir, para correr em defesa da ordem e da lei, ameaçadas por estes bandidos, de trabalhar contra essa gente que prometem “liberdade” e que trazem anarquia e que são mais brutos, mais safados, mais infames do que se pode dizer. Eu pensei que estas brutalidades cometidas até em estrangeiros deviam ser punidas publicamente, que o Rio Grande conheça mais uma prova da conduta dos libertadores, que já não respeitam mais os direitos sagrados, quanto menos mais tarde, quando um dia se sentirem no poder do governo. Quero apelar com todas as minhas forças para fazer propaganda contra eles, a minha honra o meu dever como brasileiro me chamam e estou pronto para trabalhar pela ordem e progresso, pela defesa do governo leal do RS e por vossa exa. meu ilustre presidente. Mas aqui em Garibaldi falta o mestre que me ensine, que me conduza no caminho. O nosso lugar é sem importância e fora disso reina ainda diferenças entre os diversos líderes do Partido Republicano de maneira que eu não sei que caminho deveria seguir. Por isso tomei a liberdade de escrever diretamente à V. Exa. Confio que não me deixará insultado e ameaçado e eu vou ficar grato por toda a minha vida e se o senhor me achar apto a trabalhar sob a sua ilustre direção em defesa do leal governo do RS, então peço que o senhor me coloque em um posto de responsabilidade (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros, Documento 02251, carta de Guilherme Wieck, Fundo Garibaldi, 5 de janeiro de 1924).

Enfim, os piores momentos da revolução atingiram essas áreas em sua fase final, pouco mais de um mês depois. Por intermédio do ministro da Guerra do governo, Arthur Bernardes, Mal. Fernando Setembrino de Carvalho, é celebrado o acordo de Pedras Altas, que colocaria um fim ao levante armado. As tentativas de Bernardes por uma conciliação entre libertadores e republicanos datavam desde o mês de maio, quando enviara ao Estado seu ministro do Tribunal de Contas, Tavares de Lyra. O insucesso desta missão foi sucedido por

outra, a do deputado federal pelo PRR, Nabuco de Gouvêa. No entendimento com Borges de Medeiros, havia impasses quanto ao artigo 9º da Constituição Estadual.¹⁵⁹ Por outro lado, os rebeldes não se mostravam muito inclinados a soluções conciliatórias, e exigiam a renúncia do presidente do Estado. Em 1º de novembro, Setembrino de Carvalho chegava a Porto Alegre depois de passar por Cruz Alta, Passo Fundo, Santa Maria e São Gabriel. A recepção na capital fora tumultuada, marcada por um conflito que deixaria sete civis mortos e 73 feridos, durante uma homenagem pública que recebia dos republicanos. (FRANCO, 1996, p. 9-19).

Antes do entendimento com os rebeldes, Carvalho negocia com Borges de Medeiros, ficando acordado a supressão da reeleição do artigo 9º; apenas havia pendências no artigo 10º, que tratava da eleição dos vice-presidentes. Pela constituição estadual, o vice-presidente era diretamente escolhido pelo presidente do estado, ponto com o qual Arthur Bernardes não concordava, e Borges era irredutível. Em 15 de novembro, há uma contraproposta dos libertadores, baseada nas exigências dos grupos radicais, nos quais se renovava a exigência de afastamento de Borges de Medeiros.

A fórmula contrariava as intenções de Bernardes e do próprio Assis Brasil, preso a essas facções. Entre avanços e retrocessos, no dia 21 de novembro, Borges aceita alterar o artigo 10º, porém os rebeldes agora cobravam a renúncia imediata do vice-presidente, Protásio Alves, e eleições para o cargo, um novo impasse surgia. Por fim, a 8 de dezembro, tanto Assis Brasil quanto Borges de Medeiros fazem concessões: o primeiro desistia da eleição imediata do vice-presidente, enquanto o segundo concordava em adiar as eleições federais de janeiro para maio de 1924. Após alguns dias, em 14 de dezembro, no castelo de Pedras Altas, sede da granja de Assis Brasil, os líderes revolucionários assinariam o acordo cuja cerimônia final se daria no dia seguinte, no Palácio Piratini. (FRANCO, 1996, p. 20-25).

A redação final incluía os seguintes pontos fundamentais: reforma do artigo 9º da Constituição, proibindo a reeleição do presidente para o período presidencial imediato, o mesmo em relação aos intendentess; adaptação das eleições estaduais e municipais à legislação federal, sendo o vice-presidente eleito da mesma forma e ao mesmo tempo em que o presidente. Por fim, é necessário fazer uma última observação: para a Região de Colonização Italiana, o conflito agregava não apenas as forças partidárias, mas, sim, e talvez numa importância tão mais substancial, a quebra de braço entre maçonaria e Igreja Católica. Durante o período de conflito, as posições assumidas por ambas tomaram caminhos opostos.

¹⁵⁹ “Art. 9 O Presidente exercerá a presidência durante cinco anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte, salvo se merecer o sufrágio de três quartas partes do eleitorado” (SOARES, 1996, p. 114).

A maçonaria optara pelo silêncio, já que seus integrantes se dividiam entre as partes em litúgio.¹⁶⁰ Já a Igreja, capitaneada pela figura de D. João Becker, adotara o caminho do apelo para o entendimento. O arcebispo participara inclusive das negociações de paz e redigira em 1923 a Carta Pastoral “Pela pacificação do Rio Grande do Sul”, moldando a imagem de uma figura equidistante, tal qual a orientação geral da Igreja naquele momento.¹⁶¹ D. João Becker possuía trânsito livre entre os dois partidos, o que servia para fortalecer a imagem do catolicismo, preparando o terreno para as investidas futuras do clero no mundo político. (ISAIAS, 1998, p. 93-94).

O ano de 1924, portanto, iniciava com o barco borgista “fazendo água”. Sua posição havia sido enfraquecida no nível federal com o rompimento de seu isolamento e sua autonomia, mesmo que pela intervenção branca de Arthur Bernardes. Internamente, o fim das reeleições para presidente do estado e intendentes municipais abria novas possibilidades aos grupos sociais emergentes nas colônias. As lutas intramunicipais se tornariam agora mais renhidas, e o primeiro ensaio seria realizado logo no ano de 1924.

3.1 Processos e dinâmicas internas no pós-Pedras Altas (1): Garibaldi¹⁶²

A revolução havia acabado, mas nem por isso a ordem estava totalmente restabelecida. Perturbações rondavam as vidas políticas estadual e municipais, sendo necessário garantir o mínimo de lisura e legalidade.¹⁶³ Em Garibaldi, o fim do litúgio marcou

¹⁶⁰ Sobre o tema, ver (VÉSCIO 2001, p. 190-206).

¹⁶¹ O jornal católico *Estrella do Sul*, de Porto Alegre, assim se manifestava após o tratado de paz: “Desde o começo do conflito político, repetimos ao nosso operoso clero as palavras dirigidas por S. Paulo ao seu discípulo Timóteo: ‘Ninguém que milita por Deus, se embaraça com negócios do século’ (2 Tim. 2, 4). A situação política exigia que o clero manifestasse uma atitude imparcial e não se envolvesse na luta travada entre irmãos. Os sacerdotes no exercício do seu ministério haviam de ser anjos da paz, aconselhando a todos na concórdia social, no respeito mútuo e no amor fraternal. Passou a tormenta, o nosso clero mostrou-se digno de sua alta investidura, desempenhou com critério e merecidos louvores a sua santa missão. De certo a atitude neutral e conciliadora do clero contribuiu francamente para que a lamentável situação não se agravasse e se aplainassem os caminhos da paz” (ACM. *Estrella do Sul*, 27 de janeiro de 1924).

¹⁶² A partir deste ponto, será dado um enfoque mais particular a cada município, não excluindo questões gerais de temas que transcendem as específicas questões internas. Opta-se por uma linha um pouco mais cronológica, que abrange o espaço temporal de 1924 a 1945. Devido a isso, os sub-itens tornar-se-ão mais extensos, mas necessários à compreensão das particularidades de cada local.

¹⁶³ Bem próximo à data marcada para as eleições federais em maio, Paim Filho remete a Borges de Medeiros desde Caxias o seguinte telegrama: “Caxias – 28.4.1924. Recebido telegrama V. Exa. de ante-ontem. Providenciarei recolhimento imediato destacamentos distritos relativos Lagoa Vermelha, Vacaria, Bom Jesus, São Francisco de Paula, Caxias. Todavia, tomo liberdade ponderar V. Exa. ser necessária permanência um esquadrão São João, município Vacaria, fronteira com Santa Catarina, distante noventa quilômetros sede do município, ponto apropriado incursão bandoleiros, dada distância a percorrer, deficiência cavahada será impossível atender caso necessidade com devida presteza. Sendo Criuva sede terceiro esquadrão 9º corpo distante noventa oito quilômetros Tainhas, sede corpo oitenta quilômetro Vacaria, sede oitavo corpo sessenta seis quilômetros Caxias, e existindo nos segundo, quinto distritos São Francisco de Paula grande número de

também o fim antecipado da administração de Manuel Marques da Silva Acauan frente à intendência em 31 de janeiro de 1924. Os motivos de sua renúncia não puderam ser determinados com exatidão. Acauan estava no cargo desde o ano de 1917 e, ao sair, deixava a administração com pesadas dívidas devido a investimentos estruturais como a termoeletrica municipal. Conforme já mencionado anteriormente, o ex-intendente fora convocado a prestar contas ao Conselho em abril daquele ano, tendo respondido de forma seca e ríspida ao pedido. Sua irritação provavelmente viria também das atitudes tomadas por seu sucessor, Jacob Nicolao Ely, que lhe atribuía às mazelas financeiras municipais. A título de ilustração, ao receber a cobrança das anuidades em atraso do jornal *A Federação*, assim responde Nicolao Ely ao gerente do periódico, Nabor Moura de Azevedo:

Respondendo vosso prezado favor de 23 do vigente, sobre a conta-corrente dos exercícios de 1920, 1921 e 1923, anteriores à minha gestão e nada constando nesta intendência, achamos conveniente fazeres reconhecer essa dívida pelo Sr. Manuel Marques da Silva Acauan, que então administrava esse município. Ainda mesmo legalizada a conta, cumpre-me levar ao vosso conhecimento que esta intendência só poderá atender aos inúmeros compromissos deixados pelo meu antecessor operando um empréstimo. Com a receita ordinária é impossível atender (AHG, Caixa 26, Ofício 26 de abril de 1924).

Ely seguidamente se referia à falta de experiência de seu antecessor, lamentando o estado de insolvência do município.¹⁶⁴ Não bastasse a situação financeira, o contexto político era ainda mais explosivo, pois a Revolução de 1923 abriu o caminho para as oposições, e a posição difícil do PRR na política estadual se tornava ainda mais frágil em Garibaldi, estando o poder executivo sob direção provisória, suscetível, portanto, a maiores pressões.

A articulação oposicionista reunia figuras de destaque na política e economia local vinculadas à igreja católica, em especial, a ordem dos Capuchinhos. O novo grupo que começa a se organizar a partir de 1924 abriria caminho para que, pós-1930, a presença de lideranças étnicas-italianas pudesse ser instalada no executivo, começando um reordenamento significativo do poder na cidade. As eleições de 1924, portanto, darão os primeiros indícios

indivíduos tomaram parte do movimento revolucionário que continuamente ameaçam elementos republicanos em suas pessoas e bens, torna-se imprescindível permanência ali referido esquadrão com medida ordem, efetivar garantias aquela vasta região e si necessário nos terceiro, quarto distritos de Vacaria. Permanência forças São João, Criúva nada afetará dispositivos legais, desde sua colocação fique afastada de locais funcionem seções leitorais, que sendo assistidas por fiscais, todos candidatos terão plenamente assegurada efetividade lei. Permitindo-me lembrar que estas medidas, tenho intuito único ver assegurada ordem toda sua plenitude, mais ampla liberdade a republicanos e oposicionistas exercerem seu direito voto. Regresso Vacaria, onde chegarei hoje, aguardando aí instruções V. Exa. sobre permanência esquadrão São João, Criúva” (AHRGS. Correspondência dos Governadores, maço 67, 28 de abril de 1924).

¹⁶⁴ O desprestígio de Acauan pode ter sido tanto entre a população de Garibaldi, que em outubro de 1925 encontra-se um abaixo-assinado dos moradores do “Bairro Acauan” desejando alterar a denominação para “Dr. Frederico Dahne”, engenheiro responsável pela Viação do Estado e que muito tinha contribuído para o progresso do local. (AHG. Caixa 28, 4 de outubro de 1925).

do futuro rumo político. O primeiro ponto a ser destacado é, certamente, a oposição e influência cada vez maiores da Igreja, capitaneada na cidade pela ordem dos capuchinhos. Donos do jornal *Staffeta Riograndense* sustentavam o ideário de italianidade, ansiando por ver na administração máxima do município alguma figura simpática ao catolicismo e com vínculos étnicos locais. Assim, em edição do dia 9 de junho de 1924, o jornal publica uma matéria intitulada “Programa Administrativo”, em que orienta os colonos a votarem em candidatos a intendentes que sejam católicos praticantes, conheçam os problemas da agricultura e as dificuldades dos agricultores (colonos). Passa então a pontuar itens do programa, como:

1º grande redução de número de empregados e conseqüente aumento de horas de trabalho aos que restarem, a começar pelo intendente. 6º - procurar estabelecer no município, de acordo com o benemérito clero, verdadeira família entre os dois poderes, civil e religioso. 7º - Não aumentar nem diminuir impostos, mas empregar escrupulosamente o dinheiro que recolhe em benefício público. 8º - ao fim de cada ano, depois de encerrado o balanço, remeter aos reverendos párocos, aos professores e inspetores de linhas, uma relação exata do ativo e passivo. 9º - o conselho municipal deverá ser formado de dois comerciantes, dois industrialistas, dois professores e um colono (CPML, *Staffeta Riograndense*, 9 de junho de 1924).¹⁶⁵

O artigo não é assinado, sendo endereçado da cidade de Muçum. Muito provavelmente tenha sido redigido por um padre local. De qualquer forma, reflete o ideário católico regional, que se tornará força de primeira grandeza no decorrer da década seguinte. Embora seu autor declare que não importa ser o intendente de um partido ou outro, o clero local mostrou que, na prática, assumiu posições bem definidas.

Nicolao Ely, em ofício no mês de abril, informava ao governo estadual que “Frei Caetano continua à testa do *Staffeta*. Nada tenho a opor, apenas dolosíssimo seria se dia 3 de maio tivéssemos desagradável surpresa” (AHG, Caixa 26, Ofício 1 de abril de 1924). O alerta havia sido dado no início de abril. Até essa data, poucos são os documentos fazendo alusão a conchavos ou explicitando adversários políticos. Na realidade, até praticamente final de abril inexistem denúncias dessa natureza e o diretor do jornal parecia ser o único adversário visível no horizonte.

Nicolao Ely se preocupava em acalmar alguns ânimos mais exaltados pelo aumento de impostos, solicitando orientação ao presidente estadual (AHG, Caixa 26, Ofício 12 de fevereiro de 1924); facilitava negócios de partidários, como Antônio Paganelli, cobrando agilidade no transporte de mercadorias para o Moinho São Pedro, de sua propriedade (AHG, Caixa 26, Ofício 21 de fevereiro de 1924); patrocinava churrascos a correligionários do

¹⁶⁵ Uma cópia do artigo se encontra entre os documentos oficiais da intendência de Garibaldi, o que demonstra a preocupação e a vigilância do poder executivo sobre a ação do clero na colônia.

distrito de Carlos Barbosa (AHG, Caixa 26, Ofício 1 de abril de 1924); manejava grupos de trabalhadores na melhoria das vias públicas interioranas, para facilitar os serviços eleitorais de maio (AHG, Caixa 26, Ofício 9 de abril de 1924); rogava, inclusive, carros de transporte para a Cooperativa de Carlos Barbosa, “atendendo assim a adesão seus dignos diretores ao nosso partido” (AHG, Caixa 26, Ofício 14 de abril de 1924). Fora isso, tratava de manter ou pôr em funcionamento serviços públicos básicos e recém-encampados pela municipalidade: “Nossa Usina Elétrica só tem combustível para hoje, por isso, rogo-vos concederdes e remeterdes com máxima urgência carro pedido para Barreto Vianna & Cia, dessa praça” (AHG, Caixa 26, Ofício 22 de abril de 1924).

As empresas credoras que haviam fornecido equipamentos para a Usina começam a pressionar. A Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens-Schuckert S. A., a 11 de março, exige resgate imediato de um título no valor de 9:266\$100, fato que deveria ter acontecido ainda em janeiro, segundo acordado com o ex-intendente Acauan. Nota-se que o ofício fora dirigido em nome de Acauan. Provavelmente a empresa nem soubesse da renúncia, pois demonstra surpresa pelo fato de o intendente ainda não ter se manifestado sobre o assunto, já que a condição de resgate do título tinha sido proposta por ele e prontamente aceita pela empresa. (AHG, Caixa 26, Ofício 11 de março de 1924). Outra empresa, Aliança do Sul – Companhia Nacional Importadora, Técnica, Comercial e Construtora, achando-se em estado de liquidação, estabelecia o prazo de no máximo o mês de junho para resgate de um título no valor de 1:413\$500, sob pena de cobrança judicial. (AHG, Caixa 26, Ofício 7 de abril de 1924). Por fim, a Luchsinger & Cia negociava seus títulos com a intendência no valor de mais de 62:000\$000, parcelando-o em três pagamentos, respectivamente: 30/06 – 30/09 – 30/12. (AHG, Caixa 26, Ofício 2 de abril de 1924). Embora reclamando do longo prazo, aceitava a proposta, e ainda cobria mais uma solicitação feita pelo intendente Nicolao Ely:

devendo esta municipalidade fornecer Luz a Estação Férrea, desta Vila, roguemos fornecer um contador de 40 a 50 ampéres, com urgência. Queiram também remeter-nos uma dúzia de braceletes para postes de iluminação pública com os pertences (AHG, Caixa 26, Ofício sem data específica, mas pelo teor provavelmente logo posterior ao dia 2 de abril de 1924).

Quanto à primeira empresa, não se pode encontrar qual foi a solução dada por Ely; sobre a segunda, já que o prazo de liquidação era junho, parece não ter despertado preocupações imediatas; a terceira, cujo montante poderia provocar estragos consideráveis, em todos os sentidos, foi empurrava para depois das eleições a resolução do problema. A tática era bastante evidente e comum, em qualquer período eleitoral: o bônus antes e o ônus depois do pleito. Tudo parecia correr bem, até o primeiro alerta ser dado, em 24 de abril:

“Horizonte tenta ofuscar-se novamente. Não tenho base para afirmá-lo, alguns que já contávamos enfileiraram-se novamente hostes adversárias” (AHG, Caixa 26, Ofício 26 de abril de 1924). Dois dias depois, “tenho denúncia que Francisco Remonti, empregado Viação Barbosa, hostiliza-nos, rogo providências” (AHG, Caixa 26, Ofício 26 de abril de 1924). O que veio em seguida soava como uma traição, já que Ely contava com os votos da Cooperativa de Carlos Barbosa: “tenho denúncia que a casa Fracalanza carregou dois carros acobertado pela Cooperativa. Se confirmar-se, espero não se reproduza, pois a própria Cooperativa sujeita-se a Black List” (AHG, Caixa 26, Ofício 26 de abril de 1924).

A Casa Fracalanza era um estabelecimento comercial cujo principal sócio, Baptista Mottin, era opositor e adversário de Nicolao Ely. Mas Mottin não era o único. Antigo conhecido de querelas políticas, Davide Sartori, comerciante residente no distrito, mas com negócios na sede do município, também confabulava contra o intendente. Nesse momento, contudo, se tornava difícil uma intervenção eficaz no local, pois as eleições se realizariam em apenas uma semana. A saída encontrada se resumia a passar fonogramas aconselhando seus correligionários a não frequentarem rodas assistidas, pois a situação já se encontrava “fanatizada pelos vermelhos, com gravidade” (AHG, Caixa 26, Ofício 28 de abril/ 1 maio de 1924). Um dia antes das eleições, Nicolao Ely solicitava auxílio de doze praças, em caráter de urgência, para manter a ordem pública no pleito. (AHG, Caixa 26, Ofício 2 de maio de 1924). No mesmo dia, em dois ofícios, assim se dirigia a José Ricaldone: “Vigário do 2º distrito faz propaganda abertamente contra nosso partido. Nossa situação problemática” (AHG, Caixa 26, Ofício de 2 de maio de 1924). No mesmo dia, outra comunicação:

Toda a minha atividade assim como dos meus companheiros foi empregada para o bom resultado do pleito de amanhã. Nada posso adiantar sobre o mesmo que é ainda problemático, devido a tenaz propaganda dos Capuchinhos, simpáticos ao assisismo. Padre Bruno continua auxiliando-nos. (AHG, Caixa 26, Ofício de 2 de maio de 1924).

O resultado das eleições para deputados e senadores não foi satisfatório para Nicolao Ely. Como já havia informado a Borges de Medeiros dias antes, os assistidas locais votariam em Plínio Casado para deputado, fato comprovado após o pleito, quando o político computara 1.111 votos (Aliança Libertadora), contra 471 votos dos candidatos republicanos. Para senador, Assis Brasil havia sido o mais votado, com 534 votos, e o candidato republicano João Vespúcio atingira 473 votos.¹⁶⁶ No dia seguinte às eleições, Ely comunicara o resultado

¹⁶⁶ O resultado das eleições, conforme ofício enviado a Porto Alegre para ser publicado no jornal *A Federação*, foi o seguinte: Republicanos – para senador, dr. João Vespúcio 473 votos, para deputados: dr. João Simplício 471 votos; dr. Carlos Penafiel 471 votos, dr. Álvaro Baptista 471 votos; dr. Lindolfo Collor 471 votos; dr.

em dois ofícios a Borges de Medeiros: o primeiro, mais técnico, repassava os dados da votação, explicando que “em Carlos Barbosa fomos mal. 18 contra 184 votos. Em Florianópolis, 2º distrito, o vigário André Zanettin, do púlpito pregou contra nosso partido, motivo não tivemos melhor resultado, e no município devido aos frades” (AHG, Caixa 26, Ofício de 4 de maio de 1924). O segundo ofício é mais desalentador: “vencido pela traição dos frades, depondo nas mãos de V. Exa. cargo imerecidamente exerço” (AHG, Caixa 26, Ofício de 4 de maio de 1924).

É interessante que, um dia antes das eleições, Nicolao Ely fazia questão de salientar a colaboração do frei Bruno de Gillonnay, figura das mais proeminentes na ordem católica, presente em Garibaldi desde 1896, sendo um dos fundadores da mesma na região. Era muito improvável que o diretor do *Staffeta*, jornal capuchinho que atacava a administração municipal, Frei Caetano Angheben,¹⁶⁷ subordinado a frei Bruno, discordasse de suas posições políticas devido ao senso hierárquico da própria ordem. Evidentemente, Nicolao Ely permanece no cargo, e inicia uma tentativa de neutralizar a inconveniência política do clero e de outros cidadãos. Alertava para a necessidade de uma limpeza dos opositoristas, evitando possíveis desacatos às autoridades públicas. Esses desacatos, obviamente, ocorriam, sendo preciso remediar a situação para as eleições municipais que aconteceriam ao final do ano de 1924. Começa então uma espécie de caça às bruxas, com seguidas solicitações de retirada de funcionários suspeitos e penalidades corretivas aos desafetos políticos.

Os locais mais interioranos eram de difícil controle. Os inspetores de linhas não eram elementos de todo confiáveis, seja pelo trato a que submetiam os colonos, gerando reclamações de abuso de poder por parte da intendência – neste caso, mesmo sendo partidários do governo republicano –, seja pela filiação partidária opositorista que tais sujeitos apresentavam. Os problemas podiam vir de dentro ou de fora do partido. Um dos casos exemplares envolveu o colono Fioravante Rebelato, da Linha Barão do Cotegipe – hoje distrito de Carlos Barbosa –, quando falando sobre política “na bodega de Antônio Campeol, discorrendo com Alfredo Tomazoni, referiu-se à administração de Garibaldi e tratou Jacob Nicolao Ely de ladrão. Alfredo Tomazoni incomodou-se e disse-lhe que havia de responder por essa ofensa”. O relato do comunicado continua discorrendo sobre a moralidade duvidosa do ofensor, acusando-o de não pagar impostos municipais nos últimos seis anos, por ser casado com a filha do inspetor de linha da localidade, além de estar incluído na lista de

Firmino Paim 471. Federalistas – para senador, dr. Assis Brasil 534 votos. Para deputados: dr. Plínio Casado 1.111 votos; dr. Escobar 931; Lafayette Cruz 698 votos. (AHG. Ofício de 4 de maio de 1924).

¹⁶⁷ Frei Caetano Angheben foi o primeiro seminarista brasileiro a frequentar e a ser ordenado na ordem franciscana.

trabalhadores municipais de conservação de estradas. Conclui o relato da seguinte forma: “É esse homem que chama Jacob de ladrão, ele precisa de uma lavagem para calar-se a exemplo de outros da mesma linha” (AHG, Caixa 26).¹⁶⁸ Funcionários de casas comerciais também eram denunciados, acusados de manterem relações políticas com adversários e descartarem correligionários republicanos, além, é claro, de funcionários públicos diversos, seja das instituições financeiras, Via Férrea ou Companhia Telefônica.¹⁶⁹ Logo após a eleição, em 5 de maio, expede o seguinte ofício a Frederico Dahne, diretor da Viação Férrea:

Devendo vos ser entregue uma lista, pelo Dr. Pereira, dos empregados adversários a serem dispensados, rogo-vos nome-eis Irineu Antônio da Silva, oficial carpinteiro e Valentin Antônio da Silva, oficial carpinteiro. Lembro-vos, novamente, o nome de nosso correligionário Salvador Bordini. Black List para todos de Carlos Barbosa (AHG, Caixa 26, Ofício 5 de maio de 1924).

A limpeza de elementos indesejáveis para ‘aplainar a oposição’ se centrou no distrito de Carlos Barbosa, que, ao que tudo indica, fora a pedra no sapato de Nicolao Ely. A derrota sofrida e o fracasso republicano exigiram medidas mais eficazes. Essas medidas não tardaram, e a vigilância sobre seus adversários logo se inicia. Começa por fiscalizar todo o movimento comercial da Casa Fracalanza e da Cooperativa, e em fins de junho solicita toda uma relação de entradas e saídas de veículos que transportaram mercadorias para a empresa, durante os meses de maio a junho.

A suspeita de sonegação do fisco seria apurada punindo-se, inclusive, os particulares que haviam fornecido transportes e acobertado possíveis fraudes. (AHG, Caixa 26, Ofício 26 de junho de 1924). Os atritos agora deviam ser regulados para que as futuras eleições encontrassem um caminho intermediário, de forma que os republicanos pudessem retomar o processo. A fissura, no entanto, já havia ocorrido, e as negociações agora seriam maiores.

Líderes da oposição local, como Davide Sartori e Baptista Mottin, reuniam em torno de si um grupo de considerável peso do ponto de vista de influências políticas. Pode-se ter noção disso através de outro ofício em que Nicolao Ely denunciava os participantes da

¹⁶⁸ O comunicado não apresenta data, mas sabe-se que o ocorrido foi no feriado de Santo Antônio (13 de julho de 1924). Não há referência também de quem o tenha escrito, provavelmente Alfredo Tomazoni.

¹⁶⁹ Segundo tais denúncias, estes funcionários confabulavam com líderes assististas, como Davide Sartori e Camilo Leindecker; este último, como já mencionado, era gerente do Banco da Província na cidade, e desde o início de abril de 1924 era solicitada sua transferência do município (AHG, ofício de 2 de abril de 1924 dirigido diretamente a Borges de Medeiros por Jacob Nicolao Ely. Caixa 26). Outro exemplo é o conferente de armazém Lorival Câmara (Carlos Barbosa), cujas atitudes suspeitas de assisismo resultaram na solicitação de substituição do mesmo por Salvador Bordini, presidente do Tiro de Guerra 395 da mesma localidade (AHG, Caixa 26). Em outro ofício, Nicolao Ely solicita a Borges de Medeiros que “Henrique Grossi, coletor federal, continua embarçando a administração municipal e perturbando esta população. Rogo a V. Exa. se for possível, obterdes remoção dito coletor para outro município ou estado, visto ser ele um elemento perigoso e nocivo à sociedade” (AHG, Caixa 26, Ofício de 1 de agosto de 1924).

reunião política assistida na cidade, que pretendiam lançar uma chapa independente para concorrer ao executivo municipal ao final de 1924. Os nomes relacionados foram: Davide Sartori, Felipe Temes, Henrique Grossi, Nilo Dias, Ângelo Faraon, Leão Bruchez, José Domingos Lóss, Amandio Sehn, Sylvio Carvalho, Tenente Alípio Azambuja, Paulo de Barros, Camilo Leindecker e João Carloto – este último frisava-se de “Carlos Barbosa”.

Da mesma reunião saíam possíveis nomes de candidatos opositores, como Baptista Mottin, Camilo Leindecker, Nilo Dias, esses três presentes ao encontro, e de mais cinco ausentes: Coronel Carvalho, Coronel Penna de Moraes, Umberto Denegri, Néco Miller e João Grossi. (AHG, Caixa 26, fonograma sem data específica). Dos nomes acima, dois estavam na atual legislatura (Camilo Leindecker e José Lóss), e mais dois estariam na seguinte (Davide Sartori e João Carloto).¹⁷⁰ Para contornar a situação que se configurava, mas tendo também instrumentos de pressão nas mãos, Nicolao Ely passa a fazer acordos com a oposição. Primeiro, com Ângelo Mottin, sócio de Baptista Mottin na Casa Fracalanza conseguindo, ao que tudo indica, a lealdade dos funcionários do estabelecimento (AHG, Caixa 26, Ofício 12 de junho de 1924); após, seria o momento de entender-se com Sartori, considerado o líder opositor local. Pelos ofícios enviados a Porto Alegre, a posição deste era irreduzível no sentido de concorrer com uma chapa opositora. Segundo Ely, Sartori estava sendo instruído pelo deputado Lafayette Cruz (AHG, Caixa 26, Ofício 15 de outubro de 1924), que exacerbava sua “teimosia reconhecida”. Nicolao Ely estava convicto de que seu assisismo ameaçava a hegemonia republicana na cidade.

Obviamente, negociar não era a solução predileta dos republicanos. Em ofício no dia 16 de outubro, no qual Nicolao Ely relata sumariamente as negociações com Sartori, acaba encerrando com os dizeres seguintes: “companheiros nossos consideram humilhantes e injustificáveis entendimentos com adversários que não queiram realmente aderir ao nosso partido” (AHG, Caixa 26, Ofício 16 de outubro de 1924). No entanto, no dia seguinte, 17 de outubro, o intendente provisório se dirige a Porto Alegre para entregar pessoalmente a Borges de Medeiros as condições do acordo político feito com Sartori. A oposição, ao menos momentaneamente, parecia neutralizada.¹⁷¹ Mas não era apenas a oposição política que

¹⁷⁰ Embora os outros nomes não tivessem figurado nos conselhos municipais, seus sobrenomes já eram conhecidos na vida política local, como os Miller e os Grossi. Devido a uma lacuna na pesquisa, não foi possível verificar se os nomes citados possuem relações de parentesco próximas aos políticos do mesmo sobrenome que já haviam ocupado cadeiras no conselho e de quais seriam suas afinidades políticas.

¹⁷¹ Dois dias após o acordo, há um novo alerta referente a Carlos Barbosa: “fui informado pelo Agente de Carlos Barbosa que o Sr. Arnaldo Grossmann ameaçou dinamitar estação. Peço vossas providências sentido seja pela polícia vigiada aquela estação” (AHG, Caixa 26, fonograma 10 de outubro de 1924). Ainda em julho encontra-se um ofício com o seguinte alerta: “tenho denúncia de haver neste município armamento e munição de guerra, oculto pelos revolucionários. Consulto se devo dar busca e apreender no caso encontrar esse material bélico”

precisava ser neutralizada, os credores também. Passada a eleição, voltavam os débitos. A empresa Luchsinger & Cia, ao final do mês de maio, reclamava que não tinha resposta da exatidão do montante das faturas e “contas de fornecimento e trabalho de montagem” da usina prometida logo que passasse 3 de maio.

Quando logo após a ultimação da rede de distribuição esteve nesta localidade o nosso engenheiro Sr. René Graf, naquela ocasião V.S. pediu àquele nosso representante que ligasse a usina mesmo antes de fazer o pagamento que V.S. deveria realizar de acordo com o contrato, pois V.S. logo após as eleições lançaria um empréstimo com o fim de liquidar as contas desta intendência com a nossa firma. Devido às circunstâncias especiais e são bastante conhecidas por V.S. acendemos àquele seu pedido e a usina foi ligada (AHG, Caixa 26, Ofício 30 de maio de 1924).

Próximo ao dia de vencimento da primeira parcela da dívida (30/06), conforme acordos firmados antes das eleições de maio, lê-se o seguinte telegrama:

Luchsinger em telegrama ameaça protestar promissória dia vencimento. Rogo levar conhecimento mesmo ser essa medida contraproducente pois que terei que dizer por que não foi pago e isso trará a tona verdades muito prejudicará à firma Luchsinger que convém evitar. É deveras lamentável imprudência dessa casa que chega a duvidar minha palavra (AHG, Caixa 26, Ofício 27 de junho de 1924).¹⁷²

Esse artifício parece ter suspenso, ao menos provisoriamente, o protesto do débito. Sobre a empresa Aliança do Sul, em processo de liquidação, e que exigira o pagamento até junho, comunicava que transferia a operação para março de 1925, quando o patrimônio seria leiloado publicamente, inclusive as contas dos devedores. Alertava, todavia, para a desagradável situação desta conta cair em mãos de terceiros, que poderiam usar de meios judiciais para obter o pagamento. (AHG, Caixa 26, Ofício 12 de setembro de 1924). Por sua vez, a Siemens-Schuckert, que havia endereçado sua reclamação a Acauan, no final de maio remete novo telegrama, agora em nome do novo intendente, não estipulando nenhum prazo, mas acenando com a possibilidade de um protesto, aconselha Ely a buscar solução junto ao presidente do Estado. Novamente livre dos inoportunos cobradores e de fatos que tornassem pública a insolvência da municipalidade, o intendente volta a se concentrar na futura e próxima eleição.

O passo seguinte seria o de formatar a chapa republicana. Em agosto, o jornal *Il Corriere d'Italia* publicava um comentário de que estava para sair o nome do candidato oficial ao pleito no município. Esperavam que fosse um homem digno e que sanasse as finanças, a exemplo daquilo que já tinham Caxias e Bento Gonçalves. (CPML, *Il Corriere*

(AHG, Caixa 26, 15 de julho de 1924). Como se percebe, a sobra da revolução ainda pairava sobre o ambiente político gaúcho.

¹⁷² Esse ofício é remetido ao endereço particular do Sr. Terra Lopes, na Av. Independência, 46, Porto Alegre, advogado ligado ao Partido Republicano.

d'Italia, 28 de agosto de 1924). É claro que o jornal insinuava algum sobrenome italiano como Gobbato (Caxias) e Pianca (Bento), mas Garibaldi teria de esperar mais tempo para que isso ocorresse. Em outubro, Nicolao Ely informava a Borges de Medeiros,

Depois de consultadas as pessoas de mais destaque e de maior influência do Partido Republicano local, ficou assentada unanimemente a apresentação da minha candidatura para o cargo de intendente deste município, e resolvido indicar-se a V. Ex. os nomes de Arduino D'Arrigo e Antônio Paganelli, ambos correligionários ardorosos e conceituados, para a Vice-intendência. Cumpre-me o dever, no entanto, de dizer a V. Ex. que cogitei, para o último cargo, dos nomes dos distinto correligionários Srs. Vocente Faraon e Ângelo Paganelli, mas que estes se recusaram, por motivos de ordem privada, que considere justos, embora continuem a prestar relevantes serviços ao nosso glorioso partido. Devo mais ponderar a V. Ex. que das pessoas indicadas ao posto de Vice-intendente o que em melhor condições se encontra é o Sr. Arduíno D'Arrigo, farmacêutico competente e companheiro distinto, em vista do Sr. Paganelli ser dotado de bondade excessiva aliada ao fato de não ser sigiloso (AHG, Caixa 26, 7 de outubro de 1924).

Por fim, a vice-intendência recairia mesmo sobre Antônio Paganelli e Arduino D'Arrigo ocuparia uma cadeira no Conselho Municipal. O problema agora parecia estar voltado aos falsos amigos republicanos, que se mancomunavam a oposicionistas locais. Em documento sem data, mas provavelmente no início do mês de novembro, Nicolao Ely comunica a seus irmãos em Porto Alegre que se alguns

correligionários nossos dessa capital não estiverem envolvidos clandestinamente na política local não será nada, mas se este suposto pleito obedecer a planos maquiavélicos de falsos amigos meus, teremos de agir de outro modo. Cientifiquem-se amigos nossos (AHG, Caixa 26).

Mais do que desavenças políticas, o que aparece aqui são disputas pessoais com fins não muito claros. A família Ely era de importantes comerciantes de Montenegro, e os negócios da mesma contavam com escritório na capital, endereço ao qual a correspondência fora enviada. Em algumas ocasiões, Ely se referia a elementos independentes do Partido Republicano na cidade, mas nunca citara nomes. Por fim, muito próximo às eleições, no dia 28 de novembro, comunica a Borges de Medeiros: “Levo conhecimento V. Ex. que acabo de descobrir plano traição clandestinamente urdido aqui, no qual se acham envolvidos assistas locais e falsos companheiros nossos que se dizem republicanos ardorosos” (AHG, Caixa 26, Ofício 28 de novembro de 1924). Pelas informações, a chapa de oposição seria formada pelo médico Nilo Dias e Baptista Mottin. A proposta, entretanto, não vingara, e a oposição se absteve de participar das eleições que dariam vitória tranquila a Jacob Nicolao Ely para assumir a intendência de Garibaldi, até o ano de 1928.

Excetuando isso, providências mais comuns já haviam sido tomadas, como as de “recolher indivíduos que espalhavam boatos subversivos e alarmantes” pelo interior do

município (AHG, Caixa 26, Ofício 28 de novembro de 1924); o esvaziamento e os empecilhos nas visitas de líderes, como o assistente Antenor Lemos e do Coronel Frederico Gomes, assim como dos “elementos perigosos que os acompanhavam” (AHG, Caixa 26, Ofício 28 de novembro de 1924); o policiamento e a vigia cerrada sobre a Estação Ferroviária de Carlos Barbosa¹⁷³ e a retirada de funcionários públicos indesejáveis.¹⁷⁴

Passada essa fase, o ano de 1925 começava com a habitual vigilância e intervenções convenientes. O primeiro alvo seria o clero: “comunico-vos que ontem foi dirigido diretamente Dom João Becker memorial assinado elementos de destaque Floriano Peixoto pedindo substituição imediata vigário daquela localidade que não cumpre seus deveres religiosos, além de ser imoral” (AHG, Caixa 28, 09 de janeiro de 1925). Alguns meses depois continuavam os resquícios das eleições, e do mesmo distrito de Floriano Peixoto, o morador Eolino Favio defendia-se:

Por eu ter recebido um ofício que vinha dizer-me que o Sr. Ernesto Amnoni, veio a V. S. dar uma denúncia contra minha pessoa, dizendo-lhe que eu ameacei a mãe do referido Ernesto e a de Ângelo Camini. Foi o seguinte, o Sr. Luiz Faraon me chamou ao telefone para informar o que havia de novo nesta localidade. Eu disse, que seguia a vila Onório Lemos com sua companhia, e a maior parte desta companhia eram os tais que fizeram a campanha contra o Dr. Borges e os que procuravam afastar os eleitores na eleição de V. S. e este Amnoni era um dos chefetes. E por a mãe deste ter ouvido quis chamar-me atenção junto com a D^a Angelita Camini (AHG, Caixa 28, 26 de maio de 1925).

Mas o momento era também de conciliação. O jornal *A Federação* noticiava em fevereiro que por “ocasião da entrega do diploma de Conselheiro Municipal ao nosso correligionário Baptista Mottin, realizou-se uma festa íntima na sua casa de residência, compareceram o Sr. Celeste Gobbato além do intendente Jacob Nicolao Ely” (MCSJHC, *A Federação*, 20 de fevereiro de 1925), entre outras autoridades políticas municipais. Temporariamente, as diferenças desapareciam, e Baptista Mottin era chamado a colaborar com os republicanos. Da mesma forma e seguindo com as peculiaridades da política, o diretor do semanário religioso *Staffetta Riograndense* considerava

uma falta que o nosso Intendente, o nosso digno chefe, chefe do Município e desta Vila não receba o dito jornal. Por isso tomo a liberdade neste dia de oferecer a V.S. o nosso modesto semanário. Se o meu oferecimento, como bem espero, for aceito terei a honra de enviar-vos cada número que sair daqui em diante em sinal de respeito e de consideração (AHG, Caixa 28, 4 de março de 1925).

¹⁷³ Ofício sem data, mas, pela ordem encontrada, provavelmente emitido algumas semanas antes das eleições, com o intuito de monitorar a movimentação local e detectar possíveis opositoristas. (AHG, Caixa 26).

¹⁷⁴ Os casos já mencionados anteriormente (Carlos Barbosa), além de outros funcionários, como o Inspetor Agrícola Federal Paulo Monteiro de Barros, e funcionários menores do interior do município. (AHG, Caixa 26, Ofício 11 de novembro de 1924).

Tão generosa oferta merecia uma resposta a altura:

Acuso com o máximo prazer a vossa carta de 4 de março deste ano, juntamente com um exemplar do jornal local, que se acha atualmente sob a vossa competente direção. Aceitando tão gentil oferta da remessa semanal da referida folha para esta intendência, subscrevo-me, com os meus sinceros agradecimentos, colocando-me ao vosso inteiro dispor, no uso das atribuições do meu cargo.

Escaldado pelos os acontecimentos eleitorais do ano de 1924, Nicolao Ely certamente considerava importante acompanhar os passos do periódico capuchinho, além, é claro, de um ato politicamente educado. Já da parte dos capuchinhos, sempre movidos por uma boa dose de convicções e de fervores religiosos, talvez acreditassem em alguma forma de conversão ou influência ideológica sobre o “digno chefe, chefe do Município e desta Vila”, já que a folha pretendia ser a palavra oficial do clero. Intenções e hipocrisias à parte, a igreja era uma força que não podia ser desprezada; quisesse ou não o intendente, teria sempre seu calcanhar apertado pelo clero. Uma das heranças mais imediatas era a conclusão da nova Igreja Matriz, compromisso assumido ainda na administração de Manuel Marques da Silva Acauan.¹⁷⁵ O valor estipulado da contribuição era de 5:000\$000, dinheiro cobrado pelo vigário Pe. Gentile naquele ano. A obra serviria para embelezamento da própria Vila, mas a paróquia, já assoberbada em dívidas pela construção, não podia mais prescindir da verba prometida.¹⁷⁶ Pressionado pelas dívidas, mas ciente dos riscos em negar o que estava pré-determinado, o intendente justifica que a contribuição estava sendo paga através de serviços para embelezamento do terreno, ou seja, “muros de arrimo, calçadas, esgoto de águas pluviais, além do pagamento ao Sr. Gelsomin Buzzacaro da importância de 2:257\$200 e isenção da importância de 900\$000 por água fornecida por esta municipalidade”. Elencava

¹⁷⁵ Conforme o documento abaixo-assinado encaminhado para o Conselho Municipal em outubro de 1922, vários nomes que compunham a legislatura e os cargos de confiança de Nicolao Ely em 1925 aí apareciam. (AHG, Caixa 23, 12 de outubro de 1922).

¹⁷⁶ (AHG, Caixa 28, 11 de novembro de 1925). Dez dias depois deste ofício em resposta aos capuchinhos, portanto, em 21 de dezembro, o Banco Pelotense comunica que estava por vencer a importância de 10:000\$000, originada no saque emitido pelo Sr. Gelsomin Buzzacaro, ao qual o intendente afirmava não ter fundos para cobrir. (AHG, Caixa 26, Ofício 21 de dezembro de 1925). No ano de 1928, o mesmo construtor, Gelsomin Buzzacaro, processava a intendência por estar cobrando o valor de 800\$000 referente à água utilizada na construção da parte interna da Igreja Matriz, valor muito aproximado daquele especificado como estando isento, segundo o documento de 11 de novembro de 1925. Buzzacaro alegava a decisão legal tomada pelo Conselho Municipal e pelo intendente Acauan, que rezava ser compromisso “fornecer todo o material necessário à construção da obra acima mencionada”. Cabia a ele, portanto, apenas a execução do serviço. Importa lembrar que Buzzacaro fazia parte de um seletto grupo de republicanos constando em uma lista de correligionários pertencentes ao partido e enviada a Borges de Medeiros em janeiro de 1925 ao parabenizá-lo pela passagem do terceiro ano de mandato como Presidente do Estado. (AHG, Caixa 33, 28 de novembro de 1928./ AHG, Caixa 30, 25 de janeiro de 1925).

ainda os projetos da escadaria central, alinhamento do terreno com a rua Carlos Barbosa numa soma superior a 10:000\$000.¹⁷⁷

Antes mesmo dessa reclamação, a intendência havia isentado o terreno onde se encontrava edificado o templo do Imposto Territorial Urbano.¹⁷⁸ Ainda, atado a acordos da administração de Acauan, se via comprometido a fornecer energia elétrica gratuitamente à congregação dos Capuchinhos por estar a Usina Municipal construída sobre um terreno pertencente à Sociedade Literária São Boaventura, responsável pela confecção do jornal *Staffetta*. Este último acerto não foi cumprido, o que gerou longas tratativas e um processo judicial que se estendeu pela década de 1930.¹⁷⁹ Evidentemente que, além de questões legais, o clero usava de suas prerrogativas de ascendência sobre o povo para avançar sobre os benefícios da esfera pública e se, aparentemente, o tom polido do trato predominava, nos bastidores a figura dos padres era pouco palatável e de difícil digestão. Agostinho Mazzini, empresário do ramo da construção e engenheiro-construtor da administração do governo que iniciava, assim se referia ao Pe. Bruno de Gillonnay no ano de 1923:

Peço vênha não ter podido ir ontem a ver as pinturas da Igreja e dar o meu parecer, conforme vosso gentil convite [...]. Já estava a caminho para cumprir o vosso referido convite quando, encontrando com o padre Bruno, este logo incomodou-me com assuntos referentes à Igreja, assim que vi-me forçado a voltar por sentir-me indisposto (AHG, Caixa 24, 15 de janeiro de 1923).

Mas os favores do fisco não eram requeridos apenas pela Igreja. Ao inaugurar o novo moinho, o vice-intendente Antônio Paganelli solicita ao Conselho Municipal isenção de impostos por cinco anos, alegando grande investimento em maquinário, vindo da Alemanha e Inglaterra, além das despesas com a construção do prédio. O pedido fora acolhido, porém,

¹⁷⁷ Ibid.

¹⁷⁸ (AHG, Caixa 26, 10 de setembro de 1925). Em mais uma dessas idiossincrasias políticas, Nicolao Ely assim escrevia no decreto que isentava a Igreja do referido imposto: “A atual administração municipal, inspirada como realmente se acha nos seus princípios da religião católica, espera que os seus dignos ministros, toda a vez que for oportuna, lancem a sua bênção sobre a mesma, auxiliando-a na espinhosa tarefa quer administrativa quer política. Convencido de que os Srs. ministros de Deus só praticam o bem na defesa dos interesses sociais e outra não é a sua missão na Terra, resolvo, no uso das atribuições que patrioticamente me foram conferidas pelo Conselho Municipal, isentar, como isento efetivamente, do imposto Territorial Urbano o terreno onde se acha levantada a Igreja matriz da Vila que, sendo o templo de Deus é a morada de todos nós”. No dia 2 de outubro, portanto, 8 dias antes, congratulava junto a Borges de Medeiros pela rejeição da bancada republicana gaúcha da emenda que estabelecia o ensino religioso obrigatório, “cuja passagem Congresso importaria cerceamento completo sagrada liberdade de pensamento brasileiros e em desrespeito princípios liberais consagrados magna carta 14 julho” (AHG, Caixa 28, 2 de outubro de 1925).

¹⁷⁹ Parte desse processo foi encontrada. Nele, Frei Camilo, representando a congregação, cobrava a quantia de 9:000\$000 pela desapropriação do terreno e anulação de todas as dívidas de força e luz referentes à ordem. Acusava a intendência de que “sem adquirir o terreno por compra, ou pela competente ação de desapropriação para utilidade pública, a municipalidade apossou-se de má fé, esbulhando da posse o possuidor com justo título”. A Sociedade não havia recebido nenhum valor indenizatório e ainda tivera que pagar pela energia elétrica por todo o período de 1920 a 1930. (AHG, Caixa 35. Documento sem data, provavelmente entre janeiro e maio de 1930).

apenas por quatro anos, sendo que excetuado o imposto por exportação sobre os sacos de trigo, milho ou farinha que deveriam pagar apenas 100. (AHG, Caixa 30, 17 de novembro de 1925). Acontece que outro correligionário, cuja empresa Valmorbidia & Carlotto¹⁸⁰ era arrendatária do imposto de exportação, havia cobrado o valor de 300, se apropriando indevidamente de 662\$200, o que acabou gerando novo processo de restituição contra o poder público municipal. (AHG, Caixa 31, 17 de outubro de 1927).¹⁸¹

Agregado a isso tudo, existiam ainda os débitos com as empresas fornecedoras de equipamentos para a usina municipal que, no primeiro ano da nova administração, voltariam a provocar inconvenientes, principalmente à firma Luchsinger & Cia. maior credora até aquele momento. A troca de farpas e ameaças de protestos de títulos se seguiram durante o ano de 1925: “De ordem do Sr. intendente comunico-vos que não há necessidade alguma da vinda de nosso empregado aqui, para obter documentos a fim de serem depois protestados em cartório, para vexame e descrédito desta municipalidade” (AHG, Caixa 28, Ofício 8 de junho de 1925). As atitudes da empresa indignavam Nicolao Ely. Por outro lado, a paciência da Luchsinger se esgotava sempre que as promessas de pagamento não eram cumpridas. Esclarecia-se, contudo, que os títulos municipais não estavam sendo protestados, mas somente registrados em cartório no intuito de resguardá-los de extravios, já que nem o correio nem os bancos se responsabilizavam pelos mesmos. (AHG, Caixa 28, Ofício 10 de junho de 1925).

Essa situação levava Ely a declarar a Augusto Pestana, diretor da Viação Férrea que

com muito pesar li na *Federação* um despacho do Presidente do Estado em que diz: “Jacob Nicolao Ely indeferido a vista da informação”. Como nada requeri individualmente, creio tratar-se d’uma petição desta Municipalidade pedindo para fornecer energia Elétrica dia e noite às oficinas da Viação Férrea desta Vila, cujo pedido fiz autorizado pelo benemérito chefe, atendendo a situação precaríssima em que se encontra esse município, com uma dívida superior a 600 contos de réis e com uma receita ordinária de cerca de 200 contos de réis bruto, e a luz elétrica dá um déficit de cerca de 100 contos de réis anuais ao município, como facilmente poderei provar. Tudo isto pela inexperiência de meu antecessor, a ser, portanto, essa a nossa única esperança de minorar, em parte, nossa angustiosa situação financeira, acaba por um golpe mortal de V. S. ruir por terra nossos sonhos doirados de desesperados. Dou para isso o testemunho dos Srs. Luchsinger & Cia, dessa praça, que possuem, além de outros créditos, uma nota promissória protestada, para nossa dolorosa humilhação. Pelo exposto, que é expressão da verdade, venho apelar para o coração bondoso e justiceiro de V.S. seja concedida essa graça a esta municipalidade, salvando-a assim da vergonhosa humilhação a que lhe compeliu os Srs. Luchsinger

¹⁸⁰ Um dos sócios da empresa, João Valmorbidia, era republicano de longa data na cidade. Sua casa havia sido atacada na invasão federalista, em novembro de 1923.

¹⁸¹ Existem ainda dois outros processos contra cobranças indevidas de impostos. O primeiro, de menor impacto, foi registrado ainda em fevereiro de 1925 e movido pela própria Secretaria da Fazenda do Estado contra a cobrança de tributos sobre a concessionária da Loteria do Estado, firma Demarchi, Mostardeiro & Cia. (AHG, Caixa 30, 28 de fevereiro de 1925). O segundo, mais estrepitoso, foi movido pela Companhia Telefônica Rio Grandense, também amparada da lei de isenção, que acusava o responsável pelo fisco municipal de coagir a empresa ao pagamento do imposto. Invocava diversas leis e princípios jurídicos, usando uma linguagem em tom de afronta e indignação (AHG, Caixa 31, 6 de novembro de 1928).

& Cia. Tudo isso, como já disse acima, pelo erro injustificável do meu antecessor, criando-me sérios embaraços e dificuldades que me ensinam a gemer e implorar misericórdia aos amigos e correligionários (AHG, Caixa 27, Ofício 9 de maio de 1925).¹⁸²

Somada às contas passadas, era preciso manter a máquina funcionando: reparos, compra de novos materiais, manutenção de vias e abertura de novas estradas, enfim, o custo ordinário pesava cada vez mais na medida em que as exigências de um crescimento contínuo necessitavam de investimentos públicos. A eficiência dos serviços e mesmo os vínculos políticos ficavam comprometidos.

Em agosto de 1927, a título de economia, são suspensos, temporariamente, “João Cedron, Guilherme Tenodini, Bortolo Sabenello, Luiz Boni, José Batisti, Francisco Telk, José Boni, José Liberali e João Pizzatto dos cargos de zeladores de estradas de rodagem” (AHG, Caixa 31, Ofício 25 de agosto de 1927). Os mesmos poderiam permanecer no exercício de suas funções se concordassem em receber os vencimentos através de apólices.

Na verdade, pressionado por todos os lados, entre renúncias fiscais a parceiros políticos e tentativas de acomodações de adversários pelo mesmo expediente, Nicolao Ely cobrava de alguns o que isentava de outros, numa espécie de ciranda interminável que, a longo e médio prazo, só agrava a situação delicada da intendência. O desgaste político que sofria devido a essas manobras corroía até mesmo sua base aliada. Desgostoso com a situação, acusava de improbidade seu antecessor, e ficava à mercê, a todo momento, de favores do governo estadual. O enxugamento e má qualidade dos serviços da máquina pública, da qual muitos dependiam, lhe retirava apoio interno, sendo um prato cheio às oposições. As eleições municipais a serem realizadas em 12 de janeiro de 1929 seriam um dos últimos atos do velho grupo borgista, ato este que não se estenderia por muito tempo.

Ao contrário daquilo que havia ocorrido nas eleições de 1924, quando a oposição desistira de concorrer, em 1929, embora os republicanos esperassem o mesmo, isso não aconteceria. Segundo telegrama enviado ao candidato oficial, Manoel Parreira, tudo prenunciava uma vitória fácil: “rogo prezado amigo informar-me data aproximada chegada. Convém não retardar. Afirmam-se que Peterlongo não aceita candidatura. Já se falam outros nomes. Nossa vitória cada vez mais promissora” (AHG, Caixa 34, Ofício sem data precisa, provavelmente ao final de 1928). O aludido não se confirmou, e Armando Peterlongo concorreu com seu vice, Lourenço Mottin, pelo Partido Libertador. Evidentemente, foram

¹⁸² Dívidas das mais diversas também precisam ser computadas, o que irritava ainda mais Ely como, por exemplo, a assinatura da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, atrasada desde o ano de 1921. Devia ainda quase 9 contos de réis à Santa Casa de Misericórdia (até o exercício de 1923), proveniente do tratamento de insanos procedentes do município. (AHG, Caixa 30, 9 de fevereiro/31 de março de 1925).

derrotados pelas atas, e as fraudes, desta vez, não passariam em branco. A apuração demonstraria a vitória da chapa republicana: intendente – Manuel Coelho Parreira, com 603 votos; vice-intendente – André Mottin, com 528 votos. Começam então as controvérsias que se estenderão em contestações legais dentro do Conselho Municipal, até o dia 28 de janeiro.

Participaram ativamente dos debates o deputado republicano Othelo Rosa, procurador de Manuel Coelho Parreira, o deputado José Agostinelli, representando os candidatos a conselheiros opositoristas Davide Sartori, João Pedro Carlotto, João Franceschini e Leonel Tedesco¹⁸³ e o advogado José Loureiro da Silva, em nome de Armando Peterlongo. O primeiro empecilho foi referente ao processo de escrutínio. Segundo a lei eleitoral do município, o artigo 32 estabelecia “que o processo da apuração será regulado pelo regimento interno do Conselho. Contudo, sabe-se que esse regimento interno não existe, não tendo sido até agora aprovado pelo Conselho” (AHG, Livro Atas Conselho Municipal nº 6, p. 14). Existia sim uma comissão formada por três conselheiros (republicanos obviamente – Heitor Mazzini, Arduino D’Arrigo e Paulo Borghetti), responsável pela análise de todas as petições e processos envolvendo o pleito. Após alguns dias de debates, o advogado Loureiro da Silva exigia contagem imediata e abertura dos votos na sessão do dia 22 de janeiro. Vicente Faraon, presidente do Conselho, mantém a mesma comissão para, num prazo de 5 dias, darem um parecer completo de todos os papéis referentes à eleição. Mesmo sob protesto da oposição, o conselho aprovava a determinação e a casa voltaria a se reunir após o prazo estabelecido. (AHG, Livro Atas Conselho Municipal nº 6, p. 13-16). No dia 27 de janeiro, após serem apresentados os resultados novamente, os advogados libertadores requerem os documentos para análise durante 24 horas. (AHG, Livro Atas Conselho Municipal nº 6, p. 17).

No dia 28, as conclusões opositoristas e o parecer final do Conselho são emitidos. Os discursos começam pelo deputado José Agostinelli. Considerava as eleições nulas pelos evidentes vícios e fraudes cometidas. Primeiro relembra a inconstitucionalidade da lei eleitoral, juntando o fato de ter sido elaborada junto com a lei orgânica, sendo apenas um capítulo desta. Atenta à ilegalidade da organização das mesas eleitorais, fora do prazo estabelecido por lei, isto é, dez dias antes da eleição, “e de acordo com as listas de indicações de mesários oferecidas em número de 46 por ambos os partidos” (AHG, Livro Atas Conselho Municipal nº 6, p. 19). Por fim, declara ter sido o resultado alterado por ser contrário à vitória

¹⁸³ Essa representação se fez necessária por terem os referidos conselheiros, no dia 12 de janeiro, dia das eleições, dirigido palavras requerendo a anulação das eleições e ofendido representantes do Partido Republicano na ocasião.

dos republicanos. Na primeira mesa, Armando Peterlongo computara 157 votos contra 134 de Manoel Parreira, mas mesários republicanos lavraram a ata invertendo para 161 votos Manoel Parreira e 140 Armando Peterlongo. Neste primeiro apontamento, comprovavam, demonstrando que o total de votos para intendente não fechava com os votos dos vice-intendentes, valores os quais não haviam sido alterados. E mais, a ata foi encerrada computando 302 eleitores e nenhum voto em branco, número que não fecha com o total da segunda apuração. (AHG, Livro Atas Conselho Municipal nº 6, p. 20).

Na segunda mesa, nova inversão: dos 74 votos para Peterlongo e 64 para Parreira, apresentava-se 115 para Parreira e 23 para Peterlongo. A folha 7 da ata desta mesa apresentava rasuras com tinta diferente. Na quinta mesa apareciam votos de fiscais republicanos como Domingos Pagalli, que se encontrava residente em São Francisco de Assis, e Joaquim de Souza Carvalho, que também não se encontrava no município naquele dia. Nessa mesma mesa, dos 144 eleitores inscritos, mais de 110 já haviam votado no candidato oposicionista quando, por meio dos expedientes conhecidos, os mesários republicanos passaram a inverter o resultado, tendo o presidente da mesa que se retirar para não ser cúmplice de tais atos. (AHG, Livro Atas Conselho Municipal nº 6, p. 21). Invocava a ilegitimidade de Manoel Parreira, por não ser este residente e domiciliado em Garibaldi, pois como era público e notório, Parreira era funcionário da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, exercendo a função de engenheiro ajudante da 2ª Divisão, com sede em Porto Alegre, não tendo ele se desligado das funções em nenhum momento, até aquela data. O mesmo em relação ao vice-intendente André Mottin: segundo a lei eleitoral, o cargo só poderia ser exercido por quem fosse rio-grandense nato, e Mottin havia nascido na Itália. A ilegitimidade era estendida ao conselheiro Olmiro Franze, por não ter se descompatibilizado a tempo de seu emprego administrativo na Viação Férrea. Após a exposição das razões, houve uma troca de acusações entre o deputado Othelo Rosa (republicano) e o advogado José da Silva Loureiro (libertador). Ao final, postas em votação as arguições de nulidade, foram unanimemente rejeitadas. Já que os conselheiros oposicionistas estavam suspensos (AHG, Livro Atas Conselho Municipal nº 6, p. 22-24), o PRR garantia mais uma vitória na cidade.

Inconformados com a decisão, os libertadores recorreram ao Superior Tribunal do Estado. Enquanto aguardavam a decisão, os oposicionistas passaram a se ausentar das sessões do Conselho. Henrique Doglia, Davide Sartori, João Franceschini e João Pedro Carlotto,

membros da representação libertadora junto ao Conselho Municipal de Garibaldi, vem comunicar respeitosamente a V.S. que deixam de comparecer à Sessão inaugural dos trabalhos orçamentários, visto aguardarem a decisão do Superior

Tribunal do Estado no recurso eleitoral interposto da apuração das eleições municipais (AHG, Caixa Documentos Câmara Municipal, 14 de outubro de 1929).

Enfim, em fevereiro de 1930, Manoel Parreira é obrigado a deixar o cargo, assumindo-o, em seu lugar, Abdon de Mello. Após algumas correções burocráticas na lei eleitoral, em maio de 1930, é sucedido pelo libertador José Loureiro da Silva, que estabelece a data para novas eleições em 31 de agosto de 1930. Entre acusações de abandono dos republicanos por parte de Vargas e de insinuações de que o Presidente do Estado desejava um intendente libertador, Lauro de Moura Cunha é eleito para a administração do executivo até o final de 1933. Assumia em setembro de 1930, sob acordo de conciliação entre republicanos e libertadores locais,¹⁸⁴ refletindo ainda o contexto maior no qual as oposições estaduais haviam se unido para apoiar a candidatura de Vargas à presidência da República, através da FUG (Frente Única Gaúcha). Era bem visto, ainda, pela Igreja, que destacava suas qualidades morais, além de ser católico. O *Staffetta Riograndense* publicava cartas de recomendações assinadas por D. João Becker e Monsenhor Nicolau Marx, deputado estadual e diretor do jornal católico *Estrella do Sul*. (AHMJSA, *Staffetta Riograndense*, 17 de setembro de 1930). À testa do Conselho Municipal se confirmava o nome acordado, Armando Peterlongo – candidato derrotado à intendência nas eleições de 1929. (AHG, Livro Ata Conselho Municipal, nº 6, p. 47). De qualquer forma, a permanência de Lauro de Moura Cunha à frente do executivo não chegaria ao final previsto do mandato e, ao final de abril de 1931, repassava o cargo a Davide Sartori. (VALDUGA, 2008, p. 209-210).

A partir de então os cargos já não eram mais eletivos, mas por nomeação, devido ao estado de exceção originado pela revolução de 1930. Sartori, enfim o primeiro nome “italiano” como intendente do município, assumia o posto sob o decreto de nomeação nº 4788

¹⁸⁴ O Partido Libertador ficava com o Vice-intendente e com a presidência do conselho Municipal. Segundo a chapa apresentada por Davide Sartori em comunicado ao intendente provisório José Loureiro da Silva, “serve o presente para comunicar a V.S. que, este Diretório, reunido hoje, resolveu indicar ao sufrágio do eleitorado, na base do acordo firmado em 3 do corrente, os seguintes candidatos: Vice-intendente: Lourenço Mottin (comerciante); Conselheiros: Armando Peterlongo (Industrialista), Stefano Aroldi (Alfaiate), Leonel Tedesco (Industrialista), João Pedro Carlotto (Comerciante); Suplentes: Hildo da Costa Guilloux (Guarda livros), Jacob João Pizzato (Agricultor) (AHG, Caixa Documentos Históricos, 25 de agosto de 1930). Segundo documento de poucos dias anteriores, as mesas também haviam sido escolhidas por comum acordo, mesclando republicanos e libertadores. Entre os nomes conhecidos de libertadores, estavam Hildo da Costa Guilloux e Vicente Dal Bó (futuro intendente municipal) como presidentes da 2ª e 3ª mesas, respectivamente (AHG, Caixa Documentos Históricos, 21 de agosto de 1930). É preciso notar que o Partido Libertador tinha à testa nomes vinculados à comunidade étnica local, muito diferente daquilo que acontecia historicamente com o Partido Republicano. Os novos ares da política colocavam na linha de frente dos dirigentes políticos italianos natos ou descendentes, como prova disso, em maio de 1931, a diretoria do mesmo partido era assim composta: “Armando Peterlongo: Presidente / Lourenço Mottin: Vice-presidente / Jacob Pizzato: Tesoureiro / Sylvio Mottin: 1º secretário / Hermes Fonseca: 2º secretário / João Pulita / José Soares de Vargas / Humberto Franciosi / Luiz Corbelini” (AHG, Caixa Documentos Históricos, 15 de março de 1931).

do dia 19 de abril de 1931, cuja posse se daria 11 dias depois. (AHG, Livro Ata Conselho Municipal, nº 6, p. 48).

Velho conhecido das hostes libertadoras e oposicionistas, passa a enfrentar os velhos problemas financeiros e políticos do município. Os adversários internos tentavam, junto ao interventor Flores da Cunha, sua remoção do cargo, enquanto sua administração sofria a corrosão, devido à falta de verbas para pagamento de compromissos simples. Um desses casos serve de exemplo de como os mecanismos políticos funcionam. Guilherme Spohr, “também libertador” e procurador do Sr. João Goetz, credor da intendência de Garibaldi, cobrava o resgate de apólices no valor de um conto de réis. (AHG, Caixa 40, 5 de janeiro de 1932). A resposta negativa de Davide Sartori, alegando falta de erário, fez com que o libertador Spohr fosse mais sincero e ríspido em sua réplica. Dizia que Sartori confessava a “insolvência da Intendência de Garibaldi enquanto o governo nomeou para diversos municípios, libertadores para prefeito, querendo ver se nós, libertadores, temos energia para administrar [...] e por tudo em ordem” (AHG, Caixa 40, 5 de janeiro de 1932). Afirmava não ter contado toda a verdade do não pagamento ao Sr. Goetz “por ser ele muito borgista” (AHG, Caixa 40, 5 de janeiro de 1932), apenas adiantando que a resposta da intendência era a de que até o final do mês o débito seria saldado. “Seria uma vergonha para o Município e todos os jornais, que são nossos contrários, comentariam o caso como também a sua administração e chamariam o amigo de relapso e incompetente” (AHG, Caixa 40, 5 de janeiro de 1932). Era preciso evitar deixar “rabos” e “vexames”, do contrário, os inimigos logo se aproveitariam, usando do argumento de que “está à testa do município um libertador, ele foi nomeado pelo governo para endireitar o município, mas também ele não sabe administrar e nem pode pagar pequenos compromisso” (AHG, Caixa 40, 5 de janeiro de 1932).

Esses comentários parecem ter sido inevitáveis, pois como observava o mesmo correligionário no documento, comentava-se que os papéis da municipalidade já tinham perdido 30% do seu valor. Sartori, assim mesmo, consegue permanecer mais de um ano e meio no executivo, sendo seu desgaste inevitável,¹⁸⁵ e já também sob a influência do rompimento entre o Partido Libertador e Vargas, cede lugar, pelo decreto nº 5172, de 26 de novembro de 1932, a Dormelindo de Oliveira, que ficaria no cargo até o final de 1935. (AHG, Livro Ata Conselho Municipal, nº 6, p. 48). O novo prefeito, por determinação de Flores da Cunha, tratava de fazer uma limpeza dos libertadores, exonerando os que tivessem se

¹⁸⁵ A situação era tão precária, que Sartori, ao deixar o cargo, devia seis meses de salário aos professores municipais. Sem dúvida, a incapacidade de resolver em espaço de tempo curto os problemas financeiros, aliada à longa data de lutas aos inimigos políticos, abreviou sua permanência frente à Intendência (AHG, Caixa 39, 20 de dezembro de 1932).

declarado solidários a Davide Sartori, como era o caso de Vicente Dal Bó, secretário da prefeitura. (AHG, Caixa 40, 29 de novembro de 1932). Contudo, o primeiro desafio a ser enfrentado eram as eleições federais a serem realizadas em 3 de maio de 1933. Logo no início de janeiro, repassava ao Secretário do Interior, João Carlos Machado, a marcha da qualificação eleitoral. No PRL se encontravam alistados, até aquele momento, 650 eleitores; na Liga Eleitoral Católica havia 200 alistados. Informava que o partido e o clero trabalhavam ativamente e deveriam ser qualificados no município um número superior a 1.500 eleitores, dos quais mais de 90% apoiariam o PRL. (AHG, Caixa 40, 9 de janeiro de 1933).

Se aproximando da Igreja e fazendo concessões em seu programa de governo, o partido situacionista conseguia uma larga vantagem na região colonial italiana. Através da LEC, que passara por várias cidades locais no ano anterior, o clero doutrinava seu rebanho a votar nos candidatos que salvariam a pátria. O jornal capuchinho *Staffetta Riograndense* se engajava nessa luta, promovendo esclarecimentos e publicando modelos de requerimentos para a inscrição do eleitorado. (VALDUGA, 2008, p. 189-190). Mas tal qual já havia acontecido com Jacob Nicolao Ely, em 1924, era preciso estar atento ao clero, e Dormelindo de Oliveira aprenderia logo a lição. Ainda no mês de janeiro, reclamava do Pe. Simonaggio, vigário do 3º distrito (Floriano Peixoto), que, tendo mostrado maior boa vontade servir ao PRL, passou a trabalhar harmonicamente na sub-comissão de alistamento local. No entanto, depois de alguns dias, começou o padre a criar inconvenientes, afirmando que “os católicos não devem tomar compromissos políticos sem conhecer o programa da ‘Frente Única’ que, diz ele, poderá oferecer maiores vantagens aos católicos”. Se negava ainda a entregar mais de cem requerimentos de alistados, pois afirmava pertencerem a LEC, embora a qualificação houvesse sido feita em conjunto. (AHG, Caixa 40, 23 de janeiro de 1933).

O peso político da Igreja era tão importante que Dormelindo fazia de tudo para atar o clero aos compromissos com o partido. Ao palestrar com o vigário da paróquia central de Garibaldi, Pe. Antônio de Caxias, informava que este já havia conseguido o número de 1.000 eleitores, mas poucos pagavam as fotografias necessárias nas fichas de alistamento. Pe. Antônio, sugeria que a prefeitura cobrisse essa despesa, mesmo sendo os eleitores da LEC. Dormelindo de Oliveira ponderava então a Flores da Cunha que “se for possível atender-se à solicitação, teremos a Liga presa a nós por mais um compromisso e ficaremos com a suficiente autoridade para exigir a necessária compensação” (AHG, Caixa 40, 22 de março de 1933). Com todo o cuidado, salientava que entre os eleitores católicos havia elementos independentes que não votariam com o PRL e nem mesmo com a orientação da LEC.

O preparo do eleitorado era acompanhado pelo preparo das mesas eleitorais. Desconfiado do Juiz Distrital, Isaac Melzer, comunica ao Secretário Geral do PRL, Darcy Azambuja, vigiar o mesmo, pois lhe informara que as nomeações recairiam sobre 20 indivíduos residentes na Vila, sendo que os mesmos não estavam esperando por elas. Alertava para que “se isso se der, o que presumo certo, não tenho absoluta confiança nos nomes que indicar o Sr. Melzer, que não merece de nossa parte confiança alguma”. Na sequência, repassava uma lista de nomes que eram adversários declarados na cidade, e sobre os quais provavelmente recairiam as indicações do juiz,¹⁸⁶ e arrematava: “as mesas são de grande importância para o controle do eleitorado, para o qual muitas vezes tem-se de sair alguma coisa fora da lei”. O clero, em geral, e os capuchinhos, em especial, se declaravam floristas e “isso será de muita utilidade, principalmente para o eleitorado feminino, que ainda não tem crenças políticas e, assim, evitaremos qualquer abstenção” (AHG, Caixa 40, 17 de abril de 1933).

Três dias depois, as desconfianças do prefeito se confirmaram: o juiz Melzer indicara os adversários Armando Peterlongo e Vicente Dal Bó para mesários. Graças a uma conversa antecipada com o Juiz Eleitoral, esses nomes foram substituídos, como substituído haveria de ser o próprio Melzer, cuja lista de desserviços ao PRL era grande, e denunciada agora por Dormelindo de Oliveira.¹⁸⁷ Por fim, o resultado do dia 3 de maio seria amplamente favorável ao PRL, que obtivera 1.372 votos contra 382 da FUG. (VALDUGA, 2008, p. 191). No dia seguinte, há um interessante relato no qual o prefeito fazia um balanço dos acontecimentos das eleições:

Serve este para dar conta à secretaria Geral do nosso Partido do que foi o pleito de ontem em Garibaldi. O amigo está bem ao par pelos meus telefonemas, do quanto se lutou para isolar maus elementos infiltrados junto aos Padres Capuchinhos e que procuravam por todas as formas espalhar a confusão junto ao eleitorado, justamente às vésperas do pleito. O pior desses elementos foi um jornalista italiano, César Bompard que dirige o semanário em língua italiana – “Staffetta Riograndense” – de

¹⁸⁶ Os nomes eram: Armando Peterlongo, Adriano Becker, Adriano Jardim da Silva, Oscar Ernesto Ruperti, Vicente Faraon, Vicente Dal Bó, Olmiro Krauser, Luiz Rodrigo Casacurta, Davide Sartori, José Sartori, Júlio Sartori, Emílio Trucolo, José Lorenzi, Augusto Orsi, Luiz Deitos, Raymundo Carlotto, Antônio Guerra, Stefano Haroldi (AHG, Caixa 40, 17 de abril de 1933).

¹⁸⁷ “Excusou-se ele comparecer a sessão de fundação do Partido, alegando sua qualidade de juiz; deixou de comparecer a uma outra reunião do Partido alegando estar cansado; priva de preferência com elementos que nos são hostis, como seja o Sr. José Neves da Fontoura, permitindo mesmo que este em sua presença se referisse, num dos hotéis de Bento Gonçalves, em termos ásperos e desairosos ao General Flores da Cunha (do que é testemunha o Sr. Theotônio Cunha, sócio interessado da firma C. W. A. Mucke, dessa capital). Mostrou-se hostil aos nossos melhores elementos, com os quais procura não provar; não agiu com a necessária boa vontade no serviço eleitoral, criando algumas dificuldades na sua qualidade de juiz preparador. [...]. Sei que ele solicitou sua remoção para Rio Pardo e pelo a V. Ex. que a mesma seja dada, pois não vou ao ponto de solicitar a sua demissão, por ser um moço culto e que poderá ainda entrar no bom caminho” (AHG, Caixa 40, 20 de abril de 1933).

propriedade dos mesmos Padres Capuchinhos, que valendo-se de sua ascendência junto a alguns padres, imprimiu e distribuiu toda a sorte de chapas. É fato que em virtude de sua solicitude, quando pelo telefone lhe comuniquei tal fato, sábado último, à noite, receberam os padres Capuchinhos um telegrama da Cúria com ordens expressas de acatarem a nossa chapa especial, mas, é certo que muitas chapas já haviam sido substituídas entre eleitores católicos e grande quantidade estavam em poder de elementos hostis a nós, como o referido Bompard (tipo muito baixo e falso) e adversários nossos interessados em lançar a confusão entre o eleitorado. As nossas chapas, seguindo a risca as instruções que aí recebi, só foram distribuídas no dia do pleito, uma hora antes. O Dr. Schneider que aqui chegou na véspera, trouxe a notícia de serem as chapas do PRL de cartolina e deu instruções para os frentistas de protestarem se quiséssemos tocar nos envelopes e deu aos mesmos algumas chapas da Frente Única, também em cartolina, das quais junto um exemplar. Ante isso, também porque tínhamos quatro presidentes de mesas contrários, tivemos que mudar de truque, para o que adotamos o dobrar ao meio nossa chapa e mandar que o leitor a dobrasse na ocasião de a introduzir no envelope, o que fazia com que o mesmo ficasse com uma curva no meio, modo pelo qual conseguimos controlar muitos votos. Os padres que nos foram absolutamente fiéis foram os Reverendo Padre Eugênio, coadjutor da Paróquia, Padre Simonaggio, vigário do 3º distrito, Irmão José, do colégio dos Maristas e relativamente os Padres Antônio, vigário da vila e Aleixo, Superior do Convento. Um dos Capuchinhos, Padre Theodoro, não se conformou com a nossa chapa integral e, no 2º distrito, onde estava, distribuindo grandemente a chapa com a nossa legenda e 12 nomes, da qual junto também um exemplar, fazendo com que perdêssemos em grande parte o controle. Destaquei os melhores elementos para as diversas mesas e, por todas as formas, com o auxílio eficiente do Padre Eugênio e do Irmão José, procuramos caçar o maior número de chapas possível e distribuir as nossas, o que fazíamos em todas as embocaduras de estradas e ruas e controlamos assim o maior número de votos possível, sendo impossível, no entanto, controlar os votos dos eleitores que usaram a cédula com a nossa legenda e 12 nomes. Calculo, o que calculam os próprios frentistas que a última hora saíram da penumbra e desenvolveram grande trabalho, fiscalizando todas as mesas, que a Frente Única obteve de 300 a 400 votos. Se me afigura ótimo resultado obtido, porque o amigo sabe que o Partido Libertador tinha aqui um de seus maiores redutos e que apesar de terem aderido ao nosso partido, os seus elementos de mais combatividade e que, bem como os ex-republicanos, salvo raríssimas exceções, se portaram com o maior corretismo, mesmo assim, restaram-lhe ainda alguns elementos, como o ex-prefeito Davide Sartori e o Sr. Armando Peterlongo que, aliados aos republicanos Vicente Faraon e Marcinio Jardim da Silva e outros elementos, fizeram grande propaganda na última hora, principalmente a confucionista (AHG, Caixa 41, 04 de maio de 1933).

As confusões promovidas pelos capuchinhos se repetiam. Enquanto os freis caminhavam numa direção de apoio ao PRL, o jornal lhe fazia oposição. A não ser que realmente houvesse uma divisão interna, o que é mais remoto, a possibilidade de um jogo duplo era mais provável. Vencesse quem vencesse, os capuchinhos estariam juntos, e a tática não era completamente errônea, como se mostrará. Para disciplinar os freis, fora preciso uma ordem da Cúria, o que, no último momento, pode ter tido um efeito favorável aos floristas.

Fora as atitudes camufladas e fugidias do clero, os outros adversários eram bem explícitos e conhecidos. Armando Peterlongo, Davide Sartori e companhia eram os que não precisavam de disfarces, e continuavam a agir abertamente na oposição. A larga vitória dava margem para seguir no caminho correto e as punições poderiam vir de diversas formas. O primeiro caso referia-se ao professor Pedro Costa, “regente da Aula Municipal nº 46,

localizada em São Paulo, 4º distrito”, acusado pelos moradores de imoralidade, além de ter forjado requerimentos falsos para eleitores como o da moradora Domingas Grillo. (AHG, Caixa 41, Ofício 22 de junho de 1933). Em 18 de julho de 1933, após inquérito que ouvira diversos moradores, acusando-o de agressões e intimidações e de se envolver com algumas moças da localidade (filha da Sra. Grillo), Dormelindo de Oliveira transferia o professor para a aula nº 27, situada em São Rafael, “2º distrito, onde funcionará sob as vistas de um inspetor escolar que observará sua conduta que deverá ser pautada dentro dos princípios inflexíveis do respeito a sua função e à sociedade” (AHG, Caixa 41, Inquérito policial, 18 de julho de 1933).

No ano seguinte, seria a vez de Armando Peterlongo, sócio-proprietário de estabelecimento industrial vinícola, cuja municipalidade taxava “3\$000 por dúzia de vinhos espumantes fabricados ou comerciados”. Peterlongo, em ofício enviado diretamente ao Interventor Flores da Cunha, reclamava do imposto, sendo que a justificativa dada era a de que durante os anos de “1927, 28, 29, 30 o vinho espumante era taxado a 2\$000 a dúzia, que em 1931 essa taxaçoão foi reduzida para a metade; que em 1932 e 33 foi o imposto suprimido”.¹⁸⁸ Fora questões ordinárias de recolocações de funcionários, tentativa de melhora de certos serviços públicos (telefonía) (AHG, Caixa 42, Ofício 28 de junho de 1934), o ano de 1934 parece não ter apresentado maiores problemas, somente, é claro, os assuntos políticos passaram a dominar, na medida em que o ano se aproximava do fim, pois em 1935 ocorreriam eleições municipais.

Já em janeiro, Dormelindo informava ao diretório estadual do partido não ter a comissão do PRL na cidade sido alterada, continuava a ser composta por: “Presidente: Tenente Dormelindo de Oliveira; Vice: João Machado Rosa; Tesoureiro: Augusto Jaeger Filho, Ademar José Sion, João Carlotto; Secretário: Hildo da Costa Guilloux” (AHG, Caixa 42, Ofício 29 de janeiro de 1935). Em outro documento, sem data precisa, endereçado ao Juiz da 7ª Zona Eleitoral, apresentava as chapas que concorreriam para os cargos do executivo e legislativo municipais:

Legenda Partido Republicano Liberal - para Prefeito: Dormelindo de Oliveira; para vereadores: Arduino D’Arrigo, Leonelo Tedesco, José Gava, Fortunatto Dametto, Rogério Luiz Cislághi, Luiz Cenatti, Henrique Knack.

Legenda Frente Única - Prefeito: Vicente Dal Bó; para vereadores: Marcínio Jardim da Silva, Lourenço Mottin, Fernando Nicolau, Lourenço Guarnieri, José Raimundo Carlotto, Humberto Francisco e Fortunato Agostini (AHG, Caixa Documentos Históricas).

¹⁸⁸ O período de supressão do imposto correspondia também ao governo de Davide Sartori (do mesmo partido de Peterlongo) e ao ano das eleições (1933), o que não convinha alterar de modo a exacerbar ainda mais os adversários. Passados esses momentos, era hora das represálias. (AHG, Caixa 42, Ofício 13 de janeiro de 1934).

Há, em ambas as listas, nomes até então principiantes na vida pública, mas se observa que muitos dos libertadores antigos faziam parte agora da direção da Sociedade Italiana *Stella D'Italia*, agindo politicamente de outra forma. Alguns desses nomes eram Baptista Mottin, Emílio Trucolo, entre outros, que estavam na lista negra denunciada por Dormelindo dos possíveis mesários que o juiz Melzer indicaria para as eleições de 1933. Além disso, o candidato a vereador Lourenço Mottin era conselheiro da entidade. (AHG, Caixa 42, Ofício 14 de maio de 1935). Essa menção é importante, pois as sociedades italianas possuíam nítidos vínculos com o movimento fascista imiscuído à Igreja, inclusive o diretor do *Staffetta Riograndense*, Cesar Bompard, que ocupava o cargo de 1º Secretário da entidade. Portanto, a Frente Única parecia mais bem armada e, apesar de dois anos antes o PRL ter feito uma votação maciça nas eleições federais, desta vez a história não se repetiria, e a chapa situacionista seria derrotada, tendo apenas sido eleitos, os vereadores Leonelo Tedesco, Arduino D'Arrigo e Henrique Knack.¹⁸⁹

A vitória da Frente Única encabeçada por um libertador significava, sem dúvidas, uma mudança importante na vida política local. Primeiro, porque Vicente Dal Bó não fazia parte dos velhos políticos do período borgista. É bem verdade que atuava com Davide Sartori, sendo inclusive demitido quando da saída deste do cargo de prefeito, em 1932, mas seu nome não aparece em nenhum momento durante a década de 1920, somente passando a chamar atenção a partir de 1933. Segundo, Dal Bó fazia parte de uma nova geração de políticos, com a vantagem de trazer um sobrenome etnicamente aceitável às forças sociais e políticas daquele momento. Terceiro, demonstrava claramente a decadência dos antigos grupos situacionistas, alguns se retirando da vida pública, outros se reunindo em torno do PRL, após a vitória do movimento de outubro de 1930.¹⁹⁰ Quarto e último, com os atritos entre Flores da Cunha e

¹⁸⁹ Os eleitos pela Frente Única foram: Marcínio Jardim da Silva, Humberto Franciosi, José Raymundo e Carlotto, Fernando Nicolau. Em 6 de abril de 1937, o Conselheiro José Raymundo Carlotto renunciaria ao cargo sem alegar outros motivos senão o de que não fazia jus ao mesmo. (AHG, Caixa Documentos Câmara de Vereadores, Ofício 6 de abril de 1937).

¹⁹⁰ Como atesta simbolicamente o Clube Político Borges de Medeiros, essa decadência foi gradual. Foi reorganizado na cidade em 1925, segundo noticiava o jornal *A Federação*: “Ontem, em reunião concorrida, foi reorganizado, por iniciativa do coronel Jacob Nicolao Ely, o Club Político Borges de Medeiros, sendo feitas também, algumas modificações nos estatutos. A chapa oficial seguinte foi aclamada: presidente honorário: coronel Jacob Nicolao Ely; vice: Arduino D'Arrigo; primeiro secretário: José Manoel Porto; segundo secretário: João Machado Rosa; tesoureiro: Plínio de Oliveira Freitas; bibliotecário: Heitor Mazzini; orador: Theophilo Terra Lopes...”. Se pode perceber que a direção do Clube era majoritariamente composta por sobrenomes não italianos. (MCSJHC. *A Federação*, 26 de março de 1925). O Clube Republicano é arrendado e se torna uma sala de cinema logo após a vitória da Revolução de 1930. Em 1931, ainda subsistindo, mas com força política cada vez menor, reclamava da alteração do nome da rua “Paim Filho” para “João Pessoa”, afirmando serem os republicanos locais que a “resolução dessa prefeitura em escolhendo a rua Paim Filho para pretendida homenagem, prende-se ao fato de não haver esse prestigioso correligionário apoiado o movimento de 03 de outubro”. A resposta do intendente Davide Sartori era a de que “tenho a informar-vos que, o meu ato, mudando o nome da rua Paim Filho para João Pessoa, foi em atenção a um ofício subscrito por diversos moradores desta

Vargas a nível federal e estadual, e o posterior rompimento entre ambos, acarretando a saída do interventor estadual, acabava por carregar consigo todos os antigos elementos que subsistiram ao processo de 1930 e que haviam se abrigado sobre o PRL. A permanência de Dal Bó seria relativamente duradoura e, por fim, Garibaldi então teria seu prefeito *italiano nascido no Brasil*.¹⁹¹

A administração de Vicente Dal Bó, iniciada em 18 de dezembro de 1935, demonstra não ter tido grandes sobressaltos políticos, se sustentando no poder mesmo após a queda de Flores da Cunha, que pertencia ao partido oposto ao seu. Os relatórios encontrados versam apenas sobre a situação financeira do município que, declaradamente, ainda no ano de 1937, apresentava um déficit de 48:500\$000 anuais, mas, segundo o prefeito, rumo a um equilíbrio cada vez maior. (AHG, Caixa Documentos Históricos, Relatório 28 de março de 1937).

Poder-se-ia pensar que os fervores políticos tivessem desaparecido, contudo, estavam, no máximo, arrefecidos. Seja pelo fato de que Dal Bó fosse um filho nato do local, governando sobre uma base social mais sólida, ou porque, em 1937, o país entraria em outro regime de exceção, este, era simpático aos fascismos europeus, sendo acalentado pela Igreja Católica, um dos esteios do governo de Dal Bó. As disputas internas se tornam menos evidentes, e o que mais aparece são rotinas administrativas. Isso se deve, certamente, a um maior processo de centralização e modernização burocrática do Estado. Há uma impessoalidade maior, assim como maiores são as quantidades de requerimentos e normas vindas direto do governo federal para a prefeitura, algo não verificado anteriormente. Por bem ou por mal, os esquemas locais perdiam um pouco de seu espaço, e ante uma ordem legal que mudava, permitia agora até mesmo reclusões de indenização judicial sob alegação de perseguição política.

Amaro Joaquim Rodrigues pede a revisão de seu processo, por achar que o parecer contrário, que teve a sua pretensão, deve ser reformado diante das novas provas que oferece. O caso é o seguinte: o reclamante era inspetor escolar em Garibaldi e ao mesmo tempo delegado de estatística. Diz que por motivo político, em 1931, foi exonerado do primeiro cargo e transferido, como delegado de estatística, para o município de Alfredo Chaves. Contra a demissão nada reclamou, e ao que concerne ao fato da transferência em 1931, diz que, aborrecido com isso, em 27 de janeiro de 1933 pediu exoneração do cargo. Em face disso esta Comissão, em sessão de 30 de

vila, que isso mesmo solicitam”. Em 1932, um requerimento cobrava a devolução ou indenização, por parte do Clube, pois o prédio estava construído ilegalmente sob terreno do Sr. Jacomo Puggina, que ameaçava mover uma ação judicial. Em 24 de dezembro do mesmo ano, em edital emitido pelo prefeito Dormelindo de Oliveira, publicava que “os sócios do Clube Político Borges de Medeiros, que funciona nesta vila, de acordo com o § 4º do Art. 9º dos estatutos, por se terem, em sua totalidade, filiado ao Partido Republicano Libertador, resolveram dissolver o mesmo Clube”. No início de 1933, é fundado o Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha. (AHG, Caixas 37, 38, 40, Documentos Históricos. Ofícios 18 de outubro de 1930/ 25 de julho de 1931/ 27 de julho de 1931/ 13 de outubro de 1932/ 24 de fevereiro de 1933).

¹⁹¹ Grifo do autor.

abril, foi de parecer contrário à reclamação. Agora, no pedido de revisão, junta o reclamante diversos atestados no sentido de dar prova e que aquela transferência foi por motivos políticos, bem como a exoneração do cargo de inspetor (AHG, Caixa 44, Processo nº 28, 15 de outubro de 1936).

Os regulamentos de funcionamento escolar e seguidos recenseamentos de frequência de alunos são exigidos e enviados ao governo do Estado. O uso político do magistério também é alvo dessas diretrizes. O Secretário de Educação Coelho de Souza determinava,

como preservação da dignidade do mestre e sua autonomia dentro da classe, temos o ingresso por concurso, as transferências regulamentares e outras medidas que libertam o magistério do regime do pedido, da necessidade de mediadores da época dos “pistolões”. O professor possui hoje, dentro da lei, os meios de reclamar os seus direitos, dispensando em definitivo intermediários – as influências locais e regionais, e os amigos do Secretário. Todo pedido deve ser encaminhado diretamente, por intermédio de Delegados Regionais e da Diretoria da Instrução Pública, que serão os únicos pontos de ligação entre os professores e a alta administração do Estado. Os que assim vierem, serão bem recebidos, os que forem trazidos por interposta pessoa – seja quem for – serão recebidos com prevenção, visto como não foram encaminhados de acordo com o que a lei determina (AHG, Caixa 50, Ofício 20 de junho de 1939).

Como sintoma dessa mudança, a Polícia Civil Federal, através de seu órgão de Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais, exigia de forma detalhada em questionários as características sociais e físicas de cada município. (AHG, Caixa 50, Ofício 20 de junho de 1939). O governo de Dal Bó coincidia assim com um Estado mais fechado e menos tolerante aos particularismos políticos locais. No final dos anos 1930, as leis de padronização começavam a pesar sobre os controles pessoais desse meio. Até mesmo a ideia de “pessoa pobre” que poderia usufruir do direito à isenção de certas taxas passa a ser regulamentado por lei, de maneira a evitar intermináveis pedidos pessoais pelo perdão de dívidas. Isso se devia, obviamente, ao fato de que era necessário equilibrar o orçamento público, aumentando a arrecadação, já que as renúncias fiscais, visando a possíveis privilégios a correligionários, eram grandes e as contas das prefeituras constantemente deficitárias. (AHG, Caixa 53, Despacho 18 de novembro de 1941).¹⁹²

Mas não se pense que a troca de favores e favorecimentos não mais existisse. Como já referido acima, a Igreja Católica foi um dos baluartes do governo e, ao completar cinco

¹⁹² A ordem determinada pelo governo do Estado visava ao mesmo tempo desonerar instituições de caridade, como a Santa Casa, para onde seguidamente a prefeitura – entenda-se todas as prefeituras – mandava pacientes sob o atestado de “indigentes”, não mais pagando os internamentos. Nesse sentido, o próprio Hospital Beneficente São Pedro, localizado em Garibaldi e administrado em conjunto com a ordem das Irmãs de São José, reclamava, em 26 de outubro de 1942, ao então prefeito Olinto Fagundes de Oliveira Freitas, sobre as seguidas promessas não cumpridas e empecilhos criados por Vicente Dal Bó em pagar o internamento dos pacientes aí encaminhados pela municipalidade, cujas despesas, desde o ano de 1937, eram de 8:065\$000. As subvenções recebidas somavam apenas 2:000\$000, efetuadas somente durante os anos de 1937 e 1938, totalizando uma dívida de 6:065\$000. (AHG, Caixa 56, 26 de outubro de 1942).

anos de mandato, o jornal, agora rebatizado como o nome de *Estafeta Riograndense*, publicou uma homenagem ao prefeito, que respondia agradecendo os termos efusivos que o qualificavam, mas que atribuía os méritos do seu governo à administração do município; quanto a ele, apenas cumpria seu dever. (AHG, Caixa 53, Ofício 26 de dezembro de 1940).

As retribuições não eram apenas em palavras, e o clero sempre soube tirar proveito de sua condição. Foi durante o governo de Dal Bó que a questão envolvendo o terreno onde havia sido construída a Usina Elétrica Municipal foi resolvida. Pelo contrato firmado em julho de 1939, a Sociedade Literária São Boaventura cedia o terreno à municipalidade; em troca, o poder público abatia 50% do valor da energia elétrica para o Convento dos Capuchinhos por um prazo de 15 anos. Todas as dívidas anteriores eram canceladas. Os frades ganhavam ainda o direito “de extrair, na Pedreira Municipal, as pedras que necessitar para uso próprio” (AHG, Caixa 50, 24 de julho de 1939). O processo movido judicialmente seria definitivamente arquivado em 1943. (AHG, Caixa 58, 3 de julho de 1943). Em outro contrato, que implicava cedência de terrenos da Cúria Diocesana de Caxias à prefeitura, novamente as cláusulas previam isenção de impostos pelo prazo de 20 anos e perdão de todas as dívidas que a Paróquia possuía com o município. (AHG, Caixa 50, 22 de janeiro de 1940).

Um exemplo claro de como funciona a moeda de troca na política e de como a Igreja passou a ser uma força não só política, social e cultural, mas também econômica, é dado pelo mesmo Dal Bó, num episódio bastante simples, mas significativo. O fato se deu pela realização de um contrato entre o vigário do 3º distrito, Pe. Luiz Simonaggio, o Prefeito Municipal, Vicente Dal Bó, e os fabriqueiros da igreja José Mattei, Luiz Cenatti, Pedro Marcon e João Pitol, para a construção de um prédio onde funcionaria um colégio sob a direção das “Irmãs do Sagrado Coração de Maria”, e, em sala separada, “uma escola estadual ou municipal”. O artigo “d” do contrato previa “ser a construção do referido prédio custeada pelos habitantes desta paróquia; o “e” “que a casa onde reside atualmente o Sr. Vigário Pe. Simonaggio, existente no mesmo terreno, passará a servir de moradia às Irmãs que regerem o colégio”; e, por último, o artigo “f”, que previa a interferência, quando necessário fosse, do Bispo da Diocese de Caxias e do Prefeito Municipal de Garibaldi. (AHG, Caixa 52, 21 de janeiro de 1940).

Embora o acordo tivesse sido estabelecido com representantes legais da comunidade, os fabriqueiros, a população que mais tinha interesse nisso não havia sido consultada e em agosto encaminha ao prefeito um abaixo-assinado expondo suas razões. Reclamavam ser inconveniente que a escola, estando situada na Linha Vitória do 3º distrito, em terreno público e em posição ideal para os alunos – pois a distância a percorrer por eles era semelhante a

todos – fosse transferida para um terreno próximo à igreja, portanto de propriedade eclesiástica, ficando difícil o deslocamento dos estudantes. Mais, seria usada a “Caixa da Sociedade da Igreja”, isto é, da comunidade, para executar a obra. A escola pública existia aí há mais de 20 anos, e nunca fora motivo de reclamações, de maneira que o Caixa da Sociedade não se comprometia a ceder o dinheiro. (AHG, Caixa 52, Abaixo assinado 17 de agosto de 1940). O que estava subentendido também era a apropriação dos bens públicos e aquilo que antes era gratuito, certamente passaria a ter um custo com o passar do tempo. Lembra-se que o clero não era unanimidade na cidade. Por esses e outros fatos, havia alguns panfletos distribuídos anonimamente pela cidade, com os seguintes dizeres: “Padres e frades/ de caridade são privados/ se fazem de mortos/ para roubar dos vivos”.¹⁹³

Outro exemplo, este que indica alguma forma de perseguição, dizia respeito ao funcionário da prefeitura Hugo Fava, nomeado 1º suplente de subintendente do 3º distrito em 1926 (Jacob Nicolao Ely – republicano), que fora efetivado no cargo em 1º de abril de 1929 (Manoel Coelho Parreira – republicano) e exonerado do mesmo, por questões políticas, em 3 de junho de 1931 (Davide Sartori – libertador). “Com a nomeação, pelo governo do Estado, de um novo prefeito, em 7 de dezembro de 1932 (Dormelindo de Oliveira – PRL) assume as funções de Inspetor de Obras Públicas e não mais abandona o serviço público a não ser no período de “1º de janeiro de 1938 até 31 de dezembro de 1939”, quando acometido por doença grave, foi-lhe retirado um terço dos vencimentos, ficando ele em enormes dificuldades devido às despesas originadas pelo tratamento da doença. Ao voltar, não recebeu os aumentos salariais que outros funcionários teriam tido, por motivos que ignorava. Em janeiro de 1940, fora exonerado de Inspetor das Obras Públicas e nomeado Porteiro Protocolista, com vencimentos menores ainda. Ao reclamar com o prefeito, este lhe teria dito que se não estivesse satisfeito com o cargo, que pedisse demissão. Por ser pobre, foi obrigado a aceitar o posto, sendo que suas reclamações e ações não transitavam pelos órgãos devidos, morrendo sempre nas mãos do citado prefeito. Pedia, assim, restituição de 1:500\$000 como forma de compensação e reparação de injustiças cometidas. (AHG, Caixa 56, 30 de julho de 1942).

A reclamação foi dirigida a Olinto Fagundes de Oliveira Freitas, sucessor de Dal Bó, deixando nítida a perseguição de um funcionário ligado aos antigos republicanos. Esse indício, embora único, mostra que as antigas rivalidades ainda estavam vivas. Mesmo que não fosse possível agir como em tempos anteriores – haja vista que Hugo Fava não foi demitido quando Dal Bó assumiu a prefeitura –, os mecanismos para neutralizar adversários ganhavam

¹⁹³ Essa é uma tradução literal dos versos que, em dialeto, assim se encontra: “*Prete i frati/ di carità sono privi/ pingi i morti/ per chiavar i vivi*” (AHG, Caixa Documentos Históricos. Documento sem data precisa).

novas roupagens. Porém, a mais longa experiência de um descendente étnico-italiano à frente do executivo de Garibaldi até aquele momento não resistiria à declaração de Guerra ao Eixo, em agosto de 1942. Antes mesmo dessa data, há registros de ocorrências de denúncias por parte da política de nacionalização como, por exemplo, a que envolveu o Delegado Regional de Ensino, Apolinário Alves dos Santos, e o sub-prefeito e sub-delegado do 2º distrito, Sr. Spader. Apolinário dos Santos havia denunciado o sub-prefeito à Diretoria Geral do Departamento de Nacionalização, acusando-o de falar o dialeto italiano. Em resposta, Vicente Dal Bó alega que o Sr. Spader somente se comunicava em dialeto, quando “se vê obrigado a expressar-se dessa forma, para dar explicações a algum velho colono que, não sabe falar a nossa língua, por desconhecê-la completamente”. Da mesma forma, quando viaja pelo interior do distrito e encontra colonos que “pouco ou nada sabem de nosso idioma e, que os ancestrais não ensinaram. Falando aos mesmos, o procura fazer em português, poucos o compreendendo e outros nada. Contudo, o Sr. Spader procura por todos os meios somente falar o vernáculo”. Por fim, lamenta a atitude do Delegado de Ensino, que poderia ter lhe procurado e assim resolvido o problema sem maiores inconvenientes. (AHG, Caixa 52, 21 de novembro de 1940).

Ante o novo contexto, então, Vicente Dal Bó é substituído por Olinto Fagundes de Oliveira Freitas. A nacionalização é intensificada e os estrangeirismos reprimidos. Entre as ações da campanha político-educativa que pretendia transformar italianos em brasileiros, encontravam-se a extinção de associações de fins antibrasileiros; transferência das colônias de funcionários e padres de origem estrangeira; colocar fim às colônias puras, transformando-as em mistas; passa a ser imprescindível a manutenção, nas colônias, de brasileiros genuínos e alheios ao meio local como – prefeitos, correspondentes de jornais, padres, funcionários públicos; seriam construídas estradas e escolas, “pois só lhes dando escolas e estradas é que os colonos serão gratos à nossa pátria”; acabar-se-ia, com as denominações de “colônia a fim de que nos dicionários estrangeiros não constem nossas cidades como colônias de outros países, como, por exemplo, Caxias – colônia italiana”; seria proibido venerar personalidades estrangeiras, e os cônsules seriam vigiados, assim como todos os agentes secretos. Por fim,

os prefeitos municipais deverão mandar abrir aulas noturnas gratuitas em português. Durante prazo determinado os colonos chefes de família que, perante uma comissão municipal, apresentarem sua esposa e filhos fazendo-se compreender em nosso idioma, receberão uma ficha numerada. Feito o sorteio, o premiado será contemplado, por exemplo, com cinquenta contos. Posta ruidosamente em prática

essa idéia, os colonos, por serem muito econômicos, se interessarão sobremaneira em aprender rapidamente a língua de nossa pátria (AHG, Caixa 56).¹⁹⁴

A questão financeira não escapa aos cuidados dos agentes nacionalizadores, e até mesmo a Igreja Católica era convocada a contribuir e fazer seu esforço em prol da causa. Certamente conheciam muito bem as intenções e posições do clero, e determinava-se que 2% das coletas públicas fossem revertidas em benefício da campanha. Seriam confeccionados cofres que, perante a presença de “um representante da prefeitura e outro da religião, serão abertos, recolhendo-se no ato a contagem” (AHG, Caixa 56). Os pedidos de nacionalização são constantes, sendo que atestavam os novos brasileiros serem isentos de ideologias, até mesmo o antigo republicano e conhecido da vida política municipal, José Valmorbida, solicitava sua naturalização, “sendo que a nacionalidade de origem vem travando as manifestações de sua atividade em benefício do próprio progresso desta cidade” (AHG, Caixa 64, 29 de março de 1944).

As demonstrações públicas de naturalização correspondiam às expectativas pedagógicas das autoridades. Embora os estatutos da União dos Moços Católicos de Garibaldi, em seu artigo 4º, rezassem ser “expressamente proibido discutir ou falar em política dentro do recinto da União” (AHG, Caixa Documentos Históricos, Ata nº 71 da Assembleia Geral de 01 de outubro de 1943), era justamente a este local que as solenidades ocorriam. Segundo a cerimônia de 10 de abril de 1942,

no salão da União dos Moços Católicos desta cidade, onde se realizava uma sessão cívica em homenagem à data natalícia do Presidente Getúlio Vargas, compareceu a Sra. ELISA SANTINI TASCA, nascida em 19 de setembro de 1912 na Itália, filha de Vitório Santini e Margarida Miotti Santini, casada, professora municipal, naturalizada por decreto de 20 de agosto de 1941, do Ex. Sr. Presidente da República na conformidade dos parágrafos 2º e 3º do art. 40 do decreto lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939 e, perante o Sr. Dr. Prefeito Municipal, Dr. Delegado de Polícia, Dr. Juiz Municipal, Revdo. Vigário da Paróquia, Sr. Delegado da Junta de Alistamento Militar, demais autoridades e grande assistência, jurou cumprir bem e fielmente seus deveres de cidadã brasileira e renunciar, para todos os efeitos, sua nacionalidade anterior (AHG, Caixa 58, 7 de janeiro de 1943).

Nada consta sobre algum benefício ou recompensa financeira recebida por Elisa ou marido. A teatralidade da nacionalização agora unia a todos sob um mesmo manto, padres e associações católicas, autoridades civis e políticas e, sobretudo, cidadãos carimbados e certificados *made in Brazil*. No plano financeiro e burocrático, continua o cercamento às

¹⁹⁴ (AHG, Caixa 56, documento sem data precisa, versando sobre campanha de nacionalização, expedido pelo governo do Estado). Outro documento emitido pela Liga de Defesa Nacional colocava que em eventos esportivos: “a) a saudação olímpica, mundialmente adotada, não pode ser confundida com a saudação fascista ou nazista e deve continuar a ser observada nas solenidades de caráter esportivo” (AHG, Caixa 58, 17 de dezembro de 1943).

concessões de créditos que deveriam se submeter rigorosamente às instruções do governo estadual. Em 1942, Olinto de Oliveria Freitas comemorava o superávit arrecadatário graças ao “trabalho de fiscalização e ao abandono da praxe então seguida, da redução e isenções irregulares de impostos e multas” (AHG, Caixa 56, 22 de janeiro de 1942). Em nome do esforço de guerra, proibiam-se as prefeituras de custearem qualquer festividade, hospedagem ou recepções que prejudicassem os cofres públicos. (AHG, Caixa 58, 7 de dezembro de 1943).

A Liga de Defesa Nacional avançava com seus préstimos, tendo como presidente o Sr. Armando Peterlongo. Em Carlos Barbosa, 2º distrito, o sub-núcleo da Liga tinha como comissão organizadora da semana da pátria de 1943 a formação composta majoritariamente por mulheres, quase todas esposas de autoridades locais. Em escala estadual e nacional, as primeiras damas passaram a atuar em organizações assistenciais, como a Legião Brasileira de Assistência, reunindo em torno outras distintas Sras. em estreita colaboração com associações comerciais e outros órgãos representativos das comunidades locais. (AHG, Caixa 56, 25 de setembro/1 de outubro de 1942).¹⁹⁵

A política dos novos tempos requeria novas atitudes e novas simbologias. Em janeiro de 1945, a cidade ganhava uma rua com o nome do primeiro soldado brasileiro morto na campanha da Itália. (AHG, Caixa Documentos Históricos, 25 de janeiro de 1945). Ao final do ano, se iniciava a “Campanha Pró-auxílio aos Flagelados da Guerra na Itália”, que, “com pleno êxito”, coletava “doações aos infelizes italianos que sofrem as conseqüências do flagelo que assola o mundo, havendo recolhido uma boa parcela de numerário, ao passo que ainda não foi ultimada a campanha” (AHG, Caixa Documentos Históricos, 8 de novembro de 1945). Se até bem pouco tempo a Igreja e a elite regional alardeavam que a Itália de Mussolini e o fascismo regenerariam e salvariam o mundo, agora eram os brasileiros que necessitavam salvar os italianos, da mesma forma como muitos italianos daqui salvariam a própria pele sendo brasileiros.

3.2 Processos e dinâmicas internas no pós-Pedras Altas (2): Bento Gonçalves

As ligações entre política e etnia em Bento Gonçalves podem ser mais bem percebidas do que em Garibaldi. É necessário, então, antes de se entrar na descrição e análise dos fatos político-eleitorais do município, fazer um breve parêntese sobre estes vínculos.

¹⁹⁵ No caso de Garibaldi, a Legião era presidida por Iride Oliveira Freitas. O presidente da associação Comercial da cidade era o ex-prefeito Vicente Dal Bó.

Serve este não só a Bento Gonçalves, mas ao contexto geral da região. Em março de 1924, em pleno processo de campanha para os cargos na legislatura federal, e sob a expectativa da escolha dos candidatos à intendência, o jornal carlista *Il corriere d'Italia* publicava um longo artigo, atacando o modelo político vigente que havia colocado as intendências “endividadas até os olhos” – não obstante a riqueza próspera dos municípios, “se andava em frente sem que se possa ter alguma esperança que venha diretamente daqueles que estão na direção da coisa pública”. E por que isso acontecia?

1º - pelo que se vê, parece que os governantes e administradores se convenceram que o povo está no mundo para só para servir a eles e a sua felicidade [...] e aqueles poucos que poderiam falar e gritar, se usa dar um agrado, um osso para roer.

2º - Assim ocorre também como os Conselheiros que deveriam defender os interesses do município, assim agem por terem o rabo preso, ou porque são escolhidos entre os mais burros fazendo com que sempre digam sim (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 21 de março de 1924).

Para o jornal, era um erro achar que o colono, mesmo que aparentemente não se interessasse pela administração, não desejava saber como era usado o dinheiro público. Seguindo a argumentação do periódico, deviam saber os dirigentes que o colono vinha da Itália, e que podia comparar o conforto dos políticos brasileiros – graças à economia, ao trabalho e à indústria do imigrante –, com a retidão com que se empregava o dinheiro público na pátria de origem, sempre admiravelmente administrado. Bem verdade era que nos primeiros tempos não pode acompanhar com mais cuidado os negócios políticos, pois sempre esteve absorvido em esforços para sobreviver, trabalhando para conseguir uma melhor condição de vida. No entanto, agora que se colocava em situação melhor, podia observar o quanto a riqueza que gerava era mal empregada, via o colono “os favores concedidos a amigos ou parentes, vê os benefícios dados a certos donos dos distritos e chefes de linhas para que se os tenha bem amañados, e vê que pouco se dispensa para o verdadeiro progresso material e intelectual dos municípios”. Encerra a matéria com uma pergunta um tanto duvidosa: “O que importa ser governado por um Borges ou Assis, ser administrado por um Rezende ou Acauan?” (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 21 de março de 1924).

Claro que importava o sobrenome do administrador; do contrário, a referência aos bons políticos italianos não teria sido feita e a alusão à corrupção dos brasileiros pareceria sem sentido. Mais do que ninguém, o clero ansiava por um intendente *oriundi* e não fazia cerimônia em atacar o viciado sistema nacional. A questão étnica não era um elemento apenas de base política, os termos e o tratamento usado para identificar o colono – ou imigrante – definiam a visão que ocupavam na escala social: “Alguns pronunciam a palavra ‘gringo’ por brincadeira, outros por hábito ou ignorância; outros, ao invés, pronunciam o dito vocábulo

com um sentimento verdadeiramente anti-italiano” (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 16 de maio de 1924). O italiano, tão devotado ao trabalho e ao progresso que tanto contribuíra para o bem-estar do Rio Grande, não merecia um tratamento destes:

Aqui, só nas altas esferas sociais, entre a diplomacia ou outras personalidades importantes, é que se vê e conhece o quanto se tem em alto conceito o elemento italiano. Nas esferas sociais inferiores, em geral, é pouco estimado; e muitos outros que entendem o que estou afirmando, sabem que é desprezado e tratado de gringo e de outros epítetos não agradáveis ao paladar. [...]. O italiano, quando chegou ao Brasil, imediatamente entra na secular floresta, sem nenhum conforto, na mais completa miséria, a maior parte se estabelece com a família, sem estradas, sem casa, privado de um campo, recluso no mato. Só o murmúrio de pássaros e muitos outros urros de bestas ferozes, isolado de todos os recursos, principia seu trabalho derrubando a mata. Com sua força e grande suor, semeia, constrói igrejas, ergue excelentes casas, forma vilarejos, vilas e, posteriormente, florescentes cidades, desenvolve a agricultura, a indústria, o comércio. Se priva de todos os divertimentos para colher futuramente uma vida mais tranqüila para ele e seus descendentes de sangue, quando, subitamente, é visto com maus olhos. Algumas pessoas que ficam atiradas em outras cidades ou centros, ao olharem seus exemplos de uma vida abnegada para acumular o capital que hoje merecem possuir, refletem e exclamam: “Os gringos vieram aqui paupérrimos e em poucos anos enriqueceram, nós que somos da terra estamos ainda na miséria”. Ora! Ao contrário de persistir em uma vida *del doce farniente* tivessem guardado um pouco o que ganharam e não o tivessem gastado em festas, luxo e outros divertimentos. Trabalhem também vocês, acostumem-se um pouco mais ao trabalho e à economia que mais tarde também juntarão e formarão um capital para colher uma vida mais feliz (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 21 de março de 1924).¹⁹⁶

Dispensável qualquer comentário sobre a ideologia do texto. O que, no entanto, não é dispensável, é o relato de um acontecimento que ilustre esses atritos. Em 1 de novembro de 1925, o funcionário Álvaro Rocha, que trabalhava na turma da estrada de Monte Belo (2º distrito), andava insultando, ora no acampamento, ora na venda do Sr. Manzoni, outros operários italianos com “os epítetos de gringos, sem vergonha, desgraçados, etc, etc...”. Ao final da tarde, foi até a venda do Sr. Luiz Volta, e exigira que sua mulher lhe desse vinho. Esta, negando-se, trancou a porta de casa. Ao ver isso, o mesmo Álvaro Rocha se dirigiu à venda de Manzoni, onde, após alguns copos, “recomeçou sua ladainha de italianos não prestam, filhos da... etc. etc.”. Um presente, Serafino Dendena, cansado de ouvir as ofensas, falava a todos que havia nascido aqui e prestado fiel e honradamente o serviço militar no Brasil, mandando Álvaro Rocha calar-se. Este retorna ao acampamento e volta pouco depois, armado com uma faca, tentando atacar Seranifo Dendena, no que foi impedido, e dominado pelo dono da venda, Sr. Luiz Volta. Dendena então teria perguntado, em voz alta, que gostaria

¹⁹⁶ O grau de atrito é medido pela intensidade de ofensas. Epítetos como “gringos”, identificando os italianos, eram respondidos em insinuações de que os brasileiros eram vagabundos. Segundo Elias, “o poder de ferir depende da consciência que tenham o usuário e o destinatário de que a humilhação almejada por seu emprego tem o aval de um poderoso grupo estabelecido em relação ao qual o do destinatário é um grupo outsiders” (2000, p. 27). Quando as ofensas destes últimos começam a ser sentidas pelos primeiros, “é sinal de que a relação de forças está mudando” (ELIAS, 2000, p. 27).

de saber quem havia emprestado uma faca a um bêbado. No mesmo momento, entra na venda outro operário, Emiliano de Souza, repetindo as velhas ofensas aos italianos, disparando um tiro contra Dendena, mas acabando por ferir no braço o Sr. Filisbino Pinheiro. Encerrando o episódio, “na manhã seguinte o delegado mais dois soldados prenderam Luiz Volta por quatro dias. Serafino Dendena foi convidado a se apresentar no dia seguinte. Ficou preso algumas horas e liberado após pagar fiança de 150\$000” (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 19 de novembro de 1925).

Certamente, esse não foi um caso único e isolado. Apesar da vertente tendenciosa da versão, é inegável algum grau de conflito étnico, como também o é que esses atritos se transferiram da base ao topo da hierarquia social e política, e exerceram algum peso na escolha dos novos dirigentes. Em todo caso, em Bento, a Igreja apoiou a situação, endossando a candidatura de João Baptista Pianca. Ao que tudo indica, ficava satisfeita com a decisão, não atuando sorrateiramente, ao exemplo do que já foi analisado em Garibaldi. Restava, por hora, garantir a nova eleição que, depois de 32 anos, apontaria um novo intendente ao município.

Após a invasão dos federalistas, no início de novembro de 1923, e dos arranhões por ela causados, era o momento de recompor as forças e mostrar unidade. Em resposta ao ato revolucionário que, montados a cavalo, posaram para foto em frente ao prédio da intendência, no dia 26 de novembro um grande ato em homenagem ao coronel Carvalho Júnior foi organizado. Postos na escadaria central do prédio, se encontravam o intendente Carvalho Júnior, “o grande benfeitor da população Dr. Olinto de Oliveira Freitas, pela colônia italiana o Dr. Cav. Gino Battocchio, pela paróquia de Bento Gonçalves o Rev. Pe. João Foscallo, o Sr. Antônio Lorenzoni pela Associação do Comércio” (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 30 de novembro de 1923). De acordo com o relato do jornal *Il Corriere d'Italia*, representantes de todas as classes e entidades com suas bandeiras acompanharam, ao som da Banda Municipal, um pequeno desfile triunfal das autoridades até o interior da casa. Mas seria preciso muito mais para poder reordenar a unanimidade interna e as votações republicanas, que sempre contavam com larga vantagem, teriam uma história diferente.

Preocupado com seus redutos eleitorais, Borges de Medeiros tinha nas áreas coloniais uma das bases de sustentação de seu regime. Contudo, a revolução de 1923 levantara diversas dúvidas sobre o futuro desses votos, e um fracasso nesses locais acusaria um golpe que certamente seria sentido pelo Presidente do Estado. Pensando nisso, designava correspondentes para refazer pactos locais em vista às eleições que se aproximavam e que certamente ainda seriam bafejadas pelo calor do movimento de 23. Para Bento Gonçalves, o

designado havia sido Carlos Penafiel, responsável por acompanhar o processo e informar Borges de Medeiros sobre os acontecimentos no município. A primeira e principal preocupação era o controle das áreas dissidentes, e o centro dessa dissidência se localizava no 5º distrito, Santa Tereza.

As primeiras notícias, em fevereiro de 1924, são anteriores à interferência de Penafiel e talvez tenham alertado o Presidente sobre o problema. Segundo Ângelo Marques, ao visitar o distrito e participar de uma festa religiosa, havia conferenciado com diversos comerciantes, inspetores, industrialistas da Vila e do interior, que o alertaram estar o subintendente isolado da comunidade local. Neste caso, o subintendente era Neffre Teixeira, já conhecido por seu comportamento corrupto não apenas nesse distrito, o que fornecia argumentos para a oposição descarregar suas armas contra os republicanos.

Os informantes declaravam que Neffre há 6 dias não saía de casa, não sendo procurado por ninguém. Somente apareceu no churrasco festivo, no qual Ângelo Marques se encontrava. Nesse dia, pouco mais de 100 dos 150 eleitores estavam na festa, os quais “ouviram os oradores com muita atenção. Estes são os Srs. Vicente De Modena e Eugênio Fiacho do município de Guaporé que falaram em linguagem moderada. Foi distribuído um boletim escrito em linguagem pouco cortês do qual junto um exemplar” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00437, carta de Ângelo Marques. Fundo Bento Gonçalves, 26 de fevereiro de 1924).

Ante a situação, aconselhava a substituir imediatamente o subintendente que até aquele momento não havia procurado nenhum eleitor e se negava a negociar com a oposição. Seria melhor ainda mandar para aí um pequeno destacamento, evitando, assim, acontecimentos desagradáveis. O ato do entendimento, no entanto, era o mais aconselhável, já que a questão era simplesmente local, e diversos dissidentes estavam interessados a voltarem para as fileiras do Partido.¹⁹⁷ Enquanto isso, na sede do município, o grupo republicano tratava de afastar boatos e consolidar a unidade intrapartidária. Em ato público realizado na intendência, Carlos Penafiel, Carvalho Júnior e Olinto de Oliveira Freitas, na época Promotor

¹⁹⁷ Ângelo Marques repassava uma lista dos republicanos e divergentes do distrito, anotando ao lado a ocupação de cada um com alguns comentários quando necessário. “**Republicanos:** Neffre Teixeira – subintendente/Filipe Vignatti – professor/ Luiz Vignatti – inspetor/ Amílcar Panisi – inspetor/ Fernando Ferronato – comerciante/ Dut Ferronato – escrivão/ Amadeo Stringuini – escrivão/ Carlos Giordani (ilegível)/ João Antonioni – industrialista/ Fausto Mirlo – sapateiro. **Dissidentes:** Vicente de Modena – médico/ Virgílio Franceschini – inspetor, comerciante abastado/ Amadeo Picinini – industrialista forte/ Ernesto Franceschini – empregado do comércio/ Feliciano Valduga – comerciante (republicano)/ Alberto Vendrame – agricultor/ José Franceschini – comerciante forte/ Glicegis Valduga – agricultor/ Hildo Franceschini – empregado do comércio/ Ignácio Ramos – agricultor/ João Baggio – agricultor/ Bernardo Dendena – agricultor/ Roberto Prezzi – agricultor/ João Ozowski – agricultor/ Ângelo Filipe – agricultor/ Carlos Vignatti – agricultor/ Abramo Caumo – agricultor/ Antônio Tramontina – Conselheiro Municipal, industrialista. (Ibid).

Público na cidade, convocavam a população para declarar que o intendente “havia dado prova por trinta anos de seu governo municipal de sua amizade, fé política fidedignamente mostrada em cada ocasião, de ser o sincero e leal republicano de sempre” (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 22 de fevereiro de 1924).

Queriam, com isso, afastar boatos de que Carvalho Júnior se tornara assisista “que não queria mais saber de Borges de Medeiros e mil outras mentiras”. Alertavam para o cuidado naquele momento, pois se tratava de organizar no município um partido de oposição, composto de elementos heterogêneos. Por isso, toda calma e prudência eram necessárias, pois dotado de certos indivíduos jovens e inexperiência, faziam de tudo para alcançarem seus objetivos, perturbavam e disseminavam a anarquia entre os colonos. Evidentemente isso só era possível graças à benevolência do Partido Republicano que, sendo condescendente com a oposição, fizera diversas concessões de suma importância, se vendo traído pela mentira assisista. Para encerrar a reunião, convocavam a todos a se alistarem às comissões de qualificação eleitoral, no que teriam sido atendidos por inúmeros representantes das linhas “Palmeiro, Salgado, Pradella, Geral, Paulina, Faria Lemos, Santa Eulália, Leopoldina, Graciema e Santa Bárbara” (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 22 de fevereiro de 1924). Não havia nenhum representante de Santa Tereza no ato, ausência muito compreensível, pois na sequência o jornal publicava:

Ilmo Sr. Diretor do jornal *Il Corriere D'Italia*, Bento Gonçalves. Temos a honra de comunicar que nesta data foi instalada a Junta Libertadora “Dr. Plínio Casado”, da qual foi eleita a seguinte diretoria: Presidente Honorário – Virgílio Franceschini, Amadeo Piccinini; Vice-Presidente – Ítalo Miele; 1º Secretário – Ignácio Ramos; 2º Secretário e orador – Ernesto Franceschini; 1º tesoureiro – João Baggio; 2º tesoureiro – Feliciano Valduga; Comissão de Qualificação – Bernardo Dendena, Roberto Prezzi, João Osowski, Francisco Gaiessi, Carlos Vignatti, Olympio Valduga, Alberto Vendrame, Abramo Caumo, Ângelo Filipe, Luiz Bacega, José Franceschini (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 22 de fevereiro de 1924).

Não foi possível verificar se Carlos Penafiel já estivera no distrito, mas, possivelmente, não. O que se pressupõe é que, chegando a Bento Gonçalves, procurou organizar o Partido na Sede para, posteriormente, contornar a situação no interior. Antecipando-se a isso, a oposição dera seus primeiros passos, dificultando as manobras políticas republicanas daí por diante. Pode-se perceber que quase todos os divergentes apontados no documento anterior emitido por Ângelo Marques faziam parte da Comissão. Talvez a demora em agir tenha feito com que aqueles que ainda pensassem em voltar ao PRR tivessem desistido e reforçado os discursos de abandono e descaso do governo de Carvalho Júnior. O primeiro e único relato de Penafiel a Borges de Medeiros consta do dia 23 de março, e é pouco animador:

Querem retirar o subintendente, Neffre Teixeira, mas não votarão conosco. Já na eleição do Nilo, anterior a de novembro, os Franceschini votaram contra nós. Ainda domingo, depois de ter entrado nesta vila, na véspera, em conferência com o Sr. Carvalho, apresentou-se o Sr. Franceschini e um grupo de 15 pessoas a cavalo, ostensivamente, todos de lenço vermelho por ocasião de nossa passagem pelas ruas de Santa Tereza. Ao sairmos da missa, a convite do pároco, fizeram distribuir propostas descorteses a porta da Igreja e 3 senhoritas de lenço vermelho espalharam os mesmos pelas ruas. Elementos tão rebeldes e desordeiros, depois de nosso regresso, andaram dando tiros pelo ar toda vez que passavam ao lado da subintendência, onde estava o filho do Sr. Carvalho e outros companheiros nossos da vila. Isso se reproduz quase diariamente. O povoado é quase inteiramente despolitizado. As autoridades não têm força, não tem podido fazer nada e são dezenas as façanhas praticas pelos Franceschini (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00438, carta de Carlos Penafiel. Fundo Bento Gonçalves, 26 de março de 1924).

As hostilidades se revertiam em números: “eram 134 eleitores, desses são nossos 84, os outros 50 são duvidosos. Nosso alistamento 10 opositoristas e 12 republicanos, diz o adversário ter ainda 20 para alistar, o que não acredito” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00438, carta de Carlos Penafiel. Fundo Bento Gonçalves, 26 de março de 1924). Aconselhava o Juiz da Comarca a não dar audiência, evitando, assim, esses possíveis novos alistamentos. Os atritos se deviam a três pessoas: Vicente Módena, que nem eleitor era, médico formado que entrara em atrito com o subintendente Neffre Teixeira por exercer esta profissão de curandeiro; “o ex-escrivão Helvécio Lisboa, rapaz trôpego de péssimo caráter e sem nenhum valor” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00438, carta de Carlos Penafiel. Fundo Bento Gonçalves, 26 de março de 1924); e, por fim, o mais influente e perigoso, José Franceschini, comerciante e influente, “tem por trás de si toda a família Franceschini, que domina aquele povoado e traz a autoridade intimidada” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00438, carta de Carlos Penafiel. Fundo Bento Gonçalves, 26 de março de 1924). Penafiel arrola outros nomes assististas, e se irrita com a credulidade dos colonos frente às mentiras dos opositoristas: “existe uma linha inteira de pobres colonos polacos. [...]. Esta é toda contra e não arrefeceu, porque o Sr. Módena, aproveitando-se de sua ingenuidade, convenceu-os que seriam nomeados por Assis Brasil para diversos empregos dentro de pouco tempo” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00438, carta de Carlos Penafiel. Fundo Bento Gonçalves, 26 de março de 1924). A solução para o caso, “presença de praças, não para exercerem a força, mas para intimidar os rebeldes” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00438, carta de Carlos Penafiel. Fundo Bento Gonçalves, 26 de março de 1924).

Em 3 de maio, a eleição se mostraria bastante apertada. Mesmo sendo apurada a vitória republicana – para senador com 668 votos (João Vespúcio), contra 563 (Assis Brasil) –

esta teria sabor de derrota frente às históricas diferenças entre a situação e seus adversários. Contudo, se para senador as coisas já não tinham sido assim tão boas, o que dizer então do resultado para deputado? Do lado republicano, Carlos Penafiel e Álvaro Baptista, com 664 e 666 votos, respectivamente; do lado da oposição, Plínio Casado, Wenceslau Escobar e Lafayette Cruz, com 1.017, 945 e 863 votos, respectivamente. Sem sombra de dúvida, o fracasso republicano havia ficado evidente. Mesmo para senador, a situação havia perdido em distritos como Monte Belo (J. Vespúcio 48; A. Brasil 100) e Santa Tereza (J. Vespúcio 44; A. Brasil 104),¹⁹⁸ e nas 1ª e 2ª seções localizadas na sede do município as vitórias republicanas foram pouco expressivas (1ª seção. J. Vespúcio 156; A. Brasil 137. 2ª seção. J. Vespúcio 170; A. Brasil 121) (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 09 de setembro de 1924).

O periódico católico da cidade atribuía a ação de Carlos Penafiel e a popularidade de Carvalho Júnior à razão para que o triunfo da lista libertadora não tivesse sido maior ainda. Alertados sobre a perda de espaço, a exemplo do ocorrido em toda a região, a questão agora era garantir a permanência do PRR na intendência. Carvalho Júnior, no poder desde 1892, agora se tornava inelegível e, em finais de julho, o intendente apresentado submete à Assembleia do Partido Republicano local a chapa organizada com orientações de Borges de Medeiros, sendo assim constituída: “Intendente: João Baptista Pianca, engenheiro de obras públicas; Vice-intendente: Luiz Alegretti, industrialista; Conselheiros: Amadeu Arioli, Augusto Pasquali, Atílio Pompermayer, Antônio Lorenzoni, Adolfo Brum, Henrique Venzon” (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 24 de julho de 1924). A chapa ainda não estava oficializada, o que ocorreu apenas posteriormente, com a substituição de Augusto Pasquali, por João Sartor, colono do 4º distrito (Nova Pompéia). A alteração era saudada pelo jornal católico e, acreditasse, por todo o clero. Poderia ser ainda uma concessão ou uma jogada política republicana ao tentar minimizar os efeitos de votações negativas vindas do interior, como já havia ocorrido nas eleições de maio com os distritos rebeldes de Monte Belo e Santa Tereza. Este último também concorria com seu representante José Franceschini, mas do outro lado, nas minorias oposicionistas. (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 18 de setembro de 1924).

O nome de Pianca, a princípio bem aceito, fazia frente a candidaturas sem grande suporte externo naquele momento. Apesar de enfraquecido, Borges de Medeiros continuava no poder, e a máquina eleitoral republicana não deixaria passar em branco as eleições municipais para novembro. Assim, a oposição se abstinha de concorrer à intendência e, por meio de um acordo (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 11 de setembro de 1924), aceitava “sem

¹⁹⁸ É preciso lembrar que Monte Belo e Santa Tereza eram distritos vizinhos (hoje já emancipados), sujeitos, portanto, à influência dos mesmos agentes políticos identificados acima.

divergências” apoiar o candidato republicano, contentando-se em colocar seu representante garantido no legislativo. Infelizmente, não há documentos de como as negociações foram conduzidas, e a versão dada pelo *Il Corriere D’Italia* muito provavelmente não seja toda ela correta.¹⁹⁹ Primeiramente, porque a expressiva votação libertadora, em maio, dava condições aos dissidentes de ao menos ganharem espaço e força no jogo político local; segundo, uma vez que o acordo noticiado foi realizado no início de setembro, a data estava muito próxima à data marcada para as eleições; e terceiro, nada faz supor que, ao exemplo do que foi analisado acima em Garibaldi – assim como será visto em Caxias –, a oposição tenha cedido tão facilmente, a respeito do que o acordo celebrado tão tardiamente depõe contra.

Feitos os pactos, *Il Corriere D’Italia* incentivava a população a votar, pois a chapa era digna e “cheia do reconhecimento dos valores da nossa colônia italiana” (CPML, *Il Corriere d’Italia*, 7 de agosto de 1924). Mas o interessante é que Pianca não estava em Bento Gonçalves, e a campanha acontecia sem a presença do candidato. Em flagrante desrespeito à Lei Eleitoral, sequer residia no município, apesar de ser casado com Servilha Simon, natural da Linha Palmeiro, interior do mesmo. A ausência era devida à doença do pai, que viria a falecer no mês de agosto, e da própria esposa. Desta forma, apenas ao final do mês de agosto o futuro intendente se dirigia ao local que deveria administrar por quatro anos. Coincidência ou não, chegava somente quando os acordos finais com os libertadores se realizavam. Pode-se dizer que o terreno já estava limpo, ou havia sido limpo por alguém. Sem adversários, os republicanos teriam votação unânime, 1070 votos de 1070 votantes (CPML, *Il Corriere d’Italia*, 19 de março de 1925), e João Baptista Pianca assumiria o executivo no dia 15 de novembro de 1924. (CPML, *Il Corriere d’Italia*, 13 de novembro de 1924).

Um dos atos do novo intendente, provavelmente originado das negociações com os libertadores, foi a transferência do subintendente Neffre Teixeira de Santa Tereza para o 6º distrito Faria Lemos.²⁰⁰ Em fevereiro de 1925, cria uma comissão para estudar os melhoramentos a serem feitos na área rural e urbana.²⁰¹ Sua administração será marcada pelas providências técnicas de organização do espaço municipal. Distritos e sede ganhavam, além e novas ruas, identificações de antigas sem denominação, facilitando referências.²⁰² O novo Cemitério Municipal também é projetado e construído. A instrução pública é ampliada com a

¹⁹⁹ O jornal católico foi a única fonte possível de consultar onde se revelasse o andamento do processo político eleitoral do município naquele momento.

²⁰⁰ Seria neste posto que o subintendente se aposentaria no final de 1927. (AHBG, 20 de dezembro de 1927).

²⁰¹ Entre outros, a diretoria da comissão contava com o ex-intendente Carvalho Júnior, o representante consular italiano Cav. Gino Battocchio e o Pe. José Focallo. (MCSJHC. A Federação, 5 de fevereiro de 1925).

²⁰² Cabe lembrar que a praça Dr. Antônio Casagrande foi criada por decreto do intendente pressionado pela campanha movida pelo clero, em nome da memória de um imigrante de destaque.

criação de 21 aulas e seus programas de ensino também são redefinidos. (AHBG, Livro de Atos Municipais (1924-1927). Evidentemente, seguindo instruções estaduais e nacionais, o programa era focado no aprendizado da língua, do espaço e da história nacional. Porém, suas boas relações com a Igreja Católica abriam espaço para a possibilidade de instrução em língua italiana, conforme a sondagem que, desde o final de 1924, estava sendo feita com a revista *Italica Gens*. Essa negociação, segundo *Il Corriere d'Italia*, era intermediada por Cesar Bompard, futuro diretor do *Staffetta Riograndense*. Pianca mantinha boas relações com os Capuchinhos, havendo referências do comparecimento dos freis em solenidades na cidade presididas pelo intendente. (MCI, *Il Corriere d'Italia*, 24 de junho de 1925). Comparando com a administração de Garibaldi, estes olhavam o chefe do Executivo de Bento Gonçalves com mais simpatia, pois estava mais próximo da ideia a que aspiravam como governante. Na área da saúde pública, determina o recolhimento de lixo no perímetro urbano e contribui decisivamente para a construção do primeiro hospital da cidade, o Hospital Tacchini.

Quanto a esse último ponto, é necessário demorar-se um pouco mais. Se técnica e administrativamente seu governo esteve dentro das expectativas, politicamente enfrentou sérias dificuldades, que colocaram a descoberto as divisões entre republicanos locais. Essas divisões vieram à tona e foram alimentadas quando das disputas entre partidários dos médicos Bartholomeu Tacchini e Benjamin Giorgi. As refregas entre tachinistas e giorgistas fácil e rapidamente desembocaram no mundo do poder, dividindo a população entre partidários de um ou outro médico. Embora o auge dos atritos tenha ocorrido entre 1926 e 1927, suas consequências perduraram por anos, delimitando quem estava dentro e fora do poder.

Bartholomeu Tacchini, nascido em 19 de novembro de 1878, em Caltanissetta, Sicília, formou-se em medicina em Módena, residindo em Bento Gonçalves, desde o ano de 1912.²⁰³ Fora o primeiro médico a fixar moradia no município, fato que possibilitou estreitar laço com a população e, principalmente, com a elite local. Tacchini havia se dirigido à cidade segundo a indicação do Cav. Gino Battocchio, representante consular italiano em Bento Gonçalves. Por muito tempo exerceu atividade utilizando as instalações da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, contudo, as precárias e inadequadas instalações fizeram Tacchini cogitar o abandono da cidade para buscar melhores condições no exercício da profissão. (DE PARIS, 2006, p. 93). Diante disso, um grupo reunindo comerciantes associados ao poder público inicia uma campanha de subscrição que deveria arrecadar fundos para construir a nova casa de saúde

²⁰³ Em 1914, o jornal *O Echo da Serra* estampava a imagem de Bartholomeu Tacchini em primeira página, em homenagem ao primeiro, e ainda, naquela data, único médico do município. (MCSJHC. *O Echo da Serra*, 20 de agosto de 1914).

dedicada ao médico. A campanha começa em 1924, estando o prédio orçado em 300:000\$000 (MCSJHC, *A Federação*, 15 de janeiro de 1925), e não apenas a população de Bento Gonçalves esteve envolvida, mas também de cidades vizinhas, como Garibaldi e Caxias, onde se realizavam apresentações teatrais com o intuito de arrecadar fundos. (MCSJHC, *A Federação*, 23 de fevereiro de 1925. *Il Corriere d'Italia*, 14 de outubro de 1926).

A comissão central pró-hospital estava sediada na vila, mas havia outras no interior do município, o que reforçava o caráter comunitário e de mobilização popular em torno do projeto. (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 25 de setembro de 1924). A personalidade de Tacchini era cada vez mais destacada e suas viagens à Itália o tornavam uma figura proeminente no campo das relações políticas, propagandeando o regime de Mussolini, quando de seus retornos. Ao final de 1925,

o ilustre Dr. Bartholomeu Tacchini foi condecorado com a S. M. Vittorio Emanuele III a Cruz de *Cavaliere della Corona d'Italia*. É com a máxima satisfação que damos esta notícia aos nossos leitores os quais, bem conhecem a grande obra de bondade que o Dr. Tacchini tem sabido cumprir em nosso meio, e que agora tem reconhecido seus méritos do outro lado do oceano, embora tenha tudo ele feito dentro de sua habitual modéstia. Todos, estamos seguros, se uniremos a ele com as mais vivas congratulações do mérito honorífico (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 10 de dezembro de 1925).

A recepção de regresso da pátria-mãe ganhou tons solenes e festivos.

Quando pelas três horas entrou na estação o trem especial com os amigos e admiradores que tinham ido a Porto Alegre recebê-lo, foi feito um viva formidável acompanhado pelas notas musicais [...] que se repetiam como os ininterruptos disparos dos foguetes, rodeado pelas autoridades e pela imensa quantidade de gente, desceram a pé até o hospital (MCI, *Il Corriere d'Italia*, 18 de fevereiro de 1926).

A solenidade continuava sob os brados de “viva o Cav. Tacchini”, vindos do povo amontoado na igreja, e, posteriormente, no concorrido jantar do Clube Aliança, frequentado pela elite de Bento. A planta do hospital fora projetada por Pianca, enquanto o terreno, em parte pertencente à já inexistente Sociedade Filarmônica Giuseppe Verdi, e agora sob posse do poder público, revertia-se como doação. (AHBG, Ofício 28 de novembro de 1924).

Em 13 de março de 1927, inaugurava-se o hospital, com cerimônia a que comparecia o vice-cônsul da Itália em Porto Alegre, Cav. Bozano, e uma programação que ocupava o dia inteiro e encerrava com jantar de gala realizado no Clube Aliança. (MCI, *Il Corriere d'Italia*, 16 de março de 1927). A subscrição popular direta somava, aproximadamente, 169:070\$000. Entre outras formas de arrecadação (festas, venda do patrimônio da antiga Casa de Saúde, ofertas variadas), contava-se com 182:274\$700, isto é, mais de 60% do total orçado para a construção. (MCI, *Il Corriere d'Italia*, 23 de dezembro de 1926). A casa iniciava seu

funcionamento contando com a isenção, concedida pelo Conselho Municipal, das taxas de energia elétrica e de todos os impostos municipais que incidiam sobre o empreendimento. (AHBG, Ofício 14 de dezembro de 1926).

Se Bartholomeu Tacchini era efetivamente uma figura conhecida e reconhecida entre a população local, Benjamin Giorgi era um desconhecido e novato. Formado pela Régia Universidade de Gênova, onde nascera em 11 de novembro de 1896, na cidade de Lucca, além de clínico geral e cirurgião, possuía especialização em ginecologia. Vinha com recomendações do professor e Senador Eduardo Maragliano. Ainda na Itália, havia desempenhado funções de diretor do serviço hospitalar da Sociedade Montecatini de Extração de Mármore em Carrara, prestando serviços no município de Minucciano, local de onde portava documentos do prefeito. (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 7 de maio de 1925; FRANCO, RAMOS (1943, p. 442).

Giorgi chegou a Bento Gonçalves em dezembro de 1924, passando a atender seus pacientes na casa particular de José Torriani, e não há nada que evidencie atritos ou não aceitação do médico nos círculos locais, até meados de 1926. Os problemas começam em setembro daquele ano, quando Giorgi procede a uma intervenção cirúrgica em Joana Cogo Grossi, esposa de Henrique Grossi, Coletor Federal em Garibaldi. Segundo aquilo que se lê nos autos do processo, a paciente estaria grávida e teria falecido no dia 30 daquele mês em consequência de

um aborto provocado, dias antes, 29, pelo Dr. Benjamin Giorgi, pois houve, devido a intervenção cirúrgica, a ruptura do útero, dando lugar a peritonite aguda, tendo sido encontrados pequenos fragmentos de placenta na cavidade pelviana e na superfície interna daquele órgão, conforme tudo consta do auto de exumação e necropsia, acrescentando que tal aborto não era necessário para evitar a morte da gestante e nem esta faleceu de síncope cardíaca, segundo atestou o Dr. Benjamin Giorgi. A vítima residia no município de Garibaldi, tendo chegado a esta vila, no dia 28 do referido mês, viajando de trem e sem nenhuma companhia, efetuando-se a citada provocação de aborto, na própria casa em que se deu a morte (APERS, Autos do processo crime nº 28, 1926).²⁰⁴

²⁰⁴ A casa em que se deu a morte era a de Arthur Schlichting, situada no centro da Vila por volta das 16h do dia 30. Embora esse tenha sido o primeiro, não foi o único processo movido contra Benjamin Giorgi. Em 1929, Tereza Barassuti, moradora do distrito de Monte Belo, também movia ação contra o médico, alegando ter ele forçado um aborto na paciente. Porém, em termo de declaração, a mesma admitia “que tudo quanto disse as pessoas amigas, parentes, autoridades e médicos, contra o Dr. Benjamin Giorgi, é puramente falso. Agi impulsionada por um sentimento de perversa vingança, por não ter o referido doutor acedido ao pedido que lhe fiz, isto é, não ter querido intervir numa suspensão que tinha há mais de um mês. Declaro, outrossim, que se meu estado de saúde agravou-se foi devido a minha imprudência fazendo uso de medicamentos populares e manobras, com que tentei realizar meu intento” (APERS. Autos do processo nº 16, 1929).

Joana era natural de Bento Gonçalves, seus parentes eram proprietários da Empresa XX de Setembro, dedicada ao ramo da tanoaria. Seu marido, a julgar pelo intendente de Garibaldi, Jacob Nicolao Ely, era uma figura não muito grata aos círculos republicanos locais:

Henrique Grossi, Coletor Federal, continua embaraçando administração municipal e perturbando esta população. Rogo V. Ex., se for possível, obterdes remoção dito coletor para outro município ou Estado, visto ele ser um elemento perigoso e nocivo à sociedade (AHG, Ofício de 01 de agosto de 1924).

O processo, movido pelo Ministério Público, não encontrava respaldo do marido, nem da família de Joana que, reiteradamente, diziam nos depoimentos nada ter contra o Benjamin Giorgi.²⁰⁵ O fato é que as circunstâncias da morte eram delicadas. Um “aborto forçado”, mesmo numa gravidez de risco, forçosamente colocava a Igreja Católica eriçada, e despertava a fúria dos mais fervorosos defensores dos princípios cristãos. Aliado a isso, a presença recente de um novo médico cirurgião, do qual se sabe tinha boa popularidade, também pode ter contribuído para agravar a situação, bem no momento em que a comunidade – e principalmente a elite – se reunia em esforços na construção do hospital dedicado a Bartholomeu Tacchini.

Certamente, o acontecimento foi aproveitado para detonar uma série de atritos e interesses que serviam de pano de fundo ao caso. Também se prestou à oratória e à manipulação inevitável dos velhos e novos líderes republicanos da cidade. A tensão chegou a tal ponto que Borges de Medeiros designou o intendente de Caxias, Celeste Gobbato, para que fosse até Bento Gonçalves tirar suas impressões *in loco*, informando-o sobre o estado das coisas. Segundo Gobbato, ao chegar, teria sido recebido por Amadeo Vetorelli, delegado de polícia, e mais Horácio Mônaco (industrialista), Júlio Lorenzoni (coletor estadual) e Luiz Alegretti (vice-intendente). Essa comissão, pedindo a palavra, começou a discursar em pleno salão do júri a uma plateia de 80 a 100 pessoas, partidárias de ambos os médicos. Horácio Mônaco então

historiou a vida da Vila desde a chegada do Dr. Giorgi o qual disse ao povo atribuía alguns casos de imperícia médica [...] Disse mais, que falava em nome da quase totalidade dos habitantes do município, inclusive da classe de comerciantes e industrialistas, todos republicanos e que desejavam a continuação do processo contra o Dr. Giorgi. Afirmou ainda que se havia espalhado que o Sr. Presidente do Estado não havia recebido o Dr. Pianca e tratava de substituí-lo na chefia política local (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 1406, carta de Celeste Gobbato. Fundo Caxias do Sul, 25 de outubro de 1926).

²⁰⁵ Todos os irmãos afirmaram que Joana sofria de albumina, mas resistia a fazer tratamento médico. O marido, Henrique Grossi, ao ser questionado se atribuía a morte da esposa ao procedimento do Dr. Giorgi, declarava que sua morte era devida às enfermidades anteriores. (APERS. Autos do processo crime nº 28, 1926).

Na sequência, Júlio Lorenzoni, repetindo em linhas gerais a mesma fala de Mônaco, acrescentou que parte da culpa por tudo o que estava ocorrendo cabia ao consulado italiano de Bento Gonçalves. A acusação de Lorenzoni expunha claramente a divisão interna dos republicanos, tendo sido negada pelo representante consular Gino Battocchio. Após mais algumas discussões, Gobbato, tomando a palavra, afastara qualquer desconfiança de Borges de Medeiros em relação a Baptista Pianca, reafirmando seu incondicional apoio, ficando resolvido que conversaria com Benjamin Giorgi, lhe sugerindo a retirada do município dentro de um determinado prazo. Giorgi, entretanto, não aceitava o acordo, desejava a continuação do processo e ameaçava instaurar outro contra seus adversários, baseado em provas que dizia possuir.

Acrescentou que a luta irá contra o novo hospital, pois aceitará a proposta de um tal Sr. Silveira Netto de Júlio de Castilhos, para montar uma casa de saúde em vista de ser o hospital entregue não a todos, mas somente a alguns clínicos do município” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 1406, carta de Celeste Gobbato. Fundo Caxias do Sul, 25 de outubro de 1926).

Parece ter ficado evidente que o grupo no poder se reservava ao direito de usufruir exclusivamente dos benefícios do patrimônio que se constituía com recursos públicos dispensados, seja pela intendência, seja pela subscrição popular. A esse respeito, é mesmo Celeste Gobbato quem observa:

No fundo, à parte a responsabilidade do Dr. Giorgi pode ter na morte da Sra. Cogo Grossi, trata-se de uma questão de interesses materiais onde, farmacêuticos da Vila e enfermeiros do Dr. Tacchini, não se conformam com a presença de um novo operador e clínico do município de Bento Gonçalves. A respeito de uma eventual constituição de um grupo de opositoristas, o intendente, Sr. Pianca, pede-me para lembrar que existe naquela Vila um elemento perigoso e propagandista da fundação ali de uma Aliança Libertadora. É ele o major Augusto Costa Leite, delegado do serviço de recrutamento, cuja remoção o Dr. Pianca deseja (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 1406, carta de Celeste Gobbato. Fundo Caxias do Sul, 25 de outubro de 1926).

As veleidades políticas entre os dois líderes do Partido Republicano também passavam a estar expostas. João Baptista Pianca e Carvalho Júnior já não mais se entendiam completamente. Em novembro de 1926, era fundado na cidade o Grêmio Republicano Borges de Medeiros, com o intuito de sustentar a coesão partidária local. Pianca e Carvalho Júnior ficavam com o posto de sócios honorários, enquanto a presidência e vice-presidência cabiam a Luiz Alegretti e Júlio Lorenzoni, respectivamente. Naquela ocasião, os discursos couberam ao correligionário Inocêncio Romero, que “hipotecava solidariedade política ao chefe local e fazendo referências ao venerando republicano cel. Carvalho ali presente, terminou seu discurso sob prolongadas palmas”; e ao intendente Baptista Pianca, que agradeceu o apoio dos

correligionários e deplorou os últimos acontecimentos no município, reafirmado que “reina o maior entusiasmo entre a família republicana por motivo da fundação” (MCSJHC, *A Federação*, 10 de novembro de 1926). Não era verdade. No final do mesmo mês, Celeste Gobbato volta a informar Borges de Medeiros que

em Bento, perdurando a situação anormal como é de se prever, perdurará a necessidade de um homem calmo e muito criterioso para aproveitar a sessão do partido em benefício do mesmo. Este homem é o Sr. Carvalho Júnior, estimado por todos, mas um tanto amesquinhado pelo João Baptista Pianca, não poderá, entretanto, de per si, tomar parte saliente na direção local do partido. A fim de aproveitá-lo, será preciso fazer-lhe um convite que eu mesmo farei se V. Ex. se dignar a endereçar-me. De momento seria também oportuno a nomeação do cel. Carvalho Júnior para delegado de polícia, pois isto ofereceria tranquilidade aos partidários do Sr. Benjamin Giorgi que acusam de parcialidade o atual delegado Amadeo Vetorelli (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 1407, carta de Celeste Gobbato. Fundo Caxias do Sul, 26 de novembro de 1926).²⁰⁶

No início de 1927, há outro indício das divergências, quando o contador e secretário da intendência reclama a Borges de Medeiros estar sendo perseguido pelo intendente Baptista Pianca por não ser ele “favorável ao médico Tacchini. Em virtude de ser republicano e em vista do modo de agir dos tacchinistas, quando parte deles são assistidas, juntamente a TODOS giorgistas fundamos o Grêmio Carvalho Júnior” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00441, carta de Álvaro da Costa Monteiro. Fundo Bento Gonçalves, 14 de fevereiro de 1927).²⁰⁷ Acusava os tacchinistas de não trabalharem em prol do partido, tendo sido agredido e ferido barbaramente pelos mesmos. Era acusado injustamente de publicações ofensivas, em jornais locais, e de escrever cartas anônimas. “Mário Caorsi, secretário do Laboratório de Análise, tem ameaçado de perseguir os Srs. Irmãos Milani, donos de cantinas de vinhos caso não me dispensarem do cargo de guarda livros”. É necessário lembrar que Caorsi era apontado por Benjamin Giorgi como um dos responsáveis pela agitação, usando de seu cargo para ameaçar cantineiros, como relatado acima, provavelmente

²⁰⁶ Em 13 de dezembro de 1936, Borges de Medeiros autorizava a substituição de Amadeo Vetorelli por Carvalho Júnior. Gobbato assim julgava ter conseguido uma maior harmonia entre os republicanos na cidade. (AHMJSA. Fundo Secretaria do Gabinete [Partidos Políticos]. Telegrama 13 de dezembro de 1936).

²⁰⁷ Sobre a fundação deste Grêmio, Celeste Gobbato se apressa a apresentar o “Sr. Demijo Duchini, publicista italiano de poucos anos de idade, ventilado de nosso querido estado, onde convicto da pureza e dos princípios do partido, muito tem contribuído para sua disseminação no município de Bento Gonçalves, onde foi um dos fundadores do Grêmio Republicano Cel. Carvalo Júnior” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00441, carta de Celeste Gobbato. Fundo Caxias do Sul, 21 de agosto de 1927). A italianidade demonstra estar de braços dados com o republicanismo, as facções partidárias passam a usar fatores semelhantes, neste caso étnicos, enquanto Gobbato demonstra uma tendência a apoiar o grupo oposto ao do intendente Baptista Pianca. Isso fica ainda mais claro quando emite outro parecer sobre a situação na cidade: “Em Bento Gonçalves há um sensível melhoramento nas relações das duas facções “tacchinista” e “giorgista”, não só pela constituição da comissão executiva do partido e pela nomeação para delegado de polícia do coronel Carvalho Júnior, o que muito agradou aquele povo, mas também pela atuação honesta e correta do correligionário deputado Sr. Dr. Álvaro Sérgio Maserá” (AHMJSA. Secretaria do Governo, correspondência intendência governo do Estado, 27 de janeiro de 1927).

na aplicação de multas, entre outras questões técnicas na produção de vinhos.²⁰⁸ Para finalizar, Álvaro Monteiro garantia que “os giorgistas, apesar de indignados estão obrigados a votarem em candidatos de nosso partido” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00441, carta de Álvaro da Costa Monteiro. Fundo Bento Gonçalves, 14 de fevereiro de 1927). De fato, a não ser certos alertas de perigo de que alguns espertalhões usariam, a situação para fomentar núcleos “vermelhos”, o que não aconteceu. O problema dizia respeito apenas ao partido dominante.

A divisão partidária refletia também uma divisão étnica. É certo que a referência que Júlio Lorenzoni fizera no salão do júri em seu discurso não havia sido gratuita. Em carta aberta publicada no *Il Corriere d'Italia* e endereçada ao Desembargador Chefe de Polícia, ao cônsul da Itália e ao Fiduciário do Partido Nacional Fascista, assinada por diversos nomes ligados aos tacchinistas, existiam acusações contra um jornalista italiano chamado Aldo Dieci, editor do jornal *Tribuna d'Italia*. Os autores da carta chamavam Dieci de “caloteiro”, “imoral” e “sem vergonha”, por semear a discórdia na colônia italiana. Em sua passagem pela região, não tivera êxito ao propagandear seu jornal, passando então a caluniar seus habitantes. Assim, “para melhor desfrutar o seu verdadeiro e único programa, que é aquele da gaveta, principiou por intrometer-se na vida dos municípios coloniais, instigando cada vez mais, debaixo do fim aparente de apaziguar, tanto com insinuações pessoais, tanto com artiguetes capciosos” (MCI, *Il Corriere d'Italia*, 7 de novembro de 1926). A comprovar sua falta de idoneidade, juntavam processos e declarações notariais expedidos pela justiça de São Paulo, os quais declaravam ser Aldo Dieci um “falido” e “fraudulento”, logo ele que, ao passar por Garibaldi e não obter apoio, chamou a cidade de “terra dos falidos”. Mas o que mais incomodava os reclamantes foram as alusões feitas por Dieci ao caso, envolvendo tacchinistas e giorgistas.

A exceção (e nós podemos provar) de uma meia dúzia de pessoas que nós reafirmamos indignos de serem chamados de co-nacionais, pelo fato vil e pouco cavalheiresco praticado contra um clínico italiano que, felizmente, soube demonstrar o quanto é belo e altamente nobre perdoar os outros pelas calúnias infamantes (MCI, *Il Corriere d'Italia*, 7 de novembro de 1926).

Em sua indignação, afirmavam:

²⁰⁸ Mário Caorsi parece ter sido bem recompensado pelo apoio, pois segundo o documento expedido pelo Hospital, em 1943: “Esta instituição, por intermédio de sua diretoria, tem o honroso dever de convidar-vos para assistirdes à homenagem que vai prestar em memória de seu antigo colaborador e amigo, Dr. Mário Caorsi, e que terá lugar no próximo dia 4 de janeiro, data do 1º aniversário de seu falecimento, na própria sala de Raios X, onde o ilustre extinto empregou sua atividade durante longos anos” (AHBG, 24 de dezembro de 1943).

Aldo Dieci sabe, como toda população de Bento Gonçalves não ignora, que o Dr. Benjamin Giorgi descaradamente e em atitude de desafio por ele qualificado de “colosso e mestre do bisturi” e de passagem (diga-nos e prove com documentação, em que hospital, depois de diplomado, e com que professor, o “colosso” praticou cirurgia, durante o período mínimo de seis meses, aliás insuficiente para adquirir uma prática sofrível) está sob a acusação, não de meia dúzia que a honestidade asquerosa de Aldo Dieci, obriga-o a chamar de indignos patriotas, mas de um laudo policial em consequência de uma perícia praticada no cadáver de sua operada, autopsia essa executada pelo Dr. Joaquim de Oliveira, médico legista da Chefatura de Polícia do Estado (MCI, *Il Corriere d'Italia*, 7 de novembro de 1926).

Facções políticas e étnicas se digladiavam na arena pública, retalhando, a seu modo, o cadáver exumado de Joana Cogo Grossi. A autópsia, realizada seis dias após a morte, foi acompanhada pelos delegados de polícia de Garibaldi, Luiz Rudiero Casacurta, e de Bento Gonçalves, Amadeu Vettorelli, mais as testemunhas Aristóteles Bayard e Lucas de Oliveira, amanuense do Gabinete Médico Legal da Chefatura de Polícia. Havia uma série de controvérsias e falhas no relatório da perícia, que apontava lesões no útero devido ao aborto forçado, o que teria provocado, em consequência, uma insuficiência cardio-hepato-renal. Ao ser interrogado sobre o tamanho da lesão uterina, o médico porto-alegrense Ney Cabral, que pode dialogar com o legista Dr. Joaquim de Oliveira logo após a autópsia, respondia que

tendo encontrado o Dr. Joaquim de Oliveira no hotel Faraon, em Garibaldi, perguntou-lhe esse médico por que motivo o denunciado não abandonava Bento Gonçalves, ajuntando que a lesão encontrada no útero de D. Joana era de dimensão tal, que o depoente entendeu ser de dois milímetros, a julgar pelo sinal feito pelo Dr. Oliveira, quando lhe falava, dimensão que no decorrer da palestra foi sendo aumentada até cinco milímetros, o que levou a testemunha a objetar que era impossível se haver introduzido por tão insignificante orifício tão grande fragmento placentário como aquele que o referido médico afirmava ter sido encontrado na cavidade peritoneal (APERS, Autos do processo crime nº 28, 1926).

Na sequência, há o relato de uma testemunha sobre o procedimento executado no ato de exumação:

O Dr. Oliveira era acompanhado por um prático que, segundo disseram, trabalha no necrotério de Porto Alegre, e que foi esse prático que se encarregou de abrir o cadáver e retirar o útero. Que o Dr. Oliveira não tocou se quer no cadáver ou no órgão retirado limitando-se a tomar notas com o lápis. Disse ainda, por lhe ter sido perguntado, que o útero, quer no cadáver, quer quando retirado, não foi objeto de sondagem, não se o mediu e muito menos foi pesado. Que o depoente, quando retiraram o útero da cavidade abdominal e o atiraram sobre outra sepultura, sentiu-se chocado diante com a cena que assistia e retirou-se, não obstante as observações que lhes eram feitas em contrário, pelo médico legista que lhe fazia sentir, que o depoente então, nada assistira; apesar dessa observação o depoente retirou-se. Perguntado se o Dr. Motti assistiu a necropsia? R. que o Dr. Motti, tanto quanto as demais pessoas estranhas foram mandadas retirar pelo médico legista que permitiu apenas a permanência do depoente, seu cunhado, os coveiros, [...]. A própria solução desconstituída na face exterior do útero não está localizada, não se lhe sabe a dimensão, não se esclarece qual o respectivo aspecto para concluir se a lesão foi produzida no vivo ou no cadáver. Quem abriu a cavidade abdominal e retirou o útero foi outra pessoa que não o médico legista. Não poderia esse intruso, por descuido ou imperícia, praticar a lesão? (APERS, Autos do processo crime nº 28, 1926).

Diversos médicos foram ouvidos, como Júlio Motti – médico particular de Joana, tendo sido ele a indicar Benjamin Giorgi quando soubera que estava grávida – e Rômulo Carbone, ambos tendo sustentado a impossibilidade de tais lesões uterinas e concordarem com o procedimento cirúrgico de Giorgi ante a gravidez de risco. O réu, em sua defesa, já que tecnicamente o processo apontava para sua absolvição, dizia que

não compreende, entretanto, na trama d’este processo, é o ascendente maléfico e sobre modo truculento que os catedráticos da calúnia, desprezíveis detratores da reputação alheia, conseguiram urdir, para ser cridos aos olhos exercitados da justiça criminal, ao desfraldarem, num ambiente da paz e concórdia, eles – vampiros, o chale negro de suas asas. É que a polícia, desnaturando o papel que lhe cabe, de edificante elemento social, influenciada, claramente, pela paixão que dementa o espírito pernicioso de supostos ou mascarados *condottieri* de Bento Gonçalves, quis ser agradável a essa indébita intervenção e não trepidou em explorar a tranqüilidade votiva de um cadáver. Destruiu-lhe a golpes de impiedade, o mármore, talvez, que lhe tapava, há cinco dias, apenas, a boca da sepultura e na garganta aberta nas entranhas da terra, fez soltar seu grito mefistofélico da sua ingrata perseguição. Voltou-se para a necrópole, revolveu a terra do cemitério, exumou o cadáver, lançou-o atabalhoadamente à necropsia e correu para o pretório da justiça no ridículo e desordenado afã de conseguir expor à odiosidade pública a competência profissional do indiciado, em nome de interesses subalternos que a fazem estritamente calar (APERS, Autos do processo crime nº 28, 1926).

Por fim, a sentença final, dada em 15 de janeiro de 1927, pelo juiz Luiz de Freitas Castro inocentava Benjamin Giorgi de qualquer culpa, refutando todos os argumentos da acusação, com base nos laudos técnicos apresentados, encerrando a sentença com os seguintes dizeres: “Razão tem os franceses quando afirmam proverbialmente que a palavra foi feita para enganar” (APERS, Autos do processo crime nº 28, 1926). Nesse caso, a palavra estaria a serviço da demagogia política, mas a palavra também servia para a verdade da ciência. Coincidência ou não, no mesmo período em que se deu o processo, realizou-se em Porto Alegre o 9º Congresso Médico Brasileiro. Um dos debates mais acalorados do encontro versou a respeito da legalidade profissional da medicina, da necessidade de diplomas, quem e como se poderia atuar na área, o exercício científico e a ação dos curandeiros. (MCSJHC, *A Federação*, 22 a 29 de outubro de 1926). De qualquer forma, o campo do saber médico passava pela ação do poder, pelos grupos de influência e pelo uso político de seus conhecimentos.

Encerrado o processo, Benjamin Giorgi daria andamento ao seu projeto, e construiria o Hospital São Jorge, inaugurando-o em 13 de novembro de 1927. A gerência da casa cabia a Antônio Farina, possuindo ainda um médico assistente, Dr. Alfredo D’Amore. A luta agora era para conseguir os mesmos benefícios concedidos ao Hospital Tacchini, o que viria logo após sua inauguração, mas que não se repetiria todos os anos, pois há diversos pareceres

negando os auxílios ou as isenções, fato que não ocorria com o Hospital Tacchini. (AHBG, Livro Registro de Correspondência Expedida – Conselho Municipal (1925-1936)).

O governo de Pianca se encerra em 1928 com rivalidades políticas à flor da pele entre os republicanos – de um lado estavam tacchinistas, de outro giorgistas, existindo, ainda, a oposição libertadora. De fato, pelos candidatos apresentados à eleição intencional, as três correntes parecem ter disputado o executivo, pois, se até aquela data houvera sempre uma chapa, desta vez são três os candidatos, algo inédito no município.

Olinto Fagundes de Oliveira Freitas²⁰⁹ concorria pelos republicanos ligados aos tacchinistas, como seu vice-intendente, Augusto Pasqualli, estava. Evidentemente essa seria a chapa vencedora e administraria o município pelo próximo quadriênio. Assim mesmo, a julgar pelo relato de Celeste Gobbato, essa escolha gerou controvérsias dentro do partido, e não teria sido ela unânime.

Em Bento Gonçalves esboçou-se uma dissidência devido à precipitação de alguns elementos, principalmente o Sr. Dr. Mário Caorsi, diretor do Laboratório de Higiene do Estado e do Sr. Horácio Mônaco, ambos pouco conhecedores de suas obrigações partidárias. Quiseram impor à comissão executiva local o nome do Dr. Olinto Freitas, republicano, promotor público da Comarca para candidato a intendente daquele município do quadriênio a começar ainda em 15 de novembro de 1928. Felizmente a comissão executiva respondeu a esses elementos que era ainda prematura qualquer resolução a respeito, o que contribuiu para acalmar numerosas pessoas que parece, não concordam com semelhante candidato (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01413, carta de Celeste Gobbato. Fundo Caxias do Sul, 03 de novembro de 1927).

Seus concorrentes eram Vitério Moré, tendo como vice Attilio Pompermayer, e Vitor Giovanini, acompanhado por José Baldi. Aqui é difícil precisar quais as tendências das últimas duas chapas,²¹⁰ mas, pela votação, Vitor Moré e Atílio Pompermayer – este último acabava de ocupar uma cadeira no Conselho, na legislatura que terminava – tiveram uma aceitação bem maior do eleitorado, o que faz supor que talvez pertencessem ao grupo giorgista, o que ainda assim é uma mera suposição. Vitor Giovanini e José Baldi apresentaram votações bastante irrisórias. Para conselheiros, Paulo Salton, um possível nome ligado aos giorgistas, e Amadeo Picinini aos libertadores, concorreriam a vagas no Conselho. (AHBG, Livro Registros Atas Eleitorais).

²⁰⁹ Oliveira Freitas era um velho conhecido da população de Bento Gonçalves. Desde 1915 na cidade, já havia ocupado cargos como de juiz distrital e promotor público da comarca, além de presidente do Conselho Escolar do Município e Vice-Presidente do Tiro de Guerra. (CAPRARA, LUCHESE, 2005, p. 77).

²¹⁰ Infelizmente, a partir de 1930 em diante, as lacunas documentais são enormes, sendo que não foi possível encontrar registros muito além das fontes oficiais. O jornal *Il Corriere d'Italia* havia sido vendido para os freis Capuchinhos e incorporado ao jornal de Garibaldi *Staffetta Riograndense*. Mesmo as fontes oficiais são bastante deficientes e não permitem inferências maiores.

Ao iniciar seu mandato, Olinto Fagundes de Oliveira Freitas colocava às claras a situação financeira da municipalidade, declarando uma dívida de 1.222:584\$992, obrigando-o a contrair empréstimo para pagamento de “vencimentos atrasados a professores, zeladores, fornecimentos de várias espécies, turmas de construção e reconstrução de estradas”. (CAPRARA, LUCHESE, 2005, p. 151-152). A infraestrutura patrocinada pelo governo Pianca agora cobrava seus débitos, mesmo que esta tivesse sido mascarada na prestação de contas da administração anterior. Tal fato era denunciado pelo novo intendente, ao referir que a dívida declarada oficialmente era de 783:503\$273 e cuja culpa de erro contábil recaía ao contador municipal, o mal-quisto Álvaro da Costa Monteiro. Este era acusado de incompetência, cujo erro não comprometia a administração anterior que “foi próspera, progressista, competente, gloriosa e honesta e que a menção feita à dívida existente em 15 de novembro de 1928, em coisa alguma poderá diminuir a grandeza de vossa gestão, uma vez que, como é público e notório bem empregou os dinheiros públicos” (AHBG, Livro Registro de Correspondência Expedida pelo Conselho Municipal [1925-1936]. Ofício 36, p. 34, 35).

Além disso, seu governo enfrentaria as turbulências da Revolução de 1930 e a bancarrota financeira no país e no estado, o que levaria à quebra de bancos, como o Pelotense. Em 1931, logo após a revogação dos decretos de exceção que havia congelado os preços de gêneros básicos, inclusive acenando com possíveis requisições (AHBG, Ato nº 83, 23 de outubro de 1930/ Ato nº 103, 23 de dezembro de 1930), tenta minimizar o peso da crise para as indústrias locais, principalmente a vinícola, e no intuito de atrair novos investimentos, isenta as mesmas de pagamento de energia elétrica. (AHBG, Decreto nº 121, 20 de janeiro de 1931/Decreto nº 141, 24 de julho de 1931). Ao mesmo tempo, a falta de “numerários” forçava a intendência a emitir cada vez mais apólices de baixo valor, o que julgava ser mais viável para a obtenção do capital de que necessitava. (AHBG, Ato nº 123, 6 de fevereiro de 1931). Evidentemente, Oliveira Freitas não descuidava das questões políticas e

considerando que o povoado de Santa Tereza é o maior do município obrigando, por isso, o respectivo subintendente a uma vida de maior representação e de muito mais atividade para manter a ordem e a harmonia na sede, tradicionalmente agitada pela índole insubordinada de alguns elementos de sua população que, afastados a um recanto do município, só dificilmente reconhecem o respeito à autoridade pública. Considerando mais que dadas as condições especiais d'aquela distrito, é necessário que o cargo de subintendente seja exercido por um cidadão enérgico e culto, o que, aliás, não é exigido pela índole da população dos demais povoados. Considerando finalmente que não foi possível a municipalidade encontrar dentro do município um cidadão que dispusesse das qualidades indispensáveis àquelas funções e que se sujeitasse aos vencimentos previstos na lei orçamentária, *ad-referendum* do Conselho Municipal resolve: Art. 1º fica elevado a partir do dia 1 do corrente mês para quatro contos e duzentos mil réis (4:200\$000) anuais o subsídio do subintendente do 5º distrito (AHBG, Ato nº 79, 30 maio de 1930).

Mais tarde, alterava o nome do 2º distrito, vizinho a Santa Tereza, de Monte Belo para Montebello, em homenagem a uma região da Lombardia, “onde exércitos aliados, com grande inferioridade numérica, depois de intensos fogos, conseguiram destroçar uma numerosa força austríaca”. Decreta o novo nome também tendo em vista as relações fraternais entre Itália e Brasil, homenageando o povo italiano e sua história que aqui também se fazia presente pelos imigrantes, que tanto cooperavam na construção do país, culminando essa cooperação com a ação e presença de Garibaldi em terras sulinas. (AHBG, Ato nº 169, 15 de julho de 1932). Atos como estes tinham claras intenções de agrado ao 2º distrito, que ainda era visto com cuidado devido às derrotas eleitorais de 1924 e as influências dos líderes oposicionistas do irmão 5º distrito, pois os dissidentes, embora sem a mesma força de antes, ainda permaneciam vivos. Isso porque nas eleições para a Assembleia do Estado, em 1928, os adversários republicanos haviam somado 90 votos contra 1.996 da situação. (CAPRARA, LUCHESE, 2005, p. 150). Em todo caso, se para Montebello a cooptação era por decreto de boas intenções, para Santa Tereza era pela vigilância e autoridade.

De qualquer forma, as dificuldades políticas seguiam seu rumo, e os artifícios eleitorais também. O próximo intendente a substituir Oliveira Freitas em agosto de 1932 seria o Cel. Arlindo Franklin Barbosa. Seguindo no processo de saneamento e racionalização administrativa, um de seus primeiros decretos foi a do fechamento das atividades de 18 aulas, alegando baixa frequência de alunos e proximidade geográfica entre uma e outra. (AHBG, Ato nº 176, 31 de dezembro de 1932). Como sempre, a solução financeira passava também pela ordem política. Um problema bastante comum, enfrentado pelos intendentes da época, era o desmembramento territorial dos municípios. Com Arlindo Franklin Barbosa não foi diferente:

Julgo meu dever levar conhecimento, V. Excia. que os habitantes deste município aguardam eivados de tristeza ao Governo do Estado criando nova comuna com desmembramento terceiro distrito desta denominado General Flores da Cunha. Ato vem ferir a fundo vida econômica e progressiva todos aspiram, porque receita sofrerá sensível e grave redução importância aproximada cem contos, fracassando por completo todas as iniciativas melhoramentos indispensáveis como abastecimentos de água, saneamento e muitos outros se recente esta muito adiantada vila. Além disso será inevitável transcendência ordem política momento nos esforçamos consolidar estabilidade constitucional município onde se faz eleitorado. Embora ato instituído elevado patriotismo característico V. Excia. será tomado como castigo a um povo que não merece pela sua lealdade e operosidade. Tenho evitado pedido coletivo afim não despertar animosidade (AHBG, Telegrama nº 67, 7 de dezembro de 1934).

As emancipações eram uma faca de dois gumes, pois as comunidades não emancipadas podiam facilmente se voltar contra o governo, da mesma forma que as

populações que viam seus territórios desmembrados ficavam mais precavidas com o governo estadual.²¹¹ O telegrama do intendente deixa claro que a “estabilidade institucional” balançava. Isso leva a crer que, a despeito da falta de documentação no período, os focos de oposição e conflitos continuavam, mas sempre havia uma solução. Em telegrama cuja data não foi possível precisar, consultava o diretório do partido em Porto Alegre:

Juiz comarca declarou processará qualquer funcionário fizer distribuição de cédulas próxima eleição. Face artigo 170 Constituição Federal, parece-me não causará pressão partidária a seus subordinados funcionários encarregados desse serviço. Consulto-vos posso utilizar funcionários distribuição cédulas (AHBG, Telegrama nº 57, 10 de outubro. Não foi possível precisar o ano, mas muito provavelmente o telegrama refere-se às eleições de 1933).

Nas eleições de 1933 para o parlamento federal, se computaram os seguintes votos: Partido Republicano Liberal – 1797 votos; Frente Única Gaúcha – 229 votos; Liga Eleitoral Leiga – 1 voto; Candidato sem Legenda – 6 votos.²¹² Com a situação eleitoral sob controle, Arlindo Franklin Barbosa permanece no poder até o final de 1935, quando então é eleito Augusto Pasqualli. Tinha-se, assim, o segundo descendente de italianos a ocupar o executivo. Contudo, diferentemente de seu antecessor étnico Baptista Pianca, Paqualli era um filho da terra, sendo um importante industrialista local e um velho conhecido do mundo político bento-gonçalvense. Com seus vínculos comunitários bastante estreitos, se poderia pensar que tivera uma administração com consenso um pouco maior que os anteriores. Augusto Pasqualli se elegera pelas oposições coligadas, através do Partido Popular ou Liga Popular, numa votação muito apertada, onde o PRL somara 999 votos, contra 1.061 da Liga.²¹³

Após as eleições passa a apoiar e a vincular-se ao interventor Flores da Cunha. A revista *Terra Fluminense* destacava que “saído do meio do povo onde sempre trabalhou, lado a lado, na lavoura, com seus auxiliares, o prefeito de Bento Gonçalves reuniu o acervo de virtudes com que está realizando a mais fecunda das administrações” (AHMJSA, Fundo Luís Napolitano, Revista Terra Fluminense, Ano XII, nº 120, 1936). O esforço por tornar Pasqualli um igual aos administrados o transformava até num colono; ao menos esse era um artifício político bem eficiente naquele contexto: “conhecedor da gleba que dirige proficientemente

²¹¹ Isso pode ser visto quando José Caorsi comenta sobre a emancipação de Nova Trento (atual Flores da Cunha), distrito de Caxias. Em carta a Borges de Medeiros, alerta: “Em Nova Trento a situação é algo mais delicada: concedendo o vilamento desde já, se daria uma nova arma aos nossos adversários para melhor explorar a ignorância dos colonos e causaria desgosto em meio aos nossos companheiros de Caxias, ao passo que não concedendo o vilamento, traria o descontentamento do grupo de Mascarello, que foi na eleição passada, nosso adversário” (IHGRS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01385, carta de José Mário Caorsi. Fundo Caxias do Sul, 15 de fevereiro de 1924).

²¹² Consulta realizada ao Cartório da 8ª Zona Eleitoral.

²¹³ (Coord. Gestão da Informação | TRE-RS, consulta realizada à 8ª Zona Eleitoral). A Liga venceu em apenas 4 municípios: Triunfo, São Vicente, São Sebastião do Cay e Bento Gonçalves.

atacou os pontos nevrálgicos, as necessidades mais prementes, restaurando-lhes as forças econômicas, como bem demonstram os índices de sua produção” (AHMJSA, Fundo Luís Napolitano, revista *Terra Fluminense*, Ano XII, nº 120, 1936). Entre outras qualidades, julgava ser este um governo “sem linhas sinuosas”, o que “o põe em forte destaque entre os auxiliares do atual governo gaúcho”. A reportagem concluía, lamentando:

pena é que os demais prefeitos do Estado não tivessem aprendido pela mesma cartilha que aprendeu Augusto Pasqualli, quando ingressou na vida pública. Veriam então, que é muito mais fácil ser polido do que descortês ou indelicado. O enfatuamento em virtude dos cargos, não adianta. Apeado da função, papo que se supunha cheio é papo vazio. Para não sairmos do campo político, quem, hoje, será capaz de fazer estufar o papo do Sr. Borges de Medeiros. No entanto, como se sabe, durante 30 anos do Rio Grande do Sul, nenhuma bexiga de boi teve a resistência do papo do milagroso profeta de Irapuá (AHMJSA, Fundo Luís Napolitano, revista *Terra Fluminense*, Ano XII, nº 120, 1936).

De qualquer forma, o desgaste político de seu governo acompanhou os atritos entre a esfera estadual e federal de poder. Ao assumir, Pasqualli encontrava um legislativo bastante renovado, uma vez que poucos nomes de seu quadro são verificados durante os anos anteriores: João Dal Molin, Ricardo Fianco, Paulo Salton, Argemiro Abreu, José Fasolo, Fernando Callegari, Theodoro Antonioli, Antônio Tramontina e Achyles Mincarone. (AHBG, Documento avulso, 10 de novembro de 1937). De todos, Antônio Tramontina era o mais conhecido, tendo pertencido ao Conselho durante os anos de 1920 a 1924. Com reduto eleitoral em Santa Tereza, era claramente um opositor de Pasqualli. Achyles Mincarone, filho do já citado Domingos Mincarone que tantos problemas havia criado para Aurélio Porto em Garibaldi, provavelmente fosse outro opositor, já que seu pai estava ligado a Davide Sartori – Frente Única –, contrário às administrações do PRL. Paulo Salton, diretor do Hospital São Jorge, portanto, ligado ao grupo giorgista, enquanto Pasqualli era tacchinista. Ainda que as fricções entre as duas facções já tivessem relativamente arrefecidas até aquela data, sempre sobravam resquícios de antigos desafetos. Em todo caso, vale lembrar que, em junho de 1934, a vinícola Paulo Salton & Irmãos havia sofrido multa por adulterar a fabricação de vinho. Passados mais de 15 dias, nenhuma solução para resolver o caso tinha sido tomada, o que provocava protestos do industrialista, obrigando o então intendente Arlindo Franklin Barbosa a intervir junto a Flores da Cunha, pois “Dr. Ernesto Alves Braga deu instruções telefônicas funcionário laboratório não permitisse embarque qualquer espécie de vinho d’aquela firma” (AHBG, Telegrama nº 32, 5 de julho de 1934). Sabendo como

funcionavam as práticas fiscais e de como isso poderia ser usado contra inimigos, é bem provável que Paulo Salton sofria sanções por alguma forma de posicionamento político.²¹⁴

O primeiro grande problema que demonstrava a indisposição do Conselho com o intendente se revelou de forma indireta, quando o Tribunal de Contas do Estado passou a interferir na legislação de orçamento municipal, não aprovando duas leis, 2º e 3º, que diziam respeito à criação de um tributo chamado de “imposto de melhorias”. A negativa do órgão do estado vinha acompanhada de certas restrições na gestão do próprio orçamento municipal, exigindo consulta prévia para projetos de isenção ou redução de impostos. O Conselho então passa a qualificar a interferência como um atentado à independência municipal:

o município não pode abdicar da sua autonomia que, no regime que entre nós vigora, constitui fundamental característica. Atender, pois, as conclusões do Tribunal de Contas encaminhando-lhe, como ele quer, para exame prévio, a mais simples minuta de contrato, é atentar contra esse regime (AHBG, Livro Ata Conselho Municipal 1935-1938, p. 30, 31/ Parecer nº 22, p. 52).

Uma medida dessas por parte do Tribunal de Contas já vinha, certamente, ao encontro de uma maior regulação e controle sobre os poderes locais, aos apadrinhamentos políticos e favorecimentos de todo tipo. O velho problema do fisco persistia. Ainda que houvesse alguns poucos beneficiados, acreditava-se que a redução de alguns tributos poderia ser compensada “com uma rigorosa fiscalização na arrecadação, especialmente no tocante ao imposto sobre a renda dos imóveis rurais” (AHBG, Livro Ata Conselho Municipal 1935-1938, p. 37). Alguém, é claro, precisaria pagar a conta. No entanto, essa diminuição das alíquotas a ser compensada pelo rigor do fisco não foi bem aceita por Pasqualli, que solicitava ao legislativo a revogação da mesma. A resposta foi sucinta: “ventilado o assunto e posto em votação se devia a Câmara ou não atender ao pedido do Prefeito, por maioria resolveu manter as isenções constantes na lei orçamentária” (AHBG, Livro Ata Conselho Municipal 1935-1938, p. 65, 66).

Em outro momento, o executivo, ao verificar excesso de despesas referentes ao ano de 1936 por parte desse poder, pede a suplementação de verbas para cobrir tal rombo. Antes do parecer definitivo dado pela Câmara, lembravam que o orçamento do referido ano não havia previsto verbas para gastos de diárias dos vereadores pelas sessões às quais compareceram durante o período, de tal forma que “verificada que foi essa despesa razoável é que se habilite o executivo com os meios necessários para satisfazer o compromisso” (AHBG,

²¹⁴ Basta lembrar as denúncias que Álvaro da Costa Monteiro fazia, referindo-se a Mário Caorsi, funcionário do Laboratório de Análise, quando ameaçava cantineiros que apoiassem os giorgistas, no auge dos atritos da década de 1920.

Livro Ata Conselho Municipal 1935-1938. Parecer nº 8, p. 59). Dias depois, o legislativo dava seu parecer:

Depois de demorada e detidamente examinadas as contas do exercício de 1936, quer da receita quer da despesa, a comissão de constas é de parecer sejam elas aprovadas com restrições de despesas representadas pelos documentos sob números 118, 750, 418, 646, 262, 295 e 341 representando a importância de 2:600\$000, sendo parte desta despesa verificada com gratificações a jornais, órgãos do partido político; outra parte de tal gasto corresponde a diárias com estadia do Sr. Prefeito para capital do Estado o que não lhe era permitido fazer uma vez que lhe são destinados R\$ 500\$000 mensais para representações e despesas fora da sede e fora do município. Visto a comissão estas irregularidades e outras que fez constar nos autos de seu trabalho, faz repassar por cópia estes dados para que possa se instruir e melhor se pronunciar. [...] A aprovação das contas que sugerimos, deve também vir com mais a restrição de se mandar pagar ao professorado do município os vencimentos relativos ao ano de 1936 sem redução alguma (AHBG, Livro Ata Conselho Municipal 1935-1938. Parecer nº 9, p. 66).

Sem dúvida, havia um mal-estar entre os dois poderes: Pasqualli era próximo dos velhos mandatários republicanos, muito embora agora estivesse aliado a Flores da Cunha. Talvez um dado importante de como começavam a se delinear as forças poucos meses antes de assumir o cargo de prefeito esteja na decisão do Conselho Municipal referente ao Hospital São Jorge, dirigido por Benjamin Giorgi, em equiparar o “abono pecuniário, baseado no subsídio que percebe dos cofres municipais o Hospital Dr. Bartholomeu Tacchini e na proporção do número de indigentes atendidos por este”. Ao final, a última concessão: “quanto às taxas de energia elétrica, o Conselho determina que sejam, também, equiparadas às do Hospital Dr. Batholomeu Tacchini” (AHBG, 13 de setembro de 1935). Era a primeira vez que os mesmos benefícios passavam a ser usufruídos pelas duas partes; o equilíbrio de forças era, portanto, maior.

Mas não só de diferenças viviam os atores principais da cena política. Já foi referido acima que Bartholomeu Tacchini recebera a condecoração de *Cavaliere della Corona d'Italia*, da mesma forma que Augusto Pasqualli a receberia, em 1935.

Banquete ao Prefeito Augusto Pasqualli em homenagem pela condecoração de *Cavaliere dell'Ordine della Corona d'Italia*, em 1936



Fonte: Acervo particular da família Pasqualli.

Prefeito Augusto Pasqualli recepcionando comissão de camisas negras italianas em frente à Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves em 1936



Fonte: Acervo particular da família Pasqualli.

Benjamin Giorgi não foi agraciado por nenhuma honra desse tipo, mas se sabe que tinha claras simpatias ao fascismo, a ponto de ter sido preso em setembro de 1942.

Ofício 939. Porto Alegre, 29 de setembro de 1942.
 Exmo. Sr. Tenente Coronel Chefe de Polícia do Estado
 Conforme vossa determinação, transcrevo abaixo a relação dos súditos italianos, atualmente presos à disposição desta Delegacia Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho.
 Benjamin Giorgi
 Emílio Torraca
 Nicola Gallicchio
 Casa de Correção
 Salvador Bazuino
 Com protestos de elevada consideração e apreço, formulo os meus votos de saúde e fraternidade. Osmar A. Klein, Delegado Responsável pelo Cartório Especial (CAPRARA, LUCHESE, 2005, p. 547).

Tacchini e Pasqualli não tiveram a mesma sorte: aquele porque veio a falecer em 18 de novembro de 1936. Este, certamente por sua posição social e figura progressista da indústria imigrante. Quando da morte de Tacchini, decretou-se feriado municipal. Meses antes o prefeito homenagearia o médico substituindo o nome da praça que se chamava Praça Pádova, por Praça Dr. Tacchini. Entre inúmeras considerações que tecia justificando a mudança estava,

que o Dr. Bartholomeu Tacchini honra sobremaneira a terra que teve a felicidade de lhe servir de berço, a gloriosa Itália, a qual, reconhecendo a benemerência de quem tão alto soube elevar, no exterior, o nome de sua pátria, o distinguiu, entre outras honrarias, com o título de Cavaleiro (AHBG, Livro de Atos e Decretos – 1935-1939. Ato nº 1, 12 de março de 1936).

A identificação étnica perpassava a todos – ao menos esse era um ponto indiscutível entre ambos. Ainda se apresenta outra possibilidade de convergência, isto é, ao fato de apoiarem Flores da Cunha,

Doutor Benjamin Giorgi, médico italiano aqui residente, por meu intermédio, roga V. Excia. fazer chegar conhecimento nosso insigne chefe General Flores da Cunha, apelo que faz com mais duzentas pessoas amigas para que atual governo caro Rio Grande de forma alguma seja interrompido (AHBG, Telegrama, 13 de novembro de 1933).

Descontando o fato de que o telegrama pertence ao ano de 1933, simpatias políticas semelhantes podem ter determinado uma aproximação um pouco maior entre as partes, num momento em que as dissidências se agregavam à Frente Única.²¹⁵ É necessário considerar outra questão no governo de Augusto Pasqualli, isto é, sua proximidade com a Igreja. Mesmo maçom, o prefeito mantinha boas relações com o clero.

²¹⁵ Um dado importante é que os dois hospitais apareciam em destaque na revista *Terra Fluminense*, claramente vinculada ao governo de Flores da Cunha, e já citada neste trabalho.

Os conflitos mais acirrados em Bento Gonçalves envolvendo maçonaria e Igreja Católica aconteceram após 1940. Sem maiores entraves, a municipalidade fazia doações de terrenos para construção de igrejas ou capelas.²¹⁶ Pasqualli frequentava a Igreja e participava constantemente de cultos ou cerimônias especiais, não apenas por ser chefe do executivo, mas porque era declaradamente católico. Todavia, a situação política não era confortável. No início de novembro de 1937, sem motivos declarados, o Presidente da Câmara de Vereadores, João Dal Molin, renuncia ao cargo. (AHBG, Ofício, 4 de novembro de 1937). Essa atitude talvez possa ser interpretada como já prevendo o desfecho dos acontecimentos nacionais, pois no dia 10 os vereadores se reuniam para a leitura do decreto federal que extinguiu as Câmaras Municipais. (AHBG, Livro Ata Câmara de Vereadores – 1935-1948, p. 68). Fechado o legislativo, Pasqualli ficava sem oposição, mas com Flores da Cunha fora do governo, e do país, ficava também sem base de apoio. Assim mesmo, permanece no poder até maio de 1938, quando, desgostoso com a situação política, se licencia, para não mais voltar a assumir o cargo. Seria substituído interinamente pelo vice, Orestes João Tregnago, que apenas cumpriria os últimos meses de mandato.

No início de 1939, assume o executivo o Major Sabino Menna Barreto. Os governos com descendentes de italianos ficariam em suspenso até depois da Segunda Guerra e o fim do regime autoritário de Vargas. Logo no início do mandato, enfrentou o primeiro dilema envolvendo o caso registrado na localidade de Silva Pinto, 3º distrito. Os acontecimentos são significativos, pois ocorrem logo após o governo de Augusto Pasqualli e às portas da repressão nacionalista. Servem também de exemplo do ponto as tensões às quais poderiam chegar. O ocorrido envolvia a luta pelos espaços territoriais, mas acabou ganhando outros contornos, servindo para mediar a extensão do poder do clero na região. Professoras do Grupo Escolar do Estado entraram em choque com padres passionistas aí fixados. Instaurou-se na localidade um pavor generalizado, e a população, impressionada com a atitude dos padres, passou a temer suas represálias. O relato a seguir resume os fatos.

A Diretora do Grupo Escolar, professora Amélia, na falta de um terreno para as crianças brincarem e se exercitarem durante recreio, passou a utilizar a praça pública em frente à igreja. Após alguns dias, em 20 de julho, Pe. Marcos, ao perceber a frequência da prática, dirigindo-se à professora, observa que o terreno pertencia à igreja, não podendo ela mais utilizá-lo para a recreação dos alunos. Desculpando-se, a professora se retirou, porém,

²¹⁶ “Artigo 1 – Fica o Sr. Prefeito autorizado a doar a Mitra Diocesana de Caxias, para nele ser edificado um templo católico, um terreno pertencente ao Município e situado junto à Praça Dr. Antônio Casagrande” (AHBG, Lei nº 8, 10 de setembro de 1936).

entrando em contato com a prefeitura, comunicou o ocorrido. No dia seguinte, o subintendente do 1º distrito, Dr. Dornelles, dirigiu-se até a vila para esclarecer os fatos com o próprio padre. Este concordara em retirar a afirmação feita, já que as escrituras demonstravam o contrário daquilo que alegava. Por fim, ficava acordado que a professora Amália utilizaria a praça provisoriamente, enquanto fosse providenciado outro local para a recreação. Na festa à padroeira do distrito, ocorrida 6 dias depois do incidente, durante o sermão da missa, Pe. Marcos disparava contra as professoras do Grupo Escolar, conforme relato do inquirido abaixo descrito.

Passaram-se os dias. Na missa da manhã de 26, durante o sermão, outro sacerdote, padre Manoel, em língua italiana, de forma exaltada, exclamou “que se encontrava indignado com uma professora e mais 3 ou 4 pessoas, sobre as quais lançava sua maldição” (depoimentos prestados pelas senhoras: Amália Rigata, Maria Sganzerla Piovesan, Anna Pietrowski e Maria Paese Marchetto, pessoas que se encontravam assistindo à missa). Acrescentou o referido padre, em seu sermão, que “Silva Pinto haveria de ficar arrasada, restando apenas uma família. Que as crianças que freqüentassem o grupo escolar seriam amaldiçoadas. Que a professora haveria de morrer dentro de 2 meses, roída pelos vermes”. (Depoimento D. Amália Rigata). A depoente, D. Maria Sganzerla Piovesan, ouviu também o referido padre dizer: “que os amaldiçoados seriam roídos pelos vermes” isto no sermão e que, na sacristia o padre Manoel referiu-se à professora do Grupo, dizendo que os pais deviam retirar seus filhos do Grupo Escolar, sob pena de serem amaldiçoados, pedindo, ainda, aos presentes que, desse fato, dessem conhecimento aos amigos e conhecidos. [...]. Não contente com sua prática, podemos dizer subversiva, o Pe. Manoel, após a missa em apreço, paramentado de sobrepeliz branca e estola preta, fato que já causou profunda impressão, acompanhado de um menino conduzindo água benta, saiu da igreja percorrendo a rua central da vila, até o Cemitério, detendo-se, quer na ida e na volta, em frente ao prédio do Grupo, momentaneamente, onde fez diversas cruzes com água benta. Esse fato causou estranheza e pavor entre a população. Dizem que a estola preta somente é usada em cerimônias fúnebres. Seria então a cerimônia de MALDIÇÃO. A cena foi presenciada pela professora D. Danietta Soares Hossman e D. Fiorina Affonso que se encontravam no interior do Grupo Escolar. A depoente D. Maria Marchetto disse: “viu quando o padre, de estola preta, fazia diversos gestos, cruces, em frente ao grupo, fato que ASSUSTOU SOBREMANEIRA PORQUE TAL NUNCA HAVIA VISTO”. D. Ana Pietrowski, em seu depoimento, também diz: “que viu o padre passar com água benta, paramentado, após a missa, ignorando o destino que tomou POIS NÃO GOSTOU DESSE FATO.” [...]. Através desses depoimentos e pelas observações que fiz conclui que, realmente, o Revº padre Manoel moveu, inexplicavelmente e injustificadamente, uma guerra religiosa ao Grupo Escolar do Estado. Desconheço por completo a razão de sua atitude. Não tive a oportunidade de ouvi-lo porque se encontra ausente. Pessoa alguma soube-me explicar a causa de tal campanha. Todas as lamentam porquanto as professoras lá existentes, D. Amélia e D. Danietta, são duas moças distintas, criteriosas, benquistas e excelentes mestras, no dizer da população. Como consequência dessa atitude do Pe. Manoel, diversos alunos ausentaram-se, por dias, do Grupo Escolar, ante o receio que tinham seus pais de serem AMALDIÇOADOS. D. Maria Sganzerla Piovesan, “chegou a conservar em casa, durante uns dias, dois seus enteados matriculados no Grupo, ASSUSTADA pelas afirmações do referido Pe. Manoel”. Esta mesma senhora, mais adiante, diz: “Entretanto, tendo hoje RECEBIDO, por intermédio da menina irmã, UM RECADO DO PADRE dizendo que PODIAM, seus enteados, RETORNAR AO GRUPO ESCOLAR, assim o fez. Essa declaração é confirmada por D. Ana Pietrowski que diz: “Disse mais a depoente, hoje, dia 29, ao sair da sacristia, o PADRE interpelou-a se seus filhos frequentavam o Grupo. A depoente respondeu que sim. ENTÃO O REFERIDO PADRE MANOEL pediu-lhe

que avisasse suas amigas para que CONTINUASSE A ENVIAR SEUS FILHOS AO GRUPO ESCOLAR. Assim sendo, a depoente mandou avisar D. Maria Piovesan, do que lhe havia dito o padre, pois os filhos dessa senhora TINHAM DEIXADO DE IR AO GRUPO. Esse depoimento constitui uma prova eloqüente de que o PADRE MANOEL havia incitado uma campanha contra o Grupo e que, dado o alarme causado pelo seu sermão, resolveu VOLTAR ATRÁS, isto é, dando novos conselhos às fiéis para que fizessem retornar seus filhos ao Grupo. Através dos depoimentos de D. Amália Rigato, Maria Paese Marcheto e Fiorina Affonso observa-se que, também as freiras de Silva Pinto secundaram a ação do padre Manoel, aconselhavam aos pais retirarem seus filhos do Grupo Escolar, ante ameaça de maldição. D. Amália Rigatto diz: “A depoente disse mais que possui um filho freqüentando o Grupo, o qual se encontra amedrontado com tais ameaças. Quanto a esse menino AS FREIRAS, por intermédio de sua filha, MANDARAM LHE DIZER QUE O RETIRASSE DO GRUPO PORQUE O PADRE O AMALDIÇOARIA. Sr. Prefeito, limitei-me, pela escassez de tempo, a ouvir somente as pessoas apontadas. Entretanto, posso afirmar, esses depoimentos traduzem, perfeitamente, a verdade, como de toda a população é conhecida. Eles são suficientes para provar, robustamente, a campanha movida pelo sacerdote Manoel contra o Grupo Escolar. Campanha, aliás, injustificável e lançada de uma forma revoltante, num meio assaz religioso como é o Silva Pinto (AHBG, Sindicância procedida em Silva Pinto, 30 de julho de 1939).

No início de 1940, ainda sob a administração de Menna Barreto, encontra-se o seguinte ofício:

Certifico, a pedido verbal do Sr. Dr. Oscar Cabral, assistente jurídico da Diretoria das Prefeituras que, conforme verifiquei no arquivo dessa municipalidade, a Comunidade dos Padres Passionistas, nunca esteve lançada por qualquer propriedade, nem pagou quaisquer impostos nesta prefeitura. Certifico mais, que as frações dos lotes nº 1 e 2 que constituem a praça de Pinto Bandeira também nunca estiveram lotadas para pagamento de impostos em nome de quem quer que seja (AHBG, Ofício 7 de março de 1940).

O ofício historiava ainda uma série de obras realizadas e custeadas pela prefeitura no local, desde o ano de 1924, como: abertura de estradas e ruas, melhorias e higienização do espaço urbano do distrito, construção de muros e embelezamento da área central, incluindo a referida praça. Ao que se subentende, os padres, se julgando donos do terreno, nunca haviam pago nenhum tipo de imposto e sequer a área havia sido doada ou transferida para a Mitra Diocesana de Caxias, portanto, estavam aí de maneira ilegal. Se até pouco tempo o clero podia contar com a benevolência maior dos administradores públicos, desde a saída de Augusto Pasqualli, problemas como o relatado podiam ganhar outros contornos. O tom nem sempre amigável das denúncias colocava às claras o desconforto e a necessidade de se impor freios à ação dominante desse mesmo clero.

Esse fato, certamente, não servia para diminuir sua influência. Agora esta precisava ser exercida dentro de determinados limites condizentes com um projeto político que, de forma alguma, priorizava a identidade étnica italiana e seus princípios católicos, os quais pudessem amenizar atitudes de intolerância ou, como escreveu Milton Rosa, responsável pela

sindicância, “subversivas” dos grupos religiosos. Entre as faltas cometidas, pode-se ainda citar: o sermão feito em italiano; a ausência de crianças na escola, num momento em que a educação se tornava um instrumento fundamental na construção da nacionalidade, e, por último, embora menos evidente, os sobrenomes Hossman e Affonso das professoras amaldiçoadas sugere algum fundo atrito étnico que pode ter contribuído para desencadear a atitude dos padres.

Os ventos mudavam de direção e os nomes também. Em outubro de 1939, pelo Ato nº 38, Menna Barreto substituíra “o nome do povoado de Linha Pulina na 2ª zona Municipal, pelo de Ypiranga” (AHBG, Ato nº 38, 09 de outubro de 1939). O decreto nº 2, de 12 de fevereiro de 1940, anulava a lei nº 29 de agosto do ano anterior, que dava denominação a diversas ruas da cidade. (AHBG, Decreto nº 2, 12 de fevereiro de 1940). O decreto nº 3 do mesmo dia determinava:

Considerando a existência de nomes de nossos logradouros e ruas que nenhuma expressão tem; considerando a necessidade de terem as ruas e logradouros públicos denominações que correspondam a feitos históricos notáveis ou nomes de pessoas que tiveram ou têm grandes parcelas de responsabilidade nos destinos de nossa Pátria ou grandes vultos da nossa História, Decreta:

Art. 1º - terão nova denominação as seguintes ruas desta cidade:

- a) Rua Mazzini denominar-se-a Rua Marquez de Souza
- b) A Rua Cavour denominar-se-a Rua Borges do Canto
- c) Rua Dr. Bozano denominar-se-a Rua Visconde de São Gabriel
- d) Rua C no Planalto da Estação denominar-se-a Rua Duque da Caxias
- e) Rua D no Planalto da Estação denominar-se-a Rua 10 de Novembro
- f) Rua 1 no Planalto da Estação denominar-se-a Travessa Silva Paes
- g) Rua 2 no Planalto da Estação denominar-se-a Rua Fernandes Vieira
- h) Rua 3 no Planalto da Estação denominar-se-a Travessa 3 de outubro
- i) Rua 4 no Planalto da Estação denominar-se-a Travessa Tiradentes

Art. 2º - A Praça Dr. Casagrande no Planalto da Estação denominar-se-a Praça Daltro Filho (AHBG, Decreto nº 3, 12 de fevereiro de 1940).

O decreto nomeava ainda ruas sem denominação, batizando-as como: Rua General Góes Monteiro, Rua República, Rua General Gomes Carneiro, Travessa Tuiuti, Rua Avaí, Travessa Itororó, Rua Humaitá. A escadaria central em frente ao Grupo Escolar passaria a se chamar Escadaria Getúlio Vargas. A marcha da nacionalização continua com o próximo intendente, João Mário de Almeida Dêntice. Assumindo o poder em abril de 1940, seu governo marca o auge da ação nacionalista, sendo nesse período que se funda, tardiamente, o Centro Cultural Humberto Campos, que atuava “com a finalidade de aprimorar a cultura da mocidade” (PAGANI, 2005, p. 110-115). Os centros culturais eram pontos de referência na política de nacionalização. Entre outros atos, remove diversos professores nomeados sem concursos (AHBG, Decreto nº 34, 09 de setembro de 1940); a exemplo de Menna Barreto, também renomeia ruas e logradouros públicos dos distritos (AHBG, Decreto nº 24, 24 de

maio de 1940); as manifestações cívicas são mais frequentes e intensas. Na memória daqueles que vivenciaram a época, como Hilda Pasqualli, filha de Augusto Pasqualli, João Dêntice é lembrado como autoritário, “nos obrigava a desfilar, a cantar o hino nacional, a dar vivas ao Brasil, e nós éramos italianos todos eram fascistas”.

Visando ampliar e criar um espaço para o exercício e cerimônias públicas, Dêntice empreende seu grande projeto, a construção de um estádio de futebol. O projeto emperrava na disputa pelo terreno, que era de posse da prefeitura, mas que há 20 anos vinha sendo utilizado pelo clube de futebol da cidade, o “Clube Esportivo de Bento Gonçalves”. As negociações entre a diretoria do Clube e a prefeitura se estenderam por mais de um ano, com o primeiro exigindo exclusividade na utilização do espaço após a realização da obra (condição imprescindível à filiação na Federação Rio Grandense de Futebol). (AHBG, Ofício, 24 de setembro de 1941).

A prefeitura, por sua vez, intencionava abrir espaço para todos os clubes, além do incentivo de outras modalidades, como o “tênis, bola de cesto, e demais seções para a prática de esportes diversos, bem como pavilhão”. O Clube ficaria com a exclusividade apenas do campo de futebol mediante cessão autorizada pela prefeitura com direito em usá-lo como se fosse seu. Ainda, segundo a proposta, “a municipalidade reservar-se-á o direito de fazer uso do referido local sempre que necessário a concentrações cívicas” (AHBG, Ofício, 3 de dezembro de 1941). Assim, se poderia conciliar “os interesses da Prefeitura e os do Esportivo em contribuição destarte para o incentivo à educação física da mocidade, atendendo, desta forma, a sábia orientação da eminente Presidente Vargas” (AHBG, Ofício, 8 de outubro de 1941).

João Almeida Dêntice deixaria o cargo em novembro de 1945, após um período de transição com administrações de João Pinheiro Ribeiro e Fernando Fernandes Chagas. Em 21 de agosto de 1946, o vice-prefeito de Augusto Pasqualli, Orestes João Tregnago, voltaria a ocupar o cargo, que só exercera interinamente antes das imposições nacionalizadoras e do resfriamento dos ímpetus étnicos e do fascismo italiano. Tregnago era o elo e a continuação, em outros moldes, da velha e da nova história política da cidade.

3.3 Processos e dinâmicas internas no pós-Pedras Altas (3): Caxias

O desenrolar político de Caxias, não apenas no pós-Pedras Altas, mas também nos contextos que antecederam o pacto, já foi bastante e competentemente analisado por obras

aqui referidas.²¹⁷ Estes trabalhos tratam, especificamente, do período compreendido entre o início e finais da década de 1920, reconstituindo os acordos, as lutas e os meandros do universo do poder na cidade. Nesse primeiro momento, serão focados alguns pontos que se consideram importantes na abordagem do trabalho, pontos que não ganharam tanta relevância ou não ficaram em evidência nos estudos anteriores, além de pontuar elementos mais gerais.²¹⁸ O risco de se tornar repetitivo é inevitável, mas para um estudo sob o ponto de vista mais cronológico, como o que pretende esta parte da tese, é fatal.

Caxias já se apresentava, à época, um centro regional. As atenções voltadas para o município nas eleições de 1924 justificavam os esforços republicanos, pois os acontecimentos e as tendências aí verificados se irradiariam por todos os outros locais de imigração italiana. Era, portanto, o termômetro da situação, e, de fato, não estavam completamente errados. As eleições federais de maio seriam cuidadosamente encaminhadas na cidade por Octávio Rocha, enviado por Borges de Medeiros na tentativa de unir as forças dos republicanos caxienses devido a suas históricas divisões que, aliás, não eram privilégio apenas destes. Como não podia deixar de ser, o primeiro passo era identificar os “traidores” e controlar o eleitorado. Segundo Mário Caorsi,

na 3ª légua (S. Pedro) outra comissão chefiada pelo Sr. Samuel Alovise, no dia 30 de janeiro, foi publicamente ridicularizada pelo fato de que no dia 29 do mesmo a dita zona foi percorrida pelo subscrito, colono por colono e comprometeu-se a obter das autoridades competentes 3 professoras e 3 zeladores para as estradas e o colegamento telefônico com Caxias. Pelo último requerimento está interessado o Vigário de S. Pedro Don Antônio Donato, o qual prometeu trabalhar conosco e já deu prova. No dia 13 do corrente, o subscrito acompanhou uma comissão composta por 8 colonos dos mais representativos da 3ª légua junto ao Sr. Cel. Intendente, o qual assinou as nomeações das 3 candidatas a professoras do local e dos 3 zeladores e concedeu por escrito um crédito de 500\$000 reis para habilitar uma estrada colônia (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01385, carta de Mário José Caorsi. Fundo Caxias do Sul, 15 de fevereiro de 1924).

Entre nomes que desejavam o compromisso público com a causa republicana, de forma a atrair a confiança dos eleitores estavam: Abramo Éberle, Miguel Muratore, Adelino Sassi. Fora isso, necessitava-se restabelecer os zeladores das estradas, escolas e, urgentemente, “liquidar o quanto antes a questão das requisições dos animais (falta efetuar o pagamento aos colonos requisitados da 3ª e 4ª distrito) e dar ordem à Coletoria Estadual e efetuar um adiantamento aos possuidores de cadernetas, recebidas em pagamento dos

²¹⁷ Entre elas, pode-se citar: “*Fides nostra, victorian nostra*”, de Eliane Rela Alves; *Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)*, de Márcio Alex Cordeiro Biavaschi; *Um italiano irrequieto em contexto revolucionário*: um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul – 1912-1924, de Katani Maria Monteiro.

²¹⁸ Referente a Garibaldi e Bento Gonçalves, esse fator não aparece, devido à extrema escassez de bibliografia e estudos na área.

animais” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01385, carta de Mário José Caorsi. Fundo Caxias do Sul, 15 de fevereiro de 1924).

Após o primeiro alerta dado por Caorsi, os comunicados ao Presidente do Estado são, na sua grande maioria, do responsável pela articulação, Octávio Rocha. Numa de suas primeiras observações, deixa clara sua impressão referente ao elemento imigrante e à sociedade local. Afirma estar “o Conselho dividido, sendo que dois conselheiros, Muratore e Sassi, se empenham seriamente para desmoralizar o intendente, o nosso companheiro Penna de Moraes, querendo a sucessão intencional apenas”. Sobre o clero, dispara; “o Cônego Meneguzzi é no fundo um adversário, maragato por convicção. Parece, pois, que a casca velha de nosso Castilhismo está firme, disposto a seguir o borgismo que é hoje nossa bandeira” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01386, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 20 de fevereiro de 1924).

Octávio Rocha, em diversos momentos, demonstra uma clara desconfiança pelo imigrante. É certo que comungava da opinião geral da elite gaúcha, que os pintava de “estrangeiros” e “traidores”, com sua “falta de patriotismo”, seu desapego aos idealismos políticos e fervores partidários. Sem dúvida, para a “casca velha” do castilhismo e do borgismo era difícil compreender as intenções dos imigrantes, principalmente quando participar da política era obrigatoriamente engajar-se em causas nobres, guerrear com os inimigos e, muitas vezes, matar ou morrer. Nas palavras do próprio Octávio, em Caxias, “as pessoas são ocultas no modo de agir” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01386, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 20 de fevereiro de 1924). Há uma passagem, no entanto, que ilustra muito bem essa situação. Ao tentar dar visibilidade à chapa governista, incluindo publicamente alguns nomes de destaque antes já sugeridos por José Caorsi, desta forma se refere a Abramo Éberle:

O Abrahamo manda lhe dizer que fica ao seu dispor, ficando de fora ou na comissão, como for melhor. Reiterando sua afirmativa de que entende que de fora fica melhor o seu trabalho. Ele está francamente conosco, mas não que aparecer. O nome dele na comissão é de alta importância e creio que compensa qualquer prejuízo de uma ação discreta. É um homem que tem receio de tudo, tanto que, sendo nosso, deu 100\$000 para a recepção de Zeca Netto, porque o seu cunhado Rovêa pediu, daí o Sr. vê como é difícil lidar com esta gente (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01386, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 4 de março de 1924).

Obviamente, alguns inimigos eram claramente distinguidos e distintos: “aqui continuo em serviço, cumprindo ordens analisando algumas coisas. O casal Carbone eu venho mantendo uma certa distância”. De um assistente reconhecido, era preciso desconfiar de todas as intenções.

Sr. Octávio Rocha.

Tendo recebido um telegrama do General Pietro Badoglio, embaixador da Itália no Rio de Janeiro, convidando-me para favorecer nos limites do possível a V. Excia. tenho a honra de comunicar-lhe que estou desde hoje a seu inteiro dispor na agência consular da Itália nesta cidade, onde aguardo as prezadas ordens de V. Excia. (Florêncio Carbone) (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01388, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 26 de fevereiro de 1924).

A marcha dos alistamentos e das comissões eleitorais continuava, e alguns atritos se tornavam mais acirrados. Denuncia o delegado militar Heraclides Vieira Teixeira, acusando-o de intromissão nos assuntos políticos, arranjando conflitos com subintendentes e sub-delegados. Fazia declarações públicas a favor dos libertadores, desprestigiando autoridades civis republicanas. Ironicamente, afirma que as atitudes do delegado prejudicariam “a liberdade do pleito de maio”, e que “os republicanos estão sob pressão de uma autoridade *sui-generis*, por sua escandalosa parcialidade e sua íntima convivência com os assististas desta cidade, foco de agitação” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01389, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 7 de março de 1924). De todas as formas, tenta garantir o apoio do clero, restituindo escolas ou atendendo pedidos e favores por eles reivindicados,²¹⁹ tende a se aproximar dos líderes da oposição, como a família Pierucini e Agostinelli, favorecendo os primeiros – importantes industrialistas e assististas – quanto ao transporte de mercadorias e algumas pendengas fiscais. Mas nem toda classe industrial e comercial se dobrava: “hoje os homens agitadores, tendo à frente o cabeçudo Aristides Germany, provocaram uma reunião na Associação Comercial” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01390, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 8 de março de 1924).

O importante era conseguir quebrar a espinha dorsal da oposição e esse objetivo estava cada vez mais próximo quando, no dia 9 de março, Luiz Pierucini ceda acordo com Octávio Rocha. Acreditava ser este “o golpe de morte ao assisismo local, tal as circunstâncias dos Pierucini. Faço o mais breve. Avançando aos centímetros agora” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01391, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 10 de março de 1924). À medida que os dias passavam, seu ânimo aumentava; antes os Pierucini,

²¹⁹ “Tenho mais ao seguinte denunciado: O padre de Ana Reck. D. Miguel, foi aregimentado contra nós. Estão o amansando com jeito, já pedi a municipalidade dar o capelão que ele queira. [...]. Ele se queixa também de ter pago 27\$250 de imposto de videira e profissão. Estive hoje em Galópolis com Olívio Manfrói [...], fomos eu, ele, e o Sassi e o Muratori ao pároco Antônio. O padre é inteligente e tem uma biblioteca literária, canônica e de obras de direito. Conversamos longamente. Ele pretendeu ajudar-nos, repliquei muitas questões que ele pediu fizesse porque é um homem culto e não tem com quem conversar. [...]. O padre pede o restabelecimento da aula no sexto em Galópolis, que já existiu. Para prendermos padre queremos que ele escolha o professor. Ele diz que o fará e ajudará a lecionar” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01390, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 8 de março de 1924).

agora acordos com Aristides Germany: “sinto que estamos abrindo brecha no adversário e que em breve a pérola das colônias será inteiramente nossa, porque ainda não encontrei nenhum que não tenha concordado que o Sr. é um homem digno de toda admiração do Rio Grande, mesmo dos nossos adversários” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01391, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 10 de março de 1924). Embora fosse o colono “rústico” com “expressões que irritam a quem não lhes dá o devido desconto da ignorância”,

tudo o mais vai indo bem, ganhando terreno. Basta lhe dizer que vendemos avulsos aqui uns 30 exemplares da *Federação* por dia, quando aqui só víamos a *Federação* para remédio. A comissão central de dia recebe adesões. Hoje tenho de lhe anunciar a do Sr. Armando Luiz Antunes, nosso amigo, cujo telegrama lhe envio. Peço mandar noticiar essa inclusão, bem como a dos nomes que lhe mandei. A comissão central tem 40 nomes. É uma beleza. E como nota interessante: o Aristides Germany, que é nosso inimigo, ao declarar-lhe eu ontem que em Caxias não faria discurso algum, nem aceitaria manifestação nenhuma, para dar o exemplo de que nós não queríamos agitação, ele me respondeu que eu teria de assistir a um banquete em que todos eles, mais tarde, estariam reunidos. Respondi que aceitaria tão apertado abraço de cordialidade republicana e só. Já vê o senhor que até este admite republica-geral, que oxalá se realize (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01394, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 13 de março de 1924).

A desconfiança inicial vai dando lugar à confiança, sendo que passa a frequentar, inclusive, os círculos do indesejável Carbone:

As damas de caridade fizeram uma manifestação especial ao agente consular Carbone. Aí vi como este homem é estimado aqui e como toda gente o quer. Eu compareci por entender que era bom ele sair com uma impressão nossa. E realmente assim foi. Ele vai para a Itália, quarta-feira, tendo tido as melhores referências ao Sr. e ao seu governo (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01395, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 16 de março de 1924).

Sua estratégia parece estar correta, pois manobra habilmente adversários, faz concessões, dialoga com todos, usa e explora as manifestações públicas a favor dos republicanos:

Tudo aqui melhora dia a dia, e o covil do assisismo rubro cede no seu castelo encantado. A manifestação do arcebispo foi a prova. Cercamos o homem com 40 companheiros e ninguém se animou a chegar. Ele falou da sacada da canônica tendo ao seu lado eu, o Penna e o Paim. O povo assisista começou a dizer que ele está borgista tal a sua linguagem, ganhamos o dia e a manobra surtiu excelente efeito (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01398, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 08 de abril de 1924).

Como um bom borgista “casca velha”, é agora tomado pelas convicções, sempre tão caras ao universo político das tradicionais elites administrativas. O ponto culminante da campanha seria uma demonstração de força no 1º distrito “baluarte do assisismo”:

Vamos fazer uma manifestação de arromba. Penso formar 500 homens só de cavalaria e comandá-los. Fiz de orador o seu sobrinho o J. Borges de Medeiros. Toda gente está esperando que o Sr. venha até cá, o que está despertando vivo entusiasmo republicano. Peço sua aprovação para este programa porque conquistando a capital das colônias italianas teremos dado um golpe de mestre no assisismo irradiando a ordem para outros pontos (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01400, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 20 de abril de 1924).

De fato, tudo corria muito bem, não fosse o “modo oculto das pessoas agirem”. Os republicanos foram derrotados. Para senador, João Vespúcio obtivera 1.017 votos, ao passo que Assis Brasil computara 1.790. Ao menos, nem todas as convicções estavam erradas, isto é, o que aconteceu em Caxias se irradiou por boa parte da área colonial. Só para ficar nos municípios aqui estudados, Garibaldi – derrota total; em Bento Gonçalves – vitória inexpressiva para senador e derrota para os candidatos a deputados. Quem sabe se Octávio Rocha tivesse se apegado à sua primeira impressão, conseguiria um melhor resultado no pleito. Como nos exemplos dos municípios já estudados, era o momento de recompor as forças e rever estratégias para as eleições municipais ao final do ano.

Já não mais se podia desprezar o peso da oposição. Em se lançando candidaturas independentes, os republicanos corriam um risco bastante real de serem novamente derrotados. As facções internas do partido continuavam a disputar a hegemonia, porém, o grupo ligado a Penna de Moraes perdia força na medida em que a derrota nas eleições de maio, a incapacidade de apaziguar ou de estabelecer acordos internos, bem como com adversários, e acontecimentos referentes, por exemplo, à emancipação do distrito de Nova Trento, desgastavam e enfraqueciam sua posição política no município. (BIAVASCHI, 2011, p. 318-319). Mais grave se tornava a situação quando a Aliança Libertadora Caxiense lança o nome do cônego D. João Meneguzzi a candidato a intendente.²²⁰ Era necessário um nome de consenso, e os libertadores se apressavam em apresentá-lo primeiro, o que gerou protestos dos

²²⁰ Em carta enviada a D. João Becker, os libertadores declaravam sua opção: “temos a sabida honra de levar a conhecimento de V. Excia. Reverendíssima que a Aliança Libertadora Caxiense, representada pela sua diretoria e mais próceres da oposição, em sessão hoje realizada, escolheu por unanimidade seu candidato curul intencional deste município, no pleito a referir-se em 12 de agosto vindouro, o seu bem amado vigário, Sr. Cônego D. João Meneguzzi. Solicitando a aprovação de V. Excia. Reverendíssima para este ato, seja permitido aos signatários deste, consignarem aqui que, a Aliança Libertadora Caxiense, assim procedeu movida pelo mais puro amor que os caxienses votam a este recante de nosso caro Rio Grande, onde – como em todo Estado – os recentes acontecimentos políticos vieram dividir seus habitantes, colocando-os em campos diametralmente opostos, e o nosso querido vigário, espírito culto e cheio do mais acendrado a este seu torrão natal, é a púnica pessoa que colocada à frente de seus destinos poderá fazer com que brevemente desapareçam os odiosos acirrados pela cruenta guerra civil e ao mesmo tempo levá-lo ao grão de prosperidade a que faz jus pela laboriosidade fecunda de seus habitantes e pelo mais lidimo amor que votam eles à paz” (ACM). As tentativas de atrair a Igreja para o lado dos libertadores já se verificavam antes mesmo da escolha de D. Meneguzzi, quando, segundo *Il Corriere d'Italia*, Assis Brasil havia convidado D. João Becker a ser candidato a senador nas eleições de maio. O periódico católico afirmava que o arcebispo não aceitara o convite por ser borgista. (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 25 de abril de 1924).

republicanos. Da mesma maneira que a oposição, estes tratam de fornecer imediatamente seu ponto de vista a D. João Becker:

Muito respeitosamente tomamos a liberdade de levar ao conhecimento de V. Excia. um fato que reputamos de certa gravidade e cujas conseqüências poderão ser de efeitos muito decisivos na perturbação da ordem e tranqüilidade que nos propusemos restabelecer nesta localidade. Como não desconhece V. Excia. há aqui duas facções políticas, uma do partido situacionista, da qual os subscritos fazem parte e a outra do oposicionismo, da qual também fazem parte elementos de destaque desta cidade. Como homens do trabalho que somos, na atual contenda política, resolvemos tomar parte ativa com o único objetivo de restabelecer a ordem e a tranqüilidade, um tanto perturbada com a atual situação política do Estado, e que apaixonou os homens daqui, mais do que em qualquer outro município, a ponto de degenerar em sérias complicações. De certo tempo a esta parte, com o nosso programa, conseguimos amortecer a exaltação dos ânimos, ao ponto de reunirmos como V. Excia. terá observado, por ocasião de sua visita pastoral, todas as classes, ocasião esta de tratarmos-vos com o maior respeito e cordialidade, dando assim uma maior prova de harmonia geral. Assim desejávamos seguir e fortalecer cada vez mais esses laços tão necessários num meio como este de trabalho, coroando assim a grandiosa obra de paz levada a efeito por V. Excia. Surge porém agora tão desagradável quanto inoportuno, com a apresentação do Pe. D. João Meneguzzo a candidatura a curul intencional por parte da facção oposicionista. Claro será que neste momento o fato encerra por parte dos nossos adversários, uma exploração política que é forçoso dizer que combateremos com a maior veemência. D. João Meneguzzo, não é para nós pessoa desprezível, e oportunamente, se fosse apresentado como candidato de ambas as partes, não nos seria indiferente. Entretanto, cumprimos o dever como católicos e homens ordeiros de declarar a V. Excia. que a atitude do vigário é perturbadora e de efeitos que podem trazer sérias complicações. Contamos com o alto critério de V. Excia, como chefe da Igreja Riograndense e como apóstolo da paz, no sentido de interpor sua autoridade junto ao nosso vigário, a retirar sua aquiescência já dada a aludida candidatura e aconselhar-lhe a manter-se neutral para o bem de Caxias (ACM).

Assinavam em nome da comissão Adelino Sassi e Miguel Muratore. A batata quente estava nas mãos do arcebispo. Mais uma vez, seria sua a função de apresentar-se como apaziguador. Certamente, não desejava D. João Becker um atrito com os republicanos. A contrapartida também era verdadeira, pois um litígio com os representantes eclesiásticos resultaria em estragos eleitorais desastrosos. Por fim, a interferência de D. Becker promovendo a retirada da candidatura do cônego Meneguzzi abria espaço para uma chapa de consenso ficando composta da seguinte nominata:

Intendente: Dr. Celeste Gobbato, professor de agronomia; para vice-intendente Abramo Eberle, industrialista; para conselheiros Orestes Manfro, industrialista, Armando Antunes, industrialista, Ângelo Antonello, comerciante, Alexandre Zaniol, comerciante, Antônio Pieruccini, industrialista, Ângelo de Carli, comerciante, e Leonel Mosele, industrialista (MONTEIRO, 2001, p. 158).

O novo governo começaria sob os auspícios de conciliação, com um intendente de sobrenome italiano e um passado político de simpatias assistidas. Mesmo assim, o jornal católico *Il Corriere d'Italia* saudava o novo governo com uma edição especial, trazendo à capa a imagem do intendente, vice-intendente, seus secretários e conselheiros municipais. As

homenagens prestadas ao novo corpo administrativo fornecem bem o significado que os governos “italianos” representavam naquele momento. (CPML, *Il Corriere d'Italia*, 12 de outubro de 1925, edição especial - volume único). Gobbato, a exemplo de Baptista Pianca, de Bento Gonçalves, era um “de dentro”, mesmo sendo “de fora”. Apesar de não preencher os quesitos básicos da lei eleitoral que estabelecia um período de moradia fixa no município para a elegibilidade, seu mandato tampão era parte do acordo e dos anseios da Igreja e de parte da sociedade local. A parcela política que menos aceitava seu nome era a do antigo intendente Penna de Moraes, que, agora fora do poder, fazia oposição aberta contra seu governo.

Apesar de seus vínculos étnicos, Gobbato sabia pouco sobre a vida política municipal. Em carta a Borges de Medeiros, reconhecia esse problema, quando observava que “o conhecimento da situação política de Caxias data para mim de 12 de outubro de 1924, data em que assumi o cargo de intendente e tomei gentilmente investido por V.Excia. a direção política local” (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01404, carta de Celeste Gobbato. Fundo Caxias do Sul, 19 de março de 1926). A prática lhe haveria de mostrar as direções possíveis a serem tomadas, quem estava contra e quem não podia ser desprezado. Logo em dezembro de 1924, um indício:

A diretoria do Partido Nazionale Fascista e Operaria Italiana, tem a honra de convidar a V. S. para tomar parte nos festejos a serem efetuados domingo, 7 do corrente, às 9 1/2 horas da manhã, na sede desta última sociedade, inclusive a inauguração de uma placa que destinar-se-á à memória de dois filhos de Caxias, que tombaram no campo de lutas na grande guerra, que será colocada, com toda solenidade, no pedestal da estátua de “Dante Alighieri” na praça do mesmo nome, neste cidade. Certas de que V.S. atenderá esse nosso convite, desde já agradecemos (AHMJSA, Secretaria do Governo, correspondência intendência/governo do Estado. 5 de dezembro de 1924).

Se as ações do partido fascista eram relativamente novas, as forças que se agrupavam ao seu redor eram velhas conhecidas, sendo cuidadosamente tratadas pela administração. Ao chegar a Porto Alegre, onde seria recepcionado no Hotel Lagache, as autoridades da capital consultavam Gobbato: “dei licença efetuar manifestação chegada Dr. Carbone. Prometeram não ter cor política. Recepção será domingo para a qual fomos convidados. Consulto dever ir representá-lo” (AHMJSA, Secretaria do Governo, correspondência intendência/governo do Estado. 15 de janeiro de 1926). A Igreja, personificada em D. João Meneguzzi, merecia a mesma atenção. Frente a um pedido para a liberação de impostos alfandegários referentes a sinos a serem instalados no templo da localidade de Monte Bérico, 1º distrito, o intendente lembrava a Borges de Medeiros:

Trata-se, além disso, de um pedido do Sr. Cônego João Meneguzzi, vigário da paróquia de Caxias, que convém ser atendido, levando-se em conta, principalmente,

a grande ascendência que o mesmo mantém, moralmente, sobre os habitantes rurais, e que, obtendo despacho favorável, viria a beneficiar grandemente a obra de apaziguamento político a que nos impusemos (AHMJSA, Secretaria do Governo, correspondência intendência/governo do Estado. 9 de julho de 1925).²²¹

Gobbato não estava errado nisso. Os favores seriam retribuídos na próxima eleição, em março, à Assembleia Estadual. A obra conciliatória dava seus primeiros sinais nas urnas.

Temos honra, prazer comunicar V. Exa. que eleição para deputados estaduais, realizada hoje, sob maior entusiasmo, perfeita ordem, normalidade, terminou com seguinte, brilhante resultado: cel. Frederico Linck, Dr. Possidônio Cunha, Carlos Soares, Dr. Jacob Kroeff Netto, dois mil trezentos setenta e nove votos. Candidato opositorista mais votado, advogado José Agostinelli, cento e trinta e dois votos. Compareceram às urnas, descontados votos acumulados candidatos oposição, dois mil quatrocentos e dezesseis eleitores. Caxias quis assim demonstrar que, de acordo com o caráter ordeiro laborioso povo, apóia inteiramente legalidade, autoridades constituídas (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, Partidos Políticos. 15 de março de 1925).

Valendo-se do apoio do clero, a imagem do administrador competente e político hábil foi montada à custa do favorecimento à Igreja. A Comissão Pró-Caxias, empenhada em auxiliar o intendente, era responsável também pela propaganda do governo, cuja sub-comissão era composta por padres como Henrique Compagnoni, Giacomo Bombardelli, Albino Agazzi, Ângelo Donato, Antônio Rizzoto, Miguel Camandulenzi, presididos por João Meneguzzi. (ALVES, 2001, p. 95). Independente da imagem moldada pela propaganda, seu governo foi marcado por uma “política de melhoramento da produção agrícola”, reformou a inspetoria de Limpeza Pública, realizou obras de saneamento básico, ampliou e construiu estradas e pontes na área rural, usou de incentivos fiscais para mobilizar a construção civil e aboliu impostos, favorecendo a indústria em geral. (ALVES, 2001, p. 104-105). Apesar de tudo, a obra de congraçamento político e progresso material tinha seus adversários:

Por enquanto pode calcular como esfacelada a Aliança Libertadora que, na realidade continua acéfala. Quem mais procura perturbar a política republicana em Caxias, são, infelizmente, dois correligionários nossos. Um é o Sr. José Moraes Vellinho, sobrinho do Sr. José Penna de Moraes ex-intendente deste município, insuflado por esse ex-chefe político local, comigo descontente por ter exposto ao conselho municipal a real situação financeira da intendência ao assumir o cargo de

²²¹ Os favores foram constantes em seu governo, sempre usando da mesma justificativa política: “Tenho a honra de solicitar Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de ser concedido despacho, livre de direitos, de uma caixa, marca F. B. nº 2391, no valor de 750 libras ouro, caixa essa que embarcada no vapor Cervino, em Gênova, no dia 9 de dezembro de 1926, contém um harmonium, que se destina à *Paróquia de Nova Vicenza, representada pelo Vigário Pe. Zanettin*. Tratando-se de uma encomenda que se destina a uma igreja e considerando-se o alto espírito religioso da população deste município, julgo razoável a isenção pedida, motivo por que espero que V. Excia. se não negará a ampará-la como o reconhecido prestígio de que justamente goza” (AHMJSA, Secretaria do Gabinete/Partidos Políticos. 29 de janeiro de 1927). O cuidado era tanto que, dias depois, quando encaminha os papéis para liberar a encomenda, volta a frisar: “Tratando-se de um assunto que muito influirá na política deste município, dado o espírito religioso desta população colonial, espero que V.S. se não negará a servir de intermediário na isenção, motivo por que antecipo meus agradecimentos” (AHMJSA, Secretaria do Governo, correspondência intendência/governo do Estado. 2 de fevereiro de 1927).

administrador da mesma. Ressentido, acredito que o Sr. José Penna de Moraes, procure sondar a situação de Caxias (IHGRGS, Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01407, carta de Celeste Gobbato. Fundo Caxias do Sul, 26 de novembro de 1926).

Na imprensa, a oposição era feita pelo jornal *Caxias*, ligado ao grupo de Penna de Moraes. Salienta o periódico a permanência das cisões republicanas na cidade e critica a política administrativa, principalmente o aumento dos gastos e da dívida pública. (BIAVASCHI, 2011, p. 332-339). Problemas de ordem no contexto nacional também tiveram que ser enfrentados pelo intendente. A suspeita de revolta no início de 1927 fez com que se aumentasse a segurança policial na cidade. Operações policiais haviam preso diversos suspeitos, cujo líder possuía ligações com o movimento revolucionário de 1923. Munição e outros objetos foram apreendidos, a polícia fizera diligências em outras cidades da região, acreditando possuir o movimento ramificações. (BIAVASCHI, 2011, p. 325). A ação e o medo das autoridades se justificavam, pois em setembro de 1926 o general Paim Filho fora alvo de ataques no interior do município.

Partindo ontem de Caxias fui detido pelo lageado Marecão em São Francisco de Paula pernitoando sede daquele distrito. Encetando viagem hoje às seis horas trinta e dois quilômetros aquém Marrecão, fui colhido por forte emboscada sendo automóvel alvejado com cerrada fuzilaria. Matando companheiro meu irmão Elisário, major Alípio Porto, sargento Octacílio da guarda municipal da Caxias, respondemos rapidamente sórdido, covarde ataque. Atiraram de ambas as margens estrada lugar apropriado sobre orla mata, sendo automóvel atingido por muitos disparos. Saímos felizmente ilesos. De Criúva vários amigos nos acompanharam até Vacaria. São estes processos querem lançar mão inimigos instituições, bem elimináres servidores da República embora humildes. Mas isto só pode afervorar nossa fé de castilhistas e elais servidores de V. Ex^a. (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 27 de setembro de 1926).²²²

Não obstante a inexperiência política e os adversários, Celeste Gobbato demonstrava ser o intermediário de Borges de Medeiros nas contendas políticas regionais, informando ao presidente do Estado sobre a situação nos diversos municípios, intervindo pessoalmente, quando solicitado, no sentido de resolver atritos, como o exemplo de Bento Gonçalves e as

²²² Esses problemas não pareciam abalar a confiança eleitoral. Em janeiro de 1927, respondia a Borges de Medeiros: “o resultado da qualificação eleitoral ofereceu os seguintes números de novos eleitores, divididos por município. Alfredo Chaves – 33; Antônio Prado – 99; Bento Gonçalves – 217; Caxias – 317; Garibaldi – 24; Nova Trento – 114; Prata – 0”. Quanto à oposição, afirmava não ter qualificado nenhum eleitor. (AHMJSA, Secretaria do Governo, correspondência intendência e governo do Estado, 27 de janeiro de 1927). O relatório tinha em vista as eleições para deputados e senadores ao final do ano, cujo resultado em Caxias favoreceria os republicanos. A única votação expressiva da oposição fora a do deputado Plínio Casado, registrando 2.556 votos, superando quase todos os seus adversários, menos Carlos Penafiel, que somou 2.664 votos. O telegrama de Gobbato registrava os números: “Realização eleição perfeita ordem com seguinte resultado. Republicanos senador Carlos Barbosa 2.518. Deputados – Álvaro Baptista 2.447/ Ariosto Pinto 2.447/ Carlos Penafiel 2.664/ João Simplício 2.439/ Lindolpho Collor 2.452. Oposição – Senador Edmundo Berchon 417. Deputados Plínio Casado 2.556/ Wenseslau Escobar 32. Resumo eleitorais Governo 2.518 Oposição 567” (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 24 de novembro de 1927).

desavenças entre partidários dos dois médicos. Caxias, por sua posição-chave regional, também capitaneava os esforços de um processo de regionalização. Entre os dias 3 e 7 de maio de 1925, realizou-se na cidade o primeiro Congresso de Intendentes da Região Colonial. O encontro foi amplamente coberto pela imprensa local e da capital. Participavam os municípios de Caxias, Nova Trento, Antônio Prado, Alfredo Chaves, Prata, Guaporé, Encantado, Bento Gonçalves, Garibaldi, São Sebastião do Caí e São Francisco de Paula.

Os temas debatidos e aos quais se buscava soluções foram a construção e o melhoramento das vias, principalmente as que ligavam os municípios regionais e a capital, a Estrada Buarque de Macedo. Apresentaram-se propostas de unificação dos códigos de posturas e sistema educacional. Decidiu-se ainda pela criação de escolas agrícolas e de um viveiro intermunicipal, de maneira a fomentar e racionalizar a agricultura regional, especialmente a vitivinicultura. Questões ligadas à unificação de impostos, à produção industrial e aos regulamentos comerciais também ocuparam partes dos debates. (CPML, *II Corriere d'Italia*, 14 de maio de 1925. / MCSJHC, A Federação, 08 de maio de 1925).²²³

A presença do cônsul geral da Itália no Rio Grande do Sul, Cav. Luiz Arduini, marcava ainda mais a construção desse regionalismo sob a influência da italianidade, justamente no ano e período em que se comemorava o cinquentenário da imigração. Este era o ponto inicial de um processo que tenderia a se aprofundar nos anos seguintes, com a interligação dos sistemas e energia elétrica, associações de produtores, como os sindicatos agrícolas, que se colocavam acima dos interesses meramente locais, além de meios e sistemas de comunicações mais modernos, como o rádio. Enfim, o governo de Celeste Gobatto havia lançado, pelas propriedades da cidade que governava, pelas circunstâncias que assumira o governo e pelos vínculos que sua ascendência possuía, as bases que reforçavam o modelo étnico-político regional. O jornal *Caxias*, em suas investidas contra sua administração, usava do apelo nacionalista para também desqualificar pessoalmente o intendente.

Uma coisa, porém, não toleramos nem podemos consentir é que certos indivíduos ignorantes, ocasionalmente guindados a certa posição social procurem explorar, em favor desta ou daquela facção política, os sentimentos nobilíssimos do nacionalismo fazendo nascer incompatibilidades e divergências capazes de provocarem serás e fatais conseqüências. É preciso, uma vez por todas, que todos saibam que em política não pode haver questão de nacionalidade – os estrangeiros que nela se metem, deixam de o ser e são, para todos os efeitos, brasileiros. E se algum tivesse a veleidade de querer nos impor a hegemonia de sua raça, nosso patriotismo e nossa altivez o escorraçariam daqui, como a um indesejável perigoso indigno de gozar a

²²³ O Congresso foi sugerido pelo intendente de Bento Gonçalves, João Baptista Pianca, e contou com a aprovação geral dos demais administradores municipais. (AHMJA, Correspondência recebida prefeitura/conselho municipal – 11 de março de 1925).

nossa libérrima hospitalidade. Todos os brasileiros temos, mais ou menos, sangue estrangeiro, mas ninguém, como nós, é mais cioso e amante de sua terra. Costumamos, com quase todos os povos, sobrepor a tudo a honra e a dignidade da nossa autonomia. Os estrangeiros que quiserem ser alguma coisa em nossa terra, façam-se primeiro brasileiros (AHMJSA, Caxias, 12 de julho de 1928).

Havia, inegavelmente, uma tensão entre os luso-brasileiros aliados do poder e o novo grupo que ascendia.²²⁴ No ano que marcava a sucessão para intendente (1928), as acusações e os ataques se multiplicavam. O aumento de impostos, descrito como “orgia”, contratos públicos lesivos à municipalidade e a necessidade de contrair empréstimos (AHMJSA, Caxias, 14, 21 de junho de 1928) ocupavam o noticiário político do periódico Caxias. “O intendente Penna de Moraes, em 12 anos de governo, gastou cerca de 4.500:000\$000. O intendente dr. Celeste Gobbato, em 3 anos de governo, gastou cerca de 6.500:000\$000” (AHMJSA, Caxias, 19 de janeiro de 1928), era a manchete de capa na edição de meados de janeiro daquele ano. Alertava para a onda de falências de estabelecimentos industriais e comerciais – o mais rumoroso fora o fechamento da firma Pieruccini & Filhos – e a consequente retração da economia caxiense. A tentativa de Gobbato em fazer um sucessor provocava a ira da dissidência, que o acusava de cindir o partido, explorava supostos desentendimentos e traições a correligionários republicanos fiéis, acobertando crimes contra os mesmos, abandonando-os de maneira a atirá-los nas fileiras da oposição libertadora.²²⁵

O fracasso em conseguir indicar um nome de sua escolha²²⁶ mais uma vez dava oportunidade a especulações como a que teria Celeste Gobbato acenado com uma possível renúncia.

O Sr. Celeste Gobbato exonerou-se dos cargos de sub-chefe de polícia e diretor da política republicana deste município Está confirmada a notícia de haver o Sr. Celeste Gobbato renunciado àqueles dois cargos que vinha exercendo nesta cidade. Motivou essa resolução o vergonhoso fracasso que sofreu na escolha de seu sucessor em virtude de sua deslealdade ao partido de que se dizia chefe. Essas renúncias tem sido objeto de comentários em todas as rodas. Há quem acredite que ele também

²²⁴ Até mesmo entre estes últimos, quando as divergências surgiam, eram tratadas no nível étnico. Este foi o caso da emancipação do distrito de Nova Trento, cuja dívida com Caxias foi discutida durante o ano de 1925. A falta de entendimento entre as partes e a negativa do novo município em arcar com os débitos que lhe cabiam gerava acusações como a de nomear genericamente os habitantes do recém emancipado distrito de “colono trentino”, numa alusão às regiões irredentas da Itália (MCI, *Il Corriere d'Italia*, 5 de março de 1925).

²²⁵ Esse foi o caso ocorrido no distrito de São Marcos, quando o prédio onde funcionava a agência de correios e o cartório foi incendiado. O incêndio teria sido criminoso, e atingia diretamente os interesses do Pe. Henrique Compagnoni, um dos colaboradores de Gobbato. Segundo o jornal, havia uma dissidência local envolvendo o subintendente e o padre, tendo Gobbato ficado ao lado do subintendente, um dos suspeitos do crime. (AHMJSA, Caxias, 12 de janeiro de 1928).

²²⁶ “Presume-se que Celeste Gobbato pretendeu indicar como seu sucessor Alceu Barbedo, secretário da Presidência do Estado e futuro Procurador da República. O grupo, afastado do poder durante sua administração, não viu com bons olhos essa indicação, não pelo fato daquele ser ‘positivista’ ou não ser natura do município, mas por vislumbrar mais quatro anos de afastamento da Intendência Municipal de Caxias. Este grupo dissidente ensaiou uma candidatura própria, inclusive com o apoio do clero, mas negociações posteriores impediram o dissídio completo” (BIAVASCHI, 2011, p. 333, 334).

renunciará ao cargo de intendente municipal, visto estar virtualmente incompatibilizado em exercê-lo. Outros são de opinião de que irá até o fim, nem mesmo seja preciso aturar muitos dissabores no sentido de não perder os vencimentos. Tais renúncias foram muito bem recebidas no seio do partido situacionista local (AHMJSA, Caxias, 19 de julho de 1928).

Após as indefinições na luta sucessória, ficou definido que o candidato oficial do partido seria Thomaz Beltrão de Queiroz para intendente e Miguel Muratore para vice. O resultado final das eleições assim deixava formado o executivo e legislativo:

Thomaz Beltrão de Queiroz intendente mil duzentos e cinquenta e cinco votos; Miguel Muratae Vice-intendente mil duzentos e sessenta e oito votos; conselheiros: Olmiro Azevedo – Libertador cento noventa e cinco votos; Raymundo Magnabosco – Libertador cento setenta e oito votos; Dante Marcucci – Popular cento setenta e seis votos; José Costamilan – Republicano novecentos trinta e três votos; Henrique Raabe – Republicano setecentos cinquenta votos; Antônio Piccoli – Libertador cento trinta e quatro votos; Demétrio Niederauer – Republicano setecentos setenta e sete votos (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, correspondência intendência partidos políticos, outubro de 1929).

Os libertadores haviam conseguido votações expressivas, enquanto os republicanos continuavam na velha divisão, pois mesmo após a posse de Beltrão de Queiroz, as críticas cerradas à administração anterior persistiam. O novo intendente herdava politicamente os conhecidos problemas, além de uma situação financeira nada confortável. Ao encaminhar ao presidente do estado, Getúlio Vargas, um pedido de empréstimo, fazia questão de lembrar que o governo e Vargas

tem compromissos formais assumidos pelo Sr. GENERAL FIRMINO PAIM FILHO, Secretário da Fazenda, quando encaminhando a solução do problema intencional deste município, insistiu comigo, quase que coagindo-me a aceitar o cargo de intendente, completamente fora das minhas cogitações e desejos (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, correspondência intendência partidos políticos, 30 de novembro de 1929).

Entre outros compromissos e outras urgências do recém-empossado intendente, estavam a eleição para deputados e senadores, a ocorrer em março de 1930, mas cujas qualificações se dariam em 1929. Caxias apresentava aspectos de uma complexidade social e política onde se notavam interesses industriais e comerciais, principalmente o vitivinícola, do operariado, de movimentos políticos como o do fascismo – e mais tarde integralistas –, além da cada vez mais consolidada influência do clero. A incerteza aparece quando, ao passar fonograma para Oswaldo Aranha, declarava, “eleitorado local notoriamente flutuante, incertos três mil oitocentos e doze. Cálculo ouvida executiva, votos simples – Republicanos, mil seiscentos, Libertadores quatrocentos” (AHMJSA, Secretaria do Governo, correspondência intendência governo estadual, 1929). Mesmo que a vitória nas eleições legislativas estaduais, em março de 1929, tivesse demonstrado uma maioria republicana com 1.051 votos contra 500

dos libertadores, os números de eleitores sem cores partidárias persistiam. Na metade do mês de setembro, os registros eleitorais marcavam, até a primeira quinzena, 68 republicanos; 43 libertadores e 14 sem filiação. (AHMJSA, Secretaria do Governo, correspondência intendência governo estadual, 16 de setembro de 1929). Na segunda quinzena, haviam sido qualificados 43 republicanos; 68 libertadores e 19 ignorados. (AHMJSA, Secretaria do Governo, correspondência intendência governo estadual, 5 de outubro de 1929). No mês seguinte, somente no primeiro distrito, estavam registrados 23 republicanos; 64 libertadores e 39 sem filiação. (AHMJSA, Secretaria do Governo, correspondência intendência governo estadual, 16 de outubro de 1929).

A dispersão do eleitorado refletia o momento de mudanças, ou ao menos o desejo de realizá-las, sendo que as duas clássicas forças partidárias teriam que absorver o ignorado eleitorado flutuante.²²⁷ Um indício desse não alinhamento podia ser explicado nos conflitos latentes entre pequenos produtores e o sindicato de comerciantes de vinhos, que havia apoiado a eleição de Beltrão de Queiroz. Em abaixo-assinado enviado a Getúlio Vargas, os colonos reclamavam do acordo feito entre a Sociedade Vinícola Rio Grandense e os representantes dos produtores, “uma pessoa de cada travessão, devidamente autorizada mediante procuração”. O acordo estabelecia que a dita Sociedade Vinícola ficava com a exclusividade de compra e exportação de vinho do Rio Grande do Sul, estabelecia um preço fixo e prazos de pagamentos. Os reclamantes argumentavam que estavam livres de qualquer compromisso. Ao mesmo tempo, se mostravam preocupados com a atitude do Sindicato, solicitando para que o governo fizesse valer o Decreto nº 4.195 de 13 de dezembro de 1928, “para que, os verdadeiros viti-vinicultores, possam exportar, para qualquer praça do país, livremente, seu produto isoladamente, ou reunido em tipos”. Alertavam para os sérios interesses em jogo e “por se sentirem prejudicados pelo Sindicato, o qual, a seu ver, não consultam, de nenhuma forma, os interesses dos produtores” (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 1 de julho de 1929). O intendente logo se apressa em esclarecer a situação:

Cumpro indeclinável dever de levar ao conhecimento de V. Excia. o que se está passando com relação à indústria Vinícola e os industriais do vinho deste município. Entre os colonos leva grande descontentamento, quanto a ação, dizem eles embaraçante da sua indústria, do Sindicato Vinícola. Tendo havido nessa safra grande superprodução de vinho e não estando o sindicato aparelhado para adquirir os vinhos dos colonos, que não podem exportar, por outra via, sentem-se os mesmos

²²⁷ Independente disso, o resultado das urnas ficava assim registrado: “Candidatos Liberais 5.212 votos cada um. Candidatos Reacionários 5 votos cada um. Sr. Paim Filho, Senador 3.842 votos. Deputados Republicanos Penafiel 5.586. Ariosto 2.755. Collor e Simões Lopes 2.756 cada um. Deputados Libertadores, Adalberto 5.932. Plínio 5.589” (AHMJSA, Secretaria do Governo, correspondência intendência governo estadual, 7 de março de 1930).

grandemente prejudicados, não só porque temem, que seus vinhos fossem alterados, pela má acomodação, como também porque precisam de numerário, para satisfazerem compromissos assumidos para custear a safra. [...]. Na qualidade de intendente do município, dirijo-me a V. Excia., pedindo as acertadas providências de V. Excia. para vermos aí solução satisfatória, para este caso, pois que o fato, a que venho aludindo, altera sensivelmente não só a vida administrativa, como também a política do município. Entendem os colonos e não há quem os possa convencer do contrário, que o governo tem a sua parte de responsabilidade neste caso, por amparar o Sindicato e há mesmo já murmúrios de abstenção, para o próximo pleito presidencial, de primeiro de março do ano vindouro, caso não obtenham a desejada solução, que é a de poderem exportar seus vinhos livremente[...]. Levo ao conhecimento de V. Excia. estes fatos, unicamente, para bem orientar V. Excia. não desejando que as minhas palavras tenham outra interpretação que não a de evitar possíveis pronunciamentos ou levante coletivo contra o Sindicato, no que já se fala, e que venham a alterar o programa de ordem e de progresso, tão brilhantemente desenvolvido, pelo patriótico governo, ou não quebrara a Frente Única, tão promissoriamente iniciada (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 09 de agosto de 1929).

Era evidente que, estando o Sindicato vinculado ao Estado, os colonos haveriam de se colocar contra o governo toda vez que se viam prejudicados. Mas não somente Beltrão de Queiroz se via as voltas com as disputas entre produtores cooperativados e os industriais do vinho. O Conselho Municipal, ao aumentar o Imposto de Indústria e Profissões, sofria pressões, novamente de colonos, que exigiam a diminuição dos impostos e cobravam satisfações sobre o assunto.²²⁸ Em resposta, argumentava o Presidente Olmiro de Azevedo que, com o surgimento do Sindicato Vinícola do Rio Grande do Sul, muitas cantinas locais haviam desaparecido, unificadas na fundação do Sindicato e, por outro lado, formaram-se cooperativas por todo o interior. O imposto anterior abrangia apenas os produtores de vinho, mas não os colonos que cultivavam a uva. Como agora estes estavam cooperativados, o imposto obrigatoriamente os atingiria. (AHMJSA, Correspondência recebida Câmara de Vereadores, 23 de janeiro de 1930). O falecimento de Beltrão de Queiroz, no início de outubro de 1930, próximo de completar dois anos de mandato, abria novamente espaço para um desceite de italianos, o vice-intendente Miguel Muratore. Assumindo o executivo em 6 de outubro (AHMJSA, Correspondência recebida Câmara de Vereadores, 6 de outubro de 1930), seu período de governo irá se estender além do mandato inicial, que deveria encerrar em

²²⁸ No abaixo-assinado realizado por diversos colonos, estes reclamavam que “como temos conselheiros que são sócios do Sindicato, assim procuram nos manietar para dessa forma poderem comprar esse produto pelo preço que muito bem entendem, como até hoje assim se fez sacrificando os que lutam pelo engrandecimento do nosso Estado e do próprio país. [...]. Um pobre colono que trabalha o ano inteiro para produzir 2, 3, 4 ou 5 mil litros tem a grande conveniência dessa maneira de abandonar essa espécie de produção por estar proibido com uma lei absurda. Se nós estamos, por lei federal obrigados a registro de cantinas, assim como pelo Estado, o nosso produto analisado para livre trânsito parecemos estar munidos de documentos suficientes para que nosso produto possa ser vendido onde mais conveniência possa oferecer, sem o ônus asfíxiante que a nossa municipalidade nos quer impor” [sic] (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 12 de abril de 1930).

1932. Por ocasião da Revolução de 1930 e do levante paulista de 1932 que alteravam a ordem constitucional, Muratore governará até 1935.

Os problemas que teve de enfrentar foram amplos. Primeiro, que qualquer determinação vinda do governo federal ou estadual que afetasse o setor vinícola já era suficiente para criar embaraços políticos. Em 1931, pedia ao governo federal, por intermédio do interventor Flores da Cunha, para eliminar a exigência de controle sobre as vendas de colonos fabricantes de vinho. “A disposição que ora se pretende seja posta em prática, obriga os colonos a terem seus livros para registro de vendas mercantis”. Para o intendente Muratore, “a impraticabilidade dessa medida consiste no fato de não estar o nosso colono de maneira habilitado a poder fazer a escrituração dos livros exigidos, mal sabendo eles fazer a própria assinatura” (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 30 de outubro de 1931).

De um lado, colonos; de outro, cantineiros, em 1934 a situação envolvia o outro extremo, quando a notícia de “compra de 100.000 quartos de vinhos portugueses, ao preço de 60\$000 o quarto”, certamente colocava em dificuldades os produtores regionais. “Afigura-se uma manobra política, com o intuito de indispor a colônia para com os poderes constituídos [...] solicitaria a V. Ex^a a vossa abalizada palavra sobre o particular, a fim de que possa eu desfazer essa manobra vil, ao meu ver, promovida por elementos da oposição” (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 7 de junho de 1934).²²⁹

Novamente em 1931, em longo relatório enviado a Flores da Cunha, solicita auxílio aos produtores locais afetados pela crise nacional e internacional, quebra de bancos e consequente retração na produção. Afirmava que o Sindicato Vinícola não mais conseguia harmonizar tantos interesses, “a anarquia que então imperava, antes da organização desse departamento, sob controle oficial, volta aos seus tristes dias e fará com que a nossa principal indústria viva em estado de permanente falência” (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 16 de setembro de 1931). Pedia uma interdição regulamentar da Diretoria de Agricultura para implantar uma política de comercialização e de garantias ao colono e indústria local. No fundo, as lutas do setor vinícola refletiam um contexto de agitação social próprio do período, trabalhadores x proprietários, capital x trabalho. Essa passa a ser uma nova realidade, fruto do processo de industrialização e crescimento local. Ao final do ano, Muratore comunicava, em telegrama urgente,

Gal. Interventor Flores da Cunha

²²⁹ A notícia também fora alvo de reclamações do intendente de Garibaldi, Dormelindo de Oliveira. Este, contudo, apontava somente problemas de ordem econômica e orçamentária se abstendo de vincular a medida a complôs políticos. (AHG, Caixa 42, 5 de julho de 1934).

Palácio – P. Alegre

Tendo classe tanoeiros se declarado em greve, atualmente pacífica porém com ameaças, não mantendo prefeitura força número suficiente, visto estarem vários praças destacados sede Galópolis, garantindo trabalho fábrica tecidos, e prevendo, devido atitude grevistas, duração movimento, solicito V. Ex^a providências remessa dez homens Brigada, para auxiliar destacamento aqui (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 04 de dezembro de 1931).²³⁰

As agitações podem ser percebidas já em 1930. Segundo noticiava o jornal católico de Porto Alegre *Estrela do Sul*,

em Caxias, o intendente municipal solicitará do Conselho Municipal verba extraordinária para não ter de despedir numerosos operários. O Conselho, sob a alegação de não haver verba para custear o crédito, extraordinário, negou o pedido, em vista do que o edil licenciou os trabalhadores. Estes, que ficavam sem sustento, exasperaram-se e tomaram atitude ameaçadora. O caso foi solucionado, porque posteriormente o conselho votou a verba extraordinária necessária (ACM, *Estrela do Sul*, 12 de outubro de 1930).²³¹

Tensões sociais não necessariamente ligadas à busca direta pelo poder agora entravam no jogo político. As forças em movimento precisavam ser canalizadas. A mais premente era, sem dúvida, a que envolvia colonos e indústria do vinho. A Festa da Uva, primeiramente realizada como uma simples exposição de uvas no ano de 1931, e que acabou ganhando uma projeção muito maior na edição do ano seguinte, foi um instrumento que pretendeu apaziguar as partes. A festa se assemelhava ao evento que já acontecia na Itália, em Roma, chegando até a região por intermédio do ex-intendente Celeste Gobbato que, em viagem ao país, descrevia por meio de matéria publicada no *Correio do Povo* o entusiasmo da

²³⁰ As reivindicações operárias não eram exclusivas de Caxias. Em Canela, no ano de 1937, seguia um abaixo-assinado ao interventor Daltro Filho, nestes termos: “Com o maior respeito, tomamos a liberdade de reivindicar a V. Excia. que há dias enviamos um memorial com perto de 50 assinaturas de operários que vivem massacrados pelo horário e certos abusos das classes patronais, e como julgamos que talvez o original se haja extraviado, pois não vimos nos jornais o respectivo despacho, juntamos cópia do referido documento, e solicitamos, em nome daqueles quase 50 homens, a reconhecida justiça de V. Excia. [...]. Como a Constituição de 10 de novembro, assegurar direitos ao trabalho, qual seja a regulamentação de horário, os dias santificados, e feriados, bem como férias anuais para quem trabalha ininterruptamente o ano, e como nenhum desses postulados são respeitados pelos patrões que zombam, incontestavelmente da Carta Magna, desafiando a sua execução, vimos humildemente solicitar se digne V. Excia. voltar os olhos para esse pobre grupo de homens. Na certeza de sermos atendidos, bendizemos o nome de V. Excia. tanto mais quanto a própria Constituição veda o direito de greve, o que é aliás justo assim, a fim de evitar o desequilíbrio econômico da pátria e afetar o ordem pública” (AHRGS. Correspondência dos governadores, maço 73a).

²³¹ No mesmo contexto do início dos anos 1930, os problemas políticos de ordem federal também contribuíam para exasperar oposições e alertar as autoridades. Sem vínculo aparente, mas sujeito a alguma relação com o levante paulista de 1932, os arredores de Caxias apresentavam focos de atividades armadas: “Por informação comando 23 corpo auxiliar, há pouco aqui chegado, na ocasião da passagem próximo casa Libório Korf, em Vila Seca, distrito São Francisco Paula, foram atacados por um bando de 18 homens, mais ou menos, sob chefia Korf, tendo força resistido ataque. Segundo outra informação, bando chefia Korf está entendimento comandante 23 corpo afim entregar-se” (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 3 de setembro de 1932).

população ao prestigiá-la: “todos os recantos da Itália celebram a festa da uva, exigida pelo patriótico governo nacional da península e aceita entusiasticamente pela população toda”.²³²

Contando com a participação e financiamento dos municípios da região, direta ou por intermédio do Sindicato e das cooperativas, a festa passou a marcar um dos principais acontecimentos de celebração identitária da imigração italiana.²³³ A edição de 1932 “foi composta pela exposição de uvas, exposição industrial, curso alegórico, festejos populares e foi palco também da realização do 1º Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia, evento de caráter científico em que esteve presente o embaixador da Itália” (VALDUGA, 2011, p. 126).²³⁴ Num momento de crise e de atritos, a festa aparecia como uma possibilidade de recolocar novamente em maior entendimento o setor vitivinícola, incentivar a produção e criar um aspecto de comunhão entre as partes. Embora os interesses divergentes tivessem persistido,²³⁵ havia um fundo político que podia muito bem servir aos propósitos eleitorais futuros.

Entre outros acontecimentos que marcaram a administração de Muratore, está a criação da Diocese de Caxias do Sul. Ganhando colorações étnicas de influência fascista, seu projeto contava ainda de meados da década de 1920, mas não era bem acolhido pelo arcebispo D. João Becker. Seus contornos territoriais criaram controvérsias, pois o arcebispo via o projeto como obra de interesses políticos bem definidos, e desejava que a sede do novo bispado fosse Vacaria, cidade mais brasileira do que Caxias. (ALTOÉ, apud DE BONI, 1996,

²³² Eventos desta natureza eram típicos do governo Mussolini. Procuravam incentivar a produção e mostrar a pujança de uma Itália forte e progressista. Celeste Gobato, como um representante do fascismo na região, era um divulgador e propagandista do sistema, copiando seus exemplos e adaptando-o ao modelo regional. (*Correio do Povo*, 11 de setembro de 1931, apud VALDUGA, 2011, p. 124).

²³³ Sobre o estudo simbólico da festa, ver: (RIBEIRO, 2002).

²³⁴ Posteriormente, ainda na década de 1930, cidades como Bento Gonçalves também realizaram festividades com o mesmo nome - lembra-se que o intendente Augusto Pasqualli era presidente da Sociedade Vitivinícola Riograndense -, mas, sem dúvida, Caxias possuía elementos que lhe permitiam se apropriar melhor do capital simbólico da mesma. A necessidade de melhoramento no cultivo e na produção era fonte de constantes pedidos para criação de escolas técnicas de enologia e viticultura. Atrair para as respectivas cidades esses projetos era de fundamental importância para o desenvolvimento local. Muratori, em novembro de 1931, aventava a criação da escola, sendo que o município se responsabilizaria pelas instalações, enquanto o estado arcaria com a parte técnica. Estações experimentais agrícolas existiam em diversas cidades regionais, porém nem todas estavam voltadas para a área vitivinícola. Com a criação do Instituto Rio Grandense do Vinho, em 1936, e o posterior incentivo de Vargas, foram criadas estações que abrigavam viveiros e sementeiras em Bento Gonçalves e Garibaldi. (AHMJS, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 12 de novembro de 1931); (AHBG, Livro de Atos e Decretos [1934-1939]. Decreto nº 3 de 20 de abril de 1936); (MONTANARI, 2008, p. 279).

²³⁵ Em ofício enviado ao intendente Dormelindo de Oliveira de Garibaldi em 1933, Eduardo Mosele escrevia desde Caxias: “Como é do vosso conhecimento, o II Congresso Brasileiro de Vitivinicultura e Enologia, encerrado nesta cidade em princípio de março último, tomando conhecimento da situação pouco lisonjeira da economia dos vitivinicultores, devido a falta de união de vistas no comércio vinícola, resolveu dar incumbência a uma comissão de pessoas estranhas aos negócios vinícolas, com a participação nela, de representantes do Ministério da Agricultura e do Exmo. Interventor do Estado, os ilustres Drs. Luiz Gomes de Freitas e Aymoré Drumond, para a mesma promover a harmonização dos interesses de Cooperativas e Sociedade Vinícola, visando deste modo a consecução de um justo preço para o nosso produto e outras relevantes vantagens que só serão possíveis com uma reorganização do comércio vinícola. (AHG, Caixa 40, 15 de abril de 1933).

p. 546). O arcebispo temia ainda ver sua diocese fragmentada, perdendo boa parte de seu território. Quando a ideia começa a ganhar força, D. João Becker solicita esclarecimentos ao cônego Meneguzzi:

Somente na hora da partida, já na estação, tive oportunidade de falar com V. Revma. ligeiramente com referência à idéia de fundar um bispado na região colonial com sede em Caxias, referindo-me a um abaixo assinado que nesse sentido aí circulou. Como se trata de um assunto de tamanha importância, desejo ouvir o parecer de V. Revma. a respeito: Quais são as possibilidades materiais ou financeiras desta paróquia ou municipais? Quais são os promotores do abaixo assinado e os donativos que os mesmos oferecem ou por ventura tenham oferecido para constituir o patrimônio e acorrer a outras inevitáveis despesas? Haverá necessidade ou grande conveniência que se trate da criação de um bispado em Caxias? Quais são os intuitos dos promotores desse projeto? São eles católicos praticantes? Quais são as vantagens para o lugar? E poderá Caxias arcar com todas as responsabilidades decorrentes da criação de uma nova diocese? Quais os compromissos atuais dessa paróquia? Peço a V. Revma. o obséquio de dar-me estas e outras informações que achar conveniente para que eu possa formar um juízo exato sobre o assunto. Está claro que guardarei, como também V. Revma. deverá guardar, o necessário sigilo sobre essa questão (ACM, Paróquia Santa Teresa de Caxias, 27 de maio de 1929).

A resposta de Meneguzzi soava falsa:

Lastimo imensamente que os promotores da idéia de um bispado com sede em Caxias, não se tenham dirigido a V. Excia. que é a primeira autoridade no assunto. Não conheço os promotores do abaixo-assinado, nem sei se ofereceram donativos para constituir patrimônio. Da necessidade ou conveniência de um bispado em Caxias, V. Excia. é quem pode julgar, a quem foi entregue, pelo Sr. Pastor, esta arquidiocese, como também a V. Excia. pode saber se esta região poderia arcar com a responsabilidade decorrente da criação de uma nova diocese, porquanto das visitas pastorais chegou a conhecer palmo por palmo toda a arquidiocese. Enquanto a mim, como soldado disciplinado de V. Excia. continuarei a conservar-me completamente alheio ao assunto. Penso que V. Excia. não se deve preocupar, pois se esta idéia for obra dos homens, cairá por si, se for obra de Deus, necessariamente vingará. Respondendo à última parte da carta, venho dizer que esta paróquia de Caxias possui um patrimônio em diversas terras da cidade em que funcionam escolas paroquiais, do valor de 150 contos de réis, sem contar os terrenos e casas da quadra da Igreja Matriz, que são de um valor incalculável. A dívida da paróquia resulta da aquisição de terrenos para escolas paroquiais, é de 25 contos de réis (ACM, Paróquia Santa Tereza de Caxias, 5 de junho de 1929).

Era evidente o descontentamento de D. Becker, e os panos quentes do Pe. Meneguzzi. A alegação de desconhecer o assunto talvez o colocasse no mesmo patamar do arcebispo, no sentido de uma quebra da hierarquia religiosa. Tendo sido um ato dos homens, forçosamente o vigário de Caxias teria conhecimento do assunto, do contrário, como sugeria o cônego, se a ideia tivesse sido ventilada diretamente por Deus a algum enviado, estaria absolvido. É sabido que Pe. Meneguzzi trabalhava ocultamente para a criação do bispado, agia juntamente com Celeste Gobbato e outras autoridades civis, além do secretário do arcebispo, Monsenhor Balém, natural de Caxias. Gobbato tentou uma entrevista com D. João Becker, mas não foi recebido. Em 1928, viajou à Itália “a pretexto de negócios particulares

[...] levando em mãos cartas e o processo para a criação da diocese. O arcebispo desconhecia a tramitação do processo” (GIRON, 1994, p. 91). Quando o projeto já havia se tornado público, se inicia a campanha para arrecadar o valor de 200 contos de réis necessários para sua concretização. Havia diversos interesses e diversas vantagens a serem tiradas, vantagens políticas, sociais e econômicas.

De acordo com o que tem sido noticiado pela imprensa, esta cidade, como centro da região colonial italiana, foi escolhida para servir de sede do bispado, esperando-se, para muito breve, a sua realização. Com esse fim, várias Comissões percorreram a região, coligindo meios para a formação do peculio necessário, estimado aproximadamente em 200 contos, achando-se, no momento, para mais da metade desta quantia já angariada. A prefeitura, dado o avanço que naturalmente viria a trazer a este município a criação de um bispado, havia se comprometido a subscrever com uma quantia superior a 10 contos de réis. Posteriormente, em nova reunião, ficou decidido que a municipalidade solicitaria dessa interventoria autorização para prestar auxílio de 30:000\$000, desde que o exmo. Sr. arcebispo consentisse em depositar nos cofres municipais, conforme fora resolvido pela Comissão de Donativos, a quantia já apurada, de 100:000\$000, recebendo, em compensação, a quantia de 130:000\$000 em apólices municipais, sendo 100:000\$000, valor de depósito e, o restante, correspondente a quota por nós subscrita. Trata-se de uma operação das mais vantajosas para a municipalidade, já devidamente autorizado por V. Excia. estamos procurando colocação para a emissão municipal de 1.500 contos, decretada por ato nº 110, de 19 de abril de 1932, cujo produto se destina a cobrir a dívida flutuante do município, que era superior, no início da minha administração, a essa quantia, porém hoje, felizmente, já reduzida muito. O numerário a ser recebido com essa transação será enviado imediatamente ao Tesouro do Estado, a quem a prefeitura deve a soma de 230 contos, sendo que o restante, com a cobrança do imposto de “Indústria e profissões”, ora em arrecadação, coletará o total a quitar. Por informação colhida de pessoas daí, tivemos conhecimento de que a cotação desses títulos, ultimamente, na Bolsa de Fundos, não conseguiu ir além de 250\$000 cada título, ou seja, ao tipo de 50%, base em que se fizeram alguns negócios. De qualquer maneira, se procurássemos a colocação, de uma só vez, para uma soma apreciável como a que se trata no caso presente, é certo teríamos estabelecer um tipo; assim, o auxílio a prestar ao bispado, nas condições propostas, nada mais é do que o desconto relativo a tomada sobre 100:000\$000 (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, 8 de março de 1932).

Uma mão lavava outra, o auxílio mútuo entre igreja e o poder político se dava, como já reiteradamente tem-se exposto aqui, nos mais diversos aspectos. Fiéis e contribuintes em débitos eram orientados pelo vigário Meneguzzi a comparecer à prefeitura sob pena de cobrança judicial (AHMJSA, Paróquia de Santa Tereza, Vigário João Meneguzzi, 15 de maio de 1933); questões de utilidade pública, como pagamento de requisição, referentes à Revolução de 1932, medidas preventivas, no caso de pragas, ou problemas higiênicos que envolviam a saúde pública eram noticiadas do púlpito. (AHMJSA, Paróquia de Santa Tereza, Vigário João Meneguzzi, 13 de maio de 1933 / 24 de novembro de 1933 / 5 de janeiro de 1934).²³⁶ Estas ainda eram questões muito corriqueiras; a colaboração mais efetiva e

²³⁶ O valor das requisições chegou ao montante de 27:000\$000. (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 26 de julho de 1932).

contumaz ocorria em períodos eleitorais.²³⁷ Durante as eleições para Assembleia Constituinte, em 1932, a Ação Católica atuou ao lado do PRL, por meio de comícios e esclarecimentos, e também através da Liga Eleitoral Católica, que orientava os paroquianos a votarem do dito partido. (GIRON, 1994, p. 89). Panfletos eram distribuídos e matérias jornalistas foram vinculadas nos jornais da cidade, de forma a “dar a máxima publicidade das estreitas relações entre o Partido Republicano Liberal e a Ação Católica, o que produzirá um inestimável efeito neste município” (AHMJSA, Secretaria do gabinete, religião, 2 de fevereiro de 1932). A Liga Eleitoral Católica esclarecia e divulgava os ideais religiosos do partido, “seus elevados princípios”, cuja aspiração a nação brasileira reclamava. Reunido em um mesmo bloco, os comitês de propaganda eleitoral se distribuíam pelos quatro distritos do município, trabalhando sob a “direção central do Grêmio Republicano Liberal Guilherme Flores da Cunha”, cuja distribuição e direção ficava assim composta:

Nova Vicenza: presidente – Revdo. Padre Giacomo T. Bombardelli
 São Marcos: presidente – Revdo. Padre Antônio Rizzotto
 Anna Rech: presidente – Revdo. Padre Agostinho Castaldi
 Galópolis: presidente – João Lener Spinatto (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, correspondência intendência governo do estado, 17 de dezembro de 1932).

Uma vez mais, uma mão lava outra: dirigindo telegrama a Muratore, Pe. Luiz Vitor Sartori reclamava que seu pai havia sido removido do cargo que exercia no distrito de Galópolis, sob suspeita de ser destituído das funções públicas. O clérigo se apressava em lembrar “que quando foi da campanha em prol de sua candidatura para intendente de Caxias, o Sr. vinha frequentemente à Casa Canônica palestrar conosco, os padres, muitas vezes o Sr. prometeu, que quando intendente, haveria de fazer tudo pelo meu velho pai”. Destacava a amizade entre ambas as famílias, a do padre e do prefeito, de maneira que por conta desta também tinha ele concorrido para a eleição de Muratore, “tenho certeza de o Sr. há de continuar a favorecer meu velho pai, mantendo-o em seu posto e se possível for, até aumentando-lhe seu modesto ordenado” (AHMJSA, Paróquia de Santa Tereza, Vigário João Meneguzzi, 19 de julho de 1933). Laços estreitos criavam assim condições para se sobrepor

²³⁷ O clero servia de intermediário entre governantes e população em geral. Era uma extensão dos braços do poder político, em momentos de eleições, sendo que fazia, inclusive, o trabalho que hoje chamaríamos de compra de votos: “Pe. Henrique Compagnoni, / Vigário da Paróquia de São Marcos. Venho solicitar ao distinto amigo o máximo interesse em desenvolver intensa propaganda para a qualificação eleitoral, de forma que, com grosso eleitorado, seja possível ao Partido Republicano Liberal abater, com esmagadora maioria, os seus adversários. Comunica-vos que remeti sementes de trigo e de aveia aos srs. Alexandre Zaniol e Henrique Fante, dessa localidade, para distribuição entre os colonos, pedindo-vos transmitirdes aos colonos. Caso se faça mister, enviarei mais cinco sacos de sementes de aveia para distribuição gratuita” (AHMJSA, Paróquia de Santa Tereza, Vigário João Meneguzzi, 7 de julho de 1934).

ao poder de D. João Becker. A diocese era mais uma questão política e de poder do que religiosa. Ante a demora ou má vontade do arcebispo, recorria-se ao interventor do Estado:

tem esta missiva por fim, pedir valiosa cooperação de V. Excia. em um assunto que reputo de vantagens inestimáveis para Caxias. É o caso que S. Ex. Rev. D. João Becker, ilustre arcebispo de Porto Alegre e grande amigo do povo de Caxias, de há muito anunciou do púlpito da igreja Matriz desta cidade e da sacada da Casa Canônica, a criação do Bispado de Caxias e que, até fins de 1933, este município teria seu bispo, tudo isso, levando em conta que o patrimônio de duzentos contos de réis (200:000.000) para a criação do mesmo Bispado já estava integralizado. Acontece porém, que até hoje, não veio de Roma a bula referente ao Bispado nem a nomeação do Bispo. Auscultando a população de Caxias, pude notar um certo descontentamento por não ter cumprido a venerável palavra de D. João Becker. É certo que a população de Caxias sabe perfeitamente dos esforços de D. João Becker em favor do Bispado e que a demora é proveniente de Roma. Para apressar a criação do Bispado, lembrei-me, uma vez que se trata de benefício público, do precioso e decisivo auxílio de V. Ex. junto ao digno arcebispo de Porto Alegre, no sentido de S. Ex. mais uma vez, interceder com a sua indiscutível autoridade junto aos poderes eclesiásticos competentes, a fim de se tornar em breve, o Bispado, uma realidade a este povo, que, pode-se dizer, quase que sozinho, contribuiu com o patrimônio de 200:000.000, bem como, para ficar confirmada a promessa formal e categórica do ilustre digno Arcebispo do Rio Grande do Sul. Posso afirmar a V. Ex., sem, sem medo de errar, que o Bispado de Caxias é a maior aspiração deste município, que, pelo auxílio de V. Ex. junto a D. João Becker, mais uma vez, com uma dívida inessaldável para com o brilhante e infatigável Interventor do Rio Grande do Sul (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 3 de março de 1934).

A diocese seria criada, por fim, quando Muratore já não estava mais no cargo, em fevereiro de 1936, tomando posse como bispo Dom José Baréa, filho de imigrantes italianos da região. A união entre poder temporal e espiritual favorecia sobremaneira a estruturação de um aparato institucional, que teria grande repercussão na cidade. As segmentações do poder e de interesses, entretanto, também provocavam perdas. Uma das principais delas foi a emancipação do 2º distrito, Nova Vicenza (atual Farroupilha), movimento iniciado na administração Muratore e concluído na de Dante Marcucci. O distrito era um importante entreposto comercial. Localizado entre Caxias, Garibaldi e Bento Gonçalves, possuía uma estação da Via Férrea e atraía para o local a Estação Telegráfica que havia fechado no distrito de Carlos Barbosa, em Garibaldi. (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 14 de janeiro de 1929 / 11 de março de 1929). Embora o movimento emancipacionista tivesse iniciado em 1934, há algum tempo que Muratore encontrava problemas no distrito. Em 1932, alguns funcionários, como de praxe, foram removidos por conveniência e desavenças políticas (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 24 de dezembro de 1932). Em um dos casos relata Muratore,

hoje estando em Nova Vicenza, procedendo a uma investigação administrativa, inquirindo diversas testemunhas, quando fui inquirir o Sr. Olavo Cavalcanti, escrivão da coletoria, este, em estado de embriaguez agrediu-me a faca recinto subprefeitura. Não o matei por não ter sido necessário, entretanto, dei-lhe voz de

prisão, isso próximo à porta da rua, por onde disparou, ganhando o mato muito próximo (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 8 de outubro de 1932).

O prefeito alegava que o novo distrito era fruto da sedição política caxiense, pois a comissão encarregada pelo vilamento utilizava-se do argumento eleitoral, tendo o PRL feito sempre expressivas votações, embora “não ter ela tomado interesse algum qualificações só tendo feito vinte eleitores” (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 13 de setembro de 1934). Acusava seus membros de ambicionarem postos políticos e administrativos – muito provavelmente por terem sido excluídos dos mesmos por Muratore –, além de desmembrarem territórios que pertenciam a Bento Gonçalves e dos quais as populações que aí habitavam não concordavam (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 24 e 26 de novembro de 1934). A emancipação foi determinada em fins de 1934, e Muratore pedia compensação das perdas, solicitando a criação de um novo distrito para Caxias, com sede no povoado de Nossa Senhora de Loreto, cujo nome a ser dado seria de General Flores da Cunha.

No último pleito, verificou-se alguma abstenção de eleitores daquela zona, motivada pelo fato da dificuldade de transportes, pois, a povoação dista desta cidade 20 km. Há toda possibilidade de ser contingente eleitoral elevado para 400 eleitores aproximadamente, uma vez que seja criado o distrito. Já com o último distrito criado – Nova Milano – tive a ocasião de verificar um sensível aumento do eleitorado e creio firmemente que o mesmo sucederá com este novo distrito (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 8 de novembro de 1934).

Quanto às oposições internas, não eram nada ocultas ou desconhecidas. Os editores e políticos ligados ao Jornal *Caxias*, mesmo que tentassem atuar na surdina, eram por demais visados pelo intendente. Os diretores da folha, Aníbal Duarte e João Baptista de Mello, contatavam Flores da Cunha, comunicando que “por aqui algo importante se passa contra a pessoa e o governo de V. Excia. Tais fatos só de viva vós poderemos relatá-los” (AHMJSA, Correspondência dos governadores, telegrama 3 de agosto de 1932, maço 72).²³⁸ O que o jornal denunciava eram injustiças que estariam sendo cometidas contra funcionários demitidos da municipalidade, denúncias que começavam a fazer eco entre correligionários importantes do PRL. Muratore reclamava que Olmiro de Azevedo, presidente do Clube 3 de

²³⁸ Naquele momento, Miguel Muratore estava ausente do município. É encontrado o seguinte telegrama enviado ao interventor do Estado pelo sub-prefeito do 1º distrito: “Comunico a V. Excia. que uma comissão composta por Aníbal Duarte, João Baptista de Oliveira Mello, General Paiva Meira, Dario Porto e Savério de Fillipis, estes dois últimos ex-funcionários municipais, andam a viva força pretendendo conseguir assinaturas para uma moção de solidariedade que desejam enviar a V. Excia. Comissão composta por elementos sem prestígio, ultrapassando limites de autoridade competentes para tais atos, está ameaçando funcionários que não querem subscrever seu intermédio e aproveitando-se ausência prefeito, tem encontrado grande repúdio população” (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, agosto de 1932).

Outubro, estava tomando parte nas denúncias contra a prefeitura; denúncias injustificáveis, já que os mesmos haviam sido afastados por terem ligações “com o Sr. Pinto Souto, com relação ao que pretendia realizar aqui nesta zona” (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 19 de agosto de 1932).

Agitadores políticos à parte, a resposta de Flores da Cunha era clara:

Venho sugerir-vos por esta a conveniência de entrardes em perfeito entendimento com o dr. Olmiro de Azevedo, Presidente do Clube 3 de outubro dessa localidade, não só para manter a tranqüilidade e a ordem nesse município, como também para coordenar todas as correntes políticas locais em torno do Governo Provisório, como o reclamam os altos critérios da pátria (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 22 de agosto de 1932).

À distância tudo é resolvido facilmente, entretanto, mais difícil do que conveniências políticas, é tentar resolver orgulhos e intrigas individuais. Muratore esclarecia que os processos referidos diziam respeito a erro de cálculos nas aposentadorias dos ex-funcionários, obrigados agora a ressarcir os cofres públicos. O erro verificado fora da administração anterior – Celeste Gobbato –, e todos os atingidos pela medida já haviam quitado seus débitos, o que ocorria na dada situação dizia respeito a propósitos não declarados, pois o “interesse que o ‘Caxias’ está demonstrando pelo assunto, amparado o suposto prejudicado, é pelo fato de um de seus diretores ter sido o padrinho da questão, esperançoso como está em conseguir a anulação do Ato, da gestão anterior à minha” (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 22 de abril de 1932). A oposição à administração continua até praticamente o fim do mandato. Em 1934, publica uma matéria ofensiva ao PRL:

Disciplina Partidária

BARCELLOS FERREIRA - As últimas eleições trouxeram-nôs a sincera convicção da desunião e indisciplina que reinara no seio do Partido Republicano Liberal. Cada chefe político, com efeito, chefe de determinada zona, ou mesmo, simples candidato apresentou sua chapa, excluindo correligionários menos simpáticos ou repetindo, em primeiro e segundo turno, os parentes e protegidos. Só neste município de Caxias tivemos, nada menos, de quatro chapas de elementos liberais. Uma delas repetiu o nome do candidato dr. Paulo Rache; uma segunda fez, outro tanto, com o dr. Adolfo Pena; a terceira representava a chapa autentica do PRL, e a quarta espécie, que podemos classificar de eclética, compunha-se de candidatos liberais, frente-unistas e integralistas, mas católicos. Isso, porem, não verificou-se somente entre nós ! Sabemos que o afastamento do dr. Fernando de Abreu, digno o operoso diretor da Viação Férrea do R. G. do Sul, prende-se ao fato de ter distribuído, entre seus funcionários, chapas sem legenda, nas quais foi repetido, unicamente o nome do dr. Vespúcio de Abreu. Em Palmeira e municípios circunvizinhos, ainda, riscou-se o nome do dr. Artur Caetano, por ser ele desafeto do chefe político daquela zona do Estado. E, assim por diante, poderíamos enumerar uma serie de expedientes adotados, pelos liberais, em prejuízo de companheiros de representação, ou em proteção a outro? [...]. Agremiação política forjada nas estufas do governo, e vivendo, unicamente, como expressão do mando e do poder, o PRL sintetiza um amalgama de conveniências multipessoais, geralmente, antagônicas, que, postas à prova, produzem, com seus entrechoques, a certeza, para o Rio Grande

o Brasil, de que a razão viva de sua existência é o amor às posições e o apego aos cargos públicos. Enquanto, faltar aos homens do Partido Republicano Liberal os sentimentos nobres de desinteresse e desapego, e, contrariamente, ficarem convictos que, acima das vantagens pessoais, estão os ideais partidários e o amor aos seus postulados, teremos repetições escandalosas do espetáculo assistido, procurando cada qual colocar-se, com grave dano ao próprio partido. Tudo isso, porém, representa uma sabia lição ao Gal. Interventor, que não cansou-se, de colocar, em postos de máxima confiança e destaque, indivíduos nulos, sem escrúpulos, ou destituídos por completo de convicções partidárias - O reverso desse quadro é chocante, quando observamos a coesão e o desprendimento dos homens frentunistas (AHMJSA, *Caxias*, 27 de outubro de 1934).²³⁹

Cópias de matérias publicadas eram enviadas a Flores da Cunha, enquanto Muratore pedia o fim do jornal (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 29 de outubro de 1934), que de fato não iria muito além do final de 1934. Mesmo que pareça pouco óbvio, nenhum diretor do jornal ou pessoa vinculada a ele, aos quais o prefeito chamava de “torpes”, “vis” e “sem valor”, tinha afinidade étnica com o grupo no poder. Da mesma maneira que ocorrera com Celeste Gobbato, a facção luso-brasileira continuava, por meio de outros atores, suas críticas e oposição sistemática ao grupo “italiano” que ocupava a chefia política da Caxias. Destarte, a existência de núcleos de oposição não tinha força suficiente para impedir uma nova eleição dos republicanos liberais em 1935, com o candidato Dante Marcucci. As correntes políticas no Rio Grande do Sul, polarizadas naquele momento entre a Frente Única, na oposição, e o PRL, ligado a Flores da Cunha, tiveram de conviver, momentaneamente, com uma nova força eleitoral, o integralismo. Aparecendo como uma opção frente aos antigos partidos e as velhas figuras políticas, conseguiram eleger 3 vereadores, canalizando parte do descontentamento e das aspirações de mudanças do eleitorado da cidade.²⁴⁰ Vigados de perto, inspiravam cuidados, como demonstra o comunicado de Muratore ao interventor:

Passo as mãos de V. Excia. uma cópia de uma carta do subintendente do 3º Distrito deste município. Nesta carta, informa-me aquele Sr. que os oradores da missão integralista que, no dia 5, domingo, visitaram aquela Sede, proferiram veemente ataques contra as autoridades constituídas, chegando a sua linguagem a tal ponto que correligionários nossos julgavam de absoluta necessidade severa repressão. Transmito-vos essas informações, não só por julgar de meu dever, como para submeter a vossa esclarecida inteligência a solução do atual caso integralista (AHMJSA, Secretaria do gabinete, partidos políticos, 5 de novembro de 1934).²⁴¹

²³⁹ (Caxias Jornal, 27 de outubro de 1934). Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=23474&p=0>.

²⁴⁰ Para melhor compreender a ação e desenvolvimento do integralismo em Caxias, consultar: (Pistorello, 2001, p. 93-154).

²⁴¹ O comício havia sido realizado com a presença de personalidades integralistas de Porto Alegre, como Oscar Machado, Francisco Matoso, Hélio Mariante da Fonseca e Dante Sfogia. Além do núcleo central, na cidade de Caxias, havia outros sub-núcleos, como em Galópolis, Conceição, Forqueta, São Marcos, Terceira Légua, São João Nepomuceno, Ana Rech e Loreto. (AHMJSA, Fundo Luís Napolitano, revistas e jornais).

O novo espaço político abria caminho também para outras dissidências, como a Liga Popular ou Partido Popular. Contudo, as relações estremecidas entre o presidente do Estado e Getúlio Vargas colocavam a FUG como fiel da balança, tentando ser atraída à área de influência federal quanto estadual. Nas eleições municipais de 1935, o PRL elegeu 60 prefeitos, a FUG 20, e a Liga Popular apenas 4. (AHMJSA, Fundo Luís Napolitano, livros, recortes de jornais).

Em meio a este cenário, é que inicia o governo Marcucci. Suas diretrizes básicas não diferiam do seu antecessor, isto é, estritamente ligado a Flores da Cunha, num âmbito político maior, enquanto internamente permanecia atrelado à influência fascista e aos setores que a sustentavam. Um dos primeiros problemas que teve de enfrentar foi o escândalo envolvendo o inspetor escolar do Ginásio N. S. do Carmo, Adolfo Pena, acusado de fornecer atestados falsos de conclusão de cursos e inscrever irregularmente alunos. A denúncia, feita por um dos professores da escola, veio à tona através do jornal *Diário da Manhã*, sendo secundado pelo *Correio do Povo*, que publicava uma cópia de um dos atestados falsos. O caso atingia diretamente o prefeito, já que havia participado, em anos anteriores, de comissões em prol do favorecimento de instituições de ensino, principalmente religiosas, juntamente com Rômulo Carbone, entre outros. (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 18 de setembro de 1931). No entanto, a extensão da fraude se estendia até Porto Alegre, pois o aluno que apresentava o falso atestado era natural da capital e havia estudado no colégio Anchieta, configurando a existência de uma rede ilegal envolvendo o sistema de ensino em estrita ligação com o governo do estado.²⁴²

Os desabonos das denúncias não serviam para fragilizar a posição de Marcucci na política regional. Bem no momento em que se davam as denúncias, a imprensa local, que apoiava a administração, silenciava e, dando uma demonstração de força e unidade, Adolfo Pena, representando Flores da Cunha, participava de uma formatura de professoras em Caxias.²⁴³ Em discurso, Dante Marcucci assim se pronunciava:

²⁴² Segundo a denúncia, o aluno Tito Lívio Messina Rosa, estudante do 3º ano ginasial em Porto Alegre, ao se transferir para Caxias, continuou a estudar, somente que no 4º ano ginasial. Para tanto, necessitava do atestado de conclusão da série anterior, o qual foi negado pela escola Anchieta, alegando não ter o estudante 18 anos completos e não ser permitido mudança de regime de ginásios diurno para cursos seriados noturnos. Em resumo, o pai do menor pedia a devolução do dinheiro gasto no colégio em Porto Alegre, já que este tinha aceito sua matrícula mesmo sabendo de sua menoridade. Por outro lado, acusavam a escola de Caxias por ter fornecido um atestado falso de conclusão da série anterior para poder matricular Tito Lívio em sua instituição. (AHMJSA, Fundo Luís Napolitano, livros, recortes de jornais).

²⁴³ “Da Capital do Estado chegou sexta-feira o deputado dr. Adolfo Pena, que em nome do governador do Estado, veio paranimfar o ato da colação de grau das alunas mestras do Ginásio S. José. Foi-lhe oferecido um lauto banquete pelas classes conservadoras, em virtude dos benefícios que tem prestado ao município de Caxias. Usaram da palavra, por essa ocasião, o Dr. Olmiro de Azevedo, sub-chefe de polícia, e Dante Marcucci, prefeito

Minhas jovens patrícias: Embrutecido pela multiplicidade absorvente de assuntos que, cada vez mais, me tumultuam o cérebro no desempenho do meu mandato, em luta diária, permanente com o militarismo que vem avassalando a sociedade humana, sinto-me imensamente bem hoje ao participar desta memorável cerimônia que assinala um dos dias mais esplendorosos de vossas vidas (AHMJSA, Fundo Luís Napolitano, revista *Terra Fluminense*, nº 120, 1936).

Contra o despotismo centralizado de Vargas, o discurso democrático passava a ser ressaltado. Acompanhando a orientação estadual do PRL, o prefeito aparecia como uma espécie de arauto da liberdade, a comandar a imensa fábrica caxiense. Para o articulista da revista *Terra Fluminense*, a luta em Caxias produzia “vencidos e vencedores. Mas os que triunfam, ao sair do campo de luta, não têm suas mãos tintas de sangue” (AHMJSA, Fundo Luís Napolitano, revista *Terra Fluminense*, nº 120, 1936). O bispo D. José Baréa também aparecia em destaque nas cerimônias públicas junto aos políticos estaduais.

No ano de 1937, por ocasião da campanha para presidente, o paulista Armando Salles, apoiado por Flores da Cunha, passa pela cidade que serve de palco para as manifestações regionais junto ao candidato. Vários prefeitos da área colonial comparecem aos comícios, Caxias passa a ser descrita como uma “usina de assimilação do homem de outros povos”, os paulistas são irmanados aos gaúchos, farrroupilhas e bandeirantes agora estavam juntos. (AHMJSA, Fundo Luís Napolitano, revista *Terra Fluminense*, nº 123, 1937). Em campo oposto, a cidade também apresentava apoio à candidatura de José Américo. O comitê pró-candidato oficial do governo federal era formado, entre outros nomes conhecidos, pelo ex-intendente Tancredo Appio Feijó.²⁴⁴

A euforia duraria pouco. Em novembro do mesmo ano, o Estado Novo colocaria fim aos laivos de democracia pouco antes registrados pelos políticos do PRL, sendo que a FUG já havia denunciado, em carta enviada a Getúlio Vargas, abusos, como atentados, assassinatos, substituições de prefeitos, demissões e aposentadorias forçadas de funcionários, prisões, boicotes de jornais como o *Correio do Povo*. (AHMJSA, Fundo Luís Napolitano, livros, recortes de jornais). Apesar dos vínculos com Floriano Peixoto e a exemplo do prefeito Augusto Pasqualli, de Bento Gonçalves, Dante Marcucci permaneceria no poder, mas seu governo ganharia novas colorações. Após o Estado Novo, a atuação fascista tende a um recuo na cidade. Na imprensa, começam a surgir manifestações de repúdio aos estrangeiros. Um dos principais jornais a atuar nesse sentido era *A Época*. Os periódicos que exaltavam Mussolini e

municipal, tendo agradecido o homenageado” (AHMJSA, *O Momento*, 14 de dezembro de 1936. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/Principal.aspx?l=pesquisa&s=pesquisa&Simple=1>).

²⁴⁴ O grupo ainda era formado por: Alfredo Germani, Alexandre Ramos, Willi Barth, Antônio Severo, Francelino Guerreiro Filho, François Nehmé, Lauro Cavalcanti, Darville Cróda, Thietre Morais e Pedro Zacarão. (AHRGS, Correspondência dos governadores, 20 de setembro de 1937, maço 73a).

a italianidade começam a mudar de discurso. *Il Giornale Del Agricoltore*, órgão declaradamente fascista, passa a ser publicado em português, a partir de agosto de 1938, e vai perdendo seu caráter explicitamente político, mudando sua linha editorial. (GIRON, 1994, p. 100). Entre o clero, o periódico *Staffetta Riograndense* permanecerá até o início da década de 1940, sendo publicado em italiano, e continua até quase o último instante dando respaldo a Mussolini. O governo de Marcucci, absorvendo todas essas mudanças, conseguiu um fato que nenhum outro prefeito das cidades aqui estudadas conseguiria, isto é, permanecer no poder até mesmo após a declaração de guerra ao Eixo, em 1942.

Tentativas de derrubá-lo não faltaram. Típicas do mundo do poder, as ações sorrateiras de inimigos ocultos atuavam na tentativa de desacreditar o prefeito junto ao interventor federal.

Grande admirador pessoal de V. Excía., tenho acompanhado com interesse o vosso patriótico empenho em bem servir o Estado e a coletividade. Por isso mesmo não quero calar por mais tempo aquilo que me vem perturbando a mente, ou seja, a felonía que constatei por parte do cidadão que é tido como pessoa de confiança do governo. Sem mais delongas, o fato é o seguinte. Há dias, um meu amigo residente em Caxias, relatou-me o seguinte: que o dr. Dante Marcucci, dissera, ali, numa roda familiar que quando da última estadia nesta capital, reuniu-se com outros prefeitos no Hotel Carraro, a fim de trocar idéias sobre a visita que iriam fazer a V. Excía, durante a qual seria tratado da incorporação de 20% das rendas municipais; que entre todos os prefeitos que acompanhariam, o dr. Dante ao Palácio, ficou assentado que ele, dr. Dante, falaria em nome de todos, abordando o caso; que, assim combinados, estiveram com V. Excía e que teria, V. Excía, de início, declarado que o caso da renda municipal (20%) já estava definitivamente resolvido, que então, ele dr. Dante, pediu permissão para, embora usando de frases acadêmicas, ponderar a V. Excía. que Caxias já estava bastante sacrificada, visto já ter contribuído para os cofres do estado, com 300:000\$000; que, por isso não se justificava a contribuição de mais 20%, que, nessa ocasião, V. Excía. teria ponderado, batendo no ombro dele, dr. Marcucci: “Tem razão, dr. Dante, porém, devo dizer que o Rio Grande de hoje, representa o pai de oitenta e dois filhos, e quando um pai está em situação precária, cumpre aos filhos virem ao seu auxílio; que, nestas condições apelava para os prefeitos ali presentes, que viessem em socorro do Rio Grande”. Adiantou o Dr. Dante que nessa ocasião constatou o quanto era ingênuo o nosso interventor. Que após terem saído do Palácio, foram ter com o departamento onde demonstraram suas desaprovações à incorporação de mais 20% das rendas municipais à renda do Estado, ocasião em que receberam a palavra dos dirigentes do Departamento de que tal na aconteceria, embora essa fosse a resolução de V. Excía. Disse ainda o dr. Dante, que V. Excía. chegou a aconselhar-lhe que calçasse algumas quadras menos da cidade, mas que não deixasse de contribuir com os 20% referidos. Comentando esse conselho, o dr. Dante, disse nessa palestra familiar onde se encontrava o meu amigo, não ser justo que os municípios fossem salvar a situação financeira de um Estado que não soube administrar suas rendas (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 15 de janeiro de 1940).

A carta era assinada por Nabor Antunes de Oliveira Mello. Sobre a parte frontal do texto havia o seguinte manuscrito, de Cordeiro de Farias, “dr. Dante, aqui vai uma carta de um seu amigo a mim dirigida”. Em resposta, Dante Marcucci agradecia a consideração dispensada pelo interventor, “enviando-me a carta que lhe foi dirigida por um homem, de

espírito malévolo, sem dúvida, e que aqui ninguém conhece” (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 24 de fevereiro de 1940). A confiança em Marcucci era recompensada pelos bons serviços ao governo e pela sua influência junto aos poderes locais.

Por várias vezes tive a oportunidade de expor a V. Excia. quão preciosa tem sido par o governo do município a colaboração que lhe prestam os caxienses, na realização dos diferentes empreendimentos que se tem e está levando a cabo. - Ressaltei, mesmo, que até a igreja, através da pessoa do seu titular máximo, - Sua Excelência Dom José Baréa, vem colaborando com a maior eficiência, em prol do meu programa administrativo (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 24 de abril de 1941).

Se até a Igreja colabora, o que dizer dos meros mortais? A boa relação de Marcucci com importantes instâncias da sociedade colonial determinava o voto de credibilidade depositado pela interventoria do Estado. Por seu turno, organizações como a eclesiástica percebiam que da política de boas vizinhanças dependia a manutenção do *statu quo*. Se padres, fascistas e poder público haviam estado juntos até então, não fazia sentido separar-se, e o prefeito se esforça para demonstrar a boa vontade da hierarquia eclesiástica no novo contexto.

Agora, com o prosseguimento das obras, novo imóvel da Mitra Diocesana foi atingido pela pavimentação, cabendo à Igreja mais uma quota de 13:766\$900. – E, com a presteza da primeira vez, ontem, o Cura da Sé, compareceu nesta prefeitura, satisfazendo prazerosamente a quanto citada. Ultrapassam assim, a soma de 40:000\$000 as contribuições da Igreja Católica de Caxias, em favor da pavimentação da cidade. A informação que hora presto a Vossa Excelência é bem o índice do espírito de concordância e harmonia existente, aqui, entre diferentes autoridades e o desejo sincero que todos têm de engrandecerem Caxias (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 11 de junho de 1941).

Muratore se esforça em demonstrar a boa vontade da Igreja, certamente pela alta desconfiança que nutria junto ao poder estadual.²⁴⁵ Sob ataque da imprensa nacionalista, não mais somente dirigido ao prefeito ou circunscrito a um grupo delimitado no poder, mas ao conjunto da sociedade, ataque que ganhava eco nas diretrizes políticas nacionais, o necessário recuo era mais do que esperado. O fazer político depende das circunstâncias e das conveniências. Até a proclamação do Estado Novo, Dante Marcucci criticava abertamente os regimes totalitários, pousando junto ao PRL como paladino da democracia de maneira a

²⁴⁵ Em outro momento, “General Cordeiro da Farias/ D. Interventor Federal/Palácio PAlegre Resposta telegrama vossencia, propósito festividades Semana da Pátria, temos honra cientificar-lhe ser integral como nos anos anteriores nossa colaboração favor maior brilho e significação comemorações. Também nas escolas municipais disseminadas todo território comuna festeja-se com presença população rural, Semana consagrada culto pátria, conforme programa tivemos satisfação enviar Vossencia [...]. José Baréa e todo clero do município prestam igualmente como sempre valioso e decidido concurso. Providências tomadas Vossencia e exmo. Gal. Comandante Região, tiveram como era esperar efeito altamente benéfico tudo demonstrando que festividade se desenrolarão num ambiente harmonia” (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 2 de setembro de 1943).

criticar a escalada autoritária interna de Vargas; ao mesmo tempo, se valia dos referidos regimes totalitários externos, como o italiano, para sustentar seu discurso democrático, progressista e civilizador. O fato de se apropriar de maneira contraditória de elementos de um mesmo sistema talvez tivesse facilitado seu trânsito político de um regime a outro. O que antes podia ser confundido com diversos matizes, agora era obrigado a definir sua tonalidade. O verdadeiro divisor de águas ocorrera em fins de janeiro de 1942.

AO POVO CAXIENSE

Para conhecimento geral da laboriosa população deste município, transcrevo abaixo teor telegrama que a prefeitura acaba de receber do Gabinete da Interventoria Federal no Estado, a propósito do rompimento de relações diplomáticas e comerciais do nosso país com o Japão, Alemanha e Itália. Mantendo a integral certeza de que, em aumentando a gravidade da situação, e se o Brasil, de pé com a América, exigir de cada brasileiro a sua contribuição para a inteira manutenção dos ideais da liberdade e da honra das nações, que são os ideais americanos todos estarão a postos no cumprimento do dever e na imediata resposta ao chamamento da pátria. Confio plenamente na continuidade ininterrupta do trabalho de todos os caxienses que, obedientes às determinações do Governo, saberão manter a sua tradição de povo ordeiro, que soube, sempre, em todas as horas, com enexcedível patriotismo, labor e energia, engrandecer o Município e a Nação (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, 31 de janeiro de 1942).

Ficava mais do que claro qual seria a direção a seguir, não tardando o chamamento, contribuições e os sacrifícios em nome da liberdade americana. Por conta dos ataques a navios brasileiros, a “população inteira cidade lavrou ontem praça pública mais veemente protesto de toda sua história. Caxias viveu um dos maiores dias de sua existência, demonstrando mais uma vez formal repulsa ao totalitarismo e seu grande amor pelo Brasil” (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, correspondência intendência governo do estado, 20 de agosto de 1942). As manifestações políticas seriam acompanhadas pelo esforço de guerra que a indústria caxiense faria, e como toda guerra possui suas vítimas, Caxias também as teve:

Cumpro doloroso dever comunicar Vossencia que ocorreu hoje nesta cidade cerca nove horas, verdadeira hecatombe, com explosão de um pavilhão firma Gazola Travi & Cia, fabricante munição exército nacional. Impossível descrever trágico acontecimento. Desconhece-se ainda números de mortos. Deram entrada hospitais inúmeros feridos em estado gravíssimo. Todos médicos cidade estão mobilizados. Presume-se ser elevado número pessoas mortas e feridas que ainda se encontram sob escombros. Bombeiros municipais entregues arduamente combate incêndio que ameaça atingir outros compartimentos com grandes depósitos munição, que estavam prontas embarque. Proporções catástrofe abalou profundamente cidade (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, correspondência intendência governo do estado, 22 de julho de 1943).

No dia seguinte, o saldo era mais preciso: havia “onze feridos, dos quais três estado desesperador, dois gravíssimos, seis com esperança de salvamento” (AHMJSA, Secretaria do Gabinete, correspondência intendência governo do estado, 23 de julho de 1943). Quatro operárias faleceram no acidente. Após o enterro, a cidade e a produção retomavam seu curso

normal. Cordeiro de Farias, repassando telegrama de Marcucci ao Palácio do Catete, dava garantias de “que proprietários fábrica sinistrada, tendo presente que a ordem é de trabalho e perfeitamente compenetrados missão lhes cabe esforço bélico nacional, tão pronto esteja concluído inquérito instaurado reiniciarão imediatamente reconstrução e produção industrial” (AHMJSa, Secretaria do Gabinete, correspondência intendência governo do estado, 24 de julho de 1943).

Concomitantes a todo esse discurso de trabalho e harmonia, existiam os conflitos. Segundo Giron, durante as comemorações da Semana da Pátria, em 1942, foram organizadas paradas “e discursos virulentos foram proferidos contra os ‘quinta-colunas’. Na praça Ruy Barbosa, o comício organizado pela Liga de Defesa Nacional provocou choques com os grupos fascistas”. Em 1943, por ocasião de um Te Deum na Catedral, novamente dentro das comemorações da Semana da Pátria, a presença de Dante Marcucci servira para estabelecer um clima de tensão: “Dante Marcucci, compareceu à solenidade apesar de ter sido organizada pela Liga de Defesa Nacional, e achatou seus adversários” (GIRON, 1994, p. 120). Apesar das rivalidades, o prefeito representava a legalidade, usava de seu poder e de sua influência para arrefecer e conter ataques mais drásticos aos fascistas. Uma agressão particular a ele, por exemplo, repercutiria de maneira muito negativa junto aos poderes estaduais e federais. Os nacionalistas também tinham seus sapos a engolir, e Marcucci fazia publicá-los, dando notoriedade aos pareceres emitidos pelo interventor Cordeiro de Farias:

O patriotismo dos brasileiros é um largo estuário de amor à Pátria e de total empenho em prol de nossa soberania onde confluem os contingentes de todas as origens, todas as crenças, todas as latitudes. **Andar joeirando, com absurdo critério, na grafia dos apelidos o bom do mau brasileiro, é mais que uma insensatez, é um crime.** Quem ousará riscar das crônicas do nosso passado heróico os nomes de Mallet, Garibaldi e Niederauer? O Exército Nacional, que é a nação em armas, tem ido tantas vezes, sob todos os regimes, ao sacrifício e à vitória, sem que andassem censores pelas fileiras dos bravos a inquiri-los da terra e do idioma dos seus avós (AHMJSa, Secretaria do Gabinete, correspondência intendência governo do estado, 27 de agosto de 1942).

A publicidade dessas orientações não serviria para evitar certos acontecimentos. Como já foi visto, em Garibaldi e Bento Gonçalves, denominações foram alteradas por decreto, sem aparentes atos de revanchismo ou violência pública. Em Caxias, contudo, a mudança de nome da praça Dante Alighieri para Ruy Barbosa antecedeu a ação do Estado:

Um grupo de cidadãos reuniu-se na praça principal da cidade e, sem qualquer licença do poder público municipal, retirou a placa que denominava o logradouro público, colocando outra em seu lugar com a nova denominação [...]. O movimento foi organizado pela Liga de Defesa Nacional, e reuniu representantes das Ligas de Bento Gonçalves, Garibaldi, Farroupilha, que em caravanas se associaram à passeata. Os nacionalistas retiraram a placa da Avenida Itália, mudando-a para

avenida Brasil, a passeata subiu a avenida Júlio de Castilhos, na fria noite de 22 de maio de 1944. Às 19 horas, na praça retiraram a placa colocando nova placa de bronze, que haviam mandado confeccionar. Os manifestantes portavam faixas e cartazes, onde se lia: “Abaixo a canalha fascista”, e ainda, “Admiras a vida de boi na canga? – Seja fascista” (GIRON, 1994, p. 118-119).

Terminada a guerra, o período de turbulência nacionalista arrefecia, e as relações entre Itália e Brasil foram retomadas. Marcucci permaneceu durante toda a fase crítica do conflito, somente saindo do executivo em 1946. O mais duro teste político que um descendente de italianos podia enfrentar fora ultrapassado. A história posterior a 1945 mudaria os interesses, as ideologias e os partidos, mas os sobrenomes imigrantes continuariam a fazer cada vez mais parte desse universo de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tradicionalmente se tem pensado a participação dos imigrantes na política em solo brasileiro, durante as primeiras décadas da imigração, como a de um grupo amorfo, sem interesse nos destinos e nas ações cívicas do país. Ao encerrar este trabalho, cabe fazer um balanço crítico destas posições, e abrir caminho para algumas novas possibilidades de se pensar a imigração e o imigrante como fenômeno político. Algumas das conclusões ora apresentadas já foram delineadas no decorrer do texto. Tentar-se-á, agora, aglutiná-las de maneira mais ordenada. Primeiramente, é um tanto quanto evidente que a ausência do imigrante na participação política institucional nos primeiros anos se deu pela condição específica em que se encontrava: sujeitos desterrados, sem vínculos históricos, sociais e culturais com a terra de destino, tiveram de reordenar seu mundo a partir dos elementos mais básicos necessários à vida. O caráter contraditório dessa situação tornava o imigrante presente fisicamente, mas ausente simbolicamente, já que não possuía presença histórica que pudesse aí incluí-lo em alguma forma de tradição: eram estrangeiros e estranhos, o que não quer dizer indiferentes.

Analisando apenas sob um ângulo fechado, é fácil deduzir a falta de interesse. As fontes históricas nos dão exemplos bastante claros dessa característica, mas como se sabe, as fontes são produzidas por alguém, assim como os próprios discursos historiográficos. Seria mais do que evidente que um político luso e administrador republicano das primeiras décadas do século XX descrevesse a sociedade imigrante como sem grandes aptidões para a política. “Medrosos”, “voltados aos mesquinhos interesses particulares”, entre outras observações que desqualificavam ações e práticas que pareciam não estar à altura de uma tradição política baseada nos princípios da luta – ou guerras – e dos grandes ideais. Da mesma forma, quando, posteriormente, a Igreja Católica passou a compor a imagem identitária dessa sociedade, colocou-a fora dos baixos interesses que cercam o poder, de suas artimanhas e traições, das infundáveis negociatas, chantagens e violências. A maneira mais eficaz de mitificação é retirar do objeto idealizado todas as suas contradições, tornando-o inumano.

O primeiro passo então é o de desfazer essa ideia. Participação política não quer dizer atuar diretamente em cargos administrativos, mas poder agir como sujeito ante as circunstâncias diárias que envolvem a vida coletiva e individual de cada um. É inegável que esses imigrantes assim o fizeram, não permaneceram silenciosos nem estagnados diante dos conflitos. Se a resignação é um atributo dos beatos, como a Igreja os moldou, estavam mais para hereges do que para fiéis. Nos espaços que lhes cabiam, lutaram, exerceram seu poder de

influência, procuraram meios de se fazer sentir, seja em relação a administradores, clero – que também era imigrante – ou mesmo entre seus compatriotas mais próximos e iguais.

O fato dessas ações se darem num universo reduzido, em linhas, travessões, capelas, não significa falta de política ou ausência de poder e meios para exercê-lo. Foi na restrita área desses espaços onde viviam esses homens que a política foi fomentada; área onde se passava boa parte da vida real, e local básico da busca pelo que se chama de liberdade. É necessário deixar claro que, se a liberdade passa pela via política, ela encerra também todas as suas “mesquinhas”, suas “pequenas vilanias”. Longe do idílico dos grandes propósitos das altas considerações políticas, a liberdade é tão humana quanto os homens que a procuram.

A historiografia acadêmica tem procurado refletir sobre as faces do envolvimento imigrante junto ao mundo do poder. Por uma razão ou outra, os colocam num patamar de ausentes pela vontade ou participantes sem vontade, o que não condiz com a análise deste trabalho. Participação ou vontade sempre houve; o que nem sempre existiu foram meios e condições para que suas ações ganhassem maiores repercussões e estendessem seus raios de abrangência. Esses elementos só apareceriam depois de um período de desenvolvimento e organização regional, quando uma rede de poder, mais bem tecida, conseguiu atar os diversos pontos localizados nas comunidades mais interioranas às sedes dos municípios.

O controle sobre o eleitorado e a influência das ações administrativas passaram então pelas diversas instâncias desse poder: inspetores de linhas, subintendentes, conselheiros municipais, secretários e intendentes. A trama dessas relações colocou, aos poucos, uns na dependência de outros, determinando barganhas, disputas por espaços de poder, uso da força econômica e prestígio social, expedientes policialescos.

Internamente, a vida política da região não foi tranquila. Facções partidárias atuavam em todos os níveis, seja entre os republicanos ou na oposição. Os intendentes sempre precisaram lidar com acomodações, procurando acolher, acalmar ou tolerar segmentos insatisfeitos, adversários em busca de postos nas instâncias mais altas da hierarquia do poder. Em nome de um domínio absoluto no nível estadual, os administradores locais do PRR passavam por um desgaste que, em longo prazo, se tornaria fatal.

Ainda que as expressivas votações situacionistas demonstrem um controle político sobre a região, ela não pode servir como definitiva prova de um eleitorado puramente manobrado e despolitizado. Excetuando a longa permanência de Joaquim Marquez Carvalho Júnior na intendência de Bento Gonçalves, não foram tão incomuns as renúncias de chefes dos executivos por não conseguirem conciliar interesses de facções locais, sucumbindo às pressões das “pequenas ambições particulares”.

Já no início do século XX, à medida que se ampliou o desenvolvimento regional, a sociedade imigrante foi organizando órgãos representativos em diversos sentidos e níveis, como capelas, associações culturais, econômicas, ligadas ou não a instituições oficiais. Essa capacidade de ação coletiva pouco era percebida pela elite lusa que, insistentemente, atribuía a arroubos pessoais o fato de que alguns indivíduos se imiscuíam nos assuntos políticos para satisfazer suas intenções de prestígio e poder. Uma percepção mais aguçada deixaria claro que esses sujeitos não agiam por conta própria e nem só movidos por aspectos egoístas, mas representavam um conjunto de poderes que se delineavam lentamente dentro e fora das esferas partidárias, conforme a clássica visão binária da política da época.

Para os intendentess que predominaram até a década de 1920, aqueles homens eram sequer nacionais, estrangeiros por princípio, não eram vistos como dignos de certos postos; menos dignas ainda eram algumas de suas reivindicações ou pretensões. É preciso observar que o juízo emitido pelos administradores condizia com a concepção de poder e política destes. Ou seja, à sua forma paternalista com vinculações e favores particulares, a dependência pessoal a um líder, sua fidelidade e agremiações partidárias que serviam para continuar a usufruir dos benefícios dos cargos públicos em nome dos ideais republicanos.

Parece ficar claro que não conseguiam se desvencilhar dessa visão, o que os tornou cegos, por exemplo, à crescente influência da Igreja Católica ou de outros organismos representativos da coletividade imigrante. No entanto, a maneira como tratavam essa questão não era desprovida de realidade num sistema de poder no qual a estrutura burocrática era falha e a sobrevivência nesses cargos decorria, fundamentalmente, desses laços de dependência. O preço a ser pago nessas circunstâncias era o desgaste e a corrosão pessoal.

É bem verdade que essa é uma realidade em qualquer situação no exercício de mando, mas quando não há uma estrutura impessoal sobre a qual repouse esse poder, os sacrifícios individuais ficam mais evidentes. Sobre as costas dos intendentess recaía boa parte das funções político-administrativas, nas quais eram auxiliados por correligionários nem sempre fiéis, o que os deixava em posição ainda mais delicada. Em casos extremos, as agressões particulares ou os atentados contra a integridade física eram frutos desse modelo, que colocava em primeiro plano a personalidade absoluta de um chefe ou mandatário.

No início dos anos 1920, esse cenário passa a apresentar sensíveis mudanças. O crescimento econômico, o processo de urbanização e a consolidação de um grupo social com fortes interesses e influências locais vão fragilizando as antigas relações de poder. Ao mesmo tempo, a crise política envolvendo o modelo borgista retirava a antiga legitimidade de mando. A nova situação produzia embaraços que as tradicionais práticas não mais podiam resolver.

Às vésperas das comemorações do cinquentenário da imigração, o reconhecimento da contribuição “estrangeira” à pátria que os acolhera era inquestionável, assim como o era a reivindicação a um lugar na história nacional. Ainda que as comemorações tivessem se orientado pela exaltação do italiano, fora no Brasil que estes puderam definir-se como tais, e os símbolos de unidade entre as duas nações irmãs davam ao imigrante o direito de reivindicar certos espaços na vida de ambos os países.

Brasil e Itália compartilhavam um conjunto de elementos que envolvia interesses políticos, econômicos e culturais de ambos os lados. A política fascista tratava de tirar suas vantagens da prosperidade da região, unindo atuação política à estratégia dos lucros materiais, ao usar um discurso de italianidade, o que servia ainda para reforçar os laços internos da sociedade imigrante. O governo estadual, sempre de olho no potencial eleitoral e na importância cada vez maior que as áreas coloniais ganhavam em termos econômicos, permitia ou tolerava o aparecimento dessa identificação, que ganhava cada vez mais terreno e importância no espaço político. As contradições internas podiam ser mais bem manejadas quando instrumentos dessa natureza serviam aos propósitos do poder. Rivalidades regionais trazidas do velho continente aos poucos foram se amenizando.

A perda de prestígio da maçonaria após a Revolução de 1923, e a consolidação da Igreja Católica como novo polo de poder permitiram unificar ainda mais as forças sociais e ampliar a área de influência dos novos grupos em ascensão. Consolidada na base social da região, a Igreja se tornava uma instituição de primeira grandeza, cujos propósitos precisavam ser observados com cuidado. Após meados da década de 1920, governar sem o apoio do clero significava isolar-se de uma ampla parte do eleitorado e pôr a perder o próprio governo. Enfim, propiciado pela crise em contexto maior – revolução de 1923 – e pelas mudanças referidas em âmbito interno, os imigrantes encontrariam o caminho que os levaria aos postos-chave da política regional. Os acordos de Pedras Altas abriam a possibilidade para os primeiros governos com italianos natos ou descendentes na chefia dos executivos.

Os debates políticos de 1924 foram marcados por uma forte conotação étnica, principalmente pela contundente posição da Igreja frente aos colonos, que advogavam o direito de terem representantes genuínos no comando da vida pública dos municípios coloniais. Os propósitos do clero não soavam como vozes isoladas – embora ganhassem maior repercussão pela importância que tinham –, os desejos de intendentess “italianos” eram quase um consenso entre as elites coloniais, era o passo que faltava à afirmação social e às aspirações de autonomia frente às ingerências dos intendentess lusos-brasileiros. Esses agora eram tidos como incompetentes e incapazes de zelar pelo bem comum, sendo que muitos

havia deixado as municipalidades com enormes dívidas e pesavam sobre seus ombros os favorecimentos a apaniguados constantemente denunciados. Retirando o teor preconceituoso de algumas declarações, o que se apresentava eram duas visões de se entender e praticar a política. Do lado luso-brasileiro, estaria ela vinculada a certa nobreza de ideias, grandes propósitos, estratégia de luta, que não excluía a guerra, cuja participação era exclusiva aos espíritos mais preparados, a uma elite ciente das tradições históricas do estado e, portanto, do significado mais profundo do termo. Até mesmo durante a década de 1940, no auge da repressão nacionalista, declarações com certo ar de desdém orientavam dar aos colonos escolas e estradas para ganhar sua obediência, como se essas concessões fossem menos importantes.

A política e os homens da política não estavam talhados para o trivial. As reclamações de mesquinhez e o importuno das ninharias que tanto irritavam aos intendentos lusos tinham o mesmo sentido. Era menos nobre, indiscutivelmente, construir uma ponte a traçar, por longos debates, os ideais partidários e a fidelidade aos princípios republicanos. Nos momentos das eleições, conquistava-se a confiança do eleitorado pela troca banal de alguns benefícios como ressarcimentos de prejuízos ou melhoramentos comunitários materiais de natureza econômica. Essas atitudes causavam impressão junto aos agentes partidários borgistas, levando-os diversas vezes a afirmar que os colonos não se interessavam por política, no sentido de que, atendendo a essas pequenas solicitações, deixariam de se meterem na área, votariam com o partido e permaneceriam quietos, trabalhando em suas ocupações.

É interessante que muitos historiadores assimilaram essas falas tal qual foram pronunciadas, corroborando o estereótipo de um imigrante que preferia ficar distante do jogo do poder, desde que pudesse usufruir de pequenas vantagens concedidas pelo governo. A imagem de massa de manobra vem desta concepção errada, isto é, a de que os redutos eleitorais eram manipulados por uma superficial e simplória compra de votos. É fato que esse viés existia, mas o que estava em questão era muito mais do que isso. Para o imigrante, política significava administrar a coisa pública. Na medida em que, bem ou mal, vinham de uma Europa cujos ares burgueses há algum tempo eram respirados, e cujos exercícios de participação comunitária eram comuns, seria normal a exigência por obras. Estas viabilizariam o crescimento econômico de maneira a proporcionar o progresso dos empreendimentos particulares pela ação pública – ação essa que contava, sim, com o interesse dos imigrantes.

Havia, portanto, outra noção em jogo. Os interesses eram diferentes, pois o que os lusos viam como não tendo tanta importância, se tornava fundamental aos colonos: escolas,

estradas, entre outros melhoramentos estruturais. Tais benefícios não se constituíam somente em meras trocas por votos, mas em caminhos por onde passavam os fios da intrincada rede que permitia algum acesso à ação política. O espaço público deveria ser administrado em favor do desenvolvimento econômico, do progresso, do bem-estar, da justa aplicação dos tributos pagos ao governo. Definitivamente, a nobreza da guerra, que dilapidava os recursos, destruía as posses e o capital tão sofrivelmente acumulado não fazia parte de sua lógica política. Essas práticas reforçavam ainda mais a ideia de que só um italiano seria capaz de gerir os negócios públicos de acordo com a concepção de administrador almejada.

As primeiras experiências significativas com “italianos” na chefia dos executivos municipais da Região Colonial começam, então, em 1924. Celeste Gobbato e João Baptista Pianca, respectivamente intendentess de Caxias e Bento Gonçalves, demonstram o peso político que esta sociedade adquirira, de tal forma que Borges de Medeiros indicara nomes vinculados etnicamente aos imigrantes, visando a acalmar os ânimos e trazer novamente o eleitorado local às fileiras do PRR. Dos três municípios analisados, Garibaldi foi o único que não pôde contar, naquele momento, com a escolha de um intendente cujos laços se identificavam com a maioria de sua população: o intendente eleito fora Jacob Nicolao Ely, figura conhecida do mundo político municipal.

Os governos de Gobbato e Pianca, mesmo tendo sido propostos no sentido de conciliação interna, principalmente em Caxias, não apresentaram traços de harmonia e de consenso. A historiografia construiu um discurso laudatório sobre os mesmos, como o de promotores do progresso, de avanços econômicos e melhoramentos urbanos. Isso se deve, em parte, às suas presenças nas comemorações do cinquentenário, registradas no álbum que celebrava a data e identificava a promessa de um futuro ainda melhor sob o comando de ilustres filhos da Itália.

Na realidade, contudo, a passagem destes intendentess foi marcada por dificuldades políticas e pelas divisões internas. Gobbato tivera de enfrentar a oposição dos antigos administradores, principalmente o grupo ligado a Penna de Moraes, que, atuando pela imprensa e por outros expedientes junto à hierarquia burocrática do PRR, atacavam através da denúncia da política administrativa de endividamento, da corrupção e da falta de experiência de seu administrador. Em Bento Gonçalves, João Baptista Pianca enfrentou os conflitos referentes à querela entre os partidários dos médicos Bartholomeu Tacchini e Benjamin Giorgi. Essas facções dividiram o próprio grupo étnico. Com repercussão política imediata junto à administração, filiações partidárias ganharam rapidamente conotações tacchinistas ou giorgistas, enquanto Pianca demonstrava partidarismo pelo primeiro, o que exacerbava os

ânimos da oposição. Em Garibaldi, o governo de Jacob Nicolao Ely contou sistematicamente com adversários ligados ao clero e a grupos econômicos fortemente identificados com os imigrantes. Sua eleição já fora complicada, dando sinais de que a velha ordem já não era mais tão eficiente.

As sucessões intencionais de 1928 demonstraram querer retomar o processo interrompido em 1924. Em Caxias, Beltrão de Queiroz ocupava o lugar de Gobbato; em Bento Gonçalves, Olinto Fagundes de Oliveira Freitas o de Pianca; e em Garibaldi, Manoel Parreira o de Nicolao Ely. O período das concessões temporárias parecia ter acabado, e os lusos voltavam ao poder. O primeiro passo, porém, já havia sido dado, e a fenda aberta no sistema borgista, agora decadente, não mais permitiria a sustentação do antigo modelo. Em Caxias, menos por um fato político e mais por circunstâncias vitais, o falecimento de Beltrão de Queiroz colocava em seu posto Miguel Moratore. Em Garibaldi, após uma luta político-judicial, Manoel Parreira é destituído, havendo uma alternância de intendentes provisórios, que mudavam ao gosto dos conflitos internos e do contexto conturbado da política nacional e estadual do início dos anos 1930. Entre acordos que pretendiam equilibrar a balança do poder municipal, em abril de 1931 assume o poder executivo Davide Sartori, o primeiro italiano no posto intencional da cidade, permanecendo no cargo até o final de 1932. Ao contrário de Gobbato e Pianca, Sartori era um velho conhecido do universo político de Garibaldi, comerciante importante que, há muito tempo, militava nas fileiras da oposição libertadora, sendo, originalmente, “um de dentro”, em todos os sentidos.

Lembra-se que Gobbato e Pianca, embora tivessem sobrenomes italianos, não residiam nos municípios que administraram, o que não impediu de contarem com o beneplácito da sociedade colonial e de suas instituições mais representativas. De certa forma, julgavam ser esses competentes simplesmente por uma questão de ascendência, enquanto Borges de Medeiros, além de apaziguar as partes em atrito, indicava nomes próximos e ao mesmo tempo um pouco distantes dos italianos. Nomes próximos pelas suas afinidades étnicas, distantes por não se encontrarem comprometidos com as renhidas lutas partidárias locais. Evidentemente que isso não os eximiu nem os poupou das agruras da lida do poder. Sartori, por sua vez, possuía um passado cujos inimigos estavam bem próximos. Assumindo em situação delicada de permanente inconstância dos que ocupavam o cargo, sua experiência foi breve, mas os acontecimentos que o conduziram à chefia do executivo foram por demais significativos.

O único governo em questão que conseguira ser duradouro durante a primeira metade dos anos 1930 foi o de Muratore, em Caxias. Ele permaneceu no cargo durante e

depois do crítico momento de 1932, repassando a administração, após as eleições de 1935, para Dante Marcucci. Em Garibaldi, após Sartori, assume Dormelindo de Oliveira, e em Bento Gonçalves, desde 1932, ocupara o cargo Arlindo Franklin Barbosa. Ao exemplo de Caxias, em Garibaldi e Bento também serão entregues os cargos a descendentes de italianos: Vicente Dal Bó, no primeiro, e Augusto Pasqualli, no segundo. As eleições de 1935 talvez tenham sido as mais interessantes do período, acabando por demonstrar a força e o apelo que possuía o elemento étnico. Em Garibaldi, por exemplo, Vicente Dal Bó, ligado à FUG, derrota o candidato oficial do PRL, permanecendo no poder até 1942. Sempre esteve ligado a Davide Sartori e aos opositoristas da cidade. Sua vitória sobre a máquina partidária Republicana Liberal expressa bem a nova composição de forças que atuava no município. Em Bento Gonçalves, as eleições foram ainda mais significativas, Augusto Pasqualli, concorrendo pela Liga Popular, uma dissidência política pouco expressiva, derrota por uma pequena diferença o partido oficial. As divisões partidárias estaduais entre a FUG e o PRL certamente contribuíram para as vitórias nos dois municípios. O enfraquecimento de Flores da Cunha em relação ao governo federal também contou pontos ao avanço dessas novas tendências.

De qualquer forma, a sociedade local dava sinais de que as opções agora eram outras, e não necessariamente acolheriam com facilidade alternativas ou indicações mais arbitrárias. Em Caxias, como observado, Dante Marcucci se elegera pelo PRL e fora um dos mais fiéis colaboradores de Flores da Cunha na região. A segunda metade dos anos 1930 marca dois momentos distintos. O primeiro deles foi a consolidação dos poderes locais que serviam para sustentar e legitimar a presença de prefeitos “italianos”. A Igreja Católica avança cada vez mais sobre o terreno material e imaterial da região. Junto a isso, a atuação dos fascistas ganha corpo, unindo interesses da burguesia local aos setores dos altos círculos políticos. A composição desta estrutura permitiu a permanência dos prefeitos, até mesmo após a queda de Flores da Cunha, e, no caso de Marcucci, nem mesmo a declaração de guerra contra o Eixo foi o bastante para retirá-lo do cargo.

Em Garibaldi, Vicente Dal Bó se sustenta até o ano crucial de 1942, quando é substituído por Olinto Fagundes de Oliveira Freitas. Sua administração – estava no cargo desde 1935 – foi uma das mais duradouras, sendo superada apenas pela de Marcucci. Em Bento Gonçalves, após a saída de Flores da Cunha, Augusto Pasqualli se licencia do cargo, em meados de 1938. Em seu lugar assumia o vice, Orestes João Tregnago. No entanto, depois de 1938, a cidade não mais contará com prefeitos de origem local. Tregnago será substituído por Sabino Menna Barreto e, posteriormente, por João Maria de Almeida Dêntice.

Momentaneamente, então, esses municípios passaram a ser administrados por elementos de fora. Passado, contudo, o período da guerra, o processo seria retomado e consolidado.

Considerando o cenário analisado, pode-se afirmar que as décadas de 1920, 1930 e 1940 marcaram o momento de afirmação política da Região Colonial Italiana, o primeiro passo para uma inserção posterior nas esferas estaduais e, mais tarde, federais. Essa afirmação foi acompanhada por um conjunto de transformações que determinou não ser passageiro ou superficial o processo de tomada desse espaço. Em termos gerais, as características que possibilitaram o fenômeno foram sentidas em toda a região, mas as dinâmicas internas a cada município conferiram diferentes matizes às administrações, fazendo com que alguns intendentess pudessem manter-se por mais tempo no cargo, enquanto outros tiveram suas permanências abreviadas. O mais importante é reconhecer que o contexto lançou as bases para um quadro que perdura até os dias atuais. Os mesmos grupos, instituições e valores gestados na época ainda hoje permanecem fortemente presentes na vida pública regional.

Cabe, por fim, reconhecer as falhas e limites deste trabalho. Por mais que se tente dar uma visão completa sobre o tema, há inúmeros itens que acabam não recebendo a mesma atenção ou o mesmo destaque na análise. Alguns deles dizem respeito, por exemplo, à ação dos fascistas em Bento Gonçalves e Garibaldi. Sabe-se da grande importância que o movimento teve na região, compondo uma das peças-chave no processo político das décadas estudadas. Apenas foram dados alguns indícios e feitas poucas observações sobre a presença de sujeitos e a existência de frações do Partido Nacional Fascista nos ditos municípios. Da mesma forma, persistem vazios sobre a maneira mais concreta de como a Igreja agiu em concerto com esses partidários. Faltam nomes e atos, por mais que se saiba de incondicional simpatia e apoio que o clero deu ao movimento. Espera-se que trabalhos futuros possam melhor tratar o tema, com uma busca mais detalhada e direcionada sobre a documentação, já que as lacunas observadas são consideráveis.

Um outro ponto pouco explorado diz respeito ao processo de formação de um regionalismo calcado não somente na criação de uma identidade étnica, mas nos caracteres mais concretos da integração entre vida econômica e social. Os avanços e aparelhamentos técnicos que permitiam uma mobilidade e um fluxo cada vez maior de informações, ideias, pessoas e mercadorias precisam ser mais bem esclarecidos. Já foram realizados bons estudos localizados, isto é, focados em um município apenas, mas ainda faltam pesquisas mais abrangentes que consigam dar conta dos efeitos dessas transformações para o conjunto da região. O congresso dos Intendentes, realizado em 1925, foi um primeiro passo na direção dessa proposta, mas existiam projetos politicamente mais definidos quanto ao setor produtivo

direcionado à atividade vitivinícola que contava com divisões geoeconômicas estaduais e federais. Um estudo sobre os impactos relacionados a estas tendências de unificação e uniformização regional ajudaria muito para compreender melhor manifestações de cunho político e social.

Por último, resta o débito com o município de Veranópolis. Mesmo que este constasse nos planos iniciais da tese, imperativos como o tempo, entre outras dificuldades, não permitiram incluí-lo na análise aqui proposta. Sem nenhuma dúvida, luzes seriam jogadas sobre diversas questões, já que a cidade formou, junto com Caxias, Garibaldi e Bento Gonçalves, o conjunto inicial das colônias de fixação de italianos e outros estrangeiros. Veranópolis apresenta ainda um dos personagens mais intrigantes e interessantes da história política destas décadas, Francisco Sanches, o Paco. Personagem *sui generis*, personificava o bandoleiro a serviço dos poderes políticos instituídos ligados aos republicanos. Suas ações, ainda que concentradas em Veranópolis, faziam-se sentir em todo o interior vizinho, abrangendo Bento Gonçalves e Garibaldi. Quem sabe alguns métodos políticos até hoje silenciados ou, no mínimo, nebulosos, poderiam pôr às claras alguns instrumentos de ação pouco convencionais na luta pelo poder regional. Mas mais do que isso, Paco apresenta um tipo sociológico pouco comum, um contraponto muito interessante entre o binarismo lusos/italianos naquilo que trata das configurações étnicas locais. Há algum tempo, esse personagem vem merecendo um estudo de fôlego que, certamente, agregaria novos subsídios para se pensar o jogo do poder nesta área.

O espaço do presente trabalho compreende objetivos bastante limitados, que se espera sejam complementados por outras pesquisas que consigam melhor ordenar e sintetizar o assunto. Não pretende, também, ser uma tese fechada, apenas espera ter podido contribuir para o conhecimento histórico, somando e fomentando alguns possíveis novos debates. A produção do saber não é feita sem que se possam correr alguns riscos. Falhas ou erros são fundamentais sempre que se pretende um maior entendimento do mundo produzido pelo homem. Concluindo, espera-se que os acertos digam algo suficientemente relevante, quanto aos erros, que tenham não menos relevância, e que dentro de algum tempo possam ser debatidos e elucidados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Henrique Blaskesi de. Coronelismo e justiça em Caxias do Sul. *Revista da AJURIS*, ano XXX, n. 91, setembro de 2003.

ALTOÉ, Valeriano. Napolitanos “nuvens de gafanhotos”? In: DE BONI, Luis A. *A presença italiana no Brasil*, v. 3. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

ALVES, Eliane Rela. “*Fides Nostra, Victorian Nostra*” – os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na Intendência de Caxias (1890-1924). Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

AMARAL, Sandra Maria do. *O teatro do poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo*. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

AVRITZER, Leonardo. Ação, fundação e autoridade em Hannah Arendt. *Lua Nova*, n. 68, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 11 abr. 2010.

AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

AZAMBUJA, Darcy. Correntes Políticas. In: FERREIRA, João Francisco. *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Primeira Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia – Universidade do Rio Grande do Sul, 1954.

BACHRACH, Peter.; BARATZ, Morton S. Duas faces do poder. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 40. Curitiba, out. 2011, p. 149-157. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782011000300011&script=sci_abstract&tlng=pt.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe.; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 187.

BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 52.

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BERNARDI, Mansueto. A bibliografia italiana referente ao Rio Grande do Sul. *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Quinta Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia – Universidade do Rio Grande do Sul, 1962.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 60.

BERTRAND, Michel. Del actor a la red: análisis de redes e interdisciplinaridad. *Nuevo Mundo Mundo Nuevos*, Coloquios, 2009, Puesto em línea el 12 noviembre 2009. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/57505>. Acesso em: jan. 2012.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*, v. 2. Brasília: UNB, 1992, p. 933.

BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. *Estudos históricos*, v. 9, n. 17, Rio de Janeiro, 1996, p. 155.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 9.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 49.

_____. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 171-175.

BRUBAKER, Rogers. Au-delà de l'“identité”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2001/3.

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: _____. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 7-16.

CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: clivagens regionais e centralização política. *Simpósio sobre a Revolução de 1930*. Porto Alegre: Erus, 1983, p. 388-389.

CAPRARA, Bernardete Schiavo.; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves 1875 a 1930: História*. Bento Gonçalves: VISOGRAF; Porto Alegre: CORAG, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História do poder, história política. *Estudos Ibero-Americanos*. v. XXIII, n. 1, Porto Alegre: PUCRS, jun. 1997, p. 133.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *Regionalismo, discurso e poder político no Rio Grande do Sul: o Partido Liberal e sua época (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998, p. 332-333.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, v. 40, n. 2, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 06 fev. 2011.

CASTRO, Iná Elias de. Política e território: evidências da prática regionalista no Brasil. *Revista de ciências sociais*, v. 32, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 390-391.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 46.

CERUTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CESAR, Guilhermino. Carlos Von Koseritz. *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Terceira Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia – Universidade do Rio Grande do Sul, 1958.

CHARLE, Christophe. Como anda a história das elites e da burguesia? Tentativa de um balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HENZ, Flávio M. (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Imagens de Garibaldi e imagens de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. In: CONSTANTINO, Núncia Santoro de Constantino.; FAY, Cláudia Musa. *Garibaldi, história e literatura*. Porto Alegre: Edipucrs, 2011.

_____. Imigração italiana e história: tendências historiográficas no Rio Grande do Sul. In: GIRON, Loraine Slomp.; RADÜNZ, Roberto. *Imigração & Cultura*. Caxias do Sul: EDUCS, 2007, p. 61-71.

_____. Italiani a Porto Alegre: l'invenzione di una identità. *Altreitalie*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 2002, p. 83. Disponível em: <http://www.altreitalie.it/UPLOAD/ALL/84108.pdf>.

_____. Memória de Garibaldi e a construção da identidade entre italianos no Rio Grande do Sul. In: FILHO, Omar L. de Barros (org). *Os caminhos de Garibaldi na América*. Porto Alegre: Laser Press Comunicações, 2007.

_____. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses*. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990, p. 324.

CONZEN, L. S. The invention of the ethnicity: uma leitura americana. *AltreItalie*, v. 3, 1990, p. 6-12.

COSTA, Rovílio. A Igreja no início das colônias italianas. In: DE BONI, Luís A (org). *A presença italiana no Brasil*. v. III. Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

COSTA, Rovílio et al. *As colônias Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1992.

COSTA, Rovílio.; BATTISTEL, Arlindo. *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre: EDUCS/EST, 1982.

COSTA, Rovílio.; GARDELIN, Mário. *Colônia Caxias: origens*. Porto Alegre: EST, 1993.

COSTA, Rovílio.; DE BONI, Luís A. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; Caxias do Sul: EST; Correio Riograndense; UCS, 1979.

CUNHA, Tânia Maria da. *A história e a influência da maçonaria em Bento Gonçalves*. Monografia (Especialização), Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 2002.

D'APREMONT, Bernardin.; GILLONNAY, Bruno. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul: (1895-1915)*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1976.

DAHL, Robert. *Análise política moderna*. Brasília: UNB, 1981, p. 23, 31.

DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, J. H. *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 234-255.

DE BONI, Luiz A. *La Mérica*. Caxias do Sul: UCS/EST, 1971.

DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovílio. *Os capuchinhos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/Correio Riograndense, 1996.

DE PARIS, Assunta. *Memórias: Bento Gonçalves*. Bento Gonçalves: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves – Arquivo Histórico Municipal, 2006.

DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

DOCCA, Emílio Fernando de Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: "Organização Simões" Rio, 1954.

EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: Unesp, 2005.

ELIAS, Norbert.; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELSTER, Jon. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 76.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 307.

FÉLIX, Loiva Otero.; SCHIMIDT, Benito Bisso.; KLEBER, Haike Roselena. *Relações de poder x poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul*. Relatório de Pesquisa – CNPq. Porto Alegre, 1992.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FRANCO, Álvaro.; RAMOS, Sinhorinha Maria. *Panteão médico riograndense: síntese cultural e histórica*. São Paulo: Ramos, Franco, 1943.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A pacificação de 1923: as negociações de Bagé*. Porto Alegre: UFRGS/EST, 1996.

_____. Coronéis burocratas da região colonial italiana na era Borges de Medeiros. *Metis: história e cultura*. v. 1, n. 2. Caxias do Sul: EDUCS, jul./dez. 2002, p. 131-138.

_____. O Partido Federalista do Rio Grande do Sul. *Cadernos de História do Memorial do Rio Grande do Sul*, n. 13. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, [s.d.], p. 36.

FRANZINA, Emilio. *Mérica! Mérica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in América Latina: 1876-1902*. Verona: Cierre Edizioni, 1994.

GARDELIN.; COSTA, apud LUCHESE, Terciane Ângela. *Processo escolar entre imigrantes da Região Colonial italiana do RS – 1975 a 1930: Leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vitta*. Tese (Doutorado em Educação), São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.

GARDELIN, Mário.; STAWINSKI, Alberto Victor. *Capuchinhos italianos e franceses no Brasil*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1986.

GERTZ, René. Cidadania e nacionalidade: história e conceitos de uma época: In: MÜLLER, Telmo Lauro (org). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Unisinos, 1994, p. 22-23.

_____. Descendentes de alemães e de italianos no Rio Grande do Sul dos anos 1920/1930. *III Simpósio Internacional e XI Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros - 135 Anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: UCS, 2010.

_____. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GIRON, Loraine Slomp.; BERGAMASCH, Heloisa Eberle. *Casas de negócio*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

_____. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

GIRON, Loraine Slomp.; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. Caxias e a disputa pela infraestrutura (1898-1941). *Métis: história & cultura*, v. 8, n. 15. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, jan./jun. 2009.

GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: LANDO, Aldir Marli (org). *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. *As sombras do Littorio*. Porto Alegre: Parlenda, 1994, p. 55.

_____. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: UCS/EST, 1977.

_____. Colonos italianos e alemães: relações interétnicas. In: SCHNEIDER, Cristina Seibert.; ARENDT, Isabel Cristina.; WITT, Marcos Antônio (orgs.). *Entre vales e serras: fronteiras – IX Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2008, (CD-ROM), p. 105-120.

_____. Do Trentino ao Trentino: imigrantes tirolezes na antiga Colônia Caxias. *Atti del convegno trentamila tiroleesi in Brasile: storia, cultura, cooperazione allo sviluppo*. Trento, 2 e 3 febbraio 2001. A cura di Renzo M. Grosselli – Trento: Regione Trentino-Alto Adige, 2005.

_____. Fazendeiros e colonos: a difícil união. *Coletânea CCHA – Cultura e Saber – História*. v. 3. n. 2. Caxias do Sul, dez. 1997.

_____. Leituras da imigração. In: DAL BÓ, Juventino.; IOTTI, Luiza Horn.; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

GIRONDI, Elenita.; SANT'ANA, Elma. *Garibaldi: a cidade e o herói*. Caxias do Sul: Maneco, 2007.

GÓMEZ, Carmen Imelda González.; HERNÁNDEZ, Manuel Basaldúa. La formación de redes sociales en el estudio de actores y familias. Perspectiva de estudio en historia y antropología. *Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v.12./8, jun. 2007. Disponível em: <http://revista-redes.es>. Acesso em: jan., 2012.

GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre; Caxias do Sul: Martins Livreiro; EDUCS, 1985.

GRAMSCI, Antonio. Poder, política e partido. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992, apud IOTTI, Luiza Horn. *O olhar do poder*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 19.

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia Rio-Grandense*. 2. ed. Porto Alegre: UFGRS, 1998.

GUZZO, Valdemir. *Antônio Prado, 1936: as ocorrências de 25 de maio*. Monografia (Especialização em História), Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1998.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no nordeste*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

_____. *Territórios alternativos*. Niterói/São Paulo: EDUFF, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 6. ed. Campinas: Vértice, 1990, p. 88.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. A economia imigrante no desenvolvimento da cidade. In: GIRON, Loraine Slomp.; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. *Caxias centenária*. Caxias do Sul: Educs, 2010.

_____. *Processo de industrialização na zona colonial italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

HOBSBAWN, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 214.

ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875- 1914)*. Tese (Doutorado), Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques.; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976, p. 186.

JÚNIOR, Eduardo Rouston. A oposição federalista na Assembléia dos Representantes: análise de algumas lideranças políticas. *Anais do X Encontro Estadual de História*. Santa Maria, 2010.

KLEIN, Cleci Eulália Favaro. *De Bairro Lusitana a “Zona Tronca”*: Presença dos Portugueses em Caxias do Sul, 1911-1931. Dissertação de Mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1984.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 6. ed. Campinas: Unicamp, 1996, p. 545.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. São Paulo: Unesp, 2001.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: PUCRS; Sulina, 1975.

LOVE, Joseph.; BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In: HENZ, Flávio M. (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LUCHESE, Terciane Ângela. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d'Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves – 1875 a 1889*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

LUHMANN, Niklas. *Poder*. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

MANFRÓI, Olívio. *Colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: IEL/Grafosul, 1975.

MARTINY, Carina. “*Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município*”: constituindo redes e consolidando o poder – uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História), São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Moraes, 1984.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIOTTI, Vandenir Antônio. *Câmara de Indústria e Comércio – CIC de Garibaldi, 1924-2009 – 85 anos de história*. Caxias do Sul, Educs: 2009.

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. São Paulo: SENAC, 2008.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Um italiano irrequieto em contexto revolucionário (um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul, 1912-1924)*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

MORAES, Carlos Dante de. O povo rio-grandense nas vésperas de 35. In: FERREIRA, João Francisco. *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Primeira Série. Porto Alegre; Faculdade de Filosofia – Universidade do Rio Grande do Sul, 1954.

NASCIMENTO, Robeto Revelino Fogaça do. *A formação urbana de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Educs, 2009.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 43.

PAGANI, Macos Fernando. *O nacionalismo na região colonial italiana*. Caxias do Sul: Maneco, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Rio Grande do Sul (1890-1930): a idéia da indústria. *Análise Econômica*. ano 4, n. 7, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 1986, p. 15. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/viewFile/10253/5988>.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 83-85.

_____. O imigrante na política rio-grandense. In: LANDO, Aldir Marli (org). *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. Rio Grande do Sul (1890-1930): a idéia da indústria. *Análise Econômica*, ano 4, n. 7, Faculdade de Ciências Econômicas da UFGRS. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/viewFile/10253/5988>.

PICCOLO, Helga I. L. *Vida Política no século XIX*. Col. Síntese rio-grandense. 3. ed. Porto Alegre: UFGRS, 1998, p. 62-68.

PINTO, Celi Regina. O positivismo do Partido Republicano Riograndense na República Velha – uma manifestação do discurso positivista Latino Americano. *Estudos Ibero-Americanos*, v. VIII, n. 1, jul. 1982, p. 42-43.

_____. *Positivismo: um projeto político alternativo*. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 15-23.

PISTORELLO, Daniela. “*Os homens somos nós*”: o integralismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

POSSAMAI, Paulo. “*Dall’Italia siamo partiti*”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

POUTIGNAT, Philippe.; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

RAMBO, Balduino S. J. A fisionomia do Rio Grande do Sul. In: FERREIRA, João Francisco. *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Primeira Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia – Universidade do Rio Grande do Sul, 1954.

RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 444-445.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. Micro-história, macro-história: o que as variações de escalas ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

RIBEIRO, Cleodes M. P. *Festa e identidade: como se fez a festa da uva*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

RIZZON, Luiz Antônio.; POSSAMAI, Osmar. *História de São Marcos*. São Marcos: Editora dos Autores, 1987.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Para um conceito de política. *Cadernos de ciência e sociologia*, v. 6, n. 9. Belo Horizonte, agosto 1999, p. 11.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. História regional e local: problemas teóricos e práticos. *História & Perspectiva*, n. 16/17, Uberlândia, jan./dez. 1997, p. 160-161.

RODRIGUES, José Honório. *O continente do Rio Grande*. Rio de Janeiro: São José, 1954.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*. v. II. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 3.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCHMITT, Cláudia Job. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, nº 27, mai./ago. 2011.

SCHNEIDER, Cristina Seibert.; ARENDT, Isabel Cristina.; WITT, Marcos Antônio (orgs.). Entre vales e serras: fronteiras. *IX Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2008 (CD-ROM).

SCHWARTZMAN, Simon. A Revolução de 1930 e o problema regional. *Simpósio sobre a Revolução de 1930*. Porto Alegre: Erus, 1983, p. 369.

SEYFERT, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. *Horizontes antropológicos*, n. 14, ano 6, Porto Alegre, nov. 2000, p. 152.

_____. *Imigrantes e cultura no Brasil*. Brasília: UNB, 1990, p. 80.

SOARES, Mozart Pereira. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1996.

SOUZA, Wlaumir Doniseti de. *Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante*. São Paulo: Unesp, 2000.

STORMOWSCKI, Márcia Sanoeki. As bases de um século de desenvolvimento. In: GIRON, Loraine Slomp.; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. *Caxias centenária*. Caxias do Sul: Educs, 2010.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. A política fiscal modernizadora do PRR (1889-1930). In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti.; AXT, Gunter. *História geral do Rio Grande do Sul. República: República velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

TISSOT, Ramon Victor. Os trabalhadores no foco da história local. In: GIRON, Loraine Slomp.; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. *Caxias centenária*. Caxias do Sul: Educs, 2010.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

TRINDADE, Héliogio. Poder legislativo e autoritarismo no RGS (1891-1937). *Estudos Ibero-Americanos*, v. VII, n. 1-2, Porto Alegre, jul/dez 1981, p. 226.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo social. Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n. 1, jun. 2008.

VALDUGA, Gustavo. *“Paz, Itália, Jesus”*: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes, o papel do jornal Correio Riograndense (1930-1945). Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

VALDUGA, Vander. *Raízes do turismo no território do vinho: Bento Gonçalves e Garibaldi (1870-1960)*. Tese (Doutorado), Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

VELLINHO, Moysés. A configuração atual do Rio Grande e sua fronteira histórica. In: FERREIRA, João Francisco. *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Primeira Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia – Universidade do Rio Grande do Sul, 1954.

_____. *Capitania D’El Rei. Aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1970.

VENDRAME, Maíra Inês. *“Lá éramos servos, aqui somos senhores”*: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Porto Alegre: UFSM, 2007.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do Padre Sório: maçonaria e igreja católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Porto Alegre: UFGRS; Santa Maria: UFSM, 2001.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: UnB, 1980.

VIZENTINI, Paulo F. *A crise dos anos 20*. Porto Alegre: UFGRS, 1992, p. 24.

WASSERMAN, Cláudia. O Rio Grande do Sul e as elites gaúchas na Primeira República: guerra civil e crise no bloco do poder. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFGRS, 2004, p. 279.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio e Janeiro: Zahar, 1983.

ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração italiana*. Porto Alegre: EST, 1975.

Arquivos e fontes consultadas

Arquivo da Cúria Metropolitana (Porto Alegre)

Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 27 de abril de 1881.
 Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 23 de setembro de 1881.
 Paróquia Santa Tereza de Caxias, 15 de fevereiro de 1882
 Paróquia Santa Tereza de Caxias, 2 de maio de 1882.
 Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 17 de maio de 1882.
 Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 02 de maio de 1883.
 Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 16 de maio de 1883.
 Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 26 de março de 1884.
 Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 08 de maio de 1884.
 Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 10 de setembro de 1884.
 Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 19 de setembro de 1884.
 Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 14 de novembro de 1884.
 Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 19 de novembro de 1884.
 Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, dezembro de 1884.
 Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 20 de fevereiro de 1885.
 Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 20 de abril de 1885.
 Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 17 de maio de 1885.
 Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 22 de setembro de 1885.
 Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 7 de dezembro de 1885
 Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 11 de janeiro de 1886.
 Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 26 de janeiro de 1886.
 Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 11 de junho de 1886.
 Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 15 de abril de 1888.
 Paróquia Santa Tereza de Caxias, 31 de maio de 1888.
 Paróquia Santa Tereza de Caxias, 1 de junho de 1888.
 Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 11 de junho de 1888.
 Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 22 de setembro de 1888.
 Paróquia São Pedro de Conde d'Eu, 14 de novembro de 1888.
 Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 28 de outubro de 1890.
 Paróquia Santo Antônio de Dona Isabel, 19 de janeiro de 1891.
 Paróquia São Luiz Gonzaga de Alfredo Chaves, 2 de março de 1901.
 Paróquia São Luiz Gonzaga de Veranópolis, Ofício 4 de junho de 1919.
 Paróquia São Pedro de Garibaldi, Ofício 11 de setembro de 1922.
 Paróquia Santa Teresa de Caxias, 27 de maio de 1929.
 Paróquia Santa Tereza de Caxias, 5 de junho de 1929.
Estrella do Sul, 27 de janeiro de 1924.
Estrella do Sul, 10 de fevereiro de 1924.
Estrella do Sul, 18 de outubro de 1925.
Estrella do Sul, 29 de abril de 1928.
Estrella do Sul, 13 de maio de 1928.
Estrella do Sul, 12 de outubro de 1930.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)

Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício 225, [28.2.1876], Conde d'Eu, maço 56, caixa 30.
 Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [22.08.1876], Conde d'Eu, maço 56, caixa 30.

- Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [12.02.1877], Conde d'Eu, maço 56, caixa 30.
- Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [5.5.1877], Conde d'Eu, maço 56, caixa 30).
- Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [21.07.1877], Dona Isabel, maço 57, caixa 31.
- Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [4.9.1877], Dona Isabel, maço 57, caixa 31.
- Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [18.9.1877], Dona Isabel, maço 57, caixa 31.
- Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício [22.9.1877], Dona Isabel, maço 57, caixa 31.
- Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício 151 [29.04.1880], Caxias, maço 53, caixa 29.
- Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício 160 [01.07.1880], Caxias, maço 53, caixa 29.
- Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício 175 [08.11.1880], Caxias, maço 53, caixa 29.
- Inspetoria da Diretoria de Terras e Colonização, Ofício 183 (20.11.1880), Caxias, maço 53, caixa 29.
- Correspondência dos Governadores, maço 66.
- Correspondência dos Governadores, maço 67, 11 de janeiro de 1923.
- Correspondência dos Governadores, maço 67, 8 de março de 1923.
- Correspondência dos Governadores, maço 67, 9 de maio de 1923.
- Correspondência dos Governadores, maço 67, 28 de abril de 1924.
- Correspondência dos governadores, maço 73a, 20 de setembro de 1937.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)

- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 10424, carta de Albano Coelho de Souza. Fundo Veranópolis, 12 de dezembro de 1903.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01272, carta de Olavo Ferreira, Fundo Caxias do Sul, 10 de dezembro de 1904.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01277, carta de Luiz Facchin, Fundo Caxias do Sul, 28 de março de 1905.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01292, carta de Olavo Ferreira, Fundo Caxias do Sul, 12 de dezembro de 1905.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01293, carta de Olavo Ferreira, Fundo Caxias do Sul, 24 de janeiro de 1906.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01295, carta de Ildfonso Borges Toledo da Fontoura, Fundo Caxias do Sul, 9 de fevereiro de 1906.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01295, carta de Ildfonso Borges Toledo da Fontoura, Fundo Caxias, 9 abril de 1906.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02205, carta de Jacob Nicolau Ely. Fundo Garibaldi, 21 de maio de 1906.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02206, carta de Jacob Nicolau Ely. Fundo Garibaldi, 09 de junho de 1906.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 390, carta de Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, Fundo Bento Gonçalves, 16 de julho de 1906.

- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02211, carta de Jacob Nicolau Ely, Fundo Garibaldi, 29 de novembro de 1906.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01329, carta de Antônio Casagrande, Fundo Caxias do Sul, 16 de outubro de 1911.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02222, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 26 de fevereiro de 1913.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02223, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 27 de fevereiro de 1913.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 412, carta de Júlio Lorenzoni, Fundo Bento Gonçalves, 29 de março de 1913.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 414, carta de Júlio Lorenzoni, Fundo Bento Gonçalves, 5 de novembro de 1913.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02227, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 20 de maio de 1914.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02230, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 11 de julho de 1914.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02231, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 22 de julho de 1914.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02232, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 7 de agosto de 1914.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02222, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 26 de fevereiro de 1915.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00426, carta de Antônio Casagrande, Fundo Bento Gonçalves, 26 de março de 1915.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02238, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 21 de abril de 1915.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02239, carta de Ricardo Guarnieri, Fundo Garibaldi, 16 de maio de 1915.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00431, carta de Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior. Fundo Bento Gonçalves, 26 de janeiro de 1916.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02240, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 19 de setembro de 1916.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02238, carta de Alberto Amberger, Fundo Garibaldi, 26 de outubro de 1916.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02243, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 01 de dezembro de 1916.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02244, carta de Affonso Aurélio Porto, Fundo Garibaldi, 04 de janeiro de 1917.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 02245, abaixo-assinado, Fundo Garibaldi, 01 de fevereiro de 1917.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00433, carta de Antônio Casagrande, Fundo Bento Gonçalves, 17 de fevereiro de 1917.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 436, carta de Adolfo Amaral Lisboa, Fundo Bento Gonçalves, 27 de julho de 1917.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01372, carta de José Penna de Moraes, Fundo Caxias do Sul, 12 de setembro de 1917.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00435, carta de Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, Fundo Bento Gonçalves, 12 de outubro de 1917.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01375, carta de Penna de Moraes. Fundo Caxias do Sul, 25 de novembro de 1917.

- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01376, carta de José Penna de Moraes, Fundo Caxias do Sul, 15 de junho de 1918.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01376, carta de José Penna de Moraes, Fundo Caxias do Sul, 23 de julho de 1919.
- Arquivo Borges de Medeiros, Documento 02251, carta de Guilherme Wieck, Fundo Garibaldi, 5 de janeiro de 1924.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01385, carta de José Mário Caorsi. Fundo Caxias do Sul, 15 de fevereiro de 1924.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01386, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 20 de fevereiro de 1924.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00437, carta de Ângelo Marques. Fundo Bento Gonçalves, 26 de fevereiro de 1924.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01388, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 26 de fevereiro de 1924.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01386, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 4 de março de 1924.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01389, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 7 de março de 1924.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01390, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 8 de março de 1924.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01391, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 10 de março de 1924.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01394, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 13 de março de 1924.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01395, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 16 de março de 1924.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00438, carta de Carlos Penafiel. Fundo Bento Gonçalves, 26 de março de 1924.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01398, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 08 de abril de 1924.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01400, carta de Octávio Rocha. Fundo Caxias do Sul, 20 de abril de 1924.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01404, carta de Celeste Gobbato. Fundo Caxias do Sul, 19 de março de 1926.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 1406, carta de Celeste Gobbato. Fundo Caxias do Sul, 25 de outubro de 1926.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 1407, carta de Celeste Gobbato. Fundo Caxias do Sul, 26 de novembro de 1926.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00441, carta de Álvaro da Costa Monteiro. Fundo Bento Gonçalves, 14 de fevereiro de 1927.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 00441, carta de Celeste Gobbato. Fundo Caxias do Sul, 21 de agosto de 1927.
- Arquivo Borges de Medeiros. Documento 01413, carta de Celeste Gobbato. Fundo Caxias do Sul, 03 de novembro de 1927.

Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa (Porto Alegre)

O Echo da Serra, 20 de agosto de 1914.

A Federação, 15 de janeiro de 1925.

A Federação, 5 de fevereiro de 1925.

A Federação, 20 de fevereiro de 1925.

A Federação, 23 de fevereiro de 1925.

A Federação, 26 de março de 1925.

A Federação, 08 de maio de 1925.

A Federação, 23 de julho de 1926.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)

Processo Criminal nº 815, juízo da Comarca de Caxias, 1905.

Autos do processo crime nº 28, 1926.

Autos do processo nº 16, 1929.

Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (Caxias do Sul)

Correspondências recebidas, Prefeitura/Conselho Municipal. 08 de janeiro de 1923.

Correspondências recebidas, Prefeitura/Conselho Municipal. 4 de fevereiro de 1923.

Correspondências recebidas, Prefeitura/Conselho Municipal, 1 de junho de 1923.

Correspondências recebidas, Prefeitura/Conselho Municipal. 23 de junho de 1923.

Correspondências Recebidas, Câmara de Vereadores. Requerimento de 10 de janeiro de 1924.

Correspondências Recebidas, Câmara de Vereadores. Declaração de 13 de março de 1924.

Correspondências Recebidas, Câmara de Vereadores. Requerimentos, maio de 1924.

Correspondências Recebidas, Câmara de Vereadores. Requerimentos, 28 de agosto de 1924.

Correspondências Recebidas, Câmara de Vereadores. Requerimento 24 de outubro de 1924.

Correspondências Recebidas, Câmara de Vereadores. Requerimentos, 13 de dezembro de 1924.

Secretaria do Governo, correspondência intendência/governo do Estado. 5 de dezembro de 1924.

Correspondência recebida prefeitura/conselho municipal – 11 de março de 1925.

Secretaria do Gabinete, Partidos Políticos. 15 de março de 1925.

Correspondências Recebidas, Câmara de Vereadores. Requerimentos, 17 de março de 1925.

Fundo Secretaria do Gabinete [partidos políticos]. Ofício 1 de junho de 1925.

Secretaria do Governo, correspondência intendência/governo do Estado. 9 de julho de 1925.

Requerimentos, parecer Conselho Municipal, 28 de dezembro de 1925.

Secretaria do Governo, correspondência intendência/governo do Estado. 15 de janeiro de 1926.

Fundo Secretaria do Gabinete [partidos políticos]. Ofício de 13 de julho de 1926.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 27 de setembro de 1926.

Código Administrativo, 1927, Disponível em

<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=18711&p=0>.

Secretaria do Governo, correspondência intendência governo do Estado, 27 de janeiro de 1927.

Secretaria do Gabinete/Partidos Políticos. 29 de janeiro de 1927.

Secretaria do Governo, correspondência intendência/governo do Estado. 2 de fevereiro de 1927.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 24 de novembro de 1927.

Caxias, 12 de janeiro de 1928.

Caxias, 19 de janeiro de 1928.

Caxias, 12 de julho de 1928.

Caxias, 14, 21 de junho de 1928.

Caxias, 19 de julho de 1928.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 14 de janeiro de 1929 / 11 de março de 1929.

Requerimento de indenização de Tarquínio Zambellari ao Conselho Municipal, 19 de junho de 1929.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 1 de julho de 1929.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 09 de agosto de 1929.

Secretaria do Governo, correspondência intendência governo estadual, 16 de setembro de 1929.

Secretaria do Governo, correspondência intendência governo estadual, 5 de outubro de 1929.

Secretaria do Governo, correspondência intendência governo estadual, 16 de outubro de 1929.

Secretaria do Gabinete, correspondência intendência partidos políticos, outubro de 1929.

Secretaria do Gabinete, correspondência intendência partidos políticos, 30 de novembro de 1929.

Correspondência recebida Câmara de Vereadores, 23 de janeiro de 1930.

Secretaria do Governo, correspondência intendência governo estadual, 7 de março de 1930.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 12 de abril de 1930.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 16 de setembro de 1931.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 18 de setembro de 1931.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 30 de outubro de 1931.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 04 de dezembro de 1931.

Secretaria do gabinete, religião, 2 de fevereiro de 1932.

Secretaria do Gabinete, 8 de março de 1932.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 22 de abril de 1932.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 26 de julho de 1932.

Correspondência dos governadores, telegrama 3 de agosto de 1932, maço 72.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 19 de agosto de 1932.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 22 de agosto de 1932.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 3 de setembro de 1932.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 8 de outubro de 1932.

Secretaria do Gabinete, correspondência intendência governo do estado, 17 de dezembro de 1932.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 24 de dezembro de 1932.

Paróquia de Santa Tereza, Vigário João Meneguzzi, 13 de maio de 1933.

Paróquia de Santa Tereza, Vigário João Meneguzzi, 15 de maio de 1933.

Paróquia de Santa Tereza, Vigário João Meneguzzi, 19 de julho de 1933.

Paróquia de Santa Tereza, Vigário João Meneguzzi, 24 de novembro de 1933.

Paróquia de Santa Tereza, Vigário João Meneguzzi, 5 de janeiro de 1934.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 3 de março de 1934.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 7 de junho de 1934.

Paróquia de Santa Tereza, Vigário João Meneguzzi, 7 de julho de 1934.

Caxias (jornal), 27 de outubro de 1934. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=23474&p=0>.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 13 de setembro de 1934.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 29 de outubro de 1934.

Secretaria do gabinete, partidos políticos, 5 de novembro de 1934.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 8 de novembro de 1934.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 24 e 26 de novembro de 1934.

Fundo Secretaria do Gabinete [Partidos Políticos]. Telegrama 13 de dezembro de 1936.

O Momento, 14 de dezembro de 1936. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/Principal.aspx?l=pesquisa&s=pesquisa&Simples=1>

Fundo Luís Napolitano, Revista Terra Fluminense, Ano XII, nº 120, 1936.

Fundo Luís Napolitano, revista *Terra Fluminense*, nº 123, 1937.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 15 de janeiro de 1940.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 24 de fevereiro de 1940.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 24 de abril de 1941.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 11 de junho de 1941.

Secretaria do Gabinete, 31 de janeiro de 1942.

Secretaria do Gabinete, correspondência intendência governo do estado, 22 de julho de 1943.

Secretaria do Gabinete, correspondência intendência governo do estado, 23 de julho de 1943.

Secretaria do Gabinete, correspondência intendência governo do estado, 24 de julho de 1943.

Secretaria do Gabinete, correspondência intendência governo do estado, 20 de agosto de 1942.

Secretaria do Gabinete, correspondência intendência governo do estado, 27 de agosto de 1942.

Secretaria do Gabinete, partidos políticos, 2 de setembro de 1943.

Arquivo Histórico de Bento Gonçalves

Livro Registro de Correspondências, telegrama 26 de novembro de 1907.

Livro Registro de Correspondências, telegrama 6 de dezembro de 1907.

Livro de Atas do Conselho Municipal, 1892-1903. Lei Orgânica Municipal, Art. 23º, Art. 40, parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º.

Livro de Atas do Conselho Municipal de Bento Gonçalves, 1892-1903, p. 7. Lei Orgânica Municipal, Artigo 41.

Livro protocolo de Ofícios (1906-1918), p. 55, 115, 118-119.

Livro de Protocolos, 1907, p. 18.

Livro Registro de Atos, nº 3, 1909-1913.

Ofício, 28 de novembro de 1924.

Documentos diversos [Inquérito policial, 20 de outubro de 1925].

Documentos Diversos [inquérito policial, 22 de outubro de 1925].

Ofício de 4 de dezembro de 1925.

Livro de Atas do Conselho Municipal, 1924-1927, Lei Orgânica Municipal, Art. 10, parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º. Art. 83, 84, 88.

Documentos Diversos [Inquérito policial, 9 e 11 de setembro de 1925].

Livro de Atas Municipais 1924-1927. Ato nº 26 de 29 de abril de 1925, p. 29. Ato 29 de 11 de maio de 1925. Ato 83 de 03 de setembro de 1926.

Ofício, 14 de dezembro de 1926.

Ofício, 20 de dezembro de 1927.

Ato nº 79, 30 maio de 1930.

Ato nº 83, 23 de outubro de 1930/ Ato nº 103, 23 de dezembro de 1930.

Ato nº 123, 6 de fevereiro de 1931.

Decreto nº 121, 20 de janeiro de 1931/Decreto nº 141, 24 de julho de 1931.

Ato nº 169, 15 de julho de 1932.

Ato nº 176, 31 de dezembro de 1932.

Telegrama nº 57, 10 de outubro de 1933.

Telegrama, 13 de novembro de 1933.

Telegrama nº 32, 5 de julho de 1934.

Telegrama nº 67, 7 de dezembro de 1934.
 Livro de Atos e Decretos [1934-1939]. Decreto nº 3 de 20 de abril de 1936
 Livro Registro de Correspondência Expedida – Conselho Municipal (1925-1936). Ofício 36, p. 34, 35.
 Livro de Atos e Decretos – 1935-1939. Ato nº 1, 12 de março de 1936.
 Lei nº 8, 10 de setembro de 1936.
 Ofício, 4 de novembro de 1937.
 Documento avulso, 10 de novembro de 1937.
 Notificação 24 de maio de 1938.
 Abaixo assinado, 15 de julho de 1938.
 Abaixo assinado, 30 de agosto de 1938.
 Requerimento de 5 de junho de 1939.
 Requerimento de 6 de junho de 1939.
 Projetos de lei nº 6 e 7 de 20 de outubro de 1938.
 Livro Ata Conselho Municipal 1935-1938, p. 5, 30, 31, 37, 65, 66, 52/ Pareceres nº 22, 8, 9.
 Sindicância procedida em Silva Pinto, 30 de julho de 1939.
 Ato nº 38, 09 de outubro de 1939
 Processo movido pela Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves para demolição do prédio residencial do Sr. ATTILIO PEROSI, 1940.
 Decreto nº 2 e 3, 12 de fevereiro de 1940.
 Ofício 7 de março de 1940.
 Decreto nº 24, 24 de maio de 1940
 Ofício, 24 de setembro de 1941.
 Ofício, 8 de outubro de 1941.
 Ofício, 3 de dezembro de 1941.
 Ofício, 24 de dezembro de 1943.
 Livro Ata Câmara de Vereadores – 1935-1948, p. 68.
 Livro Registros Atas Eleitorais.

Arquivo Histórico de Garibaldi

Livro Ata do Conselho Municipal, 13 de março de 1909, p. 29
 Caixa Documentos Câmara Municipal, 21 de fevereiro de 1910.
 Caixa Documentos Câmara Municipal, 28 de abril de 1910.
 Livro Ata do Conselho Municipal, nº 2, Art. 1º da reforma da Lei Eleitoral, 2 de dezembro de 1910, p. 82.
 Livro ata do Conselho Municipal, nº 2, 6 de março de 1911, p. 85.
 Caixa Documentos Históricas. 2 de setembro de 1911.
 Caixa Documentos Históricas, ofício de 03 de setembro de 1911.
 Caixa Documentos Câmara Municipal, 15 de julho 1921.
 Ofício nº 14, 6 de agosto de 1921.
 Caixa 23, 12 de outubro de 1922.
 Caixa 24, 15 de janeiro de 1923.
 Caixa 24, 2 de novembro de 1923.
 Caixa 26, Ofício 12 de fevereiro de 1924.
 Caixa 26, Ofício 21 de fevereiro de 1924.
 Caixa 26, Ofício 11 de março de 1924.
 Caixa 26, Ofício 1 de abril de 1924.
 Caixa 26, Ofício 2 de abril de 1924.
 Caixa 26, Ofício 7 de abril de 1924.

Caixa 26, Ofício 9 de abril de 1924
Caixa Documentos Históricos, 11 de abril de 1924.
Caixa 26, Ofício 14 de abril de 1924.
Caixa 26, Ofício 22 de abril de 1924.
Caixa 26, Ofício 26 de abril de 1924.
Caixa 26, Ofício 28 de abril de 1924.
Caixa 26 Ofício 01 maio de 1924.
Caixa 26, Ofício de 2 de maio de 1924.
Caixa 26, Ofício de 4 de maio de 1924.
Caixa 26, Ofício 5 de maio de 1924.
Caixa 26, Ofício 30 de maio de 1924.
Caixa 26, Ofício 12 de junho de 1924.
Caixa 26, Ofício 26 de junho de 1924.
Caixa 26, Ofício 27 de junho de 1924.
Caixa 26, 15 de julho de 1924.
Caixa 26, Ofício de 1 de agosto de 1924.
Caixa 26, Ofício 12 de setembro de 1924.
Caixa 26, 7 de outubro de 1924.
Caixa 26, Ofício 15 de outubro de 1924.
Caixa 26, Ofício 16 de outubro de 1924.
Caixa 26, Ofício 11 de novembro de 1924.
Caixa 26, Ofício 28 de novembro de 1924.
Caixa 26, ofício 12 de dezembro de 1924.
Caixa 28, 09 de janeiro de 1925.
Caixa 30, 25 de janeiro de 1925.
Caixa 30, 9 de fevereiro de 1925.
Caixa 30, 28 de fevereiro de 1925.
Caixa 28, 4 de março de 1925.
Caixa 30, 31 de março de 1925.
Caixa 28, 23 de abril de 1925.
Caixa 27, Ofício 9 de maio de 1925.
Caixa 26, 23 de maio de 1925.
Caixa 28, 26 de maio de 1925.
Caixa 28, Ofício 8 de junho de 1925.
Caixa 28, Ofício 10 de junho de 1925.
Caixa 26, ofício 1 de julho de 1925
Caixa 26, requerimento de 26 de junho de 1925.
Caixa 26, 10 de setembro de 1925.
Caixa 28, 2 de outubro de 1925.
Caixa 28, 4 de outubro de 1925.
Caixa 28, 11 de novembro de 1925.
Caixa 30, 17 de novembro de 1925.
Caixa 30, 19 de dezembro de 1925.
Caixa 26, Ofício 21 de dezembro de 1925.
Caixa 30, 20 de novembro de 1926.
Caixa 31, Ofício 25 de agosto de 1927.
Caixa 31, 17 de outubro de 1927.
Caixa 31, 6 de novembro de 1928.
Caixa 33, 28 de novembro de 1928.
Caixa Documentos Câmara Municipal, 14 de outubro de 1929.

Caixa 35. janeiro e maio de 1930.
Caixa Documentos Históricos, 21 de agosto de 1930.
Caixa Documentos Históricos, 25 de agosto de 1930.
Caixa Documentos Históricos, 15 de março de 1931.
Caixa 38, 20 de março de 1931.
Caixa cartas e discursos, 15 de abril de 1931.
Caixa 38, 21 de julho de 1931.
Caixa 38, 18 de agosto de 1931.
Caixa 38, 22 de setembro de 1931.
Caixa 40, 5 de janeiro de 1932.
Caixa 39, 20 de dezembro de 1932.
Caixa 40, 29 de novembro de 1932.
Caixa 40, 9 de janeiro de 1933.
Caixa 40, 23 de janeiro de 1933.
Caixa 40, ofício 24 de janeiro de 1933.
Caixa 40, 22 de março de 1933.
Caixa 40, 15 de abril de 1933.
Caixa 40, 17 de abril de 1933.
Caixa 40, 20 de abril de 1933.
Caixa 41, 04 de maio de 1933.
Caixa 42, 17 de maio de 1933.
Caixa 41, 07 de junho de 1933.
Caixa 41, Ofício 22 de junho de 1933.
Caixa 41, Inquérito policial, 18 de julho de 1933.
Caixa 41, 14 de setembro de 1933.
Caixa 42, Ofício 13 de janeiro de 1934.
Caixa 42, Ofício 28 de junho de 1934.
Caixa 42, Ofício 29 de janeiro de 1935.
Caixa 42, 03 de maio de 1935.
Caixa 42, Ofício 14 de maio de 1935.
Caixa 44, Processo nº 28, 15 de outubro de 1936.
Caixa Documentos Históricos, Relatório 28 de março de 1937.
Caixa Documentos Câmara de Vereadores, Ofício 6 de abril de 1937.
Caixa 50, Ofício 20 de junho de 1939.
Caixa 50, 24 de julho de 1939.
Caixa 52, 21 de janeiro de 1940.
Caixa 50, 22 de janeiro de 1940.
Caixa 52, Ab Caixa 50, 22 de janeiro de 1940.
Abaixo assinado 17 de agosto de 1940.
Caixa 52, 21 de novembro de 1940.
Caixa 53, Ofício 26 de dezembro de 1940.
Caixa 53, Despacho 18 de novembro de 1941.
Caixa 56, 22 de janeiro de 1942.
Caixa 56, 30 de julho de 1942.
Caixa 56, 25 de setembro de 1942.
Caixa 56, 01 de outubro de 1942.
Caixa 56, 26 de outubro de 1942.
Caixa 58, 7 de janeiro de 1943.
Caixa 58, 3 de julho de 1943.
Caixa Documentos Históricos, Ata nº 71 da Assembleia Geral de 01 de outubro de 1943.

Caixa 58, 7 de dezembro de 1943.
 Caixa 58, 17 de dezembro de 1943.
 Caixa 64, 29 de março de 1944.
 Caixa Documentos Históricos, 25 de janeiro de 1945.
 Caixa Documentos Históricos, 8 de novembro de 1945.
 Caixa 56, documento sem data precisa, versando sobre campanha de nacionalização, expedido pelo governo do Estado.
 Caixa Documentos Históricos, 6 de setembro de 1952.
 Relatório Biográfico de Abramo Canini.
 Livro Atas Conselho Municipal nº 6, p. 14.
 Livro Atas Conselho Municipal nº 6, p. 13-16.
 Livro Atas Conselho Municipal nº 6, p. 17.
 Livro Atas Conselho Municipal nº 6, p. 19.
 Livro Atas Conselho Municipal nº 6, p. 20.
 Livro Atas Conselho Municipal nº 6, p. 21.
 Livro Atas Conselho Municipal nº 6, p. 22-24,
 Livro Ata Conselho Municipal, nº 6, p. 47.
 Livro Ata Conselho Municipal, nº 6, p. 48).

Coleção Particular Márcia Lorenzini (Bento Gonçalves)

Il Corriere d'Italia, 02 de março de 1923.
Il Corriere d'Italia, 06 de abril de 1923.
Il Corriere d'Italia, 28 de junho de 1923.
Il Corriere d'Italia, 24 de agosto de 1923.
Il Corriere d'Italia, 19 de outubro de 1923.
Il Corriere d'Italia, 30 de novembro de 1923.
Il Corriere d'Italia, 10 de dezembro de 1923.
Il Corriere d'Italia, 25 de janeiro de 1924.
Il Corriere d'Italia, 22 de fevereiro de 1924.
Il Corriere d'Italia, 21 de março de 1924.
Il Corriere d'Italia, 18 de abril de 1924.
Il Corriere d'Italia, 25 de abril de 1924.
Il Corriere d'Italia, 16 de maio de 1924.
Staffeta Riograndense, 9 de junho de 1924.
Il Corriere d'Italia, 24 de julho de 1924.
Il Corriere d'Italia, 7 de agosto de 1924.
Il Corriere d'Italia, 28 de agosto de 1924.
Il Corriere d'Italia, 04 de setembro de 1924.
Il Corriere d'Italia, 09 de setembro de 1924.
Il Corriere d'Italia, 11 de setembro de 1924.
Il Corriere d'Italia, 18 de setembro de 1924.
Il Corriere d'Italia, 25 de setembro de 1924.
Il Corriere d'Italia, 13 de novembro de 1924.
Il Corriere d'Italia, 5 de março de 1925.
Il Corriere d'Italia, 19 de março de 1925.
Il Corriere d'Italia, 7 de maio de 1925
Il Corriere d'Italia, 14 de maio de 1925.
Il Corriere d'Italia, 12 de outubro de 1925, edição especial - volume único.
Il Corriere d'Italia, 19 de novembro de 1925.

Il Corriere d'Italia, 10 de dezembro de 1925.

Museu Casa do Imigrante (Bento Gonçalves)

Il Corriere d'Italia, 5 de março de 1925.

Il Corriere d'Italia, 24 de junho de 1925.

Il Corriere d'Italia, 18 de fevereiro de 1926.

Il Corriere d'Italia, 15 de junho de 1926.

Il Corriere d'Italia, 7 de novembro de 1926.

Il Corriere d'Italia, 23 de dezembro de 1926.

Il Corriere d'Italia, 16 de março de 1927.

Coord. Gestão da Informação | TRE-RS, consulta realizada à 8ª Zona Eleitoral.